UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SINAES – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Helena Copetti Callai – Coordenadora CPA

Magna Stella C. Dalla Rosa – Coord. Adj. CPA

RELATÓRIO FINAL
DE AUTO-AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ

Editora UNIJUÍ

Ijuí

2006

© 2006, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil -
Fones: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0343
E-mail: editora@unijui.tche.br
Http://www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-Adjunto: Joel Corso

Capa: Vilson Maurio Mattos

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:
Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Revisão final: João Hannusch

Catalogação na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

R382 Relatório final de auto-avaliação da Unijuí / Coord. Helena Copetti Callai, Magna Stella C. Dalla Rosa. - Ijuí : Ed. Unijuí, 2006. - 296 p.

ISBN 85-7429-562-0

1. Educação 2. Ensino superior 3. Auto-avaliação 4. Unijuí 5.Relatório final 6. Editora 7. EFA I. Callai, Helena Copetti (Coord.) II. Dalla Rosa, Magna Stella C. (coord.) Título

CDU : 37
378

Editora Unijuí afiliada:

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome/Código da IES: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí/0532

Caracterização de IES: *Instituição privada* – Comunitária – Filantrópica

Estado *:* Rio Grande do Sul

Município*:* Ijuí

COMPOSIÇÃO DA CPA – COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ

Nome	*Segmento que representa*
Ângela Patrícia Spilimbergo	Docente
Claudia Maria Seger Cunegatti	Docente
Helena Copetti Callai*	Docente
Ligia Beatriz Bento Franz	Docente
Mauricio de Campos	Docente
Otavio Aloísio Maldaner	Docente
Pedro Carlos Rasia	Docente
Bruna Mattioni	Discente
Lara Nasi	Discente
Ítalo Drago	Discente
Luiz Roamano Pansera de Araújo	Discente
Eleda Passinato Sausen	Técnico-Administrativo
Francieli Denise Diana	Técnico-Administrativo
Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa**	Técnico-Administrativo
Naira Silvana Colato Eder	Técnico-Administrativo
Stela Zambiazi de Oliveira	Técnico-Administrativo
Viviane Rodrigues Lucca	Técnico-Administrativo
Dolores Rutzen	Sociedade Civil
Noemí Huth	Sociedade Civil
Cristiano Mattos de Oliveira	Estagiário

* *Coordenadora*

** *Coordenadora Adjunta*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PARTE I - O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 11

1 A Unijuí e a Sua Auto-Avaliação 11

2 A Unijuí na Região Noroeste do Estado do RS 16

3 A Unijuí se Constituindo como o Ensino Superior na Região 21

PARTE II – AVALIAÇÃO INTERNA: UM PROCESSO CÍCLICO, CRIATIVO E RENOVADOR 25

1 A História da Auto-Avaliação na Unijuí 25

2 Dimensões da Avaliação Institucional 27

2.1 A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional 27

2.2 A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades 29

2.2.1 Ensino 29

2.2.2 Pesquisa 57

2.2.3 Extensão 68

2.2.4 Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*) 74

2.3 A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural 79

2.4 A comunicação com a sociedade 80

2.5 As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho 89

2.6. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios 97

2.7 Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação 105

2.8 Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional 111

2.9 Política de atendimento a estudantes e egressos 112

2.10 Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior 121

CONCLUSÃO DA PARTE II 124

PARTE III – A LEITURA DOS VÁRIOS OLHARES 125

1. A Unijuí e seu Plano de Desenvolvimento Institucional 125

2 Vice-Reitoria de Graduação - Auto-Avaliação 126

3. Unijuí: uma Instituição ajustando-se a um setor em transformação 129

4. Auto-Avaliação realizada pelos Estudantes – Diretórios e Centros Acadêmicos 131

5. Dimensões da Política Institucional de Recursos Humanos – Docentes 135

6. Dimensões da Política Institucional de Recursos Humanos – Técnico-Administratrivos e de Apoio 137

7. Avaliação da CPPS - Comissão Permanente de Processos Seletivos – 2005 138

8. A Editora da Unijuí 145

9. Estrutura Física da Fidene/Unijuí 145

10. Plano de Desenvolvimento Institucional na Unijuí 146

11. Sistematização das reuniões da CPA com as Coordenações dos Colegiados dos Cursos que participaram do Enade 2004 150

12. Análise realizada pelos Coordenadores de Colegiados de Coordenação dos cursos que participaram do Enade 2004 e 2005 156

13. Análise realizada pelos Coordenadores de Colegiados de Coordenação de Curso que receberam Comissões de Avaliação para o reconhecimento e recredenciamento dos cursos de Graduação 159

14 Avaliação do evento: matrículas 2006 177

15 Análise das Contribuições da Caixa de Sugestões 180

16 Relatório de Avaliação Institucional, alunos, funcionários e professores do Campus Panambi 182

17 Análise das contibuições da Caixa de Sugestões da Secretaria Acadêmica 184

18 Análise das Contribuições da Caixa de Sugestões da Biblioteca – Campus Ijui 185

19 Auto-Avaliação nos Setores Administrativos 185

20 Coral da Unijuí 187

21 Grupo de Teatro da Unijuí 2005 189

22 Resumo do artigo "Avaliação Institucional a experiência da Unijuí ao longo de sua História e os novos desafios da Comissão Própria de Avaliação" apresentado no XXXIII Congresso de Ensino de Engenharia – Cobenge 190

23 Resumo do artigo "Auto-Avaliacão na Unijuí" apresentado no Encontro de Avaliação Institucional realizado na Puc Campinas, em São Paulo 190

24 Resumo do Artigo "Auto-Avaliação na Unijuí" Apresentado, no VIII Seminário Internacional de Educação, Promovido pelo CEAP – Colégio Evangélico Augusto Pestana 191

25 A Região da Unijuí 191

26 Qual a natureza da Crise da Unijuí? 193

27 Reflexões Sobre o Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências 195

28 Educação Inclusiva na Unijuí – O caminhar de um Programa Institucional 198

29 A importância da qualificação docente na Unijuí 201

30 Qualificação de Pessoas para o Desenvolvimento Institucional da Fidene: Um olhar ao Projeto de Especialização em Gestão Universitária 208

31 Avaliação dos Estágios na EFA 210

32 Sinpro Noroeste – Revista Informação nº 71, debate a "Universidade" 211

33 Auto-Avaliação dos Integrantes da CPA 227

CONSIDERAÇÕES FINAIS 233

REFERÊNCIAS 237

ANEXOS 241

Anexo 1 – Normas CPA 241

Resolução Reitoria nº 03/2004 – Cria a Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí 241

Portaria da Reitoria nº 19/2004 – Nomeia membros para integrar
a Comissão Própria de Avaliação - CPA da Unijuí 241

Portaria da Reitoria nº 54/2005 – Altera parcialmente
a composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí 242

Portaria da Reitoria nº 05B/2006 – Altera parcialmente
a composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí 243

Anexo 2 – Projeto de Auto-Avaliação Institucional – III Fase 244

Anexo 3 – Sugestões de Roteiros 259

Anexo 3.1 – Roteiro de auto-avaliação do pessoal técnico-administrativo e de apoio; 259

Anexo 3.2 – Roteiro às coordenações de colegiado de Coordenação de Curso 259

Anexo 3.3 – Roteiro de análise dos relatórios dos departamentos 260

Anexo 3.4 – Avaliação externa da Unijuí – pesquisa de opinião 260

Anexo 4 – Memorial 261

Anexo 4.1 – Dos Departamentos e Setores Administrativos e de Apoio 261

Anexo 5 – *Slides* sobre as metodologias e resultados da auto-avaliação apresentados no II Seminário da CPA 262

Anexo 6 – Parecer sobre relatório final de auto-avaliação institucional da Unijuí
– III etapa – agosto 2004 à junho 2006 – Consultora Externa 291

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório Final de Avaliação Interna da Unijuí, a partir das orientações do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, trazendo as análises referentes à Auto-Avaliação Institucional – III Fase.

O parâmetro para esse processo são os documentos que regulamentam o SINAES, referenciados na nossa história de avaliação continuada na Unijuí. Nesse sentido, a auto-avaliação tem como principal objetivo produzir conhecimentos, identificando as fragilidades e potencialidades para se tornar um importante instrumento para a tomada de decisão (Roteiro Auto-Avaliação Institucional 2004 – SINAES, pág. 9).

Consta do Relatório: a parte I que trata do Ensino Superior na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e que traz a análise crítica do processo de auto-avaliação na Unijuí; a contextualização da Unijuí na região; e a constituição do ensino superior através da Unijuí. A parte II aborda especificamente a avaliação interna que resulta da sistematização do material produzido pela comunidade acadêmica, com base nos seus processos de auto-avaliação. Considerando as dez dimensões propostas pelo Roteiro de Auto-Avaliação do SINAES, organizamos as análises a partir de um quadro resumo (proposto pelo CONAES) e, seguido de uma análise crítica. Na parte III trazemos textos escritos sobre vários aspectos do nosso fazer universitário. Após as considerações finais, apresentamos os anexos que a comissão julgou significativos para serem incorporados no relatório, muito embora, existam outros tantos que estão organizados em publicações, pesquisas, arquivos que estão acessíveis aos interessados.

Entregamos à comunidade acadêmica e ao INEP/CONAES o relatório final da auto-avaliação do período (agosto 2004 a julho de 2006) e das ações definidas no Projeto de Auto-Avaliação Institucional – III Fase.

Ressaltamos, no entanto, que o processo de auto-avaliação institucional tem a sua continuidade garantida pela nossa história institucional. Como desdobramentos, temos, agora o desejo de incrementar o grupo de pesquisa, seja através de diferentes subprojetos, seja pelas discussões mais gerais e pela publicação das reflexões contidas no relatório em um número especial da Revista Contexto e Educação, (do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências).

– Parte I –

O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Apresentamos, nesta parte, a contextualização da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – , no âmbito do processo de auto-avaliação, agora proposto pelo SINAES – Sistema Nacional da Educação Superior, como um sistema que se concretiza como uma política de Estado, responsável pela educação nacional. Com base nas orientações trazidas pelo documento "Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior" na Unijuí desencadeamos o processo de auto-avaliação a partir de julho 2004. Tendo presente que o Sinaes considera a avaliação como um dos instrumentos para sustentação da qualidade do sistema de educação superior, este processo pelo qual estamos passando – o da auto-avaliação – nos permite caracterizar e analisar a nossa instituição. A partir desta avaliação interna estarão dispostas/expostas as bases para a avaliação externa, bem como conforme entendimento expresso no documento referido os resultados apresentados serão utilizados como subsídios para a formulação de políticas públicas de educação superior. E é intenção, inclusive, que sirva de base para a gestão das instituições "no que trata da melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimentos e da extensão, de acordo com as definições normativas de cada tipo de instituição e as opções de cada estabelecimento de ensino" (Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, 2004, p. 9).

Sendo fiéis a esta proposta trazida pelo Sinaes, e à nossa história institucional desde a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí no ano de 1957, iniciamos este relatório com apresentação desta trajetória institucional. Entendemos necessária esta contextualização para demarcar "o que somos" como universidade que se diz "pública não estatal". Inicialmente analisamos a Unijuí no âmbito dos processos de avaliação, a seguir na região em que se insere, e finalmente o seu papel como o ensino superior que se institui na região.

1 A UNIJUÍ E A SUA AUTO-AVALIAÇÃO

A auto-avaliação institucional na Unijuí é uma prática que se realiza desde a sua criação como instituição de ensino superior. O caráter comunitário sempre exigiu de todos os envolvidos a participação efetiva na definição dos caminhos e dos rumos da instituição. Pode-se entender que a construção de uma universidade comunitária, fundante de uma natureza pública não-estatal, deve constituir-se, em si mesmo, num processo pedagógico de aprendizagem e de conhecimento, de qualificação de fatores condicionantes do desenvolvimento da comunidade que a insere. Deve constituir-se em um processo de democratização das relações e oportunidades sociais. É esse processo pedagógico que funda historicamente os interesses dos envolvidos, e que leva a querer sempre "se pensar", a rever constantemente o que é feito, seja como um todo institucional, como grupos específicos e como sujeitos singularizados inseridos no contexto.

Com o crescimento e expansão da Unijuí e a conseqüente especialização de atividades e de cursos, este processo de auto-avaliação vai sendo referenciado às novas realidades que se imprime na instituição. No entanto, a avaliação continua sempre como preocupação, mesmo ao assumir novas formas e características, referenciada às condições e às novas possibilidades expressas nos diversos momentos de sua trajetória institucional.

Frantz (2005), afirma que,

> Construir uma universidade, nessa perspectiva exige fazer lugares físicos de trabalho, nos tempos e lugares das pessoas, e, mais do que isso, depende dos lugares que se é capaz de instituir, pela convivência da argumentação, nas idéias, nos valores, nos compromissos, nas intenções e motivações, pelo conhecimento e pelas ciências, nos imaginários individuais e sociais, nos comportamentos de vivência social e das atividades profissionais.

A Unijuí, como universidade comunitária tem ao longo de sua história, como razão de ser, estas premissas. É no contexto delas que se uniu com outras iguais para constantemente pensar e repensar os seus caminhos e as suas ações. São exemplos disso à primeira fase de Avaliação que inicia, formalmente, na década de 90, pela adesão ao Programa de Avaliação

Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, instituído em âmbito nacional e ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas – PAIUNG integrado ao Consórcio das Universidades Comunitárias – COMUNG. A Unijuí, no ano de 1994 teve aprovado institucionalmente o seu projeto e esta fase caracterizou-se pela auto-avaliação das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão e da gestão, pela comunidade acadêmica, na perspectiva de organização e consolidação dessas dimensões. Esse processo perpassou às diversas instâncias e sujeitos da comunidade acadêmica, tematizando sobre o objeto da avaliação, seus objetivos, ênfases, procedimentos e resultados pretendidos. O resultado desse processo foi a organização acadêmica e administrativa do ensino, da pesquisa e da extensão, enfatizando-se a base de dados institucional, que se constitui em referencial para a gestão nos departamentos, nos setores e na universidade.

A segunda fase, caracterizada a partir de 2000, redimensiona a proposta de avaliação institucional da Unijuí, referendando-a como elemento de reconstrução e vitalização das políticas de gestão, de ensino, de pesquisa, de extensão, articulando os processos internos de auto-avaliação às demandas ou diretrizes externamente definidas, bem como reconhecer a avaliação como parte do fazer universitário na perspectiva tanto da gestão acadêmica, quanto administrativa. Essa elucidação que foi sendo construída nos últimos anos gerou uma série de transformações, incorporadas na segunda fase do processo de avaliação institucional e conduzidas através da estrutura formal da avaliação.

O debate, as ações e resultados dessas etapas estão registrados na coleção "Cadernos de Avaliação Institucional[1]", totalizando vinte e uma publicações, além das publicações do Programa de Avaliação das Instituições Comunitárias Gaúchas – PAIUNG[2], as quais se constituem em objeto de pesquisa.

Das ações que testemunham as implementações efetivadas no contexto da avaliação institucional na Unijuí nas fases I e II destacam-se: criação da coleção de cadernos da Gestão Universitária para socialização de temas novos e/ou já presentes na Instituição, como por exemplo: Diretrizes Orçamentárias, Plano de Carreira dos Docentes e Técnico-Administrativos, Informações Gerenciais da Fidene e da Unijuí; aperfeiçoamento no processo de construção participada do Plano Plurianual e do Plano de Desenvolvimento Institucional; discussão e publicação de documentos que tratam de Diretrizes Curriculares para os Cursos de graduação encaminhados à SESu/MEC em 1998, elaboração das Diretrizes Institucionais de Ensino na Unijuí; institucionalização dos Programas de Pesquisa e Extensão; fortalecimento dos Colegiados de Coordenação de Cursos; elaboração da base de dados; criação e fortalecimento do Fórum das Licenciaturas; melhoria dos processos de matrícula e rematrícula de alunos; estudo de novas alternativas pedagógicas e implantação de cursos com modalidade semipresencial; implantação do Núcleo de Apoio Pedagógico; reestruturação conjunta dos vinte e oito programas de graduação; revisão do sistema de avaliação; implementação do Comitê Científico de Ética na Pesquisa; criação dos Cadernos Unijuí que contemplam a produção intelectual pelos professores; compromisso social com planejamento institucional (Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí – 2ª fase, In: Cadernos da Avaliação Institucional, 2000, nº 18, p. 40).

Na continuidade do processo de avaliação como reflexão e sistematização permanente é constituída a CPA/Unijuí, pela Portaria da Reitoria n. 19/2004, de 14 de junho de 2004 e modificada pelas Portarias n. 54/2005, de 03 de setembro 2005 e n. 05B/2006, de 13 de fevereiro de 2006, que alteram parcialmente a sua composição, conforme anexo. Dá-se seqüência ao que, ao longo deste tempo foram as ações desenvolvidas e o material produzido, que em alguns momentos tem os resultados apresentados por intensa quantificação e noutros além destas com análises críticas consistentes.

E, no momento atual o Projeto de Auto-Avaliação Institucional III Fase, é organizado pelo grupo da CPA, tendo sempre presente a dinâmica que tem nos sustentado enquanto processo de avaliação e referindo-nos à nova Lei – nº 10.861/2004 – que institui o SINAES– Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior. Esta lei, no contexto das políticas públicas de educação superior, expressa a alteração em nível de Estado quanto à concepção de avaliação até então vigente, passando a considerá-la enquanto sistema. Este envolve os estudantes – ENADE; a avaliação das instituições e dos cursos e propõe como inicial e base a Auto-Avaliação.

Cabe à CPA, neste momento, dar continuidade e atenção à avaliação interna na Unijuí. E o desafio que nos colocamos é: conhecer e compreender o processo de avaliação institucional na ótica da pesquisa bem como mobilizar e sensibilizar a comunidade acadêmica para este processo, agora no âmbito do Sinaes, que propõe que a auto-avaliação se constitua por "um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES" (Roteiro de

[1] A publicação "Cadernos da Avaliação Institucional", criada a partir do ano de 1994, sistematiza o processo de Avaliação Institucional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí ao longo de sua história e, constitui-se em espaço de debate das questões atinentes ao processo de avaliação desenvolvido nesta Instituição. Essa coleção é integrada por vinte e um cadernos que podem ser consultados junto a CPA, a Biblioteca Universitária Mario Osório Marques e no Museu Antropológico Diretor Pestana. No *site* www.Unijuí.tche.br\cpa consta a relação de títulos dessas publicações.

Auto-Avaliação do Sinaes, 2004, p.11). Considerando as fases anteriores, já efetivadas e com um sentido de ser parte do fazer universitário, a auto-avaliação terá continuidade. Uma continuidade que procurará inserir no contexto da realidade atual o olhar sobre a nossa história e a projeção para o futuro.

O processo comandado agora pela CPA, ao produzir o relatório final, não se encerra, pois continuamos nos auto-avaliando, sempre com a preocupação de realimentar as nossas ações, de construir os planejamentos, de revisar, de fazer as análises críticas.

Com este princípio da auto-avaliação o trabalho da CPA se caracterizou por organizar um plano de sensibilização e envolvimento da comunidade acadêmica para que cada um e todos realizem a auto-avaliação. Foi elaborado um "Plano de Ação", para realizar a auto-avaliação, mas sempre deixando muito claro que cada unidade universitária tinha autonomia para realizar as ações que julgassem adequadas à sua história e a contextualização em que estavam inseridas. A metodologia foi pautada pelo chamamento a que cada setor da universidade se organizasse para pensar as suas ações, quer seja, planejando, fazendo, analisando e avaliando. Assim aconteceram ao longo do ano de 2005 diversas atividades, variadas em sua forma (algumas quantitativas, outras de discussão) e com resultados significativos para o segmento envolvido e para o conjunto da universidade.

Considerando que a "*Nova Missão da Unijuí*" é formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região, e que tem como "*Propósito*" – participar do processo de desenvolvimento da região mediante a educação superior, a "*Visão*" é consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região, está assim estabelecido o ponto de partida e de chegada para cada setor da universidade refletir como se insere neste contexto.

Extraído de um documento da Unijuí de 1996, pôde-se constar as referências a nossa missão. As universidades comunitárias "precisam de uma gestão democrática onde haja uma rotatividade administrativa conduzida por professores e não por grupos burocratas especializados. (...) precisam da participação da comunidade organizada (sindicatos, associações, entidades culturais, instituições públicas e privadas) que possam refletir sobre seus programas e seus problemas, (construir orçamentos-programas com a comunidade, prestar contas de suas atividades à mesma). Precisam ter um canal aberto de relações com a realidade próxima e fazer assessorias aos setores da sociedade, quer sejam como uma espécie de pesquisa ou como aplicação de conhecimentos" (Unijuí, 1996:164).

Muito embora no ano de 2005 tenha se discutido e re-elaborado a idéia de Visão, Missão e Propósito, podem-se constatar pela citação acima que continuam as mesmas premissas que fundamentaram a Unijuí desde a sua constituição como universidade.

Para ser fiel a estes princípios, o processo de auto-avaliação desencadeado pela CPA foi pautado e referenciado sempre ao sentido etimológico do termo auto-avaliar-se, que significa: "Uma avaliação, antes de tudo, deve representar um espaço de interlocução entre seus membros e da universidade com o seu entorno. Um espaço necessariamente democrático, de explicitação de valores e de confronto de concepções sobre a vida. Um espaço contínuo que mantenha a crítica como mecanismo orientador da prática cotidiana das instituições de ensino" (Projeto de Auto-Avaliação Institucional – III Fase, 2004). E, segundo o dicionário Aurélio, o termo auto-avaliar significa", ato ou efeito de auto-avaliar-se; avaliação feita pelo próprio indivíduo de seu desempenho em determinada atividade, ou de seus atos, conduta, caráter", etc.

E na proposição dos Sinaes, a auto-avaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. Têm como eixo central dois objetivos respeitadas as diferentes missões institucionais:

- Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional.
- Privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Nas discussões de encaminhamento das ações, não foram poucos os questionamentos sobre quem e o que pode servir de referência ao auto-avaliar-se. Também nesse ponto merecem destaque as atenções dispensadas à discussão. Alguns departamentos, mais afeitos à reflexão e ao exercício da argumentação, pautaram as suas discussões e relatórios por este caminho. Outros mais pragmáticos apresentaram descrições.

Com base nestas discussões foram, então, estabelecidos os objetivos que constam do Projeto de Auto-Avaliação Institucional – Fase III.

– Coordenar o processo de auto-avaliação institucional.

– Sensibilizar a comunidade universitária no sentido de fomentar a cultura de auto-avaliação em todas unidades e aspectos da universidade.

– Refletir sobre a história da Unijuí, tendo por base sua missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

– Dar continuidade ao processo de avaliação institucional que vem sendo desenvolvido na Unijuí desde a sua constituição como universidade e referido agora às propostas orientadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

– Fomentar o processo de busca do conhecimento, criando a possibilidade de uma permanente atitude de formação de consciência sobre a missão e a finalidade acadêmica da Instituição.

– Auxiliar no processo de identificação de fragilidades e das causas dos problemas, deficiências, carências, assim como das potencialidades no interior da Universidade e com a comunidade externa.

– Criar uma linha de pesquisa institucional sobre avaliação para acolher e incentivar o desenvolvimento de pesquisa e assim qualificar o processo que temos, referente a auto-avaliação.

A partir destes objetivos que foram discutidos pelo grupo foi sendo estruturado o plano para o período de julho 2004 a junho de 2006. O interessante é que a partir das nossas discussões o plano foi sendo montado, articulando a história da primeira e segunda fase; as proposições do Sinaes e os objetivos definidos para esta terceira fase.

Pronto o plano foram iniciadas as ações da CPA, tendo muito claro para todos os membros da mesma, que a tarefa não consistia em fazer ou indicar como fazer a auto-avaliação. Sensibilizar a todos, envolvê-los no processo e criar a necessidade de que cada setor resolva como fazer a auto-avaliação, passou a ser a meta buscada.

A partir disto, passou-se a elaboração do material de divulgação. Dentre estes se destacam **cartazes**, **folders** e a **caixa amarela**. Estes três instrumentos juntos provocaram a discussão: *para que e por quê* as proposições que passaram a ser feitas pelos vários segmentos. Entrevistas e notícias foram e continuam sendo divulgadas pelos meios de comunicação da região, na Rádio da Unijuí, no jornal eletrônico "Comunica" (exemplos anexos) na página (site) da CPA. Mais recentemente foi produzido um *Boletim Informativo Online*, e com a Rádio Unijuí FM foi feito um projeto para inserção de notícias, comentários, entrevistas referentes à auto-avaliação. Estes acontecem de três formas: Módulos Informativos, Notícias da Casa e Plural. Estas inserções na programação da Rádio permitiram que se tornasse público o que foi feito e o que continua em termos de Auto-Avaliação.

Até certo ponto foi tranqüila para o grupo a compreensão de que não era função da CPA fazer a auto-avaliação da Unijuí, mas promover o seu andamento. Da mesma forma os vários sujeitos da universidade agrupados nos seus diversos segmentos precisam entender que a CPA não estava gerenciando uma auto-avaliação, que não haviam formulários definidos a priori que precisassem ser preenchidos, que as regras não seriam definidas pela Comissão. Este se constituiu no desafio da sensibilização.

Durante todo este período, desde julho de 2004, mas com maior presença a partir de 2005 a CPA, atendeu a todos os setores e grupos que tiveram interesse em nossa presença para discutir as formas como estavam encaminhando os trabalhos. O processo foi mais intensamente desenvolvido a partir da posse da nova reitoria que assumiu em 2005. Até então, os trabalhos foram mais intensos internamente no grupo da CPA no sentido de estudar os documentos e discutir formas de mobilização da comunidade acadêmica.

A solicitação do "Memorial" aos Departamentos e aos "Órgãos Complementares e de Apoio" incentivou a todos fazerem uma produção de informações e um relatório para apresentação. Hoje constatamos que alguns fizeram levantamentos quantitativos, outros aplicaram instrumentos estatísticos para coleta de informação, outros fizeram reuniões e discutiram entre seus pares e com as suas chefias. Alguns departamentos foram "muito intensos" na auto-avaliação, promovendo

a oportunidade de que cada professor escrevesse a sua auto-avaliação e depois estas foram apresentadas e discutidas no grupo do departamento. Houve também aqueles que simplesmente reuniram os professores do colegiado e elaboraram a sua análise e crítica, pelo grupo todo.

Ao final o material que apresentamos aqui neste relatório se refere àquilo que cada um conseguiu fazer. Sendo fiéis a nossa história, que já tem 49 anos, não há motivo de uns escolhidos falarem pelos outros. Na medida em que a proposição foi que cada um falasse sobre si, é este o resultado que como CPA apresentamos no relatório agora entregue à comunidade acadêmica e enviado ao INEP.

E, ainda, continuando a idéia de ser fiel aos princípios que temos como instituição, a preocupação foi em fazer análises e reflexões mais do que quantificação de informações. Estas estão disponibilizadas na Unijuí. Tivemos o cuidado de identificar onde é possível encontrar a "documentação, dados e indicadores de cada dimensão" proposta no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Cabe-nos, neste momento, fazer e apresentar o Relatório Final, desencadear de forma mais sistematizada a nossa auto-avaliação como grupo encarregado de promover a auto-avaliação institucional. A meta-avaliação nos permite identificar onde tivemos maior ou menor sucesso e refletir sobre os entraves e possibilidades que a nós se apresentaram no decorrer destes quase dois anos de trabalho conjunto.

A partir da operacionalização das ações, no contexto da auto-avaliacão na Unijuí, especialmente no que diz respeito ao pedagógico e ao administrativo, a CPA se propôs organizar e incentivar ações que permitam compreender e aprofundar a reflexão do fazer universitário. Com os princípios de globalidade e de *continum* dos processos de avaliação do ensino superior brasileiro, é fundamental deixar claro o porquê da referência ao pedagógico e ao administrativo. Estes são, ao nosso entendimento, os pontos de realce, pois o ensino não sendo uma mercadoria que pode ser posta a venda, exige a centralidade da preocupação no pedagógico, aqui expresso pela orientação do ensino. Este referido à formação acadêmica com os planos pedagógicos dos respectivos cursos, com a formação continuada dos professores, com a busca de excelência no ensino, na pesquisa inserida na comunidade acadêmica, na extensão, que no nosso caso, tem fortes raízes no lugar, considerando o local e o regional. E de acordo com a especificidade de uma instituição de ensino superior é importante discutir o aspecto administrativo que permite o respaldo para o funcionamento do acadêmico. Nestes termos a reflexão a respeito da gestão em seus processos e na sua constante avaliação é essencial para alcançar os objetivos a que se propõe.

Na dinâmica de trabalho que se instaurou a partir do contexto das políticas de avaliação do ensino Superior, através do Sinaes, e pela forma que acontece a auto-avaliação na Unijuí, entendemos como marco significativo, a constituição de um grupo de Pesquisa sobre Avaliação Institucional que se consolida a partir da elaboração de um grande Projeto de Pesquisa e onde se inserem vários projetos de pesquisadores da instituição versando sobre o tema.

Pressupondo o que está até aqui colocado, a CPA se pauta com uma atuação motivadora para desencadear o processo de auto-avaliação, atingindo a todos os sujeitos envolvidos na universidade e também cada setor da instituição. E a proposição é se auto-avaliar para "se olhar", para fazer o seu planejamento, para revisar as suas ações cotidianas inseridas numa dimensão política fundamental para que todos percebam sua identidade e pertencimento.

Neste contexto ao final do ano de 2005 foi encaminhado ao INEP o relatório parcial das atividades de auto-avaliação desenvolvidas na Unijuí que foi, também, entregue às chefias na Unijuí e colocado à disposição na página da CPA.

Cabe ressaltar, ainda, que a representação da comunidade externa se faz presente em todas as reuniões da CPA e traz a visão externa que se tem sobre a universidade. Além dos depoimentos e participação nas discussões, decidiu-se encaminhar, para melhor visualização do que a comunidade externa pensa a respeito da universidade, uma pesquisa de opinião buscando perceber o que esperam da Universidade e como avaliam a atuação dos profissionais formados pela Unijuí. Esse instrumento, com questões abertas, foi enviado às prefeituras, Associações Comerciais e Industriais – ACIs, Coordenadorias Regionais, Escolas municipais, estaduais e particulares, empresas, entidades de classe e para egressos da Unijuí. Ressalta-se que é louvável a preocupação do CONAES no sentido de envolver a comunidade externa na avaliação, no entanto a participação ainda é muito restrita, conforme o que recebemos na pesquisa.

O acompanhamento aos egressos ainda é um ponto que exige maior dedicação, alguns cursos têm, através de sua coordenação, buscado informações junto aos mesmos e também nas instituições em que trabalham. Por outro lado, discutiu-se a possibilidade de que cada coordenação de colegiado de coordenação de curso organizasse eventos ou buscasse contatos com ex-alunos para verificar qual o seu destino. Foi elaborado, também, um projeto de pesquisa para verificar o destino e a situação profissional de ex-alunos bolsistas de Iniciação Científica no período dos últimos dez anos.

Quanto ao corpo discente, muito embora participem da CPA com a representação de quatro membros, há uma grande dificuldade de envolvê-los nos processos de auto-avaliação. Para eles está sendo mais freqüente a participação através das coordenações de curso com proposições feitas pelos respectivos professores. No final do 2º semestre de 2005 a convite do Diretório Central de Estudantes – DCE a CPA participou de reunião, juntamente com os Diretórios Acadêmicos – DAs para dialogar e incentivar esse segmento a realizar a auto-avaliação no conjunto dos estudantes.

Este é sem dúvida um desafio, como envolver os estudantes na auto-avaliação institucional, e eles de sua parte têm clareza expressa por depoimentos em reuniões, de que a auto-avaliação institucional perde muito sem a sua participação como corpo discente.

2 – A UNIJUÍ NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RS

Toda instituição existe e se estrutura em tempos e espaços definidos, que lhe permitem estabelecer seus contornos, marcados com as características do lugar e expressando também uma trajetória da sociedade que produz continuamente o seu espaço. Este demarcado se constitui como o "lócus" de ação das forças organizadas fazendo frente aos processos de globalização que homogeneízam a tudo e a todos.

A capacidade de construir alternativas que interessem ao lugar faz com que os homens e a sociedade produzam experiências interessantes. E é assim que nasce a nossa universidade – Unijuí inserida num contexto regional, mas que tem que considerar os processos de urbanização e modernização brasileira. Nesse sentido ao longo do Século XX, a sociedade brasileira vivenciou transformações profundas no seu modo de vida e padrão urbano, com a constituição de novas aglomerações e a difusão da urbanização pelo interior do território. Se, em 1940, 70% da população brasileira viviam em áreas rurais, em 1980, este mesmo contingente passou a viver em áreas urbanas. Conforme M. SANTOS (1993) ampliou-se o número e o tamanho das regiões metropolitanas na fachada litorânea brasileira, mas também ocorreu a constituição de grandes cidades médias, com mais de 500 mil habitantes, a expansão de cidades médias, com mais de 100 mil habitantes, e a expansão de pequenos centros urbanos e rurais pelo interior de todo o território nacional.

A difusão da urbanização por todo o território nacional provocou movimentos migratórios inter e intra-regionais e o crescimento urbano, bem como, transformações substanciais no modo de vida das pessoas, da organização interna das cidades e de diferenças profundas de desenvolvimento entre as diversas regiões brasileiras. Pode-se afirmar, inclusive, que os processos mais dinâmicos do desenvolvimento em curso ao longo do século XX, transferiram-se para as cidades, mas também legou a elas os problemas decorrentes da escassez de investimentos públicos e, ainda, aprofundou as desigualdades sociais e de renda presentes historicamente na sociedade e na organização espacial brasileira.

No noroeste gaúcho ocorreu a ocupação, povoamento e colonização da região, com a constituição de uma rede de municípios e centros urbanos assentados sobre a agropecuária colonial, resultado da colonização dirigida pelo Estado nas áreas de mata do Centro Sul do Brasil, iniciada ainda no Século XIX.

Compreende a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul uma área de 42.172 km², hoje com cerca de 1,3 milhões de habitantes, perfazendo 15% da superfície e 13,5% da população do estado (1996). Apresenta uma densidade demográfica média de 31 hab/km² e conta com 103 municípios. A formação social que deu origem à atual sociedade da Região Noroeste é relativamente recente – remonta ao final do século dezenove – e dela participaram principalmente imigrantes europeus e seus descendentes, antecedidos por luso-brasileiros, mestiços (caboclos) e elementos de origem africana (escravos e libertos), que já haviam iniciado a ocupação aleatória do território desde o início do século dezenove. A atuação prioritária da Unijuí, no entanto se dá principalmente em cerca de metade desse espaço territorial-populacional (54 municípios, conforme mapa p. 3 e uma população superior a quinhentos mil habitantes), se bem que a influência da Universidade alcança uma área muito mais ampla.

Esta área teve a sua ocupação fortemente condicionada e direcionada pela vegetação de campos e de matos. Povos indígenas, desde tempos remotos, habitavam a região. Em épocas mais recentes, identificavam-se principalmente índios dos grupos tupi-guarani e caingangue (morador do mato). Nos séculos dezessete e dezoito foi área de atuação dos índios e padres das Missões Jesuíticas. As dezoito primitivas reduções foram destruídas, entre 1636-1641, por investidas de bandeirantes paulistas, preadores de índios. As novas missões, edificadas a partir de 1682, com sólida estrutura e grande esplendor, foram invadidas e destruídas no início da segunda metade do século dezoito (1756), pelos exércitos conjugados de Espanha e Portugal, por razões de ordem política.

No século dezenove, encontravam-se na região índios guaranis, remanescentes das antigas Missões, e caingangues. Após intensa disputa entre as duas metrópoles ibéricas (Espanha e Portugal), disputando fronteiras, milicianos gaúchos (luso-brasileiros) conquistaram esse território das antigas Missões, em 1801, incorporando essa área aos domínios portugueses.

A partir de então, as áreas de campo nativo foram ocupadas principalmente por militares e tropeiros, estes últimos oriundos, sobretudo da então Província de São Paulo, que compreendia o atual Estado do Paraná.

Os integrantes dessas duas categorias que aqui aportaram estabeleceram grandes estâncias de criação de gado vacum, muar e cavalar, de acordo com a estratégia oficial de consolidar a conquista militar e política e construir a necessária base econômica. Aos estancieiros interessava o controle das áreas de campo, para o pastoreio do gado, a principal riqueza econômica da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo a mata considerada um estorvo à viabilização de seus interesses econômicos.

Por sua vez, parcela relativamente expressiva de caboclos (lavradores nacionais como eram também denominados), buscando relativa autonomia econômica e social, fixava-se nas orlas da mata ou embrenhava-se nela, onde seus membros faziam suas roças de subsistência e praticavam o extrativismo da erva-mate, que se constituía, então na segunda riqueza econômica da Província, sendo a maior parte dela exportada para os países vizinhos pela via fluvial do rio Uruguai.

No processo de ocupação, esses pioneiros – luso-brasileiros, mestiços e africanos – acabaram por confrontar-se com os remanescentes indígenas, de que resultou a dizimação destes últimos. Por outro lado, os caboclos, entrando na mata, abriram caminho para a posterior ocupação definitiva dessa área pelos imigrantes europeus e seus descendentes. Desse processo ocupacionista resultou também a eliminação quase total dos índios – primitivos habitantes destas terras.

Última fronteira agrícola do território gaúcho a ser desbravada, a área de matas do noroeste do Rio Grande do Sul deveu sua ocupação efetiva ao interesse oficial do governo do estado, secundado pela iniciativa privada. Imigrantes europeus foram diretamente atraídos para a nova fronteira agrícola e, sobretudo descendentes de imigrantes, oriundos das colônias mais antigas ("colônias velhas"), já saturadas populacionalmente. Através do fenômeno conhecido como "enxamagem", buscavam, estes, mais espaço para viabilizar seus projetos pessoais e familiares.

Esse processo teve início em 1890, com a fundação da *Colônia Ijuhy*, no vale do rio do mesmo nome, e expandiu-se rapidamente, sobretudo nas primeiras décadas do século vinte. Surgiram, então, as chamadas "colônias novas", formadas desde o início por imigrantes descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades (alemães, italianos, poloneses, austríacos, russos, húngaros, letos, holandeses, suecos...), com o objetivo de acelerar o processo de integração étnico-cultural. Seis anos depois de sua fundação, por exemplo, já se falavam dezenove idiomas na Colônia Ijuhy.

Com a chegada dos colonos (imigrantes e descendentes de imigrantes), alterou-se completamente o processo de ocupação aleatório até então em curso, representado pela presença do caboclo. O acesso à propriedade privada da terra tinha um valor fundamental para os imigrantes, que se haviam aventurado a atravessar o Oceano Atlântico para aqui realizá-lo, e também para seus descendentes. Por seu turno, os caboclos (lavradores nacionais), mergulhados num contexto histórico-cultural distinto, não davam a mesma importância à propriedade privada da terra, e os índios, inseridos vitalmente na natureza e na aldeia coletiva, vivendo e convivendo nelas e com elas, consideravam a terra e a natureza em geral como um bem de todos e para todos e, conseqüentemente, não possuíam a idéia ou o conceito de propriedade individual.

A ação das autoridades, em função de razões econômicas e estratégicas, contemplou tão-somente os interesses e o projeto dos imigrantes e obedeceu à sua lógica cultural. Tratava-se agora de colonização programada, planejada, acompanhada da criação de condições que garantissem a fixação efetiva das famílias e o sucesso econômico. O poder público procurava assegurar a construção, embora precária, das vias de acesso e comunicação para o escoamento da produção rumo aos centros consumidores e o suprimento das necessidades básicas a que a atividade familiar não podia atender. Os colonos, por sua vez, transformados em pequenos proprietários de terra, tratavam da promoção econômica e social das respectivas famílias, por meio do trabalho duro e do profundo senso de poupança.

As características, os valores, os traços culturais e os componentes ideológicos, que presidiram hegemonicamente esse processo histórico perpassa todas as atividades, e a formação social, podem ser sintetizados nos seguintes aspectos principais: pequena propriedade agrícola, inclusive com reais perspectivas de os filhos virem a ter acesso a ela; trabalho familiar, de que participavam solidariamente todos os membros da família; utilização intensiva dos recursos naturais, particularmente a fertilidade natural do solo; prática da policultura, com o cultivo de uma variedade de produtos e a criação de animais domésticos e aves, destinados ao abastecimento da família e à produção de excedentes para o mercado; fé religiosa – refúgio nas horas amargas e fonte de renovação da esperança; forte coesão familiar; arraigado senso de poupança;

acentuado individualismo, com abertura para a vizinhança; confiança na própria capacidade; espírito de iniciativa para enfrentar e superar problemas e dificuldades ; senso de comunidade, embora com características paroquiais, só mais tarde assumindo dimensões realmente políticas em função do bem comum da sociedade mais ampla.

Alicerçadas nessa bagagem étnico-cultural e contando com a fertilidade natural do solo, as "colônias novas" experimentaram relativo dinamismo e expansão econômica, a par de rápido crescimento populacional. Também contribuiu para a relativa prosperidade o fato de a maioria dos colonizadores (vindos das "colônias velhas") já possuírem experiência de trabalho agrícola e já terem acumulado algum patrimônio próprio na nova pátria. Assim, dentro dos padrões da época, pode-se afirmar o surgimento de uma extensa classe média rural.

A partir desse substrato cultural-ideológico, a região construiu sua base econômica alicerçada na produção agropecuária de pequenos agricultores em sistema de trabalho familiar. A par da agricultura, prosperaram também o comércio, o artesanato, uma incipiente indústria e, mais tarde, os serviços. Era uma economia fortemente integrada na economia estadual e nacional, esta ainda com acentuadas marcas de regionalização até a década de 1950.

A insuficiente presença da ação governamental fez emergir com mais força o sentimento de comunidade, expresso em iniciativas concretas de interesse coletivo. Assim, além dos empreendimentos econômicos, criaram os antigos colonos e seus descendentes, a par de suas igrejas, também suas escolas, associações culturais, recreativas e esportivas, suas associações de classe, suas cooperativas e, mais tarde, suas universidades.

A relativa prosperidade e o elevado crescimento vegetativo da população explicam os numerosos desmembramentos ocorridos e a conseqüente criação de muitos municípios na antiga área de mata, enquanto na antiga área de campo, baseada na grande propriedade pastoril, a situação político-administrativa municipal pouco evoluiu, o que caracteriza a quase estagnação desta última.

Por outro lado, a propriedade pequena e a família numerosa, com as partilhas por herança, deram origem ao minifúndio e obrigavam a uma exploração intensiva do solo, o que provocou rápido esgotamento de sua fertilidade natural. Associa-se, ainda, a contínua transferência de renda dos agricultores para os comerciantes e industriais, através da diferença no preço dos produtos. Esses fatores explicam a generalizada estagnação e o posterior declínio da agricultura tradicional, que se agudizou na década de 1950/início dos anos 60, levando-a ao estrangulamento.

Assim, no início da segunda metade do século 20, chegava ao esgotamento o modelo agrícola tradicional, baseado na pequena propriedade rural e no uso da fertilidade natural do solo e da mão-de-obra familiar. A fronteira agrícola sul-rio-grandense já se esgotara nos anos 40. O solo, desgastado pela exploração intensiva, chegava em muitos casos quase à exaustão. A produção diminuía e a família rural empobrecia. Em conseqüência, um número crescente de famílias rurais via-se colocado diante de um dilema de difícil solução: ou recuperar a fertilidade do solo empobrecido, para poder permanecer na atividade agrícola, ou migrar para as cidades na tentativa de trabalho remunerado na indústria, no comércio ou no setor de serviços. Para a primeira alternativa, faltavam recursos financeiros; diante da segunda, pairava a incerteza. Em face de ambas, estreitavam-se as perspectivas de futuros para os filhos.

Conforme referido anteriormente cada lugar é atingido por movimentos e ações gerados em nível global. Assim, a década de 1950 foi assinalada por profundas transformações no mundo, no Brasil e na região. Emergindo dos escombros da Segunda Guerra Mundial, o mundo buscava sepultar o passado de sofrimento e dor e deixava-se embalar pelo sonho de uma nova era de paz e liberdade, democracia e desenvolvimento, tendo como exemplo maior o esforço de reconstrução da Europa. Os ventos da liberdade começavam a varrer o colonialismo na Ásia e na África, dando origem a novos estados soberanos. Os avanços da Ciência e da Técnica, aplicados à produção, revolucionavam os processos e dinamizavam a economia, os transportes, as comunicações, a sociedade.

No Brasil também vivia-se um momento de transformações. Numa atmosfera de otimismo, confiança e esperança, olhava-se para o futuro. Com a participação de capital e de tecnologia estrangeiros implantou-se a indústria automobilística, de eletrodomésticos e eletroeletrônica. O Estado construiu Brasília, grandes siderúrgicas, grandes hidrelétricas, a Petrobrás, portos e aeroportos, expandia as comunicações e rasgava estradas de rodagem, ligando grandes distâncias. Com o impulso dado à implantação no País de um novo padrão de desenvolvimento industrial, voltado à substituição de importações, a partir dos anos 50, ocorreram profundas mudanças: a economia brasileira acelerou o ritmo de crescimento, estruturou-se o mercado nacional e aprofundaram-se os vínculos da economia nacional com o exterior. O país agrário apressava o ritmo de sua transição para o país urbano-industrial, trazendo na bagagem novas demandas e desafios.

Na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na década de 1950, acentuava-se o declínio da agricultura tradicional, ate então base da economia regional, com reflexos negativos nos demais setores da economia no conjunto da sociedade.

Quando a desesperança e a falta de perspectivas já se tornavam agudas para os agricultores tradicionais, eis que chegava ao Brasil, trazido de fora (Estados Unidos), um "pacote tecnológico"– a "Revolução Verde"-, que começou a ser implantado inicialmente no norte/noroeste do Rio Grande do Sul e revolucionou a agricultura, graças aos estímulos oficiais: crédito abundante e barato (fortemente subsidiado), mercado e garantia de preços mínimos.

Empresários e profissionais liberais urbanos foram os primeiros a aderir ao processo de "modernização da agricultura", caracterizado pelo uso crescente de máquinas e insumos químicos, arrendando ou comprando áreas de campo e transformando-as em lavouras de trigo. Os pequenos agricultores tradicionais, descendentes dos antigos imigrantes europeus – mais desconfiados, principalmente em relação à dependência bancária – só foram aderir ao novo projeto agrícola, na segunda metade da década de 60/início dos anos 70, sobretudo quando a soja também passou a receber os incentivos oficiais.

O processo de "modernização da agricultura" provocou mudanças profundas na Região Noroeste do Rio Grande do Sul: a lentidão do arado e da carroça de tração animal passou a ser rapidamente substituída pelo ritmo mais dinâmico do trator e dos veículos motorizados; a variada policultura tradicional deu lugar à especialização nas culturas de trigo e soja. Com o avanço do "modelo" industrial e da modernização agrícola aceleraram-se o êxodo rural e o processo de urbanização.

A modernização agrícola, nos padrões em que se processava, adequava-se à média e à grande propriedade e tendia ao estrangulamento do minifúndio. Com a introdução da máquina, aumentavam os volumes de produção e reduzia-se a necessidade de mão-de-obra, excluindo contingentes populacionais das atividades agrícolas e empurrando-os para as cidades. A incorporação de novos equipamentos, novos processos de produção, novas técnicas de manejo do solo, de plantio, de colheita, de armazenagem e de comercialização, acompanhadas de novas idéias, ampliaram a visão cultural dos agentes econômicos e alteraram profundamente os interesses, os valores, os hábitos, e os padrões de consumo também entre as populações rurais, em decorrência das facilidades de intercâmbio e de comunicação.

Com a modernização agrícola, impulsionada por fortes incentivos oficiais, novas áreas foram incorporadas à produção. Processou-se, também, acentuada integração das antigas áreas de campo e de mata num mesmo e único processo, eliminando ou reduzindo suas tradicionais características distintivas. A par da agricultura "modernizada" surgiram na região várias empresas ligadas ao complexo agroindustrial, particularmente indústrias de colheitadeiras automotrizes e de implementos agrícolas e agroindustriais de transformação ou de beneficiamento da produção primária. Ocorreu também a expansão dos setores financeiros, comercial e de serviços.

De outra parte, à medida que se esgotava a fronteira agrícola no estado (décadas de 1930/1940), iniciou-se um processo de migração de expressivo contingente populacional, calculado em cerca de setecentas mil pessoas, no total, de diversas regiões do Rio Grande do Sul, particularmente do noroeste gaúcho, rumo a novas fronteiras agrícolas em outros estados. Primeiro para o oeste de Santa Catarina e, nas décadas de 1950/60, para o sudoeste do Paraná, ainda na fase da agricultura tradicional: pequena propriedade agrícola, policultura, mão-de-obra familiar, desbravamento da mata e exploração intensiva da fertilidade natural do solo. Mais tarde, a partir do início dos anos 70 – já sob o impulso da agricultura modernizada e dos incentivos oficiais com base na grande propriedade rural-, continuou o processo migratório de gaúchos, agora rumo às novas frentes que se abriam no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Bahia, Maranhão e outros estados, a par da relativa parcela deles que optou por estabelecer-se no setor de serviços, principalmente ao longo das rodovias e nas cidades (postos de gasolina, bares e restaurantes, pousadas e hotéis, churrascarias etc.).

As transformações que se operavam levaram a uma progressiva concentração econômica em determinadas regiões do País, em determinados centros urbanos e em grandes empresas. Com isso, estreitaram-se os canais tradicionais de ascensão social da classe média: estabelecimento por conta própria na pequena agricultura, no comércio, na indústria ou no setor de serviços.

Ao restringirem-se as perspectivas de futuro, dentro dos padrões tradicionais, a classe média e mesmo uma parcela das camadas populares passaram a pressionar com mais força para o alargamento dos canais de acesso ao ensino superior (e também de ensino médio), através da ampliação do número de vagas e da criação de novas escolas, e de instituições universitárias, bem como da interiorização destas, uma vez que, até então, a existência delas se restringia às capitais dos estados, e o acesso a elas, com poucas exceções, limitava-se aos filhos das elites bem-situadas economicamente.

Como o poder público investia pouco em educação, essa demanda/aspiração das camadas médias (e populares) passou a ser predominantemente atendida pela iniciativa privada, dando origem a um expresso número de instituições de ensino superior, sobretudo de caráter religioso ou comunitário, mas também em alguns casos, de cunho empresarial relativamente distribuídas no espaço territorial-populacional do país.

É nesse contexto que surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, instituição pioneira na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, interiorizada e aberta à demanda de jovens que não teriam outra forma de acesso ao ensino superior.

A crise dos anos de 1980/90 reproduz de forma mais evidente aquilo que já vinha se esboçando num processo de globalização que se apresenta cada vez mais intensamente e que demarca a influência do capital externo interligando todos os lugares numa rede que define um espaço de fluxos.

Na década de 1980, ocorreu o esgotamento do "modelo" econômico brasileiro baseado na industrialização por substituição de importações e financiado basicamente pelo Estado e pelo capital externo. O País mergulhou, então, numa crise econômica profunda, que (talvez) só em meados da década de 90 tenha começado o penoso caminho de sua superação.

Essa nova realidade afetou profundamente a economia regional, baseada na agricultura. O ciclo da soja esgotou sua fase se expansão, o trigo encontra problemas de produtividade, em decorrência principalmente de fatores climáticos, biológicos e de tecnologia. Acrescem-se ainda problemas decorrentes de custos de produção elevados (máquinas, implementos, insumos e juros, principalmente), em face da concorrência do produto importado, quer no âmbito do Mercosul, quer no plano internacional.

Algumas frustrações de safras agrícolas, o excessivo endividamento e a redução/retirada dos subsídios creditícios, entre outros fatores, acarretaram descapitalização acentuada de muitos produtores e enfraquecimento financeiro e operacional de suas cooperativas, estas afetadas também por problemas de adequação, administração e gerenciamento. Ainda, vem se processando a devolução da comercialização do produto aos agentes econômicos privados (produtores, cooperativas, indústrias), com o afastamento do governo, que antes detinha o monopólio da comercialização do trigo e influenciava diretamente todo o processo da produção rural. Com a transferência dessa responsabilidade, o governo passa a atuar apenas na definição das regras básicas e na oferta parcial de crédito oficial.

A política econômica imposta ao País, sobretudo nas décadas de 1960/1970, e dentro dela o "modelo" agrícola, baseado na modernização/mecanização, mais adequado às medias e grandes propriedades, contrastando com a predominância histórica da pequena propriedade agrícola familiar na região, acentuou ainda mais a concentração econômica e populacional, tanto no País como no estado. O "modelo" agrícola imposto através da chamada "Revolução Verde", sem levar em conta as características regionais, agravou sobremodo o êxodo rural – fenômeno esse observado tanto nos municípios menores como naqueles de porte médio.

A dinâmica populacional resultante deste conjunto de fatores aponta em termos nacionais a crescente urbanização da população, declínio da taxa de natalidade e ampliação da expectativa de vida. Em conseqüência na região, já no decênio de 1970-1980, ocorreu relativo decréscimo populacional nos municípios de menor porte, tendo como contraponto expressivo aumento da população nas cidades de porte médio da região. No período mais recente (1980-1996), essa tendência não apenas continuou, mas se ampliou, atingindo também, em relativo grau, os centros urbanos regionais médios, que viram reduzir-se o ritmo de seu crescimento populacional.

Acentuaram-se as migrações do noroeste do Rio Grande do Sul para as regiões mais dinâmicas do estado. Assim, nos cinco primeiros anos da década de 90 (1991-1996), enquanto o Rio Grande do Sul, como um todo, apresentou um crescimento populacional de 5,4% (quase 1,1% ao ano) e todas as demais regiões do estado tiveram incremento da população superior a 3,0%, a Região Noroeste manteve-se praticamente estagnada no aspecto populacional, com aumento de apenas 0,1% no referido período.

O declínio populacional da região de atuação prioritária da Unijuí em relação à população do estado – um declínio de mais de dois pontos percentuais (7,46% para 5,44%), em termos relativos, num período de 36 anos (1960 – 1996), e, a partir de 1980, uma redução, também em termos absolutos, do número de habitantes da referida região, em decorrência da migração. Constata-se, também, o avanço do êxodo rural e do processo de urbanização, perdendo a região peso populacional, tanto na área urbana como na rural.

Essa estagnação reflete principalmente, por um lado, a crise da agricultura, particularmente das pequenas propriedades rurais e dos municípios de menos porte baseados na produção primária, e, por outro lado, a falta de grandes centros urbanos aglutinadores na região. Por outro lado, a crise no setor agrícola, além de atingir diretamente os agricultores e suas cooperativas, repercute negativamente nos demais setores de atividade (indústria, comércio e serviços). Isso faz com que pessoas migrem da zona rural para as cidades-pólo do noroeste gaúcho (Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Cruz Alta, Panambi) ou para as cidades mais industrializadas de outras regiões do estado, particularmente a Nordeste e a Metropolitana, que apresentaram crescimento populacional de 8,4% e 7,1%, respectivamente, no período 1991 – 1996.

O relativo empobrecimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, com o setor agrícola descapitalizado, leva a prever, para os próximos anos, a continuidade da perda da população para os centros mais industrializados, com o crescimento natural dela apenas compensando, se tanto, a saída de pessoas da região.

Perdas idênticas ocorreram também em relação à participação da economia da região, no conjunto da economia do Rio Grande do Sul. Na área econômica, embora tenha ocorrido aumento proporcional no setor da agropecuária, sobretudo até meados da década de 1980, com declínio posterior, a região perdeu posição na indústria. Tudo indica que essa tendência se mantenha no final deste século/milênio, em decorrência das condições já existentes e, ainda, pela implantação de grandes projetos industriais, com incentivos oficiais do Estado, nas duas regiões mais dinâmicas anteriormente referidas.

Essa crise estrutural da economia regional foi sensivelmente agravada pelos reflexos negativos da crise econômica brasileira, de 1981 em diante, uma vez que a base da economia regional se situa nos setores menos dinâmicos e mais dependentes e vulneráveis às oscilações das políticas governamentais e da conjuntura geral.

Por outro lado, o processo de abertura econômica do País no contexto da globalização, a partir do início da década de 1990, a integração no Mercosul e a implementação do programa de estabilização da economia (Plano Real) desnudaram com mais nitidez a realidade e suas fragilidades e impuseram exigências imperiosas e mais profundas de competitividade, modernização e reestruturação empresarial e das atividades em geral, inclusive no Estado, mais difíceis de viabilizar num cenário interiorano, caracterizado por pequenos e médios empreendimentos econômicos, carentes de capital, de tecnologias mais avançadas e de recursos humanos qualificados.

Reverter essa tendência de perdas relativas regionais é um desafio que há algum tempo começa a ser assumido por setores da sociedade civil, do empresariado e também pelo setor público, quer na esfera estadual, quer nos municípios e suas organizações de caráter integrativo em âmbito microrregional, a partir de identificações e afinidades históricas percebidas e interpretadas pelos poderes públicos em parceria com as organizações e entidades da sociedade civil.

A agricultura regional vêm buscando saídas através da incorporação de novas técnicas de produção, com redução de custos e aumento de produtividade; da diversificação de culturas, de que são destaques a produção do milho, de leite e de carne, a piscicultura e o desenvolvimento do setor de hortigranjeiros; e, também, de iniciativas de industrialização da produção primária, visando a agregar maior valor econômico aos produtos. Todavia, esse, processo, embora esteja na direção dos novos tempos, é, por natureza, lento, tendo ainda a dificultá-lo a escassez de recursos financeiros e de recursos humanos.

Estudos mais amplos de diagnóstico, identificação dos estrangulamentos e das potencialidades regionais estão ainda em estágio preliminar. A região carece também de empreendedores mais arrojados, capazes de atuar com êxito num contexto mais amplo e mais competitivo. Igualmente, há que se promover, com mais determinação, a qualificação tecnológica das micro, pequenas e médias empresas, sua articulação setorial e a capacitação profissional da força de trabalho.

A Universidade, fiel à sua inserção e ao seu compromisso histórico, interagindo com interlocutores e agentes sociais e culturais que com ela se identificam ou compartilham de trabalhos comuns, tem papel relevante nesse processo. Sua crescente qualificação é um imperativo em face das exigências dos novos tempos. A regionalização dela foi mais um passo para que possa responder com mais efetividade a esse desafio.

3 A UNIJUÍ SE CONSTITUINDO COMO O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO

A Unijuí situa-se e atua de forma mais direta na porção noroeste do estado do Rio grande do Sul. Esta área corresponde as denominadas Região do Noroeste Colonial e Região da Fronteira Colonial, abrangendo 54 municípios, dentre os quais se destacam – Ijuí com o Campus Sede, e os municípios de Santa Rosa, Três Passos e Panambi que abrigam campus universitários. Este processo de regionalização foi sendo construído a partir das demandas, em que a instituição sempre procurou pautar suas ações, considerando a formação de profissionais, mas também preocupada e atenta ao desenvolvimento regional. Conforme Brum (1998) a aspiração dos estudantes de nível médio, e dos professores, ainda, na quase totalidade, com formação precária para o exercício do magistério, traduziam-se no desejo de um curso superior. Assim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, nasce com o propósito de ser um centro irradiador de cultura, além do compromisso com a formação de quadros qualificados para o exercício do magistério no ensino secundário. A irradiação da cultura, através da extensão universitária, era entendida, no início, como o esforço/trabalho de levar o saber da Faculdade ao povo (ignorante), embutida aí também a preocupação missionária de “salvar” as pessoas diante do impacto crescente da invasão modernizadora da técnica.

Criada em 1957, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, viria a constituir-se na atual Unijuí. Inicialmente uma instituição confessional que objetivava garantir as condições de formação filosófica aos seminaristas da ordem religiosa da Ordem dos Frades Menores – os capuchinhos como são popularmente conhecidos – , e subsidiariamente contribuir para a formação intelectual dos jovens desta região interiorana, tão distante de centros universitários, que à época localizavam-se unicamente em Porto Alegre. São criados os cursos de Filosofia e de Pedagogia com o que ficam demarcadas algumas das características fundamentais da instituição. De um lado uma profunda tradição humanística, e de outro a preocupação com a qualificação dos professores e o aprimoramento da educação básica num primeiro momento extensivo a um cuidado com a formação de quadros para atuação nos diversos setores da sociedade regional. Some-se a estas características uma terceira dimensão que é seu caráter comunitário e estão estabelecidas aquelas que são a marca institucional.

Em acordo com os princípios do *aggiornamento* social proposto pela reforma da igreja católica pós Concílio Vaticano II e as próprias diretrizes da atuação franciscana rapidamente a FAFI insere-se na região por meio de uma forte ação extensionista.

No que diz respeito à oferta dos diversos cursos que hoje constituem a universidade há um primeiro esforço de consolidar a oferta de oportunidade de qualificar os profissionais da educação através das diferentes licenciaturas. Ao curso de Pedagogia, acrescentam-se a partir de 1967 os cursos de curta duração de Estudos Sociais, Letras e Ciências que serão substituídos pelas licenciaturas plenas destas áreas, até completar-se a oferta de todas as licenciaturas.

À medida que se consolidavam os cursos de formação de professores, abre-se uma nova área de atuação constituída pela formação de quadros gerenciais e administrativos para atuarem nas empresas e entidades da região. Cria-se então os cursos de Administração, de Ciências Contábeis aos quais viriam somar-se mais tarde os de Economia e de Direito. Todos eles, malgrado suas diferenciações, têm em comum o fato de situarem-se no que se pode considerar o campo das ciências sociais aplicadas. Embora uma inequívoca dimensão técnica não está ausente a reflexão de natureza humanística. Este esforço de inserção no campo empresarial e administrativo resulta na oferta por um breve período do curso de Tecnólogo em Cooperativismo.

Uma terceira área de atuação abre-se a partir da criação em 1980 do curso de Enfermagem. As demandas da sociedade brasileira pela universalização da saúde viriam marcar de forma inequívoca a opção da Unijuí pela saúde pública, o atendimento primário. Ao curso de enfermagem acrescentam-se posteriormente os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Farmácia.

Os cursos da área tecnológica Agronomia, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos e Informática representam o esforço para inserir-se efetivamente no âmbito da produção. A preocupação neste caso não é mais gerencial, mas com a geração de capacitação tecnológica no âmbito da produção de bens. Completando o conjunto das ofertas desenvolvem-se a partir de 1994 os cursos da área de comunicação; Jornalismo; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas e Design.

Paralelamente à oferta dos cursos de graduação desde cedo se buscou oferecer condições de aprimoramento da qualificação profissional através da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, os cursos de especialização nos diversos campos da atuação da universidade. O aprofundamento desse esforço e compromisso resultou na constituição da pós-graduação *stricto sensu* com os cursos de Mestrado em Modelagem Matemática, Educação nas Ciências e Desenvolvimento, Gestão e Cidadania.

Presentemente está em discussão a ampliação do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências visando a oferta do Doutorado, com o que estaria reafirmada aquela que foi a vocação inicial da Instituição, qual seja a formação de professores.

Considerando a estrutura administrativa da antiga Faculdade de Filosofia, instituição isolada e única até chegar à condição de universidade, a Unijuí, desenvolveu diferentes formas administrativas. Inicialmente, tem-se as faculdades singulares – a FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que agregava os cursos de formação de professores; a FACACEI– Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis, a Faculdade de Enfermagem. Pertencentes todas a uma mesma entidade mantenedora, inicialmente a Sociedade Literária são Boaventura, ente jurídico da Ordem dos Frades Menores e a partir de 1969 a FIDENE – Fundação de Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A Fidene é fundação pública de direito privado constituída pela dotação inicial dos frades capuchinhos, mantida e gerida pela comunidade universitária. As direções das faculdades juntamente com a presidência da fundação constituíam um colegiado de direção que garantiu desde cedo o caráter democrático, colegiado e auto-gestionário da Instituição.

A busca de uma estrutura administrativa mais equilibrada, aliada à pretensão de adequar-se ao modelo administrativo da universidade oportuniza a transformação, em 1981 das faculdades isoladas nos Centros Integrados de Ensino Superior que formaliza juridicamente aquela que era uma prática de gestão integrada já em vigência. Instituída a universidade adotou-se, num primeiro momento, a estrutura de Institutos e Departamentos, já a partir de 1994 optou-se por extinguir os Institutos sob a justificativa de dotar a universidade de uma estrutura mais ágil e enxuta.

Merece registro o fato de todos os cargos de administração acadêmica serem preenchidos pelo voto direto dos respectivos pares. Assim é que os membros dos Colegiados de Curso elegem o Coordenador, os membros de cada departamento elegem pelo voto direto o chefe de departamento e o conjunto da comunidade universitária, contando inclusive com a participação da sociedade local/regional elege, de forma direta, pelo voto proporcional o Reitor e os Vice-Reitores de Graduação, de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, e de Administração.

Os órgãos colegiados tanto da universidade – Conselho Universitário – como da fundação Mantenedora – Conselho Diretor, Conselho Curador e Assembléia Geral contam com a participação de representantes dos professores, funcionários, estudantes e da comunidade externa.

Muito embora a fundação mantenedora e a universidade sejam entidades distintas e relativamente autônomas e da tradição que o Presidente e o Diretor Financeiro da Mantenedora sejam respectivamente o Reitor e o Vice-Reitor da universidade. O cuidado com a preservação da prerrogativa da autonomia universitária determina estatutariamente que a eleição do Reitor e dos Vice-Reitores preceda a eleição dos titulares da mantenedora.

Por certo, a dimensão do ensino é a que tem demandado maior esforço, empenho e recursos. A formação de quadros, a qualificação profissional das pessoas têm sido um dos objetivos centrais, afinal a Unijuí foi desde sempre uma instituição de educação. Foi com a preocupação de oferecer um ensino de qualidade que a instituição, desde cedo cuidou de garantir condições de trabalho docente constituindo um corpo permanente de docentes e incentivando sua progressiva qualificação.

Fiel à concepção de uma necessária formação humanística de seus alunos, todos os cursos da instituição contemplam, em sua estrutura curricular, um Núcleo de Formação Humanística comum e obrigatório.

A pesquisa, conquanto uma preocupação permanente da instituição, tem seu desenvolvimento subordinado a duas ordens de fatores. De um lado, a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da mesma, contando com recursos próprios e, subsidiariamente, com aportes de agências financiadoras ou outros parceiros.

Pensando o Ensino Superior na região e o papel da Unijuí neste contexto, constata-se que, como resultado da crescente urbanização, da demanda por oportunidades de ensino, e da convicção que a qualificação profissional tornava – era cada vez mais decisiva na disputa pelo emprego tem como resultado o surgimento no Rio Grande do Sul de diversas instituições de ensino superior que acabam por transformarem-se em universidades. Esta expansão tem como característica principal a interiorização do ensino superior levada a efeito, ora pelo governo federal que cria as universidades federais de Santa Maria (1960), Rio Grande (1969) e Pelotas (1969), ou então por iniciativa de entidades de natureza confessional ou comunitária como é o caso entre outras das universidades de Caxias do Sul (1967), de Passo Fundo (1967) do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – (1969), Unijuí (1985) e de Cruz Alta – Unicruz – (1988) e Universidade Regional Integrada – URI (1992). Estas duas últimas têm suas sedes em municípios vizinhos a Ijuí e área de atuação que interpenetra com a área de atuação da própria Unijuí.

Merece referência a respeito o fato de que as instituições de ensino superior em Cruz Alta e Santo Ângelo tiveram seu início como extensões da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí, que se constituiu, pois não só na origem da Unijuí (1985) mas também contribuiu decisivamente para a implantação do ensino superior (1967) nos municípios vizinhos de Cruz Alta e de Santo Ângelo, que está na origem das atuais universidades – Unicruz e URI.

A par dessas universidades foram criadas, mais uma vez, por iniciativa comunitária ou confessional, uma série de instituições isoladas de ensino superior. Na região em que a Unijuí atua de modo mais intenso tem-se desde 1961, em Santo Ângelo, a Faculdade de Direito, em Três de Maio a SETREM – Sociedade Educacional de Três de Maio com curso de Administração (1976), e em Santa Rosa as Faculdades Integradas Machado de Assis, que em 1970 tem autorizado seu curso de Ciências Contábeis e o Instituto Educacional Dom Bosco, que atuou com diversos cursos superiores, particularmente na área das licenciaturas, de 1973 até o início dos anos 90. Por intermédio de convênio estabelecido entre a Unijuí e o IEDB – Instituto Educacional Dom Bosco, em 1990, e o Termo Aditivo de 31 de dezembro1991, procedeu-se à transferência dos cursos do Instituto Educacional Dom Bosco, com o que se acelera o processo de regionalização da Unijuí.

Mais recentemente observa-se a atuação na região de instituições sediadas em outros estados ou áreas do Rio Grande do Sul e que oferecem cursos a distância, especialmente na área das licenciaturas, ou das ciências sociais e humanas. A oferta desses cursos com menor duração e com menor custo de mensalidades representam um dado novo, uma modificação na matriz do ensino superior regional. A marca local/comunitária enfrenta, agora, a concorrência de proposições e instituições adventícias que não possuem vínculos regionais, tendo seu centro decisório instalado longe dos reclamos e anseios locais. Por tudo isso sua forma de atuação e relacionamento com a região é bastante diferente daquela típica das instituições regionais.

Considerando as características apresentadas pela dinâmica populacional brasileira e no Estado do Rio Grande do Sul (redução das taxas de natalidade e fecundidade, aliado aos fatores migratórios), nos municípios da região a questão tende a ser mais agravada. As mudanças na matriz produtiva do Rio Grande do Sul e em especial da região de atuação da Unijuí repercutem imediatamente na dinâmica populacional. Enquanto as mudanças no comportamento reprodutivo obedecem a um padrão mais geral e mais estrutural o comportamento migratório responde mais rápida e imediatamente a modificações nas condições de reprodução da vida, de emprego, de renda, de oportunidades educacionais e culturais entre outras.

Enquanto o Rio Grande do Sul cresce – a taxas menores que o Brasil – a região de atuação da Unijuí cresce ainda menos. No período 1991 – 2003 o Rio Grande do Sul teve um crescimento de 15,3% a Região Noroeste Colonial e a Região Fronteira Noroeste apresentaram um crescimento negativo da ordem de – 3,2%. Este desempenho demográfico é a clara expressão da dimensão e extensão da crise econômica regional. A agricultura preconizada pela Revolução Verde – lavouras capital intensivo, produção para o mercado, consumidora de insumos industriais – revelou-se incompatível com a estrutura agrária e agrícola pré-existente – pequenos produtores, minifundiários, descapitalizados. Essa modernização conservadora produziu um excedente populacional, que expulso da terra migra para as cidades. O êxodo é num primeiro momento para cidades médias da própria região (Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi, após para as regiões mais industrializadas como Caxias do Sul e a metropolitana de Porto Alegre, ou mesmo para fora do estado).

O fluxo migratório para além de produzir ao longo dos últimos quinze anos um decréscimo da população que passa de 1.090.559 habitantes para 1.056.233 habitantes na área de atuação mais direta da universidade produz outro efeito ainda mais perverso. Trata-se da seletividade migratória, compreensivelmente migram os mais jovens, aqueles em idade ativa, os mais velhos tendem a ficar para trás. Esta característica do processo migratório pode ser observada sempre que se considerar a composição da estrutura etária da população.

Considerando-se a participação percentual da população com 50 anos e mais para os anos de 1991, 2000 e 2003 encontram-se os seguintes números respectivamente: para o Rio Grande do Sul: 17,3; 19,4; 20,5 e para o conjunto das Regiões Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste 16,5; 21,1; 22,4. O incremento da participação da população mais idosa denota o processo de envelhecimento populacional, de aumento da expectativa de vida. Mas o aumento mais acelerado do número de pessoas com mais de 50 anos na região de atuação da universidade está a indicar a seletividade migratória antes referida, não é qualquer um que migra.

Esta população mais idosa, cada vez mais numerosa, tem sido a responsável por um interessante fenômeno que se observa especialmente nos municípios de menor população. Trata-se das aposentadorias que muito embora de pequena monta unitária representam importante repasse monetário que irriga os negócios locais. Junte-se a isso as políticas sociais compensatórias, do tipo bolsa-família e se chega à constatação que a maior parte das receitas monetárias da população advém dos cofres públicos sob a forma de seguridade social e assemelhados.

O relativo empobrecimento da região de atuação da Unijuí leva a prever, para os próximos anos, a continuidade da perda populacional para os centros mais industrializados. Reverter esta tendência de perdas econômicas, financeiras e demográficas é um desafio que há algum tempo começa a ser assumido por setores da sociedade civil, do empresariado e também pelo setor público, quer na esfera estadual, quer nos municípios e suas organizações de caráter integrativo em âmbito microrregional, a partir da identificação de afinidades, de interesses convergentes, de desafios a serem assumidos coletivamente.

Este é o quadro regional, e está demonstrada aqui a realidade do Ensino Superior nesta região. Se a Unijuí, por sua história, se constitui no Ensino Superior desta região, cabe agora repensar a sua atuação, diante da nova realidade que se configura. São muitas as instituições que atuam no Ensino Superior, a população provável está diminuindo, a região enfrenta séria crise econômica-financeira e o custo de um curso numa universidade que não é publica afasta a possibilidade de acesso.

– Parte II –

AVALIAÇÃO INTERNA: um Processo Cíclico, Criativo e Renovador

Apresentamos, a seguir, o resultado da auto-avaliação realizada pelos diversos setores, grupos e pessoas na Unijuí. Inicialmente demonstramos a nossa história institucional Fase I e Fase II seguida das ações, realizadas pela CPA na Fase III, e após a sistematização do que a CPA recebeu considerando as dez dimensões propostas no Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004. Em cada dimensão apresentamos, quando necessário, um quadro que sintetiza os resultados recebidos pela CPA e um texto descritivo/analítico que demarca as dificuldades que enfrentamos no nosso dia-a-dia do fazer universitário e as possibilidades que percebemos. O trabalho de organização dos dados, informações e análises recebidas pela CPA durante o período (agosto de 2004 a julho de 2006) foi feito nos meses de fevereiro a maio de 2006 pelos componentes da CPA. O resultado agora apresentado foi discutido e sistematizado no grupo e representa o nosso entendimento do que foi realizado, mas em especial é o resultado da auto-avaliação realizada nas instâncias da universidade. No que trata do memorial descritivo, deve-se ressaltar que alguns departamentos centraram a apresentação da sua análise a partir de opiniões trazidas pelos alunos. Talvez isso não represente a realidade do departamento, em toda sua complexibilidade, mas pela opção de aplicar instrumentos aos alunos. Este é o produto do que foi realizado até o momento, porém, como é um processo cíclico, ele se realimenta cotidianamente e os resultados já estão desencadeando novas discussões e proposições para o fazer universitário. E como processo criativo coube a cada setor fazer e demonstrar da forma mais coerente com a sua realidade, a sua auto-avaliação.

1 A HISTÓRIA DA AUTO-AVALIAÇÃO NA Unijuí

Breve histórico

O Processo de Avaliação Institucional (AI) da Unijuí é percebido, pelos atores que o conceberam e o implementaram, como um processo com caráter de continuidade, permanência e de atualidade (CA, n. 18, 2000). A intencionalidade do processo é "afinar, pela avaliação, a atuação da Unijuí com as demandas da sociedade que a efetiva e lhe dá sentido" (idem, p. 3). De forma mais ampla, integra-se nas intencionalidades do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB – já em 1994, quando o processo se torna mais sistemático e global. Decorrente dessa fase houve maior preocupação em socializar os resultados da avaliação, mas, também, o processo e questões que deviam ser melhor debatidas. Para isso criou-se a série Cadernos de Avaliação Institucional, que constituem os documentos básicos para a compreensão de todo o processo histórico de AI da Unijuí. Entre essa série de Cadernos, o de n. 18 é referência chave, pois contém o Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí em sua 2ª fase, uma sistematização realizada pela Comissão Coordenadora da Avaliação Institucional (CCAI) 1999 e publicado em 2000 pela Editora Unijuí. No mesmo Caderno houve um resgate histórico da AI, constituindo-se em importante fonte de pesquisa para sua compreensão.

Segundo a CCAI, o Projeto busca redimensionar a AI da Unijuí, com vistas à "reconstrução e vitalização permanente das políticas de gestão, pesquisa, extensão e ensino, articulando os processos internos de auto-avaliação às demandas ou diretrizes externamente definidas, bem como revitalizar a avaliação como processo intrínseco do fazer universitário" (p. 6). Propõem, então, na sistematização realizada, a avaliação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos Cursos e dos Programas de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, bem como os Planos das Unidades Administrativas e do Projeto Institucional como um todo. Todas as instâncias representativas da Universidade participaram, em algum momento, da qualificação do Projeto, podendo ser considerado um Projeto da Universidade e não, apenas, de uma comissão.

No mesmo documento, o processo de AI é considerado um dos "pilares norteadores do seu modo de atuar e fazer universidade", constitutivo da própria concepção de universidade sempre em construção. Dessa forma, a avaliação contínua e continuada da Universidade faz parte dos discursos e das práticas das instâncias e sujeitos que a constituem, segundo o mesmo documento.

Com base em outros dois princípios, a Reflexão e a Sistematização, foram aprovadas as atividades e principais dimensões no que se refere ao Ensino de Graduação e Pós-Graduação, às Relações com a Comunidade através da Extensão, à Produção Científica através da Pesquisa e à Gestão. Todo o processo sempre foi visto como articulado à estrutura orgânica da Universidade, sendo os agentes avaliadores os sujeitos que compõem as suas instâncias. A Comissão então criada teria o papel de coordenação e não o de execução da avaliação, cercando-se de grupos de trabalho de acordo com a especificidade da atividade em execução ou da dimensão que estava sendo avaliada. Pode-se dizer, então, que a CCAI da Unijuí, já em 1999, exercia um papel muito próximo do que é atribuído à CPA de hoje. Todo o processo, desde o Seminário de Avaliação Institucional, em 1996, encontra-se documentado na série Cadernos de Avaliação, publicados pela Editora da Unijuí.

A avaliação da dimensão ensino foi apresentada em relatórios por curso e deu-se com base em documentos já produzidos e publicados em diversos cadernos da Série Cadernos de Avaliação: Base de Dados (n. 5); Egressos (n. 1); Alunos do Regime Regular (n. 13); Alunos do Regime Especial (n. 3). Além desses documentos, foram base para a avaliação do ensino, Relatórios sobre o ciclo Básico e Projetos de Curso. Após discutidos no Colegiado dos Departamentos aos quais estão afetos os cursos, os relatórios foram reencaminhados aos respectivos Colegiados de Curso e após apresentados em Seminário de Avaliação do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, realizado nos dias 16 a 20 de dezembro de 1996. Para isso foram criados quatro fóruns integradores: Licenciaturas; Ciências Sociais e Aplicadas; Área Tecnológica; Pós-Graduação. Cada fórum contou com um consultor externo para participar das discussões do fórum e fazer a análise dos conteúdos dos relatórios e dos debates. Em cada fórum surgiram temáticas que foram apresentadas em plenária e debatidas. Os resultados do Seminário foram publicados em forma de relatório e distribuídos a toda comunidade acadêmica, visando subsidiar novas práticas (Caderno n. 7).

A avaliação das dimensões da Pesquisa e da Extensão foi formalmente desencadeada no 1º semestre de 1997, tendo como base o Catálogo de Produção Científica da Universidade e as informações na Base de Dados (Caderno n. 5). Para preparar o Seminário Institucional, à semelhança do que fora feito com a dimensão do Ensino, os departamentos, desafiados pela CCAI e após terem discutido os seus programas, realizaram seminários de apresentação de seus programas e projetos, produzindo relatórios cujas sínteses foram publicadas (Cadernos de n. 10 e 11). Esses cadernos serviram de subsídio para a realização do Seminário Institucional de Avaliação da Pesquisa e da Extensão, que contou, igualmente com consultores externos. Após o Seminário Institucional, os consultores desenvolveram relatórios analítico-avaliativos sobre o nível e a extensão dessas dimensões na Unijuí, traçando comparações com outras instituições. Constatou-se diferentes concepções sobre Pesquisa e Extensão nas diversas instâncias da Universidade e apontou aspectos que teriam de amadurecer, como as relações entre pesquisa, extensão e prestação de serviços. Mostrou, ainda, a necessidade de expandir e consolidar programas existentes e ocupar maior espaço nos fóruns de interlocução em nível nacional e internacional.

O processo de avaliação da dimensão Gestão Institucional foi totalmente repensado a partir das temáticas apontadas nos dois Seminários Institucionais anteriores relativos às dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão. "As temáticas apontadas foram: (1) projeto institucional; (2) modelo de financiamento; (3) políticas de "Recursos Humanos"; (4) estrutura organizacional; (5) organização dos processos de trabalho; (6) instrumentos de gestão; (7) políticas de consolidação e expansão; e (8) infra-estrutura" (CA n. 18, p. 14-15). A CCAI propôs a estruturação de uma equipe de trabalho por temática para que fossem produzidos textos institucionais abordando as temáticas com base na história institucional. Ao mesmo tempo, lançou-se o desafio à comunidade acadêmica para que outros textos fossem produzidos sobre as mesmas temáticas. Os textos produzidos pelas equipes de trabalho e os outros produzidos por grupos que se sentiram desafiados serviram de subsídio para o Seminário Institucional da Gestão, realizado nos dias 16 a 18 de dezembro 1997. Participaram, novamente, consultores externos, já munidos dos documentos e relatórios produzidos em todos os departamentos e setores administrativos da Universidade.

Desse processo todo de Avaliação Institucional, desencadeado e desenvolvido nos anos de 1996 e 1997, compreendendo as dimensões Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, depreende-se que houve "um alto envolvimento da comunidade acadêmica, extrapolando a estrutura formal de participação, e por penetrar na estrutura formal, orientando todas as práticas institucionais. Isso evidencia a avaliação institucional como uma atividade desenvolvida de forma sistemática e integrada com o cotidiano institucional, nunca como elemento estranho a ele". (CA, n. 18, p.15-16).

Avaliação da Unijuí na 2ª fase

Esta fase foi considerada "um impulso novo, para ser um novo impulso à universidade". A fase anterior já produzira documentos importantes e disponíveis a todos os sujeitos que constituem o fazer da Universidade. Destacam-se, entre esses documentos, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí e o Plano Plurianual da Unijuí, ambos publicados no

Caderno de Avaliação Institucional n. 11. Nesta segunda fase, está-se diante de uma Universidade que cresceu em tamanho e em complexidade, exigindo novos contornos de avaliação. As perguntas concentraram-se mais na necessidade de definir os desejos, possibilidades e necessidades novas para a manutenção de um projeto institucional que se vê imerso em uma região geográfica expandida e é desafiada por cenários cada vez mais amplos. O foco passa a ser o aumento da produtividade científica e o uso mais intensivo da tecnologia na qualificação das dimensões Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Propõe-se, então, a revisão dos projetos político-pedagógicos dos cursos, com atualização de currículos que pudessem atender melhor às necessidades de formação dos profissionais das diversas áreas do conhecimento; a redefinição da extensão em programas interdisciplinares e interdepartamentais, com distinção clara do que é essa prática universitária de outra prática que é a dos serviços prestados aos mais diferentes segmentos da comunidade regional; a defesa da pesquisa como princípio pedagógico das demais funções acadêmicas, devendo organizar-se em programas institucionais e projetos capazes de produzirem conhecimento útil à sociedade e instrumento de intervenção e transformação regional.

Nesta segunda fase da AI são reafirmadas as políticas institucionais nas quatro dimensões e que se encontram apontadas nas páginas 20 e 21 do CA de número 18. Essas políticas teriam de ser levadas em conta nos planejamentos, práticas e avaliações das diversas instâncias formais da Instituição. Criou-se, assim, a expectativa de concretizar a avaliação como um processo de conhecimento e autoconhecimento Institucional, com possibilidade de contribuir para a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, via articulação com o COMUNG/PAUING.

Foram objetivos da segunda fase da Avaliação Institucional a reconstrução e vitalização das políticas de gestão, pesquisa, extensão e ensino articulando processos internos com diretrizes mais amplas, como Exame Nacional de Cursos, Comissões de Especialistas e outros; também, a própria revitalização da avaliação como processo intrínseco do fazer universitário em nível local, regional e nacional.

Metodologicamente o processo avaliativo proposto devia contemplar o nível macro e o nível micro em cada uma das instâncias. No primeiro nível envolve todos os agentes da instituição tendo em vista o planejamento em longo prazo. No segundo nível devem ser olhados os processos da rotina das instâncias, mas sem perder de vista o todo institucional. Isso permitiu indicar diversos aspectos que seriam levados em consideração em cada uma das dimensões e que se encontram descritas nas páginas 27 a 35 do Caderno de número 18.

Diante desta história que caracterizou a avaliação institucional até agora e com referência ao documento do Sinaes, que considera a concepção de que a auto-avaliação é fundamental para o planejamento institucional, apresenta-se a seguir sistematização do que foi realizado na III Fase. Esta sistematização, a partir da auto-avaliação realizada em todos os setores da Unijuí é apresentada seguindo as dimensões propostas no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004.

2 DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 A missão e o plano de desenvolvimento institucional

A produção e o desenvolvimento do PDI da Unijuí, documentado no Caderno n. 17 da Coleção Cadernos da Gestão Universitária, devem ser vistos dentro do complexo FIDENE, na qual a Unijuí é a principal mantida. Após Seminários de Planejamento nas diversas instâncias do complexo FIDENE, com base em elementos de um Plano de Desenvolvimento Institucional, foi sistematizado o PDI da Universidade, que foi encaminhado ao Conselho Universitário em 1999 e aprovado em 2000. Afirma-se no documento o principal propósito da Unijuí: o de constituir-se em Instituição de Ensino Superior em sentido amplo, buscando a excelência acadêmica. O Plano aprovado explicita o que os sujeitos que constituem a Universidade entendem por visão, missão e propósito, bem como os princípios que os fundamentam e os objetivos estratégicos e de políticas institucionais para os próximos dez anos, contados a partir de 2000. Assim, de forma resumida, a IES vê-se como um núcleo de educação ampla e referência para práticas sociais inovadoras. Sua missão é a formação de pessoas capazes de interação crítica, criativa e propositiva e seu propósito é de socializar conhecimentos que proporcionem o desenvolvimento na região prioritária de sua atuação, o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Como princípios fundamentais de atuação da Unijuí foram explicitados os seguintes: **Excelência Acadêmica**, na busca permanente da qualificação do fazer universitário; **Autonomia Universitária**, como conquista pelo exercício democrático da gestão e da sustentabilidade institucional; **Caráter Comunitário e Regional**, que concretiza a dimensão política não-estatal e reforça o seu compromisso social; **Unidade Institucional**, compromisso entre instâncias, *campi* e núcleos universitários em municípios diferentes.

Com os objetivos estratégicos busca-se contemplar as dimensões do fazer universitário, integrados em programas institucionais, sem comprometer a sustentabilidade econômica-financeira da Instituição; procura-se atender o compromisso social com a preocupação voltada à melhora da qualidade de vida das pessoas e a formação de profissionais capacitados e comprometidos com aspectos da realidade local, regional e mais ampla; no que diz respeito ao fazer universitário o documento expressa a necessidade de alicerçar as atividades na ética, na responsabilidade, na transparência e na participação, buscando, ainda, a interação ampla com as comunidades científicas nacionais e internacionais.

As políticas institucionais definidas voltam-se para o fortalecimento institucional, para a qualificação dos programas institucionais nas diferentes dimensões do fazer universitário e para a qualificação da gestão dos serviços e da infra-estrutura institucional.

Em setembro de 2002 foi encaminhado ao MEC, por meio eletrônico o PDI/Unijuí, com vistas ao Credenciamento da Instituição para a Educação a Distância. Nesse documento, além de reafirmar o Plano em vigência, no que concerne à visão, missão, propósito, princípios fundamentais, objetivos estratégicos e políticas institucionais, aparece um breve histórico da IES, suas finalidades, áreas de atuação e diretrizes pedagógicas. Pode-se ler, nesse histórico, a evolução institucional e a forma como ela procurou contemplar as diversas dimensões do fazer universitário, principalmente no tempo mais recente. Este documento traz com detalhes o Planejamento e Gestão Institucional no que se refere às metas, à organização acadêmica e administrativa, à estrutura organizacional, à interação com a comunidade regional e à organização e gestão de pessoal (docente, técnico-administrativo e discente).

Em outros capítulos do documento pode-se tomar conhecimento do Planejamento e Organização Didático-Pedagógica dos cursos em funcionamento e dos cursos a serem implantados nos anos 2003 a 2005, da descrição da Estrutura Física e Acadêmica, como a infra-estrutura planejada para pessoas portadoras de necessidades especiais, biblioteca, programas de informática e redes de comunicação, de aspectos financeiros e orçamentários, plano de investimentos. Encontra-se, ainda, no Documento, aspectos da Avaliação Institucional e Cronograma de Implementação do PDI.

Em dezembro de 2005 foi encaminhado ao MEC uma versão mais completa do PDI-Unijuí projetando as ações para o qüinqüênio 2006-2010. Nessa nova versão são explicitados com maiores detalhes o Perfil Institucional, a Gestão Institucional, a Organização Acadêmica, a Infra-Estrutura, Aspectos Financeiros e Orçamentários e Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Para todos esses aspectos do PDI podem ser apontadas especificidades que, por sua vez, geram potencialidades e limites.

No que se refere ao Perfil Institucional, percebe-se a "marca da participação comunitária, que a acompanhou nos seus desdobramentos e integrou o seu projeto de Universidade, numa perspectiva de interiorização das instituições de ensino superior" (p 13). Longe das capitais, onde até então se concentrava o ensino superior, a própria aprendizagem no "fazer universidade" a impelia a redefinir, continuamente, o papel na comunidade e os instrumentos necessários para atender aos sempre novos desafios que lhe eram colocados por essa mesma comunidade. Isso gerou, sem dúvida, a marca com a qual sempre se apresenta nos documentos oficiais e nas auto-avaliações relativas às dimensões do Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, esta, sempre apresentada, como democrática com ampla participação de todos os sujeitos que constituem a Instituição. A Fidene, para atender ao compromisso com as comunidades da região e atingir os objetivos de promoção da Integração, do Desenvolvimento e da Educação no Noroeste do Estado, estruturou-se em outras mantidas, além da Unijuí, tendo já abrigado onze delas. Hoje, com a realocação de funções, estrutura-se em cinco: Escola de Educação Básica Francisco de Assis – EFA; Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP; Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – IPD e Rádio Televisão Educativa – RTVE.

A Fidene, como mantenedora dessas cinco instituições, permite que o trabalho possa ser integrado e atende aos compromissos com a sociedade regional. Assim, a EFA caracteriza-se "pelo trabalho cooperativo com pais, alunos e professores" atentando para formas inovadoras e responsáveis de fazer educação infantil, fundamental, média e profissionalizante. A parceria com setores da Universidade tem permitido a geração de conhecimento novo em Educação, no que se refere à Formação de Professores, ao Desenvolvimento de Currículos e à Inovação de Metodologias. O MADP constitui-se em centro histórico-cultural de referência para estudos e pesquisas, com rico acervo de manifestações culturais de povos indígenas que habitavam a região, bem como, de manifestações culturais de imigrantes e da sociedade atual, nas seções de Arquelogia, Antropologia e Documentação. O IPD constitui-se em "órgão técnico de pesquisa e de atividade de desenvolvimento social, voltado ao atendimento das necessidades e interesses da comunidade regional através da prestação de serviços para prefeituras e outros órgãos públicos, cooperativas, empresas e instituições do movimento social e político" p. 15). A RTVE, como meio de comunicação social de caráter educativo, permite que se realizem fins educativos, culturais e de prestação de informações e serviços à comunidade. O Ensino Superior na região, em quase 50 anos de história, consoli-

da-se com a criação da Unijuí. Com a criação da Universidade efetiva-se "o seu compromisso com a universalidade do saber", mantendo a marca da inserção específica na realidade e o compromisso social. Com base nas demandas da sociedade regional foram e são criados os serviços, a pesquisa e a extensão. "Sua identidade e seu compromisso histórico-cultural exigem-lhe, desde logo, a consolidação e o aprofundamento de sua inserção e de sua presença dinâmica na Região, instrumentalizando-se para entender criticamente o processo social e os desafios do seu desenvolvimento, a ser coletiva e solidariamente construído e usufruído" p. 16). Por tudo isso, a Fidene como um todo e a Unijuí em especial devem ser vistas como instituições que têm compromissos com as populações de sua região de atuação na "construção de formas mais democráticas de convívio humano (...) nos processos de produção dos bens materiais e culturais e no consumo deles" (p. 17), contribuindo para a qualidade de vida das comunidades e das pessoas.

No próprio Estatuto da Universidade e no seu Regimento aparecem esses compromissos: constituição de um corpus acadêmico para a produção e a circulação do saber; viabilização de metas educativas, culturais e científico-tecnológicas; vínculo de suas políticas e ações com o desenvolvimento regional integrado. Esses compromissos são a sua maior potencialidade e eles são assumidos nas instâncias e setores que a constituem, como pode ser lido no documento encaminhado ao MEC.

Para os próximos anos, os Departamentos projetam novas necessidades e estas foram contempladas no PDI, bem como bens móveis e equipamentos. As novas necessidades projetadas exigem consideráveis recursos. A direção da Unijuí entende que o quadro econômico é frágil para realizar todas as necessidades projetadas, ainda mais tendo em vista que a demanda por mais vagas pagas ao Ensino Superior está estabilizada. Assim, as receitas terão de ser buscadas com a oferta de formação em campos diferenciados e inovadores, sem incremento maior nas mensalidades dos alunos. A expansão da infra-estrutura e sua qualificação havidas nos últimos anos, além dos problemas econômicos regionais advindos da frustração de safras agrícolas geraram déficits que precisam ser cobertos com superávit corrente médio equivalente a 7% do faturamento anual (p. 220). Manter um fluxo de investimentos compatível com as necessidades projetadas é um grande desafio da Universidade. O desafio estende-se, também, à manutenção dos investimentos na expansão e qualificação da Pesquisa Científica e Tecnológica. Como a principal fonte de recursos deriva das mensalidades dos estudantes, isso se torna possível se a Instituição conseguir expandir a pós-graduação *stricto e lato sensu*, conforme projetado no PDI. Assim, exige-se a busca de novos parceiros nacionais e internacionais, pois não se pode esperar que as mensalidades dos estudantes da Graduação financiem a Pesquisa e a Pós-Graduação.

Pode-se afirmar, por fim, que a grande limitação da Unijuí é a capacidade de gerar os recursos financeiros que necessita para cumprir a sua missão de contínua qualificação dos sujeitos sociais que compõem a Região na qual atua.

2.2. A política para o ensino, a pesquisa, a Pós-Graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo e produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

2.2.1 Ensino

O ano de 2005 foi marcado por mudanças significativas na instituição. Mudanças necessárias para adequações estruturais de uma instituição comunitária, pública e não-estatal, que se localiza em uma região que gradativamente vem empobrecendo em função da dependência prioritária com a produção agrícola e da conjuntura que se apresenta na própria região, no país e também no mundo, de escassez de renda.

A concorrência com novas instituições de Ensino Superior, que não existiam na região, agora é cada vez maior. Esta nova concorrência muitas vezes é de forma desigual, por instituições que formam profissionais rapidamente e com custo muito baixo, em função de baixos investimentos em infra-estrutura física, biblioteca e professores. Além destas instituições, existe uma política pública de expansão das Universidades Federais na forma de núcleos ou cursos na modalidade de Educação a Distância. Todas estas novas possibilidades de acesso ao Ensino Superior fazem com que a Unijuí repense seu projeto de expansão territorial, em número e forma de cursos de graduação, na perspectiva de viabilidade financeira, mas acima de tudo na confiança de um trabalho sério e qualificado desenvolvido nestes mais de quarenta anos de atuação na região. É acreditando nesta história que se torna necessário o processo de avaliação dos Cursos de Graduação, sistemática sempre adotada na instituição.

O processo de discussão e reflexão, desencadeado em cada unidade da universidade, considerando a trajetória histórica de cada uma delas e a nova conjuntura de oferta de cursos de graduação, pode ser sistematizado a partir das questões levantadas no texto "A trajetória histórica do Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí", elaborado pelo Professor Darcísio Corrêa, adscrito a este e que subsidiou a discussão no referido departamento:

> Parece-nos que a grande lição que nossa trajetória departamental nos dá, em meio a contradições e conflitos, é a da vontade e da coragem de mudar, sem esmorecer na luta pela efetivação dos objetivos sonhados, mesmo afrontando condições estruturais adversas. Essa parece ser a grande marca da alternatividade que nos caracteriza, e que deve ser preservada intransigentemente: negar-se a ser conservador, a acomodar-se em cima de interesses menores. É preciso mudar o discurso? Mude-se. É necessário mudar a estrutura administrativa do Departamento? Mude-se. É conveniente rever e retomar o projeto político-pedagógico? Retome-se. Mesmo que o novo ainda não esteja de todo claro, questione-se e se modifique o velho naquilo que emperra avanços necessários. É esse o recado que a História nos dá (2005, anexo 4).

Na dinâmica institucional de acordo com o Art. 24 do Estatuto da Unijuí "O ensino organiza-se em cursos, atendendo às diretrizes curriculares gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação e do Desporto – MEC – e às diretrizes curriculares específicas da Unijuí". Já, o art. 33 do Regimento Geral da instituição define que "O ensino é organizado em programas, que assumem a forma de cursos, cujos componentes curriculares exigidos para obtenção de grau acadêmico, diploma profissional ou certificado, são ministrados sob a responsabilidade do Colegiado de Coordenação do Programa e do Colegiado do Departamento, e sob a coordenação da Vice-Reitoria de Graduação ou da Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão".

Ainda, o Art. 23 do Estatuto da Unijuí estabelece que "Os programas de ensino, pesquisa e extensão são vinculados a um ou mais Departamentos e coordenados por um Colegiado de Coordenação". Em continuidade, este artigo em seu parágrafo primeiro diz que "Cada curso ou programa comporta um único colegiado de coordenação que é composto, na sua maioria, por docentes eleitos pelo Departamento cuja área de especialização corresponde o campo principal de estudo, por docentes eleitos em outros departamentos e pela representação estudantil". O mesmo Estatuto garante no Art 29, Parágrafo único – que "Os alunos têm representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados e nas comissões cuja constituição a preveja na forma de regulamentação específica estabelecida no Regimento Geral". Quanto à composição, que está regulada pelo Art. 27, do Regimento Geral, "Os Colegiados de Coordenação dos Programas de Ensino de Graduação constituem-se de sete membros, incluída a representação estudantil". Além disso, o Regimento Geral, em seu Art. 25, regulamenta as competências dos referidos Colegiados de Coordenações de cursos.

Dessa forma é organizado o ensino de graduação na Unijuí, no qual o Colegiado de Coordenação de Curso é a instância de todas as discussões referentes ao curso (proposições, reavaliações contínuas, modificações, etc.). Vale salientar que a sistemática adotada, na maioria dos cursos, no processo de discussões, é o envolvimento de todo o grupo de professores que neles atuam, denominado informalmente de "Colegiado Ampliado". Embora o poder decisório seja de responsabilidade do Colegiado de Coordenação, no "colegiado ampliado", as questões são discutidas de uma forma ampla possibilitando, assim, com a presença do grupo de professores que atuam nos cursos, vislumbrar um leque maior de possibilidades para se atingir os objetivos a que os cursos se propõem nos seus respectivos Projetos Político– Pedagógicos (Art. 34 do Regimento Geral da Unijuí – "Para cada curso criado pela Unijuí é elaborado projeto político-pedagógico, que especifica, entre outros elementos, as competências e habilidades desejadas, o perfil dos formandos, os conteúdos curriculares, as atividades acadêmicas, a carga horária do curso, as ementas e a distribuição das matérias, dos eixos temáticos, dos módulos, das disciplinas e das atividades complementares do respectivo currículo").

As propostas dos cursos são conduzidas com dinamicidade, via processos avaliativos e integrativos, buscando ajustes necessários ao processo de ensino-aprendizagem. Juntamente com as atividades de ensino desenvolvem-se atividades de pesquisa e extensão, as quais proporcionam permanente intercâmbio com a realidade, e uma realimentação constante para os professores sobre sua prática. Uma marca da Unijuí, e reforçada em todos os departamentos, é o tripé "ensino-pesquisa-extensão", como um tripé que se auto-alimenta. Ou seja, as ações desenvolvidas pela extensão, que liga a Instituição Universitária aos problemas reais da região, pode alimentar a pesquisa, que produz possíveis soluções que realimentam o ensino, e assim como uma espiral, é desencadeada a ação dos docentes universitários ligada aos problemas regionais, mas com uma função de produzir novos conhecimentos.

Salienta-se como um ponto extremamente positivo e de função de uma Instituição Superior de Ensino, o fato de alguns departamentos possuírem publicações que objetivam divulgar resultados das atividades da pesquisa, da extensão e do ensino, realizadas pelo seu corpo docente, bem como por profissionais e estudiosos da área e em alguns casos também

considerando a produção dos próprios acadêmicos. Exemplo disso são as Revistas “Contabilidade e Informação”, “Direito em Debate: em busca de alternativas”, “Contexto e Educação”, entre outras; bem como, por exemplo, as Coleções: “Fronteiras da Educação”, Educação em Química”, “Filosofia”, “Relações internacionais e globalização”, etc.

Um aspecto relevante apresentado pelos cursos em seus memoriais e que merece ser destacado é a preocupação, da grande maioria, organizar eventos que promovam a discussão de problemáticas atuais relativas a sua área do conhecimento. Pode-se nomear como exemplos as Semanas Acadêmicas, o Encontro Regional de Educação Matemática, os Ciclos de Estudos, o Encontro de Estudos Contábeis, o Seminário Regional de Economia e Desenvolvimento, o Seminário Regional de Língua e Literatura, o COMERCO – Congresso Mercosul de Cultura Corporal e Qualidade de Vida, entre outros. Na organização desses eventos procura-se sempre envolver os acadêmicos, seja no aspecto de sugerir temáticas para as discussões, como no trabalho de organização, divulgação e execução dos mesmos.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao processo de reformulação de todos os Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos de Graduação da Unijuí. Este processo foi desencadeado com o objetivo de atender as Resoluções CNE CP 01 e 02 /2002, as Resoluções do Conselho Universitário em relação à Formação Humanística na Unijuí; às normas sobre os cursos Superiores de Tecnologia e em relação ao Núcleo Comum das Licenciaturas, sem perder de vista a compreensão de parâmetros institucionais que norteiam a atividade de ensino (Diretrizes Institucionais De Ensino Na Unijuí) e as diretrizes curriculares dos cursos superiores aprovadas pelo MEC. Vale salientar, ainda, a proposição e a implementação do Núcleo Comum dos Cursos da Área da Saúde e a formalização do Núcleo Comum das Engenharias. Em decorrência dessas reformulações e da avaliação permanente desencadeada pelos Colegiados de Coordenação de Cursos, a maioria deles propôs outras alterações buscando cada vez mais a qualificação profissional.

Cabe ainda salientar, que nas avaliações dos acadêmicos e dos professores, dos diferentes cursos de graduação da instituição, estes identificam a necessidade de que o Núcleo da Formação Humanística, passe por processos de discussão e avaliação, para que venha atender, tanto a concepção deste Núcleo, como as demandas e necessidades dos diversos cursos, pensando no futuro profissional e na Legislação oficial de cada curso.

Outro aspecto que merece destaque foi a proposição e implantação do programa de Formação de Professores na Modalidade de Educação a Distância. Este programa contou com a participação de cinco departamentos, resultando em dez Projetos Político-Pedagógicos de cursos de licenciatura para oferta em 2006. Deve-se considerar que foi uma primeira experiência, na linha de formação de professores nesta modalidade de ensino, sendo que os referidos projetos apresentavam uma significativa diferença em relação aos tempos presenciais e não presenciais dos acadêmicos. Além disso, o baixo número de inscritos no vestibular 2006 fez com que a instituição reconfigurasse a oferta e reavaliasse os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, o que está sendo realizado no presente ano.

É importante ainda salientar, que todos os departamentos em seus memoriais convergem para o fato de que “a participação de todos (professores, acadêmicos, técnicos administrativos e comunidade externa)” na construção integrada das mudanças necessárias na Universidade, é fator fundamental. É necessário manter vivo o debate para se buscar a implementação de ações que permitam refletir, questionar e programar ações significativas na busca de viabilidade financeira, mas acima de tudo consolidar as áreas do conhecimento, com vistas a situações interdisciplinares que se fazem necessárias nos processos de formação, buscando cada vez mais a qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, considerando a realidade regional, não esquecendo o global, de acordo com a Missão que a Unijuí estabelece em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) de “Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região”.

Quadro do Ensino

Ações programadas	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações
		Fragilidades	Potencialidades	
Contato da CPA com os departamentos.	Reunião da CPA com o COGEST – Conselho de gestão. Reunião nos departamentos a convite. Elaboração do memorial. Sistematização dos memoriais pela CPA.	Dificuldade de envolvimento de todos os docentes.	Reunir professores de formação e atuação interdisciplinar para discussão epistemológica da ciência e da pedagogia na ação dos cursos. Na elaboração do memorial há possibilidade de discutir a história, a realidade atual e a projeção futura. Metodologias diferenciadas que permitiram fazer a auto-avaliação a partir da sua compreensão e de sua lógica.	
		DeFEM – Departamento de Física, Estatística e Matemática – Acompanhamento sistemático do aluno egresso. – Mobilização dos alunos a participarem efetivamente dos Dias Acadêmicos do seu curso. – Poucos recursos financeiros para a realização dos Dias Acadêmicos. – Pouco envolvimento dos alunos na organização dos Dias Acadêmicos. – Participação apenas de alguns alunos em eventos da área (eventos locais, estaduais ou nacionais), devido à falta de recursos financeiros dos mesmos e também pela dificuldade encontrada por eles para afastarem-se do trabalho durante os dias da realização dos eventos. – Pequena procura por vagas no último vestibular. – Média de créditos matriculados por semestre da ordem de 12 créditos por aluno. – Falta de mais locais para a realização de palestras, seminários, etc, na sede acadêmica onde acontecem às aulas dos cursos. – Falta de pelo menos mais um laboratório de informática destinado ao uso pelos cursos, pois vários componentes curriculares se utilizam desse espaço em suas aulas. – Conservação do prédio onde estão alocados, curso e professores e sua adequação as normas vigentes em relação a meios de acesso por portadores de deficiências. – Divulgação dos cursos de uma forma mais intensiva.	DeFEM – Departamento de Física, Estatística e Matemática – A este departamento estão adscritos dois cursos de graduação: Matemática-Licenciatura e Física-Licenciatura. – Realização dos Dias Acadêmicos dos cursos, totalizando 40 horas, ao longo dos dois semestres do ano. – Retorno do aluno egresso para o interior da universidade através de convites específicos para participação em palestras, oficinas, etc, durante os Dias Acadêmicos. – Os cursos são potenciais na formação de professores de Matemática e Física na região de abrangência da Unijuí e também no país (através dos alunos do Regime Especial). – Os cursos apresentam um quadro de professores, interessados e preocupados com a formação do profissional da educação nas áreas de Matemática e Física. – Um número expressivo de alunos apresentando seus trabalhos em eventos locais, regionais, estaduais, etc. – Apesar da falta de recursos para bolsas de monitorias, vale salientar a grande procura e a atuação dos alunos como monitores voluntários nos diferentes componentes curriculares dos cursos e também em outros cursos que tenham em seus currículos alguma Física, Matemática ou Estatística. – Atuação dos alunos dos Cursos de Física e Matemática como bolsistas de Pesquisa ou Extensão, desenvolvendo um trabalho junto a professores do departamento e cabe salientar as melhoras significativas observadas nestes	

		– Necessidade de um trabalho mais cooperativo com as escolas onde os alunos realizam suas práticas. – Falta de uma política da universidade para conceder bolsas a alunos monitores.	alunos no que se refere a domínio de conteúdos, clareza na exposição de idéias, autonomia intelectual, redação, liderança na turma e outros. – Clareza do perfil do profissional a ser formado pelos cursos. – Corpo docente formado na sua grande maioria por mestres e doutores. – Ampliação constante do material bibliográfico necessário aos cursos. – Preocupação do corpo docente em – apesar dos cursos estarem consolidados na universidade – buscar o melhoramento e o aperfeiçoamento destes em todos os aspectos, pois só a ação de repensá-lo continuamente através de um grupo de professores comprometido com o ensino da Matemática e da Física os fará cada vez melhor. – Adequação das propostas de curso as Resoluções: CNE/CP 1 – que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e CNE/CP 2 – que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. – Os cursos são geridos por atuantes colegiados de coordenação.	
		DFP – Departamento de Filosofia e Psicologia – Locais adequados para a realização das aulas (salas inadequadas para as turmas pequenas – aulas realizadas em salas de reuniões e no que se refere aos componentes da FGH ministrados por este departamento ocorrem muitas vezes turmas superlotadas).	DFP – Departamento de Filosofia e Psicologia – Fazem parte deste departamento dois cursos de graduação: Filosofia (Licenciatura e Bacharelado) e Psicologia. – Atividade central deste departamento é o ensino. – Preparação de um projeto de EaD junto com outras doze IES do estado do RS para o curso de Filosofia. – Como espaço de formação profissional, o Curso de Filosofia busca dar sólida formação naquilo que é específico da Filosofia para que o profissional de Filosofia seja capaz de exercer suas competências específicas como Licenciado ou Bacharel e se torne um cidadão crítico e comprometido com interesses comuns da sociedade. – O curso de Psicologia demonstra uma grande clareza na definição do perfil do profissional formado por ele.	

			– Reuniões do núcleo de Psicologia, na qual são tratados temas referentes à área de psicologia. Esses temas extrapolam os referentes ao Curso, uma vez que se referem atividades de ensino em outros cursos. Essas reuniões são coordenadas pelo coordenador do colegiado do curso e têm o objetivo de definir ações na área de psicologia. – Realização de alterações no curso de Psicologia visando a consolidação do PPP e a qualificação da formação dos alunos. – Realização de jornada anual na área de Psicologia – Convênios com instituições da comunidade para realização dos estágios e práticas profissionais. – Semanas Acadêmicas do curso de Psicologia são organizadas pelos próprios alunos com a orientação de um professor. – Criação de centros de ensino, pesquisa e extensão. – Clínica de Psicologia da Unijuí, sendo um de seus papéis o de Clínica – Escola.	
		DCS – Departamento de Ciências Sociais – Divulgação do curso de História. É necessário ocupar de forma mais intensiva os espaços disponíveis nos jornais e rádios da região com textos e entrevistas, bem como os espaços de publitização que a Unijuí oferece. – Adoção da modalidade do curso de História em EaD depende também de uma política definida a respeito por parte da reitoria. – O Curso de Serviço Social como se encontra em processo de consolidação na universidade necessita para o seu adequado funcionamento agilidade nos encaminhamentos e soluções. – Necessidade da contratação e adequação de recursos humanos para o bom funcionamento do curso de Serviço Social. – Para o curso de Serviço Social existe a necessidade de adequação de espaços físicos para Coordenação de curso e de estágios – professores – Núcleo de Estágios e Pesquisa (Ijuí e Sta. Rosa), como	DCS – Departamento de Ciências Sociais – Este departamento abriga quatro cursos de graduação: Sociologia, História, Geografia e Serviço Social. – Atendimento a outros cursos da instituição no que se refere à Formação Humanística na Unijuí. – Reuniões do colegiado do curso de História em duas categorias: 1) reuniões de estudo, de planejamentos e de definição de estratégias; 2) reuniões operacionais e de encaminhamentos. – O colegiado do curso de História, além de repartir as tarefas e responsabilidades reparte também os seis créditos de coordenação, por semestre, na proporção de um crédito e meio por cada membro docente, bem como a função gratificada, que é repartida, em rodízio mensal a um dos membros, perfazendo três funções gratificadas por ano, por colega. – Preocupação em manter um constante planejamento e avaliação dos componentes curriculares do curso de História.	

		também a aquisição de computadores para salas de professores e coordenação de curso em Santa Rosa. – A atual proposta do curso de Sociologia na modalidade EaD apresenta necessidade de adequações a fim de atender recomendações da comissão avaliadora para o reconhecimento do curso e para atender a demanda de alunos na questão a longa distância, tanto na habilitação Bacharelado como na Licenciatura. – Pouco número de alunos para o bacharelado de Sociologia, que se deve, entre outras razões, por conta de inúmeros percalços relativos à demora no credenciamento da EaD, o que gerou a suspensão de vestibulares, a falta de publicidade específica e o atraso no reordenamento do calendário das atividades presenciais – No curso de Geografia a avaliação é de que os alunos bacharéis devem sair preparados para atuar em empresas e prefeituras, etc. Portanto há a necessidade de qualificar cada vez mais o curso para que seja atendida a função social do geógrafo. – O projeto do curso de Geografia não atende o saber fazer técnico, por isso o egresso perde espaço de atuação profissional. Há necessidade de construir um perfil do aluno diferente que atenda as necessidades do profissional que vai atuar como técnico. Para tal, é necessário estabelecer as diferenças entre as habilitações de bacharel e licenciado. – Falta de integração nas atividades realizadas dentro do DCS, inclusive na execução dos Colegiados do Curso. – Esvaziamento gradativo da demanda-falta de alunos de ciência sociais em geral. – Desvalorização social e econômica dos cursos nas áreas de ciências sociais. – Custos elevados.	– Melhora do acervo de História na biblioteca. – Realização de duas semanas acadêmicas anuais do curso de História, uma organizada exclusivamente pelos professores e a outra de total responsabilidade dos alunos. – Avaliação permanente do curso de História – O Laboratório de Ensino de Ciências Sociais como um lugar privilegiado destinado a melhorar e a aperfeiçoar o ensino e aprendizagem de História. – Elaboração do projeto do Bacharelado em História. – Reestruturação do currículo do Curso de História em função da incorporação das mil horas e das adequações que as práticas estão impondo. – Constatação pelos professores do Curso de Serviço Social de que é preciso, além de mostrar as “fragilidades e/ou incapacidades, e/ou necessidades”, estabelecer uma organização interna para que os espaços de diálogo se efetivem de forma sistemática, planejada e freqüente, e que deles partam os encaminhamentos e/ou soluções concretas. – Oferecimento do curso de Sociologia na modalidade EaD. – No curso de Sociologia pode-se destacar a realização de diversas atividades extracurriculares como: Noites Acadêmicas; Aulas Inaugurais; Debate Sociológico Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento; Jornadas de Iniciação Científica e de Extensão; Recepção aos Calouros, Estudos Dirigidos, Pesquisa Coletiva com entidades sociais, Observação Participante, Diagnósticos de realidades vivenciadas, História de Vida, História Oral, etc. Além disso, o curso organiza seminários eventuais para discussão de temas conjunturais e tem estimulado a participação de estudantes em Congressos como da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Colóquio Internacional de Sociologia, eventos de entidades, entre outros. – O curso de Sociologia busca, através de convênios e redes de intercâmbios internacionais, realizar missões recíprocas com Universidades da Alemanha, da Espanha, Itália e com pesquisadores daAssociação de Sociólogos da Língua Francesa, esta última na temática da Exclusão Social.	

			– O curso de Sociologia é constituído por um corpo docente que possui uma larga experiência de ensino, pesquisa e extensão e está voltado, basicamente, para o atendimento às necessidades dos alunos, buscando ouvir, acompanhar e motivar os alunos em suas atividades de pesquisa, mantendo abertos vários canais de comunicação, entre eles correio eletrônico, à realização de plantões de atendimento individual ou em equipe nos períodos não-presenciais, a organização de grupos de estudos, formação de listas de discussão que podem ser por temas, por disciplinas, etc. no intuito de viabilizar e qualificar estudos de alunos adultos-trabalhadores que não têm como se afastar do seu local de trabalho. – As mudanças propostas para o curso de Sociologia (protocoladas no CONSU – Processo nº 47/05, desde outubro de 2004) apontam para a possibilidade de otimização da habilitação Bacharelado e da Licenciatura em Sociologia. É isto que se expressa na atual proposta de mudança que insere um novo modo de ingresso, uma articulação interdisciplinar com outros cursos do DCS (História, Geografia e Serviço Social), um novo calendário acadêmico e com os ajustes de currículo. – Ao longo dos semestres o curso de Geografia possibilita, além da formação geral e humanística, a aquisição de conteúdos essenciais para desenvolvimento do conhecimento geográfico, da educação geográfica e conhecimentos sobre o mundo do trabalho. – Realização de duas Semanas Acadêmicas no curso de Geografia (uma em cada semestre), com algumas atividades em conjunto com o curso de História. – Realização de Ciclos de Estudos para os acadêmicos do curso de Geografia do regime especial. – Paralelo às atividades específicas do curso de Geografia os professores do Núcleo de Geografia, desenvolvem atividades de pesquisa, extensão, tutorias, convênios internacionais, comissões para criação e/ou reformulação de projetos de cursos de graduação, especialização e mestrado, num esforço coletivo ou individual de produzir parcerias e intercâmbios.	

			– Laboratórios de Geoprocessamento e Análise Ambiental e de Recursos Hídricos como parceiros do processo de formação do Profissional da Geografia.	
		DBQ – Departamento de Biologia e Química – Uma das preocupações do DBQ, considerando sua inserção em diversos cursos de graduação e suas áreas de conhecimento, refere-se a conflitos na definição de quais docentes e de qual departamento deva assumir algumas atividades ou componentes curriculares, decorrentes de indefinições ou falta de clareza quanto a departamentalização de componentes curriculares. Essa preocupação justifica-se também pela necessidade de programação do processo contínuo de qualificação do seu quadro docente e sua ampliação, na medida do necessário, almejando sempre o atendimento das demandas institucionais de forma qualificada, adequada e contínua. –Acervo bibliográfico. – Número reduzido de alunos, na modalidade bacharelado, do curso de Ciências Biológicas e no curso de Química. – Nos campi Santa Rosa e, principalmente em Três Passos, falta um grupo de docentes fixos no departamento que atuem no curso de Ciências Biológicas, alocados nesses campi. Em conseqüência, as oportunidades de participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão são mais restritas, ao mesmo tempo em que melhorias na infra-estrutura e aquisição de equipamentos também ficam comprometidas. – Necessidade de investimentos nos laboratórios de ensino, suprindo a carência de materiais e equipamentos em alguns laboratórios e a substituição de equipamentos antigos, que não estão em bom estado. – Alguns docentes relatam o desejo de maior atuação na sua área específica de formação na graduação e pós-graduação, considerando que parte de sua atividade acontece em áreas diversas a de sua formação específica. – No curso de Química Industrial de Alimentos há diminuição do número de alunos que realmente efetivaram sua matrícula após o processo seletivo de 2004, em virtude do encerramento do convênio com a UERGS.	DBQ – Departamento de Biologia e Química – Fazem parte deste departamento os cursos de Ciências – Licenciatura Plena – Habilitações em Biologia e em Química, Ciências Biológicas, Química e Química Industrial de Alimentos. – O DBQ contribuí em programas de graduação de outros departamentos da Instituição, com atividades de docência/regência de classe em componentes curriculares das áreas de biologia e química, como também na orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso. – A constituição do Grupo Interdepartamental de Pesquisa sobre Educação em Ciências – GIPEC em 2002 oportuniza maiores condições para a realização de atividades de prática de ensino, auxiliando na formação do professor pesquisador como aquele que explicita, sistematiza, analisa suas práticas e concepções, que sobre elas reflete em busca da sua reestruturação e permanente melhoria. – O Curso de Ciências Licenciatura Plena – Habilitações em Biologia e em Química: – oportuniza a inserção dos seus alunos em atividades de ensino, pesquisa e extensão; – valoriza a interação prolongada do licenciando com a realidade escolar, sendo importante às atividades desenvolvidas nas Práticas de Ensino; – constitui ação inovadora envolvendo alguns dos estudantes junto aos professores de Ciências da SMEd – Secretaria Municipal de Educação de Ijuí e de diferentes escolas auxiliando na produção de materiais didáticos alternativos, na forma de “Situação de Estudo”; – realiza reuniões com professores de componentes curriculares com o objetivo de implementar mudanças que atendam às necessidades dos futuros profissionais da educação, para que estes sejam capazes de promover conhecimentos, informações, competências, habilidades e valores, capazes de se	

			constituírem em instrumentos reais de percepção, de satisfação, de cultura, de interpretação, de julgamento, de atuação e de aprendizado permanente; – insere alunos em atividades de extensão como estágios voluntários, como bolsistas PIBEX e PIBIC, junto aos professores de Ciências da SMEd de Ijuí e escolas, entre outras. Estas atividades têm resultado na participação em encontros, seminários e congressos em âmbito nacional, como EDEQ, RA, ENPEC e EPEB e outros, com apresentação de trabalhos; – envolve os acadêmicos (grupo de estudantes) no planejamento da Semana Acadêmica do curso sugerindo as atividades que podem ser realizadas e também seu envolvimento em atividades da Semana Acadêmica de outros cursos, possibilitando desta forma maior integração; – mantém diálogo com os acadêmicos sobre a necessidade de oferta de componentes curriculares de forma concentrada, juntamente com o regime especial para viabilizar um maior número de alunos/componente e também no sentido de buscar/propor alternativas para cursar componentes não mais ofertados pelo curso de forma regular, junto a outros Cursos da Universidade, oportunizando a conclusão deste da melhor forma possível. – No curso de Ciências Biológicas é importante marcar o incremento nos componentes curriculares que respondem pela formação do professor de ciências no ensino fundamental, um diferencial do curso da Unijuí em relação a cursos de outras instituições. – O curso de Ciências Biológicas é ofertado nas modalidades Licenciatura e Bacharelado. – O curso de Ciências Biológicas, procura envolver os alunos nas mais variadas atividades relativas ao curso, com base no lema “o curso é dos alunos” e deverá refletir o empenho destes na sua melhora constante. Alguns resultados positivos podem ser ressaltados: a organização da semana acadêmica foi quase exclusivamente realizada por um grupo de alunos; o diretório acadêmico foi reativado e conta agora com a participação efetiva dos alunos do curso; é visível o aumento de alunos que procu-	

			ram se envolver em atividades extraclasse, como monitorias, estágios voluntários, bolsas de iniciação científica (PIBIC) e de extensão (PIBEX), além de convênios empresa-escola (programa CIE-E). – Avaliação sistemática realizada através de reuniões do colegiado do curso de Ciências Biológicas com o corpo docente do referido curso, no que se refere aos conteúdos efetivamente trabalhados. – Intencionalidade de aplicação semestral, pelos alunos representantes de cada turma, de instrumentos de avaliação dos componentes curriculares e dos docentes responsáveis. – O Curso de Química oferece as modalidades Licenciatura e Bacharelado, as quais podem ser cursadas concomitantemente e integralizadas em nove semestres. – A nova proposta pedagógica do curso de Química em ambas as modalidades tem seus componentes curriculares articulados pela pesquisa. – O Colegiado do curso de Química tem buscado fazer discussões coletivas a fim de aprimorar os componentes curriculares, reunindo os professores por áreas afins, articulando o ensino nos dois *campi* da instituição onde o curso é ofertado. – Utilização, pelos alunos do curso de Química, da Central Analítica e do Núcleo de Alimentos com laboratórios para prestação de serviço e pesquisa. Estes laboratórios possuem equipamentos bastante sofisticados e o uso supervisionado por professores deste espaço em determinados componentes curriculares, vem complementar e mostrar a ação do profissional da química em seu campo de trabalho. – O curso de Química Industrial de alimentos oportuniza a inserção do profissional no contexto e na realidade, tendo em vista a relação entre o alimento e seu processamento com a qualidade de vida, considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos e o ambiente como um todo. – Aumento do número de vagas no vestibular para o curso de Química Industrial de Alimentos a partir do convênio firmado com a UERGS no ano de 2002.	

			– No curso de Química Industrial de Alimentos os alunos realizam aulas práticas nos laboratórios dos campi Santa Rosa e Ijuí e nos laboratórios do Núcleo de Alimentos do Pólo de Modernização Tecnológica Fronteira Noroeste, bem como visitas técnicas e estágios curriculares nas mais diversas indústrias e instituições de pesquisa do estado e do país. Também são promovidas Semanas Acadêmicas, Jornadas dePesquisa e Extensão, Seminários de Ciência e Tecnologia de Alimentos, entre outros, onde são abordados temas de interesse técnico industrial na área de alimentos, com profissionais dos mais diversos locais do país. – Os acadêmicos do curso de Química Industrial de Alimentos têm a possibilidade de participar, orientados por docentes, de atividades experimentais e investigativas, dentro dos componentes curriculares, como forma de aliar o aprendizado teórico-prático com o processo de investigação científica. Esses trabalhos conduzem os acadêmicos a publicar seus resultados em eventos científicos na IES ou fora dela.	
		DCSa – Departamento de Ciências da Saúde – Em relação ao curso de Enfermagem um aspecto que dificulta o ensino-aprendizagem pode estar relacionado a necessidade de uma maior articulação, por parte de alguns professores, quando da programação conjunta para o semestre letivo. – Professores do curso de Enfermagem apontam para que ocorra um maior movimento no sentido de haver maior interlocução, favorecendo o diálogo entre docentes, estudantes e profissionais vinculados aos serviços nos quais as atividades práticas/estágios são desenvolvidos. Além do mais, os professores denotam a necessidade da existência de um serviço escola (modelo) para que o aluno possa, durante sua formação, vivenciar e aprender conforme é preconizado pela literatura de cada área e orientado pela experiência do docente. – É importante pontuar que algumas áreas da enfermagem se ressentem de docentes com qualificação específica, em nível de mestrado e doutorado.	DCSa – Departamento de Ciências da Saúde – A este departamento são adscritos os cursos de Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia. – A qualificação do corpo docente do Departamento de Ciências da Saúde, que se verifica com mais força na última década, traz reflexos positivos para as diversas áreas de atuação do Departamento, tanto no ensino e pesquisa como na extensão. – O curso de Enfermagem sempre buscou formar indivíduos qualificados para o exercício profissional. A ênfase está relacionada à competência técnico-científica, a formação generalista, considerando a realidade epidemiológica da população, a habilidade para atuar sobre o processo saúde/doença de indivíduos e coletividades e nos diferentes níveis de complexidade de atenção à saúde. – O curso de Enfermagem prevê que o profissional egresso deste Curso tenha uma sólida formação humanística, qualificação intelectual, comprometimen-	

		– Considerando o grande envolvimento dos professores do curso de Enfermagem em atividades as mais diversas aponta-se para a necessidade de ampliação do número de professores integrantes do Plano de Carreira da Universidade. – Na opinião dos professores do curso de Enfermagem, os acadêmicos possuem dificuldade de reconhecer e entender que o conteúdo teórico (em seu conjunto) contribui para a reflexão e desenvolvimento da prática. No entanto, embora parte significativa dos alunos valorize mais as atividades práticas, não se nota que estes possuem domínio na execução das tarefas previstas para a etapa do curso na qual se encontram, repercutindo em aproveitamento pouco satisfatório. – Os professores do curso de Enfermagem verificam que os alunos não possuem uma prática regular de estudo, dificultando a articulação entre os componentes curriculares que compõem a semestralização do curso. Apontam que esta situação talvez esteja vinculada a fragilidades provenientes do ensino médio, uma vez que os acadêmicos, freqüentemente, verbalizam, nos espaços formais e informais, que não estão habituados a exercer a prática da leitura e da escrita. – Outro aspecto que emerge diz respeito à assinatura de periódicos na área específica da enfermagem, pois existe um reduzido número. – Necessidade de renovação do acervo bibliográfico em relação a área de Nutrição. – No curso de Farmácia aponta-se para a necessidade de reduzir o número de alunos por turma prática para no máximo dezoito (18), o que se justifica pela necessidade de acompanhamento direto e adequado desenvolvimento de habilidades no manuseio da vidraria, equipamentos, reagentes e materiais biológicos de forma a garantir a execução segura e correta das técnicas do cotidiano do exercício profissional. – Com relação ao curso de Fisioterapia pode-se destacar do ponto de vista pedagógico: – dificuldade pedagógica ao separar os componentes curriculares relacionados à teoria e prática;	to social e um exercício profissional coerente com as demandas dos sujeitos imersos nas práticas sociais. – O processo da construção do curso de Enfermagem tem reflexos na absorção dos enfermeiros formados na Unijuí pelo mercado de trabalho. – Analisando o quadro de professores do Curso de Enfermagem constata-se que há uma preocupação com a qualificação destes, uma vez que seis estão em cursos de doutoramento. – Os acadêmicos do curso de Enfermagem têm a possibilidade de participação em espaços fora da sala de aula, o curso oferece diversas atividades com caráter de extensão e de pesquisa. Tais espaços são grupos de estudos em diversas áreas – O curso de Nutrição procura formar um profissional de saúde generalista, integrado à realidade local e regional, apto a se inserir e desenvolver atividades que contemplem todas as áreas de atuação do nutricionista. – Busca por parte dos alunos do curso de Nutrição de outras vivências profissionais (que não sejam os estágios curriculares) através de estágios extracurriculares, preferencialmente no período de férias. Estas atividades não ocorrem apenas em suas cidades de origem; o que mostra o comprometimento e a valorização destas experiências pelos acadêmicos, implementando sua profissionalização. –Além do ensino e da extensão, o curso de Nutrição busca focalizar a pesquisa como parte importante na formação do profissional nutricionista, seja em trabalhos de iniciação científica como parte integrante da avaliação de componentes curriculares, seja no desenvolvimento de projetos específicos (muitos interdisciplinares) que contam com a colaboração de estudantes – voluntários e bolsistas. – Preocupação em desenvolver um trabalho que integre homem – alimento em suas dimensões coletivas e/ou individual e a busca da integralidade da atenção à saúde, bem como sua caracterização como profissional da área de saúde integrado a realidade conjuntural, é um dos aspectos norteadores para a formação do profissional nutricionista egresso da Unijuí.	

		– dificuldade de inter-relação dos conteúdos de alguns componentes curriculares do eixo temático conhecimento e pesquisa, com as específicas do curso, necessitando de serem revistos alguns conteúdos por parte dos professores; – vem sendo sinalizado, tanto pelos professores como pelos alunos a necessidade de uma melhor distribuição de carga horária nos semestres e alocação de créditos em alguns componentes; – melhor direcionamento e interlocução dos componentes da formação geral humanística com a proposta do curso e com o curso, no sentido de promover um melhor entendimento/aproveitamento para o aluno; – implantação de atividades complementares e flexibilização com tópicos especiais; – mais incentivo às monitorias. – No curso de Fisioterapia observa-se um percentual elevado de professores colaboradores horistas no curso. A titulação dos mestres não é na área, e os doutores são professores de outros cursos com titulação em outra área, apesar de haver, em ambos os casos, uma relação entre a formação com o componente curricular que ministra.	– Existência sistemática de processos internos de avaliação do curso de Nutrição, objetivando o redimensionamento do ensino da nutrição (a exemplo da avaliação geral realizada no final de cada semestre letivo). – Considerável número de alunos do curso de Nutrição envolvidos em atividades de monitorias voluntárias, em atividades extracurriculares, como também, bolsistas de iniciação científica e extensão. – O laboratório dietético do curso de Nutrição e o consultório de Nutrição, são espaços técnicos nos quais se desenvolvem ensino, pesquisa e extensão. – O curso de Farmácia busca a formação de farmacêuticos com perfil generalista e visão crítica e reflexiva, preconizada nas diretrizes curriculares. – O atual currículo do curso de Farmácia contempla o fortalecimento da formação na área do medicamento, a única privativa do farmacêutico. – A organização didático-pedagógica do Curso de Farmácia, prevê a formação do farmacêutico em três grandes linhas: 1) domínio, conhecimentos abrangentes e competência técnica para o exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas, e ao controle e análise de alimentos; 2) formação de caráter educativo dirigido a uma ação integral e humanizadora, crítica e reflexiva para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e cultural; 3) compromisso com os pressupostos da saúde coletiva e do Sistema Único de Saúde pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica, dirigindo sua ação para a transformação desta. – A fim de contemplar a execução das atividades práticas imprescindíveis à formação do farmacêutico o curso de Farmácia conta com diversos laboratórios e também com a Farmácia-Escola. – Avalia-se como muito positivo no curso de Fisioterapia, o estágio com carga horária total de 900 horas. O aluno possui formação nos diferentes espaços de atuação profissional, além de conseguir presenciar e viver as diferentes realidades em saúde.	

			– O curso de Fisioterapia considera a avaliação do ENADE muito positiva, pois a nota do curso expressa o bom desempenho dos estudantes em relação ao conhecimento adquirido no curso da Unijuí. – O curso de Fisioterapia desenvolve seu programa visando que o acadêmico possa ter um papel crítico, criativo, reflexivo e analítico das questões relativas a sua profissão e a sociedade como um todo, sendo um educador em saúde capaz de relacionar os problemas de saúde às questões de cidadania e direito humano de forma a colaborar para a melhoria dos níveis de saúde da população a partir de sua contribuição técnico-científica.	
		DEAd – Departamento de Estudos da Administração – Em relação ao curso de Gestão Pública Municipal pode-se ressaltar a dificuldade dos alunos se matricularem na totalidade das ofertas de componentes curriculares, o que já levou o Colegiado de curso a organizar as ofertas na grade horária a não integralidade da semestralidade. Esta situação depõe contra o ponto de equilíbrio das ofertas. Analisar a performance deste programa nos remete a verificar, também, o desempenho nas três ofertas de vestibular, quando a procura em nenhuma das ofertas alcançou o número de vagas ofertadas. Várias investidas foram feitas para uma maior divulgação junto aos órgãos públicos locais, mas se pode dizer que todas foram de pouco ou nenhum impacto, pois a adesão ao vestibular não teve acréscimos. Nos órgãos superiores da Universidade isto passou a ser uma constante preocupação sempre que se deliberava sobre o quadro de vagas no vestibular, dada a pouca procura. Tem-se a clareza de, em não se refazendo a procura, certamente na oferta para 2006 ter-se-á dificuldades de manutenção do curso no quadro de cursos e vagas para a graduação.	DEAd – Departamento de Estudos da Administração – Fazem parte deste departamento os cursos de Graduação em Administração e Gestão Pública Municipal. Em relação ao curso de Administração pode-se colocar as potencialidades a seguir. – Busca por fazer um ensino contextualizado frente aos desafios apresentados pelo meio ambiente, pelas organizações, pelo CFE, pela ANGRAD e pelas próprias diretrizes de ensino elaboradas pela Unijuí. – A proposta do curso sempre foi conduzida com certa dinamicidade, via eventos avaliativos e integrativos, buscando ajustes pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem. Juntamente com as atividades de Ensino desenvolveram-se atividades de Pesquisa e Extensão, as quais proporcionaram permanente intercâmbio com a realidade, e uma realimentação constante para os professores sobre a prática das organizações. – Clareza na definição do perfil do profissional formado por este curso. – O curso é constituído por elementos em interação dinâmica: cujo eixo temático central é ADMINISTRAÇÃO e os eixos temáticos complementares são SOCIEDADE, ECONOMIA, ORGANIZAÇÃO e CONHECIMENTO, além de oito áreas temáticas, cada uma delas constituída	

			por um conjunto de componentes curriculares afins quanto a natureza de seus conteúdos. – A implantação dos grupos de pesquisa, com as respectivas linhas de trabalho e desenvolvimento de "projetos específicos tem se constituído em um dos elementos que fazem a diferença para qualificar o ensino". A extensão por sua vez, também, organizada em programas e projetos vem se solidificando e trazendo importantes contribuições para o ensino e para a pesquisa, além de alimentar as atividades que buscam a modernização das pequenas e médias empresas. – Existência de uma Coordenação de Estágios Supervisionados em Administração, como mecanismo de qualificar o processo e incrementar as relações com o meio empresarial e os campos de estágio. – O curso possui atualmente alunos de graduação que atuam como Bolsistas junto a programas de ensino, de pesquisa e de extensão do DEAd. Esta estratégia está qualificando sensivelmente os programas do departamento, bem como os próprios alunos. – O curso visa formar profissionais com visão estratégica dos negócios, sólida formação teórico-prática, postura ética e capacidade de reflexão e decisão. – Empresa Júnior como Laboratório aos alunos do curso. Em relação ao curso de Gestão Pública Municipal pode-se colocar as potencialidades a seguir. – O Curso foi aprovado pelo CONSU nas modalidades tecnólogo e bacharelado. Propõem-se formar profissionais para a gestão pública municipal, enraizados em sua região e com profundo conhecimento do local, capazes de articular as políticas públicas, os agentes e os recursos da região em função do desenvolvimento pretendido. Está em desenvolvimento a modalidade de tecnólogo, – Para a modalidade Tecnólogo é enfatizada a capacitação prático-reflexiva orientada à gestão interna das organizações públicas e do terceiro setor, enquanto que a modalidade Bacharelado é mais direcionada à capacitação estratégico-reflexiva para gestão das demandas dos diferentes sujeitos sociais.	

			– Esforço coletivo dos (as) professores (as) para organizar o conhecimento acadêmico e a dinâmica das relações educativas, de forma a privilegiar o ver, o agir e o sentir dos envolvidos no processo de capacitação.	
		DECon – Departamento de Economia e Contabilidade – Muitas vezes, o esforço e o interesse em estudar na Unijuí, esbarram em algumas dificuldades, principalmente pelos altos custos do transporte, segundo pesquisas realizadas junto aos alunos que anualmente ingressam no curso de Ciências Contábeis. – A demanda pelo curso de Economia continua sendo uma de suas principais fragilidades e um elemento de preocupação. – As diretrizes Curriculares do Curso de Economia ainda não estão totalmente definidas, mas é necessária a qualificação do atual Projeto Político-Pedagógico, passando pelo perfil do aluno que se quer formar, a questão da monografia e do estágio curricular, dentre outras.	DECon – Departamento de Economia e Contabilidade – Estão adscritos a esse departamento os cursos de Ciências Contábeis e Economia. –Além de atuar nos Cursos de Ciências Contábeis e de Economia, o DECon contribui para o desenvolvimento de diversos outros cursos de graduação, coordenados por outros departamentos da UNIJUI, nos quais ministra componentes curriculares, orienta alunos e integra colegiados de coordenação ou bancas de TCC. Esta atuação é considerada muito importante pelo departamento pois, além de possibilitar a contribuição específica de suas áreas de conhecimento na formação de profissionais em outras áreas, contribui positivamente para a integração interdepartamental, a troca de experiências e o relacionamento inter-pessoal na qualificação de um ambiente acadêmico plural e multidisciplinar. Com relação ao curso de Ciências Contábeis pode-se elencar as potencialidades a seguir. – Para efeitos de acompanhamento constante, são realizadas avaliações periódicas junto aos docentes e discentes do curso. – O curso de Ciências Contábeis promove anualmente o Encontro de Estudos Contábeis – ENESCON direcionado a estudantes e egressos com o objetivo de trazer para a discussão temas relevantes da área contábil e, além disso, também promove a cada dois anos, o Simpósio de Contabilidade do Mercosul espaço de discussão da área contábil envolvendo alunos de graduação, Pós Graduação, profissionais e professores. – A revista “Contabilidade e Informação” publicação semestral do curso (está na sua 22ª edição). Esta revista veicula conhecimento e informações da área contábil e correlata, produzida por professores, profissionais, pesquisadores	

			e demais estudiosos da área, na expectativa de que possa vir a se constituir em um instrumento de comunicação no processo de aprendizagem permanente de estudantes, professores e profissionais por ela atingidos. – O Laboratório de Contabilidade que é disponibilizado aos alunos do curso para realização de suas tarefas e atividades de práticas de Contabilidade e Escritório. Com relação ao curso de Economia pode-se elencar as potencialidades a seguir. – Centralidade na formação de um profissional voltado para o desenvolvimento, comprometido com a realidade social do seu meio, guiado por uma postura crítica e competente diante dos fatos e problemas conjunturais. – Os temas sobre as Ciências Econômicas debatidos nos fóruns externos são também debatidos nos espaços internos ao curso, seja em sala de aula, nos eventos, no colegiado ou nas monografias. – Atendimento às demandas dos alunos, neste caso a Coordenação do Curso tomou a iniciativa de ir ao encontro dos alunos em suas salas de aula bem como passou a circular pelos corredores, principalmente durante os intervalos. Esta estratégia teve como objetivo fazer com que os alunos se manifestassem com mais facilidade em relação aos problemas do Curso. – Criação e implementação de um sistema de avaliação do Curso – este instrumento passou a se constituir num espaço privilegiado de manifestação dos alunos sobre o seu curso, na medida em que, avaliaram os Componentes Curriculares, os Professores, a sua Turma bem como se Auto-avaliaram. Nas primeiras avaliações apareceram de forma muito clara os problemas relacionados com a motivação e a auto-estima. A discussão aberta e de forma coletiva, envolvendo tanto os professores quanto os próprios alunos foi importante para o encaminhamento destas questões. – Envolvimento e reflexões do Núcleo de Professores de Economia. – O SERED – Seminário Regional de Economia e Desenvolvimento – passou a se constituir num espaço de	

			discussão importante na medida em que podem ser desenvolvidos temas e assuntos extra-curriculares e se constituir num espaço privilegiado de relação com a comunidade regional.	
		DEAg – Departamento de Estudos Agrários – No curso de Agronomia, nas avaliações realizadas junto aos alunos, observa-se os aspectos elencados a seguir: realização de mais aulas práticas, redução do número de alunos por turma, oferta maior de disciplinas à noite, possibilidades de estágios em diferentes realidades, conteúdos muito amplos para poucos créditos e visitas a centros de pesquisa.	DEAg – Departamento de Estudos Agrários – Fazem parte deste departamento o curso de Agronomia e o curso Superior de Tecnologia em Gestão Rural. – O Engenheiro Agrônomo formado pela Unijuí é um profissional com formação eclética, capaz de contribuir decisivamente na formulação e implementação de um modelo de desenvolvimento para o setor agrário, que seja economicamente viável, ecologicamente sustentável, socialmente justo e culturalmente aceito. Sua atuação contribui para a melhoria da qualidade de vida do ser humano. – O curso de Agronomia está estruturado em três dimensões, sobre as quais foram implantados todos os instrumentos de formação: o meio natural, a economia e as relações de produção e a tecnologia. – No curso de Agronomia o conjunto de saberes necessários à formação agronômica é reunido em três grandes linhas curriculares. Dentro das linhas curriculares os conteúdos são organizados por módulos, que tem por função integrar vários componentes curriculares, geralmente ministrados de maneira separada, mas que se relacionam com o mesmo objeto do conhecimento. O módulo contempla a primeira instância de interdisciplinaridade. Trata-se de uma organização conceitual que não implica numa estrutura curricular modular. – Os três estágios curriculares do curso de Agronomia estão organizados no plano de estágios integrados e a pesquisa está organizada em Estágios de Pesquisa que inclui o Trabalho de Conclusão de Curso. – O plano pedagógico do Curso de Agronomia contempla níveis de abordagem que compreendem o desenvolvimento da observação da agricultura, sua fundamentação, através de matérias básicas necessárias à compreensão dos fenômenos relacionados ao proces-	

			so produtivo, análise derivada do estudo dos componentes do processo de produção, finalizando com uma síntese a partir da visão global e integrada do conjunto dos processos produtivos. – O curso de Agronomia conta com uma estrutura qualificada para a realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços, destacando-se diversos laboratórios. – O curso de Agronomia conta com uma rede de relacionamento com entidades de agricultores, cooperativas, órgãos de assistência técnica e extensão rural que possibilitam a realização de estágios curriculares em estabelecimentos de agricultores. – Em relação ao quadro de docentes, o curso de Agronomia conta com um quadro de 38 professores, destes, 14 têm formação em nível de Doutorado, 23 com Mestrado e um Especialista. – A coordenação do colegiado de coordenação do curso discutiu e implantou um sistema de avaliação de componentes curriculares durante o ano de 2005. A partir da aplicação da avaliação, a coordenação do colegiado do curso fez a análise dos dados e os encaminhou aos professores para avaliação e reflexão. Os dados foram também encaminhados à chefia do Departamento de Estudos Agrários e à Vice-Reitoria de Graduação. Os mesmos foram discutidos em duas reuniões do Colegiado Ampliado do Curso, uma em cada semestre, com a convocação de todos os professores envolvidos no plano pedagógico do curso. – O curso de Agronomia realizou palestras, Semana Acadêmica e I Encontro de Ex-alunos; viagens de estudos além do oferecimento de bolsas de iniciação científica, estágios extracurriculares e voluntários. – Em 2005 o curso de Agronomia implantou um Banco de Dados sobre os alunos egressos, onde até o momento, 65 profissionais formados estão cadastrados.	
		DEJ – Departamento de Estudos Jurídicos – Desequilíbrio na distribuição da atividade de orientação de monografia (graduação e especialização).	DEJ – Departamento de Estudos Jurídicos – A este departamento está adscrito o curso de Direito.	

		– Número excessivo e diversidade de componentes curriculares alocados por professor, limitando a possibilidade de aprofundamento das diversas temáticas desenvolvidas. – Desgaste provocado pela necessidade de deslocamento entre os diferentes *Campi* e não remuneração do tempo de deslocamento. – Desprestígio dos eventos por parte do corpo docente e discente. – Falta de intercâmbio com o Curso de Mestrado e demais Departamentos no que se refere a organização de eventos. – Poucos momentos destindos ao debate acadêmico entre os Grupos Temáticos.	– Programa de Qualificação Pedagógica do Programa de Graduação em Direito, que objetiva o aprimoramento didático-metodológico do corpo docente visando otimizar e adequar o processo de ensino-aprendizagem aos referenciais teóricos do curso, além de efetivar um canal de comunicação com o corpo discente. – O Programa de Qualificação Pedagógica do Programa de Graduação em Direito está dividido em um conjunto de ações nomeadas a seguir: 1) Requisição de todos os Planos de Ensino e Avaliações aplicadas pelo corpo docente no 1º/2005, objetivando que a partir desse material seja realizada uma análise identificando objetivos, metodologia e procedimentos de avaliação. Com isso será possível vislumbrar virtudes e problemas pedagógicos referentes à metodologia e a didática de ensino empregada em sala de aula, bem como nos instrumentos de avaliação utilizados. Esse material norteará a temática do *Seminário de Formação Pedagógica Continuada do DEJ*, programado para o 2º./2005. 2) Confecção de Planos de Aula, objetivando que os professores procedam a divisão do conteúdo a ser ministrado em cada uma das aulas previstas para o componente. Isso proporcionará aos alunos um ambiente mais organizado de estudo, permitindo-lhes uma melhor visualização e acompanhamento dos Conteúdos constantes no Plano de Ensino. 3) Encaminhamento da confecção de Material de Apoio. Esse ponto tem um duplo objetivo, ou seja: além de oferecer aos alunos um material de acompanhamento às aulas e consulta rápida, será o primeiro passo a confecção de Cadernos e/ou Manuais de direito vinculados à proposta/identidade teórica do Curso de Direito da Unijuí. 4) Seminário de Formação Pedagógica Continuada do DEJ, com o objetivo de qualificar o corpo docente através de um Seminário de Formação Pedagógica, onde sejam apresentados elementos didáticos e metodológicos voltados para o ensino superior, tais como: a aula, os exercícios de fixação e pesquisa, a elaboração do material de apoio, a utilização de recursos tecnológicos:	

			multimídias e internet, a relação de interação humana professor-aluno, etc. 5) Fórum Permanente de Representantes de Turmas, que objetiva efetivar um canal de comunicação com o corpo discente onde possam ser apresentadas as contribuições daqueles à qualificação do Programa de Graduação. 6) Revisão e Proposição de Alterações no Currículo 2001, através de debates nos Grupos Temático, no Colegiado do Curso e no Colegiado do Departamento da revisão e alteração do Currículo 2001, face às novas diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC. Revisão dos Regimentos Reguladores dos Estágios, das Atividades Complementares e da Monografia. – Revista Direito em Debate como instrumento de divulgação das pesquisas realizadas pelo corpo docente e discente.	
		DELAC – Departamento de Estudos de Linguagem, Artes e Comunicação – Participação pouco expressiva de professores de Tempo Integral nas reuniões de colegiado do curso de Letras. – Migração expressiva de alunos do Regime Regular para o Regime Especial. – Falta de representação estudantil no curso de Letras. – Na área da literatura a metodologia usada é muito repetitiva; nos seminários os professores devem participar mais, conforme parecer dos alunos. – No Campus Santa Rosa, na opinião dos alunos inexistem oportunidades para alunos bolsistas, ou não são apresentados aos estudantes de Letras. – Em Três Passos os alunos do curso de Letras constatam que existe pouco material bibliográfico para o curso. – Pouca demanda na área de Relações Públicas, no curso de Comunicação Social. – Dificuldade de outras instâncias da Universidade em reconhecer as especificidades do curso de Comunicação Social, incluindo seu caráter de ensino individualizado, que se reflete na necessidade de turmas menores, ao contrá-	DELAC – Departamento de Estudos de Linguagem, Artes e Comunicação – Fazem parte deste departamento os cursos de: Comunicação Social, Design, Letras e Artes Visuais. – Os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos do DELAC têm tido avaliação positiva de órgãos externos e são submetidos ao monitoramento constante por parte dos colegiados de curso. – No curso de Letras existem mecanismos de acompanhamento do egresso, a destacar: Pós Graduação, Semanas acadêmicas, PRIEL (Programa Integrado de Ensino de Línguas), e Projetos de pesquisa específicos. – Alguns professores são criativos e inovadores, o que facilita a aprendizagem na opinião dos alunos. – Realização do Seminário Regional de Língua e Literatura e da Semana Acadêmica do curso de Letras. – O curso de Comunicação Social busca formar um profissional em condições de assumir-se como sujeito do processo de emancipação do homem. Para isso, entende-se que o comunicador precisa conhecer criticamente a realidade social em que vai interferir e também as técnicas e as linguagens de sua profissão.	

		rio de áreas em que o processo admite turmas maiores e avaliações mais objetivas. – Horário de funcionamento do curso de Comunicação Social leva a um número de demandas represadas significativas, além do tempo ampliado para que o aluno integralize seu currículo. – O Curso de Comunicação Social não possui um projeto de acompanhamento efetivo de seus egressos, muito embora mantenha contatos com a maior parte deles, mesmo que informalmente. – O currículo do curso de Design, na opinião dos alunos supre as necessidades, porém existe instabilidade na organização curricular e excesso de componentes curriculares de formação geral humanística. – A representação estudantil, na opinião dos alunos do curso de Design, não ocorre de forma efetiva, é quase inexistente. – Na opinião dos alunos existe a necessidade de trabalhos de pesquisa relacionados ao design para o envolvimento dos alunos. Os trabalhos de leitura deveriam ser estimulados desde o início do curso devido a sua importância.	– Flexibilização do currículo do curso de Comunicação Social, pela inserção dos *Tópicos Especiais* (disciplinas que podem ser cursadas em outra habilitação, curso ou instituição) e as *Atividades Complementares* (que envolvem a participação do aluno em eventos, cursos, seminários, estágios, entre outros). – O curso foi positivamente avaliado pelo MEC em 2004, resultando no parecer de que a Comunicação Social da Unijuí pode ser considerada um das melhores do país. – O curso de Comunicação Social possui laboratórios de Radiojornalismo e Telejornalismo, Laboratório e Estúdio Fotográfico, Agência Experimental – Usina de Idéias, todos adequados às necessidades específicas de formação acadêmica. – Uma das principais características da Agência Experimental é o trabalho integrado das três habilitações que compõem o Curso de Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e, recentemente, o Curso de Design Gráfico. – A Usina de Idéias fez recentemente um *mailing* com quase todos os egressos do curso de Comunicação Social para a divulgação dos eventos comemorativos dos 10 anos. É com este instrumento que o curso pretende dar início a um processo de comunicação contínuo com os egressos – Reconhecimento, por parte dos alunos do curso de Design, do empenho dos professores apesar de problemas pontuais em relação a alguns casos específicos de metodologias. – Desde seu início o curso de Design buscou a qualidade em seus trabalhos, se atualizando através de pesquisas nos mais conceituados cursos do país e contando com assessoria de profissionais e docentes para melhor definir o perfil do curso oferecido. – As mudanças promovidas a partir de 2003, no curso de Design visaram qualificar e potencializar de forma consistente a formação dos alunos, dando-lhes a possibilidade de optarem por uma habilitação específica, sem prejuízo dos componentes curriculares realizados até o presente semestre. – O curso de Design conta com o apoio de Laboratórios específicos para o desenvolvimento de seu Projeto Político– Pedagógico.	

		DePe– Departamento de Pedagogia – Incertezas frente às Diretrizes Nacionais de Formação do Professor (Licenciatura) e as Diretrizes para o Curso de Pedagogia. A questão é: reorganizar o Projeto Político– Pedagógico, conforme o que prevêem as Diretrizes das Licenciaturas e as Resoluções do CONSU ou aguardar as Diretrizes Nacionais da Pedagogia? – Existe um número reduzido de professores especializados na área de Educação Especial no Departamento. – Em relação ao curso de Pedagogia, apesar da existência de espaços organizados como laboratórios de aprendizagens, o laboratório denominado brinquedoteca, ainda apresenta fragilidades, em relação ao espaço e o acervo, dificultando o seu uso de forma mais efetiva. – No curso de Pedagogia a ausência de um sistema/registro de acompanhamento e avaliação do egresso dificulta a localização dos egressos, para o seu efetivo acompanhamento. – A condição das acadêmicas trabalhadoras que residem em localidades distantes dificulta a inserção das mesmas nos diversos projetos em que o curso de Pedagogia se encontra engajado. – O número reduzido de créditos para fazer parte do colegiado de coordenação de curso, exige de todos os docentes que compõem o colegiado, desenvolver outras atividades, inviabilizando um trabalho coletivo – centralizando tudo a uma única pessoa. – Pouca demanda no curso de Pedagogia do Campus Panambi. Os alunos do curso de Educação Física se manifestam em relação aos aspectos a seguir. – Falta quantidade de exemplares da bibliografia básica. – Alguns livros solicitados não se encontram na biblioteca. – Faltam revistas científicas na área da saúde. – Necessita-se reforçar o Bacharelado. – Melhorar equipamentos. –Algumas disciplinas não mantêm o tratamento conceitual dadas em outras. – Necessidade de redimensionamento da estrutura curricular, pois disciplinas repetem conteúdos (ementas não condizem com a prática).	DePe – Departamento de Pedagogia – A este departamento estão adscritos os cursos de Pedagogia e Educação Física – Os Projetos dos Cursos de Pedagogia e de Educação Física vêm sendo objeto de inúmeras reuniões de estudo no Departamento de Pedagogia, sempre com a preocupação de sua adequação às novas necessidades de formação que se apresentam. – O Curso de Pedagogia teve recentemente uma avaliação externa, do MEC, em vista do credenciamento da habilitação em Educação de Jovens e Adultos. Já o Curso de Educação Física teve uma avaliação externa simulada nos mesmos termos como vem sendo feita pelos avaliadores do MEC. – Institucionalização, no ano de 2004, do "Núcleo de Eventos e Ações Comunitárias do Departamento de Pedagogia", que vem atuando na organização de eventos do Departamento, como o COMERCO, bem como no apoio a uma série de outros eventos da área de Educação Física, inclusive em articulação com a Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. O referido Núcleo atua na dinamização de um conjunto de atividades que são características das formas de inserção e de organização dos cursos alocados no DePe, de modo especial as vinculadas aos projetos de inserção comunitária. O Núcleo tem dentre seus objetivos constituir-se em estrutura de apoio técnico e logístico aos diversos eventos a serem programados no DePe, sendo também instância de articulação do conjunto das ações comunitárias desenvolvidas no Departamento, como as vinculadas aos projetos de extensão, dentre outros. – Busca pela coordenação do curso de Pedagogia, de subsídios junto aos alunos, consolidando a representatividade destes na construção do seu Projeto Político Pedagógico, através de reuniões com representantes de turma, encontro com representantes do Diretório Acadêmico Paulo Freire, aplicação de instrumentos e a organização de dois seminários semestrais para a avaliação do curso e a socialização de produções dos alunos e professores. – História do Curso de Pedagogia da Unijuí. O Curso de Pedagogia, durante toda sua história vem significando o	

		– Dimensionamento das turmas (turmas com 08 alunos não é possível, mas com 70 alunos é possível). – Processo de matrícula. – Não existem oportunidades para trabalhar com práticas profissionais (mais problemático para o regime especial), necessitando criar-se alternativas para o regime especial. – Reflexão maior sobre as práticas de ensino. – Oportunidade de trabalhar como monitor. – Esclarecimentos a respeito do bacharelado e da licenciatura ("visão de conjunto"). – Não há convencimento da necessidade das disciplinas de Formação Geral Humanística. – O estágio supervisionado apresenta alguns pontos que merecem uma melhor qualificação.	projeto e as reflexões que estão acontecendo no interior do curso sobre as diretrizes, novos paradigmas vêm proporcionando uma maior qualificação das atividades pedagógicas dos professores, independente das mudanças que possam vir a acontecer. – Relevância e pertinência da oferta da habilitação Pedagogia da Educação Especial: a implantação de Política de Inclusão e a carência de professores habilitados na área de Educação Especial desafiam os professores do Curso de Pedagogia em dar uma resposta a esta demanda. – O número reduzido de professores especializados na área de Educação Especial no departamento está permitindo e/ou desafiando uma maior integração com outros departamentos e profissionais que atuam em instituições educativas que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais. – Há componentes curriculares do Curso de Pedagogia que têm grandes benefícios com o funcionamento de uma brinquedoteca com uma maior infraestrutura. O projeto do curso está pautado na lógica do sujeito... Sujeito de direitos, sendo que um desses é o direito de brincar. Prioriza a ludicidade como mediação fundante para o desenvolvimento das pessoas. Além disso, a comunidade e principalmente as escolas, mantêm intercâmbio intenso com o Curso. Aqui trazem seus alunos para ouvir histórias, vivenciar práticas educativas; vêm os professores para vivenciar e construir alternativas educativas, tendo o lúdico como centralidade. – Os programas de pós-graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*, oferecidos pelo Departamento de Pedagogia; a prática de extensão; os eventos promovidos pelo Curso de Pedagogia sempre estão abertos para os acadêmicos, egressos e profissionais da educação e, uma grande busca pelos mesmos. – Realização semestral do Ciclo de Estudos da Pedagogia que traz como temáticas questões relacionadas ao trabalho docente, integra acadêmicos do curso, de outros cursos e escolas. – Tradição da política de extensão do Curso de Pedagogia e de sua inserção nas atividades educativas e culturais da	

			comunidade. O Curso de Pedagogia tem como uma das grandes prioridades (em seu projeto) a formação de uma pedagogia da leitura. As acadêmicas participam de eventos promovidos pela comunidade. Uma das atividades em que alunas e professoras do curso têm presença marcante é na feira do Livro de Ijuí que é um espaço em que o professor e acadêmicos se articulam com outras instituições. Destaca-se o projeto Linguagens em movimento o qual promove eventos de contação de história, organiza o programa de rádio – Roda Gigante; o projeto de educação de jovens e adultos, o qual envolve três coordenadorias regionais de ensino; o projeto AABB, que possibilita acadêmicas vivenciar práticas educativas com crianças de classe popular, o projeto Roda Gaúcha, entre outros. As alunas são constantemente solicitadas para desenvolver estágios, práticas educativas nos mais diferentes espaços, sejam governamentais, ou privados, ONGs, SESI, SESC, Hospital, Serviço Social. Os professores desenvolvem palestras, assessorias que permitem um vínculo entre a universidade e a comunidade. – O colegiado de coordenação do curso de Pedagogia é coletivo interdepartamental. Existe presença de professores de outros departamentos e representação estudantil nas decisões do curso. Há uma grande disposição em desenvolver cada vez, atividades, programas e projetos com caráter interdepartamental. Experiências apontam que as discussões interdisciplinares permitem propostas mais substantivas e argumentadas. Os alunos do curso de Educação Física se manifestaram em relação às potencialidades colocadas a seguir. – Coordenação do curso busca a resolutibilidade dos problemas. – Centralidade nas preocupações pedagógicas do curso. – Atuação dos professores na maioria dos casos é coerente com o currículo – Melhora no acervo bibliográfico na área da Educação Física. – A avaliação dos alunos a respeito da iniciativa de avaliação do curso aponta algumas respostas como: “Nunca tivemos oportunidade de falar e isto pode ter influenciado o tom das reclamações”. Da mesma forma“, a ansiedade de mudanças”	

		DeTEC – Departamento de Tecnologia – Problemas nos pré-requisitos. Poderiam repensar alguns no sentido de inclusão. – Algumas disciplinas possuem amplo conteúdo e relação a carga horária estabelecida. – Em relação a FGH, pode-se dizer que o propósito é muito bom, mas o conteúdo ou a maneira que ele é ministrado não está trazendo frutos ao aluno. – A oferta anual de componentes curriculares pode atrasar o tempo de formação de graduados. – O currículo do curso de Informática – Sistemas de Informação necessita de atualização em função da evolução tecnológica e do perfil diferenciado de nossos alunos. – Existe a necessidade da criação de outras disciplinas para que se acompanhe o mercado mais de perto. – As disciplinas que envolvem calouros poderiam ser ainda mais práticas, com o intuito de motivar os alunos. – São oferecidas aulas práticas, mas, muitas vezes, os objetivos não são completamente alcançados. A realização de projetos em diferentes disciplinas é uma saída e fornece uma boa relação entre a teoria e a prática. – Uma parte dos alunos é muito dedicada às atividades discentes, apesar de trabalhar durante o dia e estudar à noite. Outros usam este fato para justificar o não cumprimento de tarefas das disciplinas –A coordenação do curso é a grande responsável pela realização da semana acadêmica. A representação dos alunos raramente se manifesta. – Necessidade de maior divulgação e detalhamento dos pré-requisitos, no curso de Engenharia Elétrica. – Grande número de alunos em turmas de alguns componentes curriculares, no curso de Engenharia Elétrica. – Antecipação da escolha da ênfase, no curso de Engenharia Elétrica, para ter maior flexibilidade das disciplinas. – Na opinião dos alunos do curso de Engenharia Mecânica a atualização tecnológica dos componentes curriculares necessita ser realizada de	DeTEC – Departamento de Tecnologia – Deste departamento fazem parte os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Informática: Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação. – A organização curricular dos cursos do DeTec tem obtido vários elogios de avaliadores externos. – Constante empenho por parte dos professores do DeTec para adequar o quadro curricular ao tempo presente. – Os cursos de Engenharia apresentam carga horária suficiente para a formação do engenheiro. – Reconhecimento da necessidade de readequar alguns componentes quanto ao conteúdo programático e sua semestralidade, estudo este que está sendo realizado. – As alterações que vêem sendo implementadas ao longo dos últimos anos permite que a organização curricular esteja em constante qualificação. Acredita-se que os cursos devam permanecer em uma constante avaliação dos conteúdos ministrados nas diferentes disciplinas. Lembrando-se sempre que o principal articulador destas mudanças é o próprio docente. – Os componentes curriculares oferecem uma boa base para a prática profissional, com isso os alunos possuem ferramentas para resolver grande parte dos problemas ou então para buscar meios para a resolução dos mesmos. – Nas aulas são discutidas situações da prática profissional dos alunos relacionadas com o conteúdo que está sendo desenvolvido. – Realização de eventos relacionados com a área dos cursos. –A metodologia de transmissão do conhecimento e os métodos de avaliação no que diz respeito à inexistência do exame de fim de semestre foram os itens que mereceram destaque nos comentários dos alunos. Segundo estes comentários, há que se aprimorar a capacitação pedagógica dos professores ligados à Engenharia Civil e produzir novas discussões sobre o sistema de avaliação. – O curso de Engenharia Elétrica poderia ser oferecido nos turnos diurno e noturno.	

		uma forma um pouco mais rápida do que a atual, com ênfase um pouco mais em aulas práticas. – No curso de Informática: Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação é necessário rever as informações aos alunos sobre os pré-requisitos; rever a carga horária de alguns componentes curriculares e falta projetos de práticas com empresas. – Os alunos do curso de Informática: Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação apontam para que a Semana Acadêmica seja separada das Engenharias.	– Integração da Instituição com empresas em relação ao curso de Engenharia Elétrica. – No curso de Informática: Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação observa-se uma variedade de componentes curriculares optativos. – Os professores do curso de Informática: Sistemas de Informação e Licenciatura em Computação mostram interesse em solucionar dúvidas dos alunos. – A busca pela excelência acadêmica passa necessariamente pelo provimento e qualificação das condições físicas, local de execução de atividades que se inserem no próprio conceito de excelência. Paralelamente a esta busca, o intuito de aumentar de o número de alunos, tanto horizontalmente entre os cursos de graduação quanto verticalmente com a criação de cursos de pós-graduação, coloca-se também como argumento reforçando a idéia que se tem sobre este tema. – Entende-se que os laboratórios, como parte integrante do processo de ensino/aprendizagem vem cumprindo com sua função de maneira satisfatória. A necessidade de atualização é entendida como algo circunscrito ao saber tecnológico e, portanto, inerente a um Departamento de Tecnologia. – A qualificação dos projetos político-pedagógicos dos cursos adscritos ao DeTec, passa por questões ligadas à qualificação do corpo docente, melhoria das condições de oferta, ampliação das atividades de pesquisa e extensão. – O Departamento de Tecnologia busca constantemente rever seus procedimentos, tentando inserir-se ainda mais na vida da Universidade a partir de atividades ligadas às suas áreas. Em suas limitações e potencialidades existe muito do que é inerente à área tecnológica, sem se descuidar de aspectos de universalidade do conhecimento, que é a um só tempo veículo e força-motriz do espaço Universidade. – O curso de Licenciatura em Computação pauta-se por uma proposta de curso transdisciplinar e interdepartamental, por entender que os avanços da ciência remetem a esta perspectiva.	

			– Os estudantes do curso de Licenciatura em Computação, orientados por professores das áreas da computação e da educação, encontram-se envolvidos em projetos de Inclusão Digital que atendem: professores estaduais da 17ª CRE em um programa de Alfabetização Tecnológica que reúne 112 pessoas a cada dois meses para uma formação que favoreça o trabalho em Informática na Educação que ocorre nas escolas. Este programa prossegue até o final do ano de 2006; professores estaduais da 17ª CRE – séries escolares iniciais, 220 professores em Três de Maio e cerca de 200 em Santa Rosa para pensar sobre os processos de aprendizagem suportados pela computação; professores e estudantes de escolas da região de Santa Rosa e Ijuí através das práticas e do início dos estágios que se dão este ano; participação efetiva no apoio aos projetos dos Núcleos de Tecnologia em Educação da Região de Santa Rosa e Ijuí. Estes núcleos, diferente da situação de Santo Ângelo e outras de nosso estado que já apresentam uma sólida estrutura, iniciaram recentemente suas atividades; crianças e adolescentes do Lar das Meninas e do Patronato de Santa Rosa que trazem em sua história de vida as marcas da violência sexual e/ou do abandono por maus tratos; (quantificar); 34 pessoas portadoras de necessidades educativas especiais – surdez, projeto este que se efetivou durante um ano e meio (até final de 2004) e que deverá ser retomado devido às demandas da Associação de Surdos da Grande Santa Rosa.	

2.2.2 Pesquisa

Na década de 80 a Instituição tratava a extensão e a pesquisa como política institucional indissociada. Destaca-se, nessa época, a realização de Miniseminários Internos de Extensão e Pesquisa envolvendo os participantes dos Programas/ Departamentos que culminaram no Seminário Interno de Formulação de Políticas e Programas de Extensão e Pesquisa para a Unijuí. Definiu-se, de forma coletiva, a política e os principais programas e linhas de Extensão e Pesquisa para os anos subseqüentes.

"Em 1985, ano de reconhecimento da Unijuí – Universidade de Ijui, a Direção de Pesquisa e Extensão da Instituição foi transformada em Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, sendo instituído o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual se encontrava a Câmara de Pesquisa/Extensão. Ao longo das discussões nessa Câmara, foi definido, como orientação geral básica para a extensão e pesquisa na Unijuí, o compromisso de intervir no processo social numa perspectiva de mudança. Para tanto, foram definidos os Programas de Ação e Pesquisa da Unijuí, cobrindo cinco áreas consideradas básicas: educação, agropecuária, saúde, administração e cultura". Em 1992 houve a regulamentação do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento da Pesquisa na Unijuí – Fipes e ao incentivo da iniciação científica pela Fapergs e CNPq.

A pesquisa deve orientar as atividades de ensino e extensão, pois se constitui como eixo articulador de ambas as atividades. Embora, em termos proporcionais, os professores da Unijuí tenham mais tempo destinados ao ensino do que à pesquisa, consideram ser a pesquisa a atividade de sustentação do ensino. Sem pesquisa não há propriamente educação e sim uma espécie de reprodução, massificação e, em certo sentido, adestramento. É a pesquisa que vincula o ensino à excelência ao exigir-lhe a produção. Por meio da pesquisa os docentes objetivam suas conquistas acadêmicas em termos da busca de respostas às indagações que atravessam seu campo teórico e seu exercício prático. Nesse sentido, a escrita, segundo Mario Osorio, é o princípio da pesquisa, o modo pelo qual ela se objetiva e se torna possível de compartilhar. Os artigos e os livros adquirem, assim, um poder especial de socializar a pesquisa, de possibilitar a sua ultrapassagem do âmbito regional e a, conseqüente, inserção em contextos mais amplos. Daí a necessária vinculação do pesquisar ao escrever e a premente exigência nos Departamentos de publicação das pesquisas, mesmo que isso implique em reorganizar e rever os tempos destinados ao ensino e à extensão, pois se trata de reorganizar as atividades a partir das suas relações de dependência e implicação recíproca. A pesquisa é justamente aquilo que permite que o ensino e a extensão sejam atividades exercidas criticamente, com o fim de concretizar os objetivos contidos no Projeto Político-Pedagógico do Curso e para integralizar a função da Universidade.

A coordenação da pesquisa nos departamentos da Instituição consiste em organizar os projetos, definir os relatórios solicitados, como se dá a distribuição dos créditos de pesquisa para os docentes pesquisadores, os resultados parciais e finais dos trabalhos e participar da organização da Jornada de Pesquisa. A atividade mais significativa em termos de demanda de tempo e de trabalho se dá pela participação nos Comitês: Comitê Científico e de Ética na Pesquisa e Comitê de Ética em Pesquisa.

O Comitê Científico e de Ética na Pesquisa da Unijuí foi criado pela Resolução do Conselho Universitário nº 06/2000 no dia sete de novembro de 2000, sendo um órgão de assessoramento estratégico e técnico da Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Tem como objetivo apoiar os processos decisórios do Conselho Universitário e dos Colegiados de Departamento e auxiliar na definição e implantação de diretrizes gerais para a área da pesquisa, na apreciação de solicitações de apoio institucional ao desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e na organização de eventos da área. Neste comitê são avaliados todos os projetos de pesquisa da universidade, os processos seletivos de bolsistas, entre outras atividades relacionadas a esta área.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Unijuí foi criado pela Resolução do Comitê Científico e de Ética na Pesquisa nº 01/02, de 12 de abril de 2002 e registrado na CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, em 07 de janeiro de 2004. Ele é composto pelo Vice-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; por um representante indicado em cada um dos doze departamentos da Unijuí; por um representante indicado em cada uma das Coordenadorias Regionais de Saúde da área de abrangência da Universidade e por um representante dos usuários. O Comitê de Ética em Pesquisa compreende a complexidade do seu papel – a proteção dos sujeitos de pesquisa e sua participação no processo de construção de uma cultura ética-democrática para o País – por isso entende fundamental a sua consolidação na Instituição.

A Unijuí vem implementando, nos últimos anos, a idéia de verticalização, que se relaciona diretamente à pesquisa e, por sua vez, à organização do trabalho nos departamentos. As atividades relacionadas à pesquisa tendem a serem desempenhadas pelos docentes envolvidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, já implantados, ou em processo de construção, fato que direciona a participação dos doutores neste processo. Entretanto, persiste edital específico para a participação de mestres e ainda, internamente nos departamentos, a participação de professores colaboradores como voluntários. Um dos principais indicadores de avaliação das universidades é o índice de publicações científicas. Este também é um desafio para a Unijuí, tanto que a VRPGPE, junto ao Comitê Científico, estão desenvolvendo estudos para uma nova política institucional para a pesquisa que inclui alterações na forma de concessão de tempo institucional para a atividade e no redirecionamento das bolsas de iniciação científica. Para tanto, é necessário discutir nos departamentos esta nova estrutura da pesquisa e suas características.

A Unijuí optou no decorrer de sua história, por ser uma Universidade de excelência acadêmica. Por isso, ela prioriza o desenvolvimento de programas de pesquisa, e de pós-graduação, atividades estas, que são indissociáveis do ensino de graduação e fundamentais para uma Universidade que almeja um ensino de qualidade. Neste sentido, a Unijuí tem incentivado a institucionalização das atividades de pesquisa.

O incremento nas atividades de pesquisa não se reflete no número e qualidade das publicações científicas por diversas razões, entre as quais podemos citar a deficiente política institucional de avaliação do desempenho dos seus pesquisadores em relação à produtividade alcançada. Por outro lado, o intenso envolvimento do professor pesquisador em

outras atividades do departamento (ensino, extensão, administração e serviço), pode comprometer o tempo efetivamente dedicado ao trabalho de pesquisa e orientação científica e, conseqüentemente, sua produtividade em termos de publicações. A atribuição de tempo institucional aos professores, para as atividades de pesquisa, é realizada somente após a aprovação do projeto pelo colegiado do departamento e pelo Comitê Científico e de Ética na Pesquisa, vinculado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, com base na solicitação do professor e na proposta de atividades a serem desenvolvidas durante a execução do projeto.

Carece de aperfeiçoamento o processo de seleção de projetos relevantes para a Instituição e a política de cobrança e incentivo à publicação de artigos em revistas de qualidade científica reconhecida, além do melhor dimensionamento do tempo devido/adequado para a realização das atividades de pesquisa.

As condições objetivas para a produção por parte dos pesquisadores não são plenamente satisfatórias, uma lacuna importante sentida pelo grupo de pesquisadores refere-se às condições concretas de infra-estrutura para o desenvolvimento da pesquisa. Ainda são poucos os projetos que contam com financiamento de órgãos de fomento à pesquisa; a cota institucional de bolsas de iniciação científica definida por esses mesmos órgãos de fomento ainda é pequena para atender as demandas do Departamento nas suas diferentes áreas do saber.

Alguns departamentos ou Programas de Pós-Graduação contam com revistas próprias ou em convênio com outras instituições, com o objetivo de socializar os resultados de pesquisas. Algumas figurando no Qualis da CAPES, e em outras apesar de esforço significativo do corpo editorial para garantir a periodicidade e o alcance das demais condições para sua indexação, constatam-se dificuldades na captação de artigos, principalmente de autores externos à instituição. Soma-se a isso atraso no fluxo dos artigos, sejam por demora dos autores na readequação das solicitações demandadas pelos Conselhos de Redação, seja por questões operacionais relacionadas à Editora.

A preocupação com o texto didático e com a publicação dos materiais produzidos pelos docentes da instituição está presente desde o início, em 1957, na época Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí, mas apenas em 1985, porém, com a implantação da Universidade de Ijuí, que foi criada a Livraria Unijuí Editora. O seu objetivo inicial concentrou-se em incentivar a produção intelectual de seus quadros, dando ênfase ao aperfeiçoamento constante do material bibliográfico utilizado nos programas de ensino, pesquisa e extensão. Em 1992, a Livraria Unijuí Editora foi dividida em três setores diferentes: a Distribuidora Universitária de Livros — Unilivros –, o Serviço de Editoração e Gráfica – Sedigraf – e, especificamente, a Editora Unijuí. Esta divisão deu agilidade aos mesmos e permitiu que, rapidamente, a Editora Unijuí se consolidasse como editora acadêmica de destaque.

Em janeiro de 2003, visando uma melhor colocação de seus livros, a Editora retomou a distribuição de suas publicações. Vinculada diretamente à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, a Editora Unijuí conta com um conselho editorial, um editor-chefe e um editor-adjunto. As suas atividades direcionam-se para o incentivo à produção intelectual com a publicação, nos padrões científicos, de livros em coleções específicas, de revistas especializadas e de diferentes textos. Entre outros, destacam-se como compromissos da Editora Unijuí: a) estimular e assessorar o processo de produção intelectual no âmbito de atuação da Universidade; b) definir padrões técnicos e de qualidade acadêmica para as publicações a seu encargo; c) editar livros, periódicos, boletins e material de apoio às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade; d) prestar serviços de editoração, de artes gráficas e de distribuição de suas publicações; e) manter relações com os distintos setores da Universidade; f) estabelecer parceria e troca de experiências com outras editoras.

Quadro da Pesquisa

Ações programadas	Ações realizadas	Departamentos	Resultados alcançados	
			Fragilidades	Potencialidades
Contato com os departamentos	Discussão de inclusão no memorial de cada departamento das questões de pesquisa, envolvendo os professores e estudantes do respectivo departamento.		– Falta de sistematização de dados. – Pequena dedicação de tempo para a coordenação da pesquisa nos departamentos	– Possibilidade de normatização das necessidades estruturais para a pesquisa. – Eventos científicos: Jornada de Pesquisa; Seminário de Iniciação Científica envolvendo professores e estudantes.
Elaboração do memorial pelos departamentos	Inclusão da discussão por departamento no memorial. .	DBQ	– Incipiente política institucional de avaliação do desempenho dos pesquisadores em relação à produtividade alcançada; – O intenso envolvimento do professor pesquisador em outras atividades do departamento (ensino, extensão, administração, serviço); – A atribuição de créditos/tempo, para as atividades de pesquisa, é realizada na ficha CAD do professor somente após a aprovação do projeto pelo colegiado do departamento e pelo Comitê Científico e de Ética na Pesquisa, vinculado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, com base na solicitação do professor e na proposta de atividades a serem desenvolvidas durante a execução do projeto. – Carece de aperfeiçoamento o processo de seleção de projetos relevantes para a Instituição e a política de cobrança e incentivo à publicação de artigos em revistas de qualidade científica reconhecida, além do melhor dimensionamento do tempo devido/adequado para a realização das atividades de pesquisa.	– As atividades de pesquisa no departamento são desempenhadas por professores mestres e doutores, em projetos de pesquisa aprovados institucionalmente. Alguns projetos de pesquisa são vinculados a programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Unijuí ou em parceria com outros departamentos da Instituição. – Dos 22 projetos em andamento, no ano de 2005, 11 deles são financiados parcialmente com recursos de órgãos de fomento externos (FAPERGS, SCT-RS, CNPq, MMA/MCT). O tempo de dedicação dos professores pesquisadores é financiado pela Unijuí por meio do Fundo Institucional de Pesquisa. – O Departamento conta com um quadro de professores com boa qualificação acadêmica, como resultado da política de qualificação dos docentes do departamento em cursos de mestrado e doutorado, com apoio/auxílio financeiro da Instituição, através do Fundo Institucional de Qualificação de Pessoal, ou por contratações de novos docentes já qualificados em cursos de mestrado e doutorado. Em conseqüência disso, percebe-se um incremento nas atividades de pesquisa desenvolvidas pelos professores do DBQ, traduzido em maior número de professores envolvidos com a função pesquisa, maior aporte de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e no grande envolvimento de alunos em iniciação científica e pós-graduação nos projetos do departamento. – Qualificação do processo de avaliação dos projetos de pesquisas institucionais a partir da nova sistemática estabelecida com a instalação do Comitê Científico e de Ética para Pesquisa.

				– Ampliação das parcerias efetivas com outros departamentos da Instituição, bem como com outras instituições que desenvolvem atividades de pesquisa. – Estabelecimento de definições: 1. Pesquisadores com projetos em andamento devem apresentar pelo menos uma nova publicação a cada dois anos, para manter a atribuição de créditos de pesquisa; 2. A cada início ou final do projeto, o pesquisador deve solicitar a abertura e fechamento de código do projeto para orçamento. Os créditos serão solicitados pelo pesquisador ao coordenador do programa e à mesa administrativa do departamento; 3. Para controle da atribuição dos créditos, a Coordenação de Pesquisa manterá uma lista de todos os projetos em andamento, dos créditos de pesquisa atribuídos a cada pesquisador por semestre e das publicações; 4. Os resumos de trabalhos apresentados em congressos publicados em anais não contam como publicações para renovação dos créditos.
		DCS	– O trabalho da coordenação da pesquisa deve ser em conjunto com a chefia e a secretaria do Departamento, para que todos tenham os mesmos critérios para trabalhar a dinâmica da pesquisa. – É necessário ajustar a distribuição dos créditos dos professores, às regras gerais da Universidade. – Fazer avaliações sistemáticas sobre o desenvolvimento das pesquisas em andamento no Departamento de Ciências Sociais e seus resultados. – Tentar produzir/publicar resultados em revistas que possuam cadastro no QUALIS-CNPQ para melhorar o desempenho do DCS e, em conseqüência, do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais. – Organizar e atualizar o caderno de pesquisa do DCS, onde constam as pesquisas realizadas e as publicações gerais. – Socializar a pesquisa no DCS em reuniões de estudo. – Atribuir créditos (dentro da cota departamental) a quem pretende fazer publicações, em algum programa de incentivo próprio.	
		DCSa	– As condições objetivas para a produção por parte dos pesquisadores não são plenamente satisfatórias. Ainda são poucos os projetos que contam com financiamento de órgãos de fomento à pesquisa; a cota institucional de bolsas de iniciação científi-	– O momento atual se expressa como um esforço significativo de produção por parte dos docentes do DCSa. – Importantes instrumentos de socialização da produção científica dos docentes, discentes e profissionais do campo da saú-

			ca definida por esses mesmos órgãos de fomento ainda é pequena para atender as demandas do Departamento nas suas diferentes áreas do saber. – Uma lacuna importante sentida pelo grupo de pesquisadores refere-se às condições concretas de infra-estrutura para o desenvolvimento da pesquisa. Apesar de haver um esforço significativo do corpo editorial da Revista Contexto e Saúde para garantir a periodicidade dessa e o alcance das demais condições para sua indexação, constatam-se dificuldades na captação de artigos, principalmente de autores externos à instituição. Soma-se a isso atraso no fluxo dos artigos, seja por demora dos autores na readequação das solicitações demandadas pelo Conselho de Redação, seja por questões operacionais relacionadas à Editora. – Um ponto importante a ser destacado e que está diretamente relacionado à dimensão da pesquisa é que não obstante ao expressivo número de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do DCSa, este conhecimento não tem tido a correspondência necessária em termos de publicações, sejam nacionais ou internacionais, particularmente as de referência para a grande área das Ciências da Saúde. Isso tem representado uma lacuna a ser superada para a implantação do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Saúde Coletiva – mestrado.	de correspondem aos periódicos – Revista Município e Saúde, criada em 1991 e que teve quatro números editados, e a atual Revista Contexto e Saúde, criada em 2001 e com seis números editados.
		DEAD	– As necessidades demandadas para qualificar o ensino (graduação e pós-graduação) seja em termos de qualificação de recursos humanos ao nível de Doutoramento bem como para qualificar a pesquisa são necessários mais investimentos.	– A Pesquisa é a dimensão que passou a desenvolver atividades mais sistematicamente no DEAd. Somente nesta década consolidou-se com o Programa de Mestrado em Desenvolvimento, estabelecendo-se através de um programa, de linhas e de projetos. – A pesquisa no Departamento tem sentido forte impulso se olharmos os indicadores de publicações, de atribuição de créditos e de participação em eventos científicos. A atuação de bolsistas em programas/projetos de pesquisa tem despertado entre os alunos a maior adesão. Equipes de alunos/bolsistas têm apresentado trabalhos em encontros científicos inerentes. Diferentes iniciativas têm havido para a qualificação de pesquisadores e de bolsistas. Também se teve a aprovação de projetos de pesquisa em órgãos de fomento à pesquisa. As pesquisas junto às feiras da região, bem como as solicitações por parte de empresas tem requerido do Departamento uma posição de maior envolvimento nestes segmentos.

				– Dentre as Mantidas com mais interação aparece o Instituto de Políticas Públicas e de Desenvolvimento [IPD], com o qual mantém laços de cooperação em projetos de extensão e pesquisa. – Formulação de projetos para a inserção regional via dimensão pesquisa. – Fortalecimento da produção científica e efetividade nos grupos de pesquisa, sua publicização nos meios acadêmicos e empresariais via periódicos e eventos científicos. – Oportunidades de apoio financeiro não reembolsável para eventos de difusão de conhecimentos (congressos, seminários, eventos científicos). Ex FINEP – Financiadora de Estudos e Proetos; órgãos financiadores. – Contatos e relações nacionais e internacionais de intercâmbio e cooperação em pesquisa. – O Programa de Pesquisa do DEAd – Gestão e Organizações no Contexto da Modernidade, criado em 1996, começa a tomar corpo a partir de 1999, quando passam a ser desenvolvidos vários projetos de pesquisa, nas diversas áreas do campo de saber administrativo. Este tem como objetivo principal produzir conhecimento no campo da gestão e das organizações, dando destaque especial ao contexto local e regional. – A Revista de Estudos da Administração (REA) com seu primeiro número em 2000, criada com o objetivo de socializar a produção científica dos pesquisadores e a partir daí representar um instrumento de apoio em atividades de ensino e de extensão, está figurando no Qualis da CAPES como revista nacional C. – O Programa de Pesquisa do DEAd tem estreita relação com dois programas de Pós-graduação *Stricto Sensu.* O primeiro refere-se ao Mestrado em Desenvolvimento que é um projeto interdepartamental de caráter interdisciplinar, aprovado pela Capes em março/2002, com conceito 3 (três) e o segundo é o Mestrado em Engenharia de Sistemas e Produção com Área de Concentração: Engenharia da Produção, o qual se encontra em reelaboração para ser submetido à avaliação da CAPES. – Em março de 2002, houve um incremento no número de bolsistas de iniciação científica, estes inseridos em diferentes projetos de pesquisa do DEAd, o que levou à

				criação de Programa de Capacitação dos BICs – Bolsas de Iniciação Científica e de Professores Orientadores, com o oferecimento de um curso de Nivelamento e Capacitação Continuada para Bolsista de Iniciação Científica. – Na medida em que mais professores do DEAD passaram a atuar na atividade pesquisa, além de permitir espaço para a atuação de bolsistas de iniciação científica (BIC), também houve um expressivo crescimento em participação em eventos científicos, com apresentação de resultados de estudos em fóruns regionais, nacionais e internacionais. – Os resultados parciais e finais dos projetos de pesquisa são divulgados mediante apresentação em eventos científicos e publicações em periódicos. Constam 145 trabalhos publicizados no ano 2004 e 221 trabalhos em 2005.
		DECON	– O Departamento ainda não alcançou um nível de amadurecimento da pesquisa que lhe possibilite, através do debate interno, a definição mais clara de suas linhas temáticas, nas quais pretende constituir-se como referência de produção científica dentro dos parâmetros universais, portanto, existe a necessidade de realizar um debate aprofundado sobre os rumos da pesquisa no Departamento.	– A elaboração do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento representou novo desafio ao Departamento. Qual poderia ou deveria ser a contribuição específica do DECON no âmbito do Curso de Mestrado e, no futuro, do Curso de Doutorado. Características que deve assumir a pesquisa para que possa dar sustentação à estratégia de inserção do Departamento: a) estudos realizados e experiências sistematizadas contribuíram decisivamente para a qualificação do corpo docente e para o aperfeiçoamento das práticas de ensino e de extensão; c) o corpo docente do Departamento, com base na experiência adquirida no seu espaço de trabalho, desenvolveu um processo consistente de qualificação e titulação, ampliando significativamente o potencial de pesquisa para o futuro. Diante deste quadro, as perspectivas que se apresentam são de avanço no processo de qualificação docente, ampliando o número de doutores/pesquisadores e de ampliação do espaço de atuação na Pós-Graduação *Strictu Senso* .
		DEFEM	– A consolidação da pesquisa em Modelagem Matemática-MM na Unijuí ainda é uma preocupação e depende, dentre outros possíveis fatores, do aperfeiçoamento dos projetos individuais de cada pesquisador, particularmente dos doutores recém formados. Esse aperfeiçoamento	– O interesse da pesquisa em educação matemática recaiu sobre a fundamentação teórica do ensino, deslocando a ação dos pesquisadores do sistema de ensino (extensão) para a formação acadêmica, na forma de dissertações de mestrado e doutorado na área de educação, e a produção de

			pode ser obtido pela ação conjunta dos pesquisadores dentro dos programas de pesquisa, definindo e investigando novos objetos: manutenção e consolidação dos Programas de Pesquisas atuais; implementação de projetos novos dentro dos programas existentes; melhorias no Laboratório de Medidas Físicas para Modelagem Matemática (LabMFM); melhoria dos equipamentos; aquisição de novos equipamentos; qualificação dos procedimentos e profissionalização de pessoal; publicação em periódicos com alto grau de impacto, de acordo com o QUALIS; participação em eventos nacionais e internacionais com publicação de artigos completos, minicursos e como co-organizadores; promoção de eventos regionais com participação de pesquisadores de reconhecida competência no país; participação efetiva na política científica brasileira, tanto em associações científicas como em Comitês.	artigos publicados na revista do Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino, editado em convênio com a Secretaria da Educação do Estado do RS, e manuais de apoio ao ensino de Matemática, na forma de Cadernos da Unijuí. – A pesquisa sobre o ensino de física tem se caracterizado pelo desenvolvimento de materiais e métodos para serem utilizados nas salas de aula. Várias publicações foram feitas na forma de livros editados pela Editora Unijuí, participação em congressos com apresentação de trabalhos e artigos em revistas nacionais. – A pesquisa em modelagem matemática começou a partir da década de 90 e desenvolveu-se fortemente a partir da implantação do Mestrado em Modelagem Matemática. – A produção de artigos publicados em eventos científicos nacionais (CNMAC, COBEM, MERCOFRIO, ENCIT, DINCON) e internacionais (CILAMCE, BIOMAT) e em revistas científicas nacionais e internacionais vem crescendo significativamente ano a ano, refletindo os esforços realizados no sentido de qualificação do corpo docente e inserção do grupo de pesquisadores na comunidade científica de modelagem matemática. – O grupo de pesquisa possui doutores com experiência e outros recém-formados. Predomina a formação de pós-graduação em Engenharia. Os doutores mais antigos construíram a tradição em pesquisa do DeFEM e tiveram forte influência na formação dos doutores jovens. O momento atual é de consolidação das conquistas obtidas, tanto no nível de ensino (Mestrado em MM) como no fortalecimento do grupo de pesquisa. – Papel dos programas de Iniciação Científica: apoio na realização dos procedimentos experimentais, tratamento de dados e registro de informações associadas às pesquisas; preparação de recursos humanos para a pesquisa; qualificação da graduação com alunos participantes de atividades de pesquisa e dedicação às atividades de estudo.
		DEJ	– Dificuldade de tempo para realização de pesquisa, tendo em vista a sobrecarga de atividades em ensino e administração por parte de alguns professores; carência na publicização dos resultados das pesquisas; definição de perfil do professor pesquisador; remuneração para produção de textos	– Evolução na atribuição de créditos para pesquisa; valorização da produção de textos didáticos trabalhados na Graduação e na Pós-Graduação.

			didáticos; estabelecimento de formas de publicização dos resultados da pesquisa; atrelamento da remuneração da pesquisa às formas de publicização reconhecidas pelo DEJ (preferencialmente publicação) envolvidas.	
		DELAC	– Envolvimento em pesquisa, apenas dos alunos interessados. – Divulgar mais a importância do Seminário de Iniciação científica e Jornada de Pesquisa e Extensão, promovendo maior socialização dos trabalhos de pesquisa. – Valor baixo das bolsas de iniciação científica.	– Importância para o currículo dos alunos a participação nos Seminários de Iniciação Científica, socialização dos trabalhos, e os alunos ouvintes sentem-se estimulados a se integrarem em pesquisas.
		DEPE		Manutenção de um conjunto de projetos a cargo de docentes do departamento, dentre os quais se colocam também aqueles vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências.
		DETEC	– Insuficiência de bolsas de iniciação cientifica para estimular a participação de alunos de graduação em grupos de pesquisa; inexistência de um programa de pós-graduação *stricto sensu* próprio, onde a pesquisa possa receber especial atenção no desenvolvimento de trabalhos de mestrado e doutorado; falta de recursos financeiros para financiamento de pesquisa e instrumentalização/atualização dos recursos materiais existentes (laboratórios).	– As áreas tecnológicas têm, nos últimos anos, sofrido modificações substanciais devido as crescentes inovações científicas. A pesquisa é um importante instrumento que permite a atualização dos professores e uma maior qualificação na formação acadêmica dos alunos. – Dois aspectos estão presentes quando se pensa em pesquisa: o primeiro refere-se à contribuição dada ao desenvolvimento tecnológico regional, nacional e internacional, materializado através de publicações em eventos e revistas (periódicos); o segundo está ligado à melhoria das condições de ensino devido ao envolvimento de muitos alunos nos projetos de pesquisa. – Os cursos do DeTEC têm em suas grades, componentes curriculares que orientam e estimulam o aluno à realização de pesquisa, seguindo padrões científicos correntes, tais componentes são denominados Trabalho de Conclusão de Curso. – Outra importante forma de envolver os alunos de graduação em pesquisa é através de bolsas de iniciação científica e do estímulo à participação como bolsistas voluntários. Tais alunos têm participado de eventos locais, regionais e nacionais e muitos, estimulados com esta primeira experiência, continuam seus estudos em nível de pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados) na própria Unijuí e em outras importantes universidades do país (UFSM, UPF, UFRGS, UFSC, UFRJ, UFCG, etc.).

		DFP	– Devido à alocação da maior parte dos créditos dos professores ao ensino, o departamento se ressente da atribuição de poucos créditos para pesquisas destinadas à produção de conhecimento nas áreas de especialização de cada professor. Grande parte da pesquisa, assim, atende somente aos objetivos didático-pedagógicos. A pesquisa específica, por outro lado, começa com as dissertações e teses produzidas pelos professores.	– A atividade de pesquisa desenvolvida pelo departamento sempre sustentou o ensino estando ligado, notadamente em seu início, à formação dos docentes. Nesse sentido, as primeiras pesquisas realizadas são as dissertações de mestrado e, posteriormente, as teses de doutorado. De outra parte, sempre houve a preocupação com os textos de introdução à Filosofia e à Lógica que seriam trabalhados nos diversos cursos da Universidade. Amparando diretamente o ensino de Introdução à Filosofia e Introdução à Lógica nas graduações, os professores do DFP publicaram dois livros resultantes das pesquisas acerca do ensino de Filosofia e de Lógica. Essas pesquisas, juntamente com outras, qualificaram a área de conhecimento dos respectivos pesquisadores através de sua divulgação em eventos e da publicação em livros que são utilizados, inclusive, em outras instituições. Isso permite uma inserção maior da Universidade tanto na região quanto para além dela.
Realização de pesquisa sobre 10 anos de BIC	Elaboração do Projeto para ser submetido ao comitê do BIC.		O Comitê entendeu que essas informações são de responsabilidade institucional e, por isso, o projeto não concorreu com os demais.	Analisar o empenho da Unijuí na formação de jovens pesquisadores e diagnosticar a sua atuação atual.
Elaboração do projeto de pesquisa sobre: "Os discursos de formação geral humanística na universidade".	Encaminhamento ao Comitê de Iniciação Científica para atribuições de créditos de pesquisa – PIBIC/Unijuí		Não aprovados	Reconhecer os discursos de formação geral humanística na trajetória da Universidade, identificando sua efetividade nas diferentes áreas do conhecimento na Unijuí.
	Encaminhamento ao comitê PIBIC/ Unijuí para bolsista		Aprovado como suplente	
Constituição do grupo de pesquisa integrado aos mestrados.	Elaboração de um projeto amplo sobre Avaliação institucional.			Discutir o tema universidade e qual a relação destes debates com a avaliação institucional. Reunir pesquisadores para fazer reflexão sobre Aval. Institucional e pensar alternativas para a universidade
Constituição de subgrupos	Reunião com pesquisadores que desenvolvem a investigação sobre temas de Avaliação Institucional.			Socializar as pesquisas que estão sendo realizadas na Unijuí sobre o assunto. Contribuições aos pesquisadores, advindos do grupo, considerando que muitos projetos se referem à especialização e/ou mestrado.

2.2.3 Extensão

A extensão é compreendida por todos os departamentos como unidade fundamental que juntamente com o ensino e a pesquisa constitui a base da Universidade. É marca fundamental da Unijuí a inserção muito forte nas atividades de extensão junto a comunidades, grupos carentes com vistas ao desenvolvimento e a criação de condições mínimas de sustentabilidade.

A Unijuí através dos seus Departamentos percebe a extensão como fundamental para o desenvolvimento regional e com atividades importantes e demandas latentes que vêem ao longo do tempo não sendo atendidas.

Em função da grande diversidade de áreas do conhecimento, existem hoje na Unijuí vários entendimentos sobre o papel da extensão. Além de não existir tradição de um trabalho articulado, orgânico e continuado na extensão na maioria dos departamentos. As atividades de extensão que se realizam na maioria das vezes atendem demandas pontuais.

O envolvimento de acadêmicos, professores e da comunidade é sem dúvida um dos grandes méritos da maioria das ações de extensão realizadas. E também, os resultados na maioria das vezes são bastante significativos de encontro ao objetivo do mesmo. O que se percebe na maioria dos departamentos é uma grande atenção aos egressos e as instituições (escolas, empresas) movimentos sociais no atendimento de necessidades operacionais e de reflexão.

Além disso, percebe-se, ainda, uma grande discussão e tentativas de normatização da extensão universitária e da prestação de serviços o que devem a curto prazo extinguirem as dúvidas geradas sobre o papel dos mesmos.

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO POR DEPARTAMENTO

DeTec – Departamento de Tecnologia

Segundo o Departamento de Tecnologia a extensão universitária caracteriza-se como um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa e viabiliza a relação entre a Universidade e a sociedade. O Departamento de Tecnologia, através de sua chefia e Coordenação de Extensão procurou desde 2004 organizar um banco de projetos de extensão para quantificar, avaliar e estabelecer metas nesta área.

– Atividades de extensão do DeTEC em 2004

• oito projetos de extensão enquadrados em quatro Programas Institucionais, envolvendo diretamente dez professores, dois bolsistas PIBEX, além das atividades isoladas (não vinculadas a projetos de extensão).

– Atividades de extensão do DeTEC programadas para 2005

• seis projetos de extensão enquadrados em quatro Programas Institucionais, envolvendo diretamente quatorze professores, atribuição de 32,88 créditos por semestre e quatro pedidos de bolsa PIBEX.

– Metas da Coordenação de Extensão do DeTEC 2005/2006

• Incentivar os professores do departamento para o desenvolvimento de projetos comuns de extensão.

• Incentivar alunos e professores do departamento para pedidos de bolsas.

• Incentivar a realização de convênios com instituições e entidades comunitárias.

• Incentivar a realização e participação em congressos, simpósios, jornadas, seminários ou encontros, para estudo e debate de temas ou áreas específicas.

• Incentivar a produção de materiais e divulgação do conhecimento produzido através dos projetos desenvolvidos no departamento.

DCS – Departamento de Ciências Sociais

Linha 1 – Universidade e Educação Básica:

Poucas demandas apresentadas por escolas, SMEDs – Secretarias Municipais de Educação e CRES – Coordenadorias Regionais de Educação, fato que precisa ainda uma análise. Como solução, o departamento pode atender as demandas organizando para isso um grupo de docentes horas-aula, ou por meio de pagamento de horas avulsas adicionais ou ainda, o departamento pode ser propositivo ocupando os espaços-tempos propostos através do Laboratório de Ensino em Ciências Sociais procurando via projetos construir a viabilidade financeira para as ações.

Linha 2 – Universidade e movimentos sociais e comunitários, cooperativismo, sindicalismo e administrações públicas.

As mudanças conjunturais das últimas décadas alteraram as necessidades de assessoria desses sujeitos sociais e a universidade precisa compreender esse processo. Com isso, a extensão universitária passou a acontecer através de solicitações pontuais para palestras e prestação de serviços, ou, então, por meio de projetos. Mas existem muitas dúvidas do Departamento sobre isso.

Neste departamento a extensão não está incluída nos projetos acadêmicos científicos dos docentes do departamento e não é uma função assumida como programa departamental.

O departamento assumiu um posicionamento de apenas atender demandas.

Como em todo o texto muitas dúvidas surgem neste aspecto.

DEAd – Departamento de Estudos da Administração

A Extensão é uma das atividades do DEAd que tem se desenvolvido e criado consistência importante nos últimos cinco anos. Os projetos e ações foram orientados em torno de dois programas institucionais de extensão:

– ***Qualificação da Gestão Pública e Desenvolvimento Regional*** onde as principais linhas de ação são: Turismo e desenvolvimento regional; Planejamento urbano e rural; Políticas públicas e sociais; Direito e administração pública; Desenvolvimento regional e sustentabilidade. Os departamentos envolvidos neste programa são o DEAd, o DECon e o DCS.

– ***Consultoria Organizacional e Transferência Tecnológica,*** cujas principais linhas de ação são: Assessoria técnica e gerencial à agroindústria; Capacitação técnico-econômica e gerencial de agentes em gestão organizacional; Assessoria à organização de redes de cooperação; Assessoria técnica e gerencial a organizações; Capacitação gerencial a empreendimentos autogestionários; Gestão e cultura organizacional; Estrutura e processos organizacionais e sistemas de apoio à decisão; Inovação e transferência tecnológica; e Processamento e qualidade de alimentos.

Os projetos desenvolvidos pelo DEAd têm caráter interdepartamental e interinstitucional, especialmente com parcerias e apoio de organismos governamentais e de mantidas da Fidene.

Os projetos parcerizados com a SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo estão sendo executados pela Unijuí, por meio do DEAd e do DECon, desde agosto de 2000. Foram mais de 2000 empreendimentos assessorados nestes cinco anos de atuação, tanto em assessoria e consultoria direta, na formação de redes de cooperação e de negócios, na capacitação dos empresários, na assessoria a novos empreendimentos e elaboração de estudos de viabilidade e na disseminação da cultura empreendedora e de aprendizagem organizacional, o que nos torna referência regional em termos de suporte técnico à gestão, em termos de banco de dados sobre as MPMEs – Micro, Pequenas e Médias Empresas e em termos de inserção regional no ambiente empresarial.

Na Fronteira Noroeste, a partir de 2004, a atuação do DEAd ficou um pouco mais restrita em função da parceria com a SEDAI, no que diz respeito ao projeto Extensão Empresarial, não ter continuado. Em função disto, a ação do departamento se concentrou na estruturação de ações em parceria com outras entidades e departamentos no sentido de oferecer uma cobertura, por pequena que fosse, a alguns empreendimentos empresariais daquela região. As ações do Projeto Capacitação Empresarial ocorreram normalmente com o desenvolvimento de inúmeras atividades e cursos de capacitação, inclusive realizando capacitação de multiplicadores. A seguir, relata-se uma breve síntese dos projetos executados pelo DEAd.

Em função das dificuldades enfrentadas pela Universidade para cumprir os requisitos formais (certidões, negativas de débito, CADIN, SERASA) o Estado do RS não renovou o convênio até outubro de 2005, quando foram criadas as condições técnicas para efetivação do convênio de cooperação para a continuidade do Projeto. Entre maio e outubro de 2005 o DEAd manteve o projeto com recursos próprios.

O Projeto Capacitação Empresarial possui plano de metas para os próximos anos onde os recursos para financiar estas ações foram aprovados através da Consulta Popular de 2004 e 2005 (Processo de Participação Popular) do Governo do Estado, portanto, garantidos por referendo popular.

Para além das atividades de execução física e técnica das tarefas executadas, sob a responsabilidade da equipe de técnicos e estagiários, um dos grandes desafios que se apresenta no momento é a reorganização e reestruturação dos dados existentes na forma de banco de dados. Outro desafio é a qualificação do processo metodológico de atuação quanto aos agentes envolvidos. Uma terceira dimensão é o processo contínuo de formação e qualificação da equipe técnica e a sua

integração com o ambiente do ensino e da pesquisa. Por fim, o maior desafio é a sistematização e qualificação de toda esta experiência. Diversas iniciativas já se concretizaram entre 2002 e 2005 (ver item publicações). A intensificação e qualificação deste processo é a grande meta.

DECon – Departamento de Economia e Contabilidade

O trabalho de Extensão Universitária possibilitou o desenvolvimento de experiências muito ricas também nas áreas da Economia e da Contabilidade. Ainda no âmbito do Movimento Comunitário de Base, o relacionamento intenso com agricultores, operários, moradores de bairro e suas entidades possibilitou a reflexão sobre a realidade regional e a problematização do contexto socioeconômico. A Instituição foi desafiada a a produzir e socializar conhecimentos no sentido de melhor compreender os problemas e suas causas, bem como no sentido de construir soluções para a superação dos mesmos.

Portanto, as atividades de extensão são precursoras do desenvolvimento destas áreas do conhecimento na Unijuí. Sua presença é marcante em todas as formas de estruturação organizacional, com destaque especial na interação com cinco agrupamentos sociais relevantes:

a) Agricultores ou Produtores Rurais:

b) Empresas Industriais:

c) Empresas Comerciais e de Serviços:

d) Cooperativas e Economia Solidária:

e) Prefeituras e Órgãos Públicos:

Pela análise dos relatórios anuais de atividades do DECon, percebe-se que a extensão não tem se constituído em atividade regular e sistemática enquanto proposta departamental. Se tomarmos como referência os últimos cinco anos, verifica-se que em 2000 e 2001, além de algumas palestras eventuais que aconteceram a partir de demandas externas, os únicos projetos de extensão implementados e executados foram decorrentes dos convênios entre a Unijuí e SEDAI. Em 2002 a Unijuí instituiu, por deliberação do Conselho Universitário, nove Programas Institucionais de Extensão. O DECon desenvolveu projetos apenas em um dos Programas – Programa de Consultoria Organizacional e Transferência Tecnológica. Neste ano, além dos projetos desenvolvidos em 2001, o Projeto CEEMA – Central Internacional de Análise Econômicas e de Estudo de Mercado Agropecuário, tendo como público alvo Produtores Rurais, Cooperativas, Empresas do Agronegócio, Universidades, Centros de Pesquisa e Alunos e com a finalidade de constituir um banco de dados visando disponibilizar tendências e informações à sociedade e num canal de intercâmbio com outros centros e agentes econômicos. No ano de 2003, com a interrupção dos convênios Unijuí/SEDAI, o único projeto desenvolvido no âmbito do Departamento foi o da CEEMA que também foi executado em 2004. Neste último ano, tendo em vista novo convênio, o Projeto Redes de Cooperação foi novamente implantado e executado.

Pela análise dos aspectos históricos, percebe-se que as atividades de extensão do Departamento têm se mostrado tímidas em relação às suas reais possibilidades. As atividades desenvolvidas não se constituem em fonte relevante de problematização da realidade ou em "laboratório" de socialização e validação de conhecimentos gerados e sistematizados pela pesquisa e pelo ensino. Assim, assumem pouca importância para o envolvimento, desenvolvimento e qualificação da atividade docente bem como para a qualificação do ensino nos cursos do DECon.

Sem dúvida nenhuma, as condições objetivas existentes em termos econômico-financeiros e, portanto, orçamentárias, limitam uma atuação mais sistemática na extensão. Este fato reforça a necessidade da reflexão no âmbito do DECon sobre o que se quer da extensão, seu papel acadêmico, suas funções e objetivos, para a partir destes definir que atividades podem e devem ser desenvolvidas.

Finalmente, os projetos a serem desenvolvidos devem, necessariamente, ser derivados da pesquisa e dos programas de ensino. Constitui-se, assim, numa espécie de laboratório de aprendizagem, com o objetivo da validação e de socialização dos conhecimentos, instrumentalizando a sociedade e qualificando a atuação docente e os programas de ensino, principalmente os de graduação do Departamento. A qualificação dos programas de ensino deve considerar duas dimensões – a aproximação dos alunos do mundo do trabalho e a qualificação do espaço de sala de aula.

DELAC – Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação

Basicamente, são dois os tipos de atividade de extensão realizados no DELAC: as extensões vinculadas a projetos de entidades externas, como o projeto "A União Faz a Vida", por exemplo, e aquelas vinculadas a projetos de professores do próprio DELAC. As extensões relacionadas às instituições externas, em geral, fazem parte de programas de formação de professores, e referem-se sobretudo às áreas das licenciaturas. É o caso, por exemplo, dos convênios firmados entre a universidade e o governo do Estado, para a formação de professores. As extensões referentes a projetos originados no próprio departamento abrangem os cursos de licenciatura e bacharelado.

Nos últimos cinco anos, as atividades de extensão do departamento se desenvolveram amplamente em torno de projetos, coordenados por professores do DELAC e, em boa parte dos casos, executados por acadêmicos dos respectivos cursos, sob a forma de bolsas de extensão.

Todos os projetos de extensão do DELAC partilham do preceito básico da atividade extensionista, qual seja, levar o conhecimento produzido na universidade para o entorno social. Os professores envolvidos nas atividades de extensão são remunerados em créditos equivalentes às atividades desenvolvidas.

A seguir, listamos os projetos atualmente registrados no DELAC:

• RELAÇÕES PÚBLICAS

– Relações Públicas: o ser e o fazer.

– Consolidando o jornal "O Barata" na comunidade estudantil de Ijuí: o ensino médio e a universidade como co-participantes do jornal.

– Comunicação Social Clube.

– Pit: Programa interno de treinamento – Usina de Idéias.

• LETRAS

– Priel: Programa de Incentivo ao Ensino de Línguas: preenchendo lacunas e aprimorando a atuação profissional – língua inglesa, língua espanhola e língua portuguesa.

– Fronteras Abiertas.

– Narração de histórias: literatura para todas as idades.

• DESIGN

– Criação em Design. Revista do Curso de Design da Unijuí. Design gráfico e Produto.

– Núcleo de Design de Produto.

– Incentivo ao desenvolvimento de atividades projetuais e desenhísticas no ensino médio.

• ARTES VISUAIS

– Laboratório de Artes e Design.

– Programa de Formação Continuada no Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola.

Além dos professores e da comunidade que participa dos projetos, existe igualmente um número significativo de alunos envolvidos direta ou indiretamente nos projetos em andamento, o que sem dúvida tem contribuído diretamente para a formação desses acadêmicos.

Existem, ainda, atividades decorrentes de projetos externos não listadas, tendo em vista o seu caráter eventual, impossibilitando uma estimativa exata. No tocante aos projetos oriundos do próprio DELAC, cumpre ressaltar primeiramente o seu caráter formador. Constituem-se dessa forma em importante foco de atividades práticas e reflexivas para professores e acadêmicos envolvidos. Não raro se tem observado que os projetos de extensão resultam em atividades de pesquisa, e vice-versa. Também é freqüente a complementação entre atividades de ensino e de extensão, com componentes curriculares originando projetos, ou projetos inspirando novas abordagens em componentes curriculares. Uma conferida nas publicações recentes do DELAC, como a Revista Formas e Linguagens, por exemplo, demonstra que as atividades predominantemente práticas da extensão têm fomentado uma reflexão permanente e de grande relevância para as demais atividades do departamento.

O que se quer salientar, com essas considerações, é a harmonia existente entre os três pilares que sustentam a atuação da Unijuí, também em nível deste departamento. Talvez seja possível afirmar mesmo uma certa prevalência, ao menos nos últimos anos, das atividades de extensão do DELAC, comparadas ao volume das atividades de pesquisa.

Os acadêmicos envolvidos nos projetos costumam enfatizar a importância para a sua formação prática, advinda de sua participação nas atividades. Pode-se mesmo dizer que o aluno motiva-se de forma diferenciada quando vivencia as questões de sua área profissional a partir do ângulo da extensão. Embora não tenhamos estatísticas, parece haver uma relação muito bem delineada entre o bom desempenho acadêmico e a participação do aluno em projetos de extensão – o que parece ser também verdade no caso da pesquisa.

Finalizando nossa apreciação, cumpre ressaltar a extrema relevância das atividades de extensão no contexto atual do Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação. Ao extrapolarem os muros da universidade, as atividades de extensão, como se sabe, cumprem o papel crucial de socializar o conhecimento aqui produzido – e o DELAC tem se feito presente nesse processo, em todas as suas áreas de atuação.

DEPe – Departamento de Pedagogia

No Departamento de Pedagogia, historicamente, a Extensão tem buscado abrir espaços para constituir e desencadear processos de formação continuada dos educadores, concebendo o conhecimento como verdade provisória construída e reconstruída pela ação – reflexão e ação coletivas, de sujeitos em interação, entre si e com a realidade de ensino em que atuam, manifestando suas interpretações das próprias práticas, reinterpretando-as e reconstruindo-as pela busca de respostas aos problemas e dificuldades que enfrentam.

O Convênio Unijuí/SE/17ªCRE está possibilitando bom intercâmbio e inserção regional, também para professores, supervisores e administradores da rede estadual. Possibilita, ainda, a atualização dos professores nas diferentes áreas e componentes curriculares. Também, os cursos de formação continuada na área de EJA e do Alfabetiza Rio Grande são contemplados. A assessoria à APAE, via Filantropia, é importante e necessária dada à legislação sobre educação inclusiva que norteia a educação, hoje no Brasil. É importante também pelo contato que podemos manter com as diferentes instâncias do sistema. Ainda ressaltam-se alguns trabalhos com prefeituras e governo do estado.

Este Departamento, no geral, apresenta-se como um espaço propício ao desenrolar do processo pedagógico que oportuniza vivências, sistematização e socialização de estudos e construções, em especial, de metodologias que apontem para o encaminhamento de análise de problemas que exigem novas intervenções pedagógicas, tanto internas – Ensino e Pesquisa, como externas – Extensão e Serviços.

DBQ– Departamento de Biologia e Química

A extensão sempre fez parte do conjunto das atividades desenvolvidas pelos docentes do Departamento de Biologia e Química. Atualmente a equipe de professores que se envolve com atividades de extensão desenvolve ações organizadas e continuadas, abrangendo os municípios da região. Estas atividades estão relacionadas à oportunidade de participação sistemática dos professores em encontros de estudo organizados ao nível da escola, do município e da região. Neste aspecto, destaca-se o convênio firmado entre a Unijuí e a 17ª CRE e o trabalho desenvolvido em parceria com a 36ª CRE, com a Secretaria Municipal de Educação de Ijuí, com as escolas e com os professores.

Além destas ações sistemáticas, a equipe desenvolve intensas atividades de extensão (cursos, oficinas, palestras, assessorias e outros) em escolas e municípios, mediante solicitações e proposições específicas, que também realimentam e ampliam as discussões e estudos através de outros contextos e demandas que se impõem.

Assim, o DBQ tem historicamente desenvolvido ações dirigidas à melhoria da educação científica, priorizando ações centradas na Licenciatura, na formação e atuação dos professores em exercício e na pesquisa, com atenção especial aos processos de educação continuada e de auto-aperfeiçoamento do professor.

O PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Unijuí – constituiu-se em possibilidade de inserção de maior número de acadêmicos da Unijuí em projetos de extensão, envolvendo atividades de formação profissional. Os estudantes do DBQ têm desenvolvido bons projetos.

Atualmente o DBQ conta com quatro projetos de extensão, aprovados pelo Comitê de Extensão e Cultura, três deles inseridos no Programa de Qualificação da Educação Básica e um Projeto inserido no Programa Consultoria Organizacional e Transferência Tecnológica. Os quatro projetos contam com a participação de bolsista PIBEX/Unijuí.

Merecem destaque também as edições sistemáticas da Semana de Educação Ambiental e o Fórum Nacional do Meio Ambiente, desenvolvidas no Campus Santa Rosa, sob coordenação do DBQ e DCS, pela relevância e envolvimento de diferentes segmentos da sociedade, tanto na elaboração da programação, como na participação das ações do evento.

DEFEM – Departamento de Física, Estatística e Matemática

O trabalho de extensão é uma tradição na Universidade/Departamento nestes 10 anos de DeFEM e mesmo antes da constituição do departamento. Tem como objetivo principal instrumentalizar o professor da Educação Básica da rede pública e particular de ensino no sentido de proporcionar uma formação continuada, atualizando-o e aperfeiçoando-o. Além disso, apresenta-se como uma forma de inserir o Departamento na comunidade e, através dessa inserção, dar visibilidade aos cursos de Graduação, Pós-Graduação e aos resultados de pesquisas.

Docentes bem articulados e comprometidos com as atividades de extensão conhecem as necessidades e as dificuldades dos professores da rede. Assim, por meio da observação, reflexão e preparação das atividades, qualificam-se e melhoram significativamente sua prática acadêmica e a extensão, e preparam-se para melhor formar o aluno da universidade.

A extensão envolve ações de pesquisa e está diretamente relacionada com o trabalho que vem sendo desenvolvido nas licenciaturas. Dessa forma, a extensão subsidia e realimenta constantemente as atividades de ensino e pesquisa.

• *Programas e Respectivos Projetos*

– O Laboratório de Ensino de Matemática como Apoio Pedagógico ao Ensino Fundamental, Médio e Educação Infantil.

– O uso da Informática para o Ensino da Matemática na Educação Básica.

– A Física para Todos – Exposição Interativa de Fenômenos Físicos.

– Produção e Socialização de Materiais Alternativos para o Ensino de Física.

Em todas as atividades há estudantes de graduação envolvidos (alunos bolsistas PIBEX, alunos bolsistas PIBIC, alunos voluntários e estagiários), seja na organização de materiais, acompanhamento e efetivação de atendimentos de demandas de extensão nos Laboratórios da Unijuí e nas escolas.

DEJ – Departamento de Estudos Jurídicos

Dificuldade de tempo para realização de extensão, tendo a priorização de atividades em ensino e administração por parte de alguns professores e carência na publicização dos resultados.

DFP – Departamento de Filosofia e Psicologia

O DFP não tem tradição de um trabalho articulado, orgânico e continuado na extensão. Muitas das atividades de extensão que hoje se realizam não estão sendo trabalhadas na forma de propostas articuladas; são atividades que atendem demandas pontuais. Além do mais, há dificuldades em atender as próprias ações demandadas. Uma das dificuldades talvez seja o fato de as demandas virem com data marcada. Há, de outra parte, também um certo receio em fazer extensão, justamente porque não se conhece seus resultados.

Nesse sentido cabe dar atenção maior, cabe repor a importância da extensão, ainda mais no momento em que há encolhimento de outros programas do DFP.

A projeção das atividades de extensão implica em interação com outras áreas e Departamentos. Mas, primeiramente é preciso clarear o lugar da extensão no Departamento e na Unijuí.

Por um lado, as instituições escolares têm grande carência e espaço para atividades de extensão e por outro o Departamento tem capacidade e condições para assumir esse espaço. As ações de extensão, principalmente aquelas mais voltadas às carências sociais, têm tido acesso às diversas fontes de recursos.

Os seguintes projetos foram desenvolvidos no Departamento de Filosofia e Psicologia.

• Filosofia no 2º grau.

• A Filosofia nas Escolas.

• Formação em Saúde Mental para Agentes Comunitários de Saúde, do Município de Ijuí, RS.

• O desenvolvimento cognitivo em crianças de escola.

• Cadernos de Iniciação Filosófica.

A compreensão da extensão não está clara no Departamento; também não há uma política suficientemente clara para orientar ações e projetos de extensão. Primeiramente é preciso entender a extensão como dimensão fundamental da Universidade; quem realiza extensão é justamente quem tem ensino e pesquisa.

Quadro da Extensão

Ações programadas	**Ações realizadas**	**Resultados alcançados**		**Observações**
		Fragilidades	**Potencialidades**	
Contato com os departamentos Contato com os coordenadores de extensão	Inclusão no Memorial dos departamentos das questões de extensão	– Confusão sobre o papel da extensão. – Não existir tradição de um trabalho articulado, orgânico e continuado na extensão na maioria dos departamentos. – Atividades de extensão que atendem demandas pontuais.	– A historia da Unijuí enquanto promotora do desenvolvimento regional e o trabalho junto a comunidades carentes. – Atenção aos egressos e às instituições (escolas, empresas) movimentos sociais no atendimento de necessidades operacionais e de reflexão. – Discussão e normatização da extensão universitária e da prestação de serviços. – O envolvimento de acadêmicos, professores e da comunidade.	A extensão é compreendida por todos os departamentos como unidade fundamental que juntamente com o ensino e a pesquisa constitui a base da Universidade.

*2.2.4 Pós-Graduação (*Lato *e* Stricto Sensu*)*

A Pós-Graduação na Unijuí precede seu reconhecimento enquanto Universidade (1985), pois em 1975, há mais de 30 anos, a Fidene criava o Centro de Pós-Graduação com o objetivo principal de coordenar cursos de pós-graduação *"lato sensu"*, em nível de aperfeiçoamento e especialização para professores da Fidene, ou de outras instituições de ensino superior (MARQUES, 1984, 203). Naquela época foram realizados cursos de especialização nas áreas de Metodologia do Ensino Superior, Filosofia da Linguagem, Teoria Geral da Administração e Contabilidade Geral, Orientação Educacional, Planejamento Educacional, Supervisão Escolar, e um curso de aperfeiçoamento em Contabilidade.

Gradativamente e especialmente com a instalação da Universidade de Ijuí (Unijuí), coordenado pela Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, novos cursos e em novas áreas de conhecimento foram sendo ofertadas. Especialmente na última década aprofundaram-se as reflexões, discussões e políticas de pós-graduação na universidade através da Avaliação Institucional, de Fóruns Integrados de Pós-Graduação e respectivos órgãos colegiados o que permitiu avançar na verticalização, inclusive ao nível de mestrado e expansão da oferta de aproximadamente 50 cursos de especialização contemplando as áreas do conhecimento de atuação da universidade e os *campi* regionais da Unijuí em diferentes modalidades, como Acadêmicos (preocupação pedagógica) *In company*, Profissionais (MBA).

2.2.4.1 Lato sensu

A expansão e consolidação da pós-graduação em nível de especialização na Unijuí passam a ser efetiva com base na Resolução do Conselho Universitário de nº 07/2001 e especialmente a que veio substituir em 03 de outubro de 2003, de nº 10/2003, também do Conselho Universitário, que regulamenta a organização e funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* – especialização na Uniijuí, conforme a Resolução CNE/CES nº 1 de 3/3/2001 do Conselho Nacional de Educação e a par das políticas e decisões no sentido de tornar este nível de ensino cada vez mais consistente.

Reflexo destas decisões, a pós-graduação em nível de especialização consolidou-se e apresentou um incremento substancial o que pode ser constatado com base nos dados contidos no quadro 1, que condensa o número de cursos, alunos por semestre realizados nos últimos anos na Unijuí.

Quadro 1 – Cursos de Especialização, por ano, semestre e número de alunos.

ANO	SEMESTRE	Nº DE CURSOS	Nº ALUNOS
2000	Primeiro	07	196
2000	Segundo	09	190
2001	Primeiro	05	127
2001	Segundo	02	28
2002	Primeiro	19	569
2002	Segundo	05	115
2003	Primeiro	12	273
2003	Segundo	08	106
2004	Primeiro	10	190
2004	Segundo	10	249
2005	Primeiro	08	209
2005	Segundo	15	300

Fonte: Base sistema IBM, abril de 2006.

Para viabilizar estas políticas e consolidar a pós-graduação foi implantada infra-estrutura de apoio com designação de prédios próprios e centralizando atendimento através de uma Secretaria Geral para atender especificamente a pós-graduação *lato sensu*.

Outro aspecto que é possível constatar é a inter-relação entre os níveis de ensino desde a graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* perpassados pelos programas, projetos e linhas de pesquisa e inclusive pelos programas de extensão.

Esta realidade embasada nos documentos, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), políticas, regulamentos, relatórios, diagnósticos e nos memoriais descritivos preparados para instruir o processo de Avaliação Institucional é possível sintetizar, a seguir, alguns pontos fortes que são potencialidades da pós-graduação *lato sensu* na Unijuí, bem como as fragilidades diagnosticadas.

Dentre as **Potencialidades** podem ser destacadas:

– Tradição de mais de 30 anos com a pós-graduação;

– Institucionalização das políticas e da gestão dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;

– A existência de colegiados de curso;

– Busca de adequação do foco dos cursos às realidades que o público externo demanda;

– Quadro de docentes próprios qualificados com mestrado e doutorado;

– Infra-estrutura muito boa e especialmente designada para a pós-graduação;

– Crescente oferta de cursos *lato-sensu* pela Unijuí, diversificando áreas;

– Criação da Secretaria dos Cursos de Pós-graduação;

– Observância do limite de 360 horas de componentes curriculares conforme estabelecem as Resoluções do CONSU n. 10/2003 e do CNE n. 01/2001;

– A existência de alternativas de preços, prazos e financiamentos.

As **Fragilidades** que têm sido diagnosticadas são objetos de estudo e preocupação nos cursos de especialização na Unijuí e têm as seguintes dimensões:

– Não existência de cadastro de egressos;

– Pouco tempo para divulgação da oferta de alguns cursos;

– Várias datas de inscrição e matrícula podem confundir as pessoas diante da oferta coletiva;

– Observa-se certa disputa entre cursos com um mesmo perfil de candidatos;

– Nas ofertas são freqüentes duas ou mais propostas de cursos similares, originadas de Departamentos diferentes;

– As repetidas ofertas quando não se concretizam em algumas áreas provocam desgaste e descrédito em alguns públicos;

– Novas instituições de ensino no mercado e o aumento da oferta pelos concorrentes tradicionais dividem a demanda limitada;

– Observa-se uma oferta desigual entre os *campi*;

– O mercado no que se refere a pós-graduação vêm se modificando aceleradamente – a competitividade está aumentando.

Observam-se algumas **perspectivas e desafios** a partir dos esforços nas diferentes áreas, Departamentos e Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão na explicitação e implementação de políticas e ações na Pós-Graduação ao nível de especialização, voltadas às demandas em todas as áreas de atuação da Universidade.

Quadro do Lato Sensu

Ações programadas	Ações realizadas	Resultados alcançados Fragilidades
Participação em reuniões dos colegiados dos programas de Pós-graduação.	No memorial de alguns departamentos aparece a discussão.	– Oferta desigual entre os *campi*; – Ofertas concomitantes de cursos com públicos potencialmente semelhantes; – Competição interna, com alguns curs (similares) disputando o mesmo candidato; – Divulgação e inscrições em períodos férias/ recesso dificultam o planejamen dos possíveis candidatos; – Repetidas ofertas que não se concretizam em algumas áreas podem promover desgaste em alguns públicos
Reunião da VRPGPE e VRA, Chefes de Departamentos e Coordenadores de de Cursos *Lato Sensu*.	Reflexões e referências sobre Pós-Graduação *Lato Sensu*.	– Surgimento de novas IES no mercad – Calendário com pouco tempo para a divulgação; – Não há um cadastro de egressos da graduação para mala-direta.
Acesso às informações sobre o processo de reorganização da Pós-graduação *Lato Sensu*.	Reunião com a Coordenação geral da Pós-graduação *Lato Sensu*.	– O mercado regional se modifica e aumenta aceleradamente a competitividade.

2.2.4.2 Pós-Graduação Stricto Sensu

A Unijuí possui três cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, dois na área da avaliação multidisciplinar, o de Modelagem Matemática, que teve início em 1994, e o de Desenvolvimento, Gestão e Cidadania iniciado em 2002. Ambos obtiveram, no último triênio de avaliação, o conceito três. O outro curso é o Mestrado em Educação nas Ciências, credenciado pela área de educação desde 1995 e que recebeu conceito quatro na última avaliação trianual. Os três são Programas de Pós-Graduação que possuem o mestrado acadêmico.

Com base em documentos da Capes, no período de avaliação: 2004/2006 –Acompanhamento 2005 Ano Base 2004, na Ficha de Avaliação do Programa pode-se verificar a avaliação nos diversos quesitos propostos. E a partir daí considerar a análise possível dentro do contexto da Unijuí.

Está definido no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí que a universidade deve criar o seu doutorado e a tendência é que este seja no Programa de Educação, área consolidada na instituição e que se apresenta com condições efetivas para tanto. A necessidade de criação do doutorado se expressa, em especial, pela demanda que se apresenta de um lado, e de outro a ampliação e aprofundamento cada vez maior na investigação que é realizada na área e interlocução com outras instituições através de pesquisa interinstitucional.

Vejamos a seguir, considerando cada quesito e a forma como foi avaliado, qual a possibilidade de análise crítica de nossa parte:

Proposta de programa: Nos mestrados "multidisciplinar", há uma recorrência na avaliação de que é problemática a proposta, considerando área de concentração, estrutura curricular e efetividade de interdisciplinaridade. No curso de Mestrado em Educação nas Ciências a avaliação toca no aspecto das linhas de pesquisa e sua vinculação (pouca) com a área de concentração. E como problema, aponta-se a existência de número alto de doutores com menos de cinco anos, e do pequeno percentual de doutores em educação no corpo docente permanente. Em se tratando de Educação nas Ciências há necessidade, ao nosso entendimento, de ter clareza do que une a todos os docentes a partir de sua formação específica e das linhas de pesquisa. No Mestrado em Modelagem Matemática a interdisciplinaridade da proposta é reconhecida pela CAPES. Na apreciação do Mestrado em Desenvolvimento, a comissão da CAPES aponta para a coerência da proposta em termos de vinculação, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular. Aponta também para uma interdisciplinaridade mais "efetiva".

Corpo Docente – A atenção às exigências e recomendações feitas pela comissão de avaliação, segundo o que está nas fichas foram de um modo geral atendidos. Como problemas são apontados a baixa produtividade, o fraco intercâmbio, o número de docentes com menos de cinco anos de titulação. Como pontos fortes destacam-se a interação com os cursos de graduação. Nota-se que esta integração com os estudantes da graduação, com bolsistas de Iniciação Científica e professores mestres, estimula a formação de uma rede que permite dar conta dos processos acadêmicos e da socialização das pesquisas.

Atividades de Pesquisa – Este é um quesito que se apresenta problemático nos três mestrados, seja pela falta de consistência de pesquisa como grupo, seja pela dificuldade de fazer a interdisciplinaridade, e também pela precariedade na vinculação com as linhas de pesquisa e programas. Foi ressaltada a atenção dada pelos cursos, às recomendações que já apresentam maiores articulações e coerência no que se refere à pesquisa. Esta é sem dúvida uma questão crucial na universidade, uma vez que são escassos os recursos que se recebe para a pesquisa e como uma instituição comunitária, esta passa a ser financiada pelos estudantes, em especial os da graduação. Isto encarece os cursos e limita o avanço da pesquisa. De parte dos docentes, na instituição, a crítica é a necessidade de envolvimento com uma diversidade de tarefas, em especial, reuniões burocráticas, excessiva carga horária na graduação, o que impede a dedicação maior.

Atividades de Formação – Nos dois mestrados multidisciplinares foram evidenciadas as modificações introduzidas na Estrutura Curricular, o que deve beneficiar a maior interação entre os alunos, e acentuar a vinculação entre disciplinas e linhas de pesquisa. No caso do Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania foi ressaltado que as modificações introduzidas apontam para sinergizar a interdisciplinariedade. No da educação é ressaltado a adequação da estrutura curricular com a proposta de programa, mas foi considerado excessivo o número de disciplinas oferecidas. E a orientação está desigualmente distribuída entre os docentes. Entende-se que isso está a exigir um repensar pedagógico para os encaminhamentos adequados.

Corpo Discente – Neste quesito há de um modo geral avaliação positiva, seja na relação docente/discente na produção das dissertações, o não abandono, e a produção científica.

Dissertações – O número de defesas está bom nos três cursos dentro ou acima da média. Na Modelagem Matemática e na Educação que já tem maior número de defesas concluídas e aprovadas, ocorre uma má distribuição das dissertações por linhas de pesquisa e ressaltam a diversidade de temas que refletem as linhas de pesquisa. No caso do Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania a comissão de avaliação da CAPES ressalta o excelente resultado neste quesito.

Produção Intelectual – Há a constatação de uma evolução significativa nesta questão; embora sejam apontados problemas, tais como: produção baixa, mal distribuída entre os docentes do programa, concentração em veículos locais; muitos resumos em Anais. A restrição de recursos para a pesquisa e a produção científica, na forma de tempos docentes, atrelada à pós-graduação *Stricto Sensu* é problemática, na medida em que inverte a lógica que deveria fazer este nível de ensino emergir de uma sólida base de pesquisa institucionalizada. Se fosse o inverso, o mestrado como resultado da atuação do grupo de pesquisa e da produção científica, haveria mais coerência e consistência, pois os mestrados seriam o resultado do trabalho intelectual de um grupo de professores envolvidos com pesquisas e com vinculação com outras instituições. Isto permitiria a interligação das pesquisas, dissertações, disciplinas e orientações com vínculos estreitos às linhas de pesquisa de programas. Merece destaque a atenção que a Vice-Reitoria de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão vem dando ao problema, no sentido de superar as deficiências, existentes. O Papdocência, os Editais para Pesquisadores, o incremento nas relações internacionais, os Seminários de Iniciação Científica em sua 13ª edição e a 10ª Jornada de Pesquisa, e a Jornada de Extensão em sua 6ª edição, denominados, neste ano de 2005, "Ciência, Inovação e Criatividade", são exemplos deste esforço. A recomendação dos avaliadores é de que deve ser ampliada a quantidade e a qualidade das publicações em periódicos, que todos os docentes tenham produção qualificada, e que sejam buscados veículos de publicação bem conceituados na "*Qualis*", nacional e internacional, e não apenas locais.

A atenção pela instituição que vem sendo dada a estes programas, nos leva a crer que o caminho está claro, os professores envolvidos percebem o seu papel e a necessidade de trabalhar no sentido de qualificar cada um dos programas. Mas um paradoxo merece atenção e cuidado. Os mestrados da Unijuí por suas características de interdisciplinaridade estão recebendo todos os doutores que querem trabalhar na Pós-Graduação, e tem sentido o seu interesse. No entanto, ao receber a todos, cada um com seu projeto e seu tema de pesquisa, sem ter o cuidado e atenção para buscar os caminhos de sua inserção a partir dos interesses institucionais do programa. Ocorre que muitas vezes tem prevalecido o interesse singularizado do docente, que quer usar o mestrado para dar conta de desenvolver as suas pesquisas. Isto tem causado problemas, expressos na dificuldade de vincular linhas de pesquisa com projetos de investigação, com as dissertações, com as disciplinas e com a produção. É sem dúvida um impasse que precisamos resolver, e que poderia ser encaminhado através da definição institucional de uma política de pesquisa, em que estejam claras as linhas que interessam para a universidade e, particularizadamente, para cada Programa de Pós-Graduação. É fundamental considerar o contexto em que está inserida a universidade, de um lado a academia com as suas exigências e de outro o compromisso social com a região em que se insere e com a qual tem uma história de pensar junto com a comunidade os seus problemas e planejar o seu futuro.

Os programas de Pós-Graduação (atuais mestrados) contextualizados e sintonizados na universidade permitem consolidar internamente a pesquisa e estabelecer as regras para ingresso e permanência dos docentes no referido Programa, o que por seu lado permite criar uma dinâmica de avaliação constante dos docentes. Esta é fundamental para a garantia da realização dos objetivos da universidade e representa a contrapartida docente.

Isto tudo faz parte de uma política de pesquisa e pós-graduação que vem sendo discutida e implementada na Unijuí, e que merece toda a atenção, uma vez que significa a garantia de nosso status de universidade.

Quadro da Pós-Graduação Stricto Sensu

2.3 A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

Nesse aspecto há que considerar duas questões, uma é que a mantenedora da Unijuí, Fidene (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado) realiza várias atividades de atenção ao desenvolvimento regional. São ações coordenadas pela Fidene, mas que têm como protagonistas os professores e os alguns medidos que envolvem administrativos, e os estudantes através de bolsas de extensão, de estágios remunerados ou voluntários.

Os departamentos apresentam no seu Memorial as ações realizadas a partir da especificidade da área do conhecimento em que atuam. Por exemplo, os professores do curso de Direito com o "Escritório Modelo", os professores do Departamento de Ciências Sociais com o Museu Antropológico Diretor Pestana, com o Projeto de Recursos Hídricos que atende às questões ambientais, a Incubadora da Economia Solidária que trabalha com assessoria às cooperativas. O atendimento aos povos indígenas pelo Departamento de Pedagogia com a formação de professores indígenas. Na área da saúde é intenso e significativo o trabalho no atendimento à saúde coletiva por meio de diversos projetos de ação junto com prefeituras municipais e coordenadorias de saúde. Na área da educação envolvendo os professores das várias licenciaturas existem projetos há mais de trinta anos que continuam em evidência, através da formação continuada, da produção de material didático, de projetos tipo: "Melhoria do Ensino de Ciências" e do "Projeto de Estudos Sociais" que na década de 80 orientou os professores para repensar os currículos e produzir os livros que passaram a ser usados nas escolas de primeiro grau.

Existem na Unijuí o Coral Unijuí desde março de 1992; um grupo de teatro criado em 1998, denominado Grupo de Teatro da Unijuí; a "Sala Java Bonamigo", que funciona desde junho de 2004, fazendo exposições de alunos, professores e artistas.

O atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais tem relevância em especial no Campus Santa Rosa.

Além da Fidene e sua atuação, a outra questão que merece ser ressaltada é que a história da instituição e do ensino superior nessa região está demarcada pelo trabalho de extensão que é a marca maior da nossa história. A partir da extensão foram sendo constituídos os núcleos de discussão para encaminhamento das questões que emergiam na região. Essa é a marca da Fidene/Unijuí e essas foram as raízes para a construção da identidade desta instituição. Identidade que é marcadamente

territorial, pois enraizada numa região que acolhe e que a constrói. E essa identidade e pertencimento permitiram uma produção que é significativa e que nos tornou reconhecidos externamente, mesmo sendo uma instituição localizada no interior, distante dos grandes centros e com poucos recursos.

O grande desafio, a partir de agora, é saber quais serão os nossos caminhos e quais as possibilidades e conveniências de dar seguimento a estas marcas, diríamos a "esta fama" que construímos.

Projetos em Desenvolvimento 2005/2006

Projeto		Nº Ações	Pessoas Atendidas
3	Educação em saúde vigilância sanitária	13	218
4	Instituto de Menores de Ijuí	1	32
5	Grupo de Gestantes	1	42
6	Incontinência Urinária	1	10
7	Educação Postural	1	200
8	Linguagens em Movimento	1	+ 4829
9	Cia CADAGY de ginástica geral	1	50
10	Situação de estudo: Inovação Curricular para um Ensino de Ciências Contextual e Inter-relacional	12	-
11	Triagem Sorológica	1	10
12	Projeto Roda Gaúcha – Formação de Professores de EJA	2	2550
13	O Laboratório de Ensino de Matemática como Apoio Pedagógico a Educação Básica	1	500
14	Escola Aberta para a Cidadania	5	200
15	Escritório-Modelo nos Bairros	5	150
16	Programa de Formação Continuada de Professores das Escolas Estaduais de Abrandencia da 17ª		30000

Fonte: CDI – Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional – abril/2006

2.4 A comunicação com a sociedade

Principais ferramentas de comunicação

No sentido de qualificar e privilegiar a circulação das informações a Unijuí tem investido constantemente no aperfeiçoamento de seus processos de comunicação com seus diferentes públicos, em especial com a comunidade externa, o que vem a reafirmar o compromisso de democratizar o conhecimento. Desta forma, um dos principais veículos de comunicação

que permite uma maior visibilidade à Universidade é o jornal digital Comunic@, o qual tem se consolidado como um informativo de fato, institucional, tanto internamente quanto externamente. Além disso, a Rádio Unijuí FM possibilita um diálogo permanente com vários segmentos da comunidade, pois dentre sua programação destaca-se a cobertura jornalística dos principais eventos regionais.

É importante ressaltar a Internet como uma ferramenta de comunicação essencial nas relações com os diversos públicos, já que possibilita uma forma muito dinâmica de comunicação e de acesso às informações institucionais, diante disso, a instituição mantém o *site* institucional www.unijui.tche.br, o qual permite tal interação além de uma maior proximidade com a sociedade.

A socialização do conhecimento também é incentivada através da Editora Unijuí, que tem se constituído em um canal de comunicação que divulga a produção científica da Universidade. Os eventos artísticos e culturais promovidos pela Unijuí, o Grupo de Teatro e o Coral Unijuí, assim como os demais eventos organizados pelos diferentes setores da instituição estimulam e fortalecem a comunicação com a comunidade.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí – 2006/2010, as atividades de comunicação têm como objetivo promover uma maior interação entre a instituição e seus públicos, propiciando a divulgação, abrindo e consolidando canais de relacionamento e buscando a legitimação do trabalho em comunicação na Unijuí. Neste sentido, é relevante considerar a comunicação interpessoal que se estabelece entre a comunidade acadêmica: docentes, funcionários, alunos, pais e comunidade em geral, a qual contribui para a formação de opinião destes públicos, sendo o *marketing* boca-a-boca um dos principais agentes no fortalecimento destes relacionamentos.

Pesquisa de opinião

Metodologia

Com o objetivo de ouvir a comunidade externa, bem como perceber o que esperam da Universidade e como avaliam a atuação dos profissionais formados pela instituição, a Comissão Própria de Avaliação da Unijuí, desenvolveu uma pesquisa de opinião dirigida a alguns segmentos específicos da comunidade, dentre eles: entidades de classe, escolas, prefeituras, empresas, egressos e outros.

Segmento	*Nº pesqui*
Entidades de classe	16 pesqui
Prefeituras	18 pesqui
Empresas	05 pesqui
Escolas	21 pesqui
Egressos	05 pesqui
Outros	07 pesqui
Total	**72 pesqu**

A metodologia para este instrumento constituiu-se na elaboração de um questionário contendo quatro questões abertas, conforme anexo 3.3. Neste sentido, no período de 15 de setembro a 15 de outubro de 2005, os questionários foram enviados para os respectivos endereços dos segmentos citados e/ou entregues pessoalmente para representantes destas categorias. No total foram enviados 419 questionários, sendo destes 88 para as Entidades de Classe, 76 para Escolas, 103 para Prefeituras, 71 para Empresas. Para a categoria dos egressos não foram enviados questionários específicos e a opção outros constou para que pudéssemos abranger de certa forma outras categorias.

Convêm ressaltar que o questionário também foi disponibilizado no *site* da Universidade, possibilitando o acesso *on-line*. Por se tratar de uma pesquisa enviada aos referidos endereços, cientificamente o retorno estimado é baixo, fato que foi confirmado com o número de pesquisas que retornaram:

Análise dos resultados

A sistematização das pesquisas permitiu constatar que para a grande maioria dos pesquisados a Unijuí possui boa atuação na sociedade, pois se faz presente em diversos segmentos da comunidade, sempre com uma grande interação e por este motivo é vista como entidade parceria e fundamental para o desenvolvimento da região. Além disso, a universidade é considerada destaque regional e referência na área da educação, bem como ostenta uma imagem de instituição comprome-

tida com as atividades a que se propõe e conseqüentemente com o desenvolvimento regional, nas áreas social, cultural e econômica. É citada também como uma universidade aberta, já que proporciona a visitação a sua estrutura, bem como o empréstimo de salas e auditórios, viabilizando, desta forma, a realização de eventos artísticos das escolas e da comunidade em geral.

Os resultados indicam que há uma boa estrutura física no Campus Ijuí da Universidade, reforçando que é um espaço maravilhoso o qual pode ser considerado destaque do município, inclusive como referencial turístico.

Dentre as restrições de atuação da Unijuí boa parte considera o valor das mensalidades dos cursos elevado, alertando para a necessidade de oferecer cursos com menor custo.

A avaliação do desempenho dos estagiários apresenta dados relevantes para aprimorar a prática dos estágios da Universidade, dentre os quais sugere-se a reorganização do acompanhamento das relações entre a instituição concedente de estágio, estagiários e a Unijuí. Alertam ainda que em algumas áreas os estagiários possuem domínio de conteúdo, faltando a parte metodológica e didática, "estão muito focados na academia e pouco no mercado". Outro aspecto destacado neste quesito diz respeito à falta de retorno para as empresas que concedem estágios, as quais em muitos casos não sabem o que foi trabalhado em determinados estágios.

Por outro lado, uma boa parte considera bom o desempenho dos estagiários, observam que os mesmos são profissionais com cultura acadêmica, bem preparados em relação ao conhecimento, éticos e preocupados em desenvolver um estágio sério e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da organização. As pesquisas destacam, ainda, como ponto positivo à prática do diálogo que os estagiários buscam estabelecer.

Quando questionados sobre os profissionais formados pela Unijuí, boa parte considera os egressos com boa formação geral e conduta ético-profissional, ressaltando que a instituição tem avançado no sentido de aproximar a formação acadêmica da realidade em especial das escolas. São reconhecidos como sujeitos com grande capacidade de análise, interpretação e discussão de temas sociais, conscientes do papel que desempenham na sociedade e comprometidos com a continuidade de sua formação. Neste sentido, convém salientar a análise da área de educação, que afirma que os egressos da Universidade são comprometidos com uma educação de qualidade e posicionam-se como formadores de opinião.

Contudo, uma parcela das pesquisas avalia que há um distanciamento entre a vida acadêmica e a realidade profissional. Observam ainda, que em alguns casos, falta consciência para com o comprometimento profissional e suas responsabilidades peculiares. Uma restrição apontada pela pesquisa revela que os egressos muitas vezes não conseguem a colocação pretendida em nossa região, o que acarreta no deslocamento para outros municípios. Como aspectos sugeridos, cita-se a necessidade da Universidade criar mecanismos de acompanhamento dos profissionais egressos, visando uma avaliação sobre a formação acadêmica, uma vez que este grupo tem condições de apontar as dificuldades encontradas no exercício da profissão.

Quadro da Comunicação com a Sociedade

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados	
		Fragilidades	Potencialidades
Criar um mecanismo para ouvir/saber a opinião da comunidade externa sobre a Unijuí.	Pesquisa de opinião junto a alguns segmentos da comunidade externa regional: Entidades de classe, Escolas, Egressos; Prefeituras; Empresas; Outros	– Referente à atuação da Unijuí na comunidade, apontam carências em alguns campus com menor participação na comunidade, pois a região deseja uma maior aproximação do referido campus. – Pouca divulgação das ações da Universidade na região. – Alguns áreas do conhecimento têm muito a contribuir com a região, cabendo fomentar a interlocução com a comunidade. – Custo mais acessível é o item mais solicitado e em alguns casos as prefeituras solicitam maior intervenção do Estado para que mais pessoas possam ter acesso à Unijuí; – Região essencialmente agrícola e o agronegócio não	– Em relação à atuação da Unijuí na com grande maioria considera a Universid Atuante. – Propicia diferentes oportunidades comunidade, o que garante uma boa intera sociedade e contribui, sobretudo desenvolvimento da região. – Muito presente na comunidade de uma e através da educação. – Tem atuação muito importante, pois o que a Unijuí fortalece a região na qual está – Elogios ao grande número de eg alcançam o sucesso profissional. – Professores considerados motivados e in – De forma geral o desempenho dos est Universidade é avaliado como muito bom – Destacam-se entre as opiniões: Estag profissionais com cultura acadêmica e qu os seus conhecimentos em prática, c assim para a melhoria de processos nas or em que estão inseridos. Apresentar desempenho, de acordo com as expectati referências. – O preparo dos estagiários e seu compro em desenvolver um estágio sério e de qual – Quando indagados sobre os egressos for Unijuí, uma parcela significativa avalia como bons. – Consideram os profissionais formados com boa formação. Ressaltando que são p com boa formação geral, o que i embasamento teórico-prático e boa con profissional. – Além disso, indicam que a universidad para a formação do profissional, mas é vai se destacar profissionalmente. – A universidade prepara vários profiss grandes empresas cujo mercado de traball grandes centros. – A estrutura que a Unijuí possui e se significado para o desenvolvimento, cultu econômico de Ijuí e região, inclusive turíst – Ações de parceria que a Unijuí desenvo

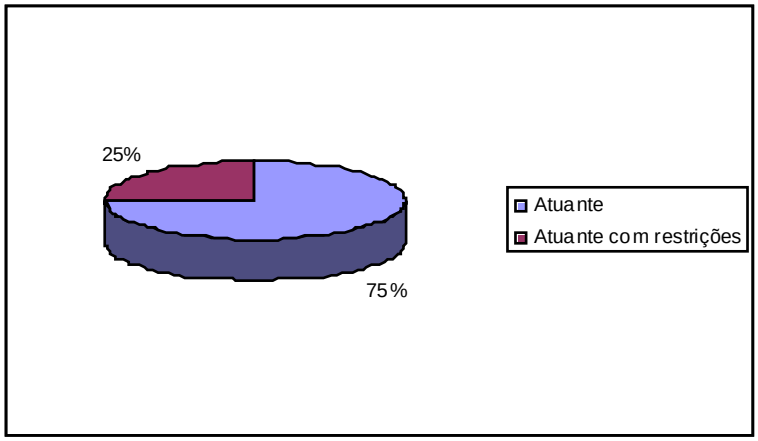
RESULTADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA

Segmento pesquisado: **OUTROS** – 07 pesquisas

Municípios: Coronel Bicaco: 01; Ijuí: 02; Palmeira das Missões: 01; Porto Mauá: 01; Santa Rosa: 02

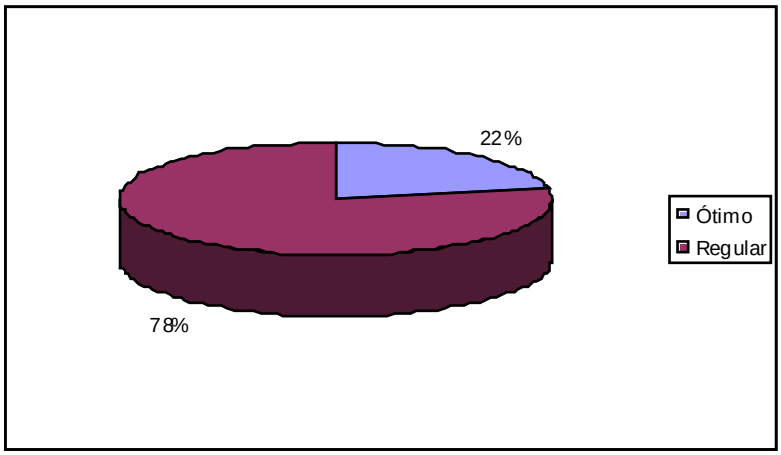
Questão 01: Como essa entidade percebe a atuação da Unijuí na sua comunidade?

Muito atuante / Atuante / Atuante com restrições / Não atuante / Não avaliaram



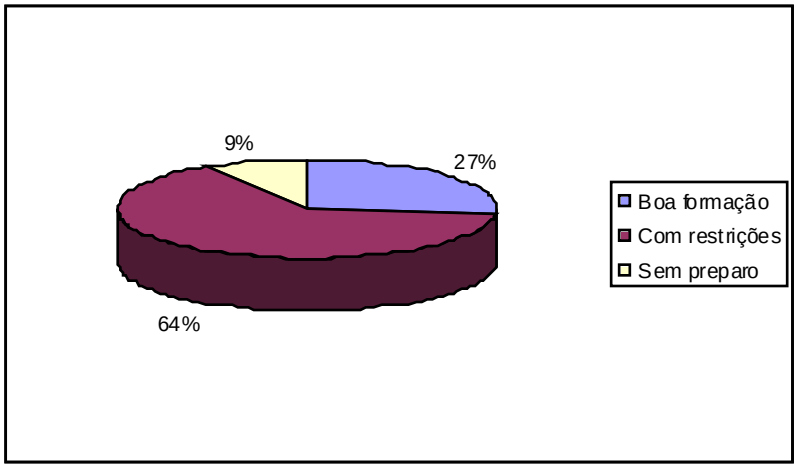
Questão 02: Como essa entidade avalia o desempenho dos estagiários das diferentes áreas do conhecimento da Unijuí?

Ótimo / Muito Bom / Bom / Regular / Insuficiente / Não avaliaram



Questão 03: Como essa entidade avalia os profissionais formados pela Unijuí?

Boa formação / Com restrições / Sem preparo / Não avaliaram



Questão 04: Deseja destacar mais algum aspecto?

– Avaliar com os universitários concluintes a formação acadêmica.

– Constituir grupos de estudo com os egressos, pois estes têm condições de apontar as dificuldades encontradas no exercício da profissão.

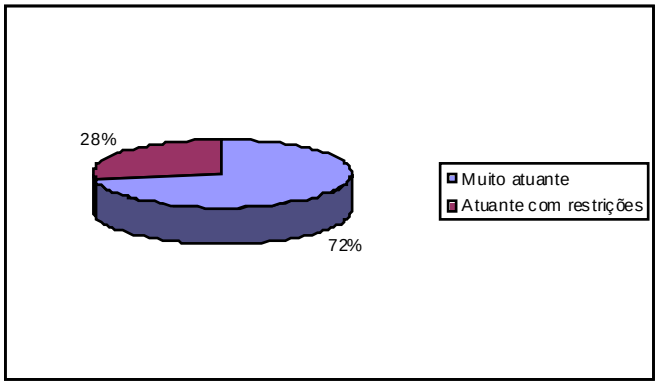
– Reorganizar a forma de acompanhamento dos estágios supervisionados.

Segmento pesquisado: ***ENTIDADES DE CLASSE*** *– 16 pesquisas*

Municípios: Alecrim: 01; Cândido Godói: 01; Humaitá: 01; Ijuí: 02; Panambi: 03; Santo Ângelo: 01; Santa Rosa: 03; Santo Augusto: 01; São Luiz Gonzaga: 01; Três de Maio: 01; Não indicaram a cidade: 01

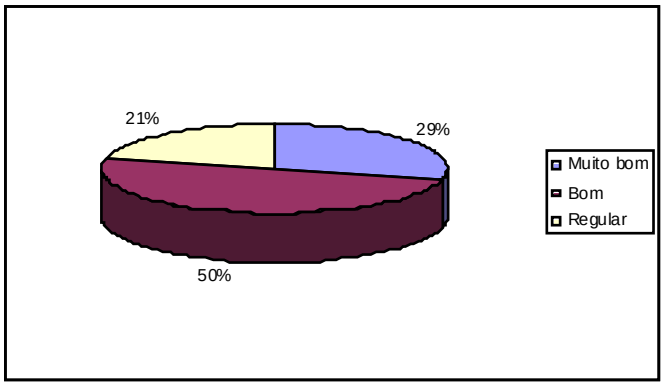
Questão 01: Como essa entidade percebe a atuação da Unijuí na sua comunidade?

Muito atuante / Atuante / Atuante com restrições / Não atuante / Não avaliaram



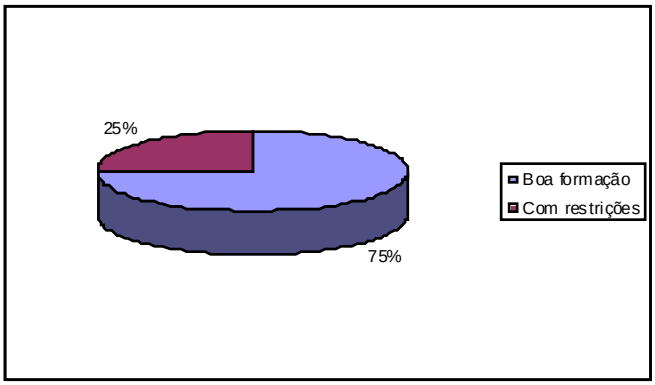
Questão 02: Como essa entidade avalia o desempenho dos estagiários das diferentes áreas do conhecimento da Unijuí?

Ótimo / Muito Bom / Bom / Regular / Insuficiente / Não avaliaram



Questão 03:Como essa entidade avalia os profissionais formados pela Unijuí?

Boa formação / Com restrições / Sem preparo / Não avaliaram



Questão 04: Deseja destacar mais algum aspecto?

– A Unijuí tem se tornado cada vez mais uma referência regional.

– É muito importante que a Unijuí esteja mais presente no cotidiano das organizações e da comunidade em geral, para assim prestar seus serviços de forma mais abrangente.

– A Unijuí deve constituir-se em difusora de tecnologia na comunidade, principalmente para criar fórmulas tecnológicas que agreguem valor aos nossos produtos primários através da industrialização ou da transformação dos mesmos.

– Oferecer mais cursos direcionados aos profissionais da região, em especial no ramo jurídico.

– Realizar estudo/pesquisas mais aprofundadas de potenciais que já perdemos na região e as causas e conseqüências para as gerações futuras em relação ao meio ambiente.

– A Unijuí deve marcar presença em eventos promovidos por entidades de classe.

– Criar mecanismos de retorno às empresas/instituições que recebem estagiários.

– Apesar de considerarmos a enorme contribuição da Instituição junto ao desenvolvimento da comunidade, nos causa preocupação a reestruturação profissional que está sendo implementada na Unijuí.

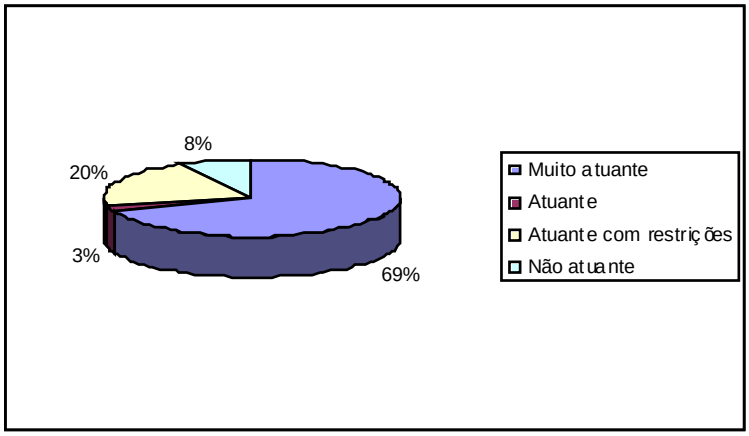
– Facilitar o acesso ao ensino superior – preço mais baixo.

Segmento pesquisado: ***ESCOLAS*** *– 21 pesquisas e* ***EMPRESAS –*** *05 pesquisas*

Municípios da 36ª Coordenadoria Regional de Educação e Empresas de Ijuí

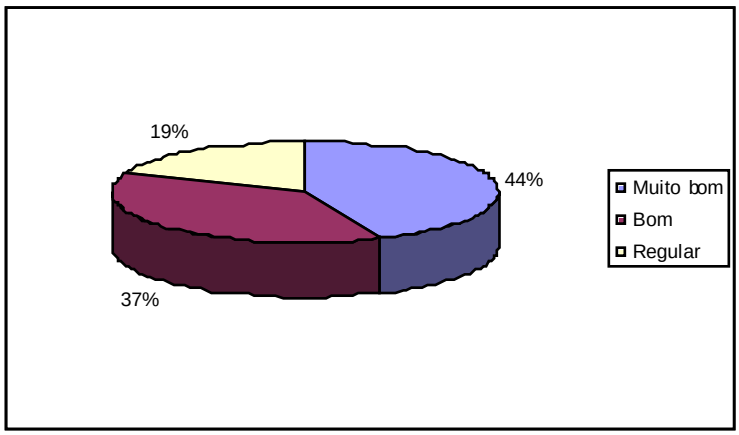
Questão 01: Como essa entidade percebe a atuação da Unijuí na sua comunidade?

Muito atuante / Atuante / Atuante com restrições / Não atuante / Não avaliaram



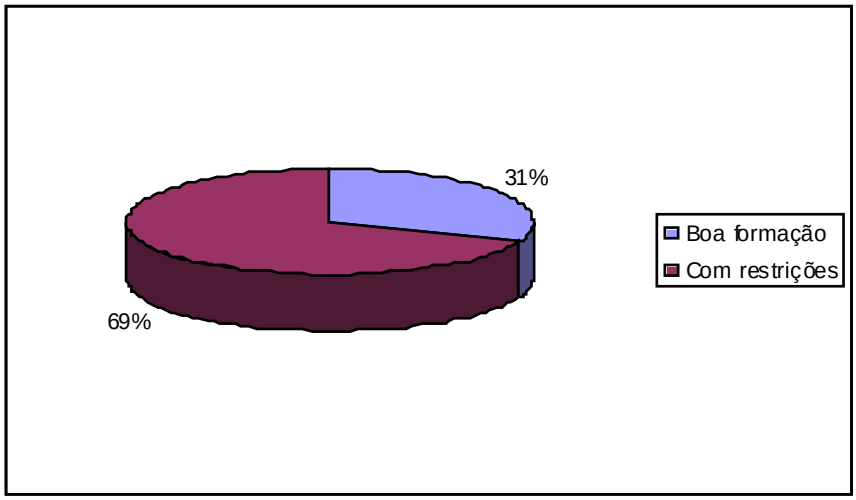
Questão 02: Como essa entidade avalia o desempenho dos estagiários das diferentes áreas do conhecimento da Unijuí?

Ótimo / Muito Bom / Bom / Regular / Insuficiente / Não avaliaram



Questão 03: Como essa entidade avalia os profissionais formados pela Unijuí?

Boa formação / Com restrições / Sem preparo / Não avaliaram



4) Deseja destacar mais algum aspecto?

– Necessidade de ter mais bolsas de estudo para viabilizar que o aluno curse o maior número possível de disciplinas e tenha acesso a ela.

– Orgulho de Ijuí: EFA, Museu e Unijuí, sob ponto de vista social, econômico e turístico.

– Parabéns à organização e trabalho do Profissional do Futuro.

– A universidade na região faz a diferença.

– O custo elevado das mensalidades.

– Criação de uma Universidade Federal, aproveitando a estrutura da Unijuí.

– Maior divulgação dos trabalhos de pós-graduação/mestrado.

– Investir em pesquisa.

– Mais investimento na área da educação. Ex.: Educação Especial.

– Percebe-se uma certa ausência da universidade das comunidades rurais vizinhas ao município de Ijuí.

– Ótima a abertura que a Unijuí proporciona, como visitação aos laboratórios, empréstimo de salas e auditório, desta forma viabilizando até as apresentações artísticas das escolas.

– Por ser uma universidade comunitária, deveria estar aberta para o público em geral, fazer uso de sua biblioteca – empréstimo de livros.

– Oferta de extensão para aperfeiçoamento docente.

– Criar mecanismos de acompanhamento aos profissionais egressos, visando uma avaliação para que possam realmente replanejar seus cursos.

– A Unijuí está perdendo espaços para empresas privadas que se inserem nas escolas com concursos, programações, projetos e acabam criando um vínculo e amparo com materiais e parcerias.

– Viabilizar encontros com profissionais das diversas áreas para trazer a sua contribuição científica/cultural à nossa comunidade.

– É uma universidade de renome, mas precisa de um Marketing mais arrojado

– Rever a metodologia de algumas disciplinas, exigir o cumprimento de horário tanto por parte de docentes, quanto de discentes.

– É visível o esforço da UNIJUI por uma busca de uma maior integração com a comunidade.

SUGESTÕES:

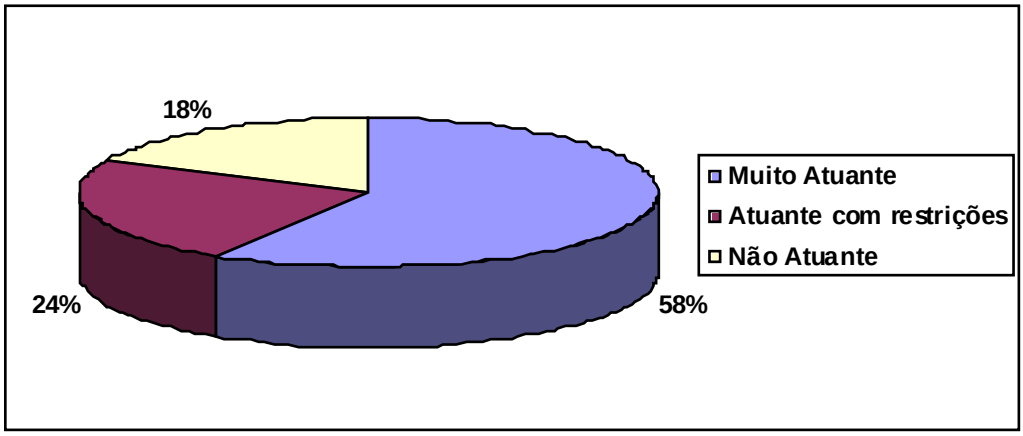
- A Unijuí deveria estar mais presente nas escolas de ensino médio – 2ª e 3ª séries para divulgar mais suas ações, cursos e eventos.
- Desenvolver pesquisas sobre a realidade da escola pública.
- Promover mais palestras e eventos abertos à comunidade, envolvendo temas atuais como violência, desmatamento, drogas, etc... .
- Investir em formação de novos líderes.
- Investir em projetos sociais que visem buscar novos talentos.
- Preparar os jovens para a vida acadêmica.
- A universidade deveria desenvolver mais projetos nas várias realidades (urbana, rurais e periféricas) disponibilizando estagiárias em psicologia, nutrição, enfermagem, comunicação social, assistência social, etc., como objeto de estudo e pesquisa.

Segmento pesquisado: ***PREFEITURA – 17 pesquisas***

Municípios: Alegria: 01; Augusto Pestana: 01; Boa Vista do Buricá: 01; Catuipe: 02; Candido Godói: 02; Crissiumal: 01; Condor: 01; Dr. Maurício Cardoso: 01; Ijuí: 01; Pejuçara: 01; Santa Rosa: 01; Santo Cristo: 01; Tucunduva: 01; Não Informado: 02.

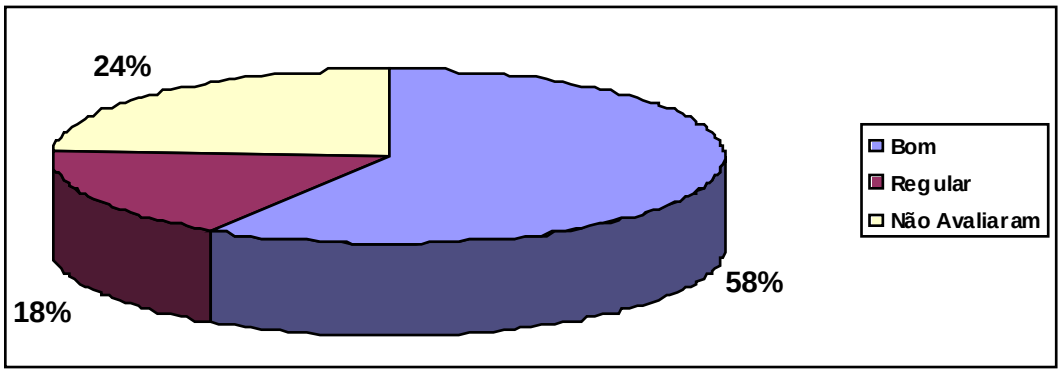
Questão 01: Como essa entidade percebe a atuação da Unijuí na sua comunidade?

Muito atuante / Atuante / Atuante com restrições / Não atuante / Não avaliaram



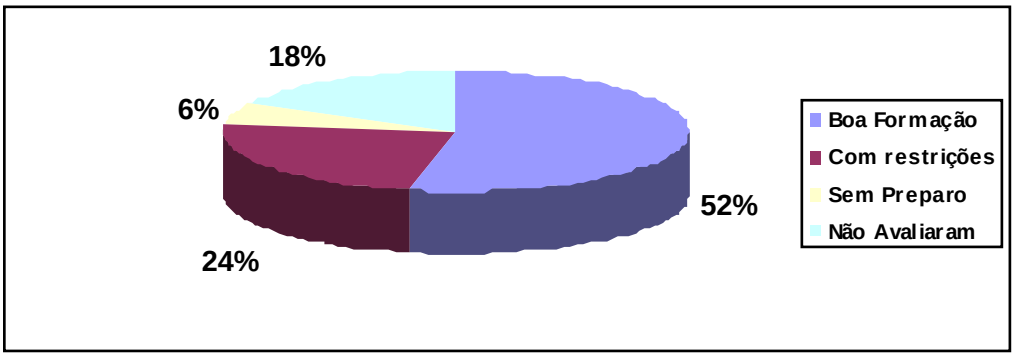
Questão 02: Como essa entidade avalia o desempenho dos estagiários das diferentes áreas do conhecimento da Unijuí?

Ótimo / Muito Bom / Bom / Regular / Insuficiente / Não avaliaram



Questão 03: Como essa entidade avalia os profissionais formados pela Unijuí?

Boa formação / Com restrições / Sem preparo / Não avaliaram



Questão 04: Deseja destacar mais algum aspecto?

Pontos Positivos:

– Importância da Unijuí para a Região e a sua atuação.

– Elogios ao grande número de egressos que alcançam o sucesso profissional.

– Professores motivados e inovadores.

Pontos Negativos:

– Custo mais acessível é o item mais solicitado e em alguns casos as prefeituras solicitam maior intervenção do estado para que mais pessoas possam ter acesso a Unijuí.

– Necessidade de um trabalho mais direto com a comunidade acerca do perfil do profissional a ser formado.

– Necessidade de haver mais variedade de cursos.

– A Unijuí estar mais presente em trabalhos sociais.

– Falta de formação de multiplicadores locais ao fim de cada projeto.

2.5 As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

CARACTERIZAÇÃO GERAL

As políticas de pessoal na Universidade são definidas em acordo com a missão institucional presente em seu PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional , para dez anos; PP – Plano Plurianual ; RDO – Resolução de Diretrizes Orçamentárias e OP – Orçamento-Programa. Para além destes referenciais, cinco diretrizes norteiam as políticas no âmbito institucional. Sendo estas:

• A vivência democrática enquanto espaço de construção, descentralização e responsabilização na gestão de pessoas e processos;

• O processo permanente de incentivo à qualificação de seus colaboradores;

• O constante aperfeiçoamento das relações e condições de trabalho;

• O diálogo permanente com as entidades sindicais, representantes dos professores e técnico-administrativos;

• O aperfeiçoamento de benefícios e serviços que visam dar qualidade de vida aos colaboradores da instituição.

Os programas de qualificação e de melhoria da qualidade de vida dos agentes institucionais da Fidene/Unijuí visam manter as pessoas motivadas e integradas, buscando sempre o estreitamento de relações, fator que é preocupação permanente da Instituição. Desta forma, a gestão de pessoas da instituição vai além dos direitos trabalhistas, pois objetiva formar profissionais capacitados e comprometidos com o projeto institucional.

Observa-se, que por se tratar de um espaço de construção do conhecimento, a vivência democrática pauta as relações de trabalho no âmbito da Universidade. O que também é intensificado pelo constante aperfeiçoamento das condições de trabalho, dos benefícios e serviços que buscam propiciar uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores da Instituição.

Neste sentido, as políticas de gestão de pessoas se expressam nos programas institucionais descritos a seguir, sendo que as diferentes instâncias e unidades, através do seu fazer universitário, implementam ações que consolidam os programas explicitados.

a) Programa de Formação Continuada

Este programa propicia o **aperfeiçoamento acadêmico** que perpassa pelo incentivo à formação na Educação Básica; na Graduação – para a qual o incentivo é concretizado através da concessão de bolsas; na Pós-Graduação – *Lato Sensu*, neste caso há duas dimensões de trabalho: o curso em Gestão Universitária *(in company*), com enfoque na Universidade capacitando gestores a compreender o contexto de atuação intervindo com vistas a uma gestão social sustentável; e também o apoio por meio de auxílio financeiro em outros programas de pós-graduação ofertados pela instituição, desde que tenha relevância para temas institucionais; a Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado – em que docentes e técnico-administrativos recebem apoio institucional desde que desenvolvam seus estudos em áreas indicadas como prioritárias para o desenvolvimento institucional; e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Doutorado – a qual destina-se à qualificação de docentes, indicados por suas unidades, em consonância com os programas de Mestrado da Instituição.

Outra linha de ação deste programa de formação continuada é o aperfeiçoamento profissional, seja para os gestores – utilizando-se de espaços institucionais, tais como: o Conselho de Gestão – COGEST, o Fórum de Gerentes, os seminários institucionais, as visitas a outras instituições, os estudos dirigidos entre outros visando garantir uma constante atualização e reflexão sobre a prática gerencial. Já para os colaboradores, esta atualização permanente é propiciada por diferentes modalidades formativas: cursos, eventos, oficinas, grupos de estudo, programas de capacitação e integração, que buscam, sobretudo, propiciar momentos de desenvolvimento pessoal e profissional. Neste sentido, destaca-se: o Programa dirigido aos Talentos Institucionais, que objetiva a integração de trabalhadores ao ambiente e projeto institucional; o Espaço de Estudos da Liderança que visa proporcionar discussão sobre a atuação desta; os Programas de Desenvolvimento dirigidos aos Secretários, Vigilantes, Motoristas, Núcleo de Limpeza, Copa e Cozinha, Equipe de Atendentes do processo de Matrículas, a Capacitação em Informática, em Primeiros Socorros entre outros. Ressalta-se que todos os programas de desenvolvimento são construídos visando o empoderamento dos sujeitos enquanto agentes do processo contribuindo desde a definição das necessidades de desenvolvimento, bem como avaliando práticas e propondo ações de melhorias.

b) Programa de Qualificação no Atendimento

Tem como foco os trabalhadores institucionais e sua interação com a comunidade interna e externa na perspectiva de atender com qualidade e efetividade as demandas. Com o objetivo de referenciar as variáveis que determinam o atendimento, avaliar e propor alternativas de aperfeiçoamento foi constituído o Grupo de Estudos do Atendimento da Fidene formado com a participação de diversos agentes institucionais. Neste momento, o programa encontra-se em fase de aperfeiçoamento visando agregar novas perspectivas, bem como reconhecer e valorizar iniciativas.

c) Programa de Qualificação das Condições de Trabalho

Este programa segue as normas de segurança e medicina do trabalho, tendo como foco os sujeitos e suas relações interpessoais no ambiente de trabalho. Dentre suas principais ações, destacam-se: o SESMT– Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o Programa de Ginástica Laboral e Fisioterapia, Campanhas Educativas, além do apoio à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA na realização de eventos e semanas internas de prevenção de acidentes.

d) Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão de Pessoas

Revisar e aperfeiçoar constantemente os instrumentos de gestão de pessoas enquanto ferramentas que auxiliam na busca da eficiência gerencial, primando por uma gestão social sustentável se constitui no principal objetivo deste programa. Registra-se, nesta perspectiva, o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas que engloba o Recrutamento e Seleção, a Avaliação de Pessoas, o Treinamento e Desenvolvimento, a Remuneração e Plano de Carreira dirigido ao corpo técnico-administrativo.

Destaca-se, o Plano de Carreira do Magistério Superior na Unijuí e o Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo e de Apoio da Fidene como instrumentos de mediação das relações de trabalho, sendo que a sua atualização constante faz parte da construção/reconstrução permanente de práticas e instrumentos assumidos coletivamente, visando qualificar a gestão democrática da universidade.

e) Programa de Serviços e Benefícios

A Instituição, para além dos benefícios acordados na convenção coletiva de trabalho, oferece ao seu quadro de trabalhadores: Plano de Saúde, Seguro de Vida; Associação Recreativa, Auxílio-estudo; Cartão de crédito; Serviços psicológicos; Serviços odontológicos; Planos de carreira; Atendimentos nos serviços que a instituição oferece: clínica de nutrição, clínica de fisioterapia e clínica de psicologia; Coral universitário; Grupo de teatro, Plano Institucional para aquisição de computadores, entre outros.

A integração dos profissionais que atuam na instituição, desempenhando suas atividades de forma ágil e eficiente, são condições fundamentais para o alcance dos objetivos institucionais, alicerçados no bem estar e na busca constante do grau de satisfação dos colaboradores do complexo Fidene.

PLANOS DE CARREIRA

O Programa de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de pessoas tem por objetivo revisar e aperfeiçoar constantemente os instrumentos de gestão enquanto ferramentas que auxiliam na busca da eficiência gerencial. Os Planos de Carreira dirigidos ao Magistério Superior e Técnico–administrativos e de apoio constituem-se em mecanismos fundamentais de gestão e de mediação das relações de trabalho. A seguir serão apresentadas as principais características dos dois planos:

Plano de Carreira do Magistério Superior na Unijuí

O Plano de Carreira do Magistério Superior na Unijuí atualizado no ano de 2005 através da Resolução Consu nº 32/2005, reflete a adaptação da Unijuí às rápidas transformações do cenário da educação superior brasileira. As principais mudanças introduzidas pela nova versão foram:

1) A criação de três novos quadros docentes (professor convidado, professor visitante e professor sênior);

2) A criação da alternativa de Plano de Aposentadoria complementar para o quadro de professor sênior. Destinado aos professores do quadro de efetivos da Unijuí que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, pelo menos, 15 anos de vínculo empregatício com a Fidene.

3) Introduz a classe de professor associado no quadro de professores efetivos e estabelece o requisito de existência de vagas para o ingresso na classe de professor adjunto;

4) Acrescenta a concepção de que o professor ao se aposentar, desde que não contemplado com a possibilidade prevista pelas regras do quadro de professores seniores, tem rescindido o seu contrato de trabalho e reiniciada a sua carreira docente na Unijuí, respeitada sua titulação e sua jornada de trabalho.

Estas alterações visaram fortalecer o Plano de Carreira do Magistério Superior da Unijuí como instrumento de gestão, tornando-o sustentável no contexto de estabilização do crescimento institucional e de concorrência no ensino superior.

O Plano de Carreira do Magistério Superior na Unijuí dispõe sobre as atividades de magistério superior; a composição do plano; o afastamento de professores; da comprovação da titulação acadêmica; da aposentadoria e seus efeitos entre outras.

Plano de Carreira do Pessoal Técnico, Administrativo e de Apoio da FIDENE

A resolução do Conselho Diretor da Fidene nº 07/95 dispõe sobre o plano de carreira do pessoal técnico, administrativo e de apoio da Fidene, como forma de consolidar políticas tendo em vista as necessidades do momento. Este tem por objetivo estruturar e unificar as normas relativas à ocupação de cargos e funções, atendendo a política institucional de recursos humanos, bem como assegurar mecanismos de gestão de pessoas e de progressão na carreira funcional, contribuindo com a realização pessoal e profissional do quadro técnico, administrativo e de apoio.

Os quadros de carreira do Pessoal Técnico-Administrativo e de Apoio, o provimento de vagas, a progressão na carreira, regime de trabalho, remuneração, afastamentos entre outros dispositivos compõem, o Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo e de Apoio da Fidene desde 1995. Sendo incorporadas alterações em seus dispositivos através de submissão e aprovação do Conselho Diretor quando necessárias. No momento atual, o plano encontra-se em fase de revisão, haja vista, a prática da avaliação e melhoria constante dos instrumentos de gestão institucionais com vistas à sustentabilidade no contexto de estabilização do crescimento institucional e de concorrência no ensino superior.

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTO-AVALIAÇÃO INTERNOS

A partir da análise das auto-avaliações elaboradas pelos Departamentos e Unidades Administrativas, observou-se que a comunidade acadêmica tem consciência da importância da avaliação como compromisso e como instrumento de gestão, bem como do bom relacionamento entre todos os públicos da instituição, constituindo-se em fatores determinantes para o fortalecimento de atuação e da imagem institucional da Unijuí. Neste sentido, uma importante constatação é de que a grande maioria dos setores da Universidade, já tem como prática a auto-avaliação, seja ela através de encontros e reuniões, seja através da avaliação dos encaminhamentos das atividades desenvolvidas em cada setor.

Outro ponto relevante em relação ao ambiente de trabalho é a constituição de um espaço democrático, de construção coletiva, onde os sujeitos têm a oportunidade de expressar suas opiniões, estando em consonância com os objetivos da instituição. Por este motivo, observa-se que o bom relacionamento interpessoal prevalece, propiciando assim a solidificação de um clima organizacional agradável.

A política de investimento em qualificação docente e técnico-administrativo, também, foi citada como ponto de destaque, vindo esta a contribuir à elevação dos títulos, bem como na ampliação da qualidade. Sendo este fator, determinante no conjunto de atributos que afetam a melhoria do desempenho universitário.

A comunicação interna foi citada em uma boa parte dos relatórios de auto-avaliação internos como um dos pontos de estrangulamento relacionados às políticas de pessoal da instituição. Também se pode destacar a necessidade percebida por alguns setores de uma maior integração intersetorial. Além disso, aponta-se para a carência de programas de capacitação profissional, tanto para o pessoal técnico-administrativo quanto para os docentes, apesar da existência de programas de incentivo ao aperfeiçoamento e investimentos na formação do pessoal técnico-administrativo e dos docentes, conforme citado anteriormente.

O contexto atual da região onde a Unijuí está inserida, bem como a realidade vivenciada pelas Universidades Comunitárias, em especial as gaúchas, também contribui para um clima de crises, fator que é percebido em muitos espaços e momentos institucionais. No entanto, como já foi citado, o coletivo pauta as ações dos sujeitos que fazem a Unijuí, os quais entendem que estão em um espaço de aprendizado contínuo, sendo que por este motivo a avaliação institucional é imprescindível para a Universidade, uma vez que é premissa para a formação e qualificação de profissionais capacitados que possam contribuir para o desenvolvimento da região.

Quadro das Políticas de Pessoal

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações
		Fragilidades	Potencialidades	
Identificar Fragilidades e Potencialidades em relação à Política de Pessoal da Instituição	Análise dos relatórios de auto-avaliação dos departamentos e setores administrativos da Universidade	- Constatou-se que o comprometimento com a Instituição resulta numa necessidade, principalmente docente, em avançar na atuação da pesquisa, da extensão e da gestão. No entanto, para isso se faz necessário ampliar a carga horária. Observa-se dificuldades no que se refere à comunicação interna e ao fluxo de informações da instituição, há portanto alguns problemas de relacionamentos entre os setores, em que muitas vezes o fluxo de encaminhamentos é inadequado, pois falta integração intersetorial no que se refere à organização das principais informações acadêmicas para divulgação aos estudantes, falta de receptividade à sugestões e/ou à discussão de problemas em relação a atividades comuns. - É possível perceber que o clima institucional de crises e instabilidade econômica gera momentos de insegurança.	- Relações democráticas, abertas para sugestões e discussões, com espaço para expressar opiniões, críticas e sugestões, ambiente de construção coletiva, há de fato o envolvimento e integração de todos os sujeitos como constituintes de um efetivo grupo de trabalho. - Clima organizacional no geral é bom. - Incentivo ao aperfeiçoamento do quadro docente e técnico-administrativo e de apoio, através de investimentos na formação em nível de Graduação e Pós-Graduação aos funcionários e na qualificação de docentes na Pós-Graduação "Stricto Sensu", por este motivo possui um quadro de docente e técnico-administrativo qualificado e que consegue atender as demandas, assim como ostenta uma boa imagem externa, oportunizando grandes oportunidades. - Política de incentivos aos docentes, em forma de créditos, com tempo de dedicação à pesquisa, motivação aos	* Principais sugestões: - Implantação de um plano de carreira para os sujeitos que atuam no desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias, seria a implantação de um terceiro plano, passando a Unijuí a ter um para os técnico-administrativos, outro para os docentes e um terceiro que poderia ser denominado, plano de carreira para pesquisadores. - O momento de ambientação de novos funcionários deve ser percebido como um treinamento, por tanto ser desenvolvido por área de relacionamento

		- Alguns professores do Campus Santa Rosa expressam insatisfação em relação ao campus de Ijui, devido às diferenças de carga horária para atividades de pesquisa e extensão. - Universidade deve investir em cursos de didática para ensino superior e disponibilizar constantemente para seus docentes, políticas de qualificação para docentes. - Pessoal técnico-administrativo sente carência de cursos de capacitação e treinamento. - *Departamento de Física, Estatística e Matemática*: Boa parte, 50%, da equipe técnica-administrativa deste departamento, afirmam que não é possibilitado participar das reuniões dos colegiados dos cursos. Este departamento também aponta falta de estagiário para o Laboratório de Matemática no Campus Santa Rosa. Ressaltam ainda, que há muita burocracia no processo de escolha dos monitores do referido departamento. - *Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação:* Alguns docentes percebem que as atividades de pesquisa, extensão, gestão e produção intelectual poderiam ser mais qualificadas a partir da ampliação da carga horária. - *Departamento de Pedagogia*: Número reduzido de professores habilitados na área de Educação Especial. Número reduzido de créditos para o colegiado de coordenação do curso, exigindo de todos os docentes que compõem o colegiado desenvolverem outras atividades, resultando na sobrecarga de trabalho para uma única pessoa. Rever regime de créditos, adequando ao regime de trabalho dos professores às demandas existentes, ou contratar mais professores. - *Departamento de Estudos Jurídicos:* Carga horária elevada dos professores nos cargos administrativos, assim como número excessivo e diversidade de componentes curriculares alocados por professor. - *Departamento de Estudos da Administração*: Falta de qualificação didático/pedagógica para atuar em EaD. Baixo envolvimento do corpo docente e do departamento nas atividades e na manutenção dos cursos de graduação. *Departamento de Ciências Sociais*: Na avaliação dos docentes, como fragilidade foi apontada a insegurança do professor hora-aula. - Alguns docentes percebem que a Instituição possui	professores para o desenvolvimento de pesquisa, bem como, buscar recursos em organismos competentes para o financiamento de projetos em forma de recursos e/ou de bolsas. - Motivação e apoio aos professores para participação em eventos científicos. - Seguro saúde aos alunos, funcionários e professores. - Desenvolvimento de Projetos de atividade física e qualidade de vida para funcionários da instituição. - *Departamento de Física, Estatística e Matemática:* Professores interessados e preocupados com a formação do professor da educação na área da matemática. Participação constante dos Professores em encontros de educação matemática. - *Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação:* Qualidade da equipe de estagiários da Agência Experimental do Curso de Comunicação Social - Usina de Idéias e alto envolvimento dos professores coordenadores neste espaço. A alta rotatividade dos estagiários dos laboratórios de vídeo, que dificultava a continuidade de muitos trabalhos, foi superada com a contratação de mais um funcionário. - *Departamento de Estudos da Administração:* Foi destacado a inserção em e/ou oferta de programas de qualificação de pessoal do quadro técnico-administrativo e docente orientados para a melhoria na gestão institucional; a inserção do Quadro de Docentes Doutores no Papdocência em consonância com condições emanadas da CAPES em relação à jornada de trabalho; Oportunidades de apoio financeiro não reembolsável para eventos de difusão de conhecimentos (congressos, seminários, eventos científicos). Ex FINEP; órgãos financiadores; Planejamento de Quadros de Pessoal Docente e de Técnico-Administrativo e de Apoio; Participação de docentes do departamento em várias instâncias, tais como: colegiados superiores, incluindo a CPA. Foi destacado, ainda, a inserção de Programa de Análise de Processos voltado a releituras dos processos intermediários, que ao minimizar lentidão, retrabalho e ineficácia na prestação de serviços geram otimização de resultados. Otimização no uso de indicadores de desempenho nos programas a partir da implementação do SIE; Êxito nos encaminhamentos acadêmico-adminis-	para que ocorra um aprofundamento das ações institucionais destes setores. Com isso, busca-se um melhor aproveitamento e comunicação dos processos organizacionais. - Incentivar o espírito institucional da Unijuí para que os diálogos entre as diversas áreas do conhecimento possam ser intensificados em busca do crescimento da Universidade. - Organização de um programa de qualificação em relações humanas com enfoque no atendimento e relacionamento interpessoal e intersetorial. - Avaliação da atual política de alocação de créditos para atividades administrativas. - Readequação da remuneração de algumas atividades administrativas como coordenação de grupos e núcleos. - Estabelecer titularidade como docente de componente curriculares. - Criar uma política de qualificação de pessoal com as prioridades bem definidas e estipuladas para longo prazo, levando em consideração os programas de pesquisa e as políticas institucionais. - Aumentar número de docentes envolvidos no Campus Santa Rosa. -*Departamento de Ciências Sociais:* Como recomendações os docentes citam: replanejamento do tempo de trabalho dos docentes que possibilite uma maior equidade entre ações no ensino, na pesquisa, na extensão, na participação em eventos, na gestão, entre outros com 88,46% das respostas.

		um bom projeto comunitário e regional; que possui uma cultura de liberdade de pensar e falar. No entanto, as crises financeiras oriundas das dificuldades regionais acarretam momentos de instabilidade. - *Departamento de Biologia e Química*: Na política de qualificação, foi registrado pelo departamento a necessidade de incremento no apoio financeiro para divulgação de trabalhos em eventos. - Em relação aos professores colaboradores horistas, foi registrado que a variação no número de créditos destinados a esses professores de um semestre para o outro, bem como à insegurança em relação à manutenção do contrato, e a solicitação de maior participação nas reuniões do colegiado e no planejamento das atividades, além da expectativa de inserção no quadro de professores efetivos, têm se constituído em aspectos críticos visto como limites em relação ao número de vagas e carga horária disponíveis ao departamento. - Sobre as condições de trabalho foi manifestado que o acúmulo de créditos positivos gerados por horas extras, o estrangulamento de tempo na realização de algumas atividades e o stress como alguns pontos de estrangulamento. - Destaca-se o apontamento relativo a necessidade de revisão da alocação dos tempos docentes, sugerindo-se que a lógica seja a produtividade e não a titulação. - Rediscutir a questão de alocação dos tempos, forma de créditos, e avaliar o que é ser professor tempo integral em uma universidade. - *Reitoria*: Percebeu-se que existe a necessidade de aperfeiçoamento na adequação da carga horária reduzida em relação a atividades realizadas pela equipe, bem como promover uma melhor compreensão da nova dinâmica pelos setores internos. Foi destacada, também, a necessidade de qualificação no SIE e língua estrangeira. Foi manifestado como preocupação a falta de tempo para a efetivação de capacitações. Foi abordada a necessidade de definição de papéis e atividades. - *Biblioteca:* Problemas de relacionamento, formação de grupos dentro do grande grupo, o que gera conflito e discussão, além disso, o grupo percebe uma certa indiferença de outros setor-	trativos realizado pelo corpo funcional da Secretaria do Departamento. Busca-se realizar atendimento completo quanto às dúvidas levantadas ou encaminhamentos solicitados, visando sanear com sucesso as questões apresentadas. Por este motivo, o relacionamento com o público é comprometido e satisfatório, assim como as atividades emanadas de professores e acadêmicos têm atendimento qualitativo. Evidenciado nos últimos anos um salto qualitativo no Departamento no que tange à infra-estrutura e Quadro funcional. No que se refere ao relacionamento com os colegas de trabalho e, em especial, com o quadro docente do departamento é possível afirmar que embora de modo profissional, há um tratamento de cordialidade e respeito, o que propicia um clima harmonioso e bom para se trabalhar. - *Departamento de Ciências Sociais:* Na avaliação dos docentes, a maior densidade de concordância de respostas dos pontos positivos estava principalmente: "visão de universidade comunitária e regional; na cultura de liberdade de pensar/falar e no reconhecimento público" (84.61%). Na avaliação do corpo técnico-administrativo "a Unijuí é uma das melhores, se não a melhor, instituição para se trabalhar. Nela é possível encontrar oportunidade de crescimento pessoal e profissional e o ambiente de trabalho também é muito agradável. Há igualdade de tratamento entre funcionários, professores e chefia, ou seja, todos são respeitados como seres humanos que são". Na avaliação dos docentes: os três maiores pontos positivos são: respeito entre pessoas apesar de divergências ideológicas (80,76%); há qualificação dos docentes que garantem boa parte do reconhecimento público da Unijuí (80,76%); a capacidade de reflexão dos docentes e suas diversidades de atuações (76,92%). Dentre as considerações apontadas destaca-se, o bom espaço de atuação dos docentes no ensino, na pesquisa e na extensão (30%); o tratamento democrático ao conjunto dos docentes (19,23%); ótima convivência entre os colegas (11,53%). - *Departamento de Biologia e Química*: Houve destaque à política de qualificação institucional que tem permitido que a qualificação do corpo docente do departamento tenha sido crescente ao longo dos anos, "com a substituição ao título de especialista e, recentemente, no aumento do número de docentes com o título de doutor. Planejar	

		res da instituição para com a biblioteca, como se a mesma tivesse menos importância. - *Coordenadoria de Recursos Humanos*: Falta compreensão institucional quanto a questões de ordem subjetiva implícitas em todas as ações realizadas, que refletem nos sujeitos de forma não possível de ser prevista, acabam por dificultar a atuação estratégica e pró-ativa da área. Constata-se ainda, uma carência de integração desta Coordenadoria com o coletivo da instituição. A equipe entende que se constitui em um espaço de interlocução, de interação entre os sujeitos, no entanto, esta não parece ser a imagem ostentada junto aos demais setores, que vêem a Coordenadoria de Recursos Humanos como uma área estritamente burocrática, percebe-se uma certa incompreensão de algumas questões, e também de reconhecimento dos diferentes espaços institucionais, muitas vezes pela forma como ocorrem alguns encaminhamentos. - *Assessoria de Comunicação Social*: Sente necessidade de envolver de forma efetiva os estagiários que integram a equipe. - *Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico*: Nesta análise pode-se perceber que esse setor entende como seu desafio a necessidade de maior integração com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão e os respectivos departamentos da Universidade, uma vez que os laboratórios são espaços de ensino-aprendizagem aos diferentes cursos da universidade. Dentre as questões institucionais que preocupam esta coordenadoria, destaca-se a falta de pessoal capacitado em algumas áreas específicas que possuem uma grande demanda de atividades e capacitações por parte da sociedade e a outra a má distribuição dos recursos humanos na instituição, ocasionando acúmulos de trabalho em algumas áreas e em outras uma ociosidade sazonal. Além disso, enquadramentos no plano de carreira: e definição do enquadramento pelas chefias possibilita um desvio de uma unidade para outra, considerando que pela falta de conhecimento dos chefes das atividades institucionais, estes definem seus quadros a partir da sua realidade, gerando desconfortos em outros setores que possuem funcionários com atividades até mais complexas, mas com salários inferiores.	a qualificação dos docentes do departamento na perspectiva de ter um corpo docente constituído apenas por mestres e doutores". O departamento manifestou que desenvolve suas atividades com um quadro de docentes e técnico-administrativos, ajustado com base na revisão de processos, procurando garantir e manter a qualidade de suas ações. Em relação aos docentes, foi registrado que o quadro manteve-se ao longo dos anos com predominância para professores integrantes do Plano de Carreira com regime de trabalho parcial e integral. Foi registrada a avaliação positiva no aprendizado proporcionado aos estágios CIE-E (avaliações realizadas em vários momentos por ocupantes e professores supervisores do estágio). *Reitoria:* Boa receptividade das unidades internas. Disposição à qualificação. Clima favorável com a posse da nova Reitoria com disposição para o diálogo e a busca de alternativas. - *Biblioteca*: Grupo entende que os conflitos que ocorrem esporadicamente geram discussão, mas isso por sua vez sempre traz crescimento. A equipe busca realizar suas atividades com a maior eficiência possível, pois tem consciência que a biblioteca é um espaço de disseminação de informações. - *Secretaria Acadêmica*: A unidade demonstrou clareza de objetivos, evidenciada pela busca constante de avaliações dos processos de trabalho, através da escuta de colaboradores, docentes e alunos visando a revisão destes, buscando a humanização do processo, manifestada no: "Fortalecimento da vivência da humanização da Secretaria Acadêmica, tanto no atendimento a alunos, professores e comunidade externa, quanto na convivência interna". Incentivo e estímulo à qualificação profissional visando à melhoria na prestação de serviços por parte da unidade. - *Coordenadoria de Recursos Humanos*: A equipe considera que possui uma singularidade específica de cada núcleo que compõe a coordenadoria, o que se justifica pelas diferentes atribuições destes, no entanto tem a compreensão de que a atividade de um complementa a do outro. Ressaltam como ponto forte a importância em reconhecer a existência destas diferenças, sendo que somente assim irão construir um espaço de contínuo aprendizado coletivo. O setor entende sua função estratégica na instituição, principalmente como um espaço de interlocução entre os sujei-	

		- *Coordenadoria de Apoio ao Estudante*: Equipe em constituição, por isso existe falta de integração, também relatam a falta de qualificação para uso da tecnologia disponível, bem como a carência de profissionais qualificados para ouvir o aluno.	tos, o qual é muitas vezes deficitário, mas afirmam estarem dispostos a aperfeiçoar seus processos, no que ressaltam a importância de investimentos em tecnologia, que dará o suporte. E aliado a tecnologia é preciso investir em programas de motivação junto ao corpo técnico-administrativo para que se sintam envolvidos e parte integrante de todos os processos da instituição. - *Coordenadoria Patrimonial e de Serviços*: Bom relacionamento entre equipe e chefia, o que reflete na qualidade do trabalho desenvolvido, e é fator preponderante para a satisfação pessoal e melhor qualidade de vida. A equipe realiza reuniões, debates e encontros de estreitamento de relações e auto-conhecimento, bem como uma avaliação quanto à forma de condução/encaminhamento das atividades desenvolvidas em cada Núcleo alterando a dinâmica quando necessário. - *Assessoria de Comunicação Social:* A partir da nova gestão da Reitoria, a equipe passou a de fato assessorar. - *Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico*: A coordenadoria se auto-avalia como um setor estratégico dentro da Universidade e na comunidade externa e sustenta sua concepção e ações pela valorização do sujeito. - *Coordenadoria de Informática*: A área demonstrou através do seu relatório um novo reposicionamento com clareza de objetivos, com preocupações na qualificação do quadro de pessoal e quantitativamente condizente com a exigência e complexidade da Instituição e da estrutura de TI instalada. - *Coordenadoria Financeira*: Constatou-se através do relatório, um reconhecimento da avaliação como uma prática constante na área, subsidiando a condução dos trabalhos na unidade, sendo enfatizado que "debates e encontros de estreitamento de relações e autoconhecimento, são realizados todas as vezes que se achar necessário". A área manifesta disposição para a avaliação e revisão de práticas, prima pelo bom atendimento à comunidade interna e externa, tendo realizado ajustes de seu quadro de colaboradores para atingir seus objetivos. Destacam a qualificação já adquirida pelo quadro de colaboradores como uma conquista da unidade.	

2.6 Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

Nos últimos anos, os desafios das instituições comunitárias centram-se no contexto da gestão, o que exige uma constante busca por melhores condições de ações tanto pedagógicas, quanto administrativas, às quais, vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, sustentam o agir deste espaço.

Isso necessariamente requer uma gestão que seja capaz de promover e implementar uma cultura de mudança institucional. Trata-se de ampliação dos mecanismos de acesso, mas também de permanência, embora, contraditoriamente, o financiamento se torne cada vez mais difícil pela ausência do Estado nesse aspecto. Diante dessa circunstância é preciso que se renovem os processos de ensino e de produção do saber.

Nessa perspectiva, a Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, marcada pelo caráter de instituição pública não-estatal, é significada, ainda hoje, pelo reconhecimento da atuação comunitária de suas instituições de origem, Fafi – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (criada em 1956 e instalada em 1957) e Fidene – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (criada em 1969), implementadas, com o propósito de desenvolvimento da região.

Frantz (04, p. 1), retomando o discurso de Marques na instalação da Fafi, em 16 de março de 1957, enfatiza que a Faculdade:

> Deveria servir a região, responder aos apelos da realidade local, deveria ser, para toda a região, um centro de irradiação da cultura, de humanização do homem, de libertação do espírito para o domínio de si e da natureza. Deveria construir um saber consciente de suas responsabilidades, antes orgânico que vasto, voltado para a vida e seus problemas. Professores e alunos, alunos-professores, deveriam deixar as salas de aula com a ânsia de semear nos estabelecimentos de ensino desta região, no lar e na escola, nas oficinas e nas praças, no contato humano de cada instante. Deveria abrir as portas para todos, falar ao povo a linguagem do povo, ministrar cursos de extensão universitária para difundir as culturas, incrementar cursos populares, penetrar todos os lares para edificar, para construir, para salvar o homem do interior, para resolver problemas específicos, para conjurar perigos, para influenciar atitudes, para conservar e estruturar definitivamente essa mentalidade sadia de amor ao trabalho, amor ao progresso controlado pelo espírito, amor à responsabilidade na educação de nossos filhos.

Esse discurso possibilita a interpretação de que, para Marques, o conhecimento e a formação são elementos fundamentais da vida humana nos contextos sociais nos quais ela está inserida. Deste modo, para Marques, a "gestão democrática" assume papel essencial na vida da instituição universitária, na medida em que se constitui em possibilidade de discussão de idéias, de problemas e, principalmente, porque as soluções e alternativas aos problemas comuns devem ser buscadas pela argumentação pública. Na história dessa instituição, percebe-se esse viés democrático, visto que, desde a sua constituição, reuniam-se constantemente grupos de indivíduos com o objetivo de promover o debate pela exposição pública de idéias, de problemas locais e regionais e potencialidades. Nesse horizonte, pode-se compreender os conceitos de *comunitário*, *participativo* e *regional* que marcam a trajetória da instituição.

Atualmente a Fidene mantém: a Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí; o MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana; a EFA – Escola de Educação Básica Francisco de Assis; o IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e a RTVE – Rádio e Televisão Educativa. É uma instituição de caráter científico-técnico-educativo-cultural, de fins não lucrativos e pessoa jurídica de direito privado que tem o papel de integração e desenvolvimento e da educação da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A Fidene, enquanto fundação, estrutura-se em instâncias de deliberação, de administração e execução e em instâncias de caráter consultivo. As instâncias são as seguintes: Assembléia Geral; Conselho Curador; Presidência da Fidene; Conselho Diretor; Conselhos Comunitários; Direção Executiva e Fórum das Mantidas[1] . A instituição Fidene, de caráter

[1] Assembléia Geral , órgão soberano da Fidene, ao qual cabe a definição, em instância final , das políticas, do planejamento e da condução da atuação institucional.

Conselho Curador, órgão soberano da Fundação, que cumpre função de orientação superior e de fiscalização.

Presidência da Fidene, constituída pelo(a) Presidente(a) e Vice-Presidente(a), que, apoiados pelos conselhos da mantenedora responsabilizam-se pela gestão da Fidene.

Conselho Diretor , órgão deliberativo e consultivo da administração da Fundação.

jurídico-político mobiliza as instituições mantidas para ações e políticas integradas, no entanto, cada mantida tem a sua estrutura/organizacional e o seu modelo de gestão, articulados ao PDI da Fundação, revisado no ano de 2005. O estatuto da Unijuí, em seu artigo 2º, estabelece:

> Integrando a Fundação Mantenedora, a Unijuí é dotada de autonomia pedagógico-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e disciplinar, obedecendo ao princípio de indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, nos termos da Lei, deste Estatuto e do Estatuto da Mantenedora.

Embora integrando a Fundação Mantenedora, a Unijuí é dotada de autonomia administrativa, didático-pedagógica, financeira e disciplinar no âmbito da Lei Federal, do Estatuto da Fidene e do seu próprio estatuto. Portanto, a Unijuí é autônoma em relação à mantenedora, respeitando-se as suas especificidades acadêmicas.

A idéia de uma Universidade comunitária pressupõe a discussão e rediscussão constante de seus fundamentos e de suas práticas institucionais. Por isso, na Unijuí, a gestão pauta-se pela articulação entre a avaliação e o planejamento. O planejamento sistematiza as idéias discutidas, as intenções e as perspectivas institucionais, em planos, que são, em última análise, o resultado físico do planejamento, isto é, o registro e a base para o fazer universitário. A sistematização se traduz em planos de atuação de longo prazo, médio prazo, curto prazo e planos conjunturais (de curtíssimo prazo), os quais passam a ser instrumentos de gestão da instituição. Os diferentes planos são a possibilidade de articulação entre o **pensar** e o **fazer**, consolidando-se em instrumentos efetivos de gestão da Universidade. Porém, a sua efetivação e legitimidade exige a participação da comunidade universitária no processo de construção do planejamento e execução.

Constituem-se instrumentos de planejamento: o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)* – visão para dez anos – com o objetivo de construir referenciais para o acompanhamento, a avaliação e o repensar das concepções, da processualidade, das políticas de condução, das estratégias de decisão e de gestão e da busca de novas condições viabilizadoras de processos, identificada com seu papel social; o*s Planos Plurianuais* – estabelecem metas, estratégias e planos de ação para um horizonte de cinco anos; o *Orçamento-Programa* – planos de curto prazo – um ano dimensionado pelo desejável e o possível e as Diretrizes Orçamentárias (RDO), de curto prazo.

O Plano Plurianual, na Unijuí, a cada três anos, passou a ser implementado a partir de 1995, sendo elaborado no primeiro ano de mandato da Reitoria, para execução no segundo ano, concluindo-se no final do primeiro ano da gestão seguinte. No ano de 2005 foram feitas adequações nos processos de planejamento da Universidade e o Plano Plurianual passará a ser elaborado a cada período de cinco anos. Essa alteração justifica-se em função da necessidade de elaboração do PDI para enviar ao MEC, a cada cinco anos. Entendeu-se que esses processos de planejamento desenvolvidos de forma coletiva poderão qualificar os processos de trabalho da instituição, otimizando tempo, recursos humanos e de infra-estrutura. A visão e a missão definidas institucionalmente balizam o fazer institucional e a expressam. Estas reafirmam o compromisso social da universidade, materializado em sua inserção regional e democrática. A divulgação dessas dimensões nos espaços institucionais e da comunidade constitui-se em possibilidade de compreensão e apropriação pelos indivíduos que interagem na universidade, na perspectiva de orientação das ações da Unijuí.

Desde a época da Fidene, reafirma-se constantemente a disposição política de valorizar e privilegiar o debate público e a participação de segmentos internos e externos nos espaços de decisão e discussão da universidade. Reafirmação que consta, por exemplo, no Estatuto e Regimento da Unijuí (2000b).

O artigo terceiro do Estatuto estabelece que a Unijuí tem por objetivos:

> I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
>
> II – Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos pela inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
>
> III – Manter um *corpus* acadêmico dedicado à produção e circulação do saber;
>
> IV – Desenvolver a pesquisa comprometida com o pleno desenvolvimento humano e social;
>
> V – Promover, pelo ensino, o cultivo das áreas fundamentais do conhecimento e a capacitação de quadros profissionais exigidos pelo desenvolvimento da região e do país.

Conselhos Comunitários, instituídos nas microrregiões sedes de cada um dos campi da Unijuí por iniciativa das mesmas prestam apoio importante à atuação articulada, sugerindo ações promovendo demandas, socializando as potencialidades da Fundação para contribuições ao desenvolvimento local e regional.

Direção Executiva, responsável pelos atos necessários à administração da Fundação, de seu quadro de pessoal, do patrimônio, das finanças e dos recursos materiais Fórum das Mantidas, espaço da articulação e da socialização dos fazeres específicos, planejados sob forma de programas, de projetos e de serviços. (Balanço Social Fidene 2004)

> VI – Promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
>
> VII – Atender aos demais objetivos estatutários da Mantenedora, compatíveis com as dimensões específicas da atuação universitária (Unijuí, 2000b, p. 15).

No âmbito da gestão, o atendimento às normas legais da instituição e do governo federal é efetivado junto com a preocupação de manter a identidade de instituição comunitária regional. O diálogo e a participação são os propósitos e fundamentos da instituição que estão sempre em processo de avaliação e auto-avaliação com a intenção de cumprir o seu papel político e social na região. Por isso, o processo de avaliação integra a gestão da universidade, desde a sua origem, o que pode ser constatado pela produção sistematizada nas coleções Cadernos de Avaliação[2] e Cadernos da Gestão Universitária[3].

Aperfeiçoar o sistema de gestão democrática da universidade é uma das políticas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí (2006 – 2015), com destaque para:

> – Fortalecimento do papel estratégico do Conselho Universitário na definição das políticas gerais da Universidade;
>
> – Consolidação de ações articuladas entre o Conselho de Gestão e o Fórum de Gerentes das Coordenadorias Administrativas na gestão cotidiana da Universidade;
>
> – Qualificação permanente da gestão da Universidade nas dimensões acadêmica e técnico-administrativa;
>
> – Consolidação do Plano Plurianual e do Orçamento-Programa como os principais instrumentos de planejamento e execução operacional do Plano de Desenvolvimento Institucional;
>
> – Operacionalização de uma interação permanente de informações entre os membros dos colegiados e os grupos representados;
>
> – Aperfeiçoamento do papel das representações dos *Campi* e Núcleos Universitários nas instâncias deliberativas da Instituição;
>
> – Afirmação permanente do papel político-administrativo das Chefias dos Departamentos e das Gerências das Coordenadorias Administrativas;
>
> – Implantação de instrumento de divulgação das decisões dos órgãos oficiais da Universidade;
>
> – Criação de um sistema de acompanhamento e avaliação da implantação das decisões dos órgãos oficiais nos diversos setores da Universidade;
>
> – Aperfeiçoamento do sistema de informações, possibilitando a acessibilidade e a transparência dos dados institucionais e a eficiência no processo de gestão;
>
> – Utilização da Avaliação Institucional, como processo de avaliação continuada da Universidade para diagnóstico e projeções.

Na sua atual constituição, nas dimensões que se ocupam com o ensino, a pesquisa e a extensão, a Unijuí organiza-se de forma descentralizada em *Campi* e Núcleos Universitários.[4] A Unijuí estrutura-se em departamentos (doze), que se vinculam à gestão administrativa. Complementam a estrutura da Universidade os órgãos complementares e de apoio,[5] de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante, que tem por objetivo dar suporte às atividades da Fidene/Unijuí. A gestão dos órgãos suplementares e de apoio obedece aos princípios e às diretrizes gerais estabelecidas pelos órgãos superiores.

---

[2] A publicação "Cadernos da Avaliação Institucional", criada a partir do ano de 1994, sistematiza o processo de Avaliação Institucional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí ao longo de sua história e, constitui-se em espaço de debate das questões atinentes ao processo de avaliação desenvolvido nesta Instituição. Essa coleção é integrada por vinte e um cadernos que podem ser consultados junto a CPA, a Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques e no Museu Antropológico Diretor Pestana. No *site* www.Unijuí.tche.br\cpa consta a relação de títulos dessas publicações.

[3] A Coleção Cadernos de Gestão Universitária, criada a partir de 1998, tem por objetivo disponibilizar à Comunidade Universitária um espaço de publicização das questões relativas à gestão da Unijuí e da Fidene. São publicadas nessa coleção normas institucionais, informações gerenciais, relatórios e textos sobre diversos temas gerenciais. A referida coleção é integrada por 34 documentos, que são disponibilizados à comunidade universitária pela Vice-Reitoria de Administração.

[4] A Unijuí mantém *Campi* nos municípios de: Ijui; Santa Rosa; Panambi; Três Passos e Núcleos Universitários em Santo Augusto; Tenente Portela e Campina das Missões, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

A administração imediata dos *Campi* e Núcleos Universitários é exercida, respectivamente, por um Pró-Reitor e por um Coordenador, indicados e nomeados pelo Reitor.

[5] Órgãos Complementares e de Apoio: Assessoria da Reitoria; Assessoria de Assuntos Internacionais; Assessoria Jurídica e de Legislação e Normas; Comissão Permanente do Pessoal Docente; Comissão Permanente do Pessoal Técnico, Administrativo; Secretaria Acadêmica; Biblioteca Universitária Mario Osório Marques; Editora Unijuí; Coordenadoria de Apoio ao Estudante Universitário; Coordenadoria de Informática; Coordenadoria de Marketing; Coordenadoria Financeira; Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico; Coordenadoria de Recursos Humanos; Coordenadoria Patrimonial e de Serviços.

Conforme o artigo sétimo, o Departamento:[6]

> é a unidade básica da Unijuí e congrega docentes para a atuação integrada nas dimensões da pesquisa, do ensino e da extensão em determinada área do conhecimento e para todos os efeitos da organização administrativa e da distribuição do pessoal, com atribuições normativas de coordenação e de controle (Unijuí. Estatuto e Regimento Geral, 2000, p. 16).

Cada departamento é administrado por um professor (chefe), eleito dentre os seus membros e nomeado pelo Reitor, para um mandato de dois anos. Integram o colegiado do departamento os docentes a ele alocados, acadêmicos e funcionários técnico-administrativos, que têm a responsabilidade de gestão das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão no departamento. Os chefes de Departamento integram o Conselho Universitário e, nesta condição, participam de discussões e definições de políticas institucionais.

O Conselho de gestão congrega e articula entre si e com a administração superior os departamentos. Segundo o artigo oitavo do Estatuto, esse Conselho é presidido pelo Reitor e constituído pelos Vice-Reitores; pelos Pró-Reitores de Campus; pelos Coordenadores de Núcleos Universitários e pelos Chefes de Departamento (Unijuí. Estatuto e Regimento Geral, 2000, p.17).

O Conselho Universitário e a Reitoria integram a Administração Superior da Universidade. O Conselho Universitário constitui-se em órgão deliberativo, normativo, consultivo e de supervisão. Conforme estabelece o artigo 12 do Estatuto, é presidido pelo Reitor e integrado:

> I – pelos Vice-Reitores;
>
> II – pelos Chefes de Departamento;
>
> III – por três (3) membros da comunidade regional, eleitos pela Assembléia Geral da Mantenedora para mandato de dois (2) anos;
>
> IV – por cinco (5) membros do quadro de carreira do magistério superior, eleitos pelo universo do corpo docente, com mandatos de três (3) anos;
>
> V – por cinco (5) membros do corpo discente, por estes eleitos, com mandatos de dois (2) anos;
>
> VI – por cinco (5) membros do pessoal técnico-administrativo, por este eleitos, com mandatos de três (3) anos;
>
> § 1º – Os conselheiros indicados nos incisos IV e VI, com os respectivos suplentes, são escolhidos por suas categorias em eleições convocadas e presididas pelo Reitor, na forma estabelecida no Regimento Geral.
>
> § 2º – Os conselheiros indicados no inciso V, com os respectivos suplentes, são escolhidos de acordo com o Estatuto da entidade representativa da categoria, ou, no silêncio deste, na forma do parágrafo anterior.
>
> § 3º – O Conselho Universitário organiza-se nas Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, e de Administração, constituídas de, no máximo, sete (7) conselheiros e presididos, respectivamente, pelo Vice-Reitor que é membro natos da Câmara correspondente à sua área de atuação, sendo os demais membros eleitos pelo Conselho Universitário (Unijuí. Estatuto e Regimento Geral, 2000, p. 18).

A esse Conselho compete a responsabilidade de definição das políticas institucionais nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão administrativa, que normatiza e delibera sobre essas questões.

---

[6] DBQ – Departamento de Biologia e Química
DCSa – Departamento de Ciências da Saúde
DCS – Departamento de Ciências Sócias
DECon – Departamento de Economia e Contabilidade
DEAg – Departamento de Estudos Agrários
DEAd – Departamento de Estudos da Administração
DELAC – Departamento de Estudos de Linguagem
DEJ – Departamento de Estudos Jurídicos
DFP – Departamento de Filosofia e Psicologia
DeFEM – Departamento de Física, Estatística e Matemática
DePe – Departamento de Pedagogia
DeTec – Departamento de Tecnologia

A Reitoria[7] eleita constitui-se em órgão de execução das políticas aprovadas pelos conselhos institucionais. O planejamento, os planos institucionais, os projetos político-pedagógicos dos programas de graduação e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, ou seja, documentos institucionais no âmbito acadêmico e administrativo, normatizam as atividades da Universidade, e são o resultado de debates e reflexões nos diversos fóruns institucionais.

Desses debates manifestam-se idéias, diferentes perspectivas, o que produz embate discursivo e teórico expressando-se, assim, a pluralidade, ou seja, a diferença, o dissenso, o consenso. Nos espaços jurídico-político de discussão, por exemplo, no Conselho Universitário, percebem-se a presença e a valorização do princípio da democracia na definição de políticas da universidade.

Os espaços de concretização do seu compromisso social traduzem-se pela dinâmica e estrutura democrática de poder instaurada na Universidade. Destaca-se, neste aspecto, a tomada de decisões pelo coletivo envolvido. Por exemplo, na dimensão do ensino, articulam-se as decisões junto aos colegiados de departamento e de coordenações de colegiados de coordenação dos programas de graduação, o mesmo acontecendo nas dimensões da pesquisa, da extensão e da gestão universitárias.

No contexto da democracia e da participação dos indivíduos que interagem na instituição, o processo eleitoral é um elemento fundamental para a discussão da concepção de universidade. A eleição, ou seja, o processo eleitoral, constitui-se em possibilidade de, pelo debate, explicitarem-se as intenções, as concepções, as projeções e, sobretudo, a compreensão sobre o conceito de universidade e suas perspectivas.

No que se refere à gestão democrática dos demais órgãos e conselhos da universidade, os seus membros também são eleitos, como é o caso do Consu, dos colegiados de Departamento, dos colegiados de Coordenação dos Programas de Graduação e de Pós-Graduação, os chefes de departamento e dos coordenadores de curso. Assim, há possibilidade de todos participarem da gestão institucional, uma vez que os mandatos são de dois a três anos. Há rodízio dos indivíduos, tendo em vista que estatutariamente só há possibilidade de uma reeleição em qualquer uma das dimensões, inclusive para a Reitoria.

As práticas políticas, os documentos e as estruturas de poder, na Unijuí, evidenciam que elas estão orientadas no fazer específico da universidade pelas mesmas questões que estão presentes nos debates mais gerais das sociedades democráticas. Assim, a Unijuí, em sua estrutura de poder, articula-se pelos órgãos superiores e colegiados, tanto na dimensão administrativa quanto acadêmica e política.

Os colegiados deliberativos, consultivos ou curadores, os fóruns intermediários ou de articulação, as coordenações de programas e as instâncias executivas assumem suas responsabilidades, exercendo suas atribuições e respeitando as competências das demais. É um processo extremamente exigente para ser entendido e para ser exercido com qualidade, agilidade e participação.

Exemplificando, no ensino, os programas e projetos são discutidos nas respectivas instâncias (Colegiados dos Programas de Ensino e do Departamento) e aprovados no Colegiado Superior. Cada programa de curso, tanto na graduação quanto na pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, possui um projeto político-pedagógico, discutido e aprovado pelo Colegiado de Coordenação dos Programas de Graduação, pelo Colegiado do Departamento, pelas respectivas Câmaras e, em última instância, pelo Conselho Universitário.

Destas considerações, pode-se reconhecer que a estrutura de poder na Unijuí possibilita a participação dos sujeitos que nela interagem, professores, alunos, funcionários e representantes da comunidade, que participam dos processos de discussão e elaboração, decisão e gestão de políticas institucionais.

Percebe-se, tanto em documentos normatizadores, quanto em discursos e textos a disposição política de diálogo. Contudo, os documentos, por si mesmos não são garantia efetiva de participação. Aqui cabe a seguinte questão: Evidencia-se, nas instâncias que possibilitam a construção coletiva de projetos e planejamentos, uma participação intensa das

[7] Art. 8º – A Reitoria, Órgão Superior Executivo da Unijuí, é exercida por um Reitor, coadjuvado, na qualidade de auxiliares diretos:

I – Vice-Reitor de Graduação;

II – Vice-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;

III – Vice-Reitor de Administração;

IV – Pró-Reitores de Campus (Unijuí. Estatuto e Regimento Geral , 2000, p. 43).

Art. 10 – O Reitor e os Vice-Reitores são eleitos em chapa, para mandato de três (3) anos, pelo voto direto da comunidade universitária e pelo voto representativo da comunidade externa, em eleição convocada pelo Reitor, com antecedência mínima de trinta (30) dias (Unijuí. Estatuto e Regimento Geral , 2000, p. 43).

diferentes áreas do saber na Unijuí? A questão faz sentido porque se percebe, pelos registros em eventos institucionais, que não está havendo uma participação efetiva de representação de todas as áreas do conhecimento na universidade, bem como de todas as representações nos colegiados superiores.

Essa questão, por um lado, pode ser interpretada pela complexidade da instituição, visto que não é possível mais participar de tudo. Por outro lado, poderia levar à interpretação de que está se instaurando uma cultura de discussões mais localizadas em cada unidade universitária, departamentos, colegiados, setores e no âmbito estudantil. Sobre isso cabem outros questionamentos: Em que consiste a participação e a responsabilidade das pessoas inscritas na universidade? As pessoas estão dispostas a expor, pela participação, seus argumentos por meio do diálogo e do debate? Efetivamente, as pessoas estão motivadas ao debate público?

Em todo caso, pautar a concepção de universidade pela gestão democrática não é algo tão tranqüilo, pois aí entra toda a complexidade, a pluralidade e a diversidade de interesses. Nela convivem a diversidade e as diferentes áreas do conhecimento, diferentes interesses e entendimentos.

O fato é que, na perspectiva de uma gestão democrática, a participação na construção das políticas institucionais assume uma dimensão fundamental no ser/constituir-se da universidade. A necessidade de reafirmação da integração das áreas do conhecimento vem exigindo articulação permanente das instâncias e unidades da universidade entre si e com instituições comunitárias. Para tanto, o respeito à diversidade expressa pelas várias áreas do conhecimento, da cultura local, da presença dos *Campi* e Núcleos é fundamental e tem sido uma diretriz institucional. Ou seja, na Unijuí a presença da pluralidade e o respeito a ela é uma característica importante de sua constituição.

Para Arendt (1972), a política é necessária não porque os homens são iguais, mas porque são diferentes. A diferença se afirma no reconhecimento da existência de assuntos que interessem a muitos. É neste sentido preciso que a política é fundamental na universidade, especialmente porque a pluralidade e a diferença estão na sua essência.

Na universidade as verdades absolutas são refutadas, pois não existem apenas soluções técnicas e únicas para os problemas, elas acontecem pela conversa em que a argumentação assume um papel essencial na compreensão do problema e no seu desfecho. Quando se inicia uma conversa não se sabe qual sentido irá produzir, qual o seu alcance. Não se sabe a compreensão do outro. O indivíduo, ao falar, deixa de ser o único dono da sua fala, pois o sujeito que está interagindo vai elaborar a sua compreensão, independente do que o outro quis expressar.

Essa é a complexidade da universidade democrática, especialmente porque a sua constituição se dá no coletivo, isto é, pelo debate e entendimento a respeito das teorias e ações que entenderem mais adequadas. Participam dela os mais diferentes sujeitos com as mais diversas histórias que, pelo debate, vão constituindo, sem saber de modo absoluto o que é o mais certo, mas se responsabilizando pelas decisões que parecem mais razoáveis e que enriquecem a gestão no coletivo. Esta é uma dimensão da política de gestão na Universidade.

No contexto institucional de ameaças externas e de readequações estruturais há que se fazer um esforço pelos diferentes sujeitos e segmentos que interagem na universidade a buscar uma responsabilidade no coletivo, pelo debate de alternativas, que possam contribuir para o bem-estar da comunidade, ou, como defende Habermas (1993), para a emancipação da humanidade.

Outro importante elemento de gestão consiste no processo de Avaliação Institucional, que se inicia formalmente em 1994 e, hoje, com base em sua história e com referência na Lei do Sinaes pauta a avaliação pela concepção de globalidade e de continuidade. Na visão de Silva (2003, p. 135):

> O processo de Avaliação Institucional na Unijuí, no que concerne às dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão e Gestão, caracteriza-se primeiramente pelo alto envolvimento da comunidade acadêmica, extrapolando a estrutura formal de participação, e, de outro modo, por penetrar na estrutura formal orientando todas as práticas institucionais. Isso evidencia a avaliação institucional como uma atividade desenvolvida de forma sistemática e integrada com o cotidiano institucional, nunca como elemento estranho a ele.

Nessa perspectiva a Avaliação Institucional na Unijuí constitui-se em dimensão importante no que diz respeito à "participação", sobretudo na gestão da universidade, tanto acadêmica quanto na gestão administrativa e política.[8]

Outro elemento a ser considerado na perspectiva da "participação" da Fidene/Unijuí na comunidade regional são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes (Colonial e Fronteira Noroeste), criados pela Lei Estadual 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados pelo Decreto nº 35764, de 28 de dezembro de 2004. Constituem-se em fórum de

[8] Sobre o processo de avaliação institucional veja os textos das partes um e dois que tratam especificamente desse tema.

discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional. Esses conselhos são abertos à participação da comunidade regional (poderes públicos, setor produtivo e sociedade civil organizada), através da democracia representativa e participativa. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, lê-se,

> Na organização do Conselho foi fundamental a experiência de ação conjunta ocorrida na região nos últimos anos, tendo como base os planos, estratégias e ações desenvolvidas pelos municípios. O Conselho não tem por atribuições substituir os políticos ou órgãos municipais ou microrregionais, mas dedicar-se prioritariamente às questões estratégicas da região: vocação da região; investimentos prioritários; articulação política e técnica e ação conjunta com o Governo Estadual; acompanhamento dos serviços do poder público, através do debate permanente na busca do consenso possível (Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 1994).

A Fidene/Unijuí, participa de forma ativa dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Colonial e Fronteira Noroeste) do Estado. Esses Conselhos desempenham um trabalho de coordenação junto aos órgãos estaduais da área de planejamento, instituições de ensino superior e outras entidades públicas ou privadas na elaboração e discussão de diagnósticos regionais, visando à preparação do Plano Estadual e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e suas respectivas alterações e atualizações.

Os Coredes têm papel importante na dimensão da democracia, sobretudo porque articulam políticas e ações que expressam a participação da população na definição de investimentos públicos e no planejamento das ações e prioridades estabelecidas pela consulta popular.

Além de todos os instrumentos já citados, a implementação do SIE – Sistema de Informações Educacionais, também, constitui-se em instrumento de gestão, uma vez que busca a integração dos processos de trabalho, das informações e dos dados institucionais nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária. Outro elemento, também, reconhecido é o Relatório e Balanço da Fidene/Unijuí, publicado anualmente, que sistematiza as ações institucionais tanto acadêmicas, quanto administrativas e financeiras. Este, a cada ano, revela a complexidade institucional, sendo elaborado em dois volumes, o primeiro apresenta as atividades desenvolvidas pela Fidene e suas mantidas, bem como análises críticas produzidas pelas unidades administrativas que compõem a gestão da universidade. O segundo volume apresenta o Balanço Econômico-Financeiro, ou seja, os demonstrativos contábeis dos recursos econômico-financeiros da instituição e os desafios que seus resultados representam. Acredita-se que tanto o SIE, quanto o Relatório são fundamentais, no processo avaliativo e no planejamento, uma vez que sintetizam as ações desenvolvidas no todo institucional, possibilitando a pesquisa por parte daqueles que fazem a universidade.

Outro aspecto que pode ser considerado nessa discussão é o fluxo de informações interno e a comunicação externa. Além dos canais disponíveis na instituição, várias ações estão sendo pensadas para agilizar, principalmente, a comunicação interna, o que se pretende melhorar, quando da implementação de todos os processos do SIE. Os *e-mails* podem ser considerados como um importante canal de comunicação. No entanto, a quantidade e a falta de objetividade de algumas mensagens estão afetando a sua efetividade. A comunicação com a sociedade acontece, principalmente, por aqueles que integram a Universidade, quer seja nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. São os atores institucionais: direção, docentes, técnico-administrativos e estudantes, que de um modo ou de outro interagem junto à sociedade. Essa interação acontece de diferentes formas, exemplificando, os docentes pela formação dos profissionais, que são os futuros pais, profissionais, ou seja, os cidadãos que atuarão na comunidade/sociedade; os estudantes por sua vez interagem no seu trabalho, na sua comunidade, na sua casa; e os técnico administrativos, também, pela sua atuação na universidade, principalmente aqueles que atendem o público e, pela sua inserção na comunidade.

Examinam-se, neste item, documentos, memoriais dos departamentos e práticas institucionais que enfatizam a concepção da Unijuí, marcada pelo caráter democrático e regional em que se espera que todos estejam na busca da construção de uma totalidade em relação aos movimentos interno e externo, em constante esforço de pensamento e elaboração de mediações entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos termos de Schneider (1995, p. 21):

> O verdadeiro saber, a força e o poder da Universidade estão na discussão e na gestão das discussões sobre o que seja conhecimento, sobre o rumo do saber, sobre a imposição de um saber instaurador do que aí está. A força da universidade se constrói e é o fluir democrático das reflexões, pesquisas, justificativas e argumentações sobre o que se propõe como conhecimento, verdade e justiça no âmbito dos diversos cursos que a compõem.

O ano de 2005, caracterizado por mudanças na economia nacional, crise na agricultura do Estado, concorrência com instituições de ensino superior, que se instalam no município ou em seu redor, desafiou a nova gestão da Universidade, que assumiu nesse ano, a enfrentar a crise. Para isso, centrou esforços na construção do planejamento na perspectiva de busca

de alternativas para a sustentabilidade financeira da instituição, tendo em vista a situação de crise financeira por que estava passando a instituição. Cabe ressaltar que essa não é uma prerrogativa da Unijuí e sim das diferentes instituições da sociedade. Nesse movimento acontece a reestruturação institucional, efetivada pela auto-gestão, ou seja, pelo debate e a participação dos diferentes atores nos diferentes fóruns institucionais, buscando o comprometimento e a responsabilização dos segmentos que fazem a Universidade.

Das questões enfatizadas nessa análise, principalmente de conjuntura externa e pela complexificação da Unijuí, caracterizada pela regionalização, seja pela ampliação de seu espaço físico e geográfico, seja pela ampliação de cursos e áreas de conhecimento e funções, pela inclusão de novos agentes com diferentes trajetórias acadêmicas, é possível perceber que a instituição está buscando alternativas para manter a identidade desse projeto de universidade comunitária, marcada pela autogestão.

Quadro da Organização e Gestão da Instituição

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações
		Fragilidades	Potencialidades	
Contato com os departamentos e setores	Reunião da CPA com o COGEST – Conselho de Gestão e Fórum de Gerentes Ampliado. Reunião nos Departamentos a convite. Análise dos aspectos relacionados no Memorial Descritivo Reflexivo do Departamento e dos Setores administrativos da Universidade	- Expansão do ensino superior na região; - Falta de recursos financeiros; - Ausência do Estado na definição de políticas púbicas para as Universidades Comunitárias; - Nem todos os departamentos, em seus memoriais fizerem comentários sobre a forma de planejamento e processos decisórios; - A socialização das informações internas e externas ao departamento em relação a participação de seus membros em atividades que envolvam os fóruns decisórios e aqueles associados ao ensino, à pesquisa e a extensão na Universidade e fora dela. - Agilizar a implementação do SIE em todas as dimensões, quer seja, do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. - Alguns departamentos expressam a dificuldade de articulação e discussão envolvendo os docentes dos diferentes *campi* universitários, tendo em vista a necessidade de deslocamento. - Alguns departamentos indicam a necessidade de maior articulação entre as diferentes áreas do conhecimento. - A fragmentação de disciplinas e a valorização da especialidade em algumas áreas do conhecimento. - Necessidade de fortalecimento da política de formação continuada. - Uma área do conhecimento manifesta preocupação com a fragilidade do departamento em sua unidade e confusão de áreas (departamento é confundido como uma universidade à parte). - Dificuldade de definição e implementação de políticas de gestão, a curto prazo, devido a característica democrática da instituição. - A participação do professor hora-aula da gestão da Universidade, por representação. - Necessidade de qualificação do fluxo de informações interna. - O relacionamento intra-setorial. - Nos setores administrativos a necessidade de rever alguns processos de trabalho, objetivando evitar o retrabalho.	- Existência de um plano decenal que envolve todos os segmentos da universidade, tanto na sua concepção, quanto execução. - Revisão do Plano Decenal, a cada cinco anos. - Existência de planos plurianual (três anos) até 2005. A partir de 2006 com validade para cinco anos. Revisão a cada ano. - Existência de RDO – Resolução de Diretrizes Orçamentárias, revisadas a cada ano. - Discussão do orçamento a partir da base, anualmente. - A estrutura dos departamentos articulada de forma colegiada, respeitadas as normas institucionais, mas com autonomia para se constituírem em diferentes conselhos, colegiados, núcleos, coordenadorias, coordenações adjuntas nos *campi* universitários. - A gestão dos departamentos é marcada pela articulação e debate dos diferentes fóruns do departamento com a possibilidade de envolvimento de todos os segmentos envolvidos. No entanto, há que se destacar que cada área do saber efetiva a sua gestão de acordo com a sua história e os seus princípios de gestão democrática, ou seja, não há homogeneidade na concepção de universidade e as suas prioridades. - Diferentes metodologias de auto-avaliação realizada nos departamentos. - Na leitura dos memoriais, tanto dos departamentos, quanto de setores, evidenciam-se metodologias que expressam a participação efetiva de seus atores e outras desenvolvidas a partir de grupos de trabalho e outras, ainda, realizadas pela direção do departamento. - Vínculo entre departamentos e demais mantidas com os órgãos e instituições da comunidade local e representativa da região nas dimensões do ensino, da pesquisa, e da extensão. - Em algumas áreas enfatiza-se a cultura de liberdade de pensar/falar. - O desenvolvimento de projetos interdepartamentais. - Grande parte dos setores administrativos se percebe como estratégico.	

2.7 Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Está cada vez mais crescente a expansão do ensino superior, o que é significativo, porém para atender a demanda, impõem-se novas necessidades em termos de prédios e equipamentos. Portanto, a comunidade acadêmica juntamente com os responsáveis, neste caso, os planejadores e arquitetos, precisam buscar as soluções adequadas aos novos desafios das universidades. A qualidade da infra-estrutura da instituição é imprescindível ao ensino, à pesquisa, à extensão e aos serviços em geral. Portanto, a "Infra-estrutura está diretamente ligada às políticas de expansão e consolidação das organizações, agregando-se a isso, substituições e complementos oriundos do desgaste natural, do obsoletismo e de inovações tecnológicas geradas pelo avanço da ciência e do conhecimento".(Unijuí, 1997, p. 66).

Hoje existe na Unijuí uma estrutura física que atende de modo eficaz às necessidades institucionais. Continuar investindo no funcionamento e na manutenção desta significa contribuir para o crescimento na melhoria da qualidade do trabalho acadêmico, ou seja, do ensino, da pesquisa e da extensão. Esta, com certeza, é uma das metas da Unijuí. Porém, há de se ter claro que em muitos momentos esbarra-se no fator financeiro. Existe sempre a vontade de melhorar, mas os recursos financeiros, muitas vezes, não são suficientes. Além disso, o aspecto do planejamento e da gestão do espaço físico da IES está diretamente relacionado com o contexto pedagógico e com a decisão do que construir e como construir uma vez que a estrutura física de uma instituição é a expressão de sua estrutura funcional e acadêmica.

A seguir serão apresentados alguns aspectos destacados dos memoriais elaborados pelos departamentos e pelos setores da Unijuí no que diz respeito à infra-estrutura institucional.

Em relação à biblioteca, esta apresenta um acervo bibliográfico que atende muito bem a demanda de seus usuários. (Anexo 1). É claro que o acervo necessita ser ampliado e atualizado constantemente. Isso tem acontecido a cada ano, ou seja, há um aumento significativo de obras o que qualifica o acervo, e, por esta razão, portanto, o espaço físico precisará ser ampliado. A maioria dos memoriais recebidos destaca como positivo o sistema de retiradas e renovação de livros. A exemplo disso tem-se a criação da renovação e reservas de livros via telefone ou web.

A Biblioteca tem como solicitação uma sala para manutenção adequada de seu acervo. E uma das reclamações constantes para com este setor, pelos seus usuários, era a falta de um elevador para portadores de necessidades especiais, o qual foi instalado recentemente, suprindo esta demanda.

Os horários e o calendário de funcionamento da biblioteca corresponde às necessidades dos usuários, pois mantém horário de funcionamento nos três turnos diários sem intervalos entre alguns turnos.

Com relação aos laboratórios, existe uma carência de laboratórios de informática disponíveis para os alunos, em alguns deles com equipamentos de acesso ultrapassados. Em contrapartida alguns laboratórios foram renovados, oferecendo um bom nível tecnológico aos seus usuários (Anexo 3). Também existem algumas reclamações quanto aos laboratórios de estudos dos cursos com relação ao espaço físico insuficiente. Por outro lado, percebe-se que a maioria dos cursos apresenta laboratórios com estrutura adequada para o desenvolvimento das suas atividades.

O crescente número de demandas institucionais, bem como as muitas expectativas com vistas à atuação e proposição destes, acarreta necessidade premente de incremento de tecnologia, pessoal técnico e espaço físico. Identificando a urgência em compatibilizar estrutura, importância e demandas sob pena de a falta de estrutura inviabilizar sua atuação como suporte gerencial.

Quanto às questões relacionadas ao suporte tecnológico, carece sempre de acompanhamento do setor competente, tendo em vista a agilidade nas transformações/aperfeiçoamento no campo da informática. Assim, a necessidade de novos equipamentos e periféricos de informática, mais potentes e modernos, bem como, de software com novos recursos são sempre solicitados pelos setores, que buscam a melhoria no seu trabalho.

No que diz respeito ao espaço físico das salas de aula, percebe-se que são suficientes, embora faltem em algumas salas uma manutenção periódica, principalmente nos equipamentos de ventilação e padronização do mobiliário. (Anexo 2). A dificuldade de deslocamento entre prédios em dias chuvosos também é um aspecto apresentado. Com relação à limpeza das salas de aula, ocorrem diariamente.

Quanto à estrutura disponível para deficientes físicos se encontra adequada na maioria dos espaços institucionais. É claro, que em alguns espaços ainda existe a necessidade de adequar o acesso para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nos memoriais, aparece freqüentemente a necessidade da melhoria de calçamentos, da iluminação e coberturas interligando os prédios. Quanto às áreas de convivência, estas existem em todos os campi. Com relação ao Campus Santa Rosa, Três Passos e Panambi existe uma área comum a todos que circulam nestes espaços. Já no Campus Ijuí existem diversas áreas de convivência, distribuídas dentro de seu espaço físico. Também existe uma sede Campestre (AFFI - Associação dos Funcionários da Fidene), disponível aos Fidenianos e seus familiares.

Para reforçar a imagem institucional são realizados regularmente eventos. Um dos mais conhecidos é o Profissional do futuro. Este tem como meta expor e dar visibilidade a tudo o que a universidade tem e é. O foco é a comunidade, os estudantes, os acadêmicos. É uma forma de envolver todo o corpo acadêmico no sentido de explicitar a proposta e o significado desta Instituição, bem como conhecer a estrutura física de que dispomos para os Cursos que oferecemos. Nesses eventos ocorrem expressões artísticas locais, shows, sinalização privilegiada, articulação com departamentos, secretarias, infra-estrutura, reitoria, público das escolas.

Os desafios são muitos. Para se ter de fato uma infra-estrutura de qualidade e que atenda aos interesses da comunidade acadêmica, é indispensável a organização de um trabalho cooperativo em que todos se envolvam de modo co-responsável. Desta maneira, se estabelece um diálogo entre os interesses locais e as questões estratégicas mais gerais, isto é, um caráter interativo de participação e de envolvimento através de um planejamento coletivo de ações e decisões para que os objetivos possam ser concretizados, melhorando a vida de todos que atuam e convivem neste espaço.

ANEXO 1 – DADOS DA BIBLIOTECA

DADOS DA BIBLIOTECA – 28/03/2006

- Nº de bibliotecas (central e setoriais)
- Possui 8 Bibliotecas nos Diversos Campi na Mantida Unijuí - mais 2 Bibliotecas em outras Mantidas (1 no Museu e 1 na EFA).
- Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais
- Acesso a Bases de Dados mediante Assinatura da EBSCO HOST :
- Academic Search Premier – 4.600 títulos de periódicos em texto completo
- Business Source Elite – 1.100 títulos de periódicos em texto completo
- Regional Business News – 75 títulos de periódicos em texto completo
- Library, Information Science & Technology Abstracts – abstracts de 600 títulos de periódicos
- Newspaper Source – texto completo de 200 jornais regionais dos EUA.
- Acesso a Bases de Dados Disponíveis na INTERNET :
- Lilacs – artigos indexados e abstracts.
- Medline – artigos indexados e abstracts.
- Highwire Press – artigos indexados e texto completo
- Portal Acesso Livre da CAPES – periódicos em texto completo
- Portal Livre do Centro de Informações Nucleares – periódicos em texto completo
- Nº de livros, periódicos e títulos em geral.
- Possui no acervo 72.216 títulos e 175.790 exemplares de livros ;
- 706 títulos e 1382 exemplares de dissertações ;
- 5696 títulos e 6659 exemplares de monografias ;
- 2674 títulos e 2963 exemplares de relatórios ;
- 425 títulos e 478 exemplares de teses ;
- 1676 títulos e 2218 exemplares de vídeos ;
- 730 títulos e 779 exemplares de normas técnicas ;
- 3738 títulos e 10203 exemplares de folhetos ;
- 3372 títulos de periódicos

Além de alguns outros materiais com números menos expressivos como Fitas Cassete ; Cd-Rooms ; DVDs ; Globos ; Disquetes e Mapas

ANEXO 2 – ESPAÇO FÍSICO DA UNIJUÍ

Atualmente a Unijuí conta com as seguintes salas e suas respectivas áreas:

Tipo de sala:	Quantidade:	Local:
Sala de aula	92	Campus Ijuí
	21	Sede (Detec)
	03	Campinas das Missões
	01	Santo Augusto
	14	Panambi
	66	Santa Rosa
	36	Sede Acadêmica
	26	Três Passos
	03	Irder
Instalações Administrativas	02	Ajuricaba
	100	Campus Ijuí
	02	Escritório Modelo Ijuí
	02	Editora
	08	Sede (Detec)
	07	Panambi
	09	Gráfica
	01	Campinas das Missões
	02	Santo Augusto
	33	Reitoria
	19	Santa Rosa
	24	Sede acadêmica
	16	Três Passos
	10	Irder
	02	Museu
Sala dos docentes	96	Campus Ijuí
	11	Sede (Detec)
	02	Panambi
	01	Campinas das Missões
	15	Santa Rosa
	16	Sede Acadêmica
	01	Três Passos
Sala de Reuniões	17	Campus Ijuí
	09	Sede Acadêmica
	03	Santa Rosa
	01	Irder
	01	Museu
Auditórios	05	Campus Ijuí
	01	Panambi
	04	Santa Rosa
	01	Sede Acadêmica
	01	Museu
Anfiteatro	01	Campus Ijuí
	01	Campus Três Passos
Bibliotecas	02	Campus Ijuí
	01	Campinas das Missões
	01	Panambi
	01	Santa Rosa
	01	Sede Acadêmica
	01	Três Passos
Laboratórios de Informática	07	Campus Ijuí
	07	Sede (Detec)
	01	Panambi
	01	Campinas das Missões
	07	Santa Rosa
	02	Sede Acadêmica
	02	Três Passos
Sanitários	03	Ajuricaba
	87	Campus Ijuí
	07	Sede (Detec)
	03	Campinas das Missões
	08	Panambi
	12	Reitoria
	34	Santa Rosa
	28	Sede Acadêmica
	16	Três Passos
	25	Irder
	04	Editora
	03	Museu

As instalações do Campus Ijuí contam com um elevador na Biblioteca central, e rampas nos demais prédios, para um melhor acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, na Sede acadêmica, conta com um elevador central no prédio.

Já no campus Santa Rosa, o deslocamento de pessoas portadoras de necessidades especiais, é feito através de rampas que ligam um prédio ao outro.

Todas as salas dos referidos prédios são de boas condições de uso, com ventilação, e iluminação adequada, algumas com sistema de climatização, outras com ventiladores.

ANEXO 3 – MEMORIAL DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, INCLUINDO DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE

10	Memorial descritivo dos equipamentos laboratoriais, incluindo documentação pertinente (notas fiscais, controle de patrimônio, entre outros).

Laboratórios de Informática – Espaço Físico

A Unijuí, pela sua característica, recebe alunos de toda a região. Esses, em sua grande maioria, continuam residindo em seus municípios e deslocam-se por transporte rodoviário coletivo. Daí vem à política da instituição de disponibilizar os laboratórios de informática de todos os seus *campi* e núcleos universitários para acesso aos alunos. Nesta direção apresentam-se os mesmos com informações sobre a localização e horário de funcionamento.

Laboratório de Informática K3, K4, K5 e K7
Localização: Prédio K, Campus Universitário de Ijuí.
Horário de Funcionamento: Das 8horas da Manhã às 22h 30min da Noite
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Laboratório de Informática COM 2 e COM 4
Localização: Prédio de Comunicação – Salas COM 2 e COM 4, no Campus Universitário de Ijuí.
Horário de Funcionamento: Manhã: 7h 50min às 11h 45min Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 30min.
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Laboratório de Informática BIO 04
Localização: Prédio de Biologia – Sala BIO 04, no Campus Universitário de Ijuí.
Horário de Funcionamento: Manhã: 7h 50min às 11h 45min Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 30min.
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Laboratório de Informática 522
Localização: Sede Acadêmica de Ijuí - Sala 522
Horário de Funcionamento: Manhã: 7h 50min às 11h 45min Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 30min.
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Laboratório de Informática 104
Localização: Sede Acadêmica de Ijuí - Sala 104
Horário de Funcionamento: Manhã: 7h 50min às 11h 45min Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 30min.
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Laboratório de Informática - Campus Três Passos
Localização: Sala 201 e 203, os dois no Campus Universitário Três Passos.
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Laboratório de Informática - Campus Panambi:
Localização: Campus Panambi - Prédio A
Horário de Funcionamento: Manhã: 7h 45min as 12 horas e Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 30min.
Responsável: Sérgio Luis Dill e Dionei Fábio Buske (Coordenadoria de Informática)

Outros Laboratórios:

Laboratório de Informática – Campus Santa Rosa
Localização: Campus Universitário Santa Rosa – 3º Piso do Prédio B – Salas 305, 306, 307, 308.
Horário de Funcionamento: Manhã: 7h 45min às 11h 45min e Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 30min.
Responsável: Heni Geib (Coordenadoria de Informática)

DETEC - Departamento de Tecnologia
Localização: Rua Germano Gressler, esquina com Lulu lgenfritz, junto à Sede Acadêmica de Ijuí.
Horário de funcionamento: Manhã: 7h 45min às 11h 45min e Tarde/Noite: 13h 30min às 22h 39min.
Responsável: Evandro Blume (Departamento de Tecnologia)

Equipamentos
(dados de out/2005)
Os equipamentos disponíveis em cada um dos laboratórios de informática são:

DETEC - Departamento de Tecnologia
DT-209 - Laboratório de Linguagem de Programação - 20 Computadores
DT-216 - Laboratório de Computação Aplicada – 20 Computadores
DT-219 - Laboratório de Banco de Dados - 18 Computadores
DT-220 - Laboratório de Sistemas Operacionais – 12 Computadores
Total: 70 computadores

Laboratório de Informática K3, K4, K5 e K7
K 3 – 14 Computadores
K 4 – 16 Computadores
K 5 – 15 Computadores
K 7 – 15 Computadores
Total: 60 Computadores

Laboratório de Informática COM 2, COM 4
COM 2 – 10 Computadores
COM 4 – 20 Computadores
Total: 30 Computadores

Laboratório de Informática 522
Sala 522: 17 Computadores

Laboratório de Informática 104
Sala 104: 17 Computadores

Laboratório de Informática BIO 04
Laboratório de Informática BIO 04: 15 Computadores

Laboratórios de Informática - Campus Três Passos
Sala 201 – 16 Computadores
Sala 203 – 09 Computadores
Total: 25 Computadores

Laboratório de Informática - Campus Panambi
Laboratório de Informática: 24 Computadores

Laboratórios de Informática – Campus Santa Rosa
Laboratório 1 - B308 - 12 Computadores
Laboratório 2 - B307 - 12 Computadores
Laboratório 3 - B306 - 11 Computadores
Laboratório 4 - B305 - 20 Computadores
Total: 55 Computadores

Total geral: 313 microcomputadores

Quadro da Infra-Estrutura Física

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações
		Fragilidades	Potencialidades	
-Solicitação de informações à biblioteca. -Solicitação de Informações para a Assessoria de Comunicação Social. - Reunião para Auto-Avaliação da Assessoria Jurídica. - Solicitação de Avaliação a Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico. - Solicitação de reunião da Avaliação a Coordenadoria Financeira. - Auto-avaliação da Coordenadoria de Informática. - Solicitação de auto-avaliação a Coordenadoria de Apoio ao Estudante – CAEU. - Processo de auto-avaliação da Coordenadoria de Recursos Humanos. - Solicitação de informações a Coordenadoria Patrimonial e de Serviços. - Solicitação de avaliação do Coral. - Solicitação de avaliação do CPPS. - O Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador – NAST. - Avaliação da Secretaria Acadêmica	-Reunião com os diversos funcionários. -Avaliação dos Objetivos, Metas e avaliação do trabalho do grupo. - Levantamento das ações Discussão desenvolvidas pelos Setores, enfatizando os aspectos positivos, dificultadores e sugestões. - Contextualização das Coordenadorias e suas atribuições. -Na tentativa de uma maior aproximação com a comunidade universitária e na busca de um olhar/avaliação externa a esta unidade e seus processos a Coordenadoria Patrimonial e de Serviços buscou ouvir as demais Unidades Institucionais, solicitando reuniões para ouvir destes sobre suas fragilidades e potencialidades. - A Secretaria Acadêmica enquanto um dos espaços institucionais de interação com a comunidade acadêmica têm buscado desde Março de 2005, avaliar seus processos de trabalho, revisando suas práticas e replanejando	-Necessidade de um local específico para a instalação do setor de restauração para a Biblioteca. -Necessidade de ampliação dos espaços da Biblioteca. - Em algumas áreas, é necessário ampliar e atualizar o acervo bibliográfico. -Adequação dos equipamentos de informática na Universidade para que possam ser atendidas as demandas como por exemplo: aulas, matrículas, eventos, acesso à internet, trabalhos individuais... - Melhorar a estrutura para acomodação dos alunos nos processos de negociação na Tesouraria. - Melhorar os equipamentos de backup. - Espaço físico para o coral. Necessidade de um som e um instrumento como um piano e outros pequenos materiais como estante de partitura para regência, livros de música, material auditivo. - Dificuldade enfrentada pelo NAST é a falta de uma estrutura logística com um espaço físico de trabalho adequado. - Na Secretaria Acadêmica, falta um espaço para o atendimento individualizado de alunos, familiares, professores e comunidade em geral. - Distância entre as salas de aula, laboratórios, departamento, biblioteca e secretaria (Ijuí). - Dificuldade de acesso, em alguns espaços, por pessoas portadoras de necessidades físicas. - O elevador do prédio da sede acadêmica, funciona somente até o 4º andar. - Em alguns espaços falta uma cozinha adequada para o uso dos professores e funcionários quando necessário. - A área física de algumas salas de aula é pequena para acomodar o número de alunos matriculados no componente curricular a ser desenvolvido. - Faltam ventiladores em algumas salas de aula. - Falta de uma sala para os alunos utilizarem para pesquisa. - Rever manutenção das salas e equipamento de áudio. - Necessidade de Espaço físico para Coordenação de curso e de estágios – professores – Núcleo de Estágios e Pesquisa (Ijuí e Santa Rosa). - O espaço da central de cópias é pequeno. - Faltam banheiros na pista. - A academia e as cestas de basquete podem melhorar. - Carece de ampliação e renovação de equipamentos em alguns laboratórios, bem como a renovação e manutenção	- As condições físicas na UNIJUI têm visivelmente melhorado ao longo dos anos. É uma grande estrutura, que demonstra seu potencial e comporta centenas de alunos, é bem apresentada, conservada e bonita. -Reunir os grupos de funcionários para se auto-avaliar, avaliar o setor e a sua relação e do setor com a universidade. -Dentro das possibilidades e das condições oferecidas, a biblioteca está desenvolvendo bem o seu papel dentro da organização e está contribuindo para o desenvolvimento e crescimento da universidade. - Ambiente agradável nas bibliotecas. - Merece elogio e destaque a criação do tele-renovação. - O acervo bibliográfico é diversificado e adequado na maioria das áreas. - O SIE como um instrumento para organizar e agilizar o trabalho. -O sistema integrado para Biblioteca e demais setores. - Na maioria dos espaços existe uma estrutura física que permite a realização das atividades previstas. - Com a implantação total do SIE, que está em fase de conclusão, na tesouraria e em fase de implantação na contabilidade e orçamento, irá melhorar e agilizar ainda mais as informações produzidas e repassadas por esta coordenadoria. -Jornal informativo "Coralito", que, partindo de iniciativa de alguns integrantes do coral, tem caráter de divulgação, procurando compartilhar com todo o coral e comunidade em geral as atividades realizadas, pesquisas e outros interesses – inclusive teóricos – na área da música. - O processo de matriculas *on line* para os alunos está bom. - As inscrições de vestibular e outros são, em tese, todas descentralizadas, feitas por internet ou de forma virtual, dispensando deslocamento físico. -Para o vestibular um conjunto de alternativas propostas sobre o local preferido para a realização da prova, atendimento às diferenças dos candidatos que demandarem atendimento especializado. Ex: Audição e visão. -Após a reestruturação da Secretaria Acadêmica, os espaços ficaram bons. Todos os funcionários possuem seu próprio computador e espaço para o trabalho. A mobília, pelo menos por enquanto, suporta o material e ser guardado. A iluminação também é considerada boa. - Identificação de acesso dos espaços: são adequados.	- Ter um núcleo de atendimento ao aluno no "prédio C". - Área coberta ligando prédios. -Criar um centro recreativo e de lazer para festas, formaturas de curso e recepção. - Instalação de um ponto de devolução de livros junto ao prédio "C" para evitar o deslocamento até a biblioteca. - Ampliar o número de computadores, impressoras e multimídias para uso da Comunidade Acadêmica. - Investir sempre na manutenção dos equipamentos como vídeos, computadores, estúdio fotográfico entre outros. - Melhorar o calçamento, quando chove há alagamentos - Melhorar a iluminação externa. - Melhorar a iluminação da Sala Java Bonamigo para favorecer as exposições.

	as novas ações, buscando a humanização desse processo. -Esta atividade iniciou-se com reuniões por setores, em que os mesmos relatavam as tarefas desenvolvidas, destacando limitações e fragilidades, bem como propuseram estratégias e sugestões para alterar os processos de trabalhos e a melhoria das atividades desenvolvidas pelo Setor.	do material de consumo e a manutenção de equipamentos. - Carência de laboratórios de informática à noite. - Pouco uso de alguns laboratórios. - A brinquedoteca necessita melhorar o espaço e o acervo. - Transferência dos laboratórios de Água e Agrotóxicos - Central Analítica, para a CGDT.	- A maior parte das salas de aula apresenta condições adequadas de trabalho. - A maioria das salas para os professores conta com computadores, xérox, telefone, pontos de acesso à internet, são oferecidos no departamento, para os professores. - Melhoria nas instalações de alguns espaços físicos dos departamentos e dos laboratórios. - Agência experimental de comunicação. - Brinquedoteca. - Sala de espelhos. - Casa da Pedagogia (casa móvel para contação de histórias e atividades de jogos e pintura). - Clínica de Psicologia da Unijuí - CPU para atendimento à comunidade. - Criação de Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia Genética e em Avaliação Psicológica. - Casa de Vegetação. - Farmácia escola. - Clínica-escola. - Pólo Regional de Ciência e Tecnologia (PRCT). - Pólo de Modernização Tecnológica Fronteira Noroeste (PMT-FN), com a implantação dos Núcleos de Alimentos, de Metal Mecânica e da Construção Civil. - Laboratórios de Informática com bons equipamentos e acesso. - Os departamentos possuem laboratórios específicos para desenvolver atividades teórico-práticas nos cursos que atuam.	

2.8 Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

Considerando que a Unijuí sempre entendeu necessária e importante a avaliação interna, a realização das atividades agora propostas pelo Sinaes tiveram seu andamento tranqüilo e sem muitas novidades, para a comunidade acadêmica. O próprio fazer pedagógico está inscrito neste contexto de continuamente em que cada um se avalia, no sentido de revisar a adequação das ações, e de promover re-direcionamento quando necessário, e para fazer os novos planejamentos em bases seguras e de acordo com a realidade institucional.

O envolvimento de toda a comunidade acadêmica na sua auto-avaliação despertou em muitos setores a urgência em se organizarem para fazer valer os seus interesses. Exemplo disso são os estudantes que em muitos momentos após encaminhamentos junto aos setores e/ou coordenações de curso, dirigiram-se a integrantes da CPA para ver da efetividade dos encaminhamentos que fizeram e soluções apresentadas.

É, por outro lado, necessário deixar claro que em muitas situações, as críticas – sugestões – reclamações – feitas são confrontadas com questões técnicas e operacionais. Algumas possíveis de encaminhar sem causar novos problemas, outras de difícil assimilação pelo espírito pragmático e técnico-burocrático que dificilmente aceita mudar o seu comportamento (Biblioteca e Secretaria Acadêmica, por exemplo).

No que concerne às formas de incorporação das análises críticas e da constante avaliação das ações realizadas na instituição existem as reuniões dos núcleos, departamentos, do Consu e do Cogest. Isso significa que as decisões são sempre colegiadas, e se de um lado representa postura democrática e republicana, de outro dificilmente se consegue localizar um responsável, fato que gera situações complicadas, certo mal-estar.

Houve em determinados momentos dificuldades de parte de docentes em reconhecer a validade de uma auto-avaliação que tem como parâmetro a auto-referência. Por mais que isso possa representar um problema, e este pode ser discutido em qualquer momento, não causou intransigências. Mas é uma questão que merece ser considerada. Se existe um padrão mínimo nacional e ele é apresentado pelo INEP, quais as possibilidades de exeqüibilidade de projetos inovadores, com poucos recursos em uma universidade comunitária, que não é pública e nem empresarial. A avaliação para fins de definição de diretrizes para as políticas públicas consegue incorporar em seu seio esta possibilidade? Ou no momento em que ocorrer a Regulação uma instituição como a Unijuí corre riscos?

No conjunto das fragilidades apresentadas sempre houve referência à falta de tempo dos docentes para realizar uma análise crítica do seu fazer pedagógico. Estes estão, por conta de sua carga horária, constantemente envolvidos em ações diferentes o que causa dificuldade para a dedicação a tarefas que não sejam ministrar as aulas, prepará-las e reorganizá-las e fazer pesquisa. Com o aluno na frente não há como descuidar do tempo dedicado às aulas, o que resulta em trabalho em tempo extra, quer dizer no seu tempo de lazer. E a situação financeira já caracterizada em outros momentos, assusta.

A CPA como grupo de trabalho teve sempre respeitada a sua autonomia e recebeu todo o suporte necessário para desenvolver seus trabalhos. Tendo o senhor Reitor como interlocutor institucional sempre foi recebida para discussões que a comissão julgou pertinentes, ao mesmo tempo em que a reitoria se interessou pelo recebimento de relatórios parciais, considerando ser a leitura destes uma forma de acompanhar o que está sendo pensado pela comunidade acadêmica e externa, inclusive. Um exemplo disso é a sistematização das contribuições da "caixa amarela", que a assessoria da Vice-Reitoria de Graduação procurava dar encaminhamentos rápidos. Sobre a comunidade externa é fundamental deixar o registro de grande dificuldade em receber o retorno dos chamamentos feitos, fato que nos exige repensar as relações com a comunidade regional, para quem a antiga FAFI, depois Fidene e a Unijuí sempre representaram o apoio para o encaminhamento de suas demandas.

O relatório parcial enviado ao INEP apresentando resultados do que está sendo realizado foi entregue à reitoria, aos departamentos, setores da instituição, aos Pró-Reitores dos *Campi*; e disponibilizado no endereço eletrônico da CPA.

Quadro do Planejamento e Avaliação

Ações Programadas	Ações Realizadas	Fragilidades
Memorial departamento Coordenação de Curso Reunião com Reitoria Reunião com COGEST	Análise Memorial Análise dos documentos da Fase I e da Fase II Entrevistas e reuniões nos Departamentos	- Pelas decisões ser colegiadas os méritos e fracassos são de todos, não localiza um responsável. - Dificuldade em reconhecer referência para a auto-avaliaçã - Falta de tempo dos docent para uma análise crítica do s fazer pedagógico. - Envolvimento dos docentes metas. Ações diferentes o c causa dificuldade para dedicação de tempo. - Dificuldades financeiras instituição que assusta.

2.9 Política de atendimento a estudantes e egressos

No que concerne a política de apoio aos estudantes e egressos, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí estabelece, em seus objetivos estratégicos, a qualificação permanente das políticas e ações de apoio aos estudantes universitários, por meio da implantação de programa de acompanhamento dos egressos, estabelecendo vínculos para sua formação continuada; o estabelecimento de condições institucionais favoráveis à complementação de estudos, no País e no exterior, de docentes e de acadêmicos da Instituição; o fortalecimento de intercâmbio de docentes e discentes dos cursos de mestrado e de doutorado com outros programas similares do país e do exterior e ampliação do número de bolsas de extensão para alunos de graduação, integrando-as aos programas institucionais.

Na perspectiva de aperfeiçoamento dos processos de trabalho, em junho de 2004, reestrutura-se a Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários – CAEU da Unijuí, uma vez que o apoio estudantil era assumido pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Bolsas e Créditos Educacionais e pela Comissão Permanente do Vestibular.

Destaca-se que a complexidade das instituições universitárias e, em conseqüência, a necessidade de fortalecimento das relações universidade, estudantes e comunidade demandam atenção especial da Instituição, em relação ao estudante, que é o seu principal foco. Atenção essa que ultrapassa as fronteiras da sala de aula e se envolve com o dia-a-dia do acadêmico. A procedência destes, o seu deslocamento e suas relações pessoais, a viabilidade financeira de seus estudos, as atividades acadêmicas, a interação com o mercado de trabalho, oportunidades de estágios, informações aos egressos para a reciclagem profissional e acadêmica, são questões que carecem de uma política institucional de acompanhamento. Foi nessa perspectiva que a Unijuí reestruturou a Coordenadora de Apoio aos Estudantes Universitários por meio da Resolução da Reitoria nº 02/2004 e Resolução da Reitoria nº 03/2006, passando a denominar-se CAE - Coordenadoria de Assuntos Estudantis.

Nesse contexto, a CAE - Coordenadoria de Assuntos Estudantis é um órgão suplementar vinculado à Vice-Reitoria de Graduação da Unijuí, a qual tem como objetivo o apoio aos estudantes, pelo desenvolvimento de programas e projetos de assistência estudantil. Compõem a Coordenadoria, os Serviços de Integração, Processos Seletivos, Bolsas de Estudos e Serviços Administrativos.

As ações da Coordenadoria visam acolher e integrar o acadêmico na vida universitária por meio do diálogo com as diferentes unidades administrativas de modo a possibilitar a boa vivência acadêmica.

A estruturação da Coordenadoria de Assuntos Estudantis em Serviços constitui-se em uma das potencialidades da Coordenadoria, uma vez que a estrutura anterior era centralizada em alguns funcionários, o que fragilizava o atendimento aos alunos. Com esta reestruturação desafia-se a constituição de uma equipe qualificada que venha a atender as demandas dos alunos com qualidade e motivação.

Finalidades dos serviços da Coordenadoria de Assuntos Estudantis:

O Serviço de Integração atua na perspectiva de apoio aos estudantes, de facilitar o acesso às informações básicas a eles, do desenvolvimento de atividades de integração e de diálogo com os diversos setores institucionais. Para qualificar as atividades desse serviço, em junho de 2004, contratou-se dois Técnicos em Serviço Social.

O Profissional do Serviço Social atua na mediação e intervenção em conflitos e relações da vida acadêmica. O atendimento prestado pelo Serviço Social, junto à Coordenadoria é receber encaminhamentos dos Departamentos, realizar entrevistas com o aluno e familiares e dependendo da situação fazer visita domiciliar à estudantes que, por motivos diversos, enfrentam dificuldades relacionadas com problemas de ordem familiar, sócio-econômico ou problemas de saúde. Atua em atividades da Instituição tais como: participação em eventos (palestras), Comissão de Bolsas, visitas domiciliares para averiguação da situação sócio-econômica do grupo familiar de estudantes candidatos a bolsas de estudos e créditos educacionais. Atua, também, no Projeto de Inclusão e procede contatos telefônicos com pais de alunos entre outras atividades relacionadas com a vida acadêmica.

Cabe ressaltar que o Serviço Social atua na perspectiva de ouvir os estudantes, cujo desafio e estratégia é o aperfeiçoamento deste serviço, é possibilitar uma maior integração dos mesmos com a vida universitária e a promoção do diálogo com os diversos órgãos institucionais.

Para o desenvolvimento de ações junto ao Programa de Inclusão Educativa contratou-se 02 (duas) profissionais as quais atuam como intérpretes da língua de sinais e atendimento aos estudantes portadores de deficiência auditiva.

As intérpretes de sinais de Libras assumem as funções de interpretação simultânea em sala de aula; de estudar o material pedagógico que será utilizado pelos professores; de auxiliar os professores fazendo reuniões de sensibilização antes do início do semestre e durante para que compreendam a necessidade de atendimento diferenciado ao estudante surdo; de auxiliar na tradução de textos em português; de auxiliar na estruturação de trabalhos; de interpretação em palestras dentro e fora da instituição e de interpretação na comunicação com outros setores da instituição e de interpretação nos vestibulares.

O **Serviço de Bolsas de Estudo** coordena os programas e processos de bolsas de estudo, dentre eles: PROUNI - Programa Universidade para Todos, FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, Bolsas de Estudo Gratuidade Unijuí e CREDIUNIJUÍ - financiamento próprio da Unijuí.

No ano de 2005, com o objetivo de qualificar os processos seletivos de bolsas de estudo informatizou-se este serviço.

Para além da Comissão Permanente de Bolsas e Créditos Educacionais, constituiu-se uma equipe de trabalho qualificada, reorganizou-se os processos seletivos de bolsas, realizou-se visitas ao grupo familiar dos bolsistas, de pelo menos 10% (dez por cento) das bolsas concedidas, para averiguar as reais condições econômico-financeiras dos mesmos, de forma a tornar mais justa a distribuição das bolsas gratuidade.

O **Serviço de Processos Seletivos** é responsável pela realização do processo seletivo dos estudantes – Concurso Vestibular e de Bolsas de Estudos e Créditos Educacionais; divulgação dos processos seletivos; recepção aos vestibulandos e seus familiares; apoio aos vestibulandos quanto a informações sobre alojamento, refeições, deslocamento, por ocasião da prova de seleção. Este processo é informatizado.

No ano de 2005 reestruturou-se o processo seletivo – Concurso Vestibular no sistema de informações acadêmicas, aperfeiçoando-se esse processo, bem como, ampliando-se a divulgação pela interação permanente com a sociedade regional e Estados vizinhos.

Os Serviços Administrativos organiza o cadastro de endereço dos alunos e ex-alunos de forma a facilitar a comunicação com os mesmos durante a realização do curso, bem como, após a conclusão do curso de forma a mantermos o vínculo com os ex-alunos.

Este Serviço está reestruturando e informatizando o cadastro de acadêmicos interessados em estágios e o cadastro de oportunidades de estágio extra-curricular na perspectiva de estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e a aprendizagem prática.

O gerenciamento da UNICASA - Casa do Estudante tem como objetivo melhorar as condições de Estudo, através da Moradia, sendo este um espaço de convivência acadêmica e desenvolvimento do espírito cooperativo e de interação, dentre as atividades:

- Organiza um cadastro das pensões, para divulgação aos alunos;
- Gerencia, divulga e operacionaliza o Seguro Saúde dos estudantes;
- Faz o acompanhamento aos acadêmicos com necessidades de atendimento de urgência e emergência.

Considerando que a Coordenadoria de Assuntos Estudantis está em fase de consolidação, há atividades que se encontram em implantação, tendo como desafio e meta proporcionar a integração e a troca com os setores de atendimento ao estudante, visando a qualificação dos processos de trabalho.

A contratação de profissionais da área de Serviço Social, a organização do atendimento aos alunos com necessidades especiais, bem como a definição de ações em conjunto com a Clínica de Psicologia, possibilitou a consolidação da proposta de implementação da Coordenadoria de Assuntos Estudantis na Instituição, estreitando assim as relações com a comunidade acadêmica. A inclusão e acompanhamento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais auditivas, através da interpretação simultânea de Sinais LIBRAS em sala de aula e atividades extra-classe.

A Unijuí nos últimos anos vem investindo na organização e no aperfeiçoamento dos processos de trabalho através da informatização, bem como, na reestruturação de um sistema de informações para qualificar os relatórios gerenciais e a comunicação em geral. O Sistema de Informações de Ensino – SIE está sendo implantado gradativamente, e por não estar implantado na íntegra compromete a qualidade dos serviços, a agilidade, bem como, a prestação de informações com segurança e a confecção de relatórios.

Tendo em vista que o SIE busca a integração dos processos das diversas áreas, identifica-se a necessidade de envolvimento dos diferentes setores para pensar o sistema de forma integrada, ou seja, pensar formas de racionalização do trabalho na revisão conjunta dos processos. Identifica-se nesse processo a necessidade de viabilizar treinamentos aos usuários, nesta fase de implantação.

A Unijuí possui um suporte tecnológico de excelente qualidade, porém falta qualificação dos colaboradores para o uso desta tecnologia. Os usuários não conhecem os recursos que esta tecnologia pode proporcionar, ficando atrelados à práticas antigas.

Percebe-se neste contexto, a necessidade de programas de qualificação para promover a melhoria do atendimento aos estudantes, de modo que o mesmo receba um atendimento qualificado e principalmente serviços de qualidade o que resultará além de sua satisfação, a divulgação da instituição aos seus parentes, amigos e conhecidos.

O atendimento com presteza, agilidade, cordialidade e educação é de suma importância tanto para os alunos quanto à comunidade. Uma das metas da Coordenadoria e de alguns departamentos é realizar pesquisas com os estudantes e com a comunidade em geral para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Universidade em relação à satisfação dos mesmos.

Quanto à **organização estudantil** analisando as pesquisas realizadas com os alunos dos diversos departamentos, percebe-se o incentivo das coordenações de curso para maior organização dos alunos, através do Diretório Acadêmico de cada curso e da escolha de representantes das turmas, com a finalidade de promover a aproximação do corpo docente e discente. Muitas turmas não se sentem sensibilizadas para assumir tal desafio, dando pouca importância aos apelos feitos pelos coordenadores dos Diretórios Acadêmicos.

Considerando que os problemas e as soluções precisam ser vistos de dentro das realidades, em sua complexidade, não de forma simplificada ou idealizada, entende-se de fundamental importância para os estudantes a vivência das realidades acadêmicas. A vivência destas realidades é propiciada pela execução das atividades práticas, assim como pela interação entre os estudantes dos diversos cursos. O acompanhamento deste fazer pedagógico expressa que alguns estudantes têm dificuldades e carecem de tempo para efetuar o trabalho escolar extra, pois eles, em sua maioria, trabalham em outras atividades que não as relativas ao ensino.

Enfatiza-se o envolvimento dos acadêmicos no planejamento das Semanas Acadêmicas dos cursos sugerindo as atividades que podem ser realizadas e também seu envolvimento em atividades da Semana Acadêmica de outros cursos, possibilitando uma maior integração, e a sua formação.

A instituição possibilita a participação dos seus acadêmicos em projetos de pesquisa e extensão, inseridos em programas de pesquisas da IES, com a orientação de um docente pesquisador. Os acadêmicos também têm a possibilidade de participar, orientados por docentes, de atividades experimentais e investigativas, dentro dos componentes curriculares, como forma de aliar o aprendizado teórico-prático com o processo de investigação científica. Esses trabalhos conduzem os acadêmicos a publicar seus resultados em eventos científicos na IES ou fora dela. No entanto, há necessidade de ampliar o número de bolsas principalmente de iniciação científica.

Os estudantes também participam de atividades articuladas com o setor produtivo, como por exemplo, os estágios CIE-E, em que o acadêmico realiza estágio remunerado na empresa e desempenha atividades com proximidade de sua formação profissional.

Há manifestações de que, embora as condições na Unijuí tenham visivelmente melhorado ao longo dos anos, tem-se problemas quanto aos espaços especialmente das salas de aula, mas também, em laboratórios que, em alguns casos, são inadequados para o bom desenvolvimento das atividades, considerando nesse caso a área física da sala insuficiente/ pequena para acomodar o número de alunos matriculados no componente curricular a ser desenvolvido.

A Universidade está pensando e articulando políticas de acompanhamento e envolvimento dos egressos na vida universitária. Nesse aspecto destaca-se que a maioria dos departamentos realiza pesquisa anual para avaliação das atividades na ótica do Mercado de Trabalho, com os egressos quanto ao perfil, percepções e inserção no mercado de trabalho, com o objetivo de analisar e avaliar o desempenho dos cursos da Unijuí, na formação de profissionais para promoção do desenvolvimento regional.

Quadro de Políticas de atendimento a estudantes e egressos

Ações programadas	Ações realizadas	Resultados alcançados	
		Fragilidades	Potencialidades
Reunião com a Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários Reunião com Coordenadores de Curso	Contato com a gerente do CAEU, que é membro da CPA. Nas reuniões dos departamentos foi solicitado aos coordenadores análise das relações com estudantes dos respectivos cursos, a instituição e seus setores.	CAEU - Concluir a informatização da Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários para a prestação de serviços com qualidade, agilidade. - Necessidade de qualificar os processos de integração entre Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários, Secretaria Acadêmica e Coordenadoria Financeira, visando o aperfeiçoamento das principais informações acadêmicas, bem como sua divulgação aos estudantes. - Readequação do espaço físico da CAEU visando melhorar o fluxo de atendimento aos estudantes. - Sendo o aluno o centro da ação Universitária, concluir o cadastro de oportunidades de estágios, ampliando o número de convênios com organizações regionais visando tornar a vida acadêmica mais produtiva e enriquecedora. - Disponibilizar no Portal do Aluno o cadastro de oportunidades de estágios de modo a estabelecer a interação entre o saber acadêmico e a experiência prática. - Consolidar e centralizar na CAEU o cadastro de egressos.	CAEU - Incentivo aos estudantes através de Bolsas de Estudos para a realização de cursos de graduação e de pós-graduação. - Auxílio ao aluno, através de Bolsas de Estudos Gratuidade Unijuí, PROUNI e Créditos Educacionais FIES, PROCRED, de forma a criar condições de permanência e vivência acadêmica produtiva e segura. - Investimento na formação em Graduação e Pós-Graduação dos alunos, através de CREDIUNIJUI – Crédito Educativo Unijuí. - Auxílio através da UNICASA -Casa do Estudante, moradia esta, que se constitui em um espaço de convivência acadêmica e de melhoria. das condições de estudo para alunos carentes de recursos econômico-financeiros. - Seguro Saúde a todos os estudantes matriculados na Unijuí, para o reembolso das despesas médicas e hospitalares com acidentes em atividades acadêmicas. - Atendimento especializado aos alunos por profissionais do Serviço Social e Psicologia. - Inclusão e acompanhamento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais auditivas, através da interpretação de LIBRAS em sala de aula e atividades extraclasse. - Envolvimento dos estudantes em projetos comunitários, que contribuam para a qualificação de sua formação profissional. - Parceria com a Clínica de Psicologia, Clínica de Fisioterapia e a área de Educação Física, no desenvolvimento de projetos que possibilitem o atendimento das demandas vindas dos alunos em cada uma das especificidades. - Atendimento de urgência e emergência, estabelecendo parcerias com o Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador e Departamento de Ciências da Saúde, no desenvolvimento de projetos que possibilitem o atendimento das demandas vindas dos alunos. - Diálogo com todas as unidades institucionais, objetivando a integração e o apoio aos estudantes. - Serviço de ouvidoria e recebimento de manifestações de estudantes, analisando-as, bem como fazer os encaminhamentos necessários. - Visitas domiciliares para averiguação das condições sócio-econômicas do grupo familiar de bolsistas. - Convênios com as organizações regionais interessadas em receber alunos estagiários. - Cadastro de pensões disponibilizado aos estudantes.
	Análise do Memorial dos departamentos a no sentido de identificar as políticas de atendimento e apoio aos egressos.	- Número reduzido de Bolsas de Iniciação Científica. - Difícil acesso aos laboratórios. - Dificuldades de acesso a estágios inovadores. - Número reduzido de atividades de intercâmbio. Departamento de Ciências da Saúde: - O acompanhamento do fazer pedagógico demonstra que alguns estudantes têm dificuldades e carecem de tempo para efetuar o trabalho escolar extra, pois a maioria trabalha em outras atividades que não as relativas ao ensino. - Dificuldade de participação dos estudantes em eventos acadêmicos, pois a maioria de nossos alunos são trabalhadores e têm pouco tempo para atividades curriculares e extracurriculares.	- Contato intenso dos estudantes com a coordenação de curso, o que facilita serem ouvidos. Departamento de Ciências da Saúde: - Estimulo a vivência de realidades escolares através da execução de atividades de práticas ensino, assim como pela interação entre os estudantes dos diversos cursos de licenciatura da universidade. - Espaços para estudos extra-classe e participação de estudantes em atividades complementares. - Participação de estudantes em projetos de pesquisa e extensão. - Pesquisa com egressos aponta que os profissionais da área de saúde têm uma rápida inserção no mercado de trabalho, atuando em diversas áreas e com número expressivo de egressos com formação de pós-graduação *Lato Sensu*.

		- Segundo os egressos, há necessidade de inclusão de conteúdos específicos relacionados às exigências demandadas de sua atuação no campo de trabalho. - Necessidade de ampliar o número de atividades de pesquisa e extensão, principalmente através de projetos com fontes financiadoras, ou a partir da inserção voluntária dos acadêmicos. - Falta de estímulo dos alunos em assumir o desafio para recomposição do Diretório Acadêmico, dando pouca importância aos apelos para mobilização feita pelos coordenadores do Diretório Acadêmico da Nutrição.	- A partir das avaliações realizadas com turmas de formandos, estes relatam que a sua formação está bem estruturada, com diferentes áreas e que isto amplia de forma significativa suas capacidades de intervenção profissional. Salientam a importância dos espaços de estágios e da carga horária do curso para a sua formação. - Os alunos das áreas da saúde salientam que as atividades curriculares e extra-curriculares, proporcionam o crescimento e o entendimento para atuar na área o que é significativo, pois propicia a inserção do aluno de forma progressiva, e também promove diferentes vivências na área (inclusive com aspectos relacionados à gestão em saúde pública).
		Departamento de Estudos da Administração: - Acúmulo de atividades no departamento.	Departamento de Estudos da Administração: - Os alunos têm representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados e nas comissões conforme regulamentação específica estabelecida no Regimento Geral da Unijuí. - Pesquisa anual para avaliação das atividades na ótica do Mercado de Trabalho, com os Egressos do Curso de Administração da Unijuí (1971 a 2001) perfil, percepções e inserção no mercado, com o objetivo de analisar e avaliar o desempenho do curso de Administração da Unijuí, na formação de profissionais para promoção do desenvolvimento regional. - A atuação de bolsistas em programas/projetos de pesquisa. - Apresentação de trabalhos em encontros científicos inerentes ao curso que os alunos/bolsistas realizam. - Contatos e relações nacionais e internacionais de intercâmbio e cooperação em ensino. - Ampliação de relações com organizações da região as quais viabilizam estágios e oportunidade de trabalho. - Inserção dos estudantes na comunidade, bem como inserção da comunidade para dentro da universidade, através de projetos e atividades integrando interesses acadêmicos e comunitários numa esfera de troca de conhecimentos e práticas. - Estrutura de secretaria dos cursos viabiliza o intercâmbio de material entre professor/aluno e vice versa. - Estrutura física e tecnológica qualificada.
		Departamento de Estudos Jurídicos: - Alguns docentes precisam qualificar a interação com o aluno. - O relacionamento humano é bom, mas tem que haver uma aproximação maior entre professores e alunos, principalmente no sentido de analisar se a turma está atingindo os objetivos propostos. - Abertura de mais convênios, oportunizando aos acadêmicos o cumprimento das horas extracurriculares. - A inserção dos alunos na elaboração das semanas jurídica, valorizaria o trabalho do aluno. - Os discentes percebem três grupos, divididos em: alunos interessados, desinteressados e medianos (trabalhadores que chegam cansados e esperam encontrar um ambiente pedagógico que contribua com suas limitações). - Na avaliação dos acadêmicos eles não têm voz ativa, no que tange a negociação das mensalidades. - Parte dos acadêmicos não sabe quem é o Coordenador do Curso e a Chefe do Departamento, outra parte considera atuantes e preocupados com o desenvolvimento do curso. - A coordenação do curso melhorou muito, mas precisa, ainda, qualificar alguns processos.	Departamento de Estudos Jurídicos: - Bom relacionamento aluno X professor identificado pelo maioria dos estudantes. - Na avaliação dos alunos, com algumas exceções, a grande maioria dos professores estão comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem. - Os estágios são vistos como imprescindíveis para uma boa formação acadêmica, uma vez que viabilizam o “cotejo” da teoria com a prática; - A Semana Jurídica é uma oportunidade que os alunos têm para ampliarem seus conhecimentos, mas não é valorizada nem levada a sério pela maioria dos alunos. - A atual Coordenação vem mantendo a relação de acessibilidade o que já vinha sendo desenvolvido pela Coordenação anterior. - Distanciamento da Reitoria com os acadêmicos. - Identificação de acesso dos espaços são considerados adequados pelos alunos.

		Departamento de Física, Estatística e Matemática: - 72,8 % dos alunos dos cursos de Matemática e Física trabalham, sendo que destes apenas 19,7 % atuam na área de seu curso. - 61,2 % dos alunos dos cursos de Matemática e Física trabalham em atividades que não requerem qualificação superior enquanto que, apenas 19,1 % trabalham em atividades não relacionadas ao seu curso, mas que requerem alguma qualificação superior. - Resultado da avaliação realizada com os alunos do DEFEM: Quanto ao atendimento prestado pela coordenação dos cursos de Matemática e Física, observou-se: Quanto a afirmação de que as reivindicações dos alunos são atendidas quando possível, os alunos do curso de Matemática concordam plenamente com um percentual de 48,8 % e parcialmente com 32 %. Quanto aos alunos do curso de Física, o percentual é de 41,7 % para as duas respostas, conforme Tabelas 11 e 12. - Existe em relação ao Laboratório de Informática uma insatisfação de 45,8 % no Campus Ijuí e 34,4 % no Campus Santa Rosa.	Departamento de Física, Estatística e Matemática: - Incentivo à inserção de alunos bolsistas e não-bolsistas nos programas de ensino, pesquisa e extensão. - Ampliação e aprofundamento de estudos e discussões relacionadas às temáticas científicas e educacionais, na área. - Participação e apresentação de trabalhos de um número expressivo de alunos em eventos ligados a área, em âmbito local, regional, estadual e nacional. - Incentivo aos alunos a atuarem como bolsistas de pesquisa ou de extensão, vinculados a projetos de pesquisa ou de extensão de professores, o que faz a diferença no envolvimento e produção desses alunos no curso. - Resultado da avaliação realizada com os alunos do DEFEM: Em média 75,8 % dos alunos concorda que o perfil do profissional proposto pelo curso é compatível com as exigências do mercado de trabalho. Em média 76,7 % dos alunos concordam que os estágios servem para sistematizar os conhecimentos adquiridos na graduação. Em relação ao corpo docente dos cursos, 84,3 % dos alunos consideram que este possui um bom nível de conhecimento, com 72,8 % concordando que apresentam também adequado preparo didático-pedagógico e 75,4 % concordam que o corpo docente é comprometido com o processo ensino-aprendizagem. Além disto, 82,4 % consideram que as aulas ministradas facilitam o aprendizagem. Existe um nível de satisfação elevada em relação aos Laboratórios. Existe um interesse muito grande dos alunos após a conclusão do curso de graduação, em retornar à Universidade para fazer Pós-Graduação (Mestrado).
		Departamento de Letras, Artes e Comunicação: - Demora no atendimento para a retirada de documentos; as matrículas melhoraram pelo processo *on-line*, mas ainda surgem dúvidas. Taxas altas para ajustes e poucos dias para matrícula. - O processo de matrículas foi agilizado, no entanto nem todos os alunos têm internet. - Melhorar o acesso aos deficientes físicos. - Maior socialização de pesquisas realizadas pelos bolsistas aos demais alunos. - Pouca divulgação dos eventos científicos para um maior incentivo na participação nos mesmos. - Número reduzido de vagas para bolsas de iniciação científica. - Necessidade de aquisição de material bibliográfico para o cursos de Letras. - Melhorar a política de relacionamento com os egressos; o que iniciará em 2006 com a implementação do Portal do Egresso no novo site. - Representação estudantil: tem algumas limitações em função do tempo, na medida do possível os alunos organizam fóruns de discussão, debates etc. - Necessidade de qualificar a relação funcionário/aluno. - As dificuldades financeiras da instituição nos últimos anos, dificultam uma maior adaptação aos novos momentos, tanto tecnológicos, como também nos processos pedagógicos advindos das relações tecnológicas contemporâneas. - Pouca participação da representação estudantil nas discussões de seu interesse.	Departamento de Letras, Artes e Comunicação: - O atendimento aos alunos melhorou muito. - O Seminário de Iniciação Científica e Jornada de Pesquisa e Extensão constituem-se em importantes canais de formação acadêmica. - Bom relacionamento entre os alunos. - O Curso de Comunicação Social faz um acompanhamento efetivo com a maioria de seus egressos. - A Usina de Idéias fez recentemente um *mailing* com quase todos os egressos para a divulgação dos eventos comemorativos dos 10 anos, com este instrumento o curso pretende dar início a um processo de comunicação contínuo com os egressos, algo que está sendo previsto para toda a universidade. - A Coordenação do Curso é acessível, desempenha um bom trabalho e se relaciona bem com os acadêmicos. - Bom relacionamento entre professores e alunos. - No tocante às questões conceituais, principalmente no aspecto da digitalização na produção de vídeo e áudio, estamos bem próximos da realidade no sentido de utilizar as tecnologias, porém, observando as limitações em termos da quantidade de equipamentos. - Desenvolvimento de projetos de extensão com caráter formador. e como um dos meios mais eficazes para se estabelecer a complementação e mesmo a validação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

		Departamento de Biologia e Química: - Ampliação de espaço físico, tanto em relação às condições de sala de aula quanto de laboratórios, com solicitação de ambientes climatizados. - Ampliação do acervo bibliográfico. - Disponibilidade de laboratórios de informática à noite. - Número reduzido de instrumentos de avaliação devolvidos pelos alunos. - Necessidade de estimular o aluno para o uso da Internet, com foco na manutenção de material didático *on-line* e facilitar a comunicação professor-aluno. - Ampliar o espaço físico para bolsistas, além dos espaços dos laboratórios. - Carência de material e equipamentos para aulas práticas e, portanto, a necessidade de investimento nessa área.	Departamento de Biologia e Química: - Inserção de alunos em atividades de extensão como estágios voluntários, como bolsistas PIBEX e PIBIC, junto aos professores de Ciências da SMEd de Ijuí e escolas, entre outras. - Proporcionar atividades práticas de ensino, bem como a interação entre os estudantes dos diversos cursos de licenciatura da universidade. - Bom diálogo com os acadêmicos. - Envolvimento dos alunos nas mais variadas atividades relativas ao curso. - Organização da semana acadêmica quase exclusivamente realizada por um grupo de alunos; o diretório acadêmico foi reativado e conta agora com a participação efetiva dos alunos do curso. - Aumento de alunos que procuram envolver-se em atividades extra-classe, como monitorias, estágios voluntários, bolsas de iniciação científica (PIBIC) e de extensão (PIBEX), além de convênios empresa-escola (programa CIEE). - Participação dos alunos em atividades articuladas com o setor produtivo, como por exemplo, os estágios via CIEE, no qual o acadêmico realiza estágio remunerado na empresa e desempenha atividades com proximidade de sua formação profissional.
		Departamento de Economia e Contabilidade: - Custos altos com mensalidades, transporte, segundo pesquisas realizadas junto aos mesmos, pois um grande número destes vem diariamente de sua cidade. - Um dado marcante e significativo dos alunos do curso de Ciências Contábeis é que em torno de 90% deles são trabalhadores, o que multiplica as dificuldades que o aluno precisa vencer para realizar satisfatoriamente seu curso. - Conhecer melhor a região e as suas necessidades envolvendo os egressos, a fim de identificar como estes se relacionam com o mundo das pequenas empresas, aquelas não organizadas empresarialmente.	Departamento de Economia e Contabilidade: - Realização de avaliações periódicas junto aos docentes e discentes do curso. - Realização de encontro anual de Estudos Contábeis – ENESCON direcionado a estudantes e egressos com o objetivo de trazer para a discussão temas relevantes da área contábil. - Realização a cada dois anos, do Simpósio de Contabilidade do Mercosul espaço de discussão da área contábil envolvendo alunos de graduação, pós Graduação, profissionais e professores. - Estreitamento das relações com os alunos tendo como objetivo fazer com que os alunos se manifestem com mais facilidade em relação aos problemas do Curso. - Criação e implementação de um sistema de avaliação do Curso – este instrumento passou a se constituir num espaço privilegiado de manifestação dos alunos sobre o seu curso, na medida em que, avaliaram os Componentes Curriculares, os Professores, a Turma bem como se Auto-avaliaram. - SERED – Seminário Regional de Economia e Desenvolvimento – Constitui-se num espaço de discussão de temas e assuntos extra-curriculares e se constituir num espaço privilegiado de relação com a comunidade regional.
		Departamento de Ciências Sociais: - Os alunos demandam participação em projetos e oficinas além do que já é oferecido. - As poucas manifestações de insatisfação referem-se a custos das mensalidades e práticas didáticas ou metodológicas de alguns professores. - Quanto a participação/envolvimento dos alunos nas atividades do curso, do departamento e da universidade, os alunos dizem que participam, mas que muitas vezes, a divulgação é falha. - A realidade local/regional, a falta de valorização do profissional professor e o desconhecimento do papel do geógrafo na sociedade, são fatores que explicam em parte, o baixo número de alunos no curso de geografia.	Departamento de Ciências Sociais: - Resultado da pesquisa com alunos quanto à formação profissional apontam a preparação para enfrentar o mercado de trabalho, a formação específica na área, a construção de uma visão de mundo, uma postura desafiadora, a construção de uma fundamentação teórica, possibilitando uma visão ampla da realidade, da sociedade e das questões ambientais. - As opiniões dos alunos quanto à formação profissional, são de satisfação, de realização, de entusiasmo, reconhecendo a excelência dos cursos da Unijuí. - A maioria dos alunos aprova as condições de laboratórios, de informações e orientações quanto a bolsas de estudos, oferta de serviços correlatos, divulgação de eventos, projetos, programas, propostas de estudos, com alguns alunos manifestando a necessidade de se repensar algumas questões em relação aos itens indicados.

		- Redução da demanda, decorrente da proletarização da profissão de professor, dos altos custos de mensalidade, aliados à falta de políticas públicas relacionadas às universidades comunitárias e aos cursos de licenciatura, bem como a concorrência predatória de instituições de fora da região. - Aperfeiçoar, agilizar as atividades de apoio, visando o bom atendimento ao aluno.	- O curso de Sociologia capacita alunos (muitos deles trabalhadores advindos de organizações civis e públicas) para uma leitura competente da realidade, para produzir diagnósticos e reflexões sobre soluções para os problemas sociais, especialmente os regionais. - Sucesso dos alunos que ingressaram está nessa maturidade intelectual que eles trazem de suas experiências e o encontro com a produção sociológica. - Energia reflexiva que a teoria proporciona aos alunos também colabora para sua oxigenação com as questões práticas. A prova disto está nas monografias, nos relatórios de estágios e no permanente contato que os ex-alunos mantém com os seus professores.
		Departamento de Estudos Agrários: - Melhoria do sistema de avaliação, reduzir o valor das mensalidades, melhorar o acervo bibliográfico, manter e melhorar os laboratórios e disponibilizar bolsas de estudos. - Propiciar estágios em diferentes realidades e visitar centros de pesquisa. - Alguns professores têm dificuldade na explicação de conteúdos. - Avaliação dos professores: exigir mais dos alunos; dar aulas mais motivadoras; preparar melhor as aulas; ter mais humildade; ter mais assiduidade; apresentar seqüência lógica.	Departamento de Estudos Agrários: - Ventilação em todas as salas de aula. - Controle do número de alunos por turma. - Boas condições dos laboratórios e salas de aulas. - Bom acervo bibliográfico. - Organização e mobilização para o oferecimento de mais aulas práticas; realização de palestras, V Semana Acadêmica - Encontros de Ex-alunos trouxeram as suas contribuições sobre as experiências vividas em suas atividades profissionais. - Realização de viagens de estudos para a Embrapa, Expodireto e uma viagem ao Uruguai; oferecimento de bolsas de iniciação científica, estágios extracurriculares e voluntários. - Redução do número de reclamações e pontos negativos. - Professores ministram aulas boas e ótimas.
		Departamento de Pedagogia: - Algumas restrições e sugestões foram apresentadas na pesquisa com alunos mestrandos: - Salas de aula pequenas para o número de alunos em algumas disciplinas;Computadores obsoletos e em número insuficiente nos laboratórios;- Acervo insuficiente na Biblioteca. - Retorno mais ágil da produção dos alunos e de que sejam organizados grupos de estudo e discussão das pesquisas para além das disciplinas ministradas. - Pouca participação dos alunos nas bancas de defesa de dissertações de Mestrado. - A representação estudantil deve ser mais ativa na divulgação de eventos da área.	Departamento de Pedagogia: - Envolvimento do acadêmico com a realidade escolar, de forma a vivenciar o conhecimento da escola, os limites e potencialidades da/na prática escolar, bem como a vivência de dimensões individuais e coletivas de processos de aprendizagem na docência. - Manutenção de cadastro de endereços de alunos e egressos com o objetivo de manter o relacionamento com os mesmos. - Em pesquisa realizada, a grande maioria dos alunos mestrandos consideram a infra-estrutura oferecida boa, com especial destaque para os espaços disponibilizados nos Prédios A e B do Campus Ijuí e ao atendimento na Biblioteca e nas secretarias. - Mestrandos consideram o corpo docente muito bom ou ótimo.
		Departamento de Tecnologia: - Laboratórios: há a necessidade de ampliação, criação e qualificação do ponto de vista de equipamentos e espaço físico. - Necessidade de qualificar áreas de convivência. - Há necessidade de ampliação do acervo bibliográfico em números de exemplares, bem como de títulos. - Melhoria da segurança e acessibilidade. - Necessidade de ampliação da pesquisa. -Pouca utilização da biblioteca em razão da falta de tempo por parte dos alunos que trabalham. - Pouca participação dos estudantes na Semana Acadêmica pois é inviável para quem trabalha. - O atendimento da reitoria é considerado pouco acessível por parte dos alunos. - Ampliação de rampas e passarelas na entrada principal do Campus Ijuí para otimizar o acesso aos portadores de deficiência física.	Departamento de Tecnologia: - Os laboratórios como parte integrante do processo de ensino/aprendizagem vêm cumprindo com sua função de maneira satisfatória. - Acessibilidade boa, com rampa para deficientes. - Bom atendimento por parte da Coordenação do Curso. - Atendimento da Chefia do Departamento ótimo e prestativo; - Atendimento da Coordenação do Curso Bom. - Atendimento da Secretaria do Curso bom.

2.10 Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

A partir do entendimento de que as finalidades da instituição se concretizam a partir da vivência do propósito e dos princípios institucionais que balizam as ações e as decisões, um dos princípios definidos para a Unijuí é a "autonomia universitária que se objetiva nos espaços democráticos institucionalizados, pela gestão coletiva de seus programas e pela afirmação de sua sustentabilidade econômico-financeira".

No processo de Planejamento Institucional, foi definido um conjunto de objetivos, cada um com suas metas, nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, conforme expressos no texto que trata a gestão.

Um novo contexto para o ensino superior no Brasil está sendo desenhado. Neste sentido, a Universidade centrou esforços para adequar as atividades da Unijuí ao novo cenário previsto. Além de mudanças ocorridas na estrutura organizacional, várias resoluções foram aprovadas, tendo como objetivo regulamentar aspectos fundamentais das atividades quotidianas, como: a) a que estabeleceu diretrizes e regulamentou a oferta de componentes curriculares nos cursos de graduação da Unijuí – Resolução Consu nº 10/2005; b) a que disciplinou a atribuição de créditos docentes na Unijuí – Resolução Consu nº 27/2005; e c) a que regulamentou o novo plano de carreira docente – Resolução Consu nº 32/2005.

Com esta reestruturação a Instituição tem o desafio de implementação dessas novas políticas. Estes desafios tornaram-se ainda maiores na medida em que as dificuldades econômico-financeiras da Instituição acentuadas pelo excessivo endividamento - foram agravadas pelos seguintes fatores: a) afastamento do Estado no apoio ao ensino superior comunitário e descumprimento sistemático dos acordos referentes aos valores das dívidas que foram contraídas junto às Universidades (Governo Federal e Estadual); b) diminuição do poder aquisitivo da população da região em função da matriz produtiva adotada e por um conjunto de eventos e contingências, o que acaba levando a uma redução do número médio de créditos cursados por aluno e a elevação dos níveis de inadimplência; c) Redução do número de alunos e de créditos matriculados decorrentes da estabilização do número de egressos do ensino médio da região, que, por sua vez, passam a ser disputados por um número cada vez maior de instituições de ensino superior.

Esse contexto exigiu um reposicionamento de dinâmica, o que resultou na redução do quadro de pessoal. Além disto, outras medidas foram adotadas com vistas a redução de custos. Mesmo assim, o Balanço de 2005 apresenta um déficit significativo. Isto indica a necessidade de implementação de novas ações em 2006. Deve-se reforçar a busca de novas receitas para a Instituição e evitar a realização de despesas que não são prioritárias. Para tentar buscar novas receitas foi criada a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional, cujo Núcleo de Projetos tem o objetivo de prospectar novas possibilidades.

Este novo cenário encerra um longo período de crescimento das Instituições de Ensino Superiores do Brasil e estabelece uma grande diluição da demanda por novas vagas nos Cursos de Graduação. Isto ocorre devido, principalmente, a dois fatores: pela multiplicação do número de Instituições de Ensino Superior e pela ampliação do número de vagas nas Universidades Federais.

A Unijuí teve grande êxito neste processo e, mantendo a sua tradição histórica democrática, construiu, de forma coletiva, alternativas que possibilitassem as adaptações necessárias. Neste sentido, foi fundamental a participação de todos os membros da comunidade acadêmica e a firmeza político-administrativa dos membros do Conselho Universitário, da Reitoria, dos Chefes de Departamentos e dos Gerentes de Coordenadorias da Universidade.

As ações de gestão financeira foram, no último ano, fundamentais para o funcionamento regular da Instituição. Com uma inadimplência girando acima de 20%, atrasos constantes dos governos estadual e federal e frágeis desempenhos correntes nos últimos exercícios, o quadro financeiro da Unijuí tornou-se difícil e conduziu à adoção de um conjunto de mudanças, voltadas para a construção de soluções que tornasse possível a Unijuí honrar seus compromissos e atualizar sua estrutura.

A análise financeira realizada na Instituição envolveu três perspectivas: a perspectiva patrimonial, a perspectiva de resultado e a perspectiva financeira. O maior problema neste aspecto era a excessiva concentração de dívidas de curto prazo, visto que 57% do total dessas obrigações tinham vencimento em até doze meses (curto prazo).

Os esforços no sentido da redução e/ou alongamento das dívidas lograram êxito em 2005, com o reparcelamento de empréstimos do Banrisul, além da ampliação dos períodos de carência e da redução da taxa de juros. Já no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, foram obtidas ampliações nos limites de cheque especial, o que garante melhores condições de gerir o caixa.

A necessidade de equilibrar o fluxo de caixa da Instituição fez com que vários esforços fossem empreendidos na busca e antecipação de recursos. A securitização de títulos recebíveis do antigo crédito rotativo, hoje CREDIUNIJUÍ, foi uma das soluções encontradas. Após consultas a possíveis parceiros para a realização do negócio, foi selecionada a empresa que intermediou a negociação dos títulos no mercado financeiro.

As dificuldades no fluxo de caixa fizeram com que os esforços para colocar em dia tributos fossem intensificados. A inadimplência de tributos coloca em risco o acesso a recursos públicos de diversos projetos de pesquisa, extensão e prestação de serviços. Foram canalizados esforços no sentido de regularizar os débitos tributários, tendo sido todos equacionados no exercício de 2005.

Outras duas iniciativas nesta área foram importantes. A criação do UNINVEST -Programa de Aquisição Antecipada de Créditos, que consiste na venda prévia de créditos educacionais em um dos cursos de graduação da Unijuí com descontos que variam de 11 a 30% para pagamentos à vista, e a reformulação do antigo Sistema de Crédito Rotativo. O Novo Sistema passou a ser denominado de CREDIUNIJUÍ e tem a forma de um sistema de crédito educativo próprio da UnijuíÍ.

Através de acordos com o sistema bancário e com os estudantes, a partir de janeiro de 2006 as mensalidades escolares são compensadas pelo sistema bancário. Esta medida possibilita mais qualidade nos títulos a serem recebidos pela instituição. A política de concessão de bolsas também foi revista e sua concessão passou a ser um instrumento de apoio para a adimplência do aluno, prevendo que sua manutenção fica condicionada à pontualidade no pagamento da diferença da mensalidade.

Mesmo enfrentando um dos períodos mais críticos nas finanças institucionais, foram promovidas ações para a qualificação das estruturas físicas. Foi adquirido um terreno de 27.924,45m², ou 2,792 ha, anexo ao Campus Santa Rosa, o que permite planejar o futuro com ousadia, sem limitação de área física. Também foram adquiridos o 3°, o 4° e o 5° andares, com aproximadamente 800m² cada um, totalizando aproximadamente 2.400 m² de área construída, do prédio onde funciona o Banco do Brasil de Ijuí, destinados ao IPD e ao Escritório-Modelo do Curso de Direito.

Alguns espaços já existentes, que eram alvo de reivindicações antigas, foram adequados: instalação de elevador na biblioteca, facilitando a acessibilidade principalmente de portadores de necessidades especiais; remodelação das salas ocupadas pelo IPD, para o atendimento das atividades do DeTEC e do DeFEM; reorganização do Escritório-Modelo de Direito para ocupação da nova sede, na nova área adquirida; conclusão das novas salas de aula no Campus Panambi; sinalização dos espaços do Campus Ijuí; melhoria dos sistemas e dispositivos de segurança do Campus Ijuí; reforma das salas dos prédios A e B para abrigarem a concentração dos cursos de pós-graduação, criando o Complexo de Pós-graduação Unijuí.

Apesar das dificuldades econômico-financeiras vivenciadas, a Instituição manteve, em 2005, um conjunto de ações na área de qualificação de pessoal. Neste sentido, reafirmou sua tradição de valorização de seus quadros docente e técnico-administrativo e de apoio.

Pensando num conjunto de medidas que têm como foco a geração de uma alternativa estrutural ao equacionamento do atual quadro econômico-financeiro de modo a garantir as condições de sustentabilidade necessária à consecução do projeto institucional, a Unijuí tem como norteador de futuro o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que atende pelo menos três documentos/instrumentos de planejamento já utilizados pela instituição, sendo eles o Plano Decenal, com período de vigência de 10 anos, entre 2006 e 2015, o Plano Plurianual, com vigência de cinco anos, entre 2006 e 2010, e o Plano de Desenvolvimento Institucional do MEC, também com vigência entre 2006 e 2010.

A partir dos referenciais estratégicos da Fidene, as mantidas desenvolveram seu PDI. Com ampla participação dos colaboradores de cada uma, as mantidas promoveram discussões para estabelecer a análise ambiental, a visão, a missão, o propósito, os princípios, os objetivos e as estratégias para os próximos 10 anos. Com um enfoque voltado para os resultados, foi construído um conjunto de objetivos e estratégias para um horizonte de 10 anos.

O Orçamento-Programa é considerado uma das mais importantes ferramentas de Planejamento da Fidene. Através do amplo debate, cada unidade discutiu sua gestão e a repercussão de suas iniciativas à dimensão financeira para o ano de 2006 seguindo as diretrizes orçamentárias em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Presidência e a Direção Executiva da Fidene, não obstante as adversidades que vem trabalhando para superar as dificuldades, disponibiliza aos docentes e técnico-administrativos um conjunto de alternativas que possam melhorar as condições de trabalho e de qualificação. Vem tomando medidas estruturais para o equacionamento dos problemas econômico-financeiros vivenciados pela Instituição. Estas medidas têm produzido importantes resultados e, em conseqüência, permitindo o funcionamento regular da Fidene e de suas mantidas e, no caso que nos é específico, a mantida que é a Unijuí.

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resul
		Fragilidades
- Identificar Fragilidades e Potencialidades em relação à sustentabilidade financeira	- Análise dos relatórios de auto-avaliação dos departamentos e setores administrativos da Universidade	- Considerando a expansão do ensi região, os alunos de graduação estão ex nos valores das mensalidades. - Dificuldades para garantir a s econômica dos projetos acadêmicos. - Falta de identidade, nos Departame unidade básica de organização da Univ - Diminuição do número de alun matriculados em algumas áreas do tanto nos cursos de graduação c graduação. - Diminuindo, de forma crescente, alunos, créditos e das receitas d Graduação (tendência inercial da dema - Falta de investimentos no melhoran estrutura em algumas áreas do conhecim - Falta de investimentos na formação co - Atores estão com suas estruturas voltadas a cultura consumista, o que fa não se esforcem em busca de novas alte - Há sempre ameaças de crise, de n lançando clima de insegurança e ansie de modo evidente as relações de traball dos resultados destes. - Profunda mudança no ensino s Aumento do número de Instituiçõ Superior; Ampliação do número Universidades Federais, especialmente rio Grande do Sul; Fortalecimento Cursos de Graduação a Distância; e número de alunos no ensino me especialmente no Estado do Rio Grande - O não cumprimento do orçam projetado a partir de um cenário (402.000 créditos), com uma tendê redução do número de créditos ma Cursos de Graduação (372.805 crédit do ano.

CONCLUSAO DA PARTE II

A CPA realizou, no decorrer do período agora considerado, diversas ações que se subscreveu no interior do Plano definido em 2004 para a Fase III, mas no andamento do que era proposto, algumas outras atividades foram surgindo e implementadas. O plano não era fechado, pelo contrário sempre esteve aberto à novas proposições ou re-encaminhamentos se adequado ou necessário se fizessem. Algumas ações estão sendo desencadeadas ainda neste ano de 2006 e se derem conta de criar novas formas de participação, de construção de conhecimentos e de análises críticas poderão permanecer vigentes pelo tempo que forem significativas. Nunca é demais reafirmar que desejamos um processo que seja cíclico, criativo e renovador. Se a CPA conseguiu demonstrar a importância do chamamento e envolvimento de todos terá cumprido o seu trabalho.

– Parte III –

LEITURA DOS VÁRIOS OLHARES

Apresentamos, nesta parte, textos/artigos que no cotidiano de nosso trabalho na academia, estão sendo produzidos, muitas vezes provocados pelas discussões de problemas que surgem, noutras com o sentido de relatar e sistematizar projetos em desenvolvimento. Não se pretende com estes textos contemplar todas as discussões que acontecem na universidade. Alguns textos foram recolhidos a partir do nosso conhecimento da existência dos mesmos, outros foram solicitados em vista das ações que são realizadas e outros, ainda, referem-se a trabalhos acadêmicos que foram e ou estão sendo feitos. Quando do ENADE realizado nos vários cursos nos anos de 2004 e 2005, e da visita das Comissões de Especialistas do MEC, a CPA esteve presente para discussão e encaminhamentos que foram necessários, resultando textos de sistematizações dos trabalhos. E, também, a contribuição dos coordenadores dos referidos cursos, foram aqui incorporadas. Enfim, queremos demonstrar com estes "escritos", que a Unijuí se auto-avalia constantemente, não havendo necessidade de motivação externa para tanto. Desse modo, não é um olhar filtrado pela instituição, mas é a expressão livre e criativa que tanto nos realimenta como participantes de um projeto acadêmico que consideramos interessante e significativo, tanto pela sua história institucional, quanto pela trajetória dos envolvidos na comunidade acadêmica.

1 A UNIJUÍ E SEU PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Gilmar Antonio Bedin
Reitor da Unijuí

O processo de planejamento de uma Universidade, em especial no contexto brasileiro, tem sempre que saber conciliar três aspectos muito importantes: a vocação universalista que é inerente a este tipo de instituição; as virtudes e limitações de sua natureza jurídica; suas opções históricas em relação à sua região de atuação e seus vínculos com a comunidade.

Este processo de conciliação é, no caso da Unijuí, construído de forma coletiva, participando do processo os diversos setores administrativos internos - Departamentos e Coordenadorias - e representantes da comunidade, que participam do Conselho Universitário por indicação da Assembléia Geral da Fidene, Mantenedora da Universidade.

O processo de planejamento na Unijuí inicia, normalmente, com um grande debate institucional sobre os principais aspectos externos e internos que possam se constituir como novas referências para a atuação futura da Universidade. Neste debate é fundamental a presença dos diversos setores da Universidade e a contribuição de todos os envolvidos no processo de elaboração do planejamento e na futura busca de realização dos objetivos estabelecidos.

Partindo deste cenário, inicia-se por definir a missão, a visão, o propósito e os princípios da Universidade no contexto do novo Plano de Desenvolvimento Institucional. O atual Plano estabelece as seguintes referências fundamentais:

> Missão - Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região;
>
> Visão - consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região;
>
> Propósito - Participar do processo de desenvolvimento da região mediante a educação superior;
>
> Princípios - excelência acadêmica, autonomia universitária, integração com a comunidade, disposição pública de seu patrimônio e efetividade das suas ações.

Estas referências, quando vistas em conjunto, revelam a convergência dos três grandes aspectos referidos anteriormente. A missão de formar e qualificar profissionais diz respeito a sua afirmação como Universidade, voltada para o seu papel mais tradicional. Isto se afirma ainda mais com o reconhecimento da importância do princípio da excelência acadêmica e da autonomia.

A referência a opção por ser uma Universidade comunitária, pública não-estatal, revela a natureza da Universidade, que não se constitui nem como Instituição estatal e nem como Instituição privada. Ao contrário, reivindica as virtudes das entidades públicas e afasta os particularismos do ser privado. Por isso, afirma-se como uma Universidade auto-gestionária, não obstante reger-se pelo direito privado, que tem destinação pública de seu patrimônio.

Esta vocação pública não significa fazer uma opção pela reprodução de estruturas voltadas para si própria e por eventuais corporativismos internos. Ao contrário, preocupa-se com a efetividade de suas ações e com a integração com a comunidade. Isto materializa-se através da opção pela formação de profissionais comprometidos com o seu tempo e pela participação no processo de desenvolvimento da região. Estes são os compromissos mais importantes da Unijuí.

Esta capacidade de conciliação da Unijuí está fortemente presente no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – e, portanto, o PDI é muito mais do que uma mera formalidade. Para a Unijuí, o PDI é um instrumento fundamental de realização de seu Projeto Pedagógico Institucional e de cumprimento dos objetivos da Fundação Mantenedora: integração, educação e desenvolvimento da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

2 VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO: AUTO-AVALIAÇÃO

Antonia Carvalho Bussmann
Vice-Reitora de Graduação da Unijuí

Para o ensino de Graduação na Unijuí, 2005 foi um ano marcante. Muitas foram as mudanças. A nova gestão trouxe desafios e propostas de novos caminhos. O debate institucional foi intenso e acalorado. Os resultados foram extremamente positivos e projetam novos desafios e novas perspectivas para os próximos anos.

No primeiro ano da gestão 2005/2007 foram retomadas as questões pedagógicas e administrativas expressas nas normatizações institucionais e realizadas as adequações ao que se depreende necessário e oportuno, tendo em vista necessidades apontadas pelos novos rumos desejados.

Novas Políticas para o Ensino de Graduação na Unijuí

A Vice-Reitoria de Graduação, pela revisão e reformulação de normatizações institucionais buscou propor e implementar novas políticas para a oferta de Cursos de Graduação na perspectiva primeira da qualificação e inovação pedagógica e de atender aos anseios da comunidade regional e estadual. Aliado a esses objetivos, buscou também atender as necessidades institucionais no sentido de criar novas alternativas para manter e ampliar o número de acadêmicos adscritos aos cursos de graduação da Unijuí.

Para tanto, foram propostos e/ou implementados e formalizados: o Programa Maturidade Valorizada, o Programa de Formação de Professores na Modalidade a Distância, o Núcleo Comum das Licenciaturas, o Núcleo Comum dos Cursos da Área da Saúde, o Núcleo Comum das Engenharias e a reestruturação da oferta da Formação Humanística.

Nos cursos de Licenciatura os esforços foram mobilizados, também, para o entendimento e cumprimento das Resoluções CNE CP 01 e 02/2002 que "*Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena*" e, "*Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior*", respectivamente.

Avaliação da Avaliação

Tendo em vista a importância e a necessidade de se repensar constantemente a avaliação do ensino-aprendizagem, e de se considerar a pesquisa como princípio articulador da avaliação, aproximando a realidade à produção do conhecimento como princípio de formação, a Vice-Reitoria de Graduação, com apoio do Labest – Laboratório de Estatística, desencadeou em 2005 o processo de avaliação do sistema de avaliação de ensino-aprendizagem da Unijuí.

O instrumento de pesquisa foi elaborado e aplicado de forma a atender a seus dois públicos de interesse, quais sejam, o corpo docente e o corpo discente institucional. O suporte utilizado para a realização da pesquisa foi a internet, tendo sido encaminhada aos professores e alunos por e-mail. O referido instrumento de pesquisa foi elaborado pela Vice-Reitoria de Graduação em conjunto com o LABEST – Laboratório de Estatística, contando com o auxílio do NPD – Núcleo de Processamento de Dados, para a sua operacionalização. Os resultados serão sistematizados e avaliados em 2006, quando serão socializados com a comunidade acadêmica para interação e discussões, tendo em vista encaminhamentos ao Conselho Universitário.

Proposição e Implantação do Programa de Formação de Professores na Modalidade de Educação a Distância

A implantação do Programa de Formação de Professores na Unijuí vem consolidar uma experiência de mais de 25 anos de formação de professores em calendário de oferta diferenciado, amplamente reconhecido pela comunidade estadual e nacional como cursos em *Regime Especial*.

O contexto em que se inseria esta modalidade de oferta das licenciaturas na Unijui, seja de ordem pedagógica, econômico-financeira ou legal, apontou, para esta Vice-Reitoria, a necessidade de avançarmos coletivamente para uma nova perspectiva pedagógica. Para tanto, os Colegiados de Coordenação de Cursos foram desafiados a amadurecerem a idéia da oferta das Licenciaturas na modalidade de Ensino a Distância.

Outro fato gerador desse desafio foi a obtenção do credenciamento da Unijuí para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, a partir do reconhecimento do curso de Sociologia. (Portaria MEC 4.418 de 30/12/2004)

Assim, a Vice-Reitoria apostou no fato de que a Universidade tem como função primeira produzir conhecimentos novos de forma sistematizada, reunindo os elementos que geram o movimento de compreensão sobre o emprego de novas tecnologias que, ao se disseminarem pela e na sociedade, levam a novas experiências e a novas formas de relação de um homem com o outro, com o conhecimento e com o processo de ensino-aprendizagem. Este é mais um desafio posto à universidade e que se manifesta na modalidade de educação a distância (adaptado de Cadernos Unijuí, Série Educação a Distância na Unijuí: potencialidades e desafios, 2004, p.11).

Entendemos que, para a implementação efetiva da modalidade de educação a distância "são utilizados diferentes tempos e lugares para a aprendizagem acontecer; utilizam-se recursos tecnológicos e informativos para que o aluno possa exercer sua autonomia no trabalho de leitura, reflexão e comunicação, possibilitando-lhe planejar sua disponibilidade de tempo para estudo, desenvolver capacidades de gerir o seu próprio processo educativo e romper com a relação de dependência da presença constante do professor. Esta relação é mediada por um conjunto de meios impressos e eletrônicos, colocando o aluno como centro da ação pedagógica, possibilitando-lhe o desenvolvimento de competências para a pesquisa e para a auto-reflexão crítica. (Cadernos Unijui, Série Educação a Distância na Unijuí: potencialidades e desafios, 2004, p.11)

Aceito o desafio, foram aprovados os Projetos Político-Pedagógicos de 10 Cursos de Licenciatura na modalidade de Educação a Distância, para oferta em processo seletivo diferenciado, com início previsto para janeiro de 2006.

Fortalecimento do Núcleo de Educação a Distância visando a capacitação do corpo docente para esta modalidade de ensino

O credenciamento da Unijuí para oferecer cursos de graduação a distância, e a implementação de um Programa de Formação de Professores na modalidade EaD, também trouxeram consigo o grande desafio de capacitar o corpo docente institucional e a necessidade de fomentar uma cultura de EaD na Universidade.

Tendo essa perspectiva no horizonte, foi implementado o Programa Interno de Formação para o uso de Tecnologia na Educação, o Professor.Edu, estruturado sob a forma de módulos independentes, escolhidos de acordo com a necessidade e/ou preferência de cada professor. Os referidos módulos abordam os mais diversos temas relacionados à EaD, a saber: Noções básicas (sobre o computador e a Internet); Educação a distância: teorias e legislação; Confecção de apresentações e páginas pessoais; O rádio como ferramenta para a educação; Ambientes e comunidades virtuais de aprendizagem; Linguagens em vídeo e a videoconferência como instrumentalização na educação e material impresso para EaD.

No segundo semestre de 2005 foram oferecidos os três últimos módulos, elencados acima, aos professores dos cursos de Artes Visuais, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Química e Sociologia.

O Professor.edu foi criado para oferecer a oportunidade de formação continuada aos docentes da Unijuí, servindo de suporte para as iniciativas dos mesmos não apenas no Programa de Formação de Professores, mas também como uma forma de fomentar novas iniciativas que utilizem essa modalidade didática, seja ela na graduação ou na pós-graduação.

Além disso, a constituição de novo espaço físico para o Núcleo de Educação a Distância, na Vice-Reitoria, possibilitará uma melhor visibilidade e também entrosamento entre as ações executadas pelo Núcleo e as políticas e estratégias elaboradas pela Vice-Reitoria de Graduação.

Proposição e Implementação do Núcleo Comum das Licenciaturas

Outra grande aposta da Vice-Reitoria de Graduação no que diz respeito aos cursos de Licenciatura na Unijuí foi o debate em torno da necessidade, já há muito tempo, percebida e problematizada nos fóruns institucionais da caracterização de um perfil do licenciado formado pela Unijuí.

Novamente o contexto de mudanças apontava para a oportunidade e a necessidade desse debate, tendo em vista a premência do atendimento às Resoluções do CNE CP 01 e 02/2002, as quais levariam as Coordenações a proporem mudanças nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Licenciatura.

Proposto também este desafio, os debates, culminaram na definição de um Núcleo Comum das Licenciaturas, que tem como objetivos:

– oportunizar a discussão teórico-prática, fundante da formação do professor, sob forma de componentes curriculares específicos;

– viabilizar a inter-relação pedagógica e o encontro dialógico entre os licenciados ainda na fase de sua formação.

O Núcleo Comum das Licenciaturas é constituído pelos seguintes componentes curriculares: Políticas, Estrutura e Gestão da Educação Básica; Psicologia e Educação; Didática ; Cultura, Currículo e Escola e Educação Especial.

Este Núcleo é constituído também por eventos semestrais, que objetivam oportunizar a reflexão de temáticas ligadas aos componentes curriculares que o compõem e a temas contemporâneos que complementem a formação docente. Dentre as diversas temáticas a serem debatidas nos eventos destacamos:

- ética docente;

- avanços da ciência e tecnologia;

- novas abordagens pedagógicas;

- preservação do meio ambiente;

- o perfil do aluno e do professor frente às novas tecnologias de informação e comunicação;

- leitura da imagem.

O Núcleo foi aprovado pelo Conselho Universitário e está em implantação.

Proposição e Implementação do Núcleo Comum dos Cursos da Área da Saúde e formalização do Núcleo Comum das Engenharias

Também foram organizados o Núcleo Comum dos Cursos da Área da Saúde e o Núcleo Comum das Engenharias, ambos constituídos na perspectiva de uma ação pedagógica interdisciplinar, essencial na formação de profissionais qualificados e de cidadãos aptos a atuarem de forma coletiva e participativa na sociedade.

O Núcleo Comum dos Cursos da Área da Saúde é constituído por componentes curriculares comuns aos Cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Nutrição. O Núcleo Comum das Engenharias é integrado por componentes curriculares comuns aos Cursos de Graduação em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

Formalizados junto ao Conselho Universitário foram aprovados e estão em implantação.

Reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Unijuí

Este processo foi desencadeado para atendimento às Resoluções CNE CP 01 e 02/2002 e CONSU 21/2005 (que reorganizou a Formação Humanística na Unijuí), Consu 28/2005 (que estabelece normas sobre os cursos Superiores de Tecnologia); Consu 29/2005 (que regulamenta o Núcleo Comum das Licenciaturas). Na oportunidade, a maioria dos Colegiados de Cursos propôs outras alterações decorrentes do contínuo processo de avaliação dos cursos buscando a qualificação de suas propostas pedagógicas.

Foram reestruturados os projetos político-pedagógicos dos 33 cursos de graduação, que se desmembram em 48 opções de formação superior para a oferta presencial. Na modalidade a distância foram implementados 10 cursos com 12 opções de formação superior.

Em 2005, a Vice-Reitoria de Graduação procedeu ainda:

❖ orientação e acompanhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos Cursos de Graduação. Os cursos que receberam visitas das comissões do INEP/MEC foram os seguintes:

- Engenharia Elétrica - Campus Ijuí

- Fisioterapia - Campus Ijuí

- Serviço Social - Campus Santa Rosa e Ijuí

- Química Licenciatura - Campus Ijuí e Santa Rosa

- Química Bacharelado – Campus Ijuí
- Licenciatura em Computação - Campus Santa Rosa
- Filosofia - Bacharelado - Campus Ijuí
- Letras – habilitação Língua Espanhola e Respectivas Literaturas- Campus Santa Rosa
- Pedagogia – habilitação Pedagogo da Educação Especial - Campus Ijuí
- Ciências Biológicas Licenciatura - Campus Ijuí e Santa Rosa
- Ciências Biológicas Bacharelado - Campus Ijuí

❖ orientação e acompanhamento da prova do Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes do ensino superior. Participaram desta avaliação 15 cursos da Unijuí: Ciências Biológicas; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Filosofia; Física; Geografia; História; Informática – Sistemas de Informação; Letras; Matemática; Pedagogia; Química; Química Industrial de Alimentos e Sociologia. A prova foi realizada no dia 6 de novembro de 2005;

❖ aplicação de instrumento de pesquisa para caracterização e projeções acerca dos Estágios e Práticas Profissionais visando a implementação de uma Coordenação dessas atividades, a partir de março de 2006;

❖ revisão da constituição do Calendário Acadêmico, tendo sido eliminadas as então denominadas semanas amarelas destinadas à realização de atividades do Regime Regular e aulas presenciais do Regime Especial e implementado o calendário para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância. A Jornada de Pesquisa e o Seminário de Iniciação Científica tiveram seu turno alterado para o diurno visando a manutenção das atividades letivas no turno da noite;

❖ coordenação do Grupo de Trabalho Ofertas da Graduação para acompanhamento dos processos de Oferta de Componentes Curriculares e Matrículas, em sintonia com as Coordenações dos Colegiados dos Cursos de Graduação.

Neste final do primeiro ano de nova gestão na instituição, especialmente no ensino de graduação, avalia-se positivamente os resultados alcançados, uma vez que são fruto de um longo e árduo trabalho participativo e da dedicação de muitos colaboradores desta instituição com base nas novas políticas e novos rumos projetados pela equipe da VRG e da Reitoria.

Ainda há muitos desafios e muito trabalho para projetarmos esta Universidade na perspectiva de sua qualificação constante legando para os filhos desta região do Estado uma instituição comunitária, pública não estatal, consolidada econômica e politicamente, mas, especialmente, como um referencial para o ensino de graduação no Estado e no País.

3 UNIJUÍ: UMA INSTITUIÇÃO AJUSTANDO-SE EM UM SETOR EM TRANSFORMAÇÃO[1]

Prof.Martinho Luís Kelm
Vice Reitor de Administração

Diversas são as abordagens sob as quais se comentar a atual situação econômica e financeira da Unijuí. Uma destas é analisar suas conseqüências, tal como o grau de endividamento, a capacidade de geração de superávit primário ou os custos da dívida, para mencionar alguns. Outro viés de análise é investigar as causas deste quadro, como a estrutura de custos, preços ou a evolução da demanda. Acredito que, embora importantes, estes pontos têm sido bastante discutidos e se constituem em fatores aparentes de uma questão mais profunda que é o papel que a universidade exerce na sociedade contemporânea e as transformações percebidas pelo setor nos últimos anos.

O ciclo de ajustes efetuados na Unijuí é fundamental, pois somos atingidos diretamente, seja como professores ou demais colaboradores, seja como região, que interage com a Instituição. Apesar desses aspectos nos deixarem mais suscetíveis aos possíveis desdobramentos da crise, esta não é um evento isolado e, tratado desse modo, provavelmente ensejará encaminhamentos paliativos que não irão considerar sua essência.

Para uma análise mais geral das transformações e percepções sobre a universidade na sociedade, uma crítica esclarecedora é efetuada por Boaventura de Souza Santos que identifica uma crise de hegemonia do papel da universidade, seja com relação à cultura, seja enquanto geradora de conhecimento voltado a um grupo social específico; uma crise de legitimidade; e uma crise institucional.

[1] Texto publicado na Revista Informação nº 71 abril 2006, p. 14 – 15 – SINPRO NOROESTE

No que concerne à crise de hegemonia, um aspecto parcial do problema, mas que nos tem afetado bastante refere-se a um tipo específico de conhecimento, qual seja, aquele direcionado ao aperfeiçoamento ou melhoria da produtividade do setor empresarial. Neste setor, as características competitivas dos agentes econômicos, que operam em um mercado segmentado, marcado pela diferenciação nos produtos e pela redução drástica de seu ciclo de vida, nos dá a sensação de que a dinâmica de decisão e ação da universidade está em um compasso demasiadamente lento frente às expectativas do setor empresarial. Nesta conformação competitiva, uma dificuldade da universidade deve-se ao fato de que, muitas vezes, a socialização do conhecimento produzido ocorre somente do lado da universidade para a empresa e poucas vezes com fluxo recíproco. O temor da massificação de produtos e tecnologias com outros agentes acaba provocando problemas de falta de cumulatividade na geração daqueles conhecimentos. Outro aspecto refere-se à dificuldade do setor empresarial, principalmente na região de atuação da Unijuí, em compartilhar o financiamento da pesquisa para geração de novas tecnologias, fato que está ligado à questão anterior, mas que também carrega uma concepção assistencialista nas relações universidade/empresa que, na ausência de recursos do Estado, tornam-se insustentáveis, gerando uma crise de expectativas quanto à ação da universidade.

Talvez nesta relação o importante seja esclarecer nossas reais competências e possibilidades e, a partir delas, buscar níveis superiores de excelência, não criando expectativas genéricas insustentáveis que só nos desgastam junto a estes agentes econômicos.

A hegemonia da universidade tem sido também questionada em uma de suas funções básicas. A extensão, que foi um marco de afirmação e comprometimento da Unijuí na região, tem hoje, na própria sociedade, alternativas autônomas e bastante efetivas, oriundas, muitas vezes, de nossa própria intervenção, o que é bastante positivo. Neste aspecto, nosso sucesso define também nossa obsolescência, fato que nos obriga a reinventarmos, permanentemente, nossa dimensão comunitária não assistencialista, mas auto-sustentável.

Ainda nesta análise mais geral, uma transformação refere-se à fragilização da capacidade da universidade em constituir-se, efetivamente, em um elemento de mobilidade social para nossos egressos. Os níveis mínimos de formação do mercado de trabalho tornaram-se bastante elevados, seja em função do avanço tecnológico, seja por uma disponibilidade maior de quadros qualificados. Com isto, o diferencial de renda obtido pelos profissionais, a partir da conclusão de um curso superior, levam a uma reavaliação da relação investimento/retorno e nossos preços são percebidos como elevados, permitindo que alternativas de ensino de qualidade questionáveis, mas com preços significativamente inferiores ao ensino clássico, possam ser consideradas. Nestas situações existe a expectativa de que a fragilidade do "serviço" recebido possa ser compensada por um esforço de superação pessoal do aluno, fato que muitas vezes não é observado, até por características culturais distintas de uma sociedade anglo-saxônica.

Neste contexto, as mensalidades de instituições como a Unijuí passam a ser vistas como demasiadamente elevadas e pressões por aumento de benefícios, como bolsas ou redução do preço, passam a ser solicitadas de modo contundente. Embora esforços neste sentido sejam recomendáveis, não se pode esquecer que, em uma organização comunitária na qual o superávit não tem como objetivo remunerar o capital investido, mas permitir a reprodução qualificada dos fatores de produção, preço é decorrência direta de custos e que se este último não for reduzido, seja por ajustes diretos, aperfeiçoamento nos processos do fazer universitário ou incremento no valor recebido e percebido por nossos públicos, a redução dos preços se constitui numa irresponsabilidade que, sem dúvida, comprometerá a sobrevivência da organização posto que a elasticidade da demanda requer ajustes desproporcionais à elevação do número de alunos no atual modo de atuação.

Um exemplo bastante simples deste paradoxo está na dificuldade cada vez maior que temos em formar turmas nos cursos de pós-graduação *Lato-Sensu*, não obstante nossos preços situarem-se abaixo de muitas outras ofertas da região. Será que, em muitos casos, não transformamos estes cursos em *commodities* e sobrecarregamos o papel da "marca Unijuí" na decisão de "compra"? O que temos de diferente e melhor se, afinal, muitos dos nossos professores também atuam em outras instituições?

O questionamento da hegemonia da universidade na geração de conhecimento e o resultado concreto das condições sociais decorrentes da obtenção de um curso superior em nossa região, muito mais do que um sentimento de indignação, deve nos levar a refletir se não é possível rever nosso fazer sem comprometer nossa qualidade. Entendo que a melhor forma de redução de custos para o aluno não seja cortar despesas, embora esta também deva ser considerada, mas sim elevando o valor percebido deste fazer. A valoração de nossos serviços começa por reconhecermos quais são as expectativas com relação a estes e, ao que parece, uma formação profissional de excelência seja um dos elementos mais demandados. Desta forma, esta valorização deve se dar, não somente nos aspectos substantivos da relação com nossos públicos, mas pela nossa capacidade em convencer *ex ante* e comprovar *ex post* de que fazemos a diferença nos aspectos materiais

do mundo da vida. Estes, mesmo que considerados por muitos da academia como de segunda ordem, são vistos como fundamentais para nossos potenciais alunos e para nós mesmos, haja vista nossa dificuldade em rever elementos de nossa renda construídos em outros momentos históricos da universidade e nos próprios padrões de consumo dos professores, demonstrados em pesquisa recente realizada pelo Sinpro-RS e que de modo algum se pretende aqui questionar.

A profunda mudança do setor de ensino superior observada no Brasil nos últimos anos não pode ser vista apenas pela perspectiva do ingresso dos novos modos de ensino, tais como o Ensino a Distância, pulverização de IES com aviltamento de preços e qualidade, mas deve ser analisada, principalmente, na perspectiva dos fatores que permitiram que essas iniciativas tivessem sucesso e fossem tão amplamente aceitas pela sociedade, ou, no mínimo, por segmentos da sociedade com os quais não temos conseguido interagir e gerar alternativas.

Voltando à Unijuí, podemos dizer que o atual nível de endividamento é elevado e incompatível com este novo contexto, pois foi concebido para ser administrado e amortizado em um setor em expansão. O recuo da demanda e dos preços de nossos serviços exige mudanças estruturais, seja na dimensão econômica, seja enquanto abordagem de ação. Entendo que hoje o aspecto mais importante para a superação da crise é um correto diagnóstico. Enquanto entendermos que a redução do número de alunos é temporária e oriunda de fatores climáticos, políticos ou da ação de novos ingressantes, que cedo ou tarde irão se retirar ou falir, nossas ações serão de espera e as soluções terão sempre um caráter temporário, de modo a aguardar que o setor retorne ao equilíbrio anterior. A título de exemplo, a reconfiguração econômica da Unijuí passa pelo reconhecimento de que, se aspectos contingenciais como inadimplência de alunos e do Estado persistem e se agravam na história, a quantidade provoca mudanças na qualidade e o problema torna-se estrutural e como tal deve ser encarado.

No nosso entender, o que vivenciamos é um rompimento de um estado de equilíbrio que não se dará novamente sob as mesmas premissas. As bases para este novo equilíbrio estão em construção e muitas destas bases talvez ainda não se conformaram de modo claro e completo. A sustentabilidade da Unijuí será decorrência de sua capacidade em compreender estas novas premissas e conseguir reconstruir-se a partir delas, utilizando os diferenciais substantivos que nos dintinguiram no passado como acúmulo para uma ação efetiva no futuro.

Por fim, é importante destacar que o quadro econômico e financeiro da Unijuí não pode também ser reduzido, de forma simples, a ações de uns e outros, apesar das responsabilidades serem diferenciadas, mas como decorrentes de um processo coletivo complexo e de um modelo autogestionário.

4 AUTO-AVALIAÇAO REALIZADA PELOS ESTUDANTES – DIRETÓRIOS E CENTROS ACADÊMICOS

4.1 Relatório do Curso de Geografia para a CPA

I) É necessária uma maior e melhor organização da secretaria acadêmica em relação às salas de aula, pois ainda existe a troca ou até a falta de salas no início das aulas, o que atrapalha o aproveitamento das matérias, principalmente as de menores créditos.

II) O cancelamento de matérias só poderia ser feito após os alunos do regime regular e especial terem feito suas rematrículas, pois muitas vezes perdemos a oportunidade de cursar uma matéria porque foi cancelado antes do prazo final. E principalmente prejudica os cursos que possuem um número menor de alunos.

III) A cobrança de uma taxa para o ajuste das matérias deve ser revista, pois muitos acadêmicos que haviam solicitado canceladas muitas vezes não conseguem encaixar de forma adequada as novas matérias, sendo que se faltar créditos para tanto não deveriam pagar a tal taxa do ajuste, sendo assim analisado o caso e não sendo comparado com aquele acadêmico que não fez a rematrícula no prazo certo, o que também não justifica a cobrança de uma taxa tão exorbitante.

IV) Outro ponto que acaba prejudicando as aulas é a falta de material de audiovisual, pois existe um horário para se reservar esse tipo de equipamento sendo que muitas vezes devido a carga horária do professor ele não consegue fazer isso, assim existindo um número maior não existiria esse problema. Deveria, também, ser separado os equipamentos destinados a eventos realizados na universidade, como semanas acadêmicas, ciclo de estudos ou até mesmo palestras, pois a dificuldade em se conseguir reservar esses equipamentos para esses eventos aumentou muito.

V) A reserva de espaços dentro da universidade, como salão de atos, os miniauditórios ou o salão da biblioteca, está muito difícil, pois mesmo existindo uma regra que diz que não se pode reservar o espaço, com mais de dois meses de antecedência, muitos cursos, além de fazê-lo muitos meses antes, ainda, reservam de dois a três lugares com a mesma data para o mesmo evento, o que impede os outros cursos de se programar também.

VI) O acesso à Internet dentro da universidade deve ser melhorado, pois muitas vezes um aluno que não possui um computador e necessita utilizar os laboratórios é prejudicado por não possuir um laboratório específico para pesquisa, e não é por falta de equipamento, sendo assim deveria existir um laboratório somente para pesquisa e outros somente para aulas sendo que poderiam continuar sendo usados nos intervalos das aulas pelos alunos.

VII) O bloqueio de *sites* deve ser revisto e decidido em conjunto com os acadêmicos, pois muitos *sites* que se encontram bloqueados servem para pesquisa, troca de informações ou até mesmo para discussões sobre assuntos ligados ao curso e a universidade, em que é uma das únicas formas de se manter contato com alunos ou professores de outras universidades, nesse caso o *orkut* serve como uma ferramenta muito importante, sendo que o curso possui uma comunidade e troca informações com acadêmicos que não residem no nosso Estado.

VIII) O uso dos computadores que estão na biblioteca é para pesquisar o acervo bibliográfico e não para pesquisas na Internet, necessitando assim um maior cuidado e até repreendimento dos acadêmicos que fazem isso, pois já é difícil achar a obra que se procura, sendo que muitas vezes a orientadora não faz nem idéia do título que se esta pedindo para consultar, se torna mais demorado com esse tipo de empecilho.

IX) Dentro do Departamento de Ciências Sociais existem alguns computadores em uma sala, que nós ousamos chamar de laboratório ou sala de bolsista, porém no momento existe somente um que pode estar em uso, sendo que possui uma quantidade grande de bolsistas e que nem todos os orientadores possuem ou podem dispor de seus computadores, dificultando, assim, o andamento da pesquisa. Pedimos a colaboração neste ponto para que pelo menos fosse disposto mais um ou dois computadores para o uso, pois além de bolsistas os alunos também os utilizam sendo que o departamento possui três cursos. Desta forma existe uma quantidade relevante de alunos.

X) Os acadêmicos de geografia estão profundamente revoltados e indignados com a troca de local de laboratório em que existam os programas básicos para cartografia, a disponibilidade de uma mesa para digitalização de mapas, sem contar cartas topográficas, mapas, gps, fitas métricas e demais materiais que sejam necessários em um trabalho de campo, enfim um laboratório de geoprocesamento em que o acadêmico possa entrar e ser recebido como fonte de aprendizagem. O único contato que possuímos com tudo isso era o geoprocesamento, porém onde somente poderíamos olhar os geógrafos trabalhar, sem ajudar ou mesmo fazer por conta própria, já que o único intuito desse laboratório era a prestação de serviços. Pedimos providências sobre o assunto, pois não se fazem geógrafos só com a teoria, a prática é fundamental.

XI) Outro laboratório que deveria ser usado pelos acadêmicos da geografia é o de hidrologia, porém isso não ocorre e não sabemos a causa, sendo que existem muitos assuntos ligados e seria uma opção de visualização de como ocorrem certos processos.

XII) Deveria ser vistoriada com mais freqüência, se é que isso é feito, o conteúdo programático que os professores usam, se eles respeitam o projeto político-pedagógico do curso, pois muitas vezes ocorre o estudo de temas que não cabem a certa matéria e o que deveria ser estudado não é feito.

XIII) Poderia ser feita uma avaliação pelos alunos de cada matéria e professor de seu curso, para assim ser melhorada a forma de ensino.

XIV) Poderia ser criado um projeto de ajuda para os cursos que estão passando por dificuldades, por exemplo, que possuem baixa adesão ou uma alta inadimplência, o que ocorre com as licenciaturas, por que se não houver ajuda para esses cursos eles irão fechar e não é o que queremos.

XV) No Departamento de Ciências Sociais o atendimento por parte da secretária é muito deficiente, existe uma má vontade em dar informações ou até mesmo dados tanto para alunos quanto para os membros do centro acadêmico, o aluno não é acolhido pelo contrário é sempre passado adiante na busca de informações o que faz com que se crie uma lacuna entre as informações e os acadêmicos.

XVI) As prestadoras de serviços contratadas para o xerox na universidade estão deixando a desejar, o atendimento é ruim, sendo muitas vezes os atendentes grosseiros, as apostilas vêm tortas, fora de ordem, o xerox fraco e não são entregues no prazo combinado, quando não são extraviadas.

XVII) Existem murais espalhados pelos prédios das salas de aula que não são usados, ou que não possuem atualização, poderiam ser distribuídos esses murais entre os cursos ou departamentos para melhor serem aproveitados.

XVIII) O relógio que foi instalado próximo da biblioteca deveria receber manutenção já que muitas vezes está com a hora errada ou com temperatura em desacordo.

XIX) A pavimentação da parada de ônibus precisa de reformas, existem buracos que quando chove empoça água e cria barro, quando está muito seco e com o trânsito constante levanta muita poeira, sem contar que os paralelepípedos usados estão em desalinho o que pode provocar um acidente, uma pessoa cair ou torcer o tornozelo, por exemplo, e a faixa de segurança que foi pintada já não existe mais, por tanto não é respeitado o pedestre.

XX) Poderia ser colocado mais banco nas duas paradas de ônibus, pois muitos acadêmicos ficam muito tempo esperando o ônibus em pé por não ter mais lugar para se sentar, o que se torna cansativo.

XXI) Poderia ser disposto uma placa definitiva com os horários dos ônibus em frente a parada da biblioteca, pois as folhas existentes podem ser rasgadas ou molhadas.

XXII) É necessária uma melhor iluminação no passeio que liga o prédio da pós-graduação com o passeio que vai para os departamentos, é um local que possui muita vegetação o que o torna de pouca visibilidade sendo ainda muito estreito.

XXIII) As placas de orientação dos prédios e locais do campus facilitam muito para quem não o conhece.

XXIV) O elevador para deficientes foi uma ótima modificação realizada e que vai facilitar o trânsito dessas pessoas.

XXV) A modificação da disposição dos periódicos vai facilitar a sua procura o que tornara mais rápida a sua utilização e devolução.

XXVI) A abertura de novo núcleo facilitará para o ingresso de acadêmicos, pois a área de abrangência se torna maior.

4.2 Relatório do Curso de Fisioterapia

Este relatório é baseado na avaliação do curso de fisioterapia realizado pela coordenadoria do curso, no final do ano de 2005.

4.2.1. Tópicos que se referem à formação

4.2.1.1. Grade curricular

A maioria dos alunos está cursando o currículo de 2001 que segundo classificação dos alunos é considerado bom. Este foi reformulado em 2006, onde a principal mudança é a diminuição no tempo de formação devido à condensação de algumas disciplinas e conteúdos, esta mudança foi considerada bem estruturada.

4.2.1.2. Aulas teóricas/práticas

Cerca de 90% dos alunos consideram a metodologia aplicada pelos professores como sendo boa. Os professores tentam melhorar o seu desempenho planejando aulas mais dinâmicas através da utilização de multimídias, porém algumas vezes essas aulas são impossibilitadas, pois a Pós-Graduação tem preferência na aquisição desse recurso. Nem todos os professores disponibilizam seu material de apoio antecipadamente aos estudantes.

Em relação às aulas práticas são consideradas boas pelos alunos, mas achamos necessário um contato mais precoce com os pacientes para que ocorra uma maior familiarização com patologias, diagnóstico e tratamento, visando tornar mais fácil o aprendizado teórico. (É mais fácil compreender uma patologia vendo-a na prática do que tentando decorá-la na teoria).

4.2.1.3. Pós-Graduação

Não foi estabelecido contato com os alunos da Pós-Graduação, mas o que se pode perceber é que a temática dos cursos é bem diversificada, sua divulgação é ampla e os professores são conceituados.

4.2.1.4. Organização técnica do curso

O Departamento de Ciências da Saúde é bem coordenado. A secretária do curso de fisioterapia é sempre acessível aos alunos e conta com bom atendimento. A coordenação do curso é bem representada. Deveria ser mais divulgado o nome do aluno representante do colegiado no curso.

4.2.2. Tópicos que se referem às condições institucionais de infra-estrutura

4.2.2.1. Estrutura geral

A construção predial é boa e bem preservada. A área próxima à clinica-escola de fisioterapia encontra-se em má conservação: com grama alta, tubos de concretos abandonados e desnivelações abruptas no terreno; onde uma boa solução seria o aterramento. Os estacionamentos são bem localizados, amplos e iluminados. As paradas de ônibus são em

pontos estratégicos, porém pouco abrangentes em dias de chuva, principalmente a parada em frente à biblioteca. Os funcionários da limpeza, da preservação das áreas verdes e da segurança são sempre muito eficientes na prestação de seus serviços.

4.2.2.2. Recursos disponibilizados

4.2.2.2.1. Biblioteca

É bem estruturada com vasto espaço para estudo. Quanto ao acervo faltam livros para alguns componentes específicos, além de uma melhor identificação nas estantes. Em algumas vezes o atendimento deixa a desejar.

4.2.2.2.2. Informática

Existe uma carência de computadores no campus para alunos em geral, e na clínica de fisioterapia para composição de relatórios de estágios e projetos. Há dificuldade de acesso aos recursos de multimídia.

4.2.3. Clínica-escola de fisioterapia

Apesar do acesso ter sido melhorado, existe ainda alguns pontos deficitários, considerando que não são só os alunos, mas também alguns pacientes que fazem uso desse trajeto. O espaço físico das salas de aula e dos boxes de atendimento é muito pequeno em relação ao fluxo de pessoas que por lá circulam. Também há carência de uma piscina témica.

4.2.4. Adesão ao movimento estudantil

Pela visão do Centro Acadêmico de Fisioterapia a adesão ao movimento estudantil é baixa, mas se eleva quando ocorrem eleições para o DCE – Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos. Porém os alunos que participam atuam efetivamente.

4.3 Parecer da Avaliação do Curso de Psicologia da Unijuí

Esta avaliação foi realizada a partir da aplicação de um questionário a aproximadamente 90% dos acadêmicos do curso de Psicologia, campus Ijui. Foram elaborados, pelo Diretório Acadêmico de Psicologia (DAP), cinco questões avaliando o trabalho dos professores, as qualidades da pesquisa e extensão, o acervo da biblioteca e o atendimento pelos funcionários e professores junto ao Departamento de Filosofia e Psicologia (DFP).

Quanto ao trabalho dos professores em sala de aula, de 98 alunos que responderam a questão correspondente a este aspecto, 1% consideram ruim (1 aluno), 47% consideram bom (46 alunos) e 52% consideram razoável (51 alunos). Segundo os alunos, os professores possuem um bom nível acadêmico, estão sempre dispostos a esclarecer questões, aprofundar conteúdos. Mas uma pequena parcela dos professores não apresenta uma boa dinâmica na exposição dos conteúdos.

Em relação às pesquisas de iniciação científica, dos 95 alunos que responderam à questão correspondente a este aspecto, 27% (26 alunos) consideram que o curso não colabora e não incentiva para a formação de alunos pesquisadores, 29% (27 alunos) consideram que sim e 44% (42 alunos) considera esta colaboração e incentivo razoável. Os alunos deixam claro não saber o que significa ‘pesquisa de iniciação científica’. E os que sabem, reclamam da limitação da mesma, da falta de divulgação por parte dos professores e nada de incentivo.

Quanto ao acervo da biblioteca, de 93 alunos que responderam a questão correspondente a este aspecto, 5% (5 alunos) consideram ruim, 44% (41 alunos) consideram bom e 51% (47 alunos) consideram razoável. Há falta de livros para além dos indicados em sala de aula, a queixa vem neste sentido.

Quanto ao atendimento junto aos funcionários e professores no DFP, de 97 alunos que responderam a correspondente questão sobre este aspecto, 8% (8 alunos) consideram razoável e 92% (89 alunos) consideram bom. Os alunos enfatizam o quanto os funcionários deste local são atenciosos, prestativos, esclarecedores, atendendo com respeito aos alunos.

Quanto às atividades de extensão, de 80 alunos que responderam a questão correspondente a esse aspecto, 31% (25 alunos) as consideram ruins, 33% (26 alunos) consideram boas e 36% (29 alunos) consideram razoáveis. A partir da análise das justificativas, percebe-se a falta de informação dos alunos a respeito das atividades de ‘extensão’. Reclamam da não divulgação por parte dos professores. Muitos não responderam a esta questão por não saberem o significado da palavra ‘extensão’.

5 DIMENSÕES DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE RECURSOS HUMANOS – DOCENTES

a) Do Plano de Carreira

A FIDENE, instituição mantenedora da Unijuí, possui "Plano de Carreira do Magistério Superior" que define cargos e salários, ingresso, alocação e progressão desde o ano de 1981. Este primeiro Plano dá uma estruturação tecnicamente mais adequada a um sistema de classificação e salários que regia a política de pessoal da Instituição implantado já no ano de 1971. Ao longo dos últimos 25 anos o "Plano de Carreira..." inicialmente proposto e implementado, sofre alterações que objetivam adequá-lo às novas políticas e planos de desenvolvimento institucionais: à conjuntura regional/nacional da qualificação docente e às demandas de natureza acadêmica ou sindical dos docentes. O Plano atualmente em vigor (Resolução do Consu nº 32/2005) incorpora significativas modificações, cujo alcance é ainda de difícil dimensionamento e avaliação, ele é resultado de uma iniciativa da Vice-Reitoria de Administração, chancelada pelo Consu, sem que tenha havido maior participação da CPPD em sua formulação.

As considerações expendidas no decorrer deste texto realizam-se, em boa medida, no marco do *status quo ante*, o horizonte temporal é precisamente aquele que alcança o segundo semestre de 2005 e se altera por conta da resolução acima citada..

Na proposição inicial, o desafio institucional era qualificar seu corpo docente e retê-lo na Instituição. Na década de 70 a existência de professores com formação pós-graduada, especialmente no interior do Brasil, era extremamente precária e incipiente. Poucos mestres e raríssimos doutores se dispunham a fixar-se numa pequena instituição universitária tão distante dos centros mais desenvolvidos. A política de pessoal docente implantada procurava enfrentar esta situação adversa basicamente com dois instrumentos: 1) plano de cargos e salários que incentivava a permanência na Instituição pelo mecanismo da progressividade salarial através da valorização da formação pós-graduada e da incorporação de adicional por tempo de serviço; 2) apoio à formação docente através da concessão de bolsas de estudo institucionais ou em convênio com outras instituições financiadoras, via de regra entidades internacionais de ajuda.

O crescimento acelerado da Instituição, novos cursos, atuação em diferentes *campi*, demandava novos profissionais, simultaneamente a formação de mestres e doutores havia tomado forte impulso em todo país, resultava desses distintos processos o aumento da demanda e, ao mesmo tempo, da oferta de docentes já qualificados. No enfrentamento a esta nova realidade ocorre na Unijuí : 1) o aprimoramento dos processos seletivos de ingresso na carreira docente; 2) progressiva redução ao incentivo para a formação pós-graduada (bolsas de estudo institucionais) para seus docentes; 3) melhoria salarial, já no início da carreira, como fator de atração de novos profissionais.

O processo seletivo de ingresso formaliza-se mais, tendo como seus pilares o desempenho do candidato nas provas públicas de docência e de conteúdo, e na titulação e produção acadêmica, o que caracteriza um procedimento público de avaliação da qualificação e mérito acadêmico dos postulantes.

Ao longo dos anos a Unijuí, (criada em 1985) transformou-se numa instituição complexa e relativamente grande seja quanto a seus cursos, corpo discente e quadro funcional. Esse crescimento apresenta como contrapartida alguns estrangulamentos de natureza econômico-financeira cuja superação vem sendo intentada nos últimos anos. É assim que: 1) modificam-se os critérios de incorporação de avanços salariais por "tempo de serviço"; 2) é flexibilizado o regime de trabalho do pessoal docente integrante do plano de carreira, abandonando-se a rigidez dos regimes de 40 ou 20 horas semanais; 3) fixa-se pela primeira vez um quadro de vagas, inicialmente para a classe dos professores titulares, e 4) passa a ser realizado concurso interno para o provimento de vagas nesta classe.

A par dos estrangulamentos que vão sendo sentidos, é importante ressaltar que a existência de uma clara e consistente política de pessoal, da qual o Plano de Carreira revelou-se um dos instrumentos mais importantes, permitiu à Unijuí contar hoje com um qualificado corpo docente permanente, administrado e avaliado em suas atividades acadêmicas de modo autônomo pelos pares, e que apresenta baixo índice de rotatividade. Este conjunto de fatores constitui por certo um diferencial no âmbito das instituições privadas de ensino superior brasileiras.

O Plano de Carreira organiza os docentes em dois grandes quadros, o dos "Professores Efetivos" e o dos "Professores Colaboradores", com a Resolução mais recente, que altera o Plano de Carreira, tem-se também os quadros dos "Professores Seniores"; "Professores Convidados" e os "Professores Visitantes".

A observância do Plano de Carreira do Pessoal Docente no que diz respeito à coordenação dos processos seletivos e de avaliação de desempenho docente fica a cargo da Comissão Permanente de Pessoal Docente (criada em 1992) e, quanto ao trato das questões operacionais, sob a responsabilidade dos setores administrativos correspondentes comuns à administração de pessoal da Fidene/Unijui.

b) Do plano de salários e de incentivos adicionais

Os níveis salariais praticados ao longo dos anos apresentam uma flutuação que guarda relação com fatores conjunturais que afetam o desempenho da Instituição. De qualquer sorte é adequado reconhecer que na última década os níveis salariais melhoraram como estratégia de atração de docentes, de garantia de sua permanência na Instituição e mesmo de competitividade no "mercado" universitário. A par de salários mais atraentes, a própria existência de um Plano de Carreira com a conseqüente perspectiva de progressão na carreira, constitui-se num atrativo ao qual se soma a possibilidade de acesso a plano privado de saúde e cartão institucional de crédito.

O plano de salário estrutura-se em quatro classes – Auxiliar; Assistente; Adjunto e Titular sendo que cada uma destas classes divide-se por sua vez em quatro níveis. O enquadramento inicial leva em consideração a titulação acadêmica do docente e a progressão salarial obedece ao tempo de enquadramento em cada nível e avanços da titulação docente. Para um piso salarial (Professor Auxiliar, Nível 1) equivalente ao índice " 1, 0 " tem-se um teto salarial (Professor Titular, Nível 4) cujo índice é "2,2 ". A estes avanços salariais deve-se considerar o adicional por tempo de serviço limitado ao teto de 20% do salário.

A recente Resolução Consu nº 32/2005, afora outras alterações no Plano de Carreira introduziu a figura do Quadro de Professores Seniores. Incluem-se, nesta categoria, os docentes que à data da entrada em vigor da resolução tiverem ao menos 50 anos de idade e 20 anos de vínculo empregatício. Estes professores sofrerão uma redução compulsória de carga horária de trabalho e respectivo trabalho, adquirindo concomitantemente estabilidade de emprego.

c) Das condições de trabalho

Uma instituição auto-gestionada, como é o caso da Unijuí, tem como pressuposto um elevado grau de participação e solidariedade de seu corpo funcional. É precisamente esta coesão que tem permitido a unidade de propósitos e de ação que tão bem a caracteriza e diferencia. As relações interpessoais no desenvolvimento de atividades acadêmicas se faz em clima de cooperação e respeito mútuo e especialmente de autonomia docente. A atribuição de tarefas, a delegação de responsabilidades e a própria avaliação se faz inter-pares, particularmente no âmbito dos Departamentos, tendo como parâmetro, observados os ordenamentos emanados do Conselho Universitário, do Plano de Carreira e a Legislação Trabalhista e das razões de ordem acadêmica.

Nos anos mais recentes, tem-se observado crescente formalização do controle do trabalho docente que, aliada ao aumento e diversificação da carga de trabalho, tem resultado em recorrentes manifestações de stress físico-emocional de muitos docentes, como, aliás, atesta estudo desenvolvido por docentes do Departamento de Ciências da Saúde da própria Unijuí.

d) Alguns pontos de estrangulamento na execução da política de recursos humanos

O Plano de Carreira em vigor, como de resto todos os anteriores, não fixaram um quadro de vagas que permitisse regular as condições de promoção de uma classe a outra. Com isso cristalizaram-se distorções caracterizadas pelo inchaço das classes "superiores" com a conseqüente repercussão no montante da massa salarial. A partir do segundo semestre de 2005 iniciou-se a fixação do quadro de vagas para a Classe de Titulares, por Departamento. A distorção antes referida apresenta aqui sua outra face, em muitos departamentos inexistem vagas, ocupadas que estão por antigos professores que progrediram na carreira por conta de regras de planos anteriores, muitas vezes com titulação inferior aos novos professores doutores.

A avaliação de desempenho acadêmico, através de critérios claros e consensualmente estabelecidos é ainda uma necessidade e carece de discussão e implantação. Nas atuais circunstâncias, em que não está estabelecido o quadro de vagas nas demais classes, os Departamentos, a quem incumbiria a avaliação, tendem a serem lenientes no que se refere à avaliação, tornando-a mera formalidade.

Outra questão preocupante diz respeito ao que se poderia denominar "ativismo acadêmico", caracterizado pelo excesso de atividades que resulta ou serve de álibi para a baixa produtividade acadêmica sempre que se considerarem indicadores relacionados à pesquisa e produção científica.

Quando a instituição Fidene/Unijuí aproxima-se de seu cinqüentenário é evidente que parcela crescente do corpo docente esteja se encaminhando para a aposentadoria. Como a aposentadoria oficial (INSS) representa uma significativa perda salarial, a estratégia dos professores tem sido manter-se em atividade, mesmo quando aposentado, reintegrando-se ao quadro funcional. O envelhecimento do corpo docente tem posto na ordem do dia a necessidade de constituir-se um plano de aposentadoria suplementar.

e) Para finalizar

Neste momento de turbulência econômico-financeira que a Unijuí atravessa está em marcha um conjunto de medidas que tem afetado sobremodo as condições de trabalho, a gestão de pessoas, as rotinas e a própria estrutura administrativa. Este conjunto de modificações torna extremamente voláteis afirmações mais peremptórias, mas parece adequado dizer que está em gestação um novo modelo institucional que afetará também e especialmente as condições de trabalho docente.

Exemplo disso é a própria modificação do lugar e do papel da Comissão Permanente do Pessoal Docente – CPPD.

Nos termos da Resolução Consu nº 23/92, que instituiu a CPPD, é sua atribuição "coordenar os processos seletivos". Esta, aliás, parece ser a única função que restou à CPPD, qual seja, coordenar os processos seletivos, tanto para a contratação de novos docentes do quadro de professores efetivos, quanto para o provimento de vagas (promoção) para a classe dos Adjuntos e dos Titulares. Fica, em definitivo, ao encargo dos Departamentos a seleção de Professores do Quadro de Colaboradores e Professores Convidados. Outra atribuição inicialmente de responsabilidade da CPPD era o processo de avaliação de desempenho docente, neste caso a dificuldade de implementação de um procedimento consistente, claro e ordenado, resultou no abandono do procedimento em benefício da progressão unicamente com base na titulação. Uma terceira responsabilidade inicialmente atribuída dizia respeito ao exame da titulação acadêmica obtida no exterior, questão que hoje está melhor regulada pela legislação federal e é desenvolvida diretamente pelos setores administrativos da Fidene/ Unijuí.

Enquanto instância de participação docente nos mecanismos e práticas da administração de pessoal e à luz das medidas administrativas mais recentes, a CPPD torna-se um anacronismo. O que está em jogo é especificamente a própria razão de sua existência, já que a coordenação de processos seletivos (editais, nomeação de bancas, publicação de resultados...) é uma atividade que pode ser feita diretamente pela Coordenadoria de Recursos Humanos.

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

6 DIMENSÕES DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE RECURSOS HUMANOS – TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E DE APOIO

A mantenedora FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado tem como suas mantidas a Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, a RTVE – Rádio e Televisão Educativa, a EFA – Escola de Educação Básica Francisco de Assis, o MADP - Museu Antropológico Diretor Pestana e o IPD – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Atualmente 701 técnicos, administrativos e de apoio compõem o quadro de colaboradores que atuam no âmbito da Fundação. A Unijuí, sendo a maior Mantida, congrega o maior número de colaboradores, ou seja, 629.

A categoria dos Técnico-Administrativos e de Apoio tem como função principal colaborar com a Instituição, para que a mesma possa desenvolver com eficiência e eficácia suas atividades fins: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Uma das preocupações institucionais ao longo da sua história foi promover à categoria dos técnico-administrativos e de apoio a possibilidade de fazer carreira nesta condição. Em determinado momento esteve presente a idéia (ou a sensação) de que a permanência enquanto técnico-administrativo e de apoio era um estágio à carreira de docente, ou seja, durante a fase de formação, o colaborador permanecia como técnico, tão logo estivesse diplomado, buscava o ingresso na carreira do magistério. Esta questão perdurou por algum tempo e pôde ser resolvida ou pelo menos dissipada através da criação do Plano de Carreira do Pessoal Técnico, Administrativo e de Apoio da Fidene, nos idos de 1985, quando se formalizou um plano de carreira, permitindo que os colaboradores pudessem visualizar com maior clareza as possibilidades de crescimento e ascensão na Instituição, até então a política de pessoal era gerida por um quadro de salários.

O atual Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo e de Apoio carece de revisão. Com o passar dos anos, várias questões se colocam de forma diferenciada, necessitando aperfeiçoamento e adequação aos parâmetros atuais.

Dentre estas necessidades de aperfeiçoamento e adequações, destacamos algumas: a ascensão inercial: repensar tendo em vista a tendência e necessidade de remunerar e propiciar o crescimento dos colaboradores através de suas competências, habilidades e atitudes; o ATS – Adicional Por Tempo de Serviço: ser adequado aos parâmetros do dissídio coletivo da categoria; a revisão dos cargos: sua distribuição em graus e níveis; os processos seletivos: reformulação e readequação das etapas; e quadro de vagas: redefinição de atribuições e responsabilidades.

A CPTA - Comissão Permanente de Pessoal Técnico, Administrativo e de Apoio da Fidene - é constituída por sete membros indicados pela Direção Executiva e tem como finalidade "assessorar esta na implantação e administração do Plano de Carreira, bem como nos processos seletivos e de avaliações de desempenho dos funcionários da Fidene e suas mantidas".

Um dos pontos de estrangulamento da política de recursos humanos junto ao quadro de técnico-administrativos e de apoio da FIDENE é a necessidade de um processo formal de avaliação de desempenho. O Plano de Carreira indica neste sentido a necessidade de criação de um instrumento específico que permita esta prática no âmbito da instituição. Hoje, o processo de avaliação de desempenho ocorre somente em algumas unidades, decorrente da compreensão da chefia, de acompanhar e avaliar o trabalho, os processos e o desempenho das pessoas, tendo como foco os objetivos institucionais. Esta prática tem se mostrado insuficiente, pois não tem uma amplitude Institucional. Ao par disto, existe uma idéia (ou desejo) de um grupo significativo de integrantes do quadro de técnicos, administrativos e de apoio que a avaliação de desempenho é fator de aumento de remuneração, daí criando uma pressão pela realização deste processo.

Em 2005, iniciou-se na Coordenadoria de RH um trabalho denominado – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGP. Inicialmente focado nos gestores - gerentes e chefes de núcleos - e visa capacitá-los para o exercício da função de líder. O trabalho inicial partiu de um diagnóstico de como estes gestores se vêem na função, qual o papel do RH na Instituição e o que é determinante para os gestores tornarem-se efetivamente líderes de suas equipes. A partir daí, foi construído o Mapa de Desenvolvimento de Competências, que permite traçar um roteiro das responsabilidades e competências técnicas e comportamentais que gestores precisam desenvolver para desempenharem suas funções. Este mesmo instrumento permite que seja feita a avaliação dos ocupantes dos cargos e a construção de um plano de ação que permita aperfeiçoar seu desempenho institucional.

A meta para 2006 é construir os Mapas de Desenvolvimento de Competências por cargo e conseqüentemente por colaborador de cada unidade, possibilitando assim um processo de avaliação integral, do ocupante do cargo, relacionado com os processos de trabalho.

Coordenadoria de Recursos Humanos

7 AVALIAÇÃO DA CPPS – COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS SELETIVOS – 2005

A CPPS - Comissão Permanente de Processos Seletivos da Unijuí, subordinada à Vice-Reitoria de Graduação da Unijuí desenvolve atividades pertinentes à realização dos concursos vestibulares da Unijuí nas edições de inverno e verão. Uma das ações mais específicas é poder, em conjunto, avaliar aspectos relevantes e representativos das diversas práticas de divulgação dos concursos vestibulares, incluindo análise dos temas sugeridos para campanhas internas e externas ao ambiente da Unijuí, bem como avaliar a oportunidade de implementação de alterações ou melhorias. Em qualquer situação é do Consu o caráter deliberativo final incluindo o conjunto da oferta de cursos nos *campi*.

A trajetória das diversas edições de vestibular permite perceber as características e evolução operacional e estratégica de todas as edições e campanhas realizadas ao longo do tempo, caracterizando em detalhes diferentes momentos, a evolução, os níveis de complexidade, a sofisticação tecnológica envolvida e incorporada a cada edição.

Desde os anos de 1957 a instituição realiza os processos seletivos a partir de recursos humanos internos viabilizando eventos adequados ao momento, às especificidades do público local, regional, nacional e eventualmente internacional. A expansão da oferta, a presença crescente de alternativas de opções de ensino superior na área prioritária de ação na região noroeste do estado, o fortalecimento e melhoria da estrutura e infra-estrutura da universidade assumiu sempre melhores contornos sendo uma referência para muitas instituições.

Duração do vestibular

Dada a amplitude da oferta e da demanda, os vestibulares inicialmente eram realizados em diversos dias variando de cinco dias até um dia. A realização do vestibular em apenas um dia é uma prática recente que ainda está em vigor hoje. As provas sempre foram elaboradas, produzidas, aplicadas e corrigidas por professores e profissionais vinculados à instituição. Em diversas oportunidades foi contratada a instituição para produzir e realizar provas de vestibular a pedido de instituições próximas, otimizando o esforço de produção e aplicação. Este fato é um reconhecimento à competência e qualidade do processo. A Setrem (Três de Maio), a Fundação Alto Uruguai (Frederico Wespthalen) e o Instituto Educacional Dom Bosco (Santa Rosa) solicitaram este serviço.

Ao longo do tempo houve ajustes na forma da aplicação do Concurso Vestibular com interferência na estrutura das provas, superando a simples junção ou coletânea de questões específicas por áreas de conhecimento para um estágio onde as questões aparecem integradas a partir de textos interpretativos. Esta inovação no conteúdo e na forma das provas, apresentada de forma interdisciplinar bem como expansão do uso da informatização no processo, representa o estágio mais avançado de qualificar a estrutura da prova que atende a objetivos de interpretar e resolver questões de conteúdo expresso no texto.

Comparando com as primeiras edições onde o vestibular era feito somente em Ijuí, exigindo a presença física do candidato e hoje, numa situação de ampla descentralização das inscrições, pode-se dimensionar as mudanças disseminadas no acesso e a universalização da informação. Antes as formas de inscrição e pagamento eram muito restritas. Hoje as inscrições são, em tese, todas descentralizadas, feitas por internet ou de forma virtual, dispensando deslocamento físico compulsório do candidato para inscrição no vestibular. Além disso, há um conjunto de alternativas propostas sobre o local preferido para a realização da prova, atendimento às diferenças dos candidatos que demandarem atendimento especializado. Ex: Audição e visão.

Com a expansão das atividades relativas ao vestibular foram realizadas, ao longo dos anos constantes roteiros de visitas específicas a municípios do RS, SC e PR. O objetivo é contemplar escolas de segundo grau, secretarias municipais de educação, delegacias regionais de educação, imprensa falada, escrita, televisiva, cooperativas, prefeituras,etc. Esta prática dá condições de perceber tendências e carências na oferta de novos serviços em nível de graduação e pós-graduação.

Material de divulgação

As campanhas de divulgação, iniciando com o lançamento e posterior veiculação, incluem peças publicitárias, material de apoio institucional impresso e eletrônico diversificados. O material de divulgação em jornais, rádios e televisão são desenvolvidos a partir de propostas concebidas, avalizadas e concretizadas por colegas da instituição. A busca de otimizar o uso dos recursos escassos perpassou a fase da: Fafi, Fidene e Unijuí. Com a necessidade de buscar qualificar a produção do material de divulgação, incluindo recursos adicionais de produção gráfica e melhoria tecnológica da produção de vídeo, diagramação, composição de cores, articulação expressiva com órgãos de comunicação de abrangência estadual e interestadual foram feitos contratos específicos com empresas que assumiram a responsabilidade da criação publicitária Agências de Ijuí, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul. Esta contratação externa substituiu a primeira fase onde, com muito esforço e boa vontade, eram produzidos os materiais de divulgação (ex: cartazes, cartazetes, folders, manuais informativos, folhetos específicos conforme demanda).

Hoje, com a presença e contribuição dos profissionais da Fidene/Unijuí, egressos do curso de Comunicação Social, é possível assumir a concepção e criação das campanhas de Vestibular nos mínimos detalhes e abrangência. Isto permite garantir unidade na concepção além da imprescindível qualidade. Este trabalho de suporte cria propostas de veiculação, produz e estabelece um cronograma para a realização da campanha institucional. Destaca-se que antes da veiculação a proposta é avaliada pelo Comitê de Avaliação dos Processos Seletivos para considerações, observações e alterações, se necessário.

Operacionalização do vestibular

As atividades operacionais inicialmente recaiam sobre uma Comissão Central, localizada em Ijuí, cuja responsabilidade ocorria a viabilização do evento global.

É bom lembrar que na década de 80 ocorreu a oferta intensiva dos cursos do regime especial, conhecidos como cursos de férias. A oferta estava concentrada basicamente em licenciaturas. A demanda intensa e heterogênea com a participação muito expressiva de vestibulandos de Santa Catarina e Paraná principalmente, além de municípios distantes de Ijuí. Foi uma atividade que deu muita visibilidade à Fafi/Fidene, principalmente pela participação e presença de profissionais da educação presente em diversas regiões do Brasil, numa ação estratégica que é o setor educacional.

Em alguns anos foram oferecidos vestibulares específicos e em datas diferenciadas para os dois regimes (regular e especial). Além destas alternativas do vestibular de verão ocorre há duas décadas a realização do vestibular de inverno (mês de julho), com ingresso nos campus Ijuí, Santa Rosa, Três Passos e Panambi. As razões da oferta incluem desde a possibilidade de utilizar mais intensivamente a infra-estrutura da universidade bem como permitir acesso aos candidatos que por outras razões demonstram interesse em ingressar na universidade. Destaca-se o grande número de cursos ofertados, inclusive diurnos, que permite que um contingente freqüente de cursos em turnos diferenciados. É uma forma de otimizar as instalações, a capacidade instalada e o potencial operacional da infra-estrutura.

Historicamente o ensino superior, na Fafi, na Fidene e na Unijuí esteve sustentado basicamente em cursos de licenciatura. Posteriormente foram introduzidos bacharelados na área da administração, área de saúde, área de informática, área das engenharias e afins oportunizando agregação de oportunidades e complementaridade entre as áreas.

O vestibular mesmo sendo compactado em apenas um dia, envolvendo 30 questões objetivas e a prova de redação, conseguiu produzir inovação no processo. O ganho qualitativo do formato da prova privilegia a capacidade de escrever, pensar, articular o raciocínio, interpretar textos de forma inteligente. Esta modalidade não significa em nenhum momento fragilizar o processo seletivo e classificatório. Permite garantir formas alternativas de avaliar com mais detalhes a capacidade de expressão e interpretação, garantindo o mérito classificatório.

Os recursos modernos de aplicação do vestibular permitem estudos comparativos de informações, relatórios estatísticos os mais diversos. A série temporal dos inscritos por campus, por curso, por município, e o respectivo perfil sócio-educacional compõe um banco de dados invejável, permitindo subsidiar tendências positivas e negativas tanto para a secretaria acadêmica como para a gestão da universidade. Com freqüência as informações históricas permitem munir decisões em termos de avaliar tendências e comportamentos da demanda.

Perfil dos Vestibulandos

A crescente participação feminina no vestibular e no acesso à universidade, a migração dos candidatos para áreas emergentes além da licenciatura, o ingresso de candidatos relativamente jovens, a predominância dos recém concluintes do segundo grau, a presença significativa dos alunos oriundos das redondezas dos núcleos e campus, a proletarização da população, a redução na renda, a necessidade crescente de precisar trabalhar durante o curso, a busca de bolsas ou subsídios, a absoluta maioria provinda do Rio Grande do Sul, exige cuidados especiais na análise e na programação da oferta e expansão.

Exige-se uma análise consistente por parte da universidade, sobre o comportamento histórico da demanda. Há nos últimos anos uma relação inversa entre o número de vagas oferecidas e o número de cursos ofertados, além da tendência da redução do número de inscritos e a conseqüente redução da relação candidato/ vaga (ver tabela n. 1).

Comissão Permanente de Processos Seletivos

Dada a complexidade das ações, e com o objetivo de garantir qualidade aos apelos da campanha publicitária e de divulgação, foi criada a Comissão Permanente de Processos Seletivos. É um fórum que permite de forma privilegiada comentar o desempenho das ações de divulgação e realização do vestibular em edições anteriores, bem como dar diretrizes para novas campanhas, novas ofertas, avaliando com critérios consistentes, aspectos intrínsecos ao evento, tais como, acesso diferenciado, Enem, ProUNI, Creduc, FIES, programa de bolsas, parcerias, etc. A divulgação diferenciada, os apelos publicitários da campanha, a avaliação das peças publicitárias, as novas formas de ingresso, os subsídios para edital, enfim permitir padrão de análise aos níveis da responsabilidade institucional a partir da percepção heterogênea dos integrantes da Comissão.

Registra-se um fato histórico, via convênio com o INCRA, oportunizou-se a formação de acadêmicos de diversos estados brasileiros no curso de Pedagogia em turma específica para educadores ligados ao MST. Destaca-se, também, o convênio pioneiro realizado mediante compra de vagas entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul , via Uergs e a Unijuí para dois cursos gratuitos: Engenharia Mecânica no Campus de Panambi e Química Industrial de Alimentos no Campus Santa Rosa, ambos oferecidos pela Unijuí. Durante duas edições a manutenção dos alunos nestes cursos da Unijuí tiveram suas mensalidades bancadas pela Uergs. A experiência deu grande visibilidade aos cursos e a Unijuí em termos estaduais.

Os dados históricos obtidos a partir da aplicação do instrumento identificado como ficha sócio-educacional, aplicado aos vestibulandos, permite constatar que alunos e ex-alunos exercem influência muito importante em relação a imagem positiva da instituição bem como na indicação de outros candidatos aos cursos. Em segundo lugar consta a influência das diversas mídias na divulgação e de forma privilegiada a Televisão.

Articulação com a Mídia

Há um trabalho permanente e bem articulado entre a Unijuí e a imprensa regional, garantindo veiculação massiva, com qualidade em diversas alternativas, incluindo material jornalístico. Destaca-se o elevado número de entrevistas com perguntas adjacentes à função da universidade na área de ação, a participação em eventos e presença regular nas ações da sociedade civil. Percebe-se que a universidade garantiu trânsito entre os agentes de comunicação que são prestativos em divulgar com pertinência o conjunto de eventos diversificados e permanentes que ocorrem dentro e fora da universidade. Especificamente em relação ao vestibular há dezenas de oportunidades para divulgar via entrevistas e contatos as novidades e considerações sobre a importância da universidade sobre assuntos diversos.

Para reforçar a imagem institucional e permitir acesso ao espaço disponível são realizados regularmente eventos. Um dos mais conhecidos é o Profissional do Futuro. É uma forma de expor e visibilizar tudo o que a universidade tem e é. O foco é a comunidade, os estudantes, os acadêmicos. É uma forma de envolver todo o corpo acadêmico no sentido de explicitar a proposta e o significado. O envolvimento de alunos nestas atividades tem propiciado ganhos interessantes. Nesses eventos ocorrem expressões artísticas locais, shows, sinalização privilegiada, articulação com departamentos, secretarias, infra-estrutura, reitoria, público das escolas.

O evento vestibular

Desde a inscrição ao vestibular até a realização da prova é disponibilizado aos interessados formas de acesso a informações complementares como localização da sala, prédio, campus e relação candidato/vaga.

A produção das provas bem como todo o processo de realização obedece a um rigoroso cronograma de prazos, tempo pré-determinado para divulgação dos resultados. Isto dá confiança aos candidatos e é expressão de excelência. Ex: médias por prova, lista dos classificados, suplentes, reopção, matrícula, programa de bolsas, ddg, internet.

A divulgação em cadeia regional de rádios, integrando até duas dezenas de rádios simultaneamente, faz disponibilizar informações e fatos de forma a construir imagem muito positiva junto ao público alvo. Além disso, um conjunto de sínteses, curiosidades dados, boletins de desempenho pela internet de forma *on line* permitem em tempo real informar o andamento da evolução do evento vestibular.

Quadros comparativos

A seguir são apresentados quadros comparativos sobre a oferta de vagas, inscritos e candidatos/ vaga dos vestibulares de verão e inverno (1992 a 2005). Esta série evolutiva é matéria-prima para análises e decisões de caráter estratégico a partir de indicativo de tendências históricas da oferta e demanda.

Tabela 1: Evolução Vestibular Inverno (1992 – 2005)

Ano	Vagas	Inscritos	Cand/vaga
1992	455	736	1,62
1993	430	793	1,84
1994	360	813	2,26
1995	579	1317	2,27
1996	475	1044	2,20
1997	860	1813	2,11
1998	885	1552	1,75
1999	970	1540	1,59
2000	945	1151	1,22
2001	855	1114	1,30
2002	1075	1373	1,28
2003	1370	1369	1,00
2004	1460	1193	0,82
2005	875	857	0,98

Fonte: CPPS e SIE - Unijuí

Tabela 2: Evolução Vestibular Verão (1993 – 2005)

Ano	Vagas	Inscritos	Ca
1993	1790	1957	
1994	2010	2561	
1995	2110	3032	
1996	2030	2622	
1997	2035	2737	
1998	2305	3366	
1999	2520	3654	
2000	2380	3388	
2001	2470	2885	
2002	2595	4607	
2003	2705	4170	
2004	2840	3749	
2005	2785	3189	

Fonte: CPPS e SIE - Unijuí

CAEU

A criação e implantação da CAEU – Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários, ocorrida em 2004, viabiliza a ocorrência de um conjunto de ações para receber e acompanhar quem ingressa ou chega à universidade. As atividades são múltiplas: inscrição, seleção de bolsas, conferência da documentação, emissão dos classificados, além de informações complementares de apoio (bolsas, habitação e encaminhamentos diversos).

Impressões da comissão

Trabalhar na comissão do vestibular é poder contar o tempo todo com a parceria de seus integrantes, pois são centenas de oportunidades para ouvir, prestar esclarecimento e articular o que pode representar um esforço privilegiado de atrair e poder dar boa impressão de nossas práticas, idéias, propostas e perspectivas que podem ser criadas.

A sofisticação percebida hoje, principalmente com o advento da informática, a telefonia e o grupo de apoio, tem desenvolvido e implementado sistemas ágeis, confiáveis, meticulosos e sob medida, a partir de demandas internas. Tudo isto é expressão da competência e da importância que se dá a esta atividade. Destaca-se o suporte recebido ao longo do tempo pelo núcleo de informática.

Evoluiu-se muito, aprendeu-se muito e estamos perseguindo o indispensável envolvimento das pessoas mais próximas que são tão determinantes nas nossas atividades.

Pelo fato de a CPPS ser de apoio, não deliberativa, está cumprindo a sua missão bem como destaca a honra que é poder subsidiar as diversas instâncias decisórias com algumas sugestões e análises criteriosas.

Toda a memória dos concursos vestibulares desde suas origens está condensada em dois relatórios produzidos em cada edição: um mais sintético sem a lista completa dos inscritos, classificados, suplentes e reoptantes. Outro, em poder da Comissão Permanente dos Processos Seletivos onde consta a memória de tudo o que foi produzido em torno do evento vestibular (integrantes da comissão, equipe de trabalho, modelo de folders, cartazes, manual, fichas de controle, inscrições, estatística por sala, por fiscais, por prédio, por campus, desempenho dos vestibulandos na prova com as respectivas médias de acertos e erros por questão, equipe de correção da redação, dados do perfil socioeconômico, evolução da oferta de vagas por curso, por campus, por núcleos, por município e por estado, quadros evolutivos que incluem curso por curso em relação a oferta e relação candidato vaga, sínteses remetidas à imprensa, sínteses disponibilizadas no SIE, bem como informações afins.

A CPPS representa os setores que mais diretamente têm a ver com o evento vestibular em seus diversos momentos e articulações. Os integrantes diretos e os que se envolvem com a viabilização do evento, são profissionais com larga experiência, com elevada sensibilidade para tratar adequadamente os diferentes perfis de candidatos, as mais diversas perguntas e encaminhamentos.

O vestibular na Unijuí está bem mais complexo, mais abrangente, mais substantivo e representa o grande momento de a universidade estar na mente e no coração da sociedade com suas ações, suas propostas, seus serviços e suas convicções.

O trabalho tem credibilidade, é valorizado, é importante em razão de os envolvidos apostarem no conjunto de ações para gerar resultados de consolidação da imagem institucional na mente das pessoas.

Quando se fala e se viabiliza uma edição do concurso vestibular, a rigor, ninguém da universidade está excluído da tarefa de sua viabilização. Há uma relação muito forte desde a cúpula administrativa até cada um dos setores diretamente responsável por disponibilizar tudo o que é necessário para ofertar um bom serviço: acolher, receber adequadamente os alunos que constroem a Unijuí. Foi sempre uma percepção e entendimento dos que historicamente envolveram-se com o vestibular procurando trabalhar na direção de viabilizar um evento coletivo maiúsculo da universidade, oportunizando boa comunicação e visibilidade interna e externa.

Chamadas das campanhas do Vestibular

Para ilustrar a evolução e o profissionalismo das diversas campanhas divulgadas recentemente segue as chamadas de 1997 a 2005:

Anualmente ocorre no estado do Rio Grande do Sul encontro de Comissões de Vestibular das universidades e IES. O evento permite conhecer e socializar práticas, preocupações, estudos, perspectivas e planejamento mais racional dos eventos a partir das características constatadas. Em Ijuí ocorreu o X ENCONTRO ESTADUAL, realizado no Hotel Jardim Europa.

Com a certeza de ter resgatado parte das ações importantes realizadas nas últimas décadas, bem como a evolução das práticas e do perfil do trabalho e preocupações dos que integraram as equipes de gestão do processo seletivo, via concurso vestibular, estamos formalmente encaminhando a síntese solicitada sobre o que foi desenvolvido na instituição hoje denominada Unijuí.

Ano	Vestibular	Chamadas das campanhas
1997	Inverno	Passe na Unijuí. O futuro não espera
1997	Verão	Unijuí. O seu caminho para o futuro.
1998	Verão	Passe na Unijuí. O futuro tem a cara
1999	Verão	Seja Unijuí. Faça a diferença.
2003	Inverno	Unidiversidade – Universidade para t
2004	Verão	Em sintonia com todos os ritmos
2004	Inverno	Conhecimento é liberdade
2005	Verão	Unijuí- Parte de você
2005	Inverno	Unijuí. Você, parte desta universidad
	Outras:	Conhecimento é liberdade
		A vida em movimento
		Você do seu jeito
		Unijuí: lugar de vida inteligente

Membros da Comissão Permanente de Processos Seletivos

Antônia Carvalho Bussmann – Vice Reitora de Graduação

Arlete Roman

Elvidia Zamin

Iselda Sausen Feil

Larry Antônio Wiznieswsky

Marisa Frizzo

Bruno Boniati

Angela Zamin

Eleda Passinato Sausen

Cleusa Dias

Edemar José Zanon- Coordenador

CPPS - Comissão Permanente de Processos Seletivos

8 A EDITORA DA UNIJUÍ

A Editora Unijuí é um órgão complementar vinculado diretamente à Reitoria da Universidade. Nesta condição, possui uma direção executiva própria - Editor Chefe e Editor Adjunto - e um Conselho Editorial representativo das diversas áreas de conhecimento. O Conselho Editorial é responsável pela análise das obras a serem editadas.

O objetivo principal da Editora é o incentivo à produção intelectual dos docentes da Unijuí e de outras Instituições de Ensino Superior. Este incentivo materializa-se com a publicação de livros, revistas, trabalhos acadêmico-científicos e Cadernos Unijuí. Por isso, as atividades da Editora articulam-se com a tarefa institucional de buscar socializar o conhecimento gerado pelos programas de ensino, pesquisa e da extensão.

Por isso, seus compromissos são os seguintes:

- estimular e assessorar o processo de produção intelectual no âmbito de atuação da Universidade;
- definir padrões técnicos e de qualidade acadêmica para as publicações a seu cargo;
- editar livros, periódicos, boletins e material de apoio às atividades do ensino, da pesquisa e da extensão da Universidade;
- negociar serviços de editoração, de artes gráficas e de distribuição de suas publicações;
- manter relações e intercambiar serviços com os distintos setores da Universidade e com as demais mantidas da Fidene;
- intercambiar informações e prestação de serviços com outras editoras.

Com a incorporação da gráfica à Editora, houve, em 2005, uma melhora na qualidade do material impresso, tendo sido publicados quarenta e quatro novos títulos e reeditados trinta e três. No conjunto, foram produzidos 55.951 exemplares.

Responsável pela distribuição dos livros e revistas produzidos, a Editora mantém uma rede de pontos de venda em todo o Brasil. Mantém também parceria com outras Editoras e responsabiliza-se pelo atendimento das demandas de serviços gráficos provenientes das várias Unidades Administrativas da Fidene.

Editor Adjunto

9 ESTRUTURA FÍSICA DA FIDENE/UNIJUÍ[2]

A FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado possui hoje aproximadamente 74.700 m² de área construída, distribuídas entre suas diversas mantidas. Deste total 13.700 m² são utilizados por 275 salas de aula, 7.070 m² de área perfazem um conjunto de 207 laboratórios, os quais abrangem as diversas áreas de ensino, pesquisa e extensão que compõe o âmbito de atuação da instituição. Estes números ainda não contabilizam obras de infra-estrutura, tais como pavimentação, passeios, redes de abastecimento (hidráulica, elétrica, lógica e telefonia).

Entre os diversos espaços pode-se destacar a recente adequação do Complexo de Pós-Graduação no Campus de Ijuí, com 12 salas de aulas climatizadas e secretaria individualizada. Outra importante área, recentemente adquirida, são três pavimentos do prédio do Banco do Brasil em Ijuí, com localização privilegiada, e que abriga hoje o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e o Escritório-Modelo de Direito. No mês de abril deste ano foi concluída a obra de ampliação da Cantina e construção da Sala do DCE no Campus Panambi.

Com a perspectiva de qualificação da atual infra-estrutura, a FIDENE está realizando uma série de ações que têm como objetivo a maior acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, seguindo um Plano Institucional de Acessibilidade, iniciado com a construção de passeios, adequação de sanitários e a instalação de um elevador especial no prédio da Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques no Campus Ijuí. A preocupação dos acessos aos espaços institucionais fica evidente no projeto do Campus Santa Rosa, em que os prédios são interligados por rampas e todos os sanitários possuem adequações recomendadas por normas.

A adequação dos espaços às mais atuais normas de Prevenção e Proteção a Combate a Incêndio também é um esforço cada vez mais presente na instituição. Além também, dos investimentos em planos de sinalizações de trânsito e iluminação externa das vias de acesso.

Em futuras ações de ampliação e melhoria das áreas didáticas e administrativas são previstas a construção de aproximadamente 2.400 m², divididos em diferentes Campus.

[2] Esse texto foi produzido pelo Gerente da Coordenadoria Patrimonial e de Serviços, João Leandro Konzen, o qual considera a realidade institucional da Unijuí, enquanto principal mantida da Fidene.

10 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL NA UNIJUÍ[3]

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa[4]
Stela Mariz Zambiazi de Oliveira[5]

A Unijuí - universidade comunitária regional, de fins filantrópicos - pública não estatal tem como princípio o diálogo e a participação dos diferentes agentes da universidade no que concerne às dimensões do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Gestão. O ensino superior em Ijuí, neste ano, completou 48 anos e a Unijuí, 20 anos de reconhecimento como universidade.

A gestão universitária, na Unijuí, pauta-se pela articulação entre a avaliação e o planejamento. O planejamento sistematiza as idéias, as intenções e as perspectivas institucionais, em planos, que são, em última análise, o resultado físico do planejamento. A sistematização se traduz em planos de atuação de longo prazo, médio prazo, curto prazo e planos conjunturais (de curtíssimo prazo), os quais passam a ser instrumentos de gestão da instituição. Os diferentes planos são a possibilidade de ligação entre o pensar e o fazer, consolidando-se em instrumentos efetivos de gestão da Universidade. Porém, a sua efetivação e legitimidade exigem a participação da comunidade universitária no processo de construção do planejamento e execução.

Segundo o prof. Martinho Luis Kelm – Diretor Executivo da Fidene e Vice-Reitor de Administração da Unijuí, a estrutura e dinâmica organizacional da Universidade refletem uma opção historicamente construída de ação autogestionada a qual, muitas vezes se manifesta no cotidiano institucional, mas que em outras oportunidades está mais próxima da utopia, um desejo ainda não realizado, motivando a busca da efetivação dos espaços democráticos (Coleção Cadernos de Gestão Universitária, nº 33, 2005, p. 07) .

Constituem-se instrumentos de planejamento: o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)* – visão para dez anos – com o objetivo de construir referenciais para o acompanhamento, a avaliação e o repensar das concepções, da processualidade, das políticas de condução, das estratégias de decisão e de gestão e da busca de novas condições viabilizadoras de processos, identificada com seu papel social; o*s Planos Plurianuais* – que estabelecem metas, estratégias e planos de ação para um horizonte de cinco anos; o *Orçamento-Programa* – planos de curto prazo – um ano - dimensionado pelo desejável e o possível e as Diretrizes Orçamentárias (RDO), de curto prazo.

O Plano Plurianual, na Unijuí, passou a ser implementado, a partir de 1995, sendo elaborado no primeiro ano de mandato da Reitoria, para execução no segundo ano, concluindo-se no final do primeiro ano da gestão seguinte. No ano de 2005 foram feitas adequações no processo de planejamento da Universidade e o Plano Plurianual passará a ser elaborado a cada período de cinco anos. Essa alteração justifica-se em função da necessidade de elaboração do PDI para enviar ao MEC, a cada cinco anos. Entendeu-se que esses processos de planejamento desenvolvidos de forma conjunta poderão qualificar os nossos processos de trabalho, otimizando tempo, recursos humanos e de infra-estrutura.

Neste ano a Fidene e suas mantidas retomam seus referenciais estratégicos reunidos no planejamento institucional. Definida a metodologia, pela presidência/direção executiva da Fidene e Reitoria da Unijuí, iniciou-se o processo de Planejamento Institucional pela mantenedora Fidene. Promoveu-se seminário em que os Ex-Presidentes da Fundação e Ex-Reitores da Unijuí tematizaram suas experiências/vivências no período em que estiveram em cargos de gestão, apontando perspectivas para o futuro da Instituição. Enfatizam-se nos pronunciamentos, a preocupação dos painelistas com a sustentabilidade institucional, sobretudo com o projeto institucional inspirado nos princípios e história de construção coletiva da concepção de universidade.

Um segundo evento foi desenvolvido sobre o tema "Universidade Hoje – desafios e perspectivas" com enfoque nas perspectivas e cenários da educação em nível nacional e internacional. Participaram do painel a professora Wrana Panizzi (ex-reitora da UFRGS e membro da equipe da Reforma Universitária), o professor Paulo Rudi Schneider, do Departamento de Filosofia e Psicologia da Unijuí e o prof. Gilmar Antonio Bedin – Reitor, na coordenação.

Na leitura dos painelistas, a educação – entendida como um bem público e um direito básico universal dos cidadãos, impõe à universidade o papel de criar, desenvolver, sistematizar e difundir conhecimentos em suas áreas de atuação, por meio da liberdade de pensamento e de opinião, impondo-lhes, também, a responsabilidade de considerar e de contribuir nas diferentes dimensões das comunidades em que elas estão inscritas.

---

[3] Texto elaborado em setembro de 2005 para o Relatório Parcial de Auto-Avaliação Institucional da Unijuí.

[4] Mestre em Educação nas Ciências e Coordenadora Adjunta da Comissão Própria de Avaliação - CPA

[5] Especialista em Sistemas de Informações Gerenciais e Assessora da Vice-Reitoria de Graduação

No terceiro seminário, intitulado "seminário interativo" apresentou-se proposta para os referenciais do PDI da Fidene, dentre eles (visão, missão, propósitos, princípios, e objetivos estratégicos), elaborada com base nas discussões dos seminários anteriores. Feitas as considerações e sugestões pelos participantes do evento, procedeu-se à sistematização dos debates, reestruturando a proposta. Este documento foi enviado ao Conselho Diretor, que por sua vez, fez considerações e, em seguida, encaminhado para tramitação na Assembléia Geral, a qual aprovou a proposta, estabelecendo os referenciais estratégicos da Fidene. Esse documento, juntamente com as reflexões produzidas nos respectivos eventos está publicado na 33ª edição da Coleção Cadernos da Gestão Universitária.

Com a definição dos referenciais da Fidene, a Vice-Reitoria de Administração encaminhou às mantidas: Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS; EFA – Escola de Educação Básica Francisco de Assis; MADP - Museu Antropológico Diretor Pestana; Distribuidora Universitária de Livros - Unilivros; Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional - IPD; Instituto Regional de Desenvolvimento Rural - IRDeR; Rádio Unijuí FM - RTVE, metodologia para o desenvolvimento das discussões nos departamentos e setores para posterior encaminhamento aos colegiados superiores.

O Conselho Universitário ampliado, integrado pelos membros desse Conselho e pelos gerentes de Coordenadorias (convocados) e todos os docentes e técnico-administrativos da Fidene/Unijuí (convidados), em julho deste ano, apreciou a proposta de referenciais do PDI da Unijuí. No debate foram apresentadas sugestões e recebidas outras, considerando o prazo de 27 de julho para envio de propostas à VRA. Com base nas reflexões e sugestões foi reestruturado o documento e protocolado na Secretaria dos Conselhos, o qual foi analisado pelas Câmaras do Conselho Universitário para posterior aprovação pelo CONSU.

Após a aprovação no CONSU, o documento foi encaminhado ao Conselho Diretor da FIDENE, juntamente com os referenciais das demais Mantidas, o qual foi aprovado. Em última instância o PDI da FIDENE foi analisado e aprovado pela Assembléia Geral.

Com o estabelecimento destes referenciais, nova etapa é iniciada, quando a Unijuí, em seus departamentos[6] e coordenadorias[7] e as demais mantidas passaram a discutir e estabelecer metas, estratégias e planos de ação para compor o Plano Plurianual, período 2006-2010, além das Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento-Programa de 2006.

A visão e a missão da Unijuí reafirmam o compromisso social da universidade, materializado em sua inserção regional e democrática pela orientação das ações da instituição e, por isso, a importância desses processos de discussão e definição conjunta da missão e visão institucional para que cada sujeito possa encontrar a sua responsabilidade no fazer universidade.

---

[6] DBQ – Departamento de Biologia e Química
DCSa – Departamento de Ciências da Saúde
DCS – Departamento de Ciências Sócias
DECon – Departamento de Economia e Contabilidade
DEAg – Departamento de Estudos Agrários
DEAd – Departamento de Estudos da Administração
DELAC – Departamento de Estudos de Linguagem
DEJ – Departamento de Estudos Jurídicos
DFP – Departamento de Filosofia e Psicologia
DeFEM – Departamento de Física, Estatística e Matemática
DePe – Departamento de Pedagogia
DeTec – Departamento de Tecnologia

[7] Coordenadoria de Recursos Humanos
Coordenadoria Financeira
Coordenadoria Patrimonial e de Serviços
Coordenadoria de Informática
Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários
Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico
Biblioteca
Editora
Secretaria Acadêmica
Assessoria de Comunicação Social
Assessoria Jurídica

Essa vocação explicita-se desde a Fafi, até os dias de hoje, pela sua constante construção e reconstrução, potencializada pela Universidade Regional. Justifica-se esse argumento na medida em que os dois primeiros cursos de graduação, Filosofia e Pedagogia, implementados na Fafi, deram origem à complexidade institucional hoje configurada em trinta e três cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, diversos cursos de pós-graduação *Lato Sensu e* três cursos *Stricto Sensu,* no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão e o projeto de doutorado em Educação nas Ciências, em tramitação na CAPES/MEC. Essa noção de universidade, marcada pelo processo coletivo de construção e reconstrução, constitui-se em elemento importante na história institucional.

Habermas reconhece que a universidade constitui-se em possibilidade da construção e da renovação de processos que dizem respeito a si mesma e à sociedade. Na Unijuí, é possível identificar essa noção, sobretudo porque, desde sua origem, pautou a sua concepção pelo desenvolvimento regional mediante a formação humana entendida como a educação das pessoas, potencializada pelos processos de criação e interação inerentes ao homem. Em sua história, a Instituição vem consolidando a vivência democrática que tem na educação e na integração seus princípios básicos, o que os leva a repensar-se continuamente em seu contexto.

O argumento ou a concepção de construção e reconstrução explicita-se na Unijuí pela necessidade de constantemente avaliar e reavaliar os processos e as políticas institucionais, ou seja, de propiciar o debate institucional em torno do papel da universidade. A elaboração e revisão do PDI a cada cinco anos e a construção do plano plurianual refletem essa questão. No entanto, as mudanças, a reconstrução, não constituem garantia de que se está optando pelo caminho mais adequado, mas é a expressão da busca de sentido e de sua efetivação no projeto de universidade regional.

A Avaliação Institucional na Unijuí insere-se neste quadro como elemento essencial na gestão da universidade, tanto acadêmica quanto administrativa e política. A Unijuí, em seus 48 anos de ensino superior, toma a avaliação e a auto-avaliação reflexiva de suas práticas como estratégia de construção e reconstrução de suas ações. Neste ano com sua inserção ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, a Unijuí, por meio da CPA, está desenvolvendo o processo de auto-avaliação e na perspectiva da compreensão de que para planejar é preciso avaliar, os dois processos estão articulados, o planejamento institucional, coordenado pela Reitoria e a auto-avaliação coordenada pela CPA – Comissão Própria de Avaliação.

Nessa perspectiva, a CPA, neste ano, inicia a primeira etapa avaliativa pela sensibilização e divulgação do processo institucional junto aos colegiados, departamentos e fóruns de graduação e de gerências. A proposta da CPA é de que cada departamento, cada setor, considerando a sua história e a sua atuação institucional construa internamente a sua metodologia de avaliação. Considerando a demanda dos departamentos e setores a CPA, como forma de orientação, encaminhou aos departamentos o Memorial Crítico Reflexivo do departamento e aos setores um roteiro de auto-avaliação. O interessante é que estão surgindo metodologias diferentes e originais. Nessa perspectiva relata-se a experiência de auto-avaliação de um dos departamentos da universidade que foi a elaboração de memorial individual por cada sujeito que integra o departamento, explicitando a sua trajetória institucional e suas perspectivas visando à reflexão do sujeito, a partir do olhar de cada um sobre si, sobre o departamento e sobre a universidade.

O documento sistematizado pelos departamentos/setores servirá para a elaboração dos relatórios da Comissão[8] e para a revisão do Planejamento como diagnóstico. Um dos aspectos que se quer identificar é a efetivação da missão institucional e em conseqüência do PDI nos diferentes projetos da Universidade no âmbito dos departamentos e setores.

Os documentos e textos da Unijuí revelam que, na instituição, desde sua origem, se enfatiza o caráter público, comunitário e democrático da instituição. A sua atuação na região efetiva-se pelas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, referenciadas pelo diálogo argumentativo. Entretanto, as normatizações estabelecidas, a partir do ano 2000, parecem evidenciar um estreitamento dos espaços da comunidade argumentativa universitária mais ampla e instaura uma cultura de discussões mais localizadas em cada lócus institucional, no caso os departamentos, os colegiados e as câmaras do Conselho Universitário.

Essas questões suscitam os seguintes questionamentos: É possível a Unijuí, em sua complexidade contemporânea, efetivar-se na perspectiva da participação democrática? A "departamentalização" atual favorece uma efetiva interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento? Há interesse político em explicitar aquilo que é comum entre as áreas das ciências humanas e tecnológicas? É importante aprofundar essas temáticas hoje em dia?

O que constitui uma universidade não são somente seus regimentos, suas normas, seus regulamentos internos. A sua constituição dá-se pela concepção e efetivação de seu projeto, de seus agentes, ou seja, da disposição política que se cria ao seu redor. Os recursos financeiros, embora necessários, não substituem a idéia de universidade que se constrói. A sua fundação ou o tempo, por si só, não constituem a instituição universitária. Nela há que se privilegiar espaços de interlocução, de conflitos, ou seja, um esforço continuado de construir a sua idéia no contexto em que está inserida.

Na história de consolidação do projeto institucional da Unijuí, a sua (re) construção é marcada pelo princípio democrático, tanto no que se refere à gestão acadêmica, quanto à gestão administrativa, sustentada pelo diálogo argumentativo e interação entre os sujeitos que a constituem. Na complexidade institucional, no âmbito das diferentes áreas do conhecimento, dos diferentes interesses e concepções de conhecimento, dos diferentes sujeitos que agem e interagem na universidade, será possível manter a identidade institucional sustentada no diálogo, ou seja, pelo princípio da democracia, enfatizado nos documentos. Em sua prática institucional é possível identificar essa marca histórica? De que forma as diferentes áreas do conhecimento se inter-relacionam e dialogam entre si, com os acadêmicos e com a comunidade?

Os espaços de concretização do compromisso social traduzem-se pela dinâmica e estrutura democrática de poder instaurada na Universidade. Destaca-se, neste aspecto, a tomada de decisões pelo coletivo envolvido. Percebe-se que o processo de planejamento foi construído pelo viés do envolvimento institucional. No entanto, a complexidade institucional e sua dinâmica cotidiana demonstram uma participação ainda incipiente nos debates públicos. Os espaços de participação são viabilizados, no entanto, percebe-se uma certa apatia institucional. Alguns argumentos podem ser considerados nessa reflexão, dentre eles: a característica da modernidade de velocidade da informação e do conhecimento; a complexificação da Unijuí, caracterizada pela regionalização, seja pela ampliação de seu espaço físico e geográfico, seja pela ampliação de cursos e áreas de conhecimento e funções; pela inclusão de novos agentes com diferentes trajetórias acadêmicas; a dinâmica institucional inviabilizando a participação da maioria dos agentes universitários; não há vontade de discussão; as discussões estão localizadas nos lócus institucionais, ou seja, departamentos e setores? Estas questões estão a indicar mudanças na concepção de universidade? Qual é o papel, hoje, da Unijuí neste novo contexto da educação superior e da conjuntura nacional?

A estrutura institucional quando organizada em Faculdades, Centros e Institutos é um outro elemento que pode ser agregado nessa reflexão, considerando que diferentes áreas do conhecimento articuladas nessa estrutura possibilitavam o debate acadêmico e a articulação entre as áreas do saber; a otimização de recursos humanos e de infra-estrutura. Hoje, na estrutura de departamentos se poderia dizer que funciona como gerências. Qual o sentido/significado da gerência para o conjunto da instituição?

Segundo o dicionário Houaiss o termo gerência significa ação de gerir, dirigir ou administrar, gestão. Poderíamos pensar os nossos departamentos na ótica de gerências e nessa lógica, então, as estruturas departamentais estariam desenvolvendo a sua gestão nas dimensões da economia, do jurídico (norma) e da administração? Os textos institucionais e os discursos sustentam-se na perspectiva de interlocução entre as áreas do conhecimento e construção conjunta das decisões, mas hoje, na prática institucional evidencia-se essa disposição. A comunidade universitária quer se envolver/participar na efetivação do projeto institucional?

Concluímos reforçando as palavras do prof. Kelm referidas no início do texto que talvez a idéia de universidade autogestionada, em muitas vezes no cotidiano institucional esteja mais próxima da "utopia", o que na nossa concepção é o reflexo da complexidade institucional e do contexto nacional em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 1014 p.

BRUM, Argemiro Jacób. *Unijuí:* uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas idéias. 2.ed.rev. e atual. Ijuí: Unijuí, 1998. 178 p. 2 v.

CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm von. *Um mundo sem universidades?* Organizado e traduzido por Johannes Kretschmer e João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. 102 p. (Coleção Universidade).

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. 205 p.

_____. As humanidades contra o humanismo. In: Santos, Gislene A. (Org). *Universidade formação cidadania.* São Paulo: Cortez, 2001b, 190 p.

Fidene/Uniuí. *Processo de Planejamento Institucional* – 1ª etapa – referenciais estratégicos da Fidene. (Coleção Cadernos de Gestão Universitária nº 33). Editora Unijuí: 2005, 60p.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional da Fidene*; Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí e Plano Plurianual da Unijuí. Ijuí: Unijuí, 2000. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 17).

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. *As funções sociais da universidade:* o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Unijuí, 2002. 248 p. (Coleção Ciências Sociais).

HABERMAS, Jurgen. *A idéia de universidade.* Processos de aprendizagem. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, S/L, S/E, Vol. 74, jan-abr. 1993.

_____. Idéia de universidade, profissionalização, pesquisa e cultura. In: Rohden, Valério (Org). *Idéias de universidade.* Canoas: Ulbra, 2002, 244 p. (Coleção Ulbra Filosofia -2).

_____. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* – SINAES: Bases para uma nova Proposta de Avaliação da Educação Superior. Ijuí: Unijuí, 2003b. (Cadernos daAvaliação Institucional, 21).

11 SISTEMATIZAÇÃO DAS REUNIÕES DA CPA COM AS COORDENAÇÕES DE COLEGIADOS DE COORDENAÇÃO DOS CURSOS QUE PARTICIPARAM DO ENADE 2004

11.1 Enade – Cursos de Farmácia e Fisioterapia

A Comissão Própria de Avaliação com objetivo de ouvir os coordenadores dos colegiados dos cursos de graduação, que participarão do ENADE no ano de 2004, reuniu-se com as coordenações dos Colegiados dos cursos de Farmácia e de Fisioterapia, para conhecimento dos projetos dos referidos programas no que se refere à formação; para analisar as condições institucionais de infra-estrutura; às condições dos alunos e sua inserção em projetos oferecidos pelo Departamento; e, para resgatar o que se sabe sobre os egressos do curso.

O programa de graduação de Farmácia é integralizado em cinco anos e está formando a sétima turma. Esse curso propõe-se a formar um profissional com conhecimento técnico-científico de sua área, instrumentalizado para conhecer a realidade da região em que atua, com capacidade de integrar-se nela e utilizar seus conhecimentos em benefício da saúde da população. O curso oferece três habilitações: farmacêutico, farmacêutico-bioquímico em análises clínicas e farmacêutico-industrial de medicamentos. Habilita os profissionais para atuar como integrantes de equipes de saúde; na saúde coletiva; na manipulação e controle de qualidade de medicamentos e cosméticos e na orientação de pacientes e profissionais de saúde quanto à utilização racional dos medicamentos.

A ênfase do curso de Farmácia é a Saúde Coletiva, ou seja, esta é a ênfase do Departamento de Ciências da Saúde, constituindo-se no elemento diferencial em relação aos cursos oferecidos em outras instituições, que têm o enfoque, basicamente, técnico.

Uma das fragilidades apontadas se refere à formação dos professores do curso ser mais técnica, haja vista que a maioria deles é oriunda da UFRGS e UFSM, que não tem a Saúde Coletiva, como ênfase, em seus currículos, mas essa questão é articulada no Colegiado do curso, por meio de discussões e compreensões comuns.

Um dos aspectos enfatizados como positivo são os projetos de extensão, o que não acontece com os projetos de pesquisa, que são, ainda, incipientes. A CPA sugeriu ao colegiado motivar os alunos ao desenvolvimento e participação em projetos de pesquisa.

A mudança no currículo do curso de Farmácia foi mencionada como potencialidade, atendendo as Diretrizes Curriculares da Unijuí e as Diretrizes Nacionais. A reestruturação do currículo possibilitou a interação entre a formação geral e a formação humanística. O novo currículo reformulado prevê dez semestres, acrescidos de um e meio de habilitações. Estas dar-se-ão em nível de especialização. A reestruturação do currículo modifica o perfil do farmacêutico, de técnico para generalista.

Os alunos do curso de Farmácia são oriundos, em sua maioria, do segundo grau, ou seja, sem experiências no mercado de trabalho.

A infra-estrutura da Universidade, na perspectiva do curso de Farmácia, é adequada, tanto no que diz respeito aos laboratórios, quanto de equipamentos. Contudo, o colegiado entende necessária readequação no Biotério, bem como adequação de alguns laboratórios, no quesito segurança. Essa questão foi indicada pela Comissão de Reconhecimento do Curso de Farmácia.

Os recursos humanos são qualificados e atendem as demandas do curso. Contudo, há divergências na compreensão das comissões de reconhecimento de cursos e de especialistas, em relação à formação de professores em outras áreas, alocados ao Departamento de Saúde. Nesse sentido, a CPA orientou que seja aprofundado o entendimento de que a formação dos docentes refere-se ao departamento e a instituição não-somente a um curso específico, tendo em vista a ênfase em saúde coletiva e a formação social.

Em relação à Biblioteca, com base na última comissão de avaliação, o colegiado priorizou a compra de livros, atendo-se a variedade e não a quantidade, que era a postura anterior.

Quanto aos egressos, a CPA sugeriu a qualificação dos dados em relação à quantificação numérica, tendo em vista que as informações existem. O curso está em fase de validação da avaliação pelo MEC.

Em continuidade, passou-se ao curso de Fisioterapia, o qual é integralizado em cinco anos e neste ano forma a primeira turma, com dezessete alunos.

O curso de Fisioterapia da Unijuí visa formar um profissional com competência técnico-científica, capaz de atuar com responsabilidade em defesa da vida, manter-se atualizado diante das inovações científicas e mudanças tecnológicas, contribuir para a transformação da realidade socioepidemiológica do país e, particularmente da região em que atua, testemunhar uma postura ética e humanizadora em suas atividades profissionais e de cidadania e comprometer-se com os pressupostos do Sistema Único de Saúde. A ênfase do curso é a promoção da saúde e não a reabilitação de pessoas. O seu diferencial está na atuação dos acadêmicos na rede pública de saúde, por meio dos campos de estágio.

Em termos de pesquisa o curso possui vários programas, dentre eles, o projeto de educação postural e cárdio-respiratória. Mantêm dois bolsistas de Fisioterapia atuando com bolsistas dos cursos de Nutrição e de Engenharia, respectivamente. Na extensão, também, mantêm-se projetos na área da saúde da mulher e de acompanhamento esportivo (futsal).

A CPA ressaltou a importância do registro, em ata, ou documento, da participação dos alunos nos estágios, para que essas atividades possam ser efetivadas como extensão. O curso de Fisioterapia realiza cerca de 2000 atendimentos, por ano, à comunidade externa, na Clínica, os quais são registrados como filantropia.

Quanto à infra-estrutura, o curso necessita de salas maiores às aulas práticas de estágio, realizadas, hoje, na Clínica de Fisioterapia, como também há carência de placas de sinalização, acesso de ônibus urbano e piscina térmica.

Quanto aos egressos, atualmente o curso não possui um mecanismo de acompanhamento e de contato, mas está pensando alternativas de constituir um cadastro de ex-alunos.

CPA – Comissão Própria de Avaliação

11.2 Enade - Cursos de Nutrição e de Enfermagem

A Comissão Própria de Avaliação, com objetivo de ouvir os coordenadores dos colegiados dos cursos de graduação que participarão do ENADE no ano de 2004, reuniu-se com as coordenações dos Colegiados dos cursos de Enfermagem e de Nutrição para conhecimento dos projetos político-pedagógicos no que se refere à formação acadêmica, com o propósito de analisar as condições institucionais de infra-estrutura, o perfil dos acadêmicos e a inserção destes em projetos de pesquisa e de extensão oferecidos pelo Departamento, bem como o resgate de informações sobre os egressos do curso, como por exemplo, local de trabalho, inserção em cursos de pós-graduação, suas percepções a respeito do curso.

O Colegiado de Coordenação do Curso de Nutrição, recentemente, realizou um conjunto de adequações ao projeto político-pedagógico, especialmente no currículo do curso, com base nas Diretrizes Curriculares da Unijuí e Diretrizes Curriculares Nacionais, com o objetivo de qualificação do mesmo. Para essa adequação, foram realizadas reuniões no colegiado do curso, no colegiado do departamento e ouvidas as críticas e expectativas dos alunos relacionadas ao entendimento do profissional de nutrição. Entende-se como um aspecto positivo à nova estrutura curricular e a inclusão de componentes de Formação Geral Humanística.

O Curso de Nutrição da Unijuí busca a formação de um profissional com compromisso ético, o que lhe permite atuar entre as diferentes dimensões de sua competência técnica, política e humana na área da saúde, na atenção dietética à população, visando à segurança alimentar e nutricional, promovendo a qualidade de vida das pessoas.

No que se refere aos recursos humanos, o Curso de Nutrição tem um quadro de docentes qualificados, tanto na área específica, quanto da Formação Geral Humanística. No entanto, o Curso está em constante processo de busca de qualificação de seus docentes.

Em relação à infra-estrutura física, enfatizam-se preocupações no que consiste aos seguintes aspectos: a) laboratório de Análise Sensorial (falta de espaço físico); b) acesso dos portadores de necessidades especiais aos laboratórios, à biblioteca, e às salas de aula. Algumas situações são resolvidas pela solidariedade de professores, funcionários e colegas.

Em relação ao acesso à Biblioteca, pelos portadores de necessidades especiais, foi discutida a possibilidade de disponibilizar uma sala de estudos com computador, no primeiro andar, permitindo, assim, o acesso à consulta do acervo bibliográfico de pessoas que experienciam necessidades especiais e uma pessoa responsável (funcionário) para buscar as publicações e alcançá-las a estes sujeitos.

Quanto à inserção dos acadêmicos de Nutrição em projetos oferecidos pelo Departamento, enfatizou-se que o curso propicia o envolvimento de alunos em projetos de pesquisa. No entanto, destaca-se a dificuldade de inseri-los em projetos de pesquisa com bolsas de iniciação científica. O Colegiado do Curso de Nutrição estabeleceu acordo com os professores no sentido de desenvolverem pesquisas, mesmo sem bolsas, propiciando o envolvimento de acadêmicos, e efetuar o registro das mesmas. Os acadêmicos demonstram interesse no desenvolvimento de pesquisas.

No debate, evidenciou-se a compreensão de que as atividades acadêmicas devem ser inter-relacionadas com a pesquisa. Exemplificou-se que a concepção de estágio está integrada ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração. É importante criar uma política institucional de registro de atividades de pesquisa.

No que tange aos egressos, relatou-se que há uma pesquisa elaborada em 2001 que buscou identificar onde estes sujeitos atuam/atuaram, deficiências, potencialidades e sugestões a respeito de sua formação na Unijuí. A pesquisa subsidiou a reformulação curricular do Curso de Nutrição. Ainda, não foi possível realizar a análise dos dados coletados na pesquisa.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA sugeriu ao colegiado do Curso de Nutrição a elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa para a análise desses dados, com o envolvimento de professores e acadêmicos, para possibilitar a "Avaliação Permanente do Ensino de Nutrição".

Em continuidade, passou-se ao conhecimento do Curso de Enfermagem. A coordenação relatou que o Projeto Político-Pedagógico do Curso, também, foi reestruturado recentemente, com base nas Diretrizes Institucionais da Unijuí e Diretrizes Nacionais. O curso conta com uma carga horária total de 4.185 horas.

Até o primeiro semestre de 2004, o Curso de Enfermagem foi desenvolvido no Campus Ijuí. Para o segundo semestre deste ano foi aprovado, pelo Conselho Universitário, sua oferta, no campus Santa Rosa. Foram aprovados, pelo vestibular de julho/2004, treze alunos. A semestralização do curso será desenvolvida em conjunto com os alunos ingressos no Vestibular de Verão 2005.

A proposta político-pedagógica do curso de Enfermagem da Unijuí propõe-se a formar o profissional com competência técnica-científica, visão consciente da realidade da saúde do país comprometida com ações de melhoria da saúde na região, tendo como baliza os princípios do Sistema Único de Saúde. É possibilitado ao profissional enfermeiro a qualificação intelectual e técnica, comprometida com a realidade social, para o desenvolvimento de atividades assistenciais e administrativas nos diferentes tipos de instituições e para a produção de conhecimentos na área de enfermagem.

Reiterou-se que a compreensão de que a coordenação do Colegiado de Enfermagem preocupa-se com uma formação acadêmica integral, ou seja, engloba a formação geral humanística e a formação profissional. No entanto, ressalta a resistência da maioria dos alunos em desenvolver componentes curriculares de formação humanística. Esta resistência, segundo o colegiado, justifica-se na medida em que os acadêmicos apresentam dificuldades na interlocução/relação entre as diferentes áreas do conhecimento. Esse é um desafio da Universidade, dos professores, dos colegiados e dos próprios acadêmicos na busca do entendimento e significação dos componentes que enfatizam a formação humana. Um aspecto, por vezes, negativo está relacionado às turmas com elevado número de alunos em componentes curriculares com dimensões teórico-prática, exigindo, assim, um maior número de supervisores, o que muitas vezes, causa problemas de comunicação, ou seja, os supervisores não "falam a mesma linguagem".

O Curso de Enfermagem utiliza-se da infra-estrutura institucional para o desenvolvimento de atividades que exigem laboratório. Está em processo de implementação o Consultório de Enfermagem, o qual conta com estrutura física, faltando os materiais permanentes e de consumo. As atividades teórico-práticas são desenvolvidas em instituições de Ijuí e da região (prefeituras, unidades básicas de saúde, secretarias municipais de saúde, hospitais, empresas industriais e comerciais, entre outras) e em várias cidades do Brasil.

A supervisão dos estágios é indireta, acontecem por meio de contatos telefônicos, *e-mails* e correspondência, tanto com o acadêmico como com o enfermeiro que acompanha o estudante naquele local. No que concerne aos estágios, um dos aspectos enfatizados é a parceria com a comunidade, tanto de Ijuí, como regional, constituindo-se em possibilidade de interação entre teoria e prática, bem como a interlocução da Universidade com os setores da sociedade, o que qualifica o projeto político-pedagógico de formação na dimensão humana e profissional.

No Campus Santa Rosa a infra-estrutura física constitui-se em sala de aula. No que se referem às atividades teórico-práticas, os alunos utilizarão os laboratórios do Campus Ijuí. Destacou-se que o município de Santa Rosa possui uma rede pública de saúde, considerada uma das mais eficientes do Estado do Rio Grande do Sul.

Enfatizou-se a importância de registrar e destacar nos processos de avaliação, tanto interna, quanto externa que nas atividades teórico-prática, a orientação do professor é presencial e permanente, mas nos estágios os acadêmicos interagem diretamente com o enfermeiro (s) da instituição que viabilizou o espaço para a realização do estágio.

No que concerne aos recursos humanos, destacou que o curso conta com um número expressivo de colaboradores, os quais são adscritos a outras instituições e, portanto, não conseguem manter um vínculo institucional de forma a participar de reuniões. No planejamento das atividades em que se inserem, estes professores participam de forma pouco expressiva. Em relação ao quadro de docentes adscritos no curso de enfermagem, 50% deles são colaboradores hora-aula. Em relação à formação na área clínica (componentes específicos) há necessidade de doutores.

No projeto do Curso de Enfermagem há que se enfatizar o número de docentes com tempo integral. No entanto, há que se considerar e valorizar que os professores colaboradores constituem-se em possibilidade de interação e interlocução com instituições específicas da área da saúde. Destacou-se, também, que a conjuntura política atual possibilita pensar e projetar a saúde coletiva, fortalecendo as discussões nesta área. Há que se fazer esforços no sentido de debater a saúde coletiva no interior dos cursos de graduação da área da saúde.

Quanto à inserção dos acadêmicos em projetos de pesquisa, a procura é maior do que a oferta. O Colegiado de Coordenação do Curso de Enfermagem tem interesse em intensificar a inserção dos acadêmicos em projetos de pesquisa e de extensão. Este é um dos desafios propostos pelo colegiado desse curso.

Relatou-se que são desenvolvidas avaliações com as turmas de enfermagem a cada semestre com o objetivo de contribuir na reorientação e qualificação do curso. No que se refere às questões de ensino e aprendizagem, buscou-se considerar as sugestões por ocasião da revisão do projeto político-pedagógico do Curso de Enfermagem.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, a partir destes encontros, tem a intenção de estabelecer um canal de diálogo com as Coordenações de Colegiado de Coordenação de Curso e estar atenta aos temas em debate na Universidade, uma vez que a Comissão pretende criar uma linha de pesquisa institucional no contexto da "Avaliação".

CPA – Comissão Própria de Avaliação

11.3 Enade – Curso de Serviço Social

A Comissão Própria de Avaliação com o objetivo de dialogar com os Coordenadores de Colegiados dos Cursos de Graduação dos cursos a serem avaliados no ENADE de 2004, reuniu-se com a Coordenação do Colegiado do curso de Serviço Social para conhecimento do projeto político-pedagógico do referido programa no que se refere à formação acadêmica, o perfil dos acadêmicos e a inserção destes em projetos de pesquisa e extensão oferecidos pelo Departamento de Ciências Sociais. Além disso, identificar a política de acompanhamento dos egressos desse curso.

O Curso de Serviço Social está em processo de consolidação, uma vez que este é o quinto semestre de implantação. Portanto, para este exame, os acadêmicos participam apenas como ingressantes. O curso conta com cento e setenta e cinco alunos matriculados, dos quais cinqüenta e nove no Campus Ijuí e, cento e dezesseis no Campus Santa Rosa.

O Colegiado de Coordenação do Curso fez avaliação positiva da oferta do curso de Serviço Social enfatizando a qualificação do projeto político-pedagógico, em sua concepção teórica, de estrutura curricular e de recursos humanos. Nas questões curriculares está sendo implementado um centro de atendimento ou núcleo, com o objetivo de otimizar a estrutura institucional para o desenvolvimento dos estágios deste curso. Serão potencializadas a Clínica de Psicologia, o Escritório-Modelo; as Clínicas da área de saúde e outros. Além disto, são desenvolvidas atividades de estágio junto a instituições, conselhos e órgãos da comunidade externa (conselho de idosos, de adolescentes e outros), através de convênios institucionais. Tanto os estágios quanto o Trabalho de Conclusão de Curso recebem acompanhamento e supervisão.

Busca-se formar um profissional com capacidade teórico-metodológico e ético-político com perfil para atuar na formulação e gestão de políticas sociais, em interação com os diferentes grupos sociais. Não se almeja a formação de profissionais com visões assistencialistas, mas de sujeitos comprometidos com a inclusão social e com o desenvolvimento de uma sociabilidade emancipada.

Embora o corpo docente do curso apresente uma boa qualificação, o Colegiado pretende consolidar um grupo de docentes da área de Serviço Social. Nessa perspectiva a Universidade ofereceu vaga para docente de Serviço Social em concurso público, no entanto, não teve inscritos. Esse é um desafio do Colegiado e da Universidade.

Na análise destacou-se a preocupação com o acervo bibliográfico do Curso de Serviço Social na biblioteca do campus Ijuí. Já, no Campus Santa Rosa o acervo é adequado.

Na perspectiva da pesquisa constituiu-se um grupo de estudos interdepartamental (departamentos: de Estudos Jurídicos, de Ciências Sociais e de Filosofia e Psicologia) para pensar formas de mediação junto à sociedade na intenção de diminuir processos judiciais, pois muitos são de relações humanas que podem ser mediados por essas áreas do conhecimento.

A implantação de um centro de atendimento ou do núcleo abre a possibilidade de criar linhas de pesquisa e neste sentido envolver os alunos em projetos de pesquisa. No desenvolvimento dos estágios pelos acadêmicos serão percebidas as demandas da comunidade na área de serviço social e com isto, a identificação de temas de pesquisa. Assim poderão ser elaborados projetos de pesquisa na perspectiva de envolvimento dos acadêmicos do curso. Hoje, o Colegiado oferece essa possibilidade, no entanto com um número restrito de vagas.

O colegiado está pensando em instituir uma política de acompanhamento dos egressos. No contexto de avaliação pelo Colegiado estão sendo desenvolvidas atividades atendendo o que estabelece os padrões de qualidade, com o objetivo de projeção dos próximo dois anos do curso.

Outra questão enfatizada se refere à demanda dos acadêmicos, do campus Ijuí, da alocação de uma coordenação específica nesse Campus. Para essa questão ventilou-se a possibilidade de viabilizar transporte aos acadêmicos do Campus Ijuí para participarem de reuniões do Colegiado, no Campus Santa Rosa.

CPA – Comissão Própria de Avaliação

11.4 Enade – Curso de Educação Física e de Agronomia

A Comissão Própria de Avaliação com o objetivo de conversar com os Coordenadores de Colegiados de Coordenação dos Cursos de Graduação, a serem avaliados no ENADE de 2004, reuniu-se com a Coordenação do Colegiado dos cursos de Educação Física e de Agronomia para conhecimento dos projetos político-pedagógicos dos referidos programas no que se refere à formação acadêmica, o perfil dos acadêmicos e a inserção destes em projetos de pesquisa e de extensão oferecidos pelos Departamentos de Pedagogia e de Estudos Agrários.

Iniciou-se pelo Curso de Educação Física, que é integrado ao Departamento de Pedagogia, o que se distingue da maioria dos cursos do país que são alocados na área de Ciências da Saúde. A opção pedagógica desse curso, na Unijuí, é de compreendê-lo no contexto da educação e da formação na perspectiva da qualidade de vida e da saúde.

O Curso de Educação Física oferece o Bacharelado e a licenciatura, sendo que a maioria dos acadêmicos cursa as duas opções. É oferecido em três *campi:* Ijuí, Santa Rosa e Três Passos.

O projeto político-pedagógico desse curso propõe reflexões sob diferentes perspectivas às práticas culturais do esporte, do jogo, da dança, da ginástica, das lutas, das atividades lúdico-recreativas e expressivas. O profissional caracteriza-se, também, por uma forte sustentação teórica nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, o que lhe confere uma percepção diferenciada do esporte e da sua inserção no contexto social.

Considerando que a concepção da Educação Física se sustenta pelo viés da formação e da educação, o perfil do quadro docente, em sua maioria, constitui-se de professores formados na área da educação, tanto em nível de Mestrado, quanto de Doutorado.

Nas discussões foi reiterada a necessidade do Colegiado do curso buscar documentos e argumentos que sustentem a opção pela área da formação e educação uma vez que os demais cursos do país têm outra concepção de formação para o profissional de educação física.

No campus Ijuí, no que se refere à infra-estrutura, espaço e laboratórios para o desenvolvimento das atividades práticas, o colegiado tem realizado inúmeras demandas junto às instâncias institucionais para a construção e qualificação da infra-estrutura, dentre elas: Ginásio de Esportes, sala de musculação, sala dos espelhos, quadra de Atletismo. No momento, faz-se necessária a readequação de convênios de parcerias. No Plano de Desenvolvimento Institucional consta a projeção de construção destes espaços. No Campus Santa Rosa as atividades são desenvolvidas em locais da comunidade, em que a Universidade estabelece convênios de locação, ou seja, realizam-se parcerias com escolas, clubes e a comunidade.

Um aspecto que merece destaque no contexto do projeto político-pedagógico do curso de Educação Física são os projetos comunitários de iniciação esportiva desenvolvidos em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, Centro de Integração Empresa Escola - AABB Comunidade – Associação Atlética Banco do Brasil, entre outros. Mais de quarenta alunos participam desses projetos, com apoio institucional e interdepartamental, inclusive em parceria com os municípios da região. Estas atividades de extensão têm se constituído em diferencial na formação dos acadêmicos. Nesta perspectiva, é realizado anualmente, no Campus Ijuí, o Congresso do Mercosul de Cultura Corporal e de Qualidade de Vida – COMERCO, desenvolvido em parceria com os cursos de Pedagogia e de Fisioterapia, além da realização das semanas acadêmicas e ciclos de estudos, em que os acadêmicos se inserem em projetos de pesquisa.

O Colegiado de Coordenação do Curso de Educação Física não tem um processo de acompanhamento de egressos.

A coordenação do curso de Agronomia enfatizou que o curso de Agronomia foi criado em 1988, portanto, tem dezesseis anos. Conta com duzentos e cinqüenta alunos. Recentemente realizaram debate sobre as concepções do curso, bem como o perfil dos profissionais a serem formados. Tradicionalmente, de uma maneira geral, a Agronomia é compreendida como formação técnica, no entanto, na Unijuí, entende-se essa área sob outra perspectiva, ou seja, busca-se a formação de sujeitos comprometidos com a sociedade e com o desenvolvimento social.

O projeto político-pedagógico do curso de Agronomia sustenta-se pelo princípio da formação geral humanística e da interdisciplinaridade, buscando a formação de um profissional com capacidade de diagnosticar problemas, de fazer análises críticas, ou seja, de produzir conhecimento, assim como, assessorar as instituições que definem as políticas de desenvolvimento regionais. O currículo do curso estabelece a formação básica, a formação geral humanística e a formação profissional em diferentes áreas.

Para além dos componentes curriculares, são desenvolvidos três estágios concomitantes. O Estágio I, no primeiro semestre, em que o aluno é posto em contato com produtores rurais; o Estágio II, no sexto semestre, com análises de diagnósticos, no qual se desenvolve a compreensão da região e o Estágio III, no sétimo semestre, em que se analisam os estabelecimentos agrícolas.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC constitui-se em conclusão do processo de formação do acadêmico do curso de Agronomia, juntamente com dois estágios, um para a elaboração do projeto e outro para a elaboração de relatório. Os estágios que estão sendo desenvolvidos nos últimos dois anos estão sendo avaliados de forma positiva. O Colegiado tem a intenção de aliar os temas desenvolvidos nos estágios por meio de bolsa de pesquisa; de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* com o objetivo de qualificação do projeto político-pedagógico do curso de Agronomia.

O curso busca a formação de um profissional capacitado para atuar no desenvolvimento sustentável da agricultura. O mesmo poderá "atuar em diferentes atividades, dentre elas": no planejamento; orientação e supervisão técnico-econômica da produção agropecuária. Também, está habilitado para a pesquisa, experimentação, divulgação técnica, consultoria, perícia e na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento agrário.

O quadro docente do curso de Agronomia conta com quarenta por cento de doutores; cinqüenta por cento de mestres e dez por cento de especialistas.

A infra-estrutura do curso é qualificada em relação a laboratórios específicos e gerais. No que consiste à Biblioteca, recentemente foi qualificado o acervo através de convênio com instituição da França. Sobre os laboratórios foi destacada a questão dos mesmos estarem integrados na Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico - CGDT, o que está gerando algumas dificuldades, uma vez que estes além de atenderem ao ensino, prestam serviços à comunidade, sendo que muitas vezes falta tempo para atender as demandas do ensino.

Destacou-se que o Instituto Regional de Desenvolvimento Rural – IRDER, na ótica dos professores, não é explorado em sua potencialidade, embora seja uma estrutura importante de apoio ao curso.

Os acadêmicos demandam por mais bolsas de iniciação científica e de extensão. O Colegiado está estudando a possibilidade de monitorias. No que consiste a estágios extracurriculares, entende-se necessário criar uma política institucional de estabelecimento de convênios com as prefeituras municipais, cooperativas, EMATER e outros.

Quanto ao acompanhamento de egressos do curso de Agronomia, não há sistematização de ações desenvolvidas nessa perspectiva.

Em relação aos eventos, cabe mencionar a Semana Acadêmica, que está em processo de rediscussão junto aos acadêmicos, além de eventos isolados, a maioria em conjunto com Cooperativas.

CPA – Comissão Própria de Avaliação

12 ANÁLISE REALIZADA PELOS COORDENADORES DE COLEGIADOS DE COORDENAÇÃO DOS CURSOS QUE PARTICIPARAM DO ENADE 2004 e 2005

12.1 Engenharia Mecânica

Em resposta ao Ofício Circ. CPA nº 003/2006, estamos encaminhando uma breve análise do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, bem como algumas vivências que perpassaram durante todo o processo de Avaliação. Vale mencionarmos que nossa avaliação fica prejudicada uma vez que a Coordenação do Curso não ter recebido ainda os resultados do SINAES/MEC, também como um aspecto observado pelos alunos concluintes, à Coordenação.

No sentido de sistematizar esta análise, estaremos relatando alguns aspectos relevantes abordados pelos envolvidos neste processo (alunos e coordenação), conforme seguem:

1- Foram inscritos 73 alunos entre ingressantes e concluintes, destes, foram selecionados pelo MEC um número de 24 alunos. O total de alunos que realmente realizaram a prova foram 20 alunos. Recebemos da VRG a informação de que quatro alunos não compareceram aos locais das provas para realização das mesmas.

2- Com relação às abordagens de formação geral e específica dos questionários, os concluintes observaram o tempo estabelecido para a realização da prova. Por falta de uma estratégia para respondê-lo, acabou-se por dar ênfase às questões de formação geral e as respostas das questões específicas da formação ficaram prejudicadas. Já os ingressantes relataram que algumas questões de formação específica cobradas na avaliação, ainda não haviam sido abordadas em sala de aula, tendo em vista que os alunos que foram considerados alunos ingressantes foram aqueles que tinham 20% dos componentes curriculares cursados.

3- A metodologia determinada para responder aos questionamentos de formação específica, foi observada pelos alunos concluintes, no sentido de que se passa o curso todo utilizando ferramentas de cálculo para resolução de problemas, e justo na prova que os avalia profissionalmente, não se pode usar dadas ferramentas. Vale salientar que a posição da Coordenação é de que a formação deve se constituir também sem o uso destas ferramentas e que estas servem como apoio.

4- Ao serem submetidas a uma avaliação da Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica, as questões abordadas na prova, são devidamente abordadas nas ementas dos componentes curriculares do Projeto Político Pedagógico do Curso.

Desta forma, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Profº Genaro Marcial Mamani Gilapa

Coordenador do Colegiado do Curso de Engenharia Mecânica

12.2 Física e Matemática

Em relação ao ENADE de 2005, do qual participaram alunos dos cursos de Matemática – Licenciatura e Física – Licenciatura, avaliamos alguns pontos que julgamos importantes salientar para esta comissão.

- As informações provenientes do INEP eram modificadas constantemente, deixando inseguras as coordenações no que se refere à divulgação destas informações aos alunos;

- Tempo muito exíguo para executar as informações provenientes, por exemplo, o local da prova foi alterado na semana que a mesma ocorreu;

- Muitas dificuldades em acessar as informações via endereço eletrônico do INEP, com senhas que não permitiam o acesso;
- As senhas não foram enviadas diretamente às coordenações;
- Reclamações dos alunos em relação a documentação sobre a avaliação, com alguns alunos recebendo a correspondência após a data da realização da prova;
- Com relação aos alunos do regime diferenciado, existe a solicitação do envio das informações, no período em que se encontram na Universidade para melhores esclarecimentos;
- O local das provas foi tumultuado, com informações em locais que não permitiram o acesso rápido, pelo expressivo número de alunos acumulados no portão de entrada.

Até o momento não foi possível acessar os resultados finais da avaliação do ENADE que devem se divulgados pelo INEP, para que as coordenações possam avaliar o desempenho de seus alunos neste processo avaliativo.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição desta comissão para possíveis esclarecimentos.

Lecir Dalabrida
Coordenadora da Matemática

Dorneles Ari Zwirtes
Coordenador da Física

12.3 Fisioterapia

O ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, como parte do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, teve por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do Curso de Fisioterapia, às suas habilidades e competências para compreender temas cotidianos que não dizem respeito ao âmbito específico de sua profissão, relacionados à realidade brasileira e mundial, bem como a outras áreas do conhecimento.

A avaliação do ENADE incluiu grupos de estudantes selecionados por amostragem, os quais se encontravam em momentos distintos de sua graduação: um grupo considerado iniciante, que cursava o final do primeiro ano e outro grupo, considerado concluinte, que estava cursando o último ano do curso, sendo que os dois grupos foram submetidos à mesma prova.

Para dar início às informações necessárias sob o referido exame, as coordenações dos cursos os quais estariam participando do ENADE realizaram visitas nas salas de aula, explicando o objetivo da Avaliação do Desempenho dos Estudantes, bem como a importância da participação dos acadêmicos selecionados pela amostragem.

O conceito do Curso de Fisioterapia ficou 04, comparando o desempenho dos acadêmicos desta instituição, levando em conta a totalidade de alunos da área no Brasil percebe-se que a diferença entre as notas dos ingressantes da instituição foi de 5,5 pontos acima da média do Brasil. Em relação aos concluintes, a nota média da instituição foi de 58,1 e a do Brasil, 44,6.

Pode-se observar que a nota média dos concluintes em componentes específicos da prova de fisioterapia foi maior na instituição (49,5) que no Brasil (43.9). A nota média dos alunos ingressantes foi 30,2 na instituição e 27,1 no Brasil.

Quanto a percepção dos alunos sobre a prova, mais da metade dos ingressantes acharam que o grau de dificuldade era médio, na prova específica relataram dificuldade e consideraram que os tópicos abordados na prova têm relevância média (49,1) e grande relevância (39,2).

Quanto a percepção dos concluintes, metade da amostra considerou dificuldade média (46,2) e outra metade considerou difícil (46,2) na prova geral, já na prova específica (76,9) consideraram de média dificuldade, e (76,9) consideraram relevantes os tópicos abordados na prova para efetiva avaliação do seu desempenho.

Na minha percepção de coordenadora do Curso de Fisioterapia, percebi que houve um envolvimento em todo o processo, tanto por parte da Instituição quanto por parte dos acadêmicos tendo em vista que os selecionados para amostragem, apenas três não participaram do exame, justificando sua ausência. Os resultados foram positivos e ressaltaram o bom desempenho dos acadêmicos, sendo que estes contribuem significativamente para uma reflexão interna com vistas à melhoria contínua da qualidade do ensino de graduação.

Coordenação do Curso de Fisioterapia

12.4 Geografia

No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2005, foram inscritos 47 (quarenta e sete) acadêmicos do curso de Geografia da Unijuí, dentre os quais 36 (trinta e seis) selecionados para participar da prova, realizada em 06/11/05. Desse total, 12 na situação de concluintes (10 Campus Ijuí e 02 Campus Santa Rosa) e os demais como ingressantes. Compareceram e participaram da avaliação 30 (trinta) acadêmicos, 6 (seis) faltaram (todos ingressantes).

Todo o processo foi muito bem construído. Desde as informações que as Instituições de Ensino deveriam encaminhar ao INEP, às questões todas relacionadas ao que é o Exame e seu significado, procedimentos das instituições, dos acadêmicos, as questões legais, bem como a própria presença de representantes do INEP, (05 e 31/10/05), reunindo, na Universidade, os selecionados, para exposição e diálogo sobre essa etapa do SINAES.

Na Unijuí, o setor encarregado (Secretaria Acadêmica/Pesquisadora Institucional Unijuí/MEC) teve papel fundamental na condução dos procedimentos, encaminhamentos necessários à divulgação, coleta de informações acadêmicas e assessoria aos coordenadores.

De nossa parte, empreendemos todos os esforços para inscrever os acadêmicos aptos a participar do processo de avaliação de desempenho, respeitando os prazos estabelecidos. Lançamos mão dos meios disponíveis de comunicação para informar e convidar os acadêmicos, destacando a importância de sua presença e participação no processo. Apesar disso não compareceram 6 (seis) estudantes selecionados, o que nos surpreendeu, pois a correspondência foi enviada com bastante antecedência e poucos foram aqueles com os quais não conseguimos contato direto ou via telefone.

A maioria dos alunos com os quais conversamos, percebemos uma certa apreensão, até por ser a primeira vez que participavam deste tipo de avaliação, mas todos mostraram boa vontade e desejo em contribuir para que o processo obtivesse bons resultados. Em nenhum momento houve resistência em participar, os acadêmicos que estavam com aula (regime regular) e os do regime especial que freqüentam/circulam pela universidade nos tempos extraclasse, tinham um bom diálogo, procurando estar bem informados e conectados entre si.

No dia 06 de novembro estávamos de plantão na Escola Estadual de Ensino Médio Ruy Barbosa, local de realização do exame, munidos da lista de selecionados e com material (caneta, lápis...) para distribuir àqueles que, por uma ou outra razão, tivessem esquecido. Registramos a presença de todos que compareceram. Ninguém atrasou, e foi fácil localizar a escola, apenas uma aluna comentou "demorei para achar o local, pois um cidadão me informou que era noutro lugar, mas como sou precavida, saí de casa com bastante antecedência, não tive maiores problemas".

Para nós da Geografia, exceto os estudantes que não compareceram, o processo todo foi muito tranqüilo, transparente, sem contratempos, com informações claras e objetivas e informações fluentes entre os envolvidos.

Semanas após a realização do ENADE alguns acadêmicos nos procuraram para saber de sua nota, informamos que eles deveriam ter recebido uma senha, fornecida pelo INEP, e que no caso de dúvidas acessassem a página do MEC.

No decorrer do processo respondemos ao Questionário do Coordenador. Após a realização do exame entramos novamente em contato com os alunos que não compareceram para que procedessem à justificativa, atendendo as recomendações encaminhadas pelo INEP. Ainda não temos retorno, esperamos que tenham tomado as devidas providências.

Célia Clarice Atkinson - Coord. Curso de Geografia

12.5 Curso Letras Espanhol Campus Santa Rosa/ENADE Curso de Letras Português Espanhol Campus Santa Rosa

No tocante ao exame do ENADE que incidiu sobre as duas habilitações do Campus Santa Rosa, é possível avaliar o resultado deste processo a partir de dois parâmetros:

a) Estrutura organizacional – Neste aspecto que envolve todo o processo de construção e circulação de informações relativas ao ENADE é possível dizer que a estrutura logística funcionou de modo bastante adequado. Todos os alunos selecionados para a realização das provas de Língua Portuguesa, em número de 38 e Espanhol em número de duas receberam as informações específicas em suas residências em tempo hábil para se organizarem com vistas à realização da prova. O único elemento que não foi contemplado refere-se ao fato de que muitos dos alunos que cursam Letras no Campus Santa Rosa, não residem na cidade, e como a avaliação ocorreu num domingo, alguns alunos registraram sua dificuldade em deslocar-se de ônibus de sua localidade de origem até o local da prova em Santa Rosa. Mesmo assim todos os alunos realizaram o ENADE não tendo sido registrada nenhuma ausência. Isso se deveu ao fato de o departa-

mento ter iniciado a mobilização dos alunos com bastante antecedência e, principalmente, ter assumido a monitoração do acompanhamento do trânsito das informações entre o INEP e os alunos. Dessa forma acredita-se que o aspecto logístico que envolveu a seleção dos alunos a partir do envio da nominata até a realização da prova seguiu um curso bastante tranqüilo e sem sobre-saltos. No entanto deve ser destacado que todo o processo contou com o acompanhamento direto das secretárias e do chefe de sessão e coordenador.

b) O instrumento de avaliação na verdade reduplicou a mesma estrutura já verificada nas avaliações anteriores que atendiam pelo nome de PROVÃO. Assim sendo, a maioria absoluta das questões complexas relativas a: 1- extensão da prova; 2- complexidade de sua estrutura; 3- conteúdos exigidos, manteve-se inalterada em relação ao processo anterior. Nesse sentido, acreditamos que novamente o ENADE virá repetir os mesmos problemas que haviam sido apontados em relação ao provão e enviados, sistematicamente, ao INEP após a realização de cada prova.

Somando-se à avaliação da logística de aplicação do ENADE com o seu instrumento específico de avaliação é possível dizer-se que no primeiro elemento as condições apresentaram-se largamente satisfatórias e no segundo apenas verificou-se uma alteração de nome com a manutenção de um princípio de avaliação que considero superado por ser autoritário e principalmente por desconhecer os aspectos relativos às condições dos alunos em avaliação.

Larry Antonio Wizniewsky / Chefe de Seção – Coordenador Adjunto do curso de Letras Português / Espanhol e respectivas literaturas do Campus Santa Rosa.

12.6 Pedagogia

Considerando que:

* as avaliações dos cursos acontecem apenas de três em três ano e;

*a não participação dos selecionados torna sua situação irregular e interfere no registro de seu diploma.

Faz-se necessário uma maior agilidade na comunicação aos selecionados pelo MEC para realizar a prova.

Tivemos problemas com a falta de algumas (ótimas alunas) concluintes de curso que receberam a comunicação no dia e outras, inclusive, após a prova. Nossas alunas do regime especial, muitas moram longe da universidade, mas a maior dificuldade é com as alunas que, embora não residam tão distantes, mas que os correios são de difícil acesso: Moram no interior, precisam desclocar-se para a cidade e algumas até para outros municípios para retirar as correspondências. Assim como o MEC tem dificuldades de enviar com maior antecedência, também, as nossas alunas têm dificuldades de estar a postos para qualquer data.

Uma alternativa viável, uma vez que a prova é comum a todas as universidades, ocorrer na mesma data, seria de que os graduandos pudessem realizar as provas em qualquer universidade do Brasil. Afinal a informatização está aí para isso: agilizar, modernizar, encurtar distâncias.

Apesar destas dificuldades, acreditamos que houve grande avanço em relação ao processo avaliativo anterior.

Iselda Sausen Feil
Coordenadora Curso de Pedagogia

13 ANÁLISE REALIZADA PELOS COORDENADORES DE COLEGIADOS DE COORDENAÇÃO DOS CURSOS QUE RECEBERAM COMISSÕES DE AVALIAÇÃO PARA O RECONHECIMENTO E RECREDENCIAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

13.1 Artes Visuais – Licenciatura e Bacharelado – Auto-Avaliação 2006

Contextualização histórica

Em decorrência do trabalho desenvolvido na região noroeste do RS pela FAFI, e depois pela FIDENE, foi criada a Unijuí - Universidade de Ijuí, reconhecida, oficialmente, em 1985. A criação da Universidade deu-se na perspectiva da universalidade do conhecimento e da articulação com o desenvolvimento regional.

A Unijuí qualifica-se como instituição responsável pela produção e cultivo e construção do conhecimento, resultado de amplo processo de discussão interna e assessoria externa, e foram definidos cinco campos prioritários: educação, cultura, saúde, administração e agropecuária. Os programas e projetos, para o futuro próximo, passaram a priorizar esses campos como referencial básico dando, assim, um passo importante em direção à criação de novos cursos e a um melhor aproveitamento dos recursos humanos e aos espaços físicos.

Com a implantação da Universidade, sua regionalização e a expansão de seus cursos, abre-se ela, para a criação de novo Curso. O documento oficial confirma que "O Curso de Educação Artística - Hab. Artes Plásticas - Unijuí teve seu início no mês de Agosto de 1985, conforme Parecer nº 1/85 emitido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Resolução nº1 de 27/O7/85 do Conselho Universitário e reconhecimento pelo parecer nº 1.129 de 06/12/90. Estruturado para atender, conforme a Legislação Federal (Lei 5692/71), Art.7º-A Educação Artística como área prioritária no campo da comunicação e expressão, como elemento formador essencial no ensino de 1º e 2º Graus".(MADP ,TR. 233-DELAC- cx. 3)

Na região noroeste do RS, em que a arte se manifesta na vida de tantas e tão variadas maneiras, o novo curso objetiva mostrar caminhos novos, tanto para os novos acadêmicos, como para as escolas da região, para que elas se apropriem dos universos da arte, especialmente no campo do ensino das artes plásticas, além de possibilitar o conhecimento em arte que incluísse a reflexão, a criação e a formação de arte-educadores que atuarão em escolas e outros espaços culturais.

O Curso na Universidade abriu novo espaço, tanto dentro, como fora, para se abordar, com mais intensidade sobre arte, História da Arte, obras, artistas, museus, Bienais, exposições, Tratar também da formação de professores e de intercâmbios com outros cursos. Assim iniciou o curso. Um encontro com a arte, com os arte-educadores e demais acadêmicos da região. O Curso de *Educação Artística* foi criado por educadores que creditaram que a arte deveria fazer parte da recém criada universidade. Ele, portanto, não foi criado pelo governo ou através de políticas governamentais, mas sim, por um grupo de educadores, que percebeu sua importância dentro da Instituição.

Com o currículo já construído, iniciou-se a composição da primeira turma, com atendimento dos novos acadêmicos, no horário da tarde, regime regular, composta de 35 alunos, sendo que a maioria expressiva deles provém de comunidades da região, que em geral buscam a Unijuí motivados pela qualidade de seus cursos e por afinidades entre seus respectivos projetos individuais e a sua proposta político-pedagógica.O Curso teve início no II Semestre 1985.

A concepção do Curso de Educação Artística-Licenciatura Plena, na Fidene/Unijuí tem como pressuposto fundamental a arte como expressão e comunicação dos indivíduos de uma sociedade concretamente localizada, significa dizer, ser a arte a motivadora e incentivadora da memória e da identidade cultural e histórica dessa sociedade. Para tanto, a educação pela arte é encarada como instrumento a ser utilizado no desenvolvimento das potencialidades individuais, atuando, assim, como elemento essencial na formação dos indivíduos sociais. Nesse sentido, a Fidene mantém há algum tempo, ações que buscam desenvolver o gosto pela arte através do incentivo à liberdade de criação e à sensibilidade artística de crianças e adolescentes por intermédio da proposta pedagógica objetivada na EFA - Escola de Educação Básica Francisco de Assis, voltada à educação maternal, pré-escolar, fundamental e médio.

O curso recém instalado confere a Universidade um conteúdo novo e uma dimensão ampla, com novas exigências e desafios em face do futuro, levado avante com empenho, coragem e ousadia dos envolvidos. As aulas eram ministradas no Campus Ijuí, em salas utilizadas por outros cursos, mas logo nova etapa de seu projeto expressa-se principalmente: na ampliação e qualificação de seu quadro docente, na melhoria do equipamento de seus laboratórios e ateliês, e a ocupação de outros espaços para atender as demandas surgidas pela dinâmica da sua atuação e aprofundamento, no enriquecimento de seu acervo bibliográfico na área de artes, na atuação conjunta com outras áreas do saber e fazer universitários.

Nestes primeiros anos, embora enfrentando limitação de recursos humanos e financeiros, buscou-se ampliar e intensificar sua área de ação em consonância com o projeto inicial e as necessidades dos acadêmicos. Organizam-se cursos, encontros, palestras nas escolas de Ijuí e região para divulgar a proposta do curso e inscrever novos alunos. Na expectativa de participação de que novos alunos freqüentem o recém criado curso, foram organizadas ações para divulgar a proposta do curso, entre elas: palestras e oficinas junto à rede escolar pública para discutir as propostas de ensino, exposições de arte na Praça da República e no Campus da Unijuí, no Museu, além de artigos em jornais locais.

A criação do curso significou na Universidade, a primeira experiência com o ensino da arte, na formação superior de arte-educadores, como um desafio, que demandou do grupo uma atitude que envolveu parar, olhar, sentir e questionar, buscando novas pistas e procurando atender a todos os acadêmicos, sempre com uma atitude interrogativa e otimista, objetivando sempre a inovação e a atualização.

Curso de Educação Artística oferece Habilitação em Artes Plásticas - licenciatura plena e propõe-se a formar um profissional conhecedor das questões artísticas e educacionais e compromissados com elas. Um professor com domínio na área artística e educacional e que tenha na sua práxis, postura crítica, ativa e coerente com a formação recebida.

Enfatizam-se, nesse início, as disciplinas de: Fundamentos da Arte-Educação, História da Arte Ocidental, Brasileira e Latino-Americana e Apreciação Estética, bem como o fazer artístico em experiências criativas nas linguagens da Pintura, Cerâmica, Gravura, Desenho de Observação, Figura Humana e Desenho de Criação, com enfoque para a arte moderna.

Em relação à infra-estrutura, já neste início das atividades, foram implantadas salas-ambiente para as disciplinas de Expressão Plástica e Técnicas de Representação Gráfica, além da aquisição de livros para a Biblioteca, referentes à arte e seu ensino.

No ano de 2001 questionou-se sobre as diretrizes metodológicas, conceituais e pedagógicas do projeto do curso de Educação Artística, uma vez que várias mudanças haviam ocorrido no que diz respeito aos procedimentos artísticos, ao papel do artista na sociedade, ao sentido da arte na educação escolar. Esse olhar nasce da experiência de mais de 15 anos de curso, gerando então a revisão do PPP do curso. Conforme já citado, a ênfase dada pelo curso em relação à arte direcionava para os aspectos acadêmicos e modernos, com isso a abordagem sobre a arte contemporânea ficava esvaziada. Se em relação à abordagem sobre arte contemporânea não estava devidamente adequada ao contexto, em relação às abordagens sobre o ensino de arte – metodologias, didáticas e concepções pedagógicas, estávamos sintonizados com as propostas contemporâneas. É relevante destacar que o curso de Educação Artística foi um dos primeiros a trabalhar sob as bases teóricas da Proposta Triangular, concepção de ensino de arte criada por Ana Mae Barbosa que propõe uma educação que articule ações de criação/fazer, contextualização histórica e leitura de imagem. Neste aspecto fomos pioneiros na região, propondo a abordagem da imagem artística enquanto "texto visual" articulador do conhecimento em arte. Este paradoxo de ser pioneiro nos aspectos pedagógicos sobre o ensino da arte e por outro lado, não intensificar a abordagem sobre a arte contemporânea foi o mote para as mudanças do curso de educação Artística para um curso de Artes Visuais.

Atualmente, o curso de Artes Visuais tem uma proposta que contempla tanto os aspectos do ensino, quanto os aspectos da arte da sociedade contemporânea. Considera aspectos propostos pela LDB 9394/96 que regulamenta as questões a cerca do Ensino da Arte, sugerindo mudanças conceituais, entre elas a substituição da nomenclatura "Educação Artística" por "Artes Visuais". Isto foi constatado, também pela comissão de avaliadores do MEC, quando em 2004 estiveram em nossa universidade. Tivemos a satisfação de recebermos o conceito máximo – Muito Bom, uma vez que a proposta do Curso Artes Visuais foi amplamente elogiada: "Me surpreende a sintonia de vocês com as questões contemporâneas, nós que estamos no Rio de Janeiro ainda não tivemos coragem de fazer tais mudanças. O nosso curso (era coordenador do mesmo) ainda se chama Educação Artística". Destaco este comentário, pois revela uma característica desta instituição que não se vê fora do contexto global, por mais interiorana que possa parecer.

A proposta do curso de Artes Visuais possibilita a formação do licenciado e do bacharel. Estas habilitações estão estruturadas de maneira que o acadêmico possa optar pela que lhe interessa ao longo dos semestres, pois há um núcleo comum nas habilitações, posteriormente opta-se pela especificidade de área. Esta constituição curricular possibilita ao acadêmico, primeiramente, tomar contato com a concepção de curso de Artes Visuais para posteriormente realizar suas escolhas, que pode ser por uma ou as duas habilitações.

Destaca-se que o curso de Artes Visuais da Unijuí existe a mais de 20 anos e tem se consolidado promovendo a formação de professores que atuam na Educação Básica, sua principal característica é abordar a arte contemporânea através de componentes teóricos e teórico-práticos. Através destes articula-se o saber arte e o saber ensinar sobre arte, com as questões atuais relacionadas à educação. Enfatiza-se a pesquisa sobre as questões teóricas e teórico-práticas relativas a arte e a educação, sendo assim as habilitações de licenciado e bacharel se complementam, constituindo um profissional com uma forte base conceitual para articular os processos de criação e o conhecimento. O bacharel intensifica a pesquisa artística construindo um processo nas linguagens visuais, tendo a Sala de Exposição Java Bonamigo enquanto um espaço para apreciar arte e também divulgar seu próprio trabalho artístico. Já o licenciado é estimulado, para além de desenvolver uma pesquisa artística, constituir-se um pesquisador sobre as questões relativas a tarefa educacional, buscando compreender sobre o sentido da arte na educação escolar, sobre as questões a cerca do conhecimento sobre arte e *a arte da escola* (entende-se por arte da escola aquilo que o educando realiza no componente curricular arte). Para além da Sala de Exposição Java Bonamigo, os acadêmicos do curso também disponibilizam do programa de formação continuada do Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola que acontece em diferentes cidades da região, espaço este onde se discute sobre a arte e sua dimensão artística, estética e cognitiva. O curso também oferece um espaço de atelier, denominado Atelier Arte e Design no qual o acadêmico, bem como a comunidade em geral, podem ampliar seus conhecimentos sobre as linguagens da arte.

Para além dos programas acima citados, faz parte do projeto do curso a promoção de espaços para o encontro com a arte através de viagens de estudo a exposições de arte, bienais, incentivo à participação em salões de arte, eventos de educação, formação continuada para os professores de arte de Ijuí e região através do Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola, exposições de arte contemporânea na Sala de Exposição Java Bonamigo, bem como intercâmbio com universidades e institutos de arte.

O curso de Artes Visuais também oferece um programa de Pós Graduação em Metodologia do Ensino de Arte, pelo qual busca abordar as questões da arte e seu ensino, desde os aspectos relacionados a metodologias de ensino, bem como temas sobre a cultura visual, arte na educação infantil, leitura de imagem fixa e móvel, vídeo arte, fotografia, procedimentos contemporâneos em arte, entre outros.

Por este conjunto de ações objetiva-se preparar os acadêmicos da licenciatura para que atuem em campo específico ao Ensino das Artes Visuais e os do bacharelado a formar-se artista plástico através de um processo de desenvolvimento das potencialidades artísticas, de modo a possibilitar carreira própria e consciente enquanto profissional liberal. Empenha-se em formar profissionais e pesquisadores que possam se expressar tanto nas práticas artísticas como na reflexão teórica, que possam entender as questões postas pela sociedade e atender ao mercado de trabalho, formando educadores e profissionais competentes.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso de Artes Visuais – Licenciatura & Bacharelado está pensado a partir de quatro eixos condutores: formação humanística, formação pedagógica, teórico e teórico-prático, organizados em cinco módulos temáticos, articulados entre si, prevendo componentes curriculares que desenvolvem conteúdos relacionados com as questões do ensino e da pesquisa teórico-prática.

Especificidade do curso de Artes Visuais Licenciatura

Objetivos Gerais:

Preparar licenciados para atuarem em campo específico ao ensino das Artes Visuais.

Formar profissionais e pesquisadores que possam se expressar tanto nas práticas artísticas como na reflexão teórica.

Objetivos Específicos:

Atender o mercado de trabalho, formando profissionais e educadores competentes;

Participar da vida artística e cultural, executando um trabalho integrado com os órgãos públicos, privados e comunidade em geral;

Elaborar, executar e avaliar projetos de pesquisa e extensão em artes e arte-educação, atendendo os anseios e expectativas da comunidade em geral;

Integrar o curso à comunidade, promovendo eventos, projetos artísticos e culturais, entre outros.

Os cursos de Artes Visuais devem formar profissionais habilitados para a produção, a pesquisas, a crítica e o ensino das Artes Visuais.

A formação desses profissionais deve ser voltada para o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, dentro da especificidade do pensamento visual.

A Unijuí propõe-se a capacitar um profissional conhecedor e compromissado com as questões artísticas contemporâneas e educacionais, que tenham presente em sua práxis uma postura crítica, ativa e coerente com a formação recebida.

Perfil Geral Pretendido

Profissional com:

- Competência para exercer a função de educador, sendo mediador do conhecimento específico da arte, despertando no educando: o gosto pelo fazer e pelo apreciar artístico, a sensibilidade estética, a criatividade, a possibilidade de inter-relacionar conteúdos e diferentes linguagens artísticas;
- Fundamentos teóricos e práticos para a realização de pesquisas em Ensino de Arte, gerando novos conhecimentos;
- Pensamento reflexivo e crítico;

• Domínio mais aprofundado de várias linguagens artísticas;

• Iniciativa para desenvolver experiências pessoais, encontrando novas soluções na utilização de materiais e técnicas.

Capacidade de:

• Refletir sobre o Ensino das Artes Visuais, buscando metodologias cada vez mais apropriadas ao mundo atual;

• Realizar pesquisas científicas e artísticas;

• Desenvolver projetos interdisciplinares, utilizando-se de várias linguagens das artes visuais.

Campo de atuação

A Licenciatura em Artes Visuais pretende formar profissionais capacitados para:

• atuar como professor de Artes nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, como também em escolinhas de artes, museus, galerias, desenvolvendo projetos no Ensino de Arte;

• atuar como consultor na área do Ensino de Arte;

• atuar como Ministrante de Curso na área do Ensino de Arte;

• realizar pesquisas Educacionais, Científicas e Artísticas;

• desenvolver projetos interdisciplinares, utilizando-se de várias linguagens das artes visuais

Especificidade do Curso de Artes Visuais - Bacharelado

Objetivos Gerais:

Formar o Artista Plástico através de um processo de desenvolvimento das potencialidades artísticas, de modo a possibilitar carreira própria e consciente enquanto profissional liberal;

Formar profissionais pesquisadores que possam se expressar tanto nas práticas artísticas como na reflexão teórica.

Objetivos Específicos:

Atender o mercado de trabalho, formando profissionais competentes;

Participar da vida artística e cultural, executando um trabalho integrado com os órgãos públicos, privados e comunidade em geral;

Elaborar, executar e avaliar projetos de pesquisa e extensão em artes, atendendo os anseios e expectativas da comunidade em geral;

Integrar o curso à comunidade, promovendo eventos, projetos artísticos e culturais, e outros.

Perfil do profissional a ser formado

Proposto pelas Diretrizes Curriculares Provisórias

a. Os cursos de Artes Visuais devem formar profissionais habilitados para a produção, a pesquisa, a crítica e o ensino das Artes Visuais.

b. A formação desses profissionais deve ser voltada para o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, dentro da especificidade do pensamento visual.

A Unijuí propõe-se a capacitar um profissional conhecedor e compromissado com as questões artísticas contemporâneas e educacionais, que tenham presente em sua práxis uma postura crítica, ativa e coerente com a formação recebida.

Perfil Geral Pretendido

Profissional com:

Visão multicultural da Arte;

Pensamento crítico e reflexivo sobre a sociedade;

Visão da História da Arte Hegemônica, Brasileira e Latino Americana;

Iniciativa, Criatividade, Capacidade Técnica expressiva e competência profissional dentro dos diversos contextos da sociedade;

Capacidade estética;

Fundamentação Teórica e Prática nas diversas áreas das artes visuais;

Sensibilidade social e humanista.

Capacidade de:

Desenvolver projetos criativos em diversas linguagens da arte;

Realizar pesquisas científicas e artísticas;

Integrar-se ao mercado de trabalho como sujeito transformador e modificador de tendências;

Desenvolver projetos interdisciplinares, utilizando-se de várias linguagens das artes visuais;

Encontrar novas alternativas artísticas, técnicas e industriais, explorar o ser investigativo.

Refletir sobre os diversos movimentos artísticos, posicionando-se criticamente.

Campo de atuação

O Bacharelado em Artes Visuais pretende formar profissionais capacitados para: atuar como profissional liberal e/ou pesquisador. Os campos de atuação são em seus ateliês de arte e criação, laboratórios de fotografia e vídeo, as indústrias, as empresas, as entidades públicas ou privadas de difusão artística-cultural, confecção de vestuário (moda), agências de publicidade e propaganda, setores de artes gráficas, estabelecimentos comerciais, parques turísticos, museus, fundações, galerias de arte e instituições de pesquisa científicas, educacionais e culturais e artísticas;

atuar como consultor e produtor de eventos;

atuar como pesquisador do patrimônio cultural e coleções privadas, e como curador de projetos artísticos e culturais.

Corpo Docente:

O curso de Artes Visuais conta com 26 professores atuando nos componentes curriculares do curso durante o ano de 2004, sendo que destes 06 professores atuam somente na habilitação de licenciatura.

O Plano de Carreira do Magistério Superior da Unijuí regulamenta a titulação necessária para os diversos níveis e classes. Neste sentido, transcreve-se parte deste Plano:

> "Art. 9º. A contratação no nível um da classe de professor auxiliar é feita mediante habilitação em processo seletivo público de provas e títulos, para a qual se exige o título de especialista.
> Art. 10. A contratação no nível um da classe de professor assistente é feita mediante habilitação em processo seletivo público de provas e títulos, para a qual se exige o título de mestre.
> Art. 11. A contratação no nível um da classe de professor adjunto é feita mediante habilitação em processo seletivo público de provas e títulos, para a qual se exige o título de doutor.

Para ingresso no Plano, como professor de carreira ou colaborador, sempre se realizam processos de seleção, que consistem basicamente das seguintes etapas:

a) prova escrita; b) análise de curriculum vitae; c) prova prática de docência; d) entrevista. Na análise do curriculum vitae, realizada pela banca examinadora, são considerados os seguintes critérios gerais: a) formação acadêmica; b) experiência profissional em docência e fora da docência; c) produção intelectual; d) participação em eventos científicos; e) perspectivas de investimento em um projeto de atuação acadêmica.

No curso de Artes Visuais, neste ano, conta-se com 26 (vinte e seis) professores alocados em 3 (três) Departamentos. A titulação desses professores é pertinente à área específica em que atuam no curso.

- Do total de 26 (vinte e seis) professores que estão atuando no Curso durante o ano, 06 (seis) possuem titulação de especialização na área.

- Do total de 26 (vinte e seis) professores que estão atuando no Curso durante o ano, 12 (doze) possuem titulação de especialização em outras áreas.

- Dos professores que estão atuando no Curso durante o ano, 07 (sete) possuem titulação de mestrado na área.

- Dos professores que estão atuando no Curso durante o ano, 15 (quinze) possuem titulação de mestrado em outras áreas.

- Dos professores que estão atuando no Curso durante o ano, 02 (dois) estão em vias de concluir o doutoramento na área.

- Dos professores que estão atuando no Curso durante o ano, 03 (três) possuem titulação de doutorado em outras áreas.

- Dos professores atuantes no curso durante o ano corrente, 06 (seis) atuam há vinte anos ou mais no magistério superior, 07 (sete) entre dez e dezenove anos, 10 (dez) entre cinco e nove anos, e 03 (três) há menos de cinco anos.

- Dos professores atuantes no curso durante o ano corrente, 02 (dois) atuam há vinte anos ou mais fora do magistério, 07 (sete) entre dez e dezenove anos e 08 (oito) entre dois e nove anos. Os demais professores não atuam fora do magistério.Todos os professores estão adequadamente alocados a componentes curriculares conforme sua formação.

-Do total de professores que atuam no curso no ano corrente 23 (vinte e três) possuem formação/capacitação/experiência pedagógica, pertinentes às áreas de formação do Curso.

Os docentes do programa apresentam regime de trabalho, disciplinado na Carreira do Magistério Superior da Unijuí.

- Do total de professores que estão atuando no Curso durante o ano corrente, 10 (dez) trabalham em regime de tempo integral, sendo que 07 (sete) com 40 horas e 03 (três) com 36 horas semanais.

- Do total de professores que estão atuando no Curso durante o ano corrente, 06 (seis) trabalham em regime de tempo parcial, sendo que 03 (três), cumprindo 20 horas e os demais 30 horas semanais.

- Do total de professores que estão atuando no Curso durante o ano corrente, 10 (dez) trabalham como colaboradores horistas. A questão de Plano de Carreira está consolidada no 10º documento da Coleção Cadernos da Gestão Universitária, no qual está publicada a Resolução do CONSU.

Corpo técnico-administrativo:

Para garantir um adequado atendimento às diferentes demandas de alunos e professores do Curso de Artes Visuais, bem como dos demais cursos, a Universidade está estruturada em órgãos suplementares e/ou de apoio às unidades e programas de ensino, pesquisa e extensão, atuando de forma abrangente.

a) O Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação, ao qual está adscrito o curso de Artes Visuais, conta atualmente com um quadro técnico-administrativo composto da seguinte forma:

* atendendo na Secretaria do Departamento e na Secretaria dos Cursos, no Campus Ijuí como tempo integrais - 40 horas

- Fabiane Renê Barella, graduada em Design Gráfico;

- Liane van der Ham Rapachi,graduada em Letras - Licenciatura Curta;

- Luis Carlos Knebel, graduado em História; como tempo parcial / 30 horas

- Dasiele Monteiro, graduanda em Comunicação Social - Relações Públicas;

* atendendo nos Laboratórios de Áudio e Vídeo, no Campus Ijuí

- João Rafael Bianchi, tempo parcial / 30 horas, graduado em Filosofia;

- Rodrigo Nora Carvalho, tempo parcial / 20 horas, graduando em Comunicação Social - Jornalismo;

* atendendo a Secretaria do Departamento e Secretaria dos Cursos, Campus Santa Rosa

- Clélia Teresinha Krestschmer Eidt, tempo integral, graduanda em Pedagogia.

Infra-estrutura do curso de Artes Visuais

A concepção, a execução e a avaliação do Curso são de responsabilidade do Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação, um dos doze departamentos que constituem a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, cuja caracterização prévia se traz no Artigo 1º do Estatuto da Unijuí: "A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul".

- Unijuí, de natureza comunitária, nova denominação dada à Universidade de Ijuí - Unijuí, reconhecida pela Portaria nº 497, de 28 de junho de 1985, do Ministério de Estado da Educação da República Federativa do Brasil, tem sede no Município de Ijuí, e mantém *Campi* Universitários nos Municípios de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos, todos no Estado do

Rio Grande do Sul, aprovados pela Portaria nº 1626, de 10 de novembro de 1993 do Ministério de Estado da Educação e do Desporto, e é mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado - FIDENE, instituição comunitária de caráter científico-técnico-educativo-cultural, de fins não lucrativos e pessoa jurídica de direito privado com sede e foro na cidade de Ijuí, constituída em 07 de julho de 1969...". O programa é oferecido no Campus Ijuí, no endereço a seguir, podendo ser oferecido nos demais *campi*, conforme demanda".

- Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação:

Rua do Comércio, nº 3000. Prédio Gama. Bairro Universitário. Ijuí/RS

CEP: 98700000.

CaixaPostal 560.

Telefone: (55) 3332 0200 - ramais 415, 426

Fax: (55) 3332 9100 (geral)

Endereço eletrônico: delac@unijui.tche.br

O prédio Gama, que abriga o Departamento, situa-se no Campus Universitário de Ijuí, onde também estão localizadas as salas de aulas de diversos cursos ofertados pela Universidade, assim como os Laboratórios de Informática, a Biblioteca Central, a Secretaria Acadêmica, os Auditórios e o Salão de Atos, a Tesouraria, a Coordenadoria de Apoio ao Estudante Universitário, o Setor de Audiovisual, as cantinas, áreas verdes e de preservação ambiental, acessos rodoviários e estacionamentos. Todos os espaços físicos recebem a limpeza, conservação, manutenção e segurança por meio de equipes de limpeza, de manutenção e de vigilância, vinculadas à Coordenadoria de Serviços ou a Coordenadoria Patrimonial, cujos titulares têm seu local de trabalho no Campus Ijuí.

As instalações apresentam as adequadas condições de:

a) acústica;

b) iluminação (esta em sua maioria com lâmpada fluorescente, completada por uma ampla luminosidade natural);

c) ventilação, na qual se privilegia a engenharia para a ventilação natural e, se necessário, suprida com uso de ventiladores e condicionadores de ar. Cumpre ressaltar que em outubro de 2004 iniciaram-se as obras para a construção de um prédio próprio destinado a abrigar as instalações do DELAC, no Campus Universitário de Ijuí, o qual possui a previsão de entrega para julho de 2005. Tal construção visa a ampliação do espaço físico destinado ao Departamento, primando pela excelência dos trabalhos por ele realizado.

A comissão de avaliação observou, também, a pouca oferta de espaços na instituição para o convívio e descanso dos acadêmicos, tais como bancos nos corredores dos prédios próximos às salas de aula, maior acesso (tais como rampas) aos portadores de necessidades especiais.

Estrutura curricular Artes Visuais - Licenciatura & Bacharelado

Considerando a proposta elaborada para o Projeto Político Pedagógico do Curso de Artes Visuais Licenciatura & Bacharelado entendemos haver coerência entre os seus objetivos e o que projetamos para o acadêmico e futuro profissional licenciado e bacharel em artes visuais. Seus objetivos foram estruturados levando-se em conta a perspectiva de que o curso propõe-se a formar profissionais pesquisadores que aliem os movimentos oriundos da sua prática artística e da reflexão teórica resultante dessa prática.

O PPP do Curso de Artes Visuais –Licenciatura & Bacharelado está pensado a partir de três eixos condutores, o da formação geral, o teórico, teórico-prático, organizado de forma a propiciar referenciais teórico que permitem os educandos se constituirem como sujeitos pesquisadores qualificados às suas ações profissionais. Para tanto os Componentes Curriculares foram ordenados de tal forma que permitissem um crescimento qualitativo e quantitativo do conhecimento do seu educando. Entendemos que o Curso de Artes Visuais está em adequação com o indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que proporciona ao acadêmico, através de seu currículo e das atividades que o atravessam, o contato com abordagens artísticas contemporâneas interligadas à construção de conhecimento na área a partir do incentivo a pesquisas artísticas amparadas por referenciais teóricos. O currículo é construído de forma a permitir ao acadêmico o aprofundamento das questões teórico e teórico-práticas na construção de uma postura autônoma e de consistência acadêmica. Para que tais propósitos sejam viabilizados, o curso oferece além das atividades desenvolvidas nos componentes curriculares, também atividades de extensão com a comunidade no programa de formação continuada do Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola, projeto da Sala de Exposição Java Bonamigo, programa de atelier de Artes e Design, bem como, estimula e na medida do possível proporciona vivências inter-institucionais, buscando alargar experiências acadêmicas e artísticas.

Entende-se que o curso de Arte Visuais desenvolve um trabalho coerente em relação ao que projeta no seu projeto político pedagógico e aos resultados alcançados. Pretende a formação de um profissional pesquisador, reflexivo, e crítico; artista visual que se proponha a realizar e revisar constantemente a sua prática artística. Esse aprendizado é desenvolvido ao longo da sua formação no interior dos Componentes Curriculares desenvolvidos no curso. Pretende-se um acadêmico que desenvolva constantemente a reflexão visando sua capacitação como futuro profissional atuante na sociedade contemporânea. Os Componentes Curriculares do curso de Artes Visuais estão relacionados entre si a partir de uma organização curricular pensada a partir de três eixos condutores, o da formação geral, o teórico, teórico-prático, organizado em quatro módulos temáticos, articulados entre si, prevendo o desenvolvimento de conteúdos relacionados com as questões da pesquisa teórico-prática. Retomando seu projeto, a concepção proposta e desenvolvida pretendem a formação do Licenciado e do Bacharel em Artes Visuais que se coloque como um profissional leitor, pesquisador e crítico sobre as questões a cerca da arte e de sua significação no mundo contemporâneo. A inter-relação efetiva da proposta curricular acontece quando visualizamos a distribuição dos seus Componentes nos módulos temáticos.

A carga horária total do programa é de 3405 horas, das quais 2040 horas são distribuídas em componentes curriculares do núcleo comum (ministrados às duas habilitações do curso), 660 horas distribuídas em componentes específicos da habilitação em licenciatura e 705 horas distribuídas em componentes curriculares específicos da habilitação em bacharelado. É viabilizada aos acadêmicos a possibilidade de cursar as duas habilitações de forma concomitante. Para, além disso, os acadêmicos de licenciatura devem cumprir 300 horas de atividades práticas extracurriculares.Os componentes curriculares e respectivas cargas horárias estão discriminados no Projeto Político-Pedagógico do Curso.

As ementas e os programas dos componentes curriculares são elaborados, tendo por base a proposta do Programa. Por ser uma proposta há pouco revisada, o Colegiado do Curso entende que as ementas, bem como os programas, estão atualizadas. O Curso de Artes Visuais busca atualizar as bibliografias, adequando-as às propostas dos componentes curriculares desenvolvidos ao longo do curso. A Unijuí possui uma política de aquisição, expansão e atualização, a fim de instrumentalizar o aluno com as publicações relevantes de livros, revistas, Cds, vídeos e anais de interesse para o curso.

A avaliação do Programa a partir de 2003 atende à Resolução 12/2002 do Conselho Universitário da Unijuí, sendo o sistema proposto coerente com a concepção do Programa.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem prevista na referida resolução propõe:

- a co-responsabilidade de todos os envolvidos nos processos de ensino aprendizagem;

- a relevância acadêmica dos conteúdos desenvolvidos, a formação crítica e reflexiva e a interação social dos conteúdos;

- a capacidade do estudante de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

Os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem compreendem a Resolução 12/2002 do CONSU, de acordo com a especificidade dos componentes curriculares.

A Unijuí, ao longo de sua trajetória e, de forma muito especial, na sua história mais recente, vem realizando profundo e sistemático processo de avaliação e redefinição de sua atuação enquanto Universidade Comunitária, que mantém programas de Ensino, graduação e pós-graduação, de Pesquisa e de Extensão há mais de 45 anos. Pode-se dizer que hoje a avaliação já se incorporou à cultura de gestão universitária desta Instituição e está presente no cotidiano de cada um.

No que se refere à avaliação da dimensão do Ensino de Graduação, a Vice-Reitoria de Graduação, aliada aos Colegiados de Curso, reafirma a avaliação como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e a sua reflexão como caminho privilegiado para a busca da qualificação e da excelência do projeto político-pedagógico dos cursos. Faz parte do cotidiano dos departamentos e coordenações o envolvimento dos professores no processo educativo de crítica e autocrítica referente ao pensar a ao fazer avaliativo, no contexto dos paradigmas da educação, com vistas à sua permanente construção reconstrução, através do diálogo e do entendimento dos sujeitos envolvidos na consolidação da Universidade.

A sistemática de avaliação do Programa ocorre através das reuniões do Colegiado do Curso, que acompanha o desenvolvimento do mesmo, traça estratégias à superação dos problemas identificados e, além disso, reforça as experiências significativas nele realizadas.

Os alunos têm possibilidades de envolverem-se em programas, projetos e atividades do Curso, do Departamento e da Instituição pelo fato de serem acadêmicos desta Universidade. Ao longo do Curso os alunos de Artes Visuais - Bacharelado participam de seleção para atuar como bolsista da Sala de Exposição Java Bonamigo e do Projeto Arte na Escola. Podem atuar como bolsistas de iniciação científica e podem enviar artigos para seleção da revista Formas e Linguagens, do Departamento, e Espaços da Escola, da Unijuí.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo sistematizar teoricamente as questões relativas à arte e seu ensino, e especificamente para o acadêmico do bacharelado, a sua prática artística que culmina numa exposição individual e numa apresentação para uma banca dos trabalhos desenvolvidos.

Pesquisa

Atualmente o Curso de Artes Visuais – Licenciatura & Bacharelado contam com as pesquisas de dois professores doutorandos, Professora Marlene Ramires François e Paulo Ernesto Scortegagna. Uma das observações realizadas pela comissão avaliadora do MEC foi no sentido de ampliarmos as pesquisas para além dos projetos de doutoramento.

Neste ano (2006) o curso de Artes Visuais está discutindo temas a serem pesquisados, bem como, está compondo a comissão que está estudando a possibilidade de programas de pós-graduação em nível de mestrado e futuramente em doutorado. Nesta comissão discute-se quais as linhas de pesquisa que interessam ao DELAC e neste sentido estamos planejando as pesquisas do curso de Artes Visuais.

Extensão e Programas complementares:

O curso de Artes Visuais possui um programa de complementação curricular, exigência para a habilitação bacharelado, que se denomina Sala de Exposição Java Bonamigo, bem como dois programas de extensão que ocorrem sistematicamente:

A - Programa Ateliêr Arte e Desing:

B - Programa de Formação continuada do Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola

C - Programa AABB Comunidade

Breve descrição do programa do curso de artes Visuais Sala de Exposições Java Bonamigo

Este é com certeza um espaço de pensar e debater o conhecimento em arte, além do espaço da sala de aula. A sala de exposições configura-se no cenário da universidade como um espaço rico de conhecimento onde docentes e acadêmicos podem construir conhecimento.

Importância para o ensino nos cursos do departamento e para outros cursos onde o departamento atua.

Esta importância se dá à medida que o Objeto da arte se torna objeto de pesquisa e debate para cursos, grupos e pesquisadores não só da área de arte, mas também de outros cursos e instituições sendo este o elo integrador para o debate entre os diferentes, num movimento de aprender pela arte e seus objetos.

Descrição e análise da extensão atual:

- Receptividade/retorno dos grupos sociais participantes

A sala tem mantido excelente receptividade uma vez que seus freqüentadores vão além do público acadêmico atingindo a comunidade local, regional nacional e internacional, contamos com o apoio de empresários e pessoas da comunidade para a viabilização de alguns catálogos e convites.

- *Perspectivas futuras*

Construção do espaço permanente planejado arquitetonicamente para sala de exposições, promoção de cursos de qualificação para atendimento ao público, monitoria, elaboração de porfólios, bem como organização pedagógica de exposições.

- *Envolvimento de estudantes com a extensão*

Este envolvimento dá-se diretamente pelos alunos estagiários que trabalham na sala em número de três, mais um voluntário. Pela pesquisa e retirada de materiais bibliográficos, catálogos, fotos, textos e demais materiais deixados à disposição pelos artistas expositores para consulta.Pela visitação às exposições e participação nos debates promovidos com os artistas.

Infra-estrutura

Caracterização do existente;

- Verificação de estrangulamentos e/ou fragilidades

Percebe-se pelo desenvolvimento das atividades da Sala a necessidade de alguns itens listados no projeto e que ainda não foram atendidos: iluminação mais específica, favorecendo com melhor qualidade das exposições, ausência de um climatizador.

- *Verificação das potencialidades*

A sala tem conseguido manter um excelente público visitante, atingindo além da comunidade acadêmica, a comunidade regional e nacional e algumas visitas internacionais. A presença das escolas da rede pública e particular, numa confirmação do objetivo de formar público desde as menores idades. Manter um calendário constante de apresentação de exposições e uma diversidade de linguagens, temas, materiais e diálogos possíveis sobre arte contemporânea.

Breve descrição do programa Ateliê Arte e Desing

O Laboratório de artes e design foi implementado na Universidade no final do primeiro semestre do ano de 2000. ocorreu apenas em um turno, nas quartas-feiras à tarde das 17 às 19 horas, em caráter experimental, visando atingir, no primeiro momento, os acadêmicos dos cursos de Design e Artes Visuais para, na seqüência avaliar a sua viabilidade de atingir um público maior. Seus resultados foram muito satisfatórios, tendo como foco de interesse maior a experimentação da linguagem do desenho observação/criação e da cerâmica. Trabalharam naquele ano, os professores Danilo Émmerson Nascimento Silva, Marlene Ramires François e Rosana Berwanger Silva.

No ano seguinte de 2001, o Laboratório foi oferecido desde o primeiro semestre, aí para um público maior e com a inclusão do espaço para a Expressão Corporal e com a mudança do dia para quinta-feira das 17 às 19 horas. A avaliação foi novamente positiva uma vez que o Laboratório conseguiu atingir um público diversificado. Trouxe-nos uma proximidade maior com a comunidade de Ijuí e região, com a participação de pessoas das cidades de Cruz Alta, Panambi, Santo Ângelo e Jóia como também membros da Fundação Cultural de Ijuí – grupo de Apoio aos Artistas Plásticos, acadêmicos de cursos como Artes Visuais, Design, Geografia, Matemática, funcionários dos setores da Biblioteca, estudantes do ensino Médio, profissional liberal, professores desta universidade, entre outros. O trabalho do ano de 2001 foi desenvolvido com os professores Danilo Émmerson Nascimento Silva, Marlene Ramires François, Rosana Berwanger Silva e Daisy Maria Barella da Silva.

No início do primeiro semestre de 2002, a proposta de reedição do Laboratório foi discutida no colegiado do curso de Artes Visuais onde foi decidido que era o momento de repensar quanto a sua modalidade de oferecimento e quanto a sua dinâmica de aula. A primeira questão foi que poderíamos oferecer "cursos" e/ou "oficinas" de curta duração paralela ao Laboratório. Houve propostas de cursos como Design de Superfície pela profª Maria José, Introdução à Fotografia, pelo professor Paulo Scortegagna, Gravura para Crianças pela professora Salète Regina Protti e Expressão Corporal pela professora Daisy Mª Barella da Silva. Propostas essas que pretendemos implantar ainda este ano. O Laboratório foi reeditado nas quartas-feiras no horário das 17 às 19 horas. Agora com a idéia de um espaço para criação e experimentação em suportes bidimensionais sob responsabilidade da professora Rosana Berwanger Silva e abrindo um espaço de criação e experimentação na linguagem da cerâmica, para ser ministrado por uma acadêmica do curso de Artes Visuais Vanessa Barassuol, como projeto do Componente Curricular de Prática de Ensino s/f de Estágio Supervisionado sob orientação da professora Lori Frantz e coorientação da professora Rosana Berwanger Silva. A expectativa para este ano é que se consiga atingir cada vez mais um público diferenciado para esse espaço de discussão e experimentação de diferentes procedimentos artísticos, permanecendo com o caráter filantrópico.

Para a sua viabilização estamos encaminhando a solicitação de que seja selecionado um(a) bolsista 20 horas, acadêmico(a) do Curso de Artes Visuais, para auxiliar nos encaminhamentos necessários quanto ao desenvolvimento do Laboratório, como também para atuar como monitor nas aulas das quartas-feiras à tarde no Laboratório e nos cursos/oficinas de curta duração. Nossa expectativa é que, em pouco tempo esse Laboratório seja transformado em um espaço em que os acadêmicos do curso de Artes Visuais possam atuar como orientadores aplicando os conhecimentos obtidos no seu curso de graduação. Determinando um espaço de aprendizagem/escola e oferecendo, mais um espaço de interlocução entre a comunidade e a universidade.

Objetivos

Constituir um grupo de estudos, experimentação e aplicação de diferentes procedimentos artísticos na Universidade.

Oportunizar a participação e aproximação de diversos setores da comunidade de Ijuí e região a ações realizadas pelo curso de Artes Visuais.

Criar na Universidade um espaço de aprendizagem/escola de artes para os acadêmicos do curso de Artes Visuais desenvolverem opções de estágios supervisionados.

Metodologia

O Laboratório de Artes e Design por se caracterizar em um espaço que permite a participação de um público heterogêneo, enquanto conhecimentos e experiência nas áreas de artes e que permite, ainda, o constante ingresso de interessados, sem o compromisso de entradas regulares, não apresenta um método único de trabalho. Apresenta sim o

desafio de desenvolver um trabalho que atinja as mais diferenciadas necessidades, com uma maior identificação aos procedimentos metodológicos contemporâneos adotados na área de artes. O eixo condutor está fundamentado no estudo, na experimentação e na criação e, sempre quando possível na avaliação dos caminhos tomados para cada procedimento individual, ou seja, na avaliação das escolhas tomadas por cada um para a realização dos seus trabalhos.

As atividades do Laboratório são desenvolvidas nas salas do prédio do curso de Artes Visuais, variando somente para os cursos de curta duração de acordo com a sua temática, número de vagas, e espaço físico e/ou laboratório necessário.

Público Alvo

Comunidade em geral de Ijuí e região

Cronograma

Laboratório de arte e design

Encontros semanais – Quarta-feira à tarde das 17h às 19h

Cursos de curta duração

A ser definido, de acordo com o público alvo, número de vagas, disponibilidade de laboratório.

Recursos Materiais

O material necessário para o Laboratório e para cada curso de curta duração será disponibilizado aos participantes de acordo com o solicitado .

Plano de atividade do Bolsista – 20 horas.

O aluno(a) bolsista do Laboratório de Artes e Design desenvolverá as seguintes atividades:

Organização de material teórico prático para os encontros no Laboratório;

Acompanhamento dos encontros do Laboratório, atuando como monitor;

Organizador dos processos de divulgação, encaminhamento dos materiais necessários e processo de inscrição dos cursos de Curta Duração;

Acompanhamento dos encontros dos Cursos de Curta Duração atuando como monitor;

Apoio na formação e orientação de futuros acadêmicos (equipes de trabalho) para atuarem como estagiários tanto no Laboratório como nos cursos de Curta Duração;

Organização de exposições dos trabalhos desenvolvidos no Laboratório, como também dos resultados obtidos nos Cursos de Curta Duração;

Organização de relatório sobre cada atividade desenvolvida;

Breve descrição sobre o programa de formação continuada do Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola;

Dados de Identificação:

Pólo Unijuí Da Rede Arte Na Escola.

Constituído de cinco Grupos de Estudos – Ijuí, Santa Rosa, Panambi, Três Passos, São Borja.

Vinculado ao Instituto Arte Na Escola – Fundação Iochpe.

Programa de Formação Continuada do Curso de Artes Visuais – Licenciatura & Bacharelado.

Alocado Junto Ao Delac – Departamento De Estudos De Linguagem Arte E Comunicação.

Mantido Pela Unijuí- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Coordenação: Maria Regina Johann.

Justificativa:

O Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola é um programa de formação continuada sobre arte e seu ensino que está alocado ao DELAC, Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação, vinculado ao curso de Artes Visuais – licenciatura e bacharelado da Unijuí. Seu objetivo é possibilitar aos acadêmicos da instituição e aos profissionais da área de

arte espaços para a formação continuada, bem como acesso a materiais didáticos e bibliografia atualizada na área da arte e seu ensino. O Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola é composto por cinco grupos de estudos situados em Ijuí, Santa Rosa,Três Passos, Panambi e São Borja. Contando em média com a participação de cento e dez professores, muitos formados em arte e outros com formação em outras áreas do conhecimento. O eixo condutor dos encontros está relacionado com os objetivos de cada grupo, de acordo com suas realidades e necessidades. Busca-se articular teorias da arte com aspectos da educação, observando a dimensão da especificidade das linguagens artísticas, do conhecimento e da cultura. Preserva-se espaços para relatos de experiências, contemplando os saberes dos professores, suas metodologias e didáticas, estabelecendo relações com os debates contemporâneos sobre a arte e seu sentido na educação. Nesse exercício de pensar a educação em arte, vinculada a contextos locais, mas considerando os debates atuais, esses encontros cumprem um papel relevante de possibilitar aos professores um panorama da educação regional, a socialização de idéias e o comprometimento com a arte enquanto componente curricular que busca a legitimação a partir de prática docente e que esteja coerente com a instituição escolar e com a educação contemporânea.

Os grupos são constituídos por professores da rede municipal, estadual e escolas privadas, contam com o apoio das coordenadorias e secretarias de educação de Ijuí e região.

Instituições parceiras:

Instituto Arte na Escola/Fundação IOCHPE.

Unijuí - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

DELAC – Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação.

Curso de Artes Visuais – Licenciatura e Bacharelado.

Sala de Exposição “Java Bonamigo” do curso de Artes Visuais.

CRE 36ªIjuí, CRE 21ª Três Passos e CRE 17ªSanta Rosa, SMED de Ijuí, secretarias municipais de Santa Rosa e Três Passos.

Estrutura e cronograma dos encontros:

O Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola conta com uma sala (junto à sala de exposição “Java Bonamigo”) na qual disponibiliza seu acervo, bem como da coordenação e de três monitores, situada junto à Biblioteca Central da Unijuí “Mario Osorio Marques” - Rua São Francisco, 501, Bairro São Geraldo.

Atendimento ao Público das 9 às 21 Horas – Fone 0 ( ) 55 3332 0635.

Monitores: Leila Endruweit,Alessandra Pinheiro e Susana dos Santos.

Materiais Disponíveis: Livros, Cd-Rom, Vídeos, Catálogos, Banco de Imagens Fixas e DVDteca.

Disponibiliza Assessorias para Desenvolvimento de Projetos na Área da Arte-Educação, bem como Monitoria para uso dos Materiais e Visitação a Exposições da Sala “Java Bonamigo”.

Local dos Encontros:

Ijuí: Sede da Unijuí – Sala 404 das 8 às 11h30min.

Santa Rosa: Campi Da Unijuí – Sala B 205 Das 13h45min às 17h.

Três Passos: Junto à 21ª CRE – das 8h30min às 11h45min.

Panambi: Junto à Secretaria Municipal de Panambi - 14h às 17h30min.

São Borja: Junto à Secretaria Municipal de São Borja - 14h às 17h 30min.

Característica dos Grupos:

Situação da Região de Ijuí:

Professores Estaduais: 40

Formação emArte: 28

Sem Formação em Arte: 10

Professores Municipais: 20

Formação em Arte: 18

Sem Formação em Arte: 2

A grande maioria atua no Ensino Fundamental e Ensino Médio, alguns lecionam Arte no currículo (Município) .

Situação da Região de Três Passos: (Currículo, Ensino Fundamental, Ensino Médio)

Professores Estaduais/Municipais: 66

Professores com Formação em Arte: 25

Situação da Região de Santa Rosa: (Currículo, Ensino Fundamental, Ensino Médio)

Professores Estaduais/Municipais: 60

Formação em Arte: 10

Sem Formação em Arte: 50

Situação da Região de São Borja: (Currículo, Ensino Fundamental, Ensino Médio)

Dados ainda não disponibilizados pelo núcleo.

Professores Estaduais/Municipais: não disponível

Formação em Arte: não disponível

Sem Formação em Arte: não disponível

Situação da Região de São Borja: (Currículo, Ensino Fundamental, Ensino Médio)

Conquistas do Grupo:

-constituição de um grupo de estudos sobre arte e ensino de arte;

- ampliação das experiências estéticas e artísticas nas escolas;

- socialização dos saberes, dos projetos e situações de estudo;

- ampliação dos referenciais teóricos pedagógicos;

- visibilidade da situação do ensino da arte em Ijuí e região;

- espaço para compartilhar dilemas específicos dos componentes curriculares, como resolvem determinadas questões: estrutura física, materiais, aspectos pedagógicos, sonhos e angústias.

Desafios do Grupo:

- garantir a legitimidade do grupo (reconhecimento da comunidade escolar em relação a este espaço);

- construir o hábito de pesquisa, de estudos e manter-se atualizado;

- descentralizar a figura do coordenador, ampliando a participação dos colegas (assumir tarefas, responsabilidades, comprometimento com as decisões e objetivos do grupo);

- contemplar os diferentes interesses das (os) professoras (os) ;

- manter a regularidade de presenças do grupo;

- conquistar respeitabilidade docente;

- contribuir para conquistar espaços adequados nas escolas às especificidades das linguagens artísticas (salas, materiais, bibliografias, tempo/horas de aula);

- ampliar o apoio das CREs E SMEDS em relação à aquisição de materiais (cópias de textos, verbas para seminários, eventos, entre outros).

Breve descrição sobre o programa AABB Comunidade:

Através do programa de extensão AABB Comunidade o curso de Artes Visuais promove a possibilidade de vivências artísticas para estudantes da escola pública, que se encontram em situação de risco social. Neste programa contamos com a participação de três acadêmicos do curso que trabalham enquanto monitoras, assessorados pela professora Maristela Macagnam, coordenadora deste projeto na área de arte. A participação da Unijuí neste programa de extensão se dá através de departamentos que promovem vivências nas linguagens corporais, artísticas e pedagógicas.

Acadêmicos do curso de Artes Visuais e participação em extensão:

A participação dos alunos em atividades de extensão ocorre através de:

- semanas acadêmicas,
- exposições e palestras com artistas e teóricos da área de artes e educação,
- Sala de Exposições Java Bonamigo como expositor, bolsista ou monitor voluntário,
- Projeto Arte na Escola como ouvinte, bolsista ou monitor voluntário,
- Projeto Laboratório de Arte e Design como aluno ou monitor voluntário,
- Projeto Cinema BR em Movimento como expectador ou monitor voluntário,
- Projeto AABB Comunidade como bolsista do curso de Artes Visuais;
- Profissional do Futuro como monitor voluntário,
- Como expositor em diferentes lugares da região.

Participação em atividades desenvolvidas na Sala de Exposição Java Bonamigo, em eventos da região e nos projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade.

Fragilidades do curso de Artes Visuais:

- Estrutura física pouco adequada às especificidades do curso de Artes Visuais: sala de gravura pouco ventilada, sala de pintura pequena e pouco ventilada, falta de armários suficientes para guardar os trabalhos em processo, acústica do prédio que compromete o uso simultâneo do mesmo.
- Pouca visibilidade da importância do ensino de Arte enquanto componente curricular obrigatório na educação básica. Isto gera um currículo que não contempla a LDB 9394/96 que "torna obrigatório o Ensino da Arte em todos os níveis da Educação Básica".
- A prática do "desvio de função" ainda muito presente na cultura das CRES e Secretaria de Educação, que para preencher as horas de professores concursados (em diferentes áreas de saber) as faz desviando sua função, orientando-os para atuarem nos componentes curriculares de arte. Isto gera a falta de compromisso com o profissional formado, pois o mesmo sente-se desvalorizado e sem espaço para atuação.
- A característica dos acadêmicos que procuram o curso na grande maioria é composta de trabalhadores e que residem em cidades próximas, isto dificulta a atuação dos mesmos como monitores de pesquisas, agentes de ações artísticas na sociedade. O fato de estudarem à noite lhes proporciona um contato mais reduzido com os programas de extensão Atelier Arte e Desing, Arte na Escola e com a Sala de Exposição Java Bonamigo.

Potencialidades do curso de Artes Visuais:

- Um dos aspectos significativos do curso de Artes Visuais em relação à atuação com a comunidade interna e externa, diz respeito aos programas de extensão e a Sala Java Bonamigo. Por estes espaços acontecem a ampliação do conhecimento sobre arte, possibilitando o contato com o objeto artístico, a aprendizagem sobre arte e a reflexão sobre o lugar da arte na sociedade e de forma mais aprofundada com o universo escolar.
- Através das exposições de arte contemporânea a Sala Java Bonamigo possibilita à comunidade em geral o acesso à fruição na presença da obra. Promove o debate sobre a arte por meio de encontros com artistas que expõem seus trabalhos. Isto amplia o conhecimento sobre a arte e contribui para compreensão do papel do artista no contexto da sociedade contemporânea. Destaca-se, também, a oportunidade que se dá às escolas de levarem até seus educandos a apreciação artística. A Sala Java Bonamigo recebe sistematicamente visitas de escolas de Ijuí e região.
- Através do atelier Arte e Design a comunidade acadêmica e externa acessa ao espaço da criação e da ampliação de conhecimento sobre os procedimentos artísticos, principalmente os de pintura, desenho e gravura. Este espaço também é bastante procurado por jovens da escola pública, proporcionando aos mesmos a ampliação sobre conhecimentos mais específicos, como por exemplo, desenhos em quadrinhos, mangas, entre outros.
- Através do programa de formação continuada do Pólo Unijuí da Rede Arte na Escola, o curso de Artes Visuais proporciona o espaço para a formação continuada de seus egressos, bem como de demais professores que atuam na educação básica de Ijuí e região. Nestes encontros discute-se temas ligados à arte e seu ensino, também se articulam experiências com o

fazer artístico, discutindo-se aspectos metodológicos, procedimentais e conceituais. Este programa trouxe contribuições significativas para a criação do projeto de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino de Arte, bem como serve de campo para auscultar as proposições do próprio curso de Artes Visuais, na medida em que fornece elementos advindos dos próprios egressos no que diz respeito à formação do educador de arte.

- Também através do Programa AABB Comunidade o curso interage com a comunidade de Ijuí, proporcionando a vivência artística para crianças em situação de risco (estudam em escolas públicas), através do programa que é uma parceria da Unijuí (departamentos) e o Banco do Brasil.

Perspectiva para o curso de Artes Visuais:

- Promover a oferta de cursos técnicos em fotografia, desenho, teatro e vídeo arte.
- Promover a oferta de Pós-Graduação em Poéticas Visuais
- Promover a oferta de Pós-Graduação em Mestrado (mestrado intradepartamental)
- Criar uma escolinha de arte para fortalecer as ações dos educadores e para garantir a vivência artística dos jovens.
- Ampliar os atelier de Arte e Desing, ofertando atelier em cerâmica, expressão corporal e arte infantil.

Maria Regina Johann
Coordenadora do Curso de Artes Visuais - Licenciatura e Bacharelado

13.2 Curso Superior de Formação Específica em Administração Rural – Modalidade Seqüencial

No ano 2000, a Unijuí implantou o Curso Superior de Formação Específica em Administração Rural no Campus Três Passos, sendo o seu primeiro curso na modalidade seqüencial. O referido curso foi avaliado por uma comissão de especialistas nomeada pelo MEC, composta pelos professores doutores Ricardo Chaves de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco e o professor José Ricardo Barbosa Gonçalves da UNICAMP. A avaliação ocorreu nos dias 25 e 26 do mês de novembro de 2004.

O trabalho de avaliação dos especialistas constitui-se de quatro etapas: exame da documentação do curso (confronto dos dados do formulário do MEC com a documentação arquivada); visita *in loco* às instalações da Biblioteca do campus Ijuí e do campus Três Passos; entrevista com a turma de alunos concluintes do curso e uma reunião final de avaliação com alguns professores membros do colegiado do curso que acompanharam o processo de avaliação.

No processo de avaliação, considerou-se, ainda, as condições de oferta do curso nos seguintes aspectos:

1. Administração acadêmica do curso
2. Projeto Pedagógico
3. Corpo docente
4. Infra-estrutura
5. Desempenho do curso.

Sobre cada um desses aspectos, a comissão avaliadora emitiu parecer individual, sendo que apenas no quesito infra-estrutura houve duas observações: uma referente ao horário de atendimento da Biblioteca, que não contempla o acesso aos sábados, e outra quanto à distribuição espacial do acervo, que se pode constituir em fator de desestímulo à freqüência dos alunos. Todos os demais itens foram considerados satisfatórios, com destaque para o quesito “corpo docente”, que na avaliação dos especialistas “pode ser entendido como exemplo de comprometimento da Instituição com a qualificação profissional socialmente orientada”.

De modo geral, a atuação da comissão pode ser avaliada como positiva, uma vez que os avaliadores demonstraram rigor e seriedade na condução dos trabalhos, pautada sempre na direção da análise das reais condições de oferta do curso. A relação entre as partes aconteceu num clima de colaboração, não se evidenciando em nenhum momento qualquer situação de superioridade por parte dos avaliadores. Apesar do trabalho exaustivo, o saldo foi positivo tanto em termos de aprendizado como de resultados da avaliação, que teve o desfecho esperado com o reconhecimento do curso através da Portaria nº. 4.069 de 13 de dezembro de 2004.

É necessário, ainda, reconhecer o trabalho incansável e qualificado da secretária do Departamento, Cláudia Didoné, destacado inclusive pelos professores visitantes; a colaboração valiosa do colega professor José Eduardo Gubert e o apoio de toda a estrutura do Campus Três Passos. Por outro lado, penso que pela vasta experiência da Instituição em processos dessa natureza, poderia haver um melhor acompanhamento por parte dos órgãos de apoio da Vice-Reitoria de Graduação, tanto na parte de preparação para o recebimento das comissões, quanto durante a estada das mesmas na Instituição.

De uma forma geral, o trabalho da comissão avaliadora foi adequado e demonstrou coerência com as condições de oferta do nosso curso. Quem dera esse trabalho tão criterioso e qualificado se aplicasse a todos os cursos novos das IES no país.

Nilvo Basso
Coordenador do Curso Superior de Formação
Específica em Administração Rural

13.3 Letras – Licenciatura em Língua Espanhola e respectivas Literaturas / Campus Santa Rosa

No ano que passou o referido curso, que está em vias de formar a sua primeira turma no ano de 2006 foi avaliado por uma comissão formada pelos professores doutores Válmi Hatje-Faggion da UNB e do professor Ariovaldo Lopes Pereira da Universidade Federal de Goiás. A avaliação incidiu, como é de praxe, sobre três elementos:

6. Organização Didático-Pedagógica / Conceito obtido: CMB

7. Corpo docente / Conceito obtido: CMB

8. Instalações / Conceito obtido: CB

Como pode se verificar pelos conceitos recebidos, a avaliação dos professores avaliadores “ad-hoc” foi muito satisfatória considerando-se as condições atuais de oferta de uma língua estrangeira. Avaliando-se a atuação da comissão é possível destacar o rigor metodológico dos dois professores avaliadores bem como a observância de conduta adequada a um protocolo de ações bastante incisivo sobre todos os itens avaliados. Nesse aspecto é possível dizer que a avaliação apesar de rigorosa foi também muito criteriosa e epistemologicamente instruída. Todos os diálogos com os professores, funcionários e alunos resultaram em entrevistas e questionamentos de fundo realmente avaliativo e dirigidos às necessidades de rigor acima referidos. É preciso que se ressalte o absoluto apoio de toda a estrutura do Campus Santa Rosa quando da avaliação que ocorreu nos dias 23/11/05 e 24/11/05. Nesse sentido é possível dizer que o processo de avaliação instituído pelo INEP revela um real interesse de situar, entender e analisar criticamente as condições de oferta de qualquer curso em qualquer IES do país. Como chefe de seção e coordenador adjunto do curso de Letras Português/Espanhol do Campus Santa Rosa, posso dizer que me senti absolutamente respeitado pela comissão avaliadora na exata e recíproca medida em que a própria instituição se dispôs também a organizar todos os elementos solicitados para a visita da comissão “ad-hoc”. Assim sendo , e de forma resumida, é preciso reconhecer que os elementos relativos ao quesito instalações apontado pela comissão realmente revelam itens sobre os quais a universidade tem total e absoluta responsabilidade de providenciar e/ou melhor qualificar. Resulta de forma geral e objetiva que a visita da comissão avaliadora foi perfeitamente adequada às necessidades dos avaliadores e correspondeu também aquilo que considero realmente um processo criterioso de avaliação.

Larry Antonio Wizniewsky / Chefe de Seção – Coordenador Adjunto do curso de Letras
Português / Espanhol e respectivas literaturas do Campus Santa Rosa.

13.4 Pedagogia

A comissão de avaliação (institucional e de curso), trabalhou de forma integrada. Havia uma disposição de estabelecer um bom intercâmbio com a universidade. Assumiram uma postura de diálogo (também pudera, a maneira como foram recebidas). A avaliadora institucional solicitou previamente uma vasta lista de documentos. Ao chegar, ficou surpresa com a organização da instituição e da qualidade dos documentos existentes - completos, abrangentes e ao mesmo tempo detalhados-, afirmando que se tivesse um maior conhecimento da Unijuí, não teria solicitado tanto material. A avaliadora especialista destacou a CPA, solicitou o acesso aos materiais, afirmando que, certamente deveriam servir de referência para

outras instituições. Todas as comissões deveriam ir nas universidades para ajudar, acrescentar e não simplesmente inspecionar, procurar problemas. Nós estamos tendo sorte - todas as comissões que vieram ensinaram e aprenderam- contribuíram, efetivamente para que nós fizéssemos a nossa avaliação.

Na avaliação, a comissão destacou o projeto da instituição - característica humanista, inclusiva...e que a falta de acesso as PPNE se faz mais explícita do que qualquer outra universidade. "não combina com a Unijuí". Realmente é fundamental que a Universidade privilegie em suas ações a organização de ambientes inclusivos.

Iselda Sausen Feil
Coordenadora do Curso de Pedagogia

13.5 Serviço Social

Atendendo a solicitação da CPA, os professores Edemar Rotta, Lislei T. Preuss, Cristina K. Fraga, Viviane K. Sander, Fátima T. Tsukita, Caroline Goerck e Solange Mix apresentam o relatório acerca do processo de avaliação do curso de Serviço Social ocorrida em novembro de 2005.

O processo mostrou-se significativo especialmente para o corpo docente e discente do Curso, pois promoveu participação, debates, integração e um processo de auto-avaliação de toda a caminhada percorrida desde a implantação do Curso em 2002.

A experiência vivenciada durante o processo de avaliação deixou evidente a necessidade de a Universidade criar, junto à Vice-Reitoria de Graduação, um setor especializado no acompanhamento das avaliações dos cursos. Este setor ou pessoa poderia ser responsável por acompanhar as coordenações de curso no preenchimento dos formulários, obterem as informações básicas da Universidade e deixá-las disponíveis aos coordenadores, acompanhar os avaliadores e deixar material sempre disponível para o seu trabalho.

Da mesma forma, a avaliação deixou mais uma vez evidente a necessidade do núcleo de recursos humanos da Universidade centralizar as informações a respeito do Currículo Lattes dos professores. Da forma como está, muitas vezes, o professor acaba entregando, e os respectivos departamentos fazendo duas ou três cópias do mesmo currículo. Havendo um Banco de Currículo nos recursos humanos, seria possível acessar as informações com rapidez e diminuir custos.

Outro aspecto destacado que chamou a atenção no momento do preenchimento do formulário eletrônico do MEC foi a dispersão das informações dentro da própria Universidade. Para preencher o formulário era necessário acessar muitas informações que nem sempre os coordenadores de curso possuíam, tinham acesso ou conhecimento. Isto, talvez, poderia remeter a um curso para os coordenadores, ou até mesmo à elaboração de uma espécie de manual eletrônico básico a respeito da Universidade, onde se tivesse o acesso às informações sobre a diversidade que hoje é a Universidade.

A avaliação também demonstrou que o envolvimento do grupo de professores da área específica que dá sustentação a cada curso, é fundamental para causar uma boa impressão nos avaliadores e também para dar segurança aos coordenadores. No caso do curso de Serviço Social, penso que tivemos isso bem presente. Os avaliadores sentiram que o grupo estava mobilizado e atuante durante o processo de avaliação. Isso fez a diferença.

Notou-se que a equipe multidisciplinar não perdeu em qualidade no processo de avaliação, pois a divisão de tarefas ficou bem clara, e o avaliador específico do curso deteve-se naquilo que é fundamental. O parecer emitido foi claro e retratou a realidade vivida pelo curso dentro da Universidade. Não tivemos nenhuma surpresa, além do que já constatávamos.

A experiência demonstrou, também, a necessidade de se ter todos os procedimentos realizados ao longo da vida do curso muito bem documentados e de fácil acesso. Por isso, a Secretaria do Departamento deve ser bem organizada e as pessoas que atuam nela serem bem preparadas para fornecer as informações necessárias. Em nosso caso, isso foi feito de forma tranqüila.

A disponibilização de coordenadores de setores (biblioteca, patrimônio, pró-reitoria, etc.) para acompanhar os avaliadores na visita às instalações da Universidade foi importante para fornecer as informações e também detalhar o funcionamento da Universidade e de cada setor. Nem sempre os coordenadores de curso conhecem toda a estrutura da Universidade.

Como o processo de avaliação tem prazos específicos e, muitas vezes, limitados, é fundamental a agilidade e a clareza nas informações prestadas e na própria redação das mesmas. Essa situação demonstra que os cursos precisam ter seus materiais agilizados e a gráfica estar mobilizada também para atualizá-los em tempo. Os manuais dos cursos precisam estar revisados e atualizados ao final de cada ano letivo, no mínimo. Essa atenção requer dos coordenadores e secretários de departamentos um trabalho minucioso.

Outro aspecto essencial é o trabalho que deve ser realizado com os alunos. Desde a motivação para participar da avaliação até o envolvimento direto no processo de acompanhamento dos avaliadores. Aqui se ressalta a importância do atendimento aos acadêmicos por parte da Universidade e o bom clima que deve existir entre professores e acadêmicos, coordenadores e acadêmicos, setores e acadêmicos; Nestes momentos é que os acadêmicos também aproveitam para reclamar daquilo que não gostam dentro da Universidade. Aqui reside um estrangulamento que precisa ser posto como prioridade, o caso das nossas mensalidades; o valor dos nossos cursos é muito alto em relação ao poder aquisitivo de nossos alunos. Isso precisa ser atacado com urgência. Talvez seria o momento de constituir uma comissão para rever os custos dos cursos (com participação dos acadêmicos). Por isso é preciso trabalhar muito bem com eles o sentido da avaliação e como ela influencia o curso.

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade de publicizar mais os resultados do processo de avaliação nas campanhas de divulgação dos cursos da Universidade. Aqui é que se demonstra a diferença em relação aos concorrentes e que se faz a atração de alunos. Nossas avaliações não foram aproveitadas a contento na divulgação da seleção para o vestibular. Aliás, aqui reside um aspecto que a Universidade não tem conseguido qualificar nestes últimos anos. Nossas campanhas de divulgação têm sido precárias na relação com nossos concorrentes. É preciso constituir um grupo qualificado e com recursos para fazer a divulgação dos cursos junto às escolas, durante o ano todo e não apenas nas campanhas de vestibular. Geralmente a Unijuí chega às escolas quando os alunos já decidiram para onde irão. O trabalho precisa ser constante e bem articulado com as diferentes redes de ensino. A publicidade, via rádio e televisão, não é suficiente.

Viviane Sander
Coordenadora do Curso de Serviço Social

14 AVALIAÇÃO DO EVENTO: MATRÍCULAS - 2006

Sistematização da Avaliação realizada sob a ótica da equipe de colaboradores[9] que atuaram nos campi de Ijuí, de Santa Rosa, de Três Passos e de Panambi em 04/04/2006

1 Histórico

A prática da avaliação está presente no fazer universitário desta Instituição desde sua fundação. Neste sentido, a promoção de espaços e proposições para que o ato de avaliar se realize, constitui-se numa característica dos programas de desenvolvimento da área de recursos humanos visando o desenvolvimento das pessoas e de suas práticas.

Neste sentido, o Programa de Desenvolvimento realizado para os atendentes no evento institucional: matrículas/ 2006, foi ampliado no 2º semestre de 2005, com uma proposta de planejamento e avaliação com a participação do Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, bem como da Secretaria Acadêmica e da Coordenadoria de Informática.

O programa foi desencadeado no dia 06/12, sendo que neste primeiro encontro foi desenvolvida a temática: O processo de matrícula como um evento institucional, o papel da equipe no processo e a relação com a Missão da Unijuí, com a Professora Antonia Carvalho Bussmann e a Qualidade e atendimento nas Matrículas com a apresentação dos resultados da Tese de doutorado intitulada: Encontros de Serviços em uma Instituição de Ensino Superior com a Profa. Lurdes Marlene Seide Froemming e considerações sobre a temática na Unijuí com o Prof. Martinho Luis Kelm.

Já o segundo momento ocorreu descentralizado nos *campi* nos dias: 07/12 no campus Ijuí, 15/12 no campus Panambi, 19/12 Campus Três Passos e 21/12 no Campus Santa Rosa e tratou do Planejamento e Organização do evento Matrículas/ 2006 (englobando treinamento no SIE), com a Profa. Marisa Nunes Frizzo e Téc. Elenir Dalla Roza Lazzarotto.

[9] Equipe que atuou de forma descentralizada nos *campi* nas atividades de recepção de acadêmicos, entrega de senha, cadastro de senhas, recebimento de documentos, digitação de matrículas entre outras atividades.

O terceiro momento ocorreu dia 04/04 com o tema: Avaliação do evento: Matrículas/ 2006 sob a ótica da Equipe de colaboradores tendo como facilitadoras: Téc. Viviane R. Lucca, Profa. Marisa Nunes Frizzo e Psic. Donesca F. Schmidt. O objetivo deste momento foi o de promover:

• A interação, o diálogo e proposições sobre o evento: Matrículas/2006;

• Aprendizado, crescimento e desenvolvimento profissional aos participantes;

• Aperfeiçoamento do processo para os próximos períodos;

• Fortalecimento do espírito de equipe entre os envolvidos.

Nos próximos itens será especificado o terceiro momento do programa de desenvolvimento: Avaliação do processo, por entender-se que este tenha relevância para o momento atual. No entanto, todas as informações sobre o programa encontram-se a disposição no Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos desta Universidade.

III Fase: Avaliação Matrículas 2006 na ótica da equipe de colaboradores.

2. Metodologia

A metodologia contou com a apresentação da sistematização das 38 (trinta e oito) respostas realizadas por colaboradores nos quatro *campi* , referente ao instrumento de pesquisa realizado no segundo momento do programa anteriormente mencionado. As questões referiam-se a: percepção quanto à atuação no evento (dificuldades e facilidades); sugestões de aperfeiçoamento e avaliação do processo de qualificação. Estes resultados encontram-se a disposição no NDRH.

Esta dinâmica foi realizada com o objetivo de suscitar o diálogo, bem como relacionar as visões percebidas na data de aplicação do instrumento, dezembro de 2005 com as percepções do momento atual, abril de 2006, após a execução da matrícula.

Para além do trabalho realizado, conforme descrição acima, foi proposto à equipe, reflexões e sugestões de encaminhamentos sobre as fragilidades e potencialidades relativas ao processo em relação a:

• Dinâmica

• Planejamento e Organização do evento

• Assessorias prestadas pelas unidades envolvidas

• Atendimento prestado

Para finalizar, foi realizada uma dinâmica de integração, valorização dos envolvidos e reflexões sobre o processo de aprendizagem.

3. Participantes

Participaram da terceira fase referente à avaliação proposta sob a ótica da equipe, 34 (trinta e quatro) colaboradores oriundos dos quatro *campi* (Ijuí, Santa Rosa, Três Passos e Panambi) e diferentes unidades que atuaram no evento. Participaram, ainda, convidados provenientes de unidades como: Gabinete da Reitoria, Gerência da Coordenadoria de Recursos, Pró-Reitoria Campus Panambi, a Coordenadoria Pedagógica do Campus Três Passos, a Secretaria adjunta do Campus Santa Rosa e Ijuí, Secretaria Acadêmica do Campus Ijuí, entre outros.

4. Sugestões e encaminhamentos

Foi constatado com base nas avaliações realizadas que o processo de matrículas de modo geral transcorreu com êxito sob o ponto de vista de sua processualidade nos quatro *campi*. Constatou-se que o processo atingiu o objetivo institucional de tornar-se, através de sua operacionalização e prática, mais humanizado e acolhedor.

Neste sentido, na perspectiva do aperfeiçoamento constante do evento, foram realizadas proposições conforme abaixo, em relação à:

a) Dinâmica:

- Foi manifestado que a matrícula enquanto forma de ingresso que promove a formação de cidadãos, necessita um olhar atento a este momento da Universidade para o estudante e seus familiares. Desta forma, foi sugerido a intensificação do acolhimento a estes por parte de toda a comunidade acadêmica, principalmente pelos coordenadores de curso. Pois este vínculo, muitas vezes, pode ser decisivo na opção por esta Instituição.
- Em relação à equipe de colaboradores que atuou no evento nos meses de janeiro, fevereiro e março foi constatado que, de modo geral, esta demonstrou comprometimento e conscientização sobre a importância do evento em nível institucional.

Nesse sentido destaca-se o relato: "o grupo sentiu-se envolvido no processo de matrículas, dedicando-se integralmente no atendimento aos alunos. Sentiram-se desafiados na busca de informações antes desconhecidas, de regulamentos que servem de apoio aos processos acadêmicos. O objetivo de acolher o aluno e seus familiares da melhor forma possível foi uma constante em todos os momentos" (Relato de colaboradores do campus de Panambi, 2006).

Ainda que a atuação tenha sido satisfatória, de acordo com as avaliações realizadas, alguns pontos de estrangulamento foram detectados no campus Ijuí, em relação à composição da equipe de colaboradores, o que exigiu a sensibilização de gestores sobre a importância do processo também no período de janeiro a março. Percebeu-se, neste ano, que a equipe composta, naquilo que foi possível, constituiu-se por 44% colaboradores que atuarem pela primeira vez no evento. Sendo, representada em 56% por estagiários e auxiliares administrativos. Neste sentido, sugerem-se que sejam realizadas ações de sensibilização quanto ao incremento do evento matrículas e re(matrículas) no planejamento das atividades nas unidades envolvidas, priorizando a atuação dos secretários de departamento também nas (re)matrículas nos meses de janeiro a março, haja visto o conhecimento adquirido em termos de currículo escolar, das relações com alunos e do instrumento técnico disponibilizado pelo SIE.

De modo geral, houve manifestações em relação ao quadro de pessoal que se encontra enxuto, para fazer frente às atividades. Já o Campus de Três Passos manifestou como positivo o apoio de colaboradores do Campus de Santa Rosa durante o processo.

- Em relação à estrutura física, observou-se com base nos relatos que os *campi* apresentam situações distintas. Sendo que no campus de Santa Rosa, neste processo, ocorreram problemas oriundos da rede de transmissão dos dados ocasionando demoras no atendimento. Já o campus de Panambi evidenciou que sua estrutura é bastante enxuta, necessitando de espaço para que alunos e familiares sejam recepcionados de forma adequada. No campus Ijuí foi reinvindicado a necessidade de melhoria das condições, sugerindo-se a instalação de climatizadores de ar. Em Três Passos há necessidade de substituição de equipamentos de informática, bem como o incremento de novas máquinas para que o processo não venha a interferir na utilização regular destes pelos alunos.

b) Planejamento e Organização:

Tendo em vista que o processo de matrículas inicia-se com as rematrículas no mês de novembro e junho, através da disponibilização do acesso via web aos alunos, sugeriu-se a expansão e o fortalecimento da divulgação desta dinâmica aos alunos. Com vistas a ampliar o entendimento dos acadêmicos sobre as facilidades oferecidas nesta fase. Observou-se, ainda, que os alunos provém de realidades distintas, sendo necessário o incentivo à cultura relativa ao acesso às informações eletrônicas, bem como a necessidade de utilização dos meios tradicionais, visando alcançar a todos.

Com o objetivo de agregar valor à formação do aluno na Unijuí, contribuindo para que este se constitua como agente do processo, sugeriu-se a ampliação da formação referente a formação geral e humanística, no que diz respeito a iniciação à informática. Neste sentido, foi sugerida a criação de um componente curricular sobre Introdução a tecnologia com formação humanística. Ou, sugeriu-se, ainda, como outra possibilidade de formação nesta perspectiva, a capacitação específica para o acesso e realização de (re)matrículas. Podendo, ser viabilizada através de parceria entre departamentos também como forma de promover espaço para estágios. Como exemplo, destaca-se a possibilidade de estágio do curso de informática para os demais acadêmicos ou como curso de extensão de introdução à informática (gratuito).

Em termos de melhoria e agilidade ao acesso de informações, foi sugerida a criação de um portal interno contendo normas e regulamentos específicos sobre as Matrículas. Como exemplo sugere-se a denominação Portal Acadêmico.

c) Assessoria prestadas (assessoria do campus Ijuí aos Campus Panambi e Três Passos e do campus *Santa* Rosa ao Campus de Três Passos quanto a questões acadêmicas e o uso do SIE)

Os *campi* de Panambi e de Três Passos consideraram bastante positiva a descentralização do processo aos *campi* a exemplo do Campus de Santa Rosa que já realiza o processo a mais tempo. Contudo, para fins de aperfeiçoamento do processo, solicitam uma maior autonomia que se pode transformar em ações como: ampliação do acesso a aplicativos do SIE, promoção de treinamento sobre as atividades de secretaria acadêmica aos *campi*, disponibilização de números específicos para atendimento nas matrículas, ampliação de caixas nos *campi* com atendimento para matrículas e outros.

d) Atendimento prestado:

Em relação ao atendimento prestado no evento realizado no primeiro semestre 2006, houve manifestações no sentido de que este de modo geral é realizado com envolvimento, compromisso e conscientização sobre a importância deste. Sendo que o aperfeiçoamento deste atendimento depende de outras variáveis como fluxo de informações, estrutura física entre outros. Nesse sentido, foi evidenciado que o tratamento das especificidades podem contribuir neste.

e) Outros:

• Análise das especifidades ocorridas nos departamentos após a decisão de impressão de boletos para todos os cursos, com vistas à redução de custos. Sugere-se a revisão desta prática em função do custo do papel (cinco folhas por aluno).

• Houve a sugestão de um departamento, para que também fosse promovido um momento de avaliação sob o ponto de vista dos coordenadores de curso.

Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Secretaria Acadêmica

15 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA CAIXA DE SUGESTÕES[10]

Magna Dalla Rosa
Stela Zambiazzi de Oliveira

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pela Portaria da Reitoria nº 19/2004, no segundo semestre de 2004 organizou um plano de ação para auto-avaliação de nossa Universidade referenciada em sua história institucional e com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A primeira etapa iniciou pela sensibilização e divulgação do processo institucional de avaliação por meio de reuniões com colegiados, departamentos e fóruns de graduação e de Gerências. Nessas atividades foram disponibilizados *folders* e cartazes. Posteriormente, enviado, a cada departamento, as coordenadorias e setores uma "Caixa de Sugestões".

Na visão da CPA a Caixa de Sugestões é uma oportunidade dos indivíduos que circulam no espaço universitário, quer sejam estudantes, professores, funcionários e comunidade externa, de contribuir com o fazer Universidade. Essa ação da auto-avaliação segue a seguinte metodologia:

- Cada unidade universitária se encarrega de verificar periodicamente o material recebido, fazendo os devidos encaminhamentos e apreciação a respeito;
- A análise/sistematização deste material deve ser encaminhada à CPA para organização e inserção no conjunto das análises, integrando-as ao Relatório de Avaliação Interna que deverá ser enviado ao INEP/CONAES;
- Cada unidade universitária faz a análise das questões que lhe dizem respeito, portanto, se na caixa de sugestões alocada em determinado lugar tiver sugestão de outro segmento, faz-se o encaminhamento à unidade referida.

Até o mês de setembro foram recebidas contribuições do DBq (dois documentos); DEAg; DCSa; NeaD; Coordenadoria Patrimonial e de Serviços; Pró-Reitoria do Campus Três Passos (duas vezes); Secretaria Acadêmica e Reitoria.

A Comissão ao discutir a metodologia de encaminhamento das críticas, reiterou a compreensão de que a CPA tem o papel de escutar e analisar as questões recebidas, ou seja, não tem a atribuição de intervenção ou de resolver os problemas. Entende que esse papel cabe à direção da Universidade. Por isso, decidiu que recebe os documentos de análise das contribuições da Caixa de Sugestões das unidades administrativas, protocola e, conforme orientação do Vice-Reitor de Administração, em reunião realizada no mês de abril, a Stela Zambiazzi de Oliveira, representante dos técnico-administrativos na Comissão e Assessora da Vice-Reitoria de Administração, repassará as críticas e sugestões às unidades respectivas para posterior encaminhamento, com o aval dessa Vice-Reitoria.

A maioria dos documentos, encaminhados por meio de ofício, estão organizados de forma a relatar as críticas e ao mesmo tempo apresentar a análise e apontar encaminhamentos efetuados ou necessários.

De um modo geral, os apontamentos podem ser explicitados a partir de cinco eixos, sendo eles: ensino de graduação; administração e gestão; infra-estrutura e tecnologia; fluxo de informações e atendimento. Enfatiza-se um maior número de apontamentos nos aspectos que se referem à infra-estrutura e ao elevado valor nas mensalidades.

[10] Texto elaborado em setembro de 2005 para o Relatório Parcial de Auto-Avaliação Institucional da Unijuí.

No primeiro eixo, “ensino” as manifestações referem-se a um departamento e um campus. As questões apontadas relacionam-se: à realização de um maior número de aulas práticas; ao afastamento de professor, qualificação de professores; realização de semana acadêmica; organização de programas de integração; destinação de espaço para Centro Acadêmico; ampliação de acervo bibliográfico e busca de alternativas para o fortalecimento do ensino. Sugestões: livros novos de literatura, bem como o acervo para contemplar as áreas oferecidas na Biblioteca do Campus Três Passos; redistribuição do acervo bibliográfico nos três c*ampi*.

Na dimensão, “administração e gestão” as críticas e sugestões referem-se à: redução no valor de mensalidade; valorização dos funcionários e acompanhamento do desempenho das chefias; aumento das bolsas de auxílio para alunos, em especial, filhos de agricultores e portadores de necessidades especiais. Recentemente a Universidade reformulou o crédito educativo, intitulado “CREDIUNIJUÍ” para atender as demandas de bolsas; definição de um quadro de vagas da Unijuí. Nessa perspectiva a Universidade implementou o curso de pós-graduação em Gestão Universitária, além do Fórum de Gerências, bem como o Plano de Marketing e o Programa de Excelência no atendimento da Unijuí; respeito aos alunos que indicam pelo não pagamento da taxa DCE e mesmo assim o desconto é efetuado.

Em relação ao aspecto “infra-estrutura e tecnologia” destacam-se como sugestões: sinalização do Campus, recuperação do asfalto em frente à Biblioteca; melhoria das condições do banheiro térreo do Prédio da Reitoria (foi feita à manutenção da rede hidráulica, mas ainda há problemas), para esse problema não há perspectivas de saneamento completo, já que o prédio não pertence à Fundação.

Na dimensão do “fluxo de informações” destacam-se críticas aos processos de comunicação interna e externa. Os mecanismos hoje são o jornal Comunica, a Rádio Unijuí FM, *site* Unijuí, os *e-mails*, os quais merecem uma avaliação por parte da instituição, uma vez que circulam muitas informações que não se referem à academia. A Universidade tem como meta, até o mês de novembro, apresentar um novo Portal da Unijuí para qualificar a comunicação interna e externa. Além disso, criar um espaço no *site* da Unijuí, para “Classificados”, onde os alunos possam vender apostilas, livros, etc e outro com horários de ônibus para facilitar a convivência dos estudantes na academia.

No que concerne ao eixo “atendimento”, há o consenso da necessidade de melhoria no atendimento, tanto por parte de técnico-administrativos, quanto de docentes, especialmente no que se refere ao processo de matrícula, em que a presença do coordenador para orientação é imprescindível. Para esse item foi sugerido promover cursos de capacitação para secretários e potencializar o grupo de estudos do atendimento que promove ações. Uma das críticas pontuadas consiste em privilegiar o atendimento ao telefone em setores administrativos, quando no balcão encontram-se pessoas na fila. Portanto, privilegia-se o telefone e desconsideram-se aqueles que se deslocaram à Universidade. Questões a serem pensadas. Algumas sugestões específicas para um setor: despreparo dos funcionários para fornecer informações; melhoria no processo de matrículas; viabilizar um serviço de apoio às formaturas com base de dados sobre empresas, bandas, filmagens, etc; capacitar às pessoas que atuam na central de informações; Secretaria Academia, Tesouraria e Xerox e que iniciem suas atividades às 13 horas para que os alunos não se atrasem às aulas. Elogiaram-se as mudanças estruturais realizadas na Secretaria Acadêmica.

No item “outros”, enfatizam-se críticas sobre a impossibilidade de egressos retirarem livros na biblioteca; sugere-se desburocratizar a confecção das carteirinhas da biblioteca, ou seja, não exigir foto. Estender ao Campus Três Passos a renovação de livros via telefone, ou a alocação de um maior número de ramais, em Ijuí, para esse procedimento.

Anexamos a esse relatório a relação das unidades universitárias que encaminharam os seus relatórios/sistematização sobre as críticas incluídas na Caixa de Sugestões. Merece destaque que apenas três departamentos enviaram documentos e os demais foram setores da Instituição. Podemos pensar essa questão por diferentes perspectivas dentre elas: o instrumento não chama a atenção? O instrumento não é adequado? A universidade é qualificada? E por isso não têm críticas, nem sugestões? Os sujeitos não se sentem parte da Universidade? Os sujeitos estão cansados de reclamar/sugerir e não serem atendidos? As Caixas de Sugestões nos diferentes locais receberam as críticas e essas não foram enviadas à Comissão? Porém, não podemos fazer um julgamento, a priori, pois muitos argumentos poderão ser considerados nessa análise, tais como: talvez os setores e departamentos optaram por proceder os encaminhamentos e não publicizar as críticas? Talvez o cotidiano institucional e a complexidade dos processos de trabalho não estão dando condições da efetividade dessa atividade, ou seja, falta de tempo? Talvez os departamentos e setores mantenham a política de constante avaliação? Ou essa questão poderá nos levantar questionamentos tais como: se o diálogo e a interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento e setores, elementos fundamentais da identidade institucional, continua a ser um princípio institucional, ou se está dando lugar à fragmentação?

Da análise é possível perceber que os sujeitos que participaram desse processo estão mais preocupados com as questões de ordem administrativa, ou seja, mensalidade, infra-estrutura. Raras foram às críticas sobre concepções de universidade, de educação, das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. O que esse fato significa no contexto universitário? Que reflexões poderão ser realizadas? O que podemos fazer para alavancar o debate?

Para concluir, ressaltamos que cabe à CPA a motivação, a sensibilização dos sujeitos que agem e interagem na Universidade e por isso a Comissão assume o papel de escuta, diálogo e sistematização crítica daquilo que recebe das diferentes unidades universitárias e sociedade.

CAIXA DE SUGESTÕES

16 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, ALUNOS, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES - CAMPUS PANAMBI

Este relatório trata da sistematização dos textos encontra
período de abril a dezembro de 2005. Foram disponibilizadas três c
do Prédio A, Biblioteca Universitária e no corredor de circulação

UNIDADE UNIVERSITÁRIA	DATA DE RECEBIMENT
DBQ	05/04/2005
NeaD	15/04/2005
DEAg	17/05/2005
DBQ	25/05/2005
COORDENADORIA PATRIMONIAL SERVIÇOS	09/06/2005
PRÓ-REITORIA CAMPUS TRÊS PASSOS	14/06/2005
SECRETARIA ACADÊMICA/ IJUÍ	17/05/2005
PRÓ-REITORIA DO CAMPUS TRÊS PASSOS	21/07/2005
REITORIA	24/08/2005

Figura 1 - Caixa de sugestões localizada no Prédio B da Unijuí Campus Panambi.

Foram encontrados 175 bilhetes contendo trechos de textos com solicitações de melhorias e/ou reclamações de alunos, funcionários ou professores, registrados conforme o mês e sistematizados na forma mostrada no Quadro 1.

Várias sugestões apresentadas foram prontamente atendidas, tais como “adoçante para o cafezinho dos professores”, “problemas no banheiro feminino do Prédio A”, “funcionamento do telefone público”, entre outras. Sugestões como “passarela entre os prédios A e C”, “uniformes para o quadro funcional”, já estão sendo providenciados. Há sugestões que

serão incluídas no Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus Panambi, como “climatização das salas de estudo da biblioteca”, “maior número de computadores no Laboratório de Informática”, “sala para Diretório Acadêmico”, “parada de ônibus com cobertura e banco”. Ressalta-se que as sugestões de materiais bibliográficos foram imediatamente encaminhadas ao Setor da Biblioteca, para que os mesmos possam ser incluídos nos pedidos de compra.

Quadro 1 - Sistematização dos textos das Caixas de Sugestões:

Setor/Atividade	Sugestões e/ou críticas
Biblioteca	Pedido Folha de São Paulo
	Sala de estudo: Problema de ventilação
	Climatização
	Sofás ou cadeiras confortáveis para descanso
	Sistema de pesquisa muito lento e c/ erros
	Empréstimo de revistas
	Pedido de livros de pedagogia
	Pedido de livros de administração
	Pedido de livros de engenharia
	Ampliação e aumento de exemplares
	Mais agilidade nas transferências inter-Campi de livros
	Mais tolerância na cobrança de atrasos
	Adquirir coleção de enciclopédia
	Adquirir livro sobre história de Panambi
Infra-estrutura Geral	Falta calha na entrada do prédio A
	Passarela entre prédios A e C
	Mais computadores e horários p/ Lab de Informática
	Problemas no banheiro feminino prédio A
	Parada de ônibus com cobertura e banco
	Mais horários e ônibus nas linhas do Campus
	Interfone nas salas para avisos
	Caixa automático de BANRISUL e BB
	Sala para o Diretório Acadêmico
	Pintura dos prédios e salas
	Falta impressora p/ atendimento a alunos
Convivência	Ganchos nas portas de WC feminino
	Trocar mouse de computadores
	Sabonete líquido nos WC
	Concentrar turmas do mesmo curso no mesmo prédio
	Melhores condições de ergonomia
	Melhorar integração de calouros
	Nova Cantina
	Mais variedade e qualidade de lanches
	Mau funcionamento do telefone público
Estacionamento	Marcação de vagas mais espaçosas
	Asfalto

Conclui-se que a maior parte das sugestões e críticas apresentadas refere-se à infra-estrutura, as quais na maioria das vezes atingem diretamente o andamento das aulas, e o bom aproveitamento do ensino.

Observa-se que houve diversas sugestões de aquisição de materiais bibliográficos, o que identifica um grande interesse dos alunos, não só pelo aprendizado das disciplinas curriculares, mas sim, por uma boa leitura.

O processo de Avaliação Institucional, através da "caixa de sugestões", contou com a participação de acadêmicos, docentes, técnicos administrativos e de apoio, onde mais de cento e setenta solicitações e críticas foram sistematizadas, algumas atendidas de imediato e outras geraram ações de planejamento, culminando com a realização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Campus Panambi. Desta forma, a Avaliação Institucional permitiu não só avaliar, mas também planejar e executar diversas ações voltadas ao desenvolvimento do campus. A seção 1 deste relatório apresenta uma síntese do processo de Avaliação Institucional realizado no Campus Panambi.

17 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA CAIXA DE SUGESTÕES DA SECRETARIA ACADÊMICA

Data: 31/03/06

Local: Central de Informações/Secretaria Acadêmica

Quantidade de bilhetes: 04

Assuntos:

- Os alunos solicitam à Secretaria da Sede atendimento em mais dias da semana, à noite:

A partir de março/2006 o atendimento da Secretaria da Sede está sendo realizado às segunda e quarta-feiras à noite, e após um período de dois meses, será feita uma avaliação, pela chefia, do fluxo da procura pelo atendimento e da real necessidade de noites que esta secretaria precisa estar aberta;

- Os alunos solicitam que os funcionários que atendem na Unijuí, principalmente na Central de Informações sejam mais atenciosos:

Cada vez mais precisamos ter claro, entre nós, funcionários da Secretaria Acadêmica/ Central de Informações que ao assumirmos "os atendimentos", encontraremos um público que busca serviços qualificados, com rapidez e eficácia, não esquecendo da cordialidade, e o bom acolhimento; Sendo esse público um dos instrumentos importantes para avaliação dos nossos serviços prestados;

O "atender" (numa das definições do Aurélio, prestar atenção) se torna uma busca constante de aprimoramento, para conseguirmos chegar a um nível de "qualidade total", seja repensando a nossa maneira de "atender", seja com alternativas logísticas das nossas deficiências na parte física.

- Os alunos solicitam maior agilidade, maior responsabilidade, maior competência e organização das informações:

Mais uma vez, verificamos a necessidade do "perfil" adequado no atendimento em toda a Instituição.

A informação e o atendimento devem ser tratados por todos nós, como elementos decisivos em relação a escolha de nossa Instituição ou não; A nossa nova realidade institucional anseia por colaboradores "multifuncionais" comprometidos com o trabalho, frases como "não é minha função" ou "eu não sei" devem aos poucos ser substituídas pelos encaminhamentos e a busca dos atendimentos; Pois um trabalho bem feito por vários, pode ser todo desfeito em questão de minutos, por uma só pessoa, dependendo da maneira que o aluno for atendido por nós colaboradores.

- Os alunos solicitam mais de um atendente na Central de Informações:

Temos períodos de grande demanda de atendimentos tanto telefônicos como personalizados dentro do nosso Calendário Acadêmico; Nestes períodos temos que buscar a colaboração em conjunto dos colegas da Secretaria Acadêmica/Central de Informações para que com mais pessoas, nosso público possa ser "atendido" da melhor forma possível;

18 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA CAIXA DE SUGESTÕES DA BIBLIOTECA CAMPUS IJUÍ

Este relatório trata da sistematização das sugestões encontradas na "caixa de sugestões" que fica na portaria da Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques onde foram encontrados 41 bilhetes com as seguintes sugestões e críticas:

- Alunos com problemas para renovar via Web;
- Mais livros;
- Reclamações dos computadores;
- Que os pagamentos de multa revertam em livros;
- Empréstimos para a comunidade e egressos;
- Reclamações sobre as salas de estudos, onde só um aluno ocupa;
- Sugestões de aquisição de livros;
- Melhora no sistema entre outras.

Conclusão: A maior parte das sugestões e críticas referem-se à compra de material bibliográfico que depende das solicitações feitas pelos professores no pedido de compras, quanto a performance do sistema para a pesquisa via web, que segundo os alunos é lenta e de computadores atuais, depende da Coordenadoria de Informática sendo que a mesma foi questionada por mim a algum tempo sobre a lentidão do sistema e me disseram que esta sendo estudada uma forma para melhorar.

Sobre o serviço de tele-renovação há uma crítica, pois reclamam que o aluno que está no balcão é atendido depois, o problema é que não podemos deixar quem esta no telefone esperando porque algumas ligações são de outros municípios; antes este serviço era feito por um único funcionário e ficava na parte interna da biblioteca, com a grande saída de funcionários da biblioteca não temos como ter uma pessoa somente para este serviço, outro problema é que este funcionário tem trabalho somente em alguns horários de pico e na grande maioria das vezes ficava sem ter o que fazer, portanto se optou por colocar este serviço na portaria por se tratar de um trabalho executado pelos funcionários do atendimento.

Temos também um elogio que se refere ao novo sistema, ao atendimento e à equipe de trabalho.

19 AUTO-AVALIAÇÃO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS

Magna S. C. Dalla Rosa – Coord. Adj. CPA
Viviane Lucca – rep. Técnico-administrativo
Pedro Carlos Rasia – Rep. Docentes

A Avaliação Institucional na Unijuí constitui-se em elemento essencial na gestão da universidade, tanto acadêmica quanto administrativa e política. A Unijuí, em seus 48 anos de ensino superior, toma a avaliação e a auto-avaliação reflexiva de suas práticas como estratégia de construção e reconstrução de suas ações. Com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, e com referência na história institucional de avaliação, a Unijuí integra os processos de planejamento e avaliação, coordenados pela Reitoria e Comissão Própria de Avaliação - CPA, respectivamente.

Nesse sentido, a CPA se preocupou em encontrar formas de envolver a comunidade universitária, chamando-os a se auto-avaliarem e, assim, promover a auto-avaliação institucional. A auto-avaliação nas unidades administrativas foi motivada pela CPA, por meio de material de divulgação (folder, cartazes), reuniões com o Fórum de Gerentes e contatos com os gerentes e chefes. Foram recebidos onze documentos de auto-avaliação dentre Coordenadorias, Setores, Reitoria, bem como Comissão Permanente de Processos Seletivos e do Coral Unijuí. A dinâmica e metodologia de auto-avaliação desenvolvidas expressam a cultura e o entendimento de cada setor do que seja "avaliar".

A análise da auto-avaliação produzida pelos setores administrativos foi realizada pelo grupo constituído por quatro representantes dos técnico-administrativos e de apoio e um do corpo discente, os quais analisaram os relatórios, destacando aspectos metodológicos; a percepção de cada unidade quanto a interação nas relações entre a equipe setorial e intersetorial; se o indivíduo percebe-se como parte da universidade, do setor; se há uma cultura avaliativa nos setores administrativos; as condições institucionais de infra-estrutura física e de equipamentos tecnológicos; aspectos de Comunicação/fluxo de informações na Universidade; ponto central que o setor destaca em sua análise e perspectivas?

A sistematização das respectivas análises foi realizada por dois representantes dos técnico-administrativos e um representante do corpo docente, que, a partir dos relatórios dos setores e da análise produzida pelo grupo designado para essa atividade produziram uma reflexão das questões abordadas, utilizando a metodologia de análise dos relatórios dos departamentos que é a seguinte: o que aparece de comum, ou mais presente, nos relatórios; o que expressa nos vários setores estes pontos; a partir da atribuição de cada setor como eles estão vendo a sua realidade/situação atual; como se expressam nos relatórios as questões administrativas; considerações gerais - como nós da CPA estamos vendo o relatório e as "coisas que vemos/ouvimos".

Na reflexão reiterou-se a complexidade de desenvolver a leitura de processos de auto-avaliação dos setores administrativos, considerando a heterogeneidade de funções e atribuições, bem como o olhar de quem não está integrado no processo, correndo-se o risco de leituras inadequadas. Pautou-se a análise pela perspectiva de que os setores administrativos não são apenas de caráter operacional, sobretudo porque, no conjunto da instituição, assumem responsabilidades tanto acadêmicas, quanto administrativas. Segundo o professor Aldo Vannucchi – Presidente da Abruc, em palestra na Unijuí (2000), "na Universidade Todos Fazem Educação", desde a servente até o reitor, pois todos, na sua especificidade e responsabilidade, são importantes para a formação dos sujeitos na Universidade. Para ele, há que se considerar a filosofia de vida e experiências, tanto de alunos, professores e funcionários e comunidade externa para que a Universidade seja fruto de construção coletiva e possa cumprir o seu papel social.

Evidencia-se a incidência tanto de metodologias de auto-avaliação participativa, pelo envolvimento dos sujeitos de cada setor e a socialização em seminário e posterior sistematização, como também relatórios que não deixam explícita a metodologia adotada para a auto-avaliação. Contudo, denota-se a disposição dos setores administrativos em realizar o processo de auto-avaliação em suas respectivas unidades, bem como o reconhecimento do processo avaliativo como um espaço de reflexão e aprimoramento da prática. Destaca-se que a maioria dos relatórios apresenta a retrospectiva histórica do setor caracterizando o seu papel na Instituição. É importante registrar que em quase todas as auto-avaliações percebe-se a consciência da relevância do setor para o desenvolvimento das atividades institucionais, quer seja em termos administrativos, quanto acadêmicos. A maioria dos setores se vê como estratégico na Universidade. Se analisada a questão pelo ponto de vista do prof. Aldo Vannuchi isso vem fortalecer a concepção de avaliação formativa, quando se tem a convicção de que todos os setores e dimensões da Universidade são estratégicos, quer seja no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão.

Nas reflexões evidencia-se fragilidade nas relações setoriais e intersetoriais, muitas vezes, em alguns setores encontram-se dificuldades em administrar as divergências, os conflitos, mas mesmo assim, há o desafio de busca de um entendimento no grupo e na universidade. As diversidades de opiniões, de leituras de uma mesma questão, de concepções de vida, de trabalho, de personalidades são inerentes a uma instituição universitária que atua na perspectiva de questionar, problematizar e refletir sobre questões que dizem respeito aos processos de trabalho e a própria condição humana. Essa questão pode ser interpretada pela complexidade institucional, pela expansão nos *campi* universitários, o que exige um esforço de cada um e da equipe para o desenvolvimento do trabalho na perspectiva do interesse institucional.

As questões de infra-estrutura física e tecnológica foram aspectos enfatizados. Por um lado evidenciam-se críticas, em termos de falta de equipamentos e de lugares adequados para o desenvolvimento de atividades, por outro lado, principalmente nas questões tecnológicas destacam-se elogios. Nesse aspecto, sugere-se o desenvolvimento de programas de capacitação para o uso adequado desses equipamentos tecnológicos com o objetivo de qualificação e otimização dos processos de trabalho.

Outras questões que merecem registro são os setores que percebem a demanda crescente por serviço na região e vêem a prestação de serviços como oportunidade para a auto-sustentabilidade da Unijuí. Também, em várias análises há percepção de que a nova gestão da Reitoria sustenta-se pela política de co-gestão e responsabilização demandando uma maior clareza e resultados no conjunto da IES.

O momento atual caracterizado, como contexto de crise regional, tem gerado preocupações/inseguranças em determinadas unidades e isso tem refletido no clima institucional e na produtividade.

Em diferentes unidades, os relatórios de auto-avaliação refletem um processo de gestão democrática. Identifica-se que dentre os aspectos de gestão preponderaram aspectos relacionados ao planejamento (metas, ações, atividades).

Percebeu-se que no cotidiano institucional os setores administrativos têm uma diversidade de experiências que não são expressas nas análises, pois vários setores administrativos desenvolvem programas de capacitação, como por exemplo cursos para secretárias, programa de formação continuada, aperfeiçoamento profissional do programa de desenvolvimento para a área de vigilância, e para a área de transporte; grupo de estudos do espaço para lideranças. Em termos de gestão

universitária, neste ano, está em desenvolvimento um curso de pós-graduação em gestão universitária para lideranças dos setores administrativos. Entendemos que esses programas expressam um espaço de avaliação, pois constituem em Possibilidade de reflexão teórica e prática de experiências.

Concluindo, reconhece-se que, embora possa se dizer que os setores administrativos têm uma cultura de avaliação, principalmente por meio de reuniões, com certeza há um desafio de aperfeiçoamento de concepção, processos e metodologias, que de acordo com cada setor são desenvolvidas, podendo merecer registro, sistematização e incorporação como um processo sistemático.

20 CORAL DA UNIJUÍ

Letícia Taís Buchmann
Regente do Coral

Criado em 11 de março de 1992, o Coral Unijuí visa promover a cultura, em especial, a música, realizando, por conseqüência, a divulgação da universidade em âmbito local e regional. Dessa forma, tornou-se um espaço de integração do meio universitário com a comunidade, trazendo a música e o conhecimento musical aos seus ouvintes e integrantes que são alunos, professores, funcionários, ex-alunos da instituição e membros da comunidade, todos amadores.

Tendo em vista essa proposta, serão apresentados alguns pontos discutidos em reuniões realizadas com os integrantes do coral por ocasião dessa solicitação da CPA e em outros momentos de avaliação realizados com o grupo. Os apontamentos são referentes ao período de junho de 2004 até o presente momento, que é o período que passei a responder como regente do Coral Unijuí, em função da inviabilidade de uma pesquisa de toda sua trajetória.

Participação e envolvimento

O grupo, que hoje conta com 32 integrantes, destacou seu crescimento em vários aspectos, citando organização, disciplina, conhecimento musical (que inclui técnica vocal e dos aspectos das peças executadas). O relacionamento com os colegas é considerado bom. Diferenças existem, mas elas parecem ser superadas nos ensaios, momento em que é visível o auxílio entre os colegas.

Na questão do envolvimento com o trabalho do coral foi destacada a realização do jornal informativo "Coralito", que, partindo de iniciativa de alguns integrantes do coral, tem caráter de divulgação, procurando compartilhar com todo o coral e comunidade em geral as atividades realizadas, pesquisas e outros interesses – inclusive teóricos – na área musical. Embora em fase de aprimoramento, o jornal tem unido os seus elaboradores e apresenta propostas que vêm de encontro ao objetivo do Coral Unijuí.

Enquanto regente, concordo com as constatações do grupo, mas gostaria de reforçar a necessidade do fortalecimento da consciência da seriedade do e no trabalho que eles estão desenvolvendo para que compreendam determinadas características da dinâmica do ensaio e organização de um coro e possam desempenhar seus papéis de maneira mais independente.

Bolsas de Estudo

A concessão de 15 bolsas no primeiro semestre e mais duas no segundo semestre (em forma de desconto de R$ 200,00 na mensalidade), aumentou o envolvimento dos beneficiados e, conseqüentemente, sua contribuição em quantidade e qualidade às atividades do coral[11] .

Outra melhora nas condições de trabalho foi a ampliação dos critérios para a seleção, priorizando a qualidade musical e participação prévia no grupo.

Com os dois fatores citados acima, houve um maior rendimento na produção do coral, já que, além de selecionar os melhores cantores para essas bolsas, também foram selecionadas pessoas que possuíam conhecimentos de leitura de partitura e que auxiliam na realização dos ensaios (passagens das vozes em grupos menores).

[11] No ano passado o número de bolsistas era menor (cerca de 10, no segundo semestre) e o desconto era de um percentual fixo e que variava de 10 a 50 % do valor de uma bolsa de estudo da universidade.

O acordo para essa concessão de bolsas foi de que, além de ensaios durante a semana, fossem realizadas atividades em dois finais de semana por mês. Essa questão tem sido contemplada, seja na forma de ensaios, apresentações ou projetos que não apenas os bolsistas têm realizado, mas todo o grupo do Coral Unijuí.

Os bolsistas também realizam pesquisa das peças que são ensaiadas, o que foi citado pelo grupo como uma oportunidade de crescimento, já que contextualiza o trabalho realizado nos ensaios. Compositores, arranjadores, autores da letra, intérpretes, estilo, período e curiosidades a respeito das obras, são informações investigadas, organizadas e posteriormente, apresentadas ao grande grupo.

Todos os trabalhos são propostos e orientados pela regente, o que tem sobrecarregado sua carga horária que é de 12 horas semanais.

Grupo de Preparação

Como não havia possibilidade de atender todas as pessoas que realizaram a seleção para o coral em 2004, seja pela falta de experiência de muitos inscritos, condição vocal ou mesmo pelo equilíbrio necessário no número de pessoas por naipe (soprano, contralto, tenor e baixo) no coral, foi criado um grupo preparatório.

Com esse grupo foi realizado um trabalho de princípios de respiração adequada ao canto, preparação vocal, ensaio de peças com até duas vozes e noções básicas de linguagem musical utilizada nos ensaios. Os encontros desse grupo eram semanais, com uma hora de duração.

Na avaliação final surgiram várias questões a serem consideradas na construção da proposta de trabalho para o futuro deste grupo, como o aumento da duração do ensaio. Entretanto, em 2005 não foi possível dar continuidade ao trabalho em função da ampliação da carga horária de ensaios do Coral Unijuí e da baixa carga horária da regente.

Outros aspectos positivos citados pelo grupo

- Apoio direto da instituição, na forma de atenção, interesse, auxílio na resolução dos problemas e dificuldades, participação nas atividades de acordo com as possibilidades.
- Realização de oficinas de técnica vocal com profissionais da área do canto.
- Envolvimento em projetos que levam o trabalho do coral a diferentes grupos da comunidade.

Questões gerais que interferem no desenvolvimento das atividades

O espaço físico adequado é indispensável para o bom funcionamento do coral. Apesar de todos os esforços na busca de um local apropriado, este problema ainda não foi solucionado. Várias tentativas foram realizadas e os recursos parecem ter sido esgotados.

A sugestão que deixamos é que pudesse haver um local que, além do coral, pudesse ser utilizado por outras atividades como o grupo de teatro da instituição, aproveitando melhor esse espaço, sendo que cada um teria seu horário.

Em relação ao material necessário à realização de todas as atividades, sentiu-se a necessidade de um som e um instrumento como um piano e outros pequenos materiais como estante de partitura para regência, livros de música, material auditivo que viriam auxiliar na complementação e enriquecimento do trabalho.

Com relação à divulgação da produção do coral, sente-se a necessidade de uma maior valorização das notícias, mesmo por parte dos meios de divulgação da própria instituição.

No que se refere à internet, os integrantes do grupo, que são alunos da instituição, citaram os prejuízos causados pelo bloqueio de determinados recursos da rede.

Dificuldades gerais relacionadas pela regente

Além dos itens abordados anteriormente (como carga horária, infra-estrutura), as principais dificuldades com o grupo estiveram relacionadas com a freqüência, pouca utilização do material fornecido, adaptação ao novo tipo de trabalho, pontualidade, disponibilidade de horários (até mesmo para que se realizasse ensaios de maior duração[12]).

[12] Os ensaios são realizados das 18 às 19 horas em determinados dias da semana (além de alguns sábados à tarde). O ideal seria dispor, de pelo menos, um turno de umas três horas durante a semana para que o trabalho não fosse tão fragmentado.

Uma questão que tem se mostrado bastante importante, é a definição de prioridades no atendimento de demandas durante a semana em horário de trabalho ou de atividades acadêmicas dos integrantes do coral. Como o grupo não é contratado para realizar esse trabalho acredito ser necessário cuidado e debate para analisar o fato de os alunos faltarem aula para realizar certas atividades do coral. Além disso, muitos têm compromissos em outras instituições e o grupo depende de todos.

Outro ponto refere-se à questão financeira. Já tem sido debatida com a equipe diretiva e com os integrantes do coral, alternativas de aumentar os recursos a serem utilizados em material, cursos, oficinas, dentre outros. Surgiram idéias no sentido de fazer uma associação dos "Amigos do Coral", realizar cobrança para as apresentações, mesmo que um valor simbólico (além das despesas), realizar oficinas com assuntos ligados à música e ao canto aberto a pessoas da comunidade, estabelecimento de parcerias e apoios de empresas da comunidade.

21 GRUPO DE TEATRO DA UNIJUÍ 2005

Grupo de Teatro da Unijuí

O grupo de teatro da Unijuí constitui-se em experiência consolidada na área de representação cênica. Esse grupo é integrado por alunos, ex-alunos e pessoas da comunidade interessadas em difundir a cultura por meio da expressão oral e corporal. O Grupo de Teatro da Unijuí conquistou importantes premiações em 2004, como resultado da maturidade do trabalho desenvolvido desde 1998. A peça "O Auto da Compadecida" e o espetáculo infantil "A sobrinha da Marreca" foram destaques no XI FERTAI – Festival de Teatro de Ibirubá. O Auto da Compadecida, baseado na obra do dramaturgo Ariano Suassuna, obteve premiações de melhor atriz, e de melhor ator e atriz coadjuvante, além da indicação para melhor figurino. Já "A Sobrinha da Marreca" recebeu os prêmios de melhor direção, maquiagem, sonoplastia e ator coadjuvante, além das indicações para melhor figurino, cenário, iluminação e espetáculo.

O ano de 2005 pode ser considerado ainda mais produtivo para o Grupo de Teatro da Unijuí, desde a sua fundação em 1998, pois se concretizou diversos projetos como por exemplo:

- montagem do espetáculo LISÍSTRATA E A GREVE DE SEXO, uma comédia do dramaturgo grego Aristófanes que foi apresentada nas Noites Culturais de Três Passos, Santa Rosa, Ijuí e Panambi e também no Teatro do SESC de Ijuí com muito sucesso de público;
- montagem do espetáculo OXIGÊNIO, especialmente para o EDEQ que neste ano aconteceu na cidade de Ijuí;
- participação pelo segundo ano consecutivo do Natal Encanto na cidade de Três Passos no campus da Unijuí, integrando o teatro ao coral formado por crianças durante duas noites;
- execução do Projeto Nações em Movimento também pelo segundo ano, com intervenções teatrais nos ônibus da Medianeira Transportes durante a Expo Ijuí 2005;
- Intervenções Teatrais durante o vestibular de Inverno da Unijuí.

Além de todas estas produções, o Grupo participou de Três Festivais de Teatro: Rosário do Sul, Maximiliano de Almeida e Erechim sendo indicado em diversas categorias com os espetáculos O AUTO DA COMPADECIDA (adulto) e A SOBRINHA DA MARRECA (infantil) recebendo ao todo 25 troféus, sendo que o espetáculo infantil foi reconhecido como o melhor do estado neste ano.

22 RESUMO DO ARTIGO "AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA DA UNIJUÍ AO LONGO DE SUA HISTÓRIA E OS NOVOS DESAFIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO" APRESENTADO NO XXXI CONGRESSO DE ENGENHARIA - COBENGE

Maurício de Campos, MSc.- Prof. Curso de Engenharia Elétrica – campos@unijui.tche.br

Helena Coppetti Callai, Dra. – Profa. do programa de pós graduação em Educação nas ciências e do Curso de Geografia - Coordenadora da CPA - jcallai@unijui.tche.br

Otávio Aloísio Maldaner, Dr. - Profa. do programa de pós graduação em Educação nas ciências e do Curso de Química - maldaner@unijui.tche.br

Ligia Beatriz Bento Franz, Dra. - Profa. do Curso de Fisioterapia - ligiafra@unijui.tche.br

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa, MSc. – Mestre em Educação nas Ciências - Coordenadora Adjunta da CPA – magna@unijui.tche.br

Bruna Mattioni – Representante estudantil da CPA - bruna.mattioni@infsr.unijui.tche.br

Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, CPA – Comissão própria de Avaliação.

Rua São Francisco 501 – Bairro São Geraldo – CP 560 – 987000-000 – Ijuí – RS

Resumo: *Ao logo dos seus quarenta e oito anos de ensino superior praticados pela instituição, hoje Unijuí, sempre se caracterizou a possibilidade da participação e opinião de todas as unidades da universidade e da sociedade. Nessa perspectiva, desde sua origem, o processo de avaliação institucional constitui-se em elemento importante no contexto da gestão acadêmica e administrativa. Em 1994 o processo de avaliação foi formalizado com a criação da Comissão Coordenadora de Avaliação Institucional (CCAI) Esta comissão foi responsável por coordenar todo o processo de avaliação e sensibilizar todos os sujeitos da comunidade acadêmica, também denominados agentes da avaliação, para a importância da avaliação. Ao longo de 10 anos a CCAI promoveu duas fases de avaliação. Durante todo este tempo foram avaliadas todas as dimensões da Universidade como ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, culminando na avaliação da própria gestão da Universidade. Em âmbito nacional, no ano de 2004, as políticas públicas de Educação Superior alteram a concepção de avaliação vigente passando a significá-la enquanto sistema. A trajetória institucional de avaliação na Unijuí sustenta a nova fase de avaliação, constituindo-se a lei em referência nesse processo, uma vez que a concepção de avaliação, tanto da Unijuí, quanto da lei, reafirma os princípios de reflexão, diálogo, participação e sistematização na perspectiva de revitalizar o compromisso social desta instituição universitária, desde sua origem. Este artigo descreve esta trajetória e apresenta os desafios de uma comissão própria de avaliação (CPA) de se dar continuidade a este processo sobre a ótica desta nova lei.*

Palavras-chaves: Avaliação Institucional, CPA, SINAES.

23 RESUMO DO ARTIGO "AUTO-AVALIAÇÃO NA UNIJUÍ" APRESENTADO NO ENCONTRO DE AVALIAÇÃO REALIZADO NA PUC CAMPINAS, EM SÃO PAULO

Helena Copetti Callai[13]
Magna S. C. Dalla Rosa[14]

A Unijuí, com base na sua história de avaliação e com referência na Lei do SINAES, por meio da CPA, organizou espaço para a comunidade universitária e para a sociedade participar em seu projeto de avaliação institucional na perspectiva da escuta, da reflexão, do diálogo e do encaminhamento às instâncias de gestão da Universidade de demandas institucionais e da comunidade externa. Neste sentido, a tarefa da CPA está sendo encontrar formas de envolver a todos da comunidade universitária, chamando-os a se auto-avaliarem e, assim, promover a auto-avaliação institucional, construindo

[13] Doutora em Geografia. Professora do Mestrado de Educação nas Ciências da Unijuí e Coordenadora da CPA – Comissão Própria de Avaliação da Unijuí.

[14] Mestre em Educação nas Ciências. Coordenadora Adjunta da CPA – Comissão Própria de Avaliação.

as bases para o planejamento e as ações acadêmicas e de gestão A metodologia da CPA está centrada na proposição de que cada unidade universitária crie a sua própria forma de fazer a auto-avaliação, o que tem resultado em encaminhamentos metodológicos diferenciados e muitas vezes originais. Estes têm se caracterizado por formas significativas de pensar a Unijuí, no contexto regional e nacional.

24 RESUMO DO ARTIGO "AUTO-AVALIAÇÃO NA UNIJUÍ" APRESENTADO NO VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, PROMOVIDO PELO CEAP – COLÉGIO EVANGÉLICO AUGUSTO PESTANA

Helena Copetti Callai[15]
Magna S. C. Dalla Rosa[16]

A identidade da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, enquanto instituição universitária, afirma-se tradicionalmente não apenas pelo olhar interno, mas também pela possibilidade da participação e da opinião da comunidade universitária e da sociedade. Com base na sua história de avaliação e com referência na Lei do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, a Unijuí, por meio da CPA – Comissão Própria de Avaliação, organizou espaço para a comunidade universitária e para a sociedade participar em seu projeto de avaliação institucional na perspectiva da "escuta", da "reflexão", do "diálogo" e do "encaminhamento às instâncias de gestão da Universidade" de demandas institucionais e da região.

Nesse sentido, a CPA se preocupou em encontrar formas de envolver a todos da comunidade universitária, chamando-os a se auto-avaliarem e, assim promover a auto-avaliação institucional. Esta evidencia, na Unijuí, o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões sustentada no princípio democrático, do diálogo e da interação no âmbito da comunidade universitária e da comunidade externa. Como metodologia adotada pela CPA, o desafio de que cada segmento universitário crie a sua própria forma de fazer a auto-avaliação, possibilitou que surgissem encaminhamentos metodológicos diferenciados e muitas vezes originais. Os resultados estão se caracterizando por formas significativas de pensar a Universidade no seu papel em nível nacional e particularmente a Unijuí, neste contexto.

Na Unijuí, o processo de auto-avaliação institucional constitui-se elemento significativo no contexto da gestão acadêmica e administrativa. No que diz respeito à gestão, depende da efetiva continuidade e da participação. E enquanto processo pedagógico contribui para a busca da excelência acadêmica. A consecução destes princípios é que estamos, enquanto processo de auto-avaliação, buscando verificar e analisar.

25 REGIÃO DA UNIJUÍ

Bernadete Azambuja
Professora do Departamento de Ciências Sociais

1. A urbanização brasileira

Ao longo do Século XX, a sociedade brasileira vivenciou transformações profundas no seu modo de vida e padrão urbano, com a constituição de novas aglomerações e a difusão da urbanização pelo interior do território. Se, em 1940, 70 % da população brasileira viviam em áreas rurais, em 1980, este mesmo contingente passou a viver em áreas urbanas.

Conforme M. SANTOS (1993) ampliou-se o número e o tamanho das regiões metropolitanas na fachada litorânea brasileira, mas também ocorreu a constituição de grandes cidades médias, com mais de 500 mil habitantes, a expansão de cidades médias, com mais de 100 mil habitantes, e a expansão de pequenos centros urbanos e rurais pelo interior de todo o território nacional.

[15] Doutora em Geografia. Professora do Mestrado de Educação nas Ciências da Unijuí e Coordenadora da CPA – Comissão Própria de Avaliação da Unijuí.

[16] Mestre em Educação nas Ciências. Coordenadora Adjunta da CPA – Comissão Própria de Avaliação da Unijuí.

A difusão da urbanização por todo o território nacional provocou movimentos migratórios inter e intra-regionais e o crescimento urbano, bem como, transformações substanciais no modo de vida das pessoas, da organização interna das cidades e de diferenças profundas de desenvolvimento entre as diversas regiões brasileiras. Pode-se afirmar, inclusive, que os processos mais dinâmicos do desenvolvimento em curso ao longo do século XX, transferiram-se para as cidades, mas também legou a elas os problemas decorrentes da escassez de investimentos públicos e, ainda, aprofundou as desigualdades sociais e de renda presentes historicamente na sociedade e na organização espacial brasileira.

2. A Região do Noroeste gaúcho

No Noroeste gaúcho ocorreu a ocupação, povoamento e colonização da região, com a constituição de uma rede de municípios e centros urbanos assentados sobre a agropecuária colonial, resultado da colonização dirigida pelo Estado nas áreas de mata do Centro Sul do Brasil, iniciada ainda no Século XIX.

Em linhas gerais pode-se situar o início do processo de inserção da região à formação brasileira, através da ocupação das áreas de campo pelo latifúndio pastoril e das áreas de mata fracamente utilizadas pela agricultura itinerante e coleta de erva-mate, realizada por camponeses nacionais. As áreas de mata vão ser definitivamente integradas ao espaço brasileiro pela introdução de uma economia e sociedade assentada na pequena produção mercantil que propicia o surgimento de pequenos núcleos coloniais, muito mais tarde transformados em cidades.

A partir dos anos de 1950, impõem-se novas relações entre as cidades da região, o Brasil e o mundo, em virtude da modernização capitalista do agrário regional, provocando o redesenho das áreas urbanas, a especialização produtiva, a polarização das atividades de comércio e prestação de serviços, bem como o surgimento de novas atividades até então não existentes em nível regional, como é o caso de atividades de serviços relacionadas à educação e à saúde.

Decorrentes dessas condições históricas ocorrem movimentos migratórios caracterizados pela expulsão ou transferência maciça de contingentes populacionais para fora do Noroeste gaúcho, para fora das áreas rurais e para fora dos pequenos centros urbanos e municípios da região. Os estudos apontam o Noroeste gaúcho como uma região "expulsora de população" (IBGE), ou seja, além da transferência de capital humano jovem e qualificado, aponta-se também a fuga de negócios e de capitais da região.

O Censo Demográfico de 2000 apontou mais de 80% da população brasileira vivendo em áreas urbanas, principalmente no Centro Sul. Se atentarmos para o Rio Grande do Sul, as estatísticas acusam que 81,65% da população vivem em centros urbanos.

No Noroeste gaúcho, de uma população total de 522 mil/hab. a população urbana alcança tão somente 62% do total regional, portanto abaixo da média estadual. Esse percentual é puxado para baixo em decorrência da perda de população total, dos pequenos municípios em que pese à concentração urbana nas cidades médias da região, tais como: Ijuí (a maior cidade da região, conta com 67 mil/hab), Santa Rosa (56 mil/hab) e Panambi (28 mil/hab.), com mais de 85% de população urbana; Horizontina, com 76 %; e Santo Augusto, Três de Maio e Três Passos, com mais de 73% de população urbana. Os demais municípios apresentam índice bem inferior à média estadual, inclusive a maior parte com uma população rural acima de 50 % da população total.

O agrário regional integrado às cadeias econômicas de âmbito nacional e internacional, passou a ser progressivamente o lugar de uma especialização produtiva, altamente técnica, como são os casos da soja, do milho, da suinocultura, dentre outros produtos agropecuários.

O espaço urbano regional passou por alterações decorrentes da concentração urbana do país, com a redefinição dos pólos regionais e processos de especialização econômica indicados, principalmente, através de atividades industriais, de comércio e de serviços. Em contrapartida a polarização urbana das cidades médias da região, os pequenos municípios apresentam saldo migratório negativo e os pequenos centros urbanos exercem funções locais da vida cotidiana em aglomeração e aquelas relacionadas à produção especializada do agrário.

Esse processo de desenvolvimento legou à região e às suas cidades, reflexos decorrentes da urbanização da população, das desigualdades sociais, da falta ou escassez de investimentos públicos em infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos, mas também tornou aguda a questão da habitação e da geração de emprego e renda, das condições ambientais e de vida da população regional.

Na atualidade, são desafios regionais políticas públicas, tendo em vista sustar o êxodo da população e dos negócios regionais para as grandes cidades e outras regiões do país, tornar a região palco de ações concretas capazes de alçar o desenvolvimento local-regional em outro patamar, com novos padrões sociais, econômicos e de reconversão produtiva e com novas metas de qualidade de vida e do ambiente para a sociedade regional. Para isso é necessário confluir esforços das diferentes esferas de governo, bem como estabelecer parcerias com a iniciativa privada e com a sociedade civil, para que se possa promover efetivamente o desenvolvimento local-regional garantindo cidadania plena para cada cidadão brasileiro, residente no Noroeste gaúcho.

No Noroeste gaúcho as transformações encetadas ao longo da década de 1950, no bojo da crise da agropecuária colonial e da implementação das políticas comandadas por corporações transnacionais e garantidas pelo Estado brasileiro, a região se modernizou para além do agrário estrito senso (BRUM, 1985). Deve-se lembrar que as mudanças no agrário vão repercutir no urbano da região e são reflexos do processo de urbanização recente em curso no país, como já indicado anteriormente.

Referências

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura:* trigo e soja. Ijuí/RS: FIDENE?UNIJUÍ, 1985.

_____. UNIJUÍ. Uma experiência de universidade comunitária. Sua história, suas idéias. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

IBGE, *Diagnóstico Brasil*. A ocupação do território e o meio-ambiente. FIBGE: Rio de Janeiro, 1990.

SANTOS, Milton.A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

26 QUAL A NATUREZA DA CRISE DA UNIJUÍ?

Jaeme Luiz Callai
Representante Docente no CONSU

Nos últimos anos tem-se agravado o quadro econômico financeiro da Unijuí, ajustes sucessivos culminaram no final de 2005 com profundas modificações no Plano de Carreira e demissões massivas de funcionários e professores. Iniciado o ano, novas alterações começam a se delinear, sempre na perspectiva de superação da crise e garantia da estabilidade e governabilidade institucional.

Ninguém duvida da necessidade e urgência de medidas saneadoras, o que talvez não esteja suficientemente discutido e compreendido é a repercussão das medidas já implementadas e daquelas em formulação nos lineamentos do projeto histórico da Fidene/Unijuí.

Que universidade virá a emergir deste conjunto de alterações fixadas sob a ótica e o viés da racionalidade puramente econômica?

Na qualidade de representante docente no Conselho Universitário entendo que é urgente a discussão ampliada destas questões, pelo conjunto da comunidade acadêmica e, em especial, pelo CONSU. Muito embora historicamente seja a Reitoria quem propõe a pauta, a oportunidade e o ritmo de discussões institucionais, e esta, é bom que se diga, não é uma inovação da atual gestão, nada impede que as questões mais candentes sejam discutidas autonomamente pela comunidade acadêmica. Sinto-me compelido a propor aos pares uma reflexão, uma troca de impressões, de idéias, de maneira que, se outro efeito não tiver, auxilie-me no desempenho de minha participação no CONSU.

Estamos diante de uma crise conjuntural, ou trata-se de um problema estrutural ou ainda, de concepção de universidade? Esta parece ser a primeira pergunta que precisamos responder.

Há uma redução do número de alunos, do número de créditos acadêmicos contratados, das receitas com os conhecidos reflexos no desempenho contábil. Esta retração deve-se a concorrência de outras instituições (de natureza marcadamente empresarial), a frustração da safra 2005, ao fato de estarmos inseridos numa região economicamente deprimida conforme indicam análises que remontam a meados dos anos 90. Esta é por certo uma dimensão da crise, e aparentemente é no âmbito deste conjunto de variáveis que se entendem e se justificam as medidas que vêm sendo implementadas.

Estamos aceitando como parâmetro a disputa com o mercado, com a concorrência que tem oferecido preços mais baixos e outras facilidades como duração dos cursos. Este é um sério risco. Nesta lógica *acabaremos destruindo o projeto acadêmico de uma universidade que viemos construindo ao longo de quase 50 anos*. Esta disputa desigual é um engodo, corremos o risco de ou perdermos a aposta ou conquistarmos uma vitória de Pirro, subsistindo então como um simulacro de universidade. Os preços da concorrência baseiam-se na mais absoluta precarização das condições de trabalho, no descompromisso com a pesquisa, com a extensão e com o desenvolvimento social da região. Para nos igualarmos em preço precisamos chegar e este mesmo patamar.

As medidas tomadas no final do ano passado precisam ser avaliadas à luz da repercussão que possam ter no adequado desenvolvimento do projeto institucional. A meu juízo começa a se desenhar um descompasso entre a Missão Institucional e os meios postos a disposição para tal desiderato.

Este conjunto de medidas não pode ser considerado de natureza estratégica, seria admissível enquanto tática de curto prazo que ajude a re-alinhar contas na busca de um equilíbrio que permita o fôlego para aquela que deva ser a luta de fundo.

A implementação de quaisquer outras novas mudanças poderá ser perfunctória se não estabelecermos com clareza qual a estratégia adequada. Qual é o impacto do ajuste realizado no final de ano, do ponto de vista acadêmico, dos critérios da avaliação do MEC? Após décadas de expansão a Unijuí encontra-se diante do desafio da retração de suas atividades, o fechamento de cursos, a redução de postos de trabalho constitui-se a face mais dramática da situação. Nesta hora é mister encontrar forças para reinventar a Unijuí. *A perspectiva da perda de emprego não pode obscurecer nosso discernimento, a respeito convém manter fidelidade aos objetivos estatutários, a Fidene/Unijuí não existe para si e menos ainda para nós seus professores e funcionários. Pelo contrário somos mandatários tendo para com elas responsabilidades republicanas, estabelecidas quando de sua instituição.*

O choque das modificações havidas não pode gerar a imobilidade ou passividade da comunidade acadêmica, especialmente professores e funcionários, temerosa de novos cortes. *A dura realidade precisa ser enfrentada de frente, não só pela Reitoria, o problema é muito grande para ficar só em seus ombros.* Esta manifestação é um chamamento à discussão sem peias, sem medos, com a coragem que o momento exige.

Na década de 80, quando se implantou a Unijuí, já atravessávamos crises financeiras. Uma das discussões internas centrais era a viabilização econômico-financeira da novel instituição. Enquanto uns defendiam a manutenção do caráter privado da instituição outros propunham sua estatização. Desse embate surgiu uma solução conciliatória, numa denominação que procurava contemplar os interesses conflitantes. Surgia a universidade pública não-estatal com a participação orçamentária de recursos próprios, da União, do estado e Municípios. Recém saídos do regime militar, a organização da sociedade civil era muito forte e o governo precisava ainda legitimar-se, fortalecer-se. É nesta conjuntura que a proposta ganhou adeptos e parecia que se instituía, de fato, uma nova forma de oferta de ensino superior. Do sucesso e euforia dos primeiros tempos chegamos à perplexidade e desesperança dos dias atuais. Universidade pública não-estatal é hoje uma expressão sem conteúdo prático. Uma belíssima construção que tem merecido elogios e nenhum apoio efetivo.

Infelizmente o quadro foi progressivamente deteriorando-se, o modelo "comunitário" ou público não-estatal encontra-se em crise, para não dizer falido. Por certo o principal adversário é a corporação de universidades federais que maldosamente confunde público com estatal e advoga a exclusividade da destinação das verbas do governo. As posições "estatistas" das federais estão reforçadas, na atual conjuntura, pelo interesse do governo em ampliar o acesso ao ensino universitário público/estatal, e que tem semeado universidades pelo Brasil afora e no que nos diz respeito ao redor das universidades comunitárias gaúchas. Como pretender enfrentar universidades *multi-campi* com diferentes cursos instalados ou a instalarem-se em diversos municípios circunvizinhos?

Esta política federal é mais danosa aos interesses da Unijuí, um projeto comunitário público não-estatal, até por que não interessa e não há justificativa ética para sermos contra o ensino público gratuíto. *Aqui reside a meu juízo o real impasse, a efetiva crise que põe em cheque a Unijuí.* Poderemos escapar, com algumas escoriações do embate com as empresas de educação, mas não temos como, nem porque, pretender enfrentar e vencer a vontade política do governo federal.

O curioso é que as escolas empresariais que atuam na região têm dado pouca atenção à qualificação do corpo docente (muitas vezes as aulas são virtuais), à biblioteca, à pesquisa, e é precisamente esta característica que tem servido de argumento aos defensores do ensino público estatal. Por outro lado, como acreditar na seriedade das condições de ensino que se desenham a partir da criação de universidades (federais) multi-campi, instaladas precariamente em imóveis cedidos, sem biblioteca, sem pesquisa, sem professores, cada curso em uma cidade.? Será isto ensino de qualidade?

O QUE FAZER

Ampliar a discussão de modo a estabelecer-se com clareza qual a melhor estratégia:

Aceitar a lógica "privado X estatal" e nos estruturarmos para enfrentar a concorrência, com as armas dela, sua lógica e em seu campo? Nesta perspectiva o limite é recuarmos à condição de - Centro Universitário- e não mais Universidade. Aquela condição não é nenhum demérito, mas é coisa bastante diferente.

Reafirmar a opção "pública não-estatal", neste caso entrar em negociação firme junto ao governo federal oferecendo-lhe a contrapartida de um ensino de qualidade, de uma instituição de tradição, enraizada na região. É hora de apontar o risco do aventureirismo, do uso eleitoral, que vem tomando a questão. Queremos fazer isso?

Tradicionalmente a Unijuí tem-se mantido reticente a uma aproximação maior com os governos. Se não se quiser a federalização é razoável propor a participação federal na manutenção de uma instituição diferenciada, que aliás foi o desenho inicial da Unijuí.

Quem seriam nossos aliados nesta empreitada? Diante da crise das tradicionais universidades confessionais (p.e. PUC-SP) e daquelas comunitárias, é possível encontrar quem faça a opção pelo mercado enquanto outras perseverarão fiéis ao seu caráter público precisando para isso a participação efetiva do Estado. É a hora de juntar forças com aquelas que se propõem a desafios assemelhados.

Em qualquer caso ajustes são necessários e devem ter continuidade, na condição de que se amplie e requalifique a discussão.

Ijuí, 23 de março de 2006.

27 REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

Helena Copetti Callai
Docente do Programa de Pós-Graduação
em Educação nas Ciências da Unijuí

A história deste mestrado se confunde e se entrelaça com a história de nossa inserção na Educação Básica através de projetos desenvolvidos na década de 80. Eles foram a base da discussão de como fazer um mestrado em educação que envolvesse todas as nossas pesquisa e trabalhos de extensão: na discussão dos problemas da escola e das propostas curriculares que se caracterizavam por tentar superar os anos de ditadura, em que os currículos estavam "prontos e acabados"; na sistematização de nosso fazer nos movimentos "comunitários".E, na busca de um patamar novo no contexto da universidade , que se caracteriza pela necessidade de verticalização, e de centrar os esforços naquela área que desde o inicio da Faculdade de Filosofia era o nosso forte, na Fidene, que é a Educação.O início mais formalizado das discussões para o mestrado aconteceu quando estávamos fazendo já as discussões dos resultados que vínhamos alcançando com os **Projetos.**

Escrevo este texto para contribuição às nossas atuais discussões, situando-se no lugar de protagonista, expresso pelos itens a seguir:- de participante tanto do Projeto de Estudos Sociais (que era o da minha área); quanto das discussões que vinham sendo feitas para a criação do mestrado - inclusive discutimos em determinados momentos, naquele grupo, os projetos de pesquisa que serviriam de base para as nossas teses de doutorado; - por ter trabalhado em algum componente curricular, em todas as turmas do mestrado desde a primeira; - por ter participado do grupo de discussão para elaboração do projeto do doutorado no ano de 2005; -e pela experiência que estou tendo na CPA da Unijuí, e como consultora MEC/INEP nos processos de avaliação.

Daquele grupo que inicialmente discutia o mestrado, alguns efetivaram a sua participação no Programa por conta da titulação que estavam concluindo, outros tantos que tiveram papel não menos importante no processo, foram ficando pelo caminho, ou por terem outros interesses ou por não concluírem o seu doutorado, condição que passou a ser posta como fundamental para responder às avaliações externas. Assim como perdemos em capacidade intelectual, por conta das exigências formais da academia, também por este motivo nos reunimos, todos os doutores que éramos, na Instituição com condições de trabalhar num mestrado de Educação. Alguns dos que foram agregados tiveram que mudar as suas proposições de pesquisa para se enquadrar na proposta do mestrado. E, não há como deixar de referir nesse contexto ao papel de liderança e carisma do Mario Osorio.

Hoje a situação é outra, com a maior quantidade de doutores, interesses de pesquisa diversificados e um mestrado já consolidado, com conceito 4. Isto tudo não afasta a necessidade de se ter uma proposta consistente e coerente, mesmo sob o risco de novamente ter que ser alterado o processo de adesão, de participação e de permanência ou exclusão no/do grupo.

Chegamos num momento do curso em que se torna necessário repensar o que ele é a partir do que foi concebido e das condições em que estamos vivenciando a educação no momento atual, seja no contexto da universidade brasileira, seja nas características que estamos assumindo na Unijuí, como universidade.

Parto do princípio de que não há porque não mudar "porque ele foi assim concebido". Precisamos nos adequar aos tempos e espaços que estamos vivendo. Precisamos cuidar de nossas origens. Precisamos dar as respostas que a CAPES quer. Precisamos construir com uma nova história a continuidade desta que até agora foi tão interessante, criativa e reconhecida. O desafio que se coloca agora para nós não é dar respostas técnicas, operacionais, determinadas por razões instrumentais. É sim, saber se conseguiremos fazer um doutorado e continuar um mestrado que seja fiel àquilo que fomos e somos.

Para conseguirmos chegar a tanto se torna inadiável repensar uma série de aspectos que até então podem estar sendo rotineiros na nossa prática. E a idéia de que formamos um grupo também tem que ser discutida, seja do ponto de vista de ser um grupo que se reúne todas as quartas feiras – e que ultimamente não tem conseguido discutir questões de fundo, mas apenas responder ao que nos cobram; se somos um grupo que se junta por querer ser professor de um mestrado; ou se temos como ponto comum questões da educação para onde convergem as nossas ações. Entendendo que o mestrado não deve ser a soma de nossos interesses, mas cada um de nós é que deve colocar-se no seu interior para responder àquilo que é o Programa, considerando as nossas capacidades de pesquisa e de orientação e de ministrar os demais componentes curriculares.

Esse é, no meu entendimento, o pano de fundo para sustentar as nossas reflexões neste momento.

As questões abaixo podem auxiliar no desenvolvimento da necessária reflexão:

== A identidade do programa — qual é essa identidade e como ela se manifesta em nossa organização e em nossas ações, seja na ligação com nossos projetos de pesquisa, seja nas disciplinas que são ministradas, nos seminários, nas nossas publicações. Existe alguma manifestação que o curso tem uma identidade que o caracterize "de longe", – isso poderia ser alguma disciplina, algum seminário? ou? O que é que "norteia" tudo o que se faz no curso? Ou a nossa marca é apenas ser de educação nas ciências. Se é esta, temos clareza do seu significado para transformar em ações? E mais, essa identidade é posta pelo curso no seu todo ou cada um de nós "constrói " no seu imaginário a identidade que lhe interessa?

Essa identidade se expressa também nas nossas formas de organização interna, nas nossas discussões, nos debates que nos inserimos na universidade?

Enfim esta identidade precisa estar claramente explicitada pelo programa para que possamos ser entendidos, e para nos entendermos internamente, também.

== Quais as questões que estão sendo discutidas no decorrer de nossas reuniões no ano de 2004/2005, e porque são estas e não outras. E o que significa serem estas. Já discutimos questões bem mais relevantes considerando que estamos na academia, do que simplesmente encaminhar questões burocratizadas. Pelo tipo de reuniões que estamos tendo nos últimos tempos estamos concomitantemente criando a necessidade de oportunizar outros momentos para discutir o que é fundamental, e aí o impasse é a falta de tempo.

== Quais os temas de interesse do mestrado - assuntos que sejam significativos de serem discutidos e incorporados nas nossas discussões - Poderíamos fazer um elenco de questões que envolveriam os professores de um mestrado, na busca de sua consolidação como pesquisadores, por exemplo? Poderíamos partir dos objetivos do Programa e transforma-los em temas de discussão?

== Tipos de bancas que estamos realizando. - como se organizam os grupos para banca - e qual o significado disso e os reflexos. Poderia ser aqui um dos caminhos a nos organizarmos em grupos? Isso é saudável diante do risco de desenvolver endogenia? Ou precisamos nos abrir para nos comunicar intensamente através da educação nas ciências?

== Como pensamos o doutorado - para quem e como. Para qualificar mão-de-obra para o ensino superior ou para criar consistência em pesquisa, capaz de fundamentar e dar as bases que um programa requer; com as condições que temos em Ijuí, na região, na Unijuí, temos como falar de consistência na pesquisa? e para nossa inserção nas discussões a nível nacional e/ou internacional? Por outro lado, que esforços estamos fazendo para solidificar essa inserção? Como ela pode ser efetivada?

== Como organizar programas de intercâmbio e como valorizar os que existem – em nível regional, nacional e internacional.

== Quais as possibilidades de intercâmbio que estamos criando para os nossos alunos.

== Caracterização dos egressos, verificar onde estão atuando, se estão trabalhando na Educação Básica, nas instituições de Ensino Superior, se estão seguindo a carreira acadêmica. Tem diferenças que repercutem em ser mestrado acadêmico ou profissional.

== Como estamos sustentando a revista; aqui a editora é fundamental e na prática está complicada a relação.

== Qual o evento que podemos ter como nosso do programa e que seja de nível internacional e que seja de discussão de pesquisa; e que tenha os requisitos para cumprir as exigências dos órgãos financiadores.

== Como estamos organizando os grupos de pesquisa, como eles podem ser articulados com as nossas linhas do mestrado e quais os resultados que estamos tendo com estes grupos; e como é a nossa contribuição acadêmica enquanto participantes destes grupos, em termos de repercussão institucional, envolvendo bolsistas, professores da graduação, apresentando resultados de interesse público, além de nas nossas entidades por área.

== Sobre as condições físicas de infra-estrutura que estamos tendo para aula, defesas, estudos, reuniões, concretamente, quem encaminha e pode exigir aquilo que é extremamente básico para funcionamento?

== Qual a nossa relação com o Departamento de Pedagogia e com os demais Departamentos que tem professores envolvidos. - Com o primeiro, essa relação se expressa problemática em vários momentos: nas solicitações operacionais, de espaços, de tempos dos docentes, dos funcionários, de localização - o espaço que ocupamos, de encaminhamentos das solicitações do mestrado às instancias superiores; e inclusive quando se considera que os alunos teriam as leituras adequadas para uma seleção, por terem feito Pedagogia, ou Especialização na área; com os demais a questão crucial se apresenta pelo custo dos docentes, pela não participação nas decisões. A discussão de uma nova estrutura acarretaria que implicações na nossa autonomia? Poderíamos apresentar alguma contribuição de sugestão para essa discussão?

== Quais os critérios de permanência no corpo docente; que contemplem a avaliação particularizada das nossas atividades; - interesses de pesquisa; - realização efetiva de resultados: -artigos, livros, capítulos ou outro tipo de publicação. Todas as universidades têm processos de auto - avaliação docente, que se integra com a avaliação para permanência nos programas. Qual a dificuldade que temos para tanto? Não seria interessante partir de nós uma proposição, antes de esperar pela reitoria ou de algum outro setor encarregado? Seria interessante tomar essa atitude como princípio e prioritária, inclusive tornando públicas as informações para que possamos realizar a nossa integração como professores de um mestrado, o que nos facilitaria as discussões referidas acima nas nossas reuniões.

== Interessa receber professor - visitante, professor convidado, acolher alunos de outras instituições para estágios ou outras atividades, - e em que condições?

== Para sustentar o programa e inclusive implantar o doutorado precisamos:

1 - Pesquisas, publicações, participação em eventos, pós-doutorados, oferta de componentes curriculares e orientações.

2 - Infra-estrutura, biblioteca, condições de pesquisa.

Como sensibilizar a Reitoria e como articular financiamentos externos?

Esse esforço todo deve ser organizado a partir do interesse do programa ou dos interesses individuais?

Qual a nossa força, internamente, para criar as condições de fazer um programa de pós-graduação em educação nas ciências que contemple inclusive o doutorado — é a nossa identidade?

Uma identidade que possa ser reconhecida e aceita pelas instâncias externas - CAPES, CNPQ, outras IES e, também, internamente por seus docentes e pela unijuí.

A identidade e a consistência do programa permitem “mostrar a sua cara”.

Por isso o programa de pós-graduação não pode ser confundido com a reunião de um grupo de professores/ pesquisadores. Ele é algo mais. E deve ser continuadamente discutido e constituído, num processo interno de auto-avaliação, que enquanto programa não pode simplesmente se auto-referir e nem pode ser avaliado por critérios particulares de cada docente participante.

Proponho que a discussão seja pautada por esta perspectiva, propositiva e de interesse acadêmico.

28 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIJUÍ
O caminhar de um Programa Institucional

Manoelisa Goebel[17]
Patrícia P. Schelp Welter[18]

Das origens à atualidade de uma vida diferente

Viver, sobreviver e conviver em sociedade é uma tarefa nada fácil para nós seres humanos, seres complexos e que temos por natureza não aceitar aquilo que nos é *estranho*. A nossa sociedade é excludente desde seus primórdios, tanto no social quanto educacional ou profissional. Exclusão é o destino daqueles que não satisfazem os critérios que a sociedade impõe como sendo o correto, o normal, o aceitável. Em razão disso, buscamos constantemente nos *enquadrar*, sermos o mais parecido possível do *padrão*, sentindo e sendo integrantes de um grupo social majoritário, tornando-nos assim *corpos disciplinados*[19] .

Fazendo um resgate histórico, sabe-se que na Antigüidade, surdos, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, órfãos, doentes idosos, dentre outros, pessoas consideradas *diferentes*, com limitações funcionais e necessidades diferentes das *normais*, eram praticamente exterminadas por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral.

Foi preciso que muitas minorias tivessem suas capacidades subjugadas e desconsideradas para que o progresso pudesse acontecer. Devido a esta descaracterização estas pessoas *anormais* aglomeraram-se em grupos fechados, buscaram nos guetos se encontrar e acabaram se tornando seres *deficientes* por não participarem dos normais processos da sociedade, como no caso da busca pelo direito à educação.

São nos diferentes momentos de nosso dia-a-dia que esta *diferença* mostra a sua real face. Traz consigo marcas de uma frenética evolução humana. Os reflexos deste movimento intenso implicaram em visões patológicas, como a visão clínica trazida pela medicina, tornando muitos seres *incapazes* e devido a esta assincronia de processos societais, ficaram à margem, aprisionados nas suas comunidades, tendo como inquisidor o poder majoritário, o dos padrões de normalidade criados como modelo adequado ao ser humano.

O Homem seria Homem se não fosse surdo, se não fosse cego, se não fosse retardado mental, se não fosse negro, se não fosse homossexual, se não fosse fanático religioso, se não fosse indígena, etc. (SKLIAR, 1997, p. 11).

Hoje, no mundo globalizado e permeado pelo ciberespaço[20] em que vivemos, onde as fronteiras terrestres já não são mais limites, e a tecnologia desenvolve-se a passos largos, o homem continua sua busca por pertencimento, agora a esta sociedade informacional que se constitui fortemente. No entanto, encontramos ainda aqueles que continuam sem espaços definidos, não pertencem ao todo, somente a uma parte, e seu desenvolvimento ainda não flui como os demais.

O caminhar da Unijuí

Assim, neste constante processo, caminhos outros estão sendo construídos através de uma conscientização que está em evolução por parte de certos grupos da sociedade, os quais tentam proporcionar melhorias e trazer igualdade às demais classes sociais, sem exceção. Existem aqueles que buscam conhecer a vida dentro de uma comunidade minoritária excluída, a fim de que estas vivências proporcionem visões claras e precisas das reais demandas, auxiliando na conquista de uma cidadania real e justa para os integrantes deste viver, já outros, através da aceitação desta diversidade tentam garantir acesso aos direitos que todos cidadãos possuem.

Neste exemplo, encontramos a Unijuí, mais precisamente no campus Santa Rosa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, espaço para a construção de uma sociedade mais igualitária.

---

[17] Mestranda em Educação nas Ciências – Unijuí e funcionária no Programa Inclusão Educativa – Coordenadoria de Apoio ao Estudante Universitário – CAEU - Unijuí.

[18] Mestranda em Educação nas Ciências – Unijuí e funcionária no Programa Inclusão Educativa - Coordenadoria de Apoio ao Estudante Universitário – CAEU - Unijuí.

[19] Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

[20] Novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento. (LEVY, 1999, p. 32)

Assim, a Unijuí, que tem permitido a muitos grupos, progredirem através de um ensino superior que visa, principalmente, uma qualificação com excelência, tem também se destacado regionalmente ao receber em seus espaços sujeitos que procuram tornar realidade uma antiga utopia, a inclusão social e educacional.

Neste campus, professores e demais funcionários vivem, apreendem e aprendem diferentes formas de interação no dia-a-dia da instituição desde o ano de dois mil e dois. Aceito o desafio de aqui incluir sujeitos com necessidades educativas especiais, este tem sido a alavanca para proporcionar formas realmente satisfatórias, que façam acontecer uma educação inclusiva no ensino superior e, conseqüentemente, um aprimoramento social deste sujeito e da sociedade que atualmente se prepara para receber estes em outras instituições.

Foi a partir do momento em que uma pessoa cega buscou os espaços desta instituição para a sua qualificação profissional, é que se deu início a este caminhar. A aprovação no vestibular de verão do ano de dois mil e dois trouxe ao Curso de História a necessidade de adaptação dos professores, colegas de curso, funcionários da instituição e demais serviços aqui prestados.

É com um olhar diferenciado e a percepção de estruturar ou re-estruturar pensamentos e ideologias, que professores organizaram-se através de grupos de estudos, debatendo acerca do que é necessário a esta acadêmica, que tem como forma de ver o mundo, o seu tato e sua audição, fazendo com que teoria e prática realmente andassem juntas nos acontecimentos do seu dia-a-dia.

Neste processo, com lutas das mais variadas formas, esforços foram desempenhados para que o grau de qualificação fosse da mesma forma que a dos demais acadêmicos, que possuem o sistema visual não comprometido. Para isto, foram disponibilizados funcionários que atendessem as demandas desta aluna, tanto em sala de aula, quanto em outros setores da instituição. Tarefas como leitura e digitação de trabalhos, acompanhamento na biblioteca e em outros espaços. Assim, foi criado o Projeto de Inclusão Educativa no campus Santa Rosa.

Percebendo as verdadeiras necessidades daqueles que não possuem a visão, em vários momentos foi preciso adaptação e criatividade, tanto do professor, quanto do aluno, para que a relação acadêmica fluísse de forma espontânea. Acontecimentos como estes necessitam de sensibilidade para que possa ser provido de forma segura um atendimento profissional. Nestas várias conquistas, houve um passo importante que veio contribuir para verdadeira busca de cidadania, a aquisição de softwares de apoio, leitores de textos, os quais puderam proporcionar maior autonomia ao viver desta acadêmica, pois ela própria pode ler e construir seus textos.

Assim, oito semestres foram concluídos e com ele a graduação da primeira acadêmica com necessidade especial, que aconteceu em fevereiro de dois mil e seis. Foi mais uma formanda para alguns, mas a sua história de vida contribuiu e marcou os espaços desta instituição que aprende a cada dia, a necessidade de que esforços conjuntos sejam acionados para o construir de uma sociedade mais humana e igualitária.

Deste exemplo de vida, outro foi seguido, temos desde março de dois mil e cinco, no Curso de Licenciatura em Computação do campus Santa Rosa, mais uma acadêmica cega, querendo conquistar seu espaço nesta nova área e proporcionando conhecimento constante a colegas de cursos e corpo docente deste, sobre os limites, suas necessidades, mas também sua determinação em querer participar desta era da informação. É mais uma experiência que vem trazendo um aprendizado constante, tanto para a aluna, como para os demais que a acompanham.

Além destes caminhos, ainda temos outro, o qual está sendo desde agosto de dois mil e três construído pela comunidade surda, quando quatro deles foram aprovados no vestibular de inverno, três em Administração e um em Pedagogia. Hoje, são nove acadêmicos buscando melhorias para suas vidas através do ensino superior. Temos no campus Santa Rosa, sete acadêmicos no Curso de Administração e duas em Pedagogia, uma no Curso de Pedagogia, habilitação Pedagogo de Sala de Aula e outra na habilitação Educação Especial.

A língua de sinais, pelo que podemos observar, é um elemento mediador entre o surdo e o meio social em que vive. Por intermédio dela, os surdos demonstram suas capacidades de interpretação do mundo desenvolvendo estruturas mentais a níveis mais elaborados. (CORCINI *apud* SKLIAR, 1997, p. 100)

> A Língua de Sinais é de fato uma língua, pois como diz Saussure (1974), a língua se constitui numa instituição social e somente existe na coletividade, portanto, na coletividade da comunidade surda ela se tornou língua e todos os seus usuários a fizeram evoluir e ainda a fazem até hoje. Mas para a conquista de ter aceita como uma língua natural, a língua de sinais e comunidade surda tiveram que várias lutas conquistar, para de fato ter sua dignidade e cidadania respeitadas.

Para bem receber estes que têm um língua visual-gestual[21] foi necessária a busca por profissionais que fizessem a ponte de ligação entre as duas línguas, a oral e a de sinais. Desta forma, o Programa Inclusão Educativa tem em seu quadro funcional duas profissionais, com experiências fortes na educação de surdos. Estas conhecem a cultura surda, as diferenças lingüísticas entre uma língua oral e uma língua de sinais para poder atuar conjuntamente com os professores em ambiente de sala, poder sanar as dúvidas decorrentes desta nova experiência para estes, assim como para os demais funcionários, podendo esclarecer dúvidas que aparecem devido ao processo evolutivo da educação especial.

Neste movimento, onde o mundo inclusivo é novo para seus participantes, tanto a maioria como a minoria, percebe-se a necessidade de mais ações. É acompanhando o dia-a-dia deste grupo minoritário que se encontra a possibilidade de viabilizar projetos e pesquisas que contemplem ao atendimento especializado necessário. Desta forma, através de um aprimoramento, estas funcionárias qualificam-se constantemente, hoje buscando no Curso de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e no Mestrado em Educação nas Ciências, trazer contribuições na atuação desta universidade na vida destes acadêmicos, os quais acreditam estar participando de um dos processos mais importantes de suas vidas e confiam que dele virão frutos muito mais valiosos.

Os surdos trazem consigo fortes marcas da discriminação, ocasionadas pelo fator *patológico* como eram considerados na modernidade. Hoje, após muitas lutas e conquistas deste grupo fortemente coeso, eles têm o direito de, ao seu lado, estar o intérprete, aquele profissional que interpreta e traduz da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais, ou vice-versa. Seja em um ambiente educacional, como escola ou universidade, seja perante um juiz ou um médico, o sujeito surdo tem seu direito assegurado.

No entanto, não é somente esta a única necessidade da comunidade surda, estamos falando de uma comunidade visual, e que, portanto, possui uma estrutura lingüística e uma outra forma de escrita. Sendo assim, cabe ao profissional da interpretação, proporcionar que o circuito da informação seja completo, isto é, a mensagem será enviada, recebida e interpretada pelo sujeito surdo, o qual poderá ou não, dar retorno a esta, caso não seja corretamente transmitida, necessitando por isso, profissionais capacitados e com conhecimentos sobre as mais variadas áreas do conhecimento, para poder proporcionar um trabalho de interpretação/tradução compatível com o grau de conhecimento do grupo surdo.

É por meio desta experiência em atender portadores de necessidades especiais que a Unijuí, campus Santa Rosa vem se destacando. Trata-se da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais ao ensino superior. Muitas já foram as conquistas, mas necessita-se mais esforços, luta tanto dos acadêmicos, que procuram uma vida mais digna, quanto professores e quadro funcional. Através de parcerias, projetos de extensão ou no próprio dia-a-dia, precisamos encontrar meios de apoio a futuras ações, que poderão contribuir na vida daqueles que aqui acreditam.

Referências

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed.34, 1999. 264 p.

MEC-SEE. *Projeto Escola Viva:* Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília – DF, 2000.

QUADROS, Ronice Muller. *Educação de Surdos:* a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997. 126 p.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização:* do pensamento único à consciência universal.Rio de Janeiro: Record, 2000. 236p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral.* São Paulo: Cultrix, 2004. 279 p.

SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação**,** 1999. 270p.

[21] As relações gramaticais são especificadas através da manipulação dos sinais no espaço, o qual ocorre dentro de um espaço definido na frente do corpo, em uma área limitada pelo topo da cabeça e que se estende até os quadris. (QUADROS, 1997, p.49)

29 A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE NA UNIJUÍ[22]

João Paulo Manfio

Resumo: A pesquisa de campo realizada em 2001 identificou a concepção de 61 professores da Unijuí, sobre a política de qualificação acadêmica e a sua importância para a universidade e região. Revelou um significativo conjunto de opiniões e proposições que contribuem para o entendimento e o reconhecimento da qualificação docente no contexto sociocultural. Oferece valiosas contribuições para a comunidade acadêmica, no sentido de desenvolver uma prática de formação, capacitação e qualificação que contemple interesses da universidade e dos docentes, co-responsáveis na permanente (re)construção e articulação do seu projeto identificado com o desenvolvimento local e regional através da educação.

Palavras-chave: universidade, pesquisa de campo, qualificação docente, desenvolvimento.

Introdução

A Unijuí, ao longo de sua história sempre apoiou e renovou o processo de qualificação acadêmica de seus docentes, financiada com recursos próprios, convênios com órgãos públicos de fomento ou instituições internacionais, visando qualificar professores para impulsionar o crescimento da universidade através do ensino, da pesquisa e da extensão. A pesquisa procurou saber qual a concepção e a importância desse processo na visão dos sujeitos envolvidos nos programas de qualificação e construtores da universidade articulada com a comunidade externa no desenvolvimento social da região.

Conhecermos a posição dos docentes em torno dos aspectos e variáveis que constituem o processo de qualificação utilizado pela Unijuí e seus departamentos, foi o principal objetivo a que nos propomos investigar nesta pesquisa.

A Instituição conduz sua política de qualificação alicerçada em planos e resoluções que orientam este importante processo. Percebemos a complexidade e o elevado grau de dificuldade em desenvolver uma política devidamente articulada, que satisfaça interesses e necessidades dos agentes envolvidos neste importante instituto da qualificação acadêmica formal.

Cabe destacar, que as políticas institucionais foram alteradas ao longo do tempo e que os informantes foram participantes ou beneficiários das políticas em épocas diferentes. Portanto, em condições semelhantes ou diferenciadas, realizaram seus cursos de pós-graduação, bem como, de alguma forma, foram envolvidos com as políticas institucionais.

Característica da pesquisa e dos informantes

Por sorteio, sessenta e um professores participaram da pesquisa de campo, respondendo a um questionário estruturado com questões abertas, fechadas e mistas. A sistematização dos dados contemplou a quantificação qualificada. Utilizamos o método de classificação múltipla na constituição das categorias de análise, observando a variedade de informações empíricas, procurando demonstrar os diversos aspectos e variáveis que estão implicadas no processo de qualificação acadêmica utilizada pela Unijuí.

A maioria dos participantes é do gênero masculino, representando 65,6%, correspondendo a quarenta professores. O gênero feminino está representado por vinte e uma professoras, o que equivale a 34,4% dos entrevistados. Quanto à idade, a maior incidência concentra-se na faixa etária entre 30 a 39 anos, com 39,4% dos informantes, entre 40 a 49 anos estão 29,5%, com mais de 50 anos aparecem 26,2%, enquanto que, apenas 4,9% estão abaixo dos 29 anos. No que tange ao tempo de serviço na Unijuí, 32,8% tem menos de 10 anos, 36,1% tem entre 10 e 20 anos e 31,1% tem mais de 20 anos de casa.

Em relação ao regime de trabalho, a maioria absoluta dos entrevistados, correspondendo a cinqüenta e um professores, trabalha em regime de tempo integral, representando 83,6%. Enquanto a minoria, ou seja, dez docentes trabalham em regime de tempo parcial na seguinte proporção: 6,6% em regime de trinta horas; 8,2% em regime de vinte horas e 1,6% em regime de dez horas semanais de trabalho.

Foram trinta e quatro instituições de ensino onde os docentes realizaram seus cursos de pós-graduação. A qualificação ocorreu em vinte e duas diferentes áreas. A maioria absoluta representando cinqüenta e seis professores, qualificaram-se após o ingresso na Unijuí, enquanto que, apenas cinco não procuraram qualificar-se formalmente, com a justificativa da

[22] A pesquisa foi orientada pela professora Doutora Ruth Marilda Fricke.

necessidade de ocupar cargo administrativo, contribuir com o projeto institucional em determinado momento histórico importante, compromisso com outro trabalho, ou por falta de condições financeira. Poderiam eles, ter buscado a qualificação em outros momentos, com ou sem apoio institucional, restando desta forma, uma opção pessoal.

Inicialmente, perguntamos aos entrevistados como ocorreu a aprovação de seu nome para qualificação. As respostas fornecidas foram agrupadas em seis categorias que contemplam o conjunto das opiniões, assim divididas: prevaleceu como principal variável determinante e com grande vantagem em relação aos demais, a necessidade do departamento com 59%; o interesse pessoal do docente foi decisivo para 26,2% dos casos, e a importância do projeto de pesquisa representou 11,5% das indicações. Para 9,8% dos entrevistados, o processo de indicação foi problemático, enquanto para 8,2% a história acadêmica institucional prevaleceu, assim como, 6,6% dizem não ter recebido apoio institucional para sua qualificação acadêmica.

Para a maioria, a indicação esteve em acordo às necessidades dos departamentos, seguindo uma programação planejada de capacitação, ou então, o apoio foi decidido através de reunião departamental respeitando suas necessidades. Os demais casos, que envolveram a minoria dos entrevistados, dizem respeito ao interesse do docente, que após ter obtido aprovação em processo seletivo, solicitou apoio da Instituição; a importância do projeto de pesquisa apresentado ao departamento; o tempo de serviço e o envolvimento institucional. Outros não obtiveram aprovação na instância departamental, mas decidiram qualificar-se com recursos próprios, enquanto outros afirmam ter sido um processo conturbado, traumático e difícil, existindo privilégios, mudanças de critérios e divisão de grupos. Estas situações criadas geram conflitos e disputas no ambiente de trabalho.

Os principais critérios utilizados pelas unidades para orientar o processo de qualificação estão assim desenhados: as necessidades departamentais são a linha mestra a ser seguida e que está referida por 50,8% dos entrevistados, o que está perfeitamente alinhada à aprovação dos candidatos acima referida. O tempo de serviço na Instituição e o projeto de pesquisa são critérios que orientam as indicações em 42,6% dos departamentos, segundo os entrevistados. A trajetória acadêmica construída pelo candidato, também é observada nos departamentos, segundo 37,7% dos informantes, enquanto que a disponibilidade de recursos financeiros serve de referência em 16,4% dos casos. Ainda temos uma informação, de certa forma preocupante, que aponta para a inexistência de critérios para orientar as "saídas", segundo sete docentes entrevistados de diferentes departamentos. Por outro lado, para 6,6% é observado o interesse do departamento e do candidato, procurando conciliar o interesse comum, além de outros critérios.

A qualificação docente e os programas da universidade

Uma política de qualificação deve estar engajada e articulada aos programas da universidade na perspectiva de consolidá-los com qualidade e excelência acadêmica. A Unijuí normatiza o processo de qualificação, determinando que as indicações de bolsistas devem estar, necessariamente, vinculadas a futura atuação dos docentes nos programas de ensino, pesquisa e extensão. Concede o benefício de liberação de até 2/3 da carga horária com auxílio financeiro correspondente a respectiva carga horária. O tempo do benefício é de 24 meses para cursos de mestrado e de 36 para cursos de doutorado. O bolsista assume o compromisso de cumprir 1/3 da carga horária ou opta em reduzir seu regime de trabalho nessa proporção. Além disso, mediante assinatura de contrato de concessão de auxílio estudo, deve, ao retornar, trabalhar pelo tempo equivalente ao benefício recebido ou devolver o auxílio financeiro (Resolução do CONSU nº 17/99).

À luz desta norma interna, procuramos saber dos docentes, se existe para eles esta vinculação, e como percebem a articulação, entre as saídas e o retorno, entre os benefícios recebidos e as contribuições oferecidas. Avaliando as respostas, evidenciamos que existe integração entre a qualificação e os programas da Unijuí, mas ainda é deficiente e necessita de aperfeiçoamento. Para 55,8% dos docentes pesquisados existe articulação, para 41% existe em parte, e não existe esta articulação para 3,2%. Segundo a opinião de 31,1% dos entrevistados, a vinculação ocorre pelo fortalecimento de intercâmbios, melhor qualidade dos projetos e dos programas da universidade e através da melhoria no aprendizado dos alunos; 13,1% afirmam que a qualificação permite melhorar e qualificar sua atuação, adquirindo desenvoltura para organizar e avaliar o trabalho desenvolvido, além de favorecer a interação com os acadêmicos. Enquanto isso, para 29,5%, é necessário fortalecer esta articulação para qualificar os programas, existem distanciamentos entre necessidades e áreas em que ocorre a qualificação, além do pouco aproveitamento de doutores; para 14,8% prevalece o interesse pessoal em detrimento desta vinculação, onde são desenvolvidos projetos isolados para crescimento pessoal.

Outro aspecto importante, destacado por 13,1% dos entrevistados, é a viabilização e o aumento dos programas de graduação e pós-graduação e a qualidade dos cursos de graduação, a partir da disponibilidade de docentes qualificados. Enquanto que, 4,9%, apontam a necessidade de ocorrer uma melhor articulação, entre os docentes qualificados e a uni-

versidade, na construção de um projeto de desenvolvimento regional integrado, e ainda, um entrevistado aponta que a vinculação entre os programas ocorre de modo específico em cada departamento, existindo muitas diferenças entre os departamentos sobre os critérios de qualificação, as previsões das saídas e os retornos esperados.

Os programas de mestrado e de doutorado (em implantação), o aumento do número de cursos de especialização, maior qualidade na pesquisa e o maior número de projetos financiados, são indicadores apontados como resultado do programa de qualificação. Além disso, os departamentos com docentes mais qualificados, melhoram os serviços oferecidos e os programas se consolidam.

Dentre os que criticam a falta de uma melhor articulação, afirmam não existir um programa de extensão que integre o ensino e a pesquisa, existência de pesquisas isoladas, as atividades são amplas e atende-se demandas. Também apontam que falta comprometimento dos docentes, dos alunos e da Instituição, na construção de um projeto de desenvolvimento local e regional, integrando os setores da comunidade. Observe algumas opiniões: "*creio que precisamos fortalecer e ampliar esta integração, pois ainda existem distanciamentos entre eles*" (docente nº 16); "*muitos docentes que se qualificam, desenvolvem projetos pessoais visando sua ascensão pessoal, deixando em segundo plano os interesses institucionais*" (docente nº 23); "*a qualificação muitas vezes está muito mais num projeto individual do que institucional ou departamental*" (docente nº 27).

Dessa forma, constata-se que existe a preocupação em vincular a qualificação dos docentes com os programas de ensino, pesquisa e extensão. Porém, evidencia-se a fragilidade de promover essa integração, existindo a necessidade de aprofundar e aperfeiçoar esta articulação, obtendo-se uma melhor clareza entre as saídas e os retornos, ou seja, o que se espera em qualificar cada docente em relação aos resultados e contribuições para a universidade, a fim de obter-se uma adequada e eficiente integração entre o processo de qualificação com os programas da universidade desenvolvidos e projetados.

Importância da qualificação para a Universidade

Um processo de qualificação, especialmente, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, agrega conhecimentos aprofundados, novos saberes, oportuniza uma maior reflexão e a qualificação das práticas docentes, abre caminhos para a pesquisa e para a produção intelectual, além de outros aspectos subjetivos que envolvem o professor e seu mundo profissional. Para a Unijuí, ao contar com profissionais mais capacitados, abrem-se novos espaços de atuação, como o oferecimento de cursos de pós-graduação, desenvolvimento de pesquisa, qualifica seus programas e fortalece convênios e intercâmbios com outras instituições, consolidando a universidade. Com isso, favorece e impulsiona o desenvolvimento regional nos aspectos econômicos, culturais e sociais.

Os professores pesquisados, ao serem indagados sobre as contribuições trazidas para a Unijuí pelos docentes qualificados, ofereceram o seguinte resultado: segundo 42,6% dos entrevistados, os docentes qualificados promovem avanços nos programas de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa, extensão e administração, e para 34,4% a contribuição ocorre no sentido de qualificar e consolidar o projeto de universidade. Em contrapartida, para 27,9% dos entrevistados, os docentes qualificados oferecem pouca contribuição para a universidade; a política de pessoal deve ser revisada para 16,4%; persiste a promoção pessoal para 9,8% dos informantes, e para 1,6% os professores qualificados articulam a interdisciplinaridade das áreas, mesmo percentual acredita que as contribuições dependem do conjunto de recursos materiais e humanos existentes na universidade.

Analisando conjuntamente as opiniões dos entrevistados que apareceram nas diferentes categorias, é possível agrupar os dados em dois grandes grupos. Um grupo, representado pela maioria, acredita que a qualificação docente produz importantes contribuições no sentido de avançar, qualificar e consolidar as atividades e o projeto da Unijuí, enquanto que, para outro grupo, minoritário, a contribuição dos docentes qualificados deixa a desejar por razões de promoção pessoal, dependência de uma articulação conjunta e a necessidade de revisar a política de pessoal.

Dentre os aspectos positivos da qualificação apresentados pelos docentes, de modo particularizado, aparecem: a criação e atuação em cursos de pós-graduação, aumento, socialização e consolidação de pesquisas, a busca da interdisciplinaridade de áreas e professores, formação de grupos de estudo para socializar aprendizagens, maior impulso e qualidade aos programas, consolidação da universidade, melhor avaliação dos cursos pelo MEC, cumprir as exigências da legislação federal, qualifica a inserção da Unijuí na sociedade, melhoria da imagem da Instituição, permitindo pensar e fazer uma universidade mais ampla. Observe algumas opiniões: "*é inegável que um curso de mestrado e doutorado bem feito*

contribui para o desenvolvimento do indivíduo e, este, mais qualificado, exponencia sua contribuição em sala de aula como professor, na academia como investigador e pesquisador e na sociedade como cidadão mais consciente compromissado com a mudança para melhor da comunidade da qual participamos"; *"melhor qualidade na atuação de suas atividades, tanto nas áreas de ensino, pesquisa, extensão como administrativas"* (docente nº 08)*; "o projeto de universidade se qualifica e consolida. Os programas de ensino se qualificam. Nossa imagem melhora*" (docente nº 11); *"maior potencialidade na pesquisa e extensão, contribuindo com a instalação de mestrados e doutorados, verticalizando o ensino e ocupando espaços na região*" (docente nº 41).

Por outro lado, os aspectos negativos apresentados pelos informantes, referem-se a pesquisa dissociada, individual, desorganizada com pouco proveito dos resultados; o retorno ainda é pouco, insatisfatório, existindo morosidade na definição das pós-graduações; as publicações científicas deixam a desejar e limitam-se à região; pouco impacto externo, deveria existir mais cobranças e comprometimento; a titulação para alguns transforma-se em poder, julgando-se melhor que os outros; muitos se qualificam sem ter clareza dos objetivos desta formação; os doutores querem dar menos aulas, e por fim, rever a política de pessoal, como o sistema de créditos e de contrato de trabalho. Descrevemos algumas opiniões neste sentido: "*muitos professores saíram para se qualificar sem uma definição clara dos objetivos de sua formação. Daí o pouco avanço na pesquisa e a morosidade na consolidação dos programas de pós-graduação*" (docente nº 5); "*acho ainda pouca a contribuição dos docentes qualificados quando dos seus retornos*" (docente nº 16); "*penso que deveriam comprometer-se mais com os programas de graduação"* (docente nº 32).

As críticas são mais direcionadas aos doutores, que pela titulação, poderiam contribuir mais, atuando em grupos de pesquisa, socializando suas aprendizagens, evitando-se pesquisas inócuas e continuar atuando nos cursos de graduação. Na opinião de um professor: "*muitos querem dar menos aulas porque ficaram doutores*" (docente nº 7), para outro, "*a titulação não é garantia de contribuição efetiva para a Instituição, é preciso professores adequados aos projetos, não apenas titulados*" (docente nº 53). Enquanto outro, diz: "*nem todos os qualificados qualificam a Unijuí, mas impossível pensar a Unijuí, sem a marca da qualificação docente"* (docente nº 20).

Evidenciam-se com isso, opiniões contraditórias no que diz respeito à contribuição dos docentes qualificados. Sendo possível concluir que, por um lado, o processo é reconhecido como imprescindível para a Unijuí, crescer e consolidar-se como uma universidade de qualidade acadêmica, por outro lado, aparecem problemas relevantes que merecem um tratamento especial da comunidade acadêmica para se chegar a melhores resultados e contribuições do investimento dispensado na qualificação de seus docentes. Em outras palavras, é preciso rever e aperfeiçoar o processo de qualificação em benefício do coletivo.

A qualificação deve dar ao docente uma nova visão de educação. Docentes qualificados provocam mudanças no ambiente universitário. A titulação habilita o desenvolvimento de pesquisa e do ensino sob novos parâmetros, com diferencial de qualidade. Neste sentido, questionamos os docentes sobre as mudanças proporcionadas pelo processo de qualificação acadêmica. Dentre as principais mudanças apresentadas na visão dos próprios docentes, destacamos: a qualificação da atividade universitária para 70,5% dos entrevistados; o aumento dos programas para 27,9%; contribuição para o desenvolvimento regional segundo 14,8%; beneficia a obtenção de recursos e a celebração de convênios e intercâmbios para 8,2%, e oportuniza a interdisciplinaridade externa e interna, conforme 4,9% dos informantes. Por outro lado, 9,8% dizem ocorrer poucas mudanças, e para 8,2% o processo se restringe a vantagens pessoais.

Apresentamos algumas mudanças que a qualificação proporciona, segundo opiniões emitidas: "*aprimoramento e qualificação dos cursos, com avanços significativos no ensino da graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão*" (docente nº 1); "*qualidade geral das atividades, principalmente de pesquisa e do ensino"* (docente nº 10); "*a titulação abre espaço para formas diferenciadas de acesso a recursos para pesquisas e programas de intercâmbio"* (docente nº 13*); "a possibilidade de garantir espaço no rol das IES de qualidade no Rio Grande do Sul*" (docente nº 18); "*pessoal mais exigente quanto ao seu trabalho e com as condições para desenvolvê-lo. Com isso, algumas políticas institucionais devem ser repensadas*" (docente nº 41).

Analisando as respostas emitidas, verifica-se que as mudanças mais significativas em decorrência da qualificação acadêmica, centralizam-se no crescimento e na qualidade das atividades universitárias. No dizer de dois informantes: "*as mudanças são muitas, corpo docente qualificado é mais pesquisa, é mais extensão, é mais publicação e isso repercute bem na sociedade*" (docente nº 21); "*as mudanças obviamente trazem retorno quanto à melhoria no ensino, profissionais mais capacitados e atualizados desenvolvem melhores trabalhos com os alunos, qualificando os cursos e melhorando a pesquisa*" (docente nº 9). Aparecem reiteradas vezes, na pesquisa de campo, que a qualificação acadêmica possibilita avançar o grau de conhecimento e qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão, consolidando o projeto de universidade, aprimorando a prestação de serviços e contribuindo para o desenvolvimento da região.

As principais críticas estão direcionadas à falta de comprometimento e de afinidade entre docentes qualificados e a contribuição que poderiam oferecer ao projeto da universidade, e a obtenção de vantagens pessoais em detrimento do coletivo. Observe as opiniões: "*deveriam comprometer-se mais com os programas de graduação*" (docente nº 32); *"a qualificação pode trazer mudanças significativas, desde que os professores estejam adequados ao projeto de universidade, caso contrário, a única mudança será em número de mestres e doutores*" (docente nº 53); "*muitos dos docentes após a qualificação, entendem que a Instituição deve lhes dar inúmeras vantagens no trabalho"* (docente nº 23).

A partir dessas opiniões, verifica-se que existe espaço para potencializar mudanças importantes para a Instituição, desde que haja um maior comprometimento e envolvimento dos docentes qualificados com os programas, aliado a uma melhor articulação entre o processo de qualificação e o projeto de universidade.

Mudanças propostas para o processo de qualificação

Conhecedores de suas práticas, seus problemas, intenções, angústias, conquistas, acertos e erros e principalmente por serem agentes de transformação em busca de melhorias, no processo de (re)construção permanente da universidade, quisemos saber dos docentes suas proposições para subsidiar um novo processo de qualificação docente a ser implementado na Unijuí. Neste sentido, aparece em primeira mão a sugestão de rever as políticas na percepção de 27,9% dos entrevistados que opinaram pela sua revisão, demonstrando que a atual política apresenta problemas. Por outro lado, ao sugerirem a revisão, optam por uma proposição objetiva apontando pela necessidade de ocorrer mudanças, sem aprofundar o que deveria mudar, como mudar e porquê mudar.

Dentre as sugestões apresentadas como critérios para a qualificação, aparece a necessidade de haver coerência e democracia para 19,7%. Este fator pode estar em consonância com as injustiças, os erros e privilégios levantados por alguns dos entrevistados. Para 14,8% dos informantes, a qualificação deveria estar previamente associada ao projeto de pesquisa. Isso demonstra a necessidade de haver uma maior consonância entre o processo de qualificação e a pesquisa a ser desenvolvida. Defendem a manutenção dos atuais critérios, 13,1% dos informantes, o que nos leva a crer, na concordância com os mesmos, por alguma razão que poderia estar atrelada a sua situação específica ou relacionada com algum colega, ou ainda, por acreditar e apostar na atual política desenvolvida. Por outro lado, 8,2% dos entrevistados, sugerem que a política de qualificação deva atender as necessidades prioritárias, merecendo maior incentivo e investimento institucional. Esta proposição exige a definição de quais seriam as áreas prioritárias, em amplo e democrático debate acadêmico, o que não seria tarefa fácil, considerando os interesses e disputas interdepartamentais que estariam em jogo entre os sujeitos, devendo, ao final, prevalecer o interesse institucional.

Uma outra sugestão, apresentada como critério, diz respeito ao comprometimento com a Instituição do docente beneficiado com o apoio institucional. Na realidade, não se trata de um critério de seleção, em função de dificuldades em identificar e avaliar previamente o futuro comprometimento do docente, seria sim, um compromisso moral e contratual em que o docente deveria assumir efetivamente, perante a Instituição e seus pares. Alguns fatores poderiam indicar a probabilidade de haver este comprometimento ou não, como por exemplo: a própria trajetória percorrida pelo docente até então, suas relações internas e externas, seus vínculos acadêmicos, sociais e familiares, além de outros. Evidentemente que são fatores vulneráveis que encontram outras variáveis de ordem particular, que poderão motivar a permanência ou determinar sua saída. São fatores objetivos e subjetivos que se apresentam ou modificam-se ao longo do tempo interferindo na decisão pessoal e profissional de cada indivíduo.

Na realidade, transparece que os 6,6% dos informantes, ao defenderem um maior comprometimento dos professores contemplados com auxílio, desejam o retorno deles com a produção de resultados para compensar o investimento institucional feito. Retorno este, que em alguns casos deixa a desejar. Observe a opinião de um docente: "*deve haver uma análise rigorosa e criteriosa para recebimento de auxílio para qualificação, efetiva necessidade de qualificação por área de interesse, receber auxílio os docentes que possuem comprometimento sério com o curso e com a Instituição*". Por outro lado, seria importante que a universidade desenvolvesse um programa para recepcionar e reintegrar o docente qualificado quando de seu retorno, para que tenha uma boa reintegração diante de seus pares e se sinta prestigiado e motivado para desenvolver seu potencial de conhecimento adquirido durante o período de afastamento para a realização do curso.

Aparece ainda, como critério para qualificação proposto por 3,3% dos pesquisados a liberação integral das atividades durante a realização do curso. Estes informantes entendem ser de fundamental importância a dedicação integral ao curso, a fim de ter bom índice de aproveitamento e aprofundamento de estudos. Segundo eles, o cumprimento de parte da

carga horária não é benéfico nem para o bolsista, nem para a universidade, pois acaba não fazendo bem as duas coisas, ou como gostaria de dedicar-se ao estudo e ao trabalho, já que o bolsista fica envolvido e preocupado em dar conta de ambas as obrigações. Isso é uma questão que precisa ser bem avaliada pela Instituição. É fundamental ir aplicando na prática os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, até para avançar na reflexão da pesquisa e seu vínculo com o ensino, mas remete a um elevado grau de estresse e de dificuldades que talvez não seja compensador.

Observando a incidência de opiniões na variável ausente, verificamos que 86,9% dos entrevistados, não defendem a manutenção dos atuais critérios. Evidencia-se com isso, a necessidade de ocorrer mudanças substantivas. A Instituição deveria fazer um diagnóstico da atual situação do quadro docente, a partir de avaliação interdepartamental, para subsidiar uma maior discussão nos departamentos, quanto a definição da política e dos planos de qualificação, para desta forma, desenvolver uma política integrada, em acordo aos objetivos e as metas da Unijuí.

Dentre os novos critérios e procedimentos sugeridos pelos entrevistados, a serem observados para a qualificação, aparece a priorização de áreas para atender as necessidades dos departamentos, mas que esta decisão, não ocorra pelo voto da maioria, e sim observando-se as reais necessidades, para evitar que grupos ou núcleos com menos docentes fiquem penalizados ao prevalecer à decisão da maioria, que é democrático, mas pode não ser justo. De fato, existe um desequilíbrio entre o número de titulados de uma área em relação à outra, dentro de um mesmo departamento, como também, de um departamento em relação a outro. Há que se corrigir estas distorções, visando certa eqüidade de titulados entre as áreas, à exceção daquelas a serem definidas como sendo prioritárias para a universidade.

Pretensão dos docentes em relação à qualificação

Descrevemos acima opiniões de professores que sugerem modificações no processo de qualificação por diversas razões, merecendo uma análise mais profunda e um tratamento adequado em função de particularidades que estão presentes, da complexidade e do grau de dificuldade para atender todas as especificidades que envolvem cada um dos sujeitos e das variáveis que transitam no interior das diferentes áreas, grupos e departamentos.

Como um procedimento administrativo normatizado, ou o estabelecimento de uma política, mexe com interesses pessoais e profissionais, interferindo na vida das pessoas e no desenvolvimento de uma organização, de modo particular, numa comunidade universitária, que não tem proprietários, nem visa lucro, e a principal função é produzir e disseminar conhecimentos, preparando cidadãos para o exercício pleno da cidadania, com autonomia, capacidade crítica e competência profissional, voltados ao desenvolvimento regional com justiça social, perguntamos aos sujeitos envolvidos neste processo acadêmico, para emitirem opiniões de como deveria acontecer o processo de qualificação. Assim, este questionamento permite ao docente refletir sobre o tipo de política ou processo de qualificação que gostaria de estar envolvido, demonstrando sua posição individual e/ou institucional.

O maior número de opiniões, representando 39,3% dos professores entrevistados, propõem que devem ser consideradas as necessidades institucionais, o comprometimento do docente qualificando e os resultados esperados do investimento na qualificação. Este trinômio – necessidades, comprometimento e resultados - tem um grande significado. Atém-se à demanda presente e ao compromisso futuro do beneficiado em trazer contribuições e produção para a Unijuí. Ou seja, ao definir quem deva "sair", é necessário, primeiramente, responder duas perguntas bases. Qual a demanda existente? Quem se compromete atendê-la com competência? Uma vez esclarecidas essas questões, o caminho a ser percorrido estará traçado. A sugestão objetiva de um docente, bem sintetiza este aspecto: *"a qualificação deveria acontecer por necessidade da Instituição, perspectiva de permanência e de produção"* (docente nº 34).

Para 23% dos docentes, a Instituição deveria investir em áreas prioritárias. Vejamos algumas proposições quanto a este indicativo: *"considerar áreas prioritárias"* (docente nº 53); *"deve-se pautar pelas áreas prioritárias, de acordo com planejamento dessas áreas"* (docente nº 23); *"talvez devesse haver uma priorização de áreas, atrelar as saídas com constituição de cursos de pós-graduação. Aprofundamento nas pesquisas, que sejam definidas como estratégias prioritárias para a Instituição. Deveria ter razões que justificasse a saída"* (docente nº 44); *"Dar prioridade às áreas carentes e em ascensão. Como a Instituição não tem recursos para todos poderem qualificar, acho que devemos priorizar esses recursos para as áreas deficitárias e para as áreas que não têm ainda docentes qualificados"* (docente nº 49). Essas proposições exigem uma ampla discussão acadêmica para definir quais seriam as áreas prioritárias que necessitam docentes qualificados, em que quantidade e qual o tipo de formação. Tarefa nada fácil, haja vista o jogo de interesses e as justificativas de cada unidade acadêmica que deseja ser contemplada. Além disso, deveria existir um quadro de vagas por regime de

trabalho e por titulação para cada departamento. Apesar da importância desse quadro para o processo de coordenação das atividades docentes, sua elaboração remete a uma extrema dificuldade, em função da dinâmica, da transitoriedade, de contingências e variáveis que envolvem uma Instituição em permanente processo de crescimento e avaliação, necessitando permanente revisão e atualização. Além de que, deve ser considerada a perspectiva de atuação interdepartamental dos docentes.

A qualificação deve estar vinculada com projetos de pesquisa e de pós-graduação para 23% dos entrevistados. Observe algumas opiniões sobre esta proposição: *"Possibilidade de trabalho futuro, vinculado à pós-graduação*" (docente nº 56); *"a vinculação com projeto de pesquisa e pós-graduação deveria ser um critério"* (docente nº 19); "*é necessário concentrar a formação segundo os planos de pós-graduação* (...)" (docente nº 4); "*a política de recursos humanos deve priorizar as áreas que estão com projeto de mestrado e doutorado encaminhados"* (docente nº 30). Estes sugerem vincular a qualificação com os programas de pós-graduação e de pesquisa na universidade. Neste sentido, a qualificação deve estar articulada com a futura atuação do candidato em cursos de pós-graduação e de pesquisas internas, ou conveniadas com outras instituições e/ou órgãos governamentais e não governamentais.

O programa de qualificação deve ser administrado na integralidade pela universidade, para 18% dos docentes. Existe o entendimento de que a atual política de gerenciamento descentralizada ao nível dos departamentos, não é adequada porque gera problemas e conflitos internos. A reitoria, em especial, a vice-reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão deveria acompanhar melhor o que acontece nos departamentos para evitar problemas e contribuir na indicação de bolsistas, segundo constatamos na pesquisa.

Na opinião de 14,8% dos entrevistados, o atual sistema deve ser mantido. O processo atual está bom e deve continuar. O docente nº 17 diz: *"o processo de qualificação da Unijuí pode acontecer da maneira como vem sendo tratado"*. Enquanto isso, outros sugerem alterações. Dentre eles: o docente deve ter liberação integral com manutenção do salário, para 9,8%; mesmo índice de entrevistados sugerem um processo de qualificação participativo, que atenda interesses comuns do docente e da Instituição; enquanto que 8,2% defendem uma qualificação contínua e aprimorada, através dos projetos de pesquisa e dos programas internos. Aparece ainda a prioridade para cursos de doutorado e pós-doutorado, a disponibilização de maior investimento, e que exista cobrança dos resultados da qualificação.

Conclusão

Pela pesquisa de campo desenvolvida, percebemos a constante preocupação, rearticulação e valorização da Unijuí em investir na qualificação de seus docentes. Apesar das dificuldades e dos limites impostos, seja pelas condições internas ou pelas influência externas, foi possível, com recursos próprios e auxílio de órgãos nacionais e internacionais conveniados, qualificar um número significativo de docentes, impulsionando o crescimento da universidade e o desenvolvimento regional.

Evidenciamos que a qualificação docente contribui decisivamente para qualificar o ensino, a pesquisa, a extensão e a própria administração, fortalecendo e consolidando o caráter de universidade. No entanto, constatamos que é possível potencializar ainda mais esta contribuição. Os próprios docentes qualificados reconhecem, que poderia haver um maior envolvimento, aumentando, ainda mais, a contribuição com as funções da universidade. Buscar esse resultado mais qualificado seria muito importante para a universidade neste momento, que atravessa uma crise financeira.

Percebe-se a importância em manter um programa institucional de auxílio, permanentemente rearticulado, redefinindo os benefícios e compromissos entre as partes, fortalecendo a política de qualificação integrando-a com os programas de ensino, pesquisa e pós-graduação da Instituição, de modo interdepartamental, e em acordo ao projeto de universidade a ser (re)construído e consolidado. Um programa de qualificação não deve restringir-se aos cursos de mestrado e doutorado. O aprimoramento faz parte do ofício docente, devendo ocorrer continuamente, contemplando aspectos técnicos, científicos, práticos, pedagógicos e políticos.

A realidade parece orientar, que a elaboração de um plano de qualificação docente para a Unijuí, seja um processo amplamente discutido e participativo, a partir de um conjunto de dados que mostre o perfil do atual quadro docente, as necessidades emergentes, os objetivos que se deseja atingir, as condições institucionais de apoio, os mecanismos para garantir o retorno, a manutenção dos docentes qualificados e as condições estruturais oferecidas para promover um trabalho eficiente, em acordo ao plano institucional de desenvolvimento da universidade e da região.

Bibliografia consultada

BRUM, Argemiro Jacob. *Uma experiência de universidade comunitária:* Sua história, suas idéias. Vol I e II, 2 ed. Ijuí; Ed. da Unijuí, 1999.

Fricke. Ruth Marilda. *Cadernos de estatística*. Volume I e II, Ijuí: Ed. da Unijuí, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, Mario Osorio. *A Universidade de Ijuí:* razões e condições do reconhecimento: Ed. da Unijuí, 1985.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIJUÍ. *Plano de consolidação e expansão da Unijuí*: 1990/1994. Ijuí. Ed Unijuí, 1989.

_____. *Plano estratégico da Unijuí, 1991-2000*: educação, ciência e tecnologia. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1991.

_____. *Plano institucional de formação de recursos humanos* – Programa de capacitação docente da Unijuí. Ijuí, 1998.

_____. Universidade, modernidade e regionalização. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1992.

30 QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA FIDENE: UM OLHAR AO PROJETO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Prof. Gustavo Arno Drews[23]

A FIDENE prevê em seu Plano de Desenvolvimento Institucional um conjunto de objetivos orientados à gestão de seu quadro de pessoal, seja docentes ou técnico- administrativos e de apoio, distribuído nas diferentes mantidas. A operacionalização desses objetivos tem na Coordenadoria de Recursos Humanos, vinculada à Vice-Reitoria de Administração, a sua forte condutora de todo um processo de gestão de pessoas que se dá em todos os níveis da instituição. A Coordenadoria de Recursos Humanos, diante da atribuição maior, definiu como sua visão a de "*promover estratégias de gestão de pessoas para o desenvolvimento institucional*"(PDI 2006-2015), que se abre para um dos objetivos que assim está expresso: *"promover a qualificação contínua dos técnicos administrativos e de apoio e docentes da instituição"*. Cada objetivo estratégico abre-se para um conjunto de estratégias que pautam desde o incentivo para a conclusão da educação básica, passa pela conscientização para o auto-desenvolvimento de cada colaborador e concentra forte apoio à educação superior em níveis de graduação e de pós-graduação. Este último aspecto tem realce dentre as estratégias como se lê em uma dessas, que assim está expressa "*desenvolvimento de ações institucionais que oportunizem aos colaboradores buscarem seu aperfeiçoamento acadêmico em cursos de graduação e pós-graduação, focando a formação em temas de interesse institucional*".

Há, assim, uma forte preocupação institucional para com a constituição de competências individuais, assim entendido como a construção/reconstrução de conhecimentos, a capacitação/qualificação de habilidades e ao desenvolvimento de atitudes, todos esses três aspectos inerentes à dinâmica organizacional de uma instituição de ensino superior. O processo de constituição de competências do pessoal técnico-administrativo da FIDENE/Unijuí tem sido marcado, majoritariamente, por iniciativas individuais de cada colaborador em buscar sua formação e aperfeiçoamento profissional. Este aspecto demonstra a qualidade e o espírito empreendedor do grupo de pessoas que fazem esta Instituição e evidencia um potencial na consciência pelo auto-desenvolvimento, o que deve, a todo custo, ser preservado. Sem desmerecer estes aspectos há de se considerar que o interesse individual e o organizacional devem buscar sempre consonância, e ao se considerar em muitos casos o interesse organizacional era preterido pelo individual na escolha de programas a cursar. Há nas esferas gestoras o entendimento de que existe a necessidade de avançar para uma concepção mais orgânica da política de pessoal, onde o sentido de cada atividade se dá em função da Missão da FIDENE e se operacionaliza integrando-se de modo sistêmico às demais atividades.(Projeto Político Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Universitária, 2005)[24].

[23] Prof. Mestre adscrito ao Departamento de Estudos da Administração da Unijuí, coordenador do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Universitária, em sua 1ª edição 2005/2006.

[24] O projeto político pedagógico deste programa, de autoria da Comissão que estudou o projeto, representa a referência bibliográfica básica para a estruturação deste texto.

A esta perspectiva orgânica acrescenta-se o desafio de incorporar mais dois aspectos fundamentais que deverão forjar a política institucional de formação de competências, qual seja, o sentido histórico do fazer da Universidade e, de modo integrado, as peculiaridades do modelo de gestão, fortemente marcado pela autogestão.

Deste modo, a continuidade dos processos no atual cenário exige que se obtenha, concomitantemente, uma efetividade quanto aos aspectos substantivos dos propósitos institucionais e do fazer universitário bem como uma sustentabilidade compatível com a sociedade de mercado a que se está inserido. Esta compatibilização requer que haja uma operacionalização eficiente dos aspectos instrumentais do fazer, tendo como base a gestão social, não sendo possível simplesmente uma transposição direta das técnicas e metodologias consagradas (ou não) em organizações que têm, na maximização do capital, sua principal motivação. É preciso que as pessoas que ocupam os espaços de liderança se qualifiquem para a construção coletiva de instrumentos de gestão que possibilitem atender as necessidades de sobrevivência econômica tendo como referência primeira a Missão e o modelo de gestão da FIDENE e em especial a sua mantida Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS.

Os desafios das universidades, especialmente as de caráter comunitário – o caso da Unijuí - são muito grandes para os próximos anos, pois os cenários e as tendências apontam para o aumento da oferta e surgimento de novas ações da iniciativa privada no setor e as universidades precisam estar orientadas pela motivação de todos os envolvidos no processo educativo. Para uma instituição educacional que basicamente depende das mensalidades pagas por seus estudantes para se sustentar, este diferencial é ainda mais importante. Conhecer bem a organização, os métodos de gestão mais eficientes, as relações interpessoais internas e externas, é imprescindível para a eficiência das ações de qualquer setor da instituição (Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Universitária, 2005).

A Coordenadoria de Recursos Humanos, sob a liderança da Vice-Reitoria de Administração, interpreta estes objetivos e respectivas estratégias e estrutura programas institucionais com ações a serem implementadas para uma efetiva intervenção neste cenário descrito. Dentre os programas institucionais destaca-se o Programa de Formação Continuada, no qual está incluso o aperfeiçoamento acadêmico, com políticas claras de apoio na formação nos níveis de graduação e pós-graduação. Esse fomento ao pessoal técnico-administrativo e de apoio tem regulação na própria convenção coletiva de trabalho firmada entre as categorias de trabalhadores e a patronal. No caso do pessoal técnico-administrativo e de apoio contempla um custeio de 72,8% da mensalidade do curso ao profissional de 40 horas semanais, e em percentuais proporcionais para os de jornadas inferiores. Isto tem produzido índices superiores a 60% do pessoal desse segmento com formação superior. Há, também, uma regulamentação interna pelas resoluções do Conselho Universitário, de nº 01/2005 e 02/2005, que respectivamente regulam o apoio à formação/qualificação de docentes e de técnico-administrativos e de apoio.

Como uma das estratégias para a criação de condições a uma gestão social sustentável, onde os aspectos técnico-instrumentais sejam eficientes e voltados a viabilizar os aspectos substantivos de nossa missão, houve a apresentação de uma demanda da Vice-Reitoria de Administração/Direção Executiva da Fidene em criar um Curso de Pós-Graduação em Gestão Universitária, cuja proposição e a execução ficaram a cargo do **Departamento de Estudos da Administração – DEAd,** departamento vinculado à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí.

Construiu-se então a proposta de curso de Especialização em Gestão Universitária com a pretensão de contribuir para uma melhoria substancial dos processos de gestão e da efetividade da Unijuí e das demais mantidas da Fidene pela qualificação de seus colaboradores. Propõem-se o curso a proporcionar para a equipe de gestores das mantidas e seus setores, experiências, intercâmbios, conhecimentos práticos e teóricos de Gestão Universitária. Os resultados práticos esperados com os cursos, referem-se à apresentação de propostas que levem à Fidene e suas mantidas, a manter e elevar os atuais níveis de desenvolvimento institucional, a partir da qualificação das pessoas ocupantes de funções chaves nos processos de gestão. A sustentação e a melhoria do valor percebido pelos serviços prestados, a qualidade da infra-estrutura, da qualificação dos colaboradores e uma proposta pedagógica adequada às necessidades e aos valores culturais da região, são aspectos que fortalecem a sustentabilidade e a efetividade.

Do processo que aprovou o Projeto Político-Pedagógico, analisado pelo Conselho Universitário, transcreve-se o proposto como objetivos:

> "O curso tem por objetivo capacitar os gestores da FIDENE a compreender o contexto de atuação da Instituição e sua dinâmica de ação de modo a interferir no processo de alocação dos recursos e dos fatores que interferem na performance organizacional viabilizando as condições técnico-instrumentais a uma gestão social sustentável.
>
> Para tanto, é fundamental um profundo conhecimento da trajetória histórica da FIDENE e dos aspectos essenciais que constituem sua missão de modo a permitir uma avaliação de sua efetividade.

Outro aspecto fundamental relaciona-se à necessidade de uma visão sistêmica da organização, do modo como os diversos recursos e fatores se relacionam e contribuem para a consecução de sua missão.

O programa busca capacitar seus egressos a:

- Discutir o ambiente atual e as mudanças que estão ocorrendo no âmbito universitário nacional e internacional e suas implicações para a gestão da FIDENE;
- Desenvolver capacidade de liderança e estimular a participação dos colaboradores a trabalhos intersetorialmente integrados;
- Avaliar e aperfeiçoar a performance de atividades e dos processos institucionais tendo como referência a consecução da missão da FIDENE;
- Tomar decisões em situações complexas e identificar e priorizar objetivos estratégicos;
- Capacitar os participantes para o exercício da gestão social sustentável;
- Oportunizar o melhor entendimento do ambiente externo e da inserção da universidade no contexto regional;
- Possibilitar o desenvolvimento e avanços tecnológicos e humanísticos dos seus colaboradores;
- Desenvolver meios eficazes para integrar a gestão às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição."

O programa foi iniciado em agosto de 2005, com a participação de 34 alunos, todos oriundos do quadro de técnico-administrativos e de apoio da FIDENE e muitos no exercício de cargos de gerência. Tem avançado na execução de sua proposta num constructo modular e na fase em que está – com andamento no terceiro módulo planejado – pode-se dizer que os objetivos acima estão sendo atingidos. Ao se olhar para o propósito de "Discutir o ambiente atual e as mudanças que estão ocorrendo no âmbito universitário nacional e internacional e suas implicações para a gestão da FIDENE" vê-se que isto era o objeto do primeiro módulo, o do **Contexto Institucional,** que instrumentalizou os alunos sobre cenários da educação superior, da instituição universitária em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão, num contexto mundial, nacional e regional. Oportunizou-se aos alunos nesse módulo: a) a compreensão da história e o desenvolvimento do ensino superior e das instituições desse segmento, sua cultura, a questão da ética e do poder; b) a reflexão sobre a instituição implicada em uma dinâmica de gestão social e ao mesmo tempo voltada a uma ênfase empreendedora num modelo autogestionário; c) a compreensão da interação das dimensões ensino, pesquisa, extensão e da gestão em instituições desse caráter.

O desenvolvimento do Módulo II – **As Relações Interpessoais na Gestão Universitária,** ainda em fase final**,** apresentou aos alunos um conjunto de aspectos inerentes às relações interpessoais focadas para a gestão de organizações universitárias, em especial as de caráter comunitário, orientadas à autogestão. Neste sentido, o módulo abordou aspectos das relações dos indivíduos nas organizações, da aprendizagem organizacional, das competências gerenciais de liderança e de negociação de e com pessoas sob um foco autogestionário. Assim, tem-se clara convicção de estar sendo alcançado o propósito que se enuncia no sentido de "Desenvolver capacidade de liderança e estimular a participação dos colaboradores a trabalhos intersetorialmente integrados;".

Está em pleno andamento o Módulo III **– A Gestão Estratégica de Organizações Universitárias,** com foco para a complexidade do planejamento institucional, da configuração organizacional e do desencadeamento de projetos em instituições universitárias. Ao término deste e dos demais módulos ter-se-á, certamente, formada uma equipe de líderes, com um papel específico de serem os multiplicadores em seus órgãos de atuação e fora deles. Afirmar isto já antecipadamente, pode parecer precipitação contudo a retroalimentação que se tem trabalhado tem mostrado um grau de satisfação do corpo discente. Salienta-se a importância nessa retroalimentação da atuação qualificada do representante do corpo discente, e seu suplente, no Colegiado de Curso. O diálogo feito pelo colegiado de curso com alunos e professores tem propiciado detectar forças e fragilidades, tendo estas últimas os encaminhamentos requeridos, numa clara demonstração de uma efetiva interlocução entre os sujeitos do programa, o que vem ao encontro das prerrogativas previstas nos dispositivos oficiais que regulam a avaliação de processos de ensino-aprendizagem.

31 AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS NA EFA

A EFA tem uma história de mais de 30 anos efetivando seu projeto educativo na Educação Básica desde a Educação Infantil – 2 a 5 anos de idade até o Ensino Médio – 16 anos de idade e, mais recentemente na Educação Profissional.

Desde sua fundação, como Instituto Psico-pedagógico a EFA tem sido laboratório para muitas aprendizagens e pesquisas, desde o espaço para observação das ações efetivadas por seus docentes junto aos alunos até a primeira experiência docente por acadêmicos dos diversos cursos de graduação oferecidos pela Unijuí.

Durante um bom tempo a Escola, através do acompanhamento por seus professores e coordenação pedagógica, percebeu muitas dificuldades dos acadêmicos para dar conta de suas atividades de estágio. Isto porque vinham despreparados, com pouca base teórica e prática.

A EFA propunha aos acadêmicos o espaço do Laboratório de Aprendizagem – procedimento para estudos de recuperação, ou, de Apoio Pedagógico – estudos em componentes curriculares em que o aluno não foi promovido no ano/série anterior. Os mesmos não estavam preparados para isso, não apresentavam domínio dos conceitos a serem retomados com os alunos, eram bastante inseguros.

A partir disso, a EFA propôs uma regulamentação para os estágios, aprovada pelo CPA – Colegiado pedagógico Administrativo, colocando como condição para estágios, contratação CIEE, o acadêmico estar cursando no mínimo o 4º semestre do curso, para ter as mínimas condições de realizar seu trabalho na Escola com orientação de um professor regente de turma.

Com isso os estágios foram se encaminhando melhor, mas ainda se percebe dificuldades, mesmo com acadêmicos que procuram a EFA para seu estágio de conclusão de curso.

Acredita-se que estreitando os vínculos EFA/Unijuí estas dificuldades possam vir a ser mais bem trabalhadas e até superadas, preparando bem o acadêmico para sua atuação profissional, pois os estudos acadêmicos estarão mais próximos da escola, da realidade, dando conta de necessidades, possibilidades e busca de novos caminhos para o trabalho com o conhecimento escolar articulado ao saber do cotidiano do aluno da escola de educação básica e profissional.

Ijuí, 08 de maio de 2006

Equipe Diretiva

32 SINPRO NOROESTE – REVISTA INFORMAÇÃO Nº 71, DEBATE A "UNIVERSIDADE"[25]

32.1 EDITORIAL

32.1.1 O lugar da Unijuí

O "lugar" de um ser evoca espaço ocupado e, por decorrência, tamanho, dimensão, referência, contatos e articulações do mesmo. Mas também evoca ordem hierárquica, a qual, relacionada ao campo semântico anterior, é definidora de prioridades e rumos. Esse espaço conceitual ocupa o imaginário dos docentes, que o definem/fazem. É por isso que, para a percepção do sentido de seu trabalho, eles precisam assegurar-se (e reassegurar-se), constantemente sobre o lugar que constituem.

A Unijuí, na condição de universidade, filia-se a uma tradição milenar, constantemente reinventada, mas também constantemente rememorada, para que não se disperse o seu espírito original. São definidoras da atividade acadêmica essas duas perspectivas, o diálogo e, até mesmo, o tensionamento entre elas. Não se pode tergiversá-las, embora essa possibilidade freqüentemente se ofereça. Mas a Unijuí encontra definição, também, no grupo de universidades do qual ela faz parte: as comunitárias. Isto possibilita que, nesta região do estado, seja possível estruturar-se uma universidade forte - com profissionais qualificados -, compatível com as regiões mais ricas do país. Para a sustentabilidade dela, prevê-se, além de recursos locais, recursos estaduais, nacionais e, até mesmo, internacionais. Para a efetivação desse conceito de universidade concorrem, portanto, diversos atores, cabendo à universidade o papel de empenhar-se para estimulá-los e orientá-los tendo em vista a consecução dos seus objetivos maiores. Finalmente, a Unijuí define-se a partir de sua história e estruturação peculiares. Enquanto tal, faz de seu espaço único um universo balizador de indagações e respostas. O "lugar da" é um espaço projetado e construído, diferentemente do que seria um "lugar para", algo que pré-existisse ao fazer universitário. É por isso que a discussão sobre a universidade, neste caso, inclui, como elemento norteador, o conceito de universidade nela gestado, conceito de inegável reconhecimento junto à comunidade externa, próxima ou não.

[25] Textos produzidos pelos docentes da Unijuí, a convite do SINPRO NOROESTE, com vistas a fomentar o debate institucional sobre os rumos da universidade. Os textos deste item (33) estão publicados na Revista Informação nº 71, abril 2006 do SINPRO NOROESTE.

No atual momento, premida pela questão financeira, tornou-se mais aguda a necessidade de se rediscutir o papel da Unijuí. Neste sentido, preocupado com um relativo silêncio de parte da comunidade acadêmica, o Sinpro-Noroeste assume o papel de constituir, através de sua Revista, um espaço para o pronunciamento de múltiplas vozes docentes sobre a Unijuí, seus problemas imediatos, sua história e perspectivas. Para tanto, convidamos diversos professores, visando contemplar, o máximo possível, a diversidade que caracteriza a universidade. Nem todos puderam responder positivamente ao nosso convite. A maioria, no entanto, o fez, através de textos ou entrevistas, os quais estão publicados nesta edição. A esses professores, registramos o nosso agradecimento, o que fazemos reafirmando a convicção de que este fórum, assim como tantos outros, especialmente aqueles que a própria estrutura democrática da universidade dispõe, contribui significativamente para a garantia de um elemento vital para os trabalhadores docentes, para a Unijuí e para a Fidene: a elaboração coletiva de soluções e compromissos.

32.2 ENTREVISTAS

32.2.1 Argemiro Jacob Brum[26]

Uma conversa sem pauta prévia definida. Somente a temática em questão. Paciência foi o único pedido, afinal as informações eram muitas e havia a necessidade de ordená-las, para uma melhor compreensão do entrevistador e do leitor. Acordo fechado, começa uma longa conversa sobre o universo que cerca o ensino superior em Ijuí. Argemiro Jacob Brum fala com propriedade de alguém que já passou por todas as fases que compõem a Unijuí, afinal foi um dos pensadores da instituição e do que ela viria a ser. Nessa conversa franca e sem rodeios, ele prega a necessidade da manutenção de compromissos históricos assumidos pela universidade. Acredita que a crise deve ser encarada de frente e contando, obrigatoriamente, com a participação de todos que nela estão envolvidos, buscando incessantemente soluções. “Esse compromisso não deve ser monopolizado, mas sim dividido”, afirma categoricamente, este professor de 75 anos de idade, destes, 56 dedicados ao ensino. Biografia e história não lhe faltam para opinar sobre o atual momento vivido pela Unijuí. Por tudo isso, resolvemos ouvi-lo, até para entendermos um pouco melhor tudo o que compõe o atual estágio enfrentado pela universidade.

Revista Informação - Qual sua opinião sobre os rumos da Unijuí?

A crise, principal, é financeira. A instituição tem toda uma história e também determinados compromissos. Compromisso de ser uma instituição permanentemente eficiente. Uma instituição com recursos humanos qualificados. A instituição tem, em sua trajetória, desde o seu início, um grande vínculo com a comunidade local e regional. Tem um compromisso histórico que está internalizado na vida da instituição e das pessoas que dela participam, de pensá-la, conduzi-la e levá-la adiante. Isso não depende somente de algumas pessoas, mas de todo um conjunto, composto por professores, alunos e funcionários. E esse é o compromisso fundamental para ela estar aberta para as demandas regionais, dentro da sua capacidade, para ajudar a região a pensar-se e construir o seu futuro. Compromisso de formar recursos humanos qualificados para atuarem dentro da própria instituição e na sociedade. Compromisso com a democracia e com a participação de um maior número possível de pessoas na vida da instituição. Temos que estar abertos ao intercâmbio com outras instituições. Nesse processo a Unijuí sempre foi conhecida e reconhecida em âmbito regional, estadual, nacional e internacional. Garra é outra característica da Unijuí, pois nada aconteceu por acaso e nada foi recebido de mão beijada. Tudo foi construído com muito trabalho, esforço e sacrifício. E as situações de dificuldade no decorrer de sua história demandaram uma atitude de defesa, de firmeza e dedicação pessoal aumentando a responsabilidade na condução de seus projetos. E hoje, se está enfrentando, financeiramente falando, a maior de todas as crises. Infelizmente se chegou ao um ponto bastante delicado. As constantes crises, externas e internas, fizeram com que a Unijuí fosse obrigada a se endividar, o que para uma instituição de ensino é diferente do que para uma empresa. Outro aspecto importante que deve ser levado em conta é a diminuição no número de alunos matriculados. Hoje, chegam na universidade alunos de novas famílias que não são tão numerosas quanto a 20, 30 anos. Também deve ser levado em conta o surgimento de outras instituições de ensino superior em Ijuí, o que significa um grau de concorrência que antes inexistia. Por outro lado, a Unijuí pode incentivar a verticalização, ou seja, trabalhar com a oferta de mais cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Creio que agora, num momento transitório (espero que esta situação se resolva num prazo de dois anos) devemos pensar em alternativas de ampliar oportunidades de pós-graduação, pois existe uma demanda da sociedade em geral. Hoje vivemos na era do conhecimento e da qualificação. Devido ao histórico da Unijuí não podemos nos desvincular da realidade e precisamos continuar com os pés no chão. Esses são desafios que se colocam para a manutenção do *status* de universidade diante da legislação vigente, que exige um trabalho forte em pesquisa e cursos de mestrado e doutorado.

[26] Entrevista publicada na Revista nº 71, SINPRO NOROESTE: abril 2006, p. 4-6.

A palavra compromisso foi citada fortemente pelo senhor inúmeras vezes. Com estas alterações que estão sendo propostas e que estão acontecendo, o senhor acredita que eles serão mantidos ou serão modificados?

A resposta será dada dentro desse processo. Processo que deverá ter a participação intensa do maior número de pessoas com responsabilidades dentro da Unijuí. Eu acho que estes são compromissos importantes que deverão continuar a fazer parte integrante do projeto da instituição como até agora o fizeram. A inserção com a comunidade e o compromisso com a comunidade. E dentro dessa comunidade de modo especial, mas não exclusiva, para aquelas parcelas da sociedade mais carentes e mais necessitadas. Queremos que estes segmentos avancem ainda mais na sua capacidade e no seu grau de cidadania.

O senhor utilizou a expressão pés no chão. Nesses últimos anos houve algum momento em que eles não estiveram suficientemente no chão e acabou criando toda essa situação? Ou a Unijuí está sofrendo os revezes de toda uma crise que atingiu vários setores em nosso país?

Eu sou um pouco crítico, muito cauteloso e excessivamente prudente, com um pé sempre pra traz e não muito arrojado, sabendo que às vezes é necessário sê-lo um pouco mais. No primeiro ano do governo Collor (Fernando Collor de Mello, presidente da República entre 1990 e 1992) não foram pagas, no final do ano, as bolsas de estudo devidas a Unijuí, em época de alta inflação. Naquele período a universidade se obrigou a fazer empréstimos bancários para saldar seus compromissos financeiros. Eu dizia naquela época que a instituição, como uma universidade, não poderia se endividar, porque numa época de alta inflação as empresas diariamente reajustavam os preços de seus produtos e a universidade só podia usar desse expediente a cada semestre. Conseqüentemente ocorria um prejuízo, pois havia uma defasagem pesada. Eu acho que se empurrou demais o problema com a barriga, assim como outras instituições também o fizeram. É claro que se precisa fazer uma distinção das dívidas existentes, pois foram trazidos recursos oriundos do BNDES, com juros mais razoáveis, para a construção de salas e prédios, pois eram necessidades que deveriam ser atendidas. Temos outro fator que acaba nos prejudicando que são as constantes frustrações de safras. Nos últimos 10 anos, enfrentamos 7 quebras de safras, e isso acabou agravando a situação financeira de muitas instituições. Os reflexos disso acabaram atingindo duramente nossa instituição, pois o endividamento já estava bastante acentuado e o acréscimo dos juros acabou aumentando a conta. Em anos passados, no início da chamada Nova República, uma tendência havia sido construída, de que o poder público federal e o estado seriam parceiros das instituições comunitárias. Tivemos um período em que mais de 20% do orçamento da Unijuí vinha de canais públicos, mas, infelizmente, isso, com os anos, acabou. Hoje a conta é paga pelos estudantes que são a fonte de receita básica da instituição ou, ainda, dos serviços prestados pela Unijuí para outras instituições. Essa mudança de política governamental aumentou a dificuldade financeira da instituição.

O senhor sempre foi um dos grandes incentivadores do Regime Especial. Qual a importância dele dentro da instituição como um todo?

Os cursos de férias sempre foram de muita importância dentro da Unijuí. Em alguns anos o número de alunos do regime de férias chegou a ser maior do que no regular. Primeiro o curso de férias atendeu a uma necessidade social e educacional da região. Havia professores que lecionavam há muitos anos e não tinham titulação. Precisavam trabalhar e, posteriormente, não tinham condições de fazer o curso regular. Então, os cursos de férias atenderam a esta clientela necessitada de qualificação e habilitação legalmente para o exercício do magistério. Na seqüência outras instituições seguiram os nossos passos e começaram também a oferecer cursos de férias. De outro lado, para instituição isso significava um grande reforço financeiro e possibilitava aumentar o quadro de professores docentes dentro da Unijuí. Eles foram historicamente importantes, mas para mim essa possibilidade de manutenção, desses cursos, está se esgotando. Quer dizer, os interessados já fizeram o curso de férias.

O senhor acredita que não existe mais espaço para o curso de férias?

Eu não digo que não tem. Ainda terá que se ver sua viabilidade. A questão que deverá se discutir agora é a seguinte: se mantém os cursos de férias com alguns ajustes ou se caminha para a educação a distância, o que envolveria investimentos em tecnologia. Agora o número de alunos no regime de férias, se continuarem, será bastante reduzido. É uma questão da discussão prática da própria crise da Unijuí que trará sugestões e alternativas para essa problemática. Eu agora não teria uma opinião formada sobre qual o melhor caminho, mas o conjunto todo da Unijuí poderá chegar a esse entendimento entre essas duas opções, ou o regime de férias mantido ou a educação a distância, que deverá ser qualificado. Não podemos fazer dentro da Unijuí uma picaretagem como acontece em alguns lugares. Se a escolha for essa, temos que primar pela qualidade e o compromisso que sempre caracterizaram a Unijuí desde sua fundação.

O senhor é um dos grandes responsáveis pelo surgimento do ensino superior no município e na região, através da Unijuí. As modificações que aconteceram com o passar do tempo alteraram a essência daquilo que foi pensado para essa instituição? Se a resposta for sim, o que fazer para recuperar essa essência e os compromissos reafirmados pelo senhor? Ou tudo isso está se tornando uma utopia distante?

Nada é igual. A sociedade mudou. O importante é perceber as mudanças e adequar-se ativamente a elas e não submeter-se a elas. Adequar-se e intervindo na sociedade. Nós tínhamos na época um lema que dizia o seguinte: "Nada acontece na comunidade a nossa revelia". Nós precisamos estar presentes, não somente enquanto entidade, nos locais onde se discute os rumos da sociedade, mas também estar presente com as nossas idéias e colocá-las em confronto com as idéias dos outros para chegar a denominadores comuns ou aproximados. Eu acredito que grande parte das idéias e sonhos, podem ser mantidos. Agora, teremos que fazer as adequações que as circunstâncias internas e externas possibilitam. Por isso é preciso debater, é preciso pensar junto, discutir e achar caminhos. Por isso temos que ter os pés nos chão para não darmos os passos maiores do que as pernas, e conseqüentemente termos que pagar isso futuramente.

Exercer a palavra comunitária em toda a sua extensão, seria isso?

Estar presente como um todo. Nós dizíamos nas reuniões com trabalhadores rurais, operários e para os moradores de bairros, que ninguém deve ir para uma reunião de mãos vazias. Eles não deveriam ir somente para ouvir, mas para falar também.

Por tudo o que senhor disse até agora, o debate entre todos que compõem a instituição é o caminho?

Isso é fundamental.

Quer dizer que a decisão não pode ser monopolizada?

Não. Todos são atingidos pela crise e todos são responsáveis por buscar saídas. No fundo a crise é o momento de buscar saídas para uma situação que é sentida como não sendo satisfatória. Se forem adotadas medidas que controlem a crise, ótimo, mas se ela continuar crescendo, chegará o momento de fazer rupturas. Na crise as pessoas não podem submergirem-se. Elas precisam estar com a cabeça para fora para buscar saídas. A crise sempre apresenta um aspecto amplamente positivo. Primeiro ela chama atenção para os erros cometidos na trajetória, do por que de termos chegado neste estágio e a seguir o desafio de encontrar soluções para esta situação.

32.2.2 Estamos deixando de ser diferentes[27]

Em sua opinião, quais serão os rumos da Unijuí a partir de agora?

Para se entender os rumos da Unijuí, que naturalmente não são prescritos, devem ser levados em consideração aspectos de âmbitos e distâncias diferenciados. Isto é, os rumos da Unijuí dependem do que está acontecendo no âmbito local, nacional e global. Todos esses acontecimentos também passam por nós, por aquilo que queremos e sabemos fazer e daquilo que nós somos. Portanto, os rumos não dependem apenas de números, apesar de sua máxima importância, mas dependem também de conceitos, de valores, de convicções, de comportamentos. Dependem também da mobilização da sociedade nas várias instâncias existentes, tais como partidos políticos e sindicatos. Ao final, a universidade será um pouco daquilo que as pessoas souberem ou conseguirem fazer como projeto de sociedade, a partir de contextos produzidos nesses cenários locais e nacionais. Não podemos desconhecer que os rumos da Unijuí estão atrelados também àquilo que acontece no âmbito internacional.

Quando eu faço essas afirmações, não estou querendo passar uma concepção determinista dos fatos. Os fatos acontecem dentro de um jogo de interesses, na confrontação dos poderes. Nos âmbitos desses diferentes espaços, processam-se somas, confrontos, divisões, tendo necessidades, interesses e poderes como suportes. Passam a existir uma complexidade e uma ambigüidade muito grande dentro desse processo. A complexidade é feita pelos componentes dos diferentes níveis, âmbitos e distâncias, ou seja, daquilo que depende dos aspectos de curto, médio e de longo prazo em termos de nossas ações e das ações dos outros. Essa complexidade também é marcada por uma ambigüidade que se caracteriza pelas diferentes direções que nelas está inserida, pela via dos poderes e interesses que perfazem esse processo e que podem ser ativados e, certamente estão ativos, traduzidos através de confrontações e contradições. Isso vale para qualquer universidade.

[27] Entrevista de Walter Frantz, publicada na Revista Informação n°71: abril 2006, editada pelo SINPRO – Sindicato dos Professores do Noroeste de Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, páginas 7-11. O texto sofreu algumas pequenas alterações em relação ao texto publicado.

A Unijuí, como as demais universidades, está envolvida por esta complexidade e ambigüidade. A universidade em si, como instituição, tem cerca de mil anos de história, teve em sua trajetória também momentos iguais a este que vivemos hoje (crise de conceitos, de projeto, de poder, de legitimidade, de sentido, de significado etc.), mas sempre marcada por dinâmicas diferentes, próprias de seu tempo e lugar.

Hoje, as dinâmicas são dadas, principalmente, por aquilo que é hegemônico no mundo da economia, que é a racionalidade instrumental. O modo hegemônico de ser, hoje, é determinado pelo pragmatismo utilitário, pela racionalidade instrumental. Afirma o sociólogo italiano Pietro Barcellona que, sob essa lógica, parece não ter outra razão de ser, além do produzir e do consumir. Afirma que o indivíduo não entra em relação com o outro como pessoa, mas em função da produção e do consumo, determinando-se, assim, uma drástica redução do ser social ao ser econômico, e tudo o que permanece fora deste quadro não tem qualquer visibilidade geral.

Hoje, nós percebemos e sentimos cada vez mais essa força predominante. Nós vivemos num mundo onde existem esses condicionantes. Essa dinâmica vem da lógica do capital, isto é, de uma forte competição, de uma forte concorrência e isso acaba penetrando por todas as instâncias da universidade, ou melhor, das pessoas que nela estão. Assim como na educação, onde o capital já está presente há mais tempo com seus interesses, talvez, a universidade seja um dos últimos grandes espaços sociais estruturados a serem incorporados à lógica do capital. De algum modo, também está presente há tempo, mas nunca esteve tão presente com seus interesses, a ponto de acoplar e usar esse espaço também culturalmente. Hoje ele está presente, não apenas como apoio, como incentivo, mas com o interesse do investimento, procurando sua reprodução na própria instituição, apoiado em uma cultura institucional e também das pessoas, cada vez mais coerente com a racionalidade instrumental, com o atrelamento do fazer universitário aos projetos da economia de remuneração do capital.

A educação está virando um negócio. A educação é um grande espaço na economia que não estava completamente dominado pela lógica do capital, e ainda não está, mas já existem pessoas que enxergam nessa possibilidade algo positivo, como caminho a ser seguido. A sua presença já está se afirmando culturalmente. A presença já não é mais apenas política e econômica. A cultura toma formas concretas, ao lado das políticas e da economia, através de redes de lojas de comércio, das estruturas de serviço ao consumo, não como necessidade, mas como forma de levar a vida, em espaços universitários. Conheci espaços universitários que já parecem mais mercados, centros de compras de artigos de consumo. A vida hoje parece estar mais marcada pelo consumo que pela produção. O reflexo disso está chegando às universidades, fazendo certos *campi* parecerem mais centros comerciais que espaços de produção de conhecimentos.

A crise, em boa parte, neste âmbito, é um produto das dificuldades em acompanhar todo esse processo de transformação da educação em mercadoria. Por exemplo: os alunos não conseguem pagar os custos deste "atrelamento ou entrelaçamento", quer dizer, a educação virou um produto, um negócio e o estudante não consegue comprar esse produto. Inclusive, boa parte dessa dificuldade de acesso dá condições para um tipo de expansão que procura então contornar os custos disso, oferecendo de modo diferente o produto: aparecem novas formas barateadas de educação (tipo liquidação), em espaços e fluxos de virtualidade real. Talvez seja a solução para alguns ou muitos, em função da falência ou da submissão das políticas públicas de educação, mas não se sabe ainda muito sobre a qualidade desse produto que está sendo oferecido. Quais serão os resultados disso? É cedo para falar. No meu entender, não se pode medir os resultados apenas pela aplicação de testes, mas eles precisam ser produzidos no processo social do exercício profissional e de outras dimensões da vida social.

Nós experimentamos essa crise que nos advém das transformações do espaço da educação, do espaço das universidades, sempre de formas e intensidades diferentes, no campo das finanças, na qualidade das atividades da educação e na concepção do que vem a ser uma universidade, isto é, do que seja a educação e um projeto de universidade. Além disso, nós temos ainda uma crise de políticas públicas, onde o estado não consegue (por diversas razões, certamente) atender e dar acesso a um grande contingente de pessoas que quer estudar.

Em viagens que faço, há décadas, para outros países, onde, principalmente, visito universidades, eu percebo que certas coisas são idênticas, mas as características dos processos são outras, diferentes. No Brasil, por exemplo, a exclusão atinge também a educação. Em outros países não é bem assim. Existe exclusão na sociedade, mas não tanto na educação, pois existem outras relações de poder, outras relações entre sociedade política, através de políticas públicas, com a sociedade civil. Tive a oportunidade de viver fora do país, no período da ditadura. Aqui se dizia que o Brasil era um mar de tranqüilidades (quem não se lembra do "ame-o ou deixe-o"?). Espalhava-se a idéia de que o mundo (lá fora) era um mar de intranqüilidade e que, aqui, tudo era tranqüilidade. Quando saí do país, percebi que tudo isso era uma grande mentira. Assim, também existem muitas e belas mentiras, hoje.

O que seriam essas mentiras?

As mentiras seriam, por exemplo, que a única solução para a educação superior é o caminho apresentado hoje com o argumento que não existe dinheiro para fazer coisas diferentes.

Qual seria esse caminho?

O caminho seria a expansão quase irracional do ensino superior, através do mercado, por que a sociedade brasileira precisa ter acesso à educação superior. Joga-se com a crise do modelo de universidade, que tivemos até aqui, centralizada na necessidade da transformação social, impondo um caminho ao triunfo do negócio no espaço da educação, onde o que permanece fora dessa orientação não tem mais visibilidade para muitos ou não tem mais apoio de políticas públicas. Argumenta-se com o problema do acesso. Eu concordo que a sociedade precisa ter acesso ao ensino superior; temos que democratizar o acesso, mas a forma atual para isso está, a meu ver, mais para o interesse do capital do que para o interesse das pessoas. Isso vem camuflado pelo discurso do custo, da escala etc. Os argumentos são idênticos aos da produção industrial, onde a racionalidade econômica justifica os procedimentos. Mas as pessoas nem sempre se dão conta disso.

Esse caminho é trilhado com propostas, alternativas ao que foi a universidade, historicamente. Fórmulas novas são propostas e implantadas: colocam-se milhares de jovens em frente a uma televisão e se diz que eles estão na universidade. Isso não é universidade para mim. O conceito de universidade é muito antigo e foi formulado através de práticas sociais complexas de participação, de gestão, de argumentação, de convivência etc. Não se deveria usar as técnicas da informática ou da eletrônica para instituir universidades, mas para apoiar práticas de fazeres universitários e da vida acadêmica. As técnicas estão se transformando nos espaços da universidade (a técnica toma o lugar da ciência, atrelada ao projeto mercantil de universidade).

Eu disse que as mesmas coisas acontecem de modo diferente nos diversos lugares. Faz-se política pública na Europa, por exemplo, no sentido de reformular os espaços da universidade, mas de forma diferente (embora haja muita discussão na UE, parece que o estado não se retirou do espaço da universidade e continua com boa presença, garantindo acesso mais democrático). Parece que as políticas das reformulações não passam pelo mercado ou pelas técnicas de escala etc.

Introduzir técnicas novas em espaços existentes é diferente que substituir espaços históricos por novas técnicas. Ou será que, de repente, a história secular, por onde a educação superior andou e floresceu, perdeu seu sentido, sua importância? Dizer que isso é a mesma coisa é a mentira. Tenta-se generalizar tudo, como sendo tudo igual. Os fenômenos são iguais, mas são tratados de forma diferente. Os rumos do ensino superior, hoje, vêm marcados pelo jogo de poder e esses vão depender da capacidade de compreensão desses processos e da capacidade da organização frente a estes processos.

Eu falei de diferentes âmbitos, de diferentes instâncias. Quando se está em âmbito local, passa-se a ser confrontado, individualmente, com esses processos e esse confronto é trazido para o campo das questões salariais. O novo "espírito" da racionalidade econômica que submete a universidade também passa aos valores, aos comportamentos, à cultura institucional. Perde-se a capacidade de lutar em favor de alternativas de organização e funcionamento, por exemplo, que uma universidade comunitária poderia representar.

Eu fiquei perplexo quando soube de certos processos trabalhistas, nos espaços da Unijuí, por entender que ela é uma universidade comunitária, autogestionada. Pelo menos eu reivindico esse estatuto para nós e toda a luta deveria ser pela via dessa alternativa. Deveriam ser produzidas soluções para os problemas, a partir do conceito e do projeto de universidade comunitária. No entanto, fazem-se processos trabalhistas como se a universidade fosse idêntica a uma organização que tem sua centralidade na remuneração do capital. Não se consegue viabilizar, na prática o conceito e o projeto de uma universidade comunitária. Para mim esse é um atestado de que não sabemos trabalhar com o conceito de universidade comunitária e autogestionada. Defendemos conceitos e projetos, mas não sabemos fazer as conseqüentes práticas. Entendemos as práticas pelas vias de uma organização que tem suas relações de trabalho pautadas pelo confronto entre capital e trabalho. Essa também é uma dimensão da crise pela qual passam as universidades comunitárias. É uma crise de concepção e de prática. Talvez, seja um dos grandes desafios à construção e gestão dos rumos da Unijuí.

A compreensão ou não, a adoção ou não, do modelo de universidade comunitária também vai determinar os rumos da Unijuí. Ela nasceu de uma forma diferente de outras universidades e se desenvolveu por via dessas diferenças. Ela não é uma universidade criada pelo estado e nem pelo capital. Disso nascem desafios diferentes também no campo da gestão, da participação, do encaminhamento de seus problemas etc. A Unijuí desenvolveu um discurso e um modelo comunitário. Só que, na medida em que se têm dificuldades para trazer isso aos espaços do dia-a-dia, da gestão dos problemas, das instâncias de decisão, está-se determinando os rumos da universidade, diferentemente, dos conceitos, do projeto e das práticas que pautaram em muito sua história, até aqui.

A história da Unijuí, de quase 50 anos, gerou um belíssimo resultado. Será que essa história de um modelo alternativo, frente ao contexto da universidade brasileira, perdeu seu significado, sua viabilidade? É preciso ter a capacidade de perceber a ambigüidade e a complexidade dos valores, dos comportamentos, dos interesses e das necessidades que estão em jogo e administrar isso. Caso não se souber adequar conceitos, projeto e práticas, dito em palavras bem claras, diria que a Unijuí se tornará, cada vez mais, uma empresa como qualquer outra, orientada pela lógica instrumental. Mas, no entanto, será uma empresa *sui generis*. Isso por que ela continuará, em termos jurídicos, com a sua natureza comunitária, determinada por uma legislação específica. Entretanto, isso poderá abrir caminhos para a formação de grupos de poder, em espaços públicos, embora não-estatais, que, mesmo não tendo investido seus capitais, poderão usufruir vantagens à semelhança de proprietários de empresas. Esse risco existe, principalmente, se for eliminado ou desprezado o diálogo, a participação, a argumentação. Esses são elementos fundantes do projeto de um modelo de universidade comunitária. Esses elementos fundantes podem ser basilares para os rumos da Unijuí e para a solução de seus problemas. São elementos que precisam ser aperfeiçoados em termos teóricos e práticos.

Qual é o maior perigo se for adotada esta prática?

O fim de um modelo novo de universidade pública não-estatal, no cenário do ensino superior brasileiro. Pode-se chegar a essa prática de redução do projeto de um novo modelo de universidade, se forem eliminados o diálogo e o debate. E o diálogo se dá entre diferenças. Eu diria que existem todas as chances para não caminhar por esse rumo, mas o risco também está posto na proporção da incapacidade de assumir um projeto de tal natureza.

As dificuldades da Unijuí para serem superadas, embora possam ter sido produzidas em boa parte por nós, dependem da mesma forma, de nós. A superação das dificuldades não é apenas uma tarefa da administração superior. A sua superação irá acontecer na medida em que todos souberem entender o que significa uma universidade comunitária e como se faz a sua prática. Nós podemos produzir as soluções para os problemas postos.

Os rumos, no entanto, vão depender também de políticas públicas adequadas. Elas estão ausentes, posição que lamento, profundamente, pois eu tinha uma expectativa maior em relação às mudanças governamentais, ocorridas no país. No âmbito estadual, nem um nem outro governo sequer cumpriram com o que determina a constituição em relação às universidades comunitárias. Eu tinha uma expectativa maior, embora não esperasse milagres. Tinha a expectativa que houvesse um olhar diferenciado em relação a projetos de universidades públicas não-estatais. Não estou percebendo isso, nem aqui e nem lá. A impressão que tenho que nem existe boa vontade, com raras exceções, para buscar entender o que seja uma universidade comunitária. Existem muitos interesses em jogo que atrapalham a disposição para a incorporação mais ampla do debate sobre universidade comunitária. De outro lado, não nasceu nem a solução clássica, que seria a transformação da universidade pública não-estatal em uma universidade estatal pública. Esse poderia ser um rumo para a Unijuí e para o ensino superior na região, olhando-se para as dificuldades que as famílias têm em enviar seus filhos para uma formação universitária. Pelo jeito, as soluções lhes vêm pelo caminho de uma *segunda classe*. Muitos terão que se conformar com as técnicas eletrônicas de comunicação apenas e não com a convivência acadêmica. Continua com a comunidade o desafio de uma solução para seus projetos e necessidades de universidade, na qual os seus filhos possam conviver e estudar, tendo formação cidadã e qualificação profissional.

As soluções para o enfrentamento da crise seriam insuficientes, é isso que o senhor está afirmando?

A crise do ensino superior, nesta região do Estado, continuará sendo uma crise de falta e de dificuldade de acesso ao ensino superior. O estado não está enfrentando esta questão e quando o faz, o faz de forma equivocada (pelo menos em relação às universidades comunitárias). Talvez isso aconteça por que ele tem dificuldades em fazer isso, por lhe faltar recursos. A forma encontrada pelo governo para resolver esse problema, a meu ver, é insuficiente e muitas pessoas vão se decepcionar com isso, futuramente. A região continuará a ser periférica em relação à sociedade à qual pertence.

Mas, a pergunta central é: o que a Unijuí deve fazer para programar e garantir a sua manutenção como instituição de ensino superior? Eu diria que, não de forma concordante, mas democrática, dialogando sobre isso. Não enxergar no outro que discorda, um problema, um empecilho, mas sim uma escada para se enxergar mais longe. A primeira coisa que temos que garantir é a manutenção do espaço do debate e do diálogo. A segunda coisa, neste mesmo espaço, é criação de um canal de informação em relação a todas as questões que nos dizem respeito, tais como os números da universidade – receita e despesa – para que possamos juntos construir processos que garantam o equilíbrio necessário. Além disso, será importante para que possamos discutir as nossas decisões. Por exemplo, na medida em que é implementado um projeto de universidade que tomou sobre seus ombros uma boa parte do ensino superior numa grande região, nós implementamos também custos mais altos. É muito difícil produzir ganhos de escala, reduzindo custos, na área da educação. Pelo menos, em projetos de universidades, onde os alunos e a sociedade querem e devem ter acesso presencial aos professores e demais profissionais da educação, da pesquisa e da extensão.

Hoje, podemos afirmar que fazer ensino superior é mais caro do que há 10, 15, 20 anos. Isso aumenta as dificuldades. De outro lado, a educação virou um negócio que precisa gerar resultados e para tanto se procura, seguindo a lógica do capital, cortar custos. É preciso competir, concorrer, mesmo que essa não seja a estratégia desejada. Eu diria que nosso projeto, que não é capitalista, mas está sendo confrontado com a lógica do mercado capitalista. Nós temos que concorrer da mesma forma como qualquer empresa. E isso faz com que os custos que nós agregamos pela missão assumida precisam ser rediscutidos. Quem deveria assumir isso? Qual a razão para se assumir isso, isto é, qual a racionalidade disso? Quem deveriam ser os parceiros do projeto de uma universidade comunitária?

Como se adaptar a essa nova realidade sem perder a essência e os compromissos históricos da Unijuí?

Eu acho que não existe uma fórmula pronta. Aí eu volto ao meu velho discurso que é a manutenção do diálogo e do debate sobre conceitos de universidade; sobre projetos de universidade; sobre a nossa história e sobre tudo que nos circunda em âmbito local, nacional ou internacional. Eu acredito, sinceramente, que a maior parte desse debate se identifica com a nossa essência histórica. Certamente que alguns dirão que devemos rever nossos conceitos, mas isso não me importa. É claro que teremos que vivenciar e realizar o projeto no atual momento, mas sem alterar a essência criada no início desta instituição, que tem, por exemplo, em sua base a idéia da responsabilidade e da participação de cada um; o ideal de que o ensino que queremos fazer não é um negócio; a idéia da qualidade; a idéia de dar acesso a tudo isso ao maior número possível de pessoas; de defender princípios basilares de uma sociedade democrática; a idéia da liberdade de pensamento e opinião; a prática do respeito à diferença etc.

Nossa visão deve ir ao encontro de valores que vão mais além da produção econômica e do consumo simplesmente. Sob esse ponto de vista nós poderíamos nos constituir numa alternativa dentro desse contexto de sociedade de consumo e de submissão da universidade aos seus interesses. Isso caberia, no meu entender, como projeto num contexto internacional em busca de alternativas. E, talvez, seja o único caminho que nos permita conseguir apoios e recursos, assim como nós os tivemos em outras épocas, justamente por lutarmos pela diferença, pela mudança. Eu acredito que não conseguiremos muito apoio e recursos para fazer aquilo que os outros já fazem. Mas para fazer a diferença, que se precisa, num momento em que a sociedade e o mundo acadêmico carecem de novos projetos, é preciso, justamente, apresentar caminhos para a construção de alternativas. É isso que temos que discutir. Parece-me que se vislumbra para nós, como rumo, uma nova possibilidade. Mas isso não pode ser tarefa de um pequeno grupo. Deverá envolver todas as pessoas – professores, funcionários, alunos e comunidade regional. Também sei que esta é uma tarefa complexa, pois essa, hoje, não é a lógica predominante, nem dentro de nossas cabeças, pois estamos cada vez mais consumistas e menos produtores. Estamos numa época em que grandes questões sociais, como a educação, são influenciadas e puxadas, cada vez mais, pelas forças hegemônicas da economia reinante. Mas esses são os desafios que estão postos. Os rumos da Unijuí podem ser determinados e construídos, ainda, em boa parte, por nós, e vão ser aquilo que soubermos fazer com as dificuldades que temos hoje. Disso deve nascer a gestão de nossos rumos, um desafio a todos.

32.3 TEXTOS PUBLICADOS NA REVISTA SINPRO/NOROESTE PARA A DISCUSSÃO SOBRE OS RUMOS DA UNIVERSIDADE

32.3.1 É hora de decisões com integral legitimidade[28]

Sergio Pires[29]

"Não sou partidário da universidade apolítica, estritamente técnica, que forma profissionais eficientes, mas que é surda e cega a tudo que não se refere à especialidade. Este gênero de educação fragmenta o saber, gera incomunicação social e, em última instância, incultura." Mario Vargas Llosa

Houve um tempo em que a democracia direta era um traço diferenciador da Unijuí no concerto das instituições de ensino superior no País. Uma concorrência de fatores permitiu a existência de tal fenômeno. Como é sabido, nossa instituição teve marcada seu nascedouro pela ideologia da esquerda católica, expressada na ordem dos capuchinhos, identificada com as teorias e, principalmente, com o testemunho de vida de Francisco de Assis.

[28] Texto publicado na Revista nº 71, SINPRO NOROESTE: abril 2006, p. 12-13.

[29] Professor da Unijuí e secretário de assuntos jurídicos do SINPRO/NOROESTE.

A busca da justiça social pôs desde o início em rota de colisão o projeto fideniano com as práticas governamentais, primeiro do populismo pós-guerra e, depois, de modo dramático, com as do governo ditatorial. Numa síntese raramente coincidente a Fidene nasceu e se qualificou no binômio justiça social e democracia. Esta como meio e aquela como fim.

Cheguei na Fidene como aluno e logo depois me vinculei como professor, no exato momento de passagem da instituição para a condição de universidade. Na noite de 10 de maio de 1985, embriagados pelo clima de redemocratização do país, nos alvores da "Nova República", marcharam professores, funcionários e alunos da sede antiga à Praça da República para recepcionar o presidente da Fidene e futuro reitor, cantando uma palavra de ordem que jamais poderá ser esquecida: "um, dois, três, quatro, cinco... mil/ com a Unijuí mudaremos o Brasil".

Naquela época a ágora fideniana, a sala 300, depois o auditório da sede, fervilhava em discussões provocadas pela direção ou pela própria comunidade acadêmica. As dificuldades de financiamento já estavam absolutamente presentes naqueles momentos. Os conceitos de público não-estatal e universidade comunitária foram introduzidos em nosso debate nesse período. Foi a época da Assembléia Constituinte, que redefiniu aspectos importantes do ensino superior no País.

Porém, sem que fossem retiradas conclusões producentes, tanto aqui como nas instâncias superiores da República, o debate foi se arrefecendo. Os governos subseqüentes à promulgação da nova Constituição valorizaram sobremaneira o caráter mercadológico do ensino superior. Tal visão encontrou um ambiente concretamente favorável. A rede de ensino superior privada se expandiu de forma espantosa nas últimas décadas. Criou-se uma série de novas instituições e, as já existentes, como a nossa, cresceram em nível acelerado na década de 90.

Nossa instituição construiu então as estruturas na região hoje existentes e refinanciou ano após ano a dívida resultante do investimento físico e do custo financeiro decorrente de empréstimos para esse investimento com o crescimento inercial. Isso permitiu, inclusive, um ganho real na massa salarial dos professores e funcionários. Este foi um dos motivos para a diminuição do debate público dos rumos institucionais. Aparentemente, para os não enfronhados nas contas institucionais, tudo ia bem ou ficaria bem.

Também, a expansão física multiplicou o número de agentes na comunidade, ao ponto de tornar dificultoso o debate direto. A democracia foi se transformando tão-só em representativa. A Unijuí se institucionalizou em instâncias decisórias supostamente dotadas de racionalidade intrínseca. A "pureza do poder" alardeada pela ideologia do capitalismo burguês ocidental triunfou em nosso meio. Por muitos isso foi saudado como uma passagem para um estágio superior, o da "profissionalização", em contraponto a um suposto "amadorismo" do período inicial.

Contudo, como comumente acontece na vida das organizações a diástole teve fim. O processo de expansão inercial se esgotou. O planejamento interno não foi capaz de captar a tempo as enormes armadilhas que o "mercado" estava nos preparando. A crise sistêmica da agricultura regional, o abandono público do ensino médio, produtor imediato da clientela universitária, e o advento da educação a distância, de início de caráter privado e predador e, como se anuncia, também de caráter público, anteciparam o dia em que, inexoravelmente, teríamos de enfrentar o movimento sistólico.

Fala-se, pois, em ficar menor para sobreviver. Contudo, esta ação estratégica que a todos afeta precisa ser também por todos pensada, decidida e executada. É preciso que se garanta que a retração não traga consigo exageradas doses de descaracterização e de desqualificação. Não adianta apenas ficar menor, é preciso ficar melhor. No mérito, certamente há uma gama de medidas cabíveis para a situação. As anunciadas pela direção gozam de legitimidade e de aparente racionalidade. Porém, podem não ser as únicas cabíveis, as mais adequadas e, com certeza, somente serão inteiramente legítimas se forem assumidas pela comunidade como sendo efetivamente as suas soluções.

Julgo que o conjunto de medidas cabíveis para a "salvação" de nossa universidade poderia contemplar um leque extenso de ações de curto, médio e longo prazos. Entre elas a fixação de metas a cada unidade específica, indo além dos "pacotes lineares"; a apresentação de propostas concretas ao MEC de auxílio à Unijuí, englobando o financiamento pelo BNDES a longo prazo da atividade de pesquisa, prática acadêmica hoje, embora necessária, altamente deficitária, e a compra de vagas nos nossos cursos de formação de professores, em complementação ao PROUNI; o ingresso institucional na realidade do ensino médio, incorporando-se sem preconceitos a programas governamentais de qualificação desta etapa educacional e criando um programa audacioso próprio de antecipação de bom-trato à clientela.

Porém, nada, absolutamente nada, do que for pensado ou posto em prática trará os resultados almejados se não for legitimado no debate institucional, no qual os agentes (professores, funcionários, alunos e comunidade externa) se sintam efetivamente contemplados. O mais revolucionário da democracia substancial, ao contrário do que pensam as elites autoritárias, não é a subversão dos poderes, mas a construção de soluções a problemas *ab initio* insolúveis.

Não é o caso, nem a hora de se apontar culpados pela crise. De pouco adianta tentar provar que a causa é interna ou externa, de algum gestor, governante ou sindicalista. É hora de todos serem ouvidos e assumirem a condição de atores da empreitada futura. Não haverá salvação isolada de pessoas, grupos ou setores. É tempo de se ouvir os agentes todos que integram a comunidade da Fidene.

Francisco de Assis é admirado não somente pelo que pensava, mas porque falava e, acima de tudo porque ouvia – não apenas mecanicamente – e valorizava o que os outros tinham para dizer. Inclusive, informam seus discípulos, os seres irracionais.

Então, porque se sufoca ou se retarda o ecoar da sinfonia de plúrimas e racionais vozes fidenianas?

32.3.2 A Unijuí como crise, vontade e representação[30]

Larry Antonio Wizneiwsky[31]

Existe na atual conjuntura de discussões sobre a crise da Unijuí uma tendência informal de pensá-la como "mais uma crise", dentro de um quadro de crises interligadas, que já fariam parte de nossa história. Resumindo: vivemos uma eterna crise com alguns momentos acentuados tanto para cima quanto para baixo. Não concordo com essa visão, pois entendo que, no conjunto vivido das situações consideradas como crise, apenas duas incidiram sobre a estrutura do projeto de universidade na Unijuí. A primeira deu-se no início dos anos 90, por ocasião do plano Collor, que saqueou a poupança de todos os brasileiros, confiscando ativos financeiros aplicados em fundos como o *overnight*, que, à época, serviam como frágil defesa das finanças em uma nação em plena hiperinflação. Quem viveu esse período na Unijuí recorda-se de momentos de muita incerteza, tensão e esgotamento afetivo e emocional. A recuperação desse quadro coincidiu também com o início do projeto de expansão da Unijuí. Datam da transição de 1989 para 1990 as discussões que culminaram com a implantação do comodato com Santa Rosa, criando-se, assim, o Campus Santa Rosa, até 2000 ligado ao Dom Bosco. Data também dessa época uma mudança de paradigma institucional, uma vez que, nesse preciso momento, surgem e se afirmam também os cursos de Direito e Informática, dando início a uma transição de um paradigma mais humanístico - voltado para uma base ligada essencialmente ao conceito de licenciatura - para um paradigma que poderíamos chamar de tecnológico-social.

É perceptível que um dos vetores de superação do difícil momento econômico vivido naquela ocasião, era uma resposta reativa a um quadro de desequilíbrio externo da economia, e que incidia diretamente nas questões específicas da Unijuí. Um dos movimentos internos mais significativos foi exatamente a transformação dos antigos institutos em departamentos. Essa transformação, aliada à criação e expansão de outros *campi* e núcleos universitários, caracteriza, em meio a uma crise que só foi estabilizada com o plano real, um salto qualitativo e quantitativo no desenho da própria estrutura da Unijuí. Portanto, a crise que tinha tintas financeiras, foi revertida a partir de uma série de mudanças estruturais que deram cara à universidade que hoje conhecemos. Foi com esse projeto que chegamos ao momento atual, no qual percebo uma outra crise de dimensões concretas no campo econômico, suficientes para, novamente, alterar o DNA da estrutura acadêmica.

Na situação atual alguns elementos novos ingressam no cenário com a mesma força devastadora do plano Collor. Sem ordem específica de importância, é possível detectar três deles numa simples observação direta. O primeiro é a evidente e crescente presença de instituições concorrentes no cenário de atuação da Unijuí. Essa concorrência instalou-se de forma tão insidiosa que, quando foi devidamente percebida, muito pouco poderia se fazer em termos imediatos, para fazer-se frente a ela a curto prazo. Ligada a essa, podemos detectar uma ação predatória e completamente descabida do governo federal, que acena com federalizações e projetos de extensões de tradicionais universidades federais, abrindo, assim, concorrência direta e desleal com as universidades comunitárias instaladas na região há mais de quatro décadas. O terceiro e mais evidente, em termos de economia regional, fixa-se na crescente descapitalização dos alunos e de suas famílias e sua incapacidade de, sem um enorme sacrifício, poder pagar os custos dos cursos que a Unijuí hoje oferece. É nesse cenário que os cursos clássicos e tradicionais da área das licenciaturas vão perdendo alunos, tanto para as concorrências referidas acima, quanto para a própria descapitalização e queda do poder aquisitivo dos alunos para sustentarem suas formações acadêmicas. Como se vê, mesmo numa visão abrangente e pouco detalhada, esta crise também afetará a própria estrutura da universidade. Acredito que não conseguiremos sair dela sem duas atitudes possíveis, o fechamento de alguns cursos e novas fusões de departamentos no sentido de viabilização do funcionamento da máquina acadêmica com custos mais reduzidos.

[30] Texto publicado na Revista nº 71, SINPRO NOROESTE: abril 2006, p. 16-17.

[31] Professor do Departamento de Letras, Arte e Comunicação da Unijuí.

Isto porém é, ainda, uma avaliação apenas descritiva. O modo como estamos fazendo frente ao momento em que vivemos, desta vez, ao contrário do início da década de 90 reflete-se num cenário nacional. Matéria do jornal Folha de São Paulo de terça-feira 18 de abril, dá conta de que, em crise, faculdades de SP já cortam cursos. O texto dessa matéria que trata especificamente do ensino superior em São Paulo parece refletir a própria situação da Unijuí. A razão é também um pouco parecida pois focaliza uma dificuldade do setor privado, que é a oferta de cursos e vagas, maior do que a demanda. Entendem os autores da matéria que, para sobreviver nos próximos anos as faculdades e universidades "menores" terão de buscar um segmento do mercado para atuar. Essa também parece ser a avaliação dos analistas da área e até do próprio Ministério da Educação. O quadro, como se vê, é nacional. Por isso mesmo, os esforços no sentido de superação da crise da Unijuí, desta vez, terão também que se estruturar em aspectos multi-vetoriais. As questões que ficam para serem pensadas são, em minha opinião, as seguintes: a) Até que ponto a Unijuí conseguirá no seu processo de redução de despesas e equilíbrio da máquina econômica manter sua estrutura e sua identidade? b) Como ficará o cenário da região Noroeste do Rio Grande do Sul no que diz respeito às universidades comunitárias? c) Qual o resultado efetivo da implantação dos programas de extensão das universidades federais em nossa região, bem como do Pró-Lic, voltado especificamente para a área das licenciaturas? No meu modo de entender, essa situação nos levará a buscarmos enfrentamentos junto ao governo federal, ao mesmo tempo em que internamente, buscamos um frágil equilíbrio que nos permita seguir em frente. O elemento de maior desequilíbrio, na comparação entre as crises de 1990 e a atual, parece ser a velocidade acelerada com que eventos e factóides de efeitos ainda desconhecidos desabam sobre nossas cabeças. Todas as estruturas de representação têm um limite em seu processo reativo. Uma vez atingido esse limite, corre-se o risco de uma autofagia interna, com buscas a uma sobrevivência de uma idéia mínima de identidade. Este talvez seja o verdadeiro e maior perigo real e imediato que enfrentamos. Para dificuldades desse tipo, mesmo que possa parecer anacrônico, entendo que a história institucional ainda tem muitos elementos de luta, sofrimento e superação a nos ensinar. Esse talvez seja o nosso maior patrimônio e o único verdadeiramente sem preço e sem valor de mercado. Num modo comparativo colocando num mesmo barco instituições como PUC/SP, Unisinos, Ulbra e Unicruz percebo que fomos os menos atingidos em nossa imagem de identidade, mesmo que os processos de contenção de despesas e custos também tenham sido bastante dolorosos. Para além disto, entendo que o momento presente é propício para avaliarmos até aonde conseguimos chegar com as medidas implantadas, a partir das resoluções votadas no ano passado. Para finalizar, gostaria de fazer um trocadilho gaudério: crises em universidades são como Deus fez a mandioca, não há duas iguais, mas são todas da mesma rama e igualmente raízes, com a vantagem, no caso da mandioca, de serem raízes alimentícias. Talvez esteja aí a única forma de não cairmos, como outras instituições, numa crise de autofagia interminável.

32.3.3 Aquilatando o próprio valor (A propósito da crise da Universidade)[32]

Prof. José Pedro Boufleuer[33]

Estar em crise é encontrar-se diante da necessidade de rever-se, de proceder a uma depuração, de explicitar-se, de reorientar-se. Toda a crise diz respeito, de alguma forma, à necessidade de reafirmação ou de reconstrução da própria identidade. A crise sempre pode ser percebida em sua positividade à medida que ela reclama por critérios, por uma análise crítica, seja para melhor compreender uma problemática instaurada, seja para redimensionar sentidos e ações.

Crises ocorrem no âmbito dos indivíduos, dos grupos, das instituições e, inclusive, da sociedade como um todo. No que tange à atual crise da Universidade, esta pode ser analisada sob muitos enfoques. De nossa parte não nos embrenharemos por análises que consideram fatores como as modificações nas demandas de mercado, as novas formas de concorrência na oferta de ensino superior, a degradação da base econômica da região de abrangência, o ônus da estrutura organizativa e de pessoal, a dinâmica interna de tomada de decisões, dentre outros. Nossas reflexões se colocam numa linha bem mais modesta e de uma quase obviedade. Queremos pensar a Universidade naquilo que a justifica como instituição educativa e que, como tal, tem ou deveria ter o seu valor. Tal reflexão talvez ajude a responder o que implicitamente sempre se põe: o que vale a pena ser pago por aquilo que ela oferece?

Para "começar do começo", é bom lembrar que a razão de ser de toda e qualquer forma de educação está no inacabamento do ser humano. Ao nascer deparamo-nos com o imenso desafio de nos fazermos. Trata-se de uma tarefa que implica em autoconstrução, mas que também não se realiza no isolamento, isto é, sem a companhia e o cuidado de outros. No início são os pais que dispensam as necessárias atenções para que possamos aparecer e vir a ser deste mundo. Depois passamos a receber os cuidados e o acompanhamento de muitos outros, os quais sempre são, de alguma forma, os nossos

[32] Texto publicado na Revista nº 71, SINPRO NOROESTE: abril 2006, p. 18-20.

[33] Professor do Departamento de Pedagogia da Unijuí.

educadores. Contribuir para “vir a ser deste mundo” ou “gente deste mundo” é o que podemos entender como sendo o trabalho de toda e qualquer forma de educação. Em última instância, a educação sempre consiste num trabalho de humanização, o que sempre pressupõe uma inclusão no estágio atual de desenvolvimento da humanidade, tanto no que se refere ao domínio do mundo natural como no que se refere à construção de sociabilidades.

Ao longo de séculos, ou milênios, o convívio familiar ou no grupo resultava em cuidados suficientes para essa “vinda ao mundo”. Para além dos sentidos e valores da vida humana e da convivência, a família e o grupo também oportunizavam a aprendizagem dos ofícios e técnicas necessários para a produção da subsistência material. Já num período histórico mais recente, na Idade Média e inícios da Modernidade, sabe-se que famílias mais abastadas contratavam educadores (preceptores) para os seus filhos. Com isso a educação ganhava a dimensão de um fazer intencionalmente programado, mas que em função do caráter individualizado (relação de um educador para um educando) prescindia de procedimentos pedagógicos mais complexos.

Com a instauração da moderna sociedade liberal e, com ela, a promessa de participação na vida econômica, política e social, a educação de todos aparece como a condição necessária para a realização desse projeto de uma sociedade de cidadãos. Assim, a educação intencionalmente programada, privilégio de uns poucos no regime anterior, passa a ser um direito de todos. Com o acesso universal à educação se alimentava a expectativa de fazer a todos cidadãos, isto é, homens desse novo projeto de sociedade, uma sociedade com pretensão de incluir a todos.

O escopo da educação universal era fazer de todos “homens desse mundo”, para o que seriam oferecidas oportunidades para: o desenvolvimento de cada um como ser individual; a inserção na dinâmica da vida coletiva, baseada em direitos e deveres e pautada no exercício da democracia; a participação na vida econômica mediante o exercício de alguma atividade profissional e, em decorrência, o usufruto dos bens culturais produzidos pelo avanço da ciência e da técnica.

Não é o caso de aqui analisarmos até que ponto as circunstâncias e condicionantes desse projeto moderno e liberal permitiram ou permitem a realização desses objetivos. Importa, no entanto, observar que, de alguma forma, eles continuam presentes até hoje em toda e qualquer iniciativa educacional. Ao conferirmos os estatutos das instituições educativas, os projetos das escolas e os planos de aula dos professores podemos verificar que os propósitos são os de formar cidadãos, sujeitos autônomos, capazes de participar da vida social e do mundo do trabalho mediante o exercício profissional. Enfim, busca-se oportunizar ao educando sua inserção nesse mundo, com possibilidades de vir a ter um futuro de realizações com o usufruto dos benefícios da cultura e da técnica. O importante é destacar que toda oferta de educação se apresenta como promessa ou expectativa dessas realizações junto à sua clientela ou aos seus públicos.

Obviamente que todas as promessas que se fazem em nome da educação pressupõem a aprendizagem por parte dos educandos, o que coloca como tema central a questão da “qualidade do ensino”. Por “qualidade” se entende que, para além da certificação que a instituição educativa oferece, o aluno efetivamente aprenda conteúdos culturais, incorpore modos de ser e se relacionar, adquira habilidades e competências que o credenciem para assumir postos no mundo do trabalho que, por sua vez, poderão lhe proporcionar uma vida mais digna e confortável.

É em torno do que a educação efetivamente opera em termos de aprendizagem junto aos educandos que tem girado boa parte do debate pedagógico dos últimos séculos, especialmente a partir da instauração do sistema escolar baseado no ensino ministrado em sala de aula. Comparativamente com o ensino ministrado no singular (um professor para um aluno), a moderna organização da educação passa a ser ministrada no plural (um professor para muitos alunos), colocando para a pedagogia uma nova e dupla problemática: a gestão dos conteúdos e a gestão da classe. A grande questão dos pedagogos do início da modernidade era a das condições da aprendizagem nessa nova modalidade de ensino. Afinal, como seria possível educar a muitos ao mesmo tempo?

A primeira tradição pedagógica que se instalou assumiu o pressuposto de uma uniformidade nas condições de aprendizagem dos alunos agrupados nas salas de aula. Esse pressuposto, articulado com a idéia de que a aprendizagem é resultante da recepção de alguma informação, deu origem a um modelo de ensino pautado na transmissão padronizada dos saberes culturais. O pensamento pedagógico do início do século XX foi enfático na crítica desse modelo “tradicional”, sob a alegação de que a aprendizagem é um processo ativo e individualizado. Colocava-se, então, a perspectiva de que o educador viesse a oferecer um tratamento individualizado a cada educando, o que, num certo sentido, resultava na quase impossibilidade de uma educação organizada em sala de aula.

O que vem sendo discutido ao longo dos últimos séculos em torno da configuração do espaço da sala de aula pode ser visto como contribuição àquilo que ainda hoje interessa àqueles que lidam com educação, que são as condições do aprender e do aprender com os outros. As “condições do aprender” dizem respeito àquilo que o homem é capaz de realizar enquanto espécie capaz de conhecimento. Ao aprender o homem se torna propriamente humano, ao mesmo tempo em que

oferece sua contribuição àquilo que chamamos “mundo humano”. Já o “aprender com os outros” diz respeito ao que se configura como espaço pedagógico, como o espaço da educação. Obviamente que as condições do “aprender com os outros” se vinculam às próprias “condições (gerais) do aprender”.

No que concerne às “condições do aprender”, as percepções mais avançadas enfatizam o papel primordial do próprio aprendente. A aprendizagem constitui, assim, uma atividade de construção do sujeito que a faz em perspectiva própria e sempre nova. Aprendizagem enquanto aquisição de uma nova percepção tem, para o aprendente, um sentido sempre único, irrepetível. Por isso se diz que conhecimentos só se encontram encarnados. E essa encarnação só é possível mediante a cumplicidade de quem aprende. Assim, pode-se dizer que dados e informações, mesmo que importantes e apresentados de forma articulada e sistemática, não resultam em conhecimentos sem o engajamento e a cumplicidade do aprendente.

Já no que se refere às condições do “aprender com os outros”, que é o aprender em situação pedagógica, podemos considerar como importantes dois aspectos: a acessibilidade a dados e informações e a motivação para o engajamento do aprendente. Assim, pelo que se vê, o espaço da educação é, na verdade, um espaço de otimização das aprendizagens e que, por sua vez, deve observar as próprias “condições (gerais) do aprender”.

A sistematização e a apresentação de dados das ciências, bem como de outras informações relevantes no âmbito da cultura humana, certamente foi, por muito tempo, um trabalho fundamental dos professores e das próprias instituições educativas, haja vista o acesso restrito às fontes em que tais dados e informações se encontravam. Hoje, porém, nos deparamos com grandes mudanças no que tange à acessibilidade de dados e informações. A sua disponibilidade quase irrestrita, como a temos através da Internet, por exemplo, coloca em questão o tipo de educação entendida como simples espaço de divulgação ou, no máximo, de sistematização de conteúdos culturais. A insistência ou a busca de alternativas para as instituições educativas na linha da divulgação e da sistematização de dados e informações certamente será inglória. Isso porque o “produto” da educação assim entendido sofrerá gradativa deteriorização de seu “valor de mercado”, em função do incremento tecnológico e da concorrência que vai se instalando, resultando na obviedade de que cada vez menos se disporão a pagar o que talvez ainda imaginássemos ser o “nosso valor”.

A ação educativa com valor certamente inestimável é aquela que consegue produzir no educando o senso de cumplicidade e de responsabilidade pela sua própria trajetória de formação e de aprendizagem. Só a educação capaz de motivar o educando para a busca e a construção de suas próprias percepções, resultando em competências e habilidades empregáveis nos âmbitos da cultura e do mundo do trabalho, é digna de pagamento em tempos de ampla disponibilização de dados e informações. E é para isso que trajetórias de pesquisa docente, bem como o testemunho pessoal do que é possível aprender num determinado domínio de conhecimento, ou de atuação profissional, podem se tornar fundamentais e aspectos diferenciadores.

Educar constitui um fazer modesto, com resultados de aprendizagem por parte dos alunos que não podem ser absolutamente previsíveis. Por isso a educação é um fazer de risco, já que não pode ser um operar sobre o outro, no sentido coercitivo e instrumental. Ela deve configurar-se como um operar capaz de suscitar o operar próprio do aprendente. A educação não pode ser uma ação arrogante, nem intimidadora. Ela deve ser uma oferta altamente convidativa de oportunidades para que o aluno se torne o cúmplice de sua aprendizagem. Só assim ela vale a pena ser paga.

Sem desconsiderar de que certamente permanecerá como uma das tarefas dos educadores, pelo menos por um bom tempo, a apresentação e sistematização de dados e informações, no sentido da proposição de uma leitura preliminar e especializada de um determinado campo de saber, o “investimento de futuro” da educação está no aprimoramento “pedagógico” do aspecto motivacional e de engajamento do educando em seu processo de aprendizagem. Com isso põe-se o desafio de instaurar um tipo de mediação pedagógica capaz de suscitar a construção de novos sentidos, de modo que a abordagem de conteúdos ou elementos da cultura resulte, efetivamente, em novas e mais aprimoradas percepções acerca da vida e do mundo.

32.3.4 Sobre Universidade[34]

Paulo Rudi Schneider[35]

De acordo com o seu conceito sabemos que em nível ideal a Universidade tem como proposta representar o âmbito em que os saberes de todas as áreas e suas respectivas pesquisas têm a oportunidade da interlocução insistente e constante. Mesmo a grande fragmentação dos saberes, acelerada por um quase delírio presente nas implementações da ciência e da técnica, deve ter seu aconchego e sua legitimação na relação de unidade pela qual a Universidade é responsável.

[34] Texto publicado na Revista nº 71, SINPRO NOROESTE: abril 2006, 21-22.

[35] Professor do Departamento de Filosofia e Psicologia da Unijuí.

A palavra Universidade praticamente se auto-explica: A sua primeira parte, *UNI*, acentua a necessidade inarredável da suposição de um todo que se conjuga pela suas partes em relação; a sua segunda parte, que provem de *VERSUS*, acentua a necessidade da singularidade das perspectivas do saber, na consciência do seu pertencimento ao todo suposto e, por isso, também responsáveis pela produção da sua relação e da sua inserção no todo que supõe. Além disso, a segunda parte, *VERSUS*, expressa a idéia de que cada área, em seu exercício de saber consolidado e pesquisa progressiva está precisamente acentuando a necessidade de uma totalidade suposta que lhe dá suporte e que de modo algum consegue negar na feitura do seu discurso, provocando assim a recordação da possibilidade de ir além do imediatamente sedimentado e empresado para a simples recorrência automática do total da cultura.

Já os primeiros filósofos gregos, que, em parte cunharam a cultura chamada ocidental, entendiam-se como participantes de um grande todo, de uma grande união em cujo seio tinham a tarefa de fomentar relações por meio de princípios racionais e inteligíveis a todos. Entendiam como tarefa do pensamento a promoção da universidade, ou seja, o esforço na visualização e da relação de infinitas partes num todo possível. Tais primeiros filósofos entendiam-se, portanto, como participantes na totalidade da *FYSIS*, isto é, da *NATUREZA*, a qual não só abarca a totalidade dos dados perceptíveis pela capacidade de percepção dos cinco sentidos, mas também as próprias explicações e compreensões ocorrentes da mesma em todas as épocas. A totalidade do perceptível sempre explicado de determinadas formas lhes aguçou a admiração e a curiosidade acerca da razão e da explicação de tais explicações presentes na cultura em geral, da proveniência das soluções propostas. Eles se deram conta de que, assim, pela pergunta, o ser humano é capaz de ir além da mera conformidade com o já consensualmente suposto, sedimentado e combinado como compreensão estatuída socialmente. O dar-se conta da possibilidade concreta de poder ir *ALÉM*, ou seja, *METÁ*, Isto é, a compreensão de que o próprio homem em participação pode ocorrer como desenvolvimento de si mesmo e superação de tudo que é imediata e inevitavelmente percebido e sempre de alguma forma elaborado por explicações que se sucedem num determinado modelo, alimentou o discurso fundamental do ocidente. A criatividade filosófica no acontecer *METAFÍSICO*, desde 2500 anos, juntamente com a programação científica e calculadora, desde o Renascimento, elaborou-se sucessivamente como esforço de investigação do que quer que seja que se apresentasse e como manutenção da postura de argumentação pública em todas as áreas, que imediatamente se conjuga, se tangencia com uma postura de reflexão ética solidária e construtivamente pedagógica na Universidade.

Conforme percebemos, nos tempos atuais, em termos práticos a Universidade tem sérias dificuldades em se perceber nas suas duas dimensões de acompanhamento da diversificação dos saberes e da sua simultânea unidade. O conhecimento aumenta cada vez mais pelo viés da fragmentação, inaugurando novas especificidades e perdendo de vista a unidade possível. Na emergência de novos discursos acentuando a sua vontade de poder de especificidade própria os horizontes encolhem-se para se tornarem muros impedindo a interlocução entre iguais no reconhecimento da diferença entre si para uma visualização, pelo menos provisória do todo. As Universidades são obrigadas a se tornarem mega-empreendimentos, sem poderem resistir a tentação do que Habermas chama de colonização da vida: o gigantismo destrói a capilaridade que deveria fomentar a interlocução direta e constante, restando então, entre todos os implicados, apenas o recurso da representação da competência dos discursos organizatórios da administração, do direito e da economia. Nestas condições, a atividade universitária torna-se produto de repasse para cálculos meramente mercadológicos, instaurando a concorrência fácil, alavancada pelos recursos da tecnologia, capazes de imitação ao infinito daquilo a que se reduziu a Universidade.

Ernildo Stein cita Heidgger a respeito das dificuldades da Universidade hoje assediada e em grande parte já aviltada por empresamentos gerais (Stein, E., 1999):

> As "Universidades" como "lugares da pesquisa e do ensino científico" (desta espécie é que são as formações do século XIX) convertem-se em centros de empresamento "sempre mais próximos da realidade" nos quais nada mais chega a ser decidido. O último resto de uma decoração cultural elas ainda vão manter tanto tempo quanto primeiramente, e, ao mesmo tempo, devem e vão permanecer como meios da propaganda "político cultural". Nenhuma essência de *universitas* jamais se poderá desenvolver a partir de tais meios: de um lado, porque a utilização político-populista torna supérflua tal coisa, mas, de outro lado, o empresamento científico mesmo consegue manter-se se o elemento universitário, o que significa aqui que, sem a vontade de reflexão ele pode ser mantido em movimento com muito mais segurança e comodidade.

A filosofia, aqui apenas entendida como reflexão pensante sobre a verdade, e isto quer dizer sobre a problematicidade do ser, não como erudição histórica e produtora de "sistemas", não tem mais lugar na "universidade", e, definitivamente, na instituição empresariada que ela se tornará. Pois ela não "tem" lugar algum, a não ser aquele que ela funda, mas para onde é incapaz de conduzir, imediatamente, nenhum caminho que parta de qualquer instalação fixa".

A problemática do ser refere-se ao todo da Universidade, a qual trama conhecimento já sedimentado no sistema produtivo como condição de possibilidade de reconstrução e de passos além da ingenuidade ocorrente em que nada se decide, a não ser o barateamento de uma mercadoria que cada vez mais perde o seu valor. O conhecimento consolidado e

passível de repasse pelos meios técnicos apresenta à Universidade de hoje a exigência da retomada do salto qualitativo que Heidegger denomina de REFLEXÃO PENSANTE, a não ser que se dê por satisfeita de permanecer como empresa político cultural sempre obediente a um sistema que enquanto aprendiz impõe seu ensino, seus valores e seus critérios para a continuidade do desastre.

Em todo o mundo há atualmente discussão sobre a Universidade e sua crise. Pode-se reduzi-la a uma escola técnica superior para a democratização de um senso comum científico sempre provisório e, por isso, incapaz de jamais formar, em poucos anos, profissionais com saber definitivo, sem necessidade de continuidade em pesquisa e reflexão pensante? Basta à Universidade que se adapte rapidamente às exigências de ensino profissionalizante para o mercado de trabalho? A arregimentação para o engajamento político-partidário é condição suficiente para o status universitário? Até que ponto se decide na Universidade o rumo da ciência e da sua utilização na técnica? As pesquisas constituidoras de imenso poder de manipulação e controle da vida das áreas da biotecnologia e da computação decidem-se na discussão pública da Universidade ou já desde muito tempo fazem parte dos acervos militares não tão públicos por motivos de segurança nacional dos respectivos países? Para que serve o status de Universidade além de somente representar um aglomerado de faculdades apavorado com os que fazem o mesmo?

A crise que obriga a todos no engajamento reflexivo sobre os rumos da Universidade não pode esgotar-se em somente contemplar a boa vontade administrativa dos que foram por nós eleitos para tanto num regime de representação. Existem muito mais coisas sobrevoando às nossas cabeças do que meros aviões de carreira. A crise da Universidade de hoje pode nos ajudar a reinstituir o exercício da capacidade de julgamento participante, numa retomada da interlocução solidária em reflexão pensante.

REFERÊNCIAS

RIFKIN, J. *O século da biotecnologia***.** A valorização dos genes e a reconstrução do mundo. São Paulo: Makron Books, 1999.

SCHNEIDER, Paulo Rudi. *Idéia de Universidade:* profissionalização, pesquisa e cultura. In: Filosofia e ensino (p. 355-372). Ijui: Editora Unijuí, 2002.

_____. (organizador). *Introdução à Filosofia*. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

STEIN, Ernildo. *Epistemologia e crítica da modernidade.* Conferências filosóficas I. Ijuí: Unijuí, 1991.

32.3.5 A crise da Unijuí, com a palavra os Docentes, o Sindicato[36]

Jaeme Callai[37]

A universidade brasileira está em crise. Os docentes das instituições federais acabaram de sair de uma greve por reposição salarial que se prolongou por mais de cem dias. Várias instituições privadas confessionais ou comunitárias fundacionais enfrentam forte crise financeira com demissões de funcionários e docentes e, mesmo algumas instituições privadas empresariais, necessitam readequar-se diante da retração da procura por seus cursos.

A esta crise que podemos identificar como financeira deve-se acrescer outros dois condicionantes que tornam a situação do sistema universitário brasileiro ainda mais instável. O governo federal preocupado em expandir as oportunidades educacionais tem aumentado o número de vagas nas universidades existentes e ao mesmo tempo criado novas instituições federais de ensino superior e concomitantemente tem proliferado o número de cursos, virtuais a distância, especialmente no campo das licenciaturas e das ciências humanas e sociais. Neste último caso são cursos que não contam com praticamente nenhuma infra-estrutura de biblioteca, laboratórios, espaços de pesquisa e professores à disposição dos alunos, o que lhes permite praticar preços extremamente reduzidos.

Da conjugação destes três fatores mais estruturais pode-se afirmar que está em curso uma modificação no "mercado brasileiro de ensino superior". Dentre as universidades privadas parece consolidar-se a ótica e a ética da mercantilização do saber. No dizer de uma professora, o modelo administrativo que se está impondo é o do *Just-in-Time*, do estoque zero. Zero

[36] Texto publicado na Revista nº 71, SINPRO NOROESTE: abril 2006, 23-24.

[37] Professor do Departamento de Ciências Sociais da Unijuí.

biblioteca, zero laboratório, zero professores, um ensino mercantilizado, organizado na forma de franquias, ministrado por escolas *pret a porter*, por baixo preço e qualidade. De outro lado, consolidam-se políticas públicas que confundem e reduzem o interesse público unicamente à dimensão estatal, que se recusa reconhecer a especificidade das universidades públicas não-estatais. O MEC, refém do corporativismo das universidades estatais, tem considerado anátema o apoio a universidades que constituem o terceiro setor – nem estatal, nem privado empresarial. É uma atitude cômoda que, é bem verdade, reforça uma miopia que teima em querer reduzir o mundo e o real à uma perspectiva dicotômica que separa em campos opostos e antagônicos "bons" e "maus", no caso, universidades estatais, ou o resto.

Um exemplo do reducionismo e cegueira que esta política vem produzindo. O governo federal alardeia que graças ao PROUNI foi ampliado significativamente o número de bolsas de estudo (a gratuidade) oportunizando a permanência ou acesso de estudantes pobres ao ensino superior o que é uma verdade, mas no caso da Unijuí que já possuía um sistema de bolsas (que inclusive tinha a participação da representação estudantil na análise e definição das bolsas), o Prouni representa um retrocesso político e uma penalização aos estudantes. Diminuiu o número de bolsas, de alunos beneficiados, e a possibilidade de participação dos estudantes em assunto de seu interesse.

É caso de pensar se a boa democracia não recomenda tratar de forma desigual aos desiguais, reconhecendo-se no caso da Unijuí uma história de décadas de compromisso cidadão com a democracia.

Voltemos à crise, no caso específico da Unijuí o que temos? Pela primeira vez na história de crises financeiras da instituição, observa-se uma conjuntura de retração de matrículas, de ingressos. A instituição encolheu, as receitas muito mais rapidamente do que as despesas. Esse descompasso compreensível e em certa medida inevitável agrava o quadro de crise. Nos últimos meses as receitas vêm diminuindo e o déficit aumentando. As medidas de enfrentamento propostas pela Reitoria implicam em ajustes na oferta de cursos, a redução de pessoal, a "densificação" de turmas/disciplinas, a ampliação da carga de trabalho docente. Estas medidas certamente têm impacto no desempenho acadêmico, no nível de stres do corpo funcional, no ambiente acadêmico de forma geral.

É possível superar esta crise, a que preço, com que resultados? Estas questões estão latentes, muitas são as manifestações de docentes interessados em discutir o projeto institucional. A reflexão aberta, democrática, coletiva – que foi uma das marcas distintivas do ser Unijuí, é reivindicação de muitos professores. Mas este interesse é o da maioria ou estão os docentes mais preocupados com suas responsabilidades profissionais imediatas, cuidando de preservar seus empregos, abdicando da responsabilidade de envolver-se numa discussão mais de fundo? Talvez na resposta que se tiver a este questionamento esteja a dimensão mais radical da crise da Unijuí, que não se reduziria então ao aspecto financeiro, mas ao abandono da dimensão utópica que necessariamente deva animar um projeto de universidade e no limite um projeto de sociedade. Será a Unijuí ainda tem um projeto que anima o coração e as mentes de seus professores e funcionários, ou transformou-se numa indiferenciada oportunidade de trabalho? Indiferenciada por não fazer qualquer diferença trabalhar aqui ou alhures; indiferenciada por considerá-la igual a qualquer outro lugar ou instituição; indiferenciada por que "tanto faz", com a condição que eu faço meu trabalho e meu salário não atrase.

Afora o caráter democrático antes referido, a instituição tem como característica fundante uma proposição auto-gestionária. Seus professores, funcionários e alunos constituem, não só a comunidade acadêmica mas também elegem seus dirigentes e possuem representação nas diversas instâncias decisórias. Esta característica de auto-governo resultou de decisão anterior a disposições impostas por via legal ao sistema universitário público estatal ou privado. A Unijuí foi pioneira, antecipou-se à luta pelo "um terço" que era na década de 60 bandeira de luta da UNE (tempos de Zé Dirceus e Zé Serras). Não teremos malbaratado esta conquista, reduzindo-a participação na gestão a uma dimensão meramente formal?

A luta sindical de professores e de funcionários unificada sob bandeiras gerais de reivindicações salariais, benefícios sociais tem dado conta desta especificidade da Unijuí? A lógica sindical reduz-se à dimensão corporativista de defesa dos interesses dos trabalhadores como se a Unijuí fosse propriedade de alguém ou de alguns que beneficiar-se-iam da expropriação da mais valia dos professores e funcionários. Por muitos anos foi possível garantir conquistas e ganhos salariais em detrimento de outros gastos ou investimentos. Agora ao modificar-se tão violentamente a conjuntura econômico-financeira, qual é a resposta mais adequada de parte do sindicato? A intransigente defesa de seus interesses ou o estabelecimento de um pacto que garanta a sobrevivência institucional, dos empregos e até do sindicato?

O questionamento é pertinente pois em anos anteriores, fiéis ao "manual do sindicalista", temerosos da acusação de "pelegos", impusemos à instituição penalidades pecuniárias, multa por atrasos salariais e pelo não pagamento adiantado de mês de férias. A vitória na defesa de "nossos direitos" resultou em maiores déficits, na busca de financiamento bancário. Nossa vitória resultou na transferência, para os bancos, e a de recursos já escassos e agora aumento da carga de trabalho e demissões de funcionários e professores. Estamos sendo inteligentes?

Claro que a crise não é só de ordem interna e sequer se resolve unicamente pela via de um pacto – docentes, funcionários, sindicatos, reitoria. Há fatores internos que precisam ser enfrentados. O caráter público não-estatal precisa ser reafirmado, reconhecido pelos governos e objeto de políticas públicas específicas, diferenciadas. Para além da posição da Reitoria qual é a posição e responsabilidade do sindicato? Ensino público, gratuito e de qualidade é , direito único, prerrogativa exclusiva, das universidades estatais como querem fazer crer suas corporações, ou pode ser reivindicado legitimamente por universidades públicas não estatais como é o caso da Unijuí?

33 AUTO-AVALIAÇÃO DOS INTEGRANTES DA CPA

33.1 AUTO AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA CPA

Ângela Patricia Spilimbergo[38]

Considero que minha participação na CPA foi e está sendo um grande aprendizado. Ingressei na CPA em setembro de 2005 e considero que minha participação nos primeiros meses na comissão foi com muitas dúvidas e inseguranças, pois o trabalho da comissão já havia iniciado e eu precisava me inteirar de todo trabalho que já estava em andamento. Mas, com o passar do tempo acredito que estou conseguindo participar do trabalho de uma forma mais intensiva e integrada com o grupo.

Um momento, que considero difícil, foi o de leitura e sistematização dos memoriais de auto-avaliação dos departamentos, no que se referia ao "Ensino". Este momento considero que foi difícil, pois senti a necessidade de ter alguém junto comigo realizando-o, para poder discutir e sistematizar da melhor forma possível o que os departamentos escreveram em sua auto-avaliação.

Acredito que tenho muito ainda a aprender e a crescer dentro desta comissão, continuando a realizar um trabalho constante junto ao grupo.

33.2 AUTO-AVALIAÇÃO

Cláudia Maria Seger Cunegatti[39]

Participar da CPA significou estar envolvida e comprometida de modo transparente com o processo avaliativo da Unijuí. É necessário ser imparcial e ao mesmo tempo apontar aspectos frágeis e potenciais presentes à nossa volta. O que não é fácil. Esta tarefa demanda um posicionamento e um olhar crítico rigoroso uma vez que, em muitas situações, nos habituamos com o que temos e deixamos de perceber circunstâncias que são decisivas. Ao estarmos atentos, percebemos que sempre há situações que podem ser melhoradas.

Confesso que fui pega pelo tempo. Entrei na CPA no mês de março deste ano e, aos poucos, tive a oportunidade de acompanhar as discussões realizadas durante todo o processo avaliativo. Tive condições de trocar idéias com meus colegas da comissão, o que foi muito produtivo. Realizei um trabalho individual de leitura de manuais, relatórios, memoriais e documentos arquivados na CPA para conhecer o que já estava construído pela comissão. Isso me proporcionou compreender a dimensão do trabalho avaliativo desenvolvido. O que não havia percebido antes enquanto professora da instituição sem vínculo com a CPA.

Pude também perceber a seriedade e o envolvimento de cada um dos colegas da CPA nas análises que desenvolvem a partir do que está registrado nos documentos enviados para a comissão pelos diversos segmentos da instituição. Para mim, foi um enriquecimento pessoal e profissional. Dialogar com colegas de outros departamentos e setores foi grandioso uma vez que cada um tem um olhar diferente do meu. De fato foi uma aprendizagem significativa que tive oportunidade de realizar.

Além disso, não poderia deixar de destacar a acolhida que tive dos colegas da CPA, que contribuiu para o meu gostar de estar neste lugar. Por fim, ao sermos convidados para os desafios institucionais, penso que é de fundamental importância contribuir do nosso jeito, de modo a constituirmos a Universidade que desejamos.

[38] Representante da Categoria Docente. Professora do DeFEM – Departamento de Física, Estatística e Matemática.

[39] Representante da categoria docente. Professora do DePE – Departamento de Pedagogia de Santa Rosa.

33.3 AUTO–AVALIAÇÃO

Francieli Denise Diana[40]

Em setembro de 2005 recebi o convite para integrar a Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí, sendo que foi com grande satisfação e interesse que passei a participar das reuniões e atividades que como membro representante do corpo técnico-administrativo me foram atribuídas.

A avaliação na Unijuí é um processo contínuo, pois faz parte da cultura da Universidade. Diante disso, entendo que a oportunidade de participar desta via de avaliação institucional é de fato "fazer parte" de um espaço diferenciado, e também de certa forma, no meu ver, privilegiado, pois cabe a CPA envolver a comunidade interna e externa, através de seus diferentes sujeitos, neste processo de avaliação, o que implica muitas vezes em uma auto-avaliação própria do indivíduo enquanto cidadão partícipe deste universo institucional.

Além disso, percebo que tal envolvimento dos diferentes públicos da instituição é também um desafio, já que é preciso sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância da avaliação na Universidade, fazendo com que assumam de fato um papel de agente ativo na construção da SUA instituição, tanto de trabalho quanto de estudo.

A participação na CPA instigou meu interesse particular em poder contribuir de alguma forma para a avaliação da Unijuí, assim, estou concluindo o desenvolvimento do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização *Lato Sensu* em Marketing justamente nesta linha, onde irei trabalhar a partir do enfoque do Marketing de Relacionamento a relação da Unijuí com seus egressos.

33.4 AUTO-AVALIAÇÃO

Helena Copetti Callai[41]

Participar de um processo de auto-avaliação, no meu entendimento exige-se desacomodar, se desafiar e construir critérios para olhar a si próprio em seu trabalho e ao mesmo tempo ser criativo e ser exigente. Foi essa a sensação e foram neste nível os ganhos que obtive ao participar desse processo durante o período em que desencadeamos, pela CPA, a tarefa de propor a realização da auto-avaliação institucional.

Coordenando o processo interno da avaliação, foi possível em muitos momentos perceber a importância desses desafios, para uma comunidade acadêmica que se dispõe a refletir sobre os seus caminhos, considerando a trajetória de sua construção e com a clareza de que o mundo não para, sendo que constantemente são colocadas novas verdades e desafios.

A CPA, no contexto dos SINAES, ao se caracterizar como o grupo a quem cabe motivar e propor a auto-avaliação exigiu de nós estudos e definição de rumos específicos, para a condução dos trabalhos e, inclusive de re-orientação durante o processo, o que representa o desafio de não se apegar a respostas únicas e a disposição em aceitar o diferente. Como coordenadora da Comissão percebi que para o grupo todo, os desafios foram permanentes e o compromisso de atuação também.

Considero, neste contexto, que temos uma missão cumprida e que os resultados, ao serem colocados para a comunidade acadêmica, expressam aquilo que foi possível e adequado fazer. Talvez se tivéssemos adotado outras estratégias poderíamos envolver mais intensamente a mais pessoas. Mas as propostas definidas tiveram sempre como pano de fundo os estudos que fizemos sobre os documentos do SINAES, sobre as reflexões produzidas a partir das fases anteriores da avaliação institucional e a produção bibliográfica existente a respeito.

[40] Representante da categoria Técnico-Administrativos e de Apoio e Pesquisadora Institucional da Unijuí.

[41] Professora do DCS – Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências e Coordenadora da CPA da Unijuí.

33.5 AUTO-AVALIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIJUÍ

Ligia Beatriz Bento Franz[42]

O processo de avaliação é sempre um momento de reflexão de nossas atividades, nos faz pensar em nossos objetivos e metas quanto às nossas atividades profissionais. Minha participação na CPA - Comissão Própria de Avaliação Institucional da Unijuí me forçou ou oportunizou mais do que isto, a conhecer melhor a Instituição, trocar idéias e construir novas perspectivas para a área em que atuo, mostrou a importância do relacionamento, interação, de modo transparente com as outras instâncias, setores, atores, que fazem parte de uma Instituição de Ensino Superior (docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade externa), a importância do fazer escutar e falar, do diálogo entre as partes.

33.6 AUTO-AVALIAÇÃO

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa[43]

Acompanho, na Unijuí, o processo de avaliação institucional desde a sua oficialização, em 1994, pela inserção da Instituição ao PAIUB – Programa de Avaliação Institucional, pela condição de Assessora da Vice-Reitora de Graduação e, no período de março de 1997 a junho de 1999, como membro da CCAI – Comissão Coordenadora de Avaliação Institucional, nomeada pela Portaria da Reitoria nº 20/97.

A partir desse envolvimento e, hoje, integrando a CPA, nomeada pela Portaria da Reitoria nº 54/2004, atuando, também, como coordenadora adjunta, tenho a compreensão de que a avaliação institucional tem sentido na medida em que se propõe a incentivar, refletir e sistematizar o conhecimento sobre a realidade da instituição, buscando explicitar e emergir os vários sentidos presentes na comunidade universitária. Além disto, que a participação dos diferentes atores institucionais, (docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade externa) quer seja nos departamentos, nos setores, nos diretórios acadêmicos, nos fóruns institucionais, nos corredores e nos espaços de convivência, é que constroem os referenciais de avaliação, e que fazem emergir as intenções e finalidades da instituição, ou seja, os sentidos de cada grupo, de cada área, que compõem a universidade. Compreendo, também, a avaliação institucional como um elemento de gestão e, portanto, por essência, inacabado, dada a condição do ser humano de busca do novo e de melhoria de seus processos, quer seja, pelas ações, atitudes e pesquisa.

Por ter acompanhado e participado das diferentes fases de avaliação é possível reconhecer que tanto a CCAI, quanto a CPA pautou e pauta a avaliação pelos princípios da reflexão, motivação e sistematização. Ambas as experiências oportunizaram-me aprendizagens no contexto institucional, profissional e pessoal.

Do ponto de vista do trabalho da CPA, realizou-se as atividades de modo a envolver todos os segmentos, mas percebe-se que há necessidade de se pensar estratégias de maior visibilidade das diferentes metodologias de avaliação desenvolvidas nos diferentes segmentos da Universidade, pois isso possibilitará aprendizagens e projetos futuros tanto para a CPA quanto para as unidades universitárias.

Quero registrar que a minha atuação no processo de avaliação institucional e, especialmente, na CPA possibilitaram-me aprendizagens e desafios constantes contribuindo para a minha formação tanto profissional, quanto acadêmica. Este é um tema que pretendo aprofundar, participando de grupo de pesquisa.

[42] Representante da Categoria Docente. Professora e Chefe Substituta do DCSa.

[43] Representante da categoria de Técnico-Administrativos e de Apoio e Coordenadora Adjunta da CPA.

33.7 AUTO-AVALIAÇÃO

Naira Silvana Colato Eder[44]

Os membros da CPA coordenaram a avaliação institucional até o momento, a partir de agora devemos nos auto-avaliar, fazermos uma reflexão das nossas atuações dentro da Comissão.

Participo como membro da Comissão Própria de Avaliação da Unijuí desde sua criação em 2004. O convite para participar da mesma me deixou bastante lisonjeada, pois ser indicada para representar o pessoal Técnico-Administrativo dentro de um número elevado de funcionários tão ou mais capazes de participar dessa importante tarefa, foi importante, também, para meu crescimento pessoal.

Desde o princípio dos trabalhos percebemos que a maioria dos espaços da instituição está familiarizada com o processo de auto-avaliação, firmando o caráter de vivência democrática que temos, dando grande importância aos processos de discussão, pois acreditamos que somente assim, repensando os nossos processos, é que se pode traçar metas que venham ao encontro das necessidades institucionais.

Participando desse processo de auto-avaliação institucional, percebemos o quanto nossa Universidade cresceu, e como isso torna difícil algumas tarefas, como conhecer o todo institucional, fazer as informações circularem igualmente em todos os setores e de onde nos colocar dentro deste universo. Assim, não foi fácil, em alguns momentos, a participação efetiva dentro da CPA. Foi impossível a participação de todas as reuniões que ocorreram, pois o nosso trabalho dentro do setor a que somos locados continuou da mesma forma e tivemos que dar conta disso.

A minha participação como membro de um dos *Campi* da Unijuí, no caso Santa Rosa, foi importante, pois mostrou a importância do mesmo no contexto Institucional. Porém, trouxe um pouco de dificuldade essa não proximidade do local onde eram concentrados os trabalhos da CPA, necessitando de deslocamento, impedindo uma maior participação, já que em reuniões rápidas era difícil o deslocamento.

Por isso, a importância de nós membros da CPA, também nos auto-avaliar individualmente e como grupo, pois permite avaliar e reavaliar os processos pelos quais optamos trabalhar. O grupo como um todo teve um ótimo relacionamento, e primando pelo princípio institucional da Unijuí - universidade comunitária regional, de fins filantrópicos - pública não-estatal, que é do diálogo democrático, nada foi imposto a nenhum membro que constituiu a CPA, todas as decisões e tarefas encaminhadas foram tomadas no grupo, os membros eram convidados a participar dos processos e a cada um coube decidir quando e como poderia colaborar com o andamento dos trabalhos.

Esperamos ter colaborado para repensarmos mais uma vez nossas ações, e que os 48 anos de ensino superior e os 20 anos de reconhecimento da Unijuí como universidade, seja apenas o começo de um trabalho conjunto com a comunidade, por isso um trabalho sério, de responsabilidade e participativo.

33.8 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NA CPA

Pedro Carlos Rasia[45]

A Comissão Própria de Avaliação [CPA], é uma atividade que proporciona conhecimentos sobre as atividades institucionais a partir de levantamentos, bem como observações, análise documental, sistematizações, pareceres e dados que forneceram informações que subsidiam avaliações a partir de informações e subsídios que permitem realimentação das ações institucionais.

Minha participação na atual Comissão Própria de Avaliação-CPA iniciou a partir do segundo semestre de 2005, como um dos representantes do Corpo Docente.

[44] Representante categoria Técnico-Administrativo e de Apoio, Campus Santa Rosa. Atua na Secretaria Acadêmica de Santa Rosa.

[45] Representante da Categoria Docente. Professor do DeAd – Departamento de Estudos da Administração.

No segundo semestre de 2005 foi possível, através da CPA, participar das seguintes ações:

- Reuniões, encontros e eventos promovidos e realizados pela CPA;
- Conhecimento, análise e elaboração de parecer sobre Memoriais Descritivos preparados pelos Departamentos, Unidades Universitárias e Setores da Instituição;

No primeiro semestre de 2006;

- Estive envolvido na preparação de relatório analítico da atuação da Unijuí no âmbito da Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização).

A partir de março tive dificuldade de participar das reuniões periódicas da CPA, pois o dia e turno coincidem com horário de aula.

A inserção na Comissão Própria de Avaliação tem proporcionado continuidade e avançar em nossos estudos e preocupações com o planejamento universitário e a pesquisa e avaliação institucional que iniciamos com o mestrado em Administração Universitária realizado na Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC, e que continuamos com a participação na primeira Comissão de Avaliação Institucional na Unijuí no final da década de oitenta, prosseguiu como integrante da CAI da Unijuí no período de 1995 a 2000, e como Avaliador "ad Hooc" do MEC/INEP/SINAES da área de Administração desde maio de 2002.

Sendo assim, participar da Comissão Própria de Avaliação, tem sido oportunidade de avançar mais e melhor em conhecimentos e compreensão da gestão, planejamento, pesquisa e avaliação institucional como objeto de estudo e interesse.

33.9 PERCEPÇÕES DA ATUAÇÃO NA CPA

Viviane Rodrigues Lucca[46]

As temáticas, avaliação e rumos das universidades comunitárias foram assuntos despertados ao longo da minha trajetória institucional[47]. Refletir, aprofundar, dialogar e agir nesta perspectiva, se constituíram nos norteadores da minha participação na comissão, produzindo efeitos nos espaços em que atuo.

Recebi o convite para atuar na CPA em 2004, com satisfação, tendo em vista meu interesse pelo tema, bem como pela disposição em atuar nesta via institucional primando pela cultura da avaliação, da reconstrução de posturas, de processos e de práticas, constantemente. Esse período de atuação na CPA até os dias atuais foi imprescindível, pois contribuíram para melhor compreensão do significado e do sentido do avaliar em uma Instituição como a Unijuí, e desta forma contribuir na promoção e ampliação de espaços iniciando pela minha unidade de atuação[48] e assim para com as demais áreas que me relaciono.

Acredito, que a atuação neste universo foi importante na medida que tive oportunidade de aprofundar o significado e a importância do processo para esta Instituição que atua nesta perspectiva desde sua fundação. Foi possível perceber, atuando na CPA, que o ato de avaliar se constitui numa prática atual, incessante na busca da renovação, do aprender a aprender, bem como se refere a um compromisso e um instrumento de gestão.

Compreender o papel enquanto representante do corpo técnico, administrativo na CPA e o seu objetivo, relacionando-o com a prática da avaliação instituída ao ambiente universitário há pelo menos quatro décadas, e as ações decorrentes desta, constituíram-se num desafio desta trajetória.

Neste momento, fase de conclusão de uma etapa, simbolizada pelo relatório de atividades percebeu-se o crescimento obtido e as contribuições realizadas visando à ampliação da difusão da cultura da avaliação ainda que já se constitua numa prática institucionalizada.

---

[46] Representante do corpo técnico - administrativo e de apoio na CPA. Chefe do Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Unijuí.

[47] Atuo há doze anos nesta Instituição como técnica administrativa, tendo participado de outros espaços como o CONSU- Conselho Universitário, CPTA- Comissão Permanente Técnicos Administrativos e de Apoio e CPA- Comissão Própria de Avaliação.

[48] Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encerramento desta fase da Auto-Avaliação Institucional e a entrega à comunidade acadêmica deste relatório que está sendo enviado ao INEP expressa um marco do trabalho da CPA.

Está cumprida uma tarefa que envolveu o planejamento de ações, um processo de sensibilização da comunidade acadêmica, o envolvimento de todos os setores institucionais, das pessoas em geral e da direção da Unijuí. As respostas foram sendo apresentadas ao longo deste período, das formas que foram julgadas adequadas e convenientes por cada um dos envolvidos.

A opção da CPA em deixar aberta a possibilidade das formas de encaminhamento da auto-avaliação permitiu de um lado que cada um escolhesse/definisse o melhor modo de fazer a sua auto-avaliação. De outro lado, a não padronização da metodologia resulta na diversidade do material que foi recebido.

A identidade da Unijuí, enquanto instituição universitária, afirma-se, não apenas pelo olhar interno, mas pela possibilidade da participação e opinião de todas as unidades da universidade e da sociedade, explicitadas, inclusive, pela norma jurídico-política, isto é, o Estatuto e o Regimento Geral. A instituição de forma orgânica abre espaço à comunidade universitária e à sociedade para participar de seu projeto, ou seja, ela se abre na perspectiva de "escutar" "refletir" e "agir" a partir das demandas institucionais e da região para a discussão de alternativas pela coletividade. Essa dinâmica materializa-se pelo processo de avaliação institucional instaurado na universidade desde sua fundação.

Esta história da Unijuí evidencia o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões sustentada no princípio democrático, do diálogo e da interação no âmbito da comunidade universitária e da comunidade regional. É nessa perspectiva que na Unijuí, desde sua origem, o processo de avaliação institucional constitui-se em elemento importante no contexto da gestão acadêmica e administrativa. Como processo de gestão dinamiza-se pelos princípios da continuidade e da participação, que pode ser identificado pela postura assumida pela Comissão Coordenadora de Avaliação Institucional da Unijuí, de coordenar o processo de avaliação ouvindo as instâncias institucionais e comunitárias. Portanto, quem faz a avaliação é a universidade.

O continuum da auto-avaliação pôde ser demonstrado no decorrer do trabalho, quando nos primeiros meses após constituída, a CPA se estruturou, estudando e discutindo os documentos do SINAES, os relatórios e a produção da Unijuí (e Fidene), no que diz respeito à auto-avaliação. A partir daí foi organizado o plano de trabalho e tiveram início os contatos, através de várias reuniões, para informar do trabalho e da metodologia que seria usada.

Na primeira reunião com a reitoria ficou acertado por sugestões da mesma, que o processo fosse interligado ao processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional e elaboração do Plano Plurianual para que os vários setores fizessem a sua auto-avaliação já se organizando para a produção do seu diagnóstico com vistas ao planejamento.

Neste processo de auto-avaliação, segundo os documentos do CONAES, a mesma deve se caracterizar como um "processo auto-avaliativo, respeitando a identidade e as especificidades institucionais". Portanto, se a Unijuí tem uma história longa no exercício de se auto-avaliar constantemente, o desafio posto foi de provocar e promover o espírito criativo e renovador de toda a comunidade acadêmica, no sentido de construir a sua metodologia, desencadear os processos e organizar formas de apresentação dos resultados. Isto de certa forma colocou à CPA o desafio (trabalhoso) de como dar conta de ser fiel ao que cada um percebe e reconhece na sua avaliação, e que nos foi apresentado nos relatórios. Assim entendemos que mesmo percebendo que aspectos importantes não foram considerados, não nos cabia alterar o que consta nos relatórios, nem que fosse para acrescentar o que aos nossos olhos não constava mesmo existindo.

O trabalho da CPA se pautou por "coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição" (Roteiro de Auto-Avaliação Institucional III Fase). A proposição de que fosse elaborado o "Memorial do Departamento" procurou contemplar aquilo que na Unijuí é a instância da estrutura básica, pois a ele estão adscritos os professores, os cursos de graduação, os programas de pesquisa e de extensão. Por solicitação de alguns departamentos a CPA elaborou um roteiro que permitisse englobar todos os aspectos que deveriam constar do "Memorial Reflexivo dos Departamentos". No entanto, foi acentuado que era apenas uma sugestão de roteiro e como tal não seriam cobrados dados homogêneos e nem que exigissem comparação. O respeito à história de cada departamento e a forma como o pessoal a ele descrito se vê a si e ao departamento, e à universidade foi considerado o ponto chave, por respeitar a identidade, a criatividade e a capacidade de pensar o seu futuro.

O roteiro do *Memorial Descritivo Reflexivo dos Departamentos*, proposto pela CPA, consta de:

• Reflexão histórica da presença do departamento na Constituição da Unijuí;

• Reflexão do momento atual vivido pelo departamento;

• Supõe a análise do "lugar do departamento" no contexto de universidade e da Unijuí em particular.

Considerações

• A criação de cursos:

– Graduação;

– Pós-graduação;

• O núcleo central de docentes que permite "caracterizar" cada curso.

• A Alocação de trabalho de docentes em outros departamentos;

• A condição de trabalho dos docentes;

• Capacitação pedagógica.

Análise do Ensino

• Tendo em vista:

– Espaço Físico:

• Laboratórios;

• Salas de aula;

• Biblioteca;

• Outras.

– Formação continuada;

– Carga de trabalho:

• Cumprimento dos créditos;

• Outras específicas do Departamento.

"A perspectiva que deve dar o pano de fundo é a *concepção* da(s) área(s) de conhecimento que identifica o departamento".

Análise da Pesquisa

• Reflexão Histórica dos caminhos da pesquisa no departamento;

• O significado da sua produção para a qualificação da área do conhecimento específico;

• Importância da produção para a Unijuí considerando a finalidade dos cursos, a sua inserção regional e na comunidade acadêmica;

• Importância de produção para o contexto em que se insere, e para o contexto mais amplo da comunidade científica em que se inserem os grupos de pesquisa do departamento;

• Qualificação da graduação em relação as pesquisas de pós-graduação e programas de Iniciação Científica;

• Descrição e análise da pesquisa atual:

– Condições Objetivas;

– Programas e respectivos projetos;

– Perspectivas futuras;

• Programas de Iniciação Científica.

Análise da Extensão

• Reflexão histórica do significado da extensão praticada pelo departamento:

– Importância para os grupos sociais atingidos;

– Importância para o desenvolvimento e qualificação dos docentes do departamento;

– Importância para o ensino nos cursos do departamento e para outros cursos onde o departamento atua.

• Descrição e análise da extensão atual:

– Condições Objetivas;

– Programas e respectivos projetos;

– Receptividade /retorno dos grupos sociais participantes

– Perspectivas futuras;

– Envolvimento de Estudantes com a extensão.

Infra-estrutura

• Caracterização do existente;

– Verificação de estrangulamentos e/ou fragilidades;

– Verificação das potencialidades.

• Considerações:

– Secretaria do Departamento;

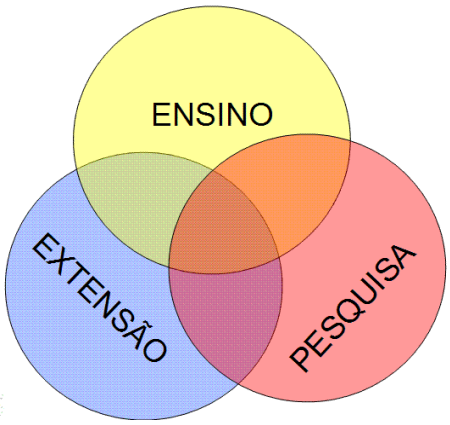
– Acessibilidade;

– Laboratórios acessíveis aos alunos;

– Laboratórios acessíveis para prestação de serviços a

– Novas Tecnologias**;**

– Demais áreas.



Filantropia

• Análise da Filantropia realizada pelo Departamento e co órica e atual).

"Ouvir e analisar a percepção dos alunos diretamente envolvidos com o departamento".

Egressos:

• Política de acompanhamento dos egressos

• empreendedorismo;

• análise do aproveitamento dos profissionais;

• satisfação das instituições empregadoras.

Conclusão

• O que se pretende é essencialmente uma análise crítica que avalie o departamento em suas características e condições para servir de base ao planejamento do departamento.

• Dados quantificados podem aparecer no memorial sempre que necessários e adequados segundo o entendimento do próprio departamento.

No decorrer do trabalho muitos momentos de discussão foram criados e motivaram interessantes desafios, especialmente pelo fato de que a Unijuí passa por séria crise financeira resultante da confluência de uma crise regional de natureza econômica e da crise que atinge as universidades comunitárias. Isso tem reflexos na instituição com mudanças significativas na dinâmica interna, o que por um lado está a exigir criatividade e empenho para os encaminhamentos e uma sensação de desânimo entre os docentes em geral. Além do mais, esta situação deveras complicada por que passam as universidades comunitárias está a impedir a continuidade de uma experiência de ensino superior que a nosso julgamento é extremamente significativo. São instituições ligadas à identidade regional onde se desenvolveram, são enraizadas em uma cultura específica e constituídas a partir de concepções que não são atreladas aos interesses empresariais e nem são públicas ligadas ao Estado. São as chamadas "universidades públicas não-estatal", que têm trazido grande contribuição ao desenvolvimento regional onde estão situadas e também interessantes experiências pedagógicas nas diversas áreas e em especial na educação e formação docente. Estas ao longo do tempo construíram a legitimidade institucional no caso da Unijuí, caracterizada por marcas que são tornadas públicas por meio de ações de intervenção social, em especial nas escolas e na produção de análises e propostas educacionais.

Merece destacar, neste sentido, o papel da Editora da Universidade que realiza um intenso trabalho de disseminação da produção universitária. Por vezes interligada com produção de outras instituições com edições conjuntas ou de professores que publicam por ela. Um exemplo é o trabalho do professor Clemente Herrero Fabregati que publica através do livro La Formación del Profesorado en Ciencias Sociales, a sua participação como docente do mestrado em educação.

E esta interação com instituições internacionais se configura cada vez mais forte através dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu,* que além dos três mestrados existentes, está com mais três a serem instalados e um doutorado. Para tanto, a reitoria tem dedicado especial atenção com a criação de comissões para estruturar os projetos e inclusive com a atenção aos parâmetros exigidos pela CAPES.

É importante ressaltar que são ações previstas no PDI e a partir destas se estabelecem as ações na Universidade.

Finalmente, cabe repensar a nossa própria ação/atuação como CPA. Talvez fosse possível delinear um quadro mais consistente (e concreto) se a opção metodológica adotada fosse diferente. No entanto, corremos o risco de não apresentar uma caracterização e análise "positivista", exatamente por não ser esta a nossa prática institucional. Um processo que se constrói no respeito a todos e instigando a criatividade não pode ser fechado e objetivo. As informações necessárias e adequadas para conhecer e avaliar a instituição estão nos documentos organizados internamente nos vários setores da instituição. Entendemos que nos cabe muito mais do que analisar estes dados, fazer as análises e críticas de como estamos vendo a nossa universidade, dentro de suas potencialidades. As fragilidades "aparecem" aos nossos olhos cotidianamente, e estas precisam ser resolvidas – a todos nós está muito claro.

Como meta avaliação temos os depoimentos dos integrantes da CPA. A discussão destas análises críticas singularizadas serão colocadas no interior de uma discussão maior do grupo, que servirá de base para a escrita de um artigo sobre a questão.

No tocante à proposição do SINAES entendemos louvável encaminhamento do processo de avaliação como um sistema. E consideramos importante que este relatório de auto-avaliação, agora elaborado pela CPA, possa "mostrar e fazer conhecer a Unijuí", dizendo como são suas práticas, quais são as diretrizes que tornam esta universidade uma instituição que tem a marca de participação, do esforço de auto-gestão e de prática democrática. "As universidades comunitárias, como esforço de luta pela implantação da esfera pública, podem constituir-se em espaços para ações políticas que permitam acumular forças no sentido de que democratizem e descentralizem as oportunidades de acesso à educação superior. A universidade comunitária, assim, sob essa leitura adquire uma dimensão pública" (Frantz, 2006).

Este é o nosso entendimento de Universidade. Se a nossa prática consegue dar conta disso é o que os processos de auto-avaliação podem nos dizer.

REFERÊNCIAS

AVALIAÇÃO. *Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior* – RAIES- v. 9, n. 2, jun. 2004 (1996 -).

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972. 348 p. (Coleção Debates).

BRUM, Argemiro Jacób. *Unijuí*: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas idéias. 2. ed. rev. e atual. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. 178 p. 2 v.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ - CPA. *Projeto de Auto-Avaliação Institucional* – III Fase. Ijuí: Ed. Unijuí, dezembro/2004.

_____. *Relatório Parcial de Auto-Avaliação Institucional na Unijuí*. Ijuí: Unijuí, dezembro/2005.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Plano estratégico de desenvolvimento regional*. Ijuí: Imprensa Universitária Fidene/Unijuí, 1994. 84 p.

CORRÊA, Darcisio. *Trajetória histórica do Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí*. In: Auto-Avaliação no Departamento de Estudos Jurídicos (Memorial). Ijui: Unijuí/DEJ, 2005.

CUNHA, Maria Isabel. *Auto-Avaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatória*. In: Avaliação. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES - vol. 10, n. 1, mar. 2005 (1996 -).

CUNHA, Luiz Antônio. *Autonomia Universitária*: Teoria e Prática. In: Avaliação. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES - v , n. 2, jun. 2004 (1996 -).

FIDENE. *Balanço Social 2003*. Ijuí: Fidene, 2003. 50 p.

_____. *Balanço Social 2004*. Ijuí: Fidene, 2004. 98 p.

_____. *Relatório e Balanço 2004*. Ijui: Unijuí, 2004. 507 p.

_____. *Relatório e Balanço 2005*. Ijui: Unijuí, 2005. 516 p.

FIDENE/UNIJUÍ. *A Universidade de Ijuí*. Razoes e condições de reconhecimento. Ijuí: Unijuí, 1985.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional da Fidene*; Plano de Desenvolvimento Institucional da Unijuí e Plano Plurianual da Unijuí. Ijuí: Unijuí, 2000. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 17).

_____. *Processo de Planejamento Institucional* : 1ª etapa – Referenciais estratégicos da Fidene. Ijuí: Unijuí, 2005 (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 22).

_____. *Seminário de Planejamento Institucional*: consolidação, integração, inovação. Ijuí, Unijuí, 01.08.2003.

_____. *Plano Plurianual da Fidene 2003 -2005 (OP/2004)*. Ijuí;Unijuí 2004. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 28)

_____. *Diretrizes Orçamentárias 2004(RDO/2004) e Orçamento Programa 2004 (OP/2004)*. Ijuí;Unijuí 2004. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 27)

_____. *Informações Gerenciais 1º Semestre de 2004*. Ijuí;Unijuí 2004. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 29)

_____. *Perfil da Dívida da Fidene* . Ijuí;Unijuí 2004. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 30).

_____. *Plano Plurianual dos Campi e Núcleos Universitários 2003 - 2005* Ijuí;Unijuí 2005 (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 31).

_____. *Diretrizes Orçamentárias(RDO/2005) e Orçamento Programa(OP2005)* Ijuí;Unijuí 2005 (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 32).

_____. Processo de Planejamento Institucional. Ijui.Unijuí,2005 (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 33).

_____. *Plano de Carreira do Magistério Superior na Unijuí* Ijuí;Unijuí 2005. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 34)

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. *As funções sociais da universidade*: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Unijuí, 2002. 248 p. (Coleção Ciências Sociais).

_____. *O processo de construção de um novo modelo de universidade*: a universidade comunitária. Ijuí, 2005 – inédito.

_____. O papel social da universidade comunitária na formação de professores. In. Educação Brasileira, V. 18, nº 36, janeiro/jan./jun. 1996. Brasília: CRUB, p. 155 – 172.

_____. *Campanha para gestão Reitoria 1993/1995*. Ijuí, Unijuí, 1993.

_____. *Discurso de homenagem ao pastor Heinz Dressel.* Ijuí, Unijuí, 04.09.2003.

_____. *A responsabilidade social da Unijuí.* Palestra proferida em evento do Paiung, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Erechim, 16.06.2004a.

_____. *A universidade comunitária no contexto das reformas*. Ijuí: Unijuí, Jornal Eletrônico Comunic@, 12.03.2004b.

HABERMAS, Jurgen. *A idéia de Universidade*. Processos de Aprendizagem. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, S/L, S/E, Vol. 74, jan-abr. 1993.

LDB – Lei n. 9.394 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 de dezembro de 1996.

LEI nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências (DOU de 15/04/2004 – Seção 01 – p. 3).

LEITE, Denise. *Reformas Universitárias*: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIMANA, Amir. *Os dilemas da demoracia: contribuições ao debate* - Texto para discussão. Editora Unijui - Ijuí, v. 10, 1995.

LONGHI, Solange Maria. *Referenciais de avaliação institucional*. In: Mortari, Magda Inês Moreira, Dalla Rosa, Magna Stella Cargnelutti, Silva, Ilton Benoni (orgs.). *Anais IV Encontro Nacional sobre Avaliação Institucional no Contexto da IES Comunitárias*. Passo Fundo: UPF 2001, 122 p.

Marques, Mario Osorio. *Universidade emergente* : o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983. Ijuí: FIDENE, 1984. 310 p.

_____. *Nossas Forças/*Mario Osorio Marques. Ijuí: Unijuí; Caxias do Sul: São Miguel, 2003. 264 p.

_____. *Educação nas ciências*: interlocução e complementaridade. Ijuí. Unijuí, 2002. 160 p. (Coleção fronteiras da educação).

_____. *Conhecimento e modernidade em reconstrução* . Ijuí: Unijuí, 1993. 126p.

MEC/CONAES. *Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Ensino Superior*. Brasília, agosto/2004.

MEC/CONAES/INEP. *Roteiro de Auto-Avaliação Institucional* – Orientações Gerais. Brasília, 2004

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo. *Educação Superior: democratizando o acesso*. Avaliação. In: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES- v9, n. 4, dez.2004 (1996 -).

PORTARIA nº 2.051. *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)*, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

RISTOF, Dilvo I. *O Sinaes e os seus desafios* . In: Avaliação. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES- v9, n. 1, jan.2004 (1996 -).

ROHDEN, Valério (Org.). *Idéias de universidade.* Canoas: Ulbra, 2002. 244 p. (Coleção ULBRA Filosofia – 2).

SCHNEIDER. *Idéia de universidade*, profissionalização, pesquisa e cultura. In: Rohden, Valério (org). *Idéias de universidade*. Canoas: Ulbra, 2002, 244 p. (Coleção Ulbra Filosofia -2).

SILVA, Ilton Benoni da; DALLA ROSA, Magna Stella Cargnelutti (Orgs.). *Avaliação institucional integrada*: os dez anos do PAIUNG. Ijuí: Unijuí, 2003. 248 p.

SINPRO NOROESTE. *Revista Informação*. Ijui: Gráfica Multicor, abril 2006, nº 71.

SOBRINHO, José Dias. *Avaliação Institucional* como Prática Social da Articulação. In. Silva, Ilton Benoni; Dalla Rosa, Magna Stella Cargnelutti (Orgs.). *Avaliação institucional integrada*: os dez anos do PAIUNG. Ijuí: Unijuí, 2003. 248 p.

SOBRINHO, José Dias. *Sobre a proposta do "Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*". In: Avaliação. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES- v9, n. 1, mar.2004 (1996 -).

TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O SÉCULO XXI, 1998, Paris. *Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior*. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.

TRENNEPOHL, Dílson. *Renovar para continuar*. Ijuí: Unijuí, junho 2004 (Processo Eleições Reitoria gestão 2004-2006).

TRINDADE. Hélgio (Org.). Universidade em Ruínas: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

UNIJUÍ. *Avaliação da gestão* – Relatório do Seminário. Ijuí: Unijuí, 1997a. (Cadernos da Avaliação Institucional, 14).

_____. *Avaliação da pesquisa na Unijuí* (relatórios-síntese das discussões nos Departamentos). Ijuí: Unijuí, 1997b. (Cadernos da Avaliação Institucional, 10).

_____. *Avaliação do ensino* (Graduação e Pós-Graduação*)*. Ijuí: Unijuí, 1997c. (Cadernos da Avaliação Institucional, 08).

_____. *Avaliação institucional*: Relato da Experiência da Unijuí. Ijuí: Unijuí, 1997d. (Cadernos da Avaliação Institucional, 09).

_____. *Ciclo básico de estudos na Unijuí*. Ijuí: Unijuí, 1995. (Coleção Cadernos Unijuí. Série Educação, 13).

_____. *Cumprimento das recomendações para cadastramento da educação a distância da Unijuí*. Ijuí, Unijuí, 2004a. (Documento enviado ao MEC).

_____. *Diretrizes institucionais de ensino na unijuí* – Formação Integral: formação geral humanística e formação acadêmico-profissional na Unijuí. Ijuí: Unijuí, 2000a. (Série Atos Normativos).

_____. *Estatuto e Regimento Geral*. Ijuí: 1985.

_____. *Estatuto e Regimento Geral*. Ijuí: Unijuí, 1994.

_____. *Estatuto e Regimento Geral.* Ijuí: Unijuí, 2000b.

_____. *Na contramão da crise e na mão da história* – seis anos de Unijuí. Ijuí. Unijuí, 1993.

_____. *Planos setoriais* e síntese da plenária. Ijuí: Unijuí, 2002b. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 24).

_____. *Pensando as eleições 2001*: Unijuí e suas perspectivas. Ijuí: Unijuí, 2001. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, n. 21).

_____. *Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí* – 2ª Fase – Junho de 2000. Ijuí: Unijuí, 2000d. (Cadernos da Avaliação Institucional, 18).

_____. Relatório de Gestão 1999/2004. Ijui, 2004. 88 p.

_____. *Seminário* Institucional de Avaliação do Ensino – Relatório. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999b. (Cadernos da Avaliação Institucional, 07).

_____. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior* – SINAES: Bases para uma nova Proposta de Avaliação da Educação Superior. Ijuí: Unijuí, 2003b. (Cadernos da Avaliação Institucional, 21).

_____. *Resolução do Conselho Universitário nº 06/2000* – Organiza e regulamenta o funcionamento do Comitê Científico e de Ética na Pesquisa da Unijuí. Ijui: Unijuí, novembro/2000.

_____. *Resolução do Comitê Científico e de Ética na Pesquisa nº 01/2*002 – Cria e regulamenta o Comitê de Ética em Pesquisa da Unijuí. Ijui: Unijuí, abril/2002.

_____. Resolução do Comitê Científico nº 01/2005.

UNIJUÍ, DBQ. *Memorial do Departamento de Biologia e Química* - Avaliação Institucional. Ijui:Unijuí/DBQ, junho 2005.

UNIJUÍ, DCSa. *Memorial Descritivo Reflexivo* - Auto-Avaliação Institucional. Ijui: Unijuí/DCSa, setembro 2005.

UNIJUí, DCS. *Relatório Parcial de Auto-Avaliação do DCS. Ijui:* Unijuí/DCS, dezembro 2005.

UNIJUí, DCS. *Relatório Final de Auto-Avaliação do DCS . Ijui:* Unijuí/DCS, março 2006.

UNIJUÍ, DECon. *Memorial Descritivo Reflexivo da Avaliação do Departamento de Economia e Contabilidade (parcial)* Ijui: Unijuí/DECon, junho 2005.

UNIJUÍ, DECon. *Memorial Descritivo Reflexivo da Avaliação do Departamento de Economia e Contabilidade (parcial)* Ijui: Unijuí/DECon, setembro 2005.

UNIJUI, Colegiado do DEAg. *Auto-Avaliação do projeto político pedagógico do curso de Agronomia* e Avaliação do curso de Agronomia junto aos acadêmicos do curso. Ijui: Unijuí/Colegiado do DEAg, outubro 2005 e março 2006.

UNIJUÍ, DEAd. *Auto-Avaliação Institucional – III Fase* - Memorial descritivo e reflexivo do DEAd – Ano Referência 2005. Ijui: Unijuí/DEAd, dezembro 2005.

UNIJUÍ, DELAC. *Auto-Avaliação Institucional DELAC.* Ijui: Unijuí/DElac, dezembro 2005.

UNIJUÍ, DEJ. Auto-Avaliação Departamento de Estudos Jurídicos. Ijui: Unijuí/DEJ, outubro 2005.

UNIJUÍ, DFP. *Auto-Avaliação Institucional* – Memorial Descritivo Reflexivo do Departamento de Filosofia e Psicologia. Ijui: Unijuí/DFP, julho 2005.

UNIJUÍ, DEFEM. *Auto-Avaliação Institucional* – Memorial Descritivo Reflexivo do Departamento de Física, Estatística e Matemática. Ijui: Unijuí/DEFEM, julho 2005.

UNIJUI, DePe. *Relatório da Auto-Avaliação.* Ijui: Unijuí/DePe, novembro 2005.

UNIJUÍ, DeTEC. *Auto-Avaliação Institucional* – Memorial Descritivo Reflexivo do Departamento de Tecnologia. Ijui: Unijuí/DEFEM, dezembro 2005.

UNIJUÍ, Campus Panambi. *Memorial Descritivo Reflexivo* – Campus Panambi. Ijui: Unijuí/Campus Panambi, março 2006.

UNIJUÍ, Assessoria de Comunicação Social. *Auto-Avaliação*. Ijui: Unijuí, agosto de 2005.

UNIJUÍ, Assessoria Jurídica. *Auto-Avaliação*. Ijui: Unijuí, julho de 2005.

UNIJUÍ, Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques. Campus Ijui, Santa Rosa e Três Passos. *Diagnóstico Auto-Avaliação.* Ijui: Unijuí, julho de 2005.

UNIJUÍ. Campus Panambi. *Relatório de Avaliação Institucional, alunos, funcionários e professores* – Campus Panambi. Ijui: Unijuí, março de 2006.

UNIJUÍ, Coordenadoria de Apoio aos Estudantes Universitários. *Auto-Avaliação.* Ijui: Unijuí, setembro 2005.

UNIJUÍ, Coordenadoria Financeira, Núcleo de Contabilidade e Orçamento e Núcleo de Tesouraria. *Processo de Avaliação Institucional.* Ijui: Unijuí, dezembro 2005.

UNIJUÍ, Coordenadoria de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico. *Relatório Avaliação Institucional.* Ijui: Unijuí, junho de 2005.

UNIJUÍ, Coordenadoria de Informática. *Relatório de Auto-Avaliação.* Ijui: Unijuí, setembro de 2005.

UNIJUÍ, Coordenadoria de Recursos Humanos. *Análise reflexiva auto-avaliativa*. Ijui: Unijuí, julho de 2005.

UNIJUÍ, Coordenadoria Patrimonial e de Serviços. *Processo de Avaliação Institucional.* Ijui: Unijuí, julho de 2005.

UNIJUÍ, Coral. *Coral Unijuí*. Ijuí: Unijuí, julho de 2005.

UNIJUÍ. Editora Unijuí. *A Editora da Unijuí.* Ijui: Unijuí, maio de 2006.

UNIJUÍ, Gabinetes da Reitoria e das Vice-Reitorias. *Sistematização do processo de auto-avaliação das equipes dos gabinetes da Reitoria e das Vice-Reitorias.* Ijui: Unijuí, setembro de 2005.

UNIJUÍ, Grupo de Teatro da Unijuí. *Grupo de Teatro da Unijuí 2005.* Ijui: Unijuí, maio de 2006.

UNIJUÍ, Secretaria Acadêmica. *Auto-Avaliação*. Ijui: Unijuí, junho de 2005.

UNIJUÍ, Vice-Reitoria de Graduação. *Sistematização das questões na Auto-Avaliação da VRG.* Ijui: Unijuí, junho de 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 - NORMAS CPA

Resoluções e Portarias que regulamentam a CPA – Comissão Própria de Avaliação da Unijuí.

- Resolução Reitoria nº 03/2004 – Cria a Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí.

- Portaria da Reitoria nº 19/2004 – Nomeia membros para integrar a Comissão Própria de Avaliação - CPA da Unijuí.

- Portaria da Reitoria nº 54/2005 – Altera parcialmente a composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí.

- Portaria da Reitoria nº 05B/2006 – Altera parcialmente a composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Unijuí

RESOLUÇÃO REITORIA Nº 03/2004

CRIA A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UNIJUÍ

A Vice-Reitora de Graduação, Reitora em Exercício da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Unijuí e em atendimento ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que "institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências",

RESOLVE,

Art. 1º - Criar a **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA** para coordenar o processo de avaliação institucional na Unijuí.

Parágrafo Único – As atribuições e demais aspectos relativos à Comissão serão objeto de regulamentação específica pelo Conselho Universitário – CONSU.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura e revoga as disposições em contrário.

Passado no Gabinete da Reitoria aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e quatro.

Teresinha Heck Weiller
Vice-Reitora de Graduação
Reitora em Exercício

PORTARIA DA REITORIA Nº 19/2004

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UNIJUÍ

A Vice-Reitora de Graduação, Reitora em Exercício da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Unijuí e em consonância com o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que "Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências"

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para integrar a **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA,** com a finalidade de coordenar o processo de avaliação institucional da Unijuí:

a) Representantes do Corpo Docente:

Titular	Suplente
1. Helena Copetti Callai	Arnildo Pommer
2. Ligia Beatriz Bento Franz	Liane Beatriz Righi
3. Maurício de Campos	Odaylson Eder
4. Otavio Aloisio Maldaner	Catia Maria Nehring

b) Representantes do Corpo Discente:

Titular	Suplente
1. Lara Nasi	Jorge Treuherz Trautmann
2. Franciel Luis Nochang	Bruna Mattioni

c) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Titular	Suplente
1. Leonice Parnoff	Eleda Passinato Sausen
2. Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa	Stela Zambiazi de Oliveira
3. Viviane Rodrigues Lucca	Naira Silvana Colato Eder

d) Representante da Sociedade Civil:

Titular	Suplente
1. Noemi Huth	Dolores Rutzen

Parágrafo Único – As atribuições e demais aspectos relativos à Comissão Própria de Avaliação – CPA serão objeto de regulamentação específica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e revoga as disposições em contrário.

Passado no Gabinete da Reitoria aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e quatro.

Teresinha Heck Weiller
Vice-Reitora de Graduação
Reitora em Exercício

PORTARIA DA REITORIA Nº 54/2005

ALTERA PARCIALMENTE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UNIJUÍ

O Reitor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Unijuí e em consonância com o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que "Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências"

RESOLVE,

Art. 1º. Alterar parcialmente a composição da **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA,** que foi nomeada com a finalidade de coordenar o processo de avaliação institucional da Unijuí.

Parágrafo Único. A Comissão Própria de Avaliação passa a ter a seguinte composição:

e) Representantes do Corpo Docente:

Helena Copetti Callai – Coordenadora
Ângela Patrícia Spilimbergo
Celso José Martinazzo
Liane Beatriz Righi
Ligia Beatriz Bento Franz
Maurício de Campos
Otavio Aloisio Maldaner
Pedro Carlos Rasia

f) Representantes do Corpo Discente:

Bruna Mattioni

Lara Nasi

Ítalo Drago

Luís Romano Pansera de Araújo

g) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo e de Apoio:

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa – Coordenadora Adjunta

Eleda Passinato Sausen

Francieli Denise Diana

Naira Silvana Colato Eder

Stela Zambiazi de Oliveira

Viviane Rodrigues Lucca

h) Representante da Sociedade Civil:

Dolores Rutzen

Noemi Huth

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e revoga as disposições em contrário.

Passado no Gabinete da Reitoria aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e cinco.

Gilmar Antonio Bedin
Reitor

PORTARIA DA REITORIA Nº 05B/2006

ALTERA PARCIALMENTE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UNIJUÍ

O Reitor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Unijuí e em consonância com o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que "Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências"

RESOLVE,

Art. 1º. Alterar parcialmente a composição da **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA,** que foi nomeada com a finalidade de coordenar o processo de avaliação institucional da Unijuí.

Parágrafo Único. A Comissão Própria de Avaliação passa a ter a seguinte composição:

i) Representantes do Corpo Docente:

Helena Copetti Callai – Coordenadora

Ângela Patrícia Spilimbergo

Cláudia Maria Seger Cunegatti

Ligia Beatriz Bento Franz

Maurício de Campos

Otavio Aloisio Maldaner

Pedro Carlos Rasia

j) Representantes do Corpo Discente:

Bruna Mattioni

Lara Nasi

Ítalo Drago

Luís Romano Pansera de Araújo

k) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo e de Apoio:

Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa – Coordenadora Adjunta

Eleda Passinato Sausen

Franciele Denise Diana

Naira Silvana Colato Eder

Stela Zambiazi de Oliveira

Viviane Rodrigues Lucca

l) Representante da Sociedade Civil:

Dolores Rutzen

Noemi Huth

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e revoga as disposições em contrário.

Passado no Gabinete da Reitoria aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e seis.

Gilmar Antonio Bedin
Reitor

ANEXO 2 - PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - III FASE

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Representantes do Corpo Docente:

Helena Coppetti Callai – Coordenadora
Ligia Beatriz Bento Frantz
Otávio Aloísio Maldaner
Maurício de Campos
Odaylson Eder
Cátia Maria Nehring
Liane Beatriz Righi
Arnildo Pommer

Representantes do Corpo Discente:

Lara Nasi
Franciel Luis Nochang
Jorge Treuherz Trautmann
Bruna Mattioni

Representante do Corpo Técnico-Administrativo:

Leonice Parnoff
Magna Stella Cargnelutti Dalla Rosa – Coordenadora Adjunta
Viviane Rodrigues Lucca
Naira Silvana Colato Eder
Stela Zambiazi de Oliveira
Eleda Passinato Sausen

Representante da Sociedade Civil:

Noemi Huth
Dolores Rutzen

GRUPO DE PESQUISA

- Helena Coppetti Callai – Coordenadora da CPA
- Otavio Maldaner – Coordenadora Adjunta da CPA
- Ligia Franz
- Mauricio de Campos
- Magna Dalla Rosa
- Bruna Mattioni

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....

2. A AVALIAÇÃO COMO REFLEXÃO E SISTEMATIZAÇÃO PERMANENTE – PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIJUÍ.....

3. OBJETIVOS.....

4. ESTRATÉGIAS INICIAIS.....

5. METODOLOGIA.....

6. EVENTOS.....

7. RECURSOS.....

8. CALENDÁRIO.....

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

10. ANEXOS.....

9.1 PORTARIA Nº 19/2004 REITORIA UNIJUÍ.....

9.2 PUBLICAÇÕES DA COMISSÃO COORDENADORA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....

1 APRESENTAÇÃO

A identidade da Unijuí, enquanto instituição universitária, afirma-se, não apenas pelo olhar interno, mas pela possibilidade da participação e opinião de todas as unidades da universidade e da sociedade, explicitadas, inclusive, pela norma jurídico-política, isto é, o Estatuto e o Regimento Geral. A instituição de forma orgânica abre espaço à comunidade universitária e à sociedade para participar de seu projeto, ou seja, ela se abre na perspectiva de "escutar" "refletir" e "agir" a partir das demandas institucionais e da região para a discussão de alternativas pela coletividade. Essa dinâmica materializa-se pelo processo de avaliação institucional instaurado na universidade desde sua fundação.

A história de avaliação institucional da Unijuí evidencia o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões sustentada no princípio democrático, do diálogo e da interação no âmbito da comunidade universitária e da comunidade regional. É nessa perspectiva que na Unijuí, desde sua origem, o processo de avaliação institucional constitui-se em elemento importante no contexto da gestão acadêmica e administrativa.

A avaliação institucional como processo de gestão dinamiza-se pelos princípios da continuidade e da participação. Exemplo disso pode ser identificado pela postura assumida pela Comissão Coordenadora de Avaliação Institucional da Unijuí de coordenar o processo de avaliação ouvindo as instâncias institucionais e comunitárias. Portanto, quem faz a avaliação é a universidade.

Em âmbito nacional, no ano de 2004, as políticas públicas de Educação Superior alteram a concepção de avaliação vigente passando a significá-la enquanto sistema, ou seja, avalia-se a instituição, o curso e o desempenho dos estudantes. Essa nova compreensão é estabelecida pela Lei 10.861/2004 - que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Na Unijuí essa interpretação explicitada na lei reafirma o princípio institucional de compreender a avaliação em sua globalidade, isto é, em todas as dimensões de seu complexo de projetos e ações institucionais, ou seja, a "avaliação do todo pelo todo".

A trajetória institucional de avaliação na Unijuí sustenta a nova fase de avaliação, constituindo-se a lei em referência nesse processo, uma vez que a concepção de avaliação, tanto da Unijuí, quanto da lei, reafirma os princípios de reflexão, diálogo, participação e sistematização na perspectiva de revitalizar o compromisso social desta instituição universitária, desde sua origem.

Nesta fase da avaliação, tendo em vista a complexidade da instituição, e o advento da Lei 10.861, instituiu-se a Comissão Própria de Avaliação que além das atribuições de coordenar a auto-avaliação na Unijuí intenciona instituir uma linha de pesquisa institucional, articulada com o Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, com o objetivo de pautar o tema "Universidade", pelo processo de avaliação institucional desenvolvido na Unijuí como objeto de pesquisa. Essa forma de conceber a avaliação constitui-se em possibilidade de identificação e revisão dos princípios e dos critérios de avaliação registrados nos documentos, na intenção de possibilitar a releitura dos mesmos, na perspectiva de entendimento e de sua ressignificação. E acima de tudo dar continuidade a uma história de auto-avaliação que existe na Unijuí, realimentando cotidianamente o interesse e o significado desta prática de reflexão.

2 A AVALIAÇÃO COMO REFLEXÃO E SISTEMATIZAÇÃO PERMANENTE[1]

Os quarenta e oito anos de ensino superior praticados pela instituição, hoje Unijuí, deram-lhe amadurecimento suficiente para compreender o significado da avaliação para a dinâmica e qualificação de sua atuação. Isso a tem feito manter-se atenta e impulsionando práticas contínuas de avaliação de suas atividades, ao longo de sua história. Tendo presente, na sua cultura institucional, as práticas de avaliação de suas atividades desenvolvidas, dos programas e dos projetos executados, considerando a trajetória destas práticas, seu estágio de amadurecimento, bem como a importância de ampliá-las e dar-lhes sistematicidade, e tendo presentes suas características de universidade comunitária, a partir de 1994, congregou-se à preocupação nacional em torno da avaliação institucional pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - Paiub e pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades do Comung – Paiung tomados como referência. Isto como estratégia de rever a função social da universidade. Assumindo, assim, os princípios propostos para a avaliação indicados pela Comissão Nacional de Avaliação e acrescendo, ainda, o princípio de consideração da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão em todo o processo avaliativo da Universidade.

Ainda no ano de 1994 a Unijuí teve aprovado institucionalmente o seu projeto de avaliação institucional. Este fixou as atividades e as principais dimensões a serem avaliadas em cada uma delas, no Ensino de Graduação e Pós-Graduação, nas Relações com a Comunidade - Extensão, na Pesquisa e na Produção Científica e na Gestão. A discussão da proposta de avaliação perpassou às diversas instâncias da comunidade acadêmica, tematizando sobre o objeto da avaliação, seus objetivos, ênfases, desenho, procedimentos, resultados pretendidos. Reforçou-se, nestes debates, dois princípios norteadores do processo de avaliação na Unijuí, quais sejam: Reflexão e Sistematização. Todo esse debate teve como finalidade, também, motivar os diversos segmentos da Instituição; desencadear o processo avaliativo e aprimorar a proposta. Definiram-se os agentes da avaliação e seus papéis: direção, professores, funcionários e alunos dos quatro *Campi* e representantes da comunidade externa. Assim, desde os primeiros consensos produzidos, passou-se a vislumbrar a avaliação como um processo que deve se dar de forma articulada à estrutura orgânica da universidade. Isto é, são as instâncias da Universidade os agentes avaliadores, tendo uma comissão para exercer o papel de coordenadora e não executora do processo. A essa comissão agregam-se grupos de trabalho, de acordo com a especificidade da atividade avaliativa que estiver sendo desenvolvida.

Concebida a avaliação como reflexão e sistematização, compreende-se que as aplicações de instrumentos e coletas de dados devem constituir-se no material subsidiador da avaliação e de forma alguma o ponto de chegada. Nesta perspectiva, dois conjuntos de instrumentos são necessários à coleta de informações: instrumentos que viabilizaram a coleta de informações em documentos (proposta da universidade, projetos dos cursos, projetos e programas de pesquisa e extensão, orçamento-programa, relatórios, cadastros, inventário de recursos e fluxos, etc) e aqueles exigidos pelo trabalho de campo: expectativas dos agentes (alunos, professores, funcionários e demais agentes da prática universitária). Para uma avaliação

[1] Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí – 2ª Fase, In: Cadernos da Avaliação Institucional apud Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES – V.3, n.2, jun.1998.

ampla e participada, julgou-se importante buscar a percepção, através da aplicação de instrumentos, do mercado de trabalho; dos ex-alunos; avaliação dos alunos de graduação (instrumentos distintos para o Regime Especial e o Regime Regular). A aplicação dos questionários ao mercado de trabalho e aos ex-alunos contou com a participação decisiva dos alunos para o êxito dessa atividade. Também uma equipe, formada por docentes e funcionários da Unijuí participou explicando o processo de avaliação institucional e fazendo a entrega dos instrumentos ao conjunto dos alunos em sala de aula. Além disso, de forma paralela e concomitante ao processo de avaliação já foi produzida, e vem sendo permanentemente atualizada, uma base de dados institucionais, armazenando e disponibilizando os levantamentos e trabalhos já realizados, bem como os dados disponíveis no Setor de Processamento de Dados e nos demais setores de apoio da universidade.

Como se faz o tratamento e uso desse conjunto de informações no transcorrer do processo avaliativo de todas as dimensões da universidade é o que tentaremos caracterizar a seguir. Antes, porém, um pequeno detalhamento sobre um aspecto julgado de suma importância pela Unijuí que é o modo ou modos de provocar a mobilização e motivação do conjunto dos agentes para a avaliação.

Na dinamização do processo a inventividade deve estar constantemente criando formas de buscar o comprometimento e envolvimento de todos. O Dia da Avaliação é um desses eventos que objetivam ser um elemento a mais de sensibilização da comunidade acadêmica para a avaliação, criado pela Comissão Coordenadora da Avaliação Institucional na Unijuí. Neste tipo de atividades, que acontecem em momentos estratégicos, busca-se divulgar e debater os resultados parciais produzidos pela avaliação e rearticular o processo, redefinindo os planos de trabalho. Durante todo o período de um dia (manhã, tarde e noite) são programadas e desenvolvidas atividades relacionadas ao processo de avaliação institucional na Unijuí com o envolvimento de todos os segmentos e colaboradores da instituição. Contando com a presença da direção, dos professores e representantes dos estudantes e do pessoal técnico-administrativo e de apoio, realizam-se painéis, exposições e debates. São organizados grupos de trabalho e de discussão, com posteriores plenárias de sistematização, visando à continuidade do processo de avaliação institucional. Geralmente os trabalhos culminam com a realização de uma confraternização entre os participantes do Evento.

O principal saldo destes trabalhos tem sido o amadurecimento e a confirmação de que a avaliação é um processo importante para a Unijuí devendo, portanto, ser garantida a sua continuidade e efetividade assumida no todo e pelo todo orgânico da Instituição. Assinalam-se, igualmente, os limites e fragilidades da avaliação e redefinem-se os papéis de cada um dos agentes da avaliação. É propósito destas atividades, também, a definição de uma proposta detalhada de trabalho para o período seguinte, semestre ou ano.

2.1 AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

As dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão se apresentam de forma indissociáveis no cotidiano da Universidade, no entanto, para implementação do processo de avaliação institucional, elas foram organizadas separadamente.

A organização das atividades foi realizada considerando a necessidade de flexibilização na inserção de conteúdos que extrapolavam uma ou outra dimensão e também em função da necessidade de reorientações do processo a partir da crítica dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, as etapas ou plano de trabalho definido para orientar as atividades sofreram, ao longo do processo, alterações significativas tanto de conteúdo quanto de forma. A percepção da Comissão Coordenadora da Avaliação Institucional – CCAI - a qual estava incumbida de planejar as atividades, nem sempre correspondia, ou as expectativas do conjunto de indivíduos envolvidos, ou as próprias condições de tempo e organização das diversas instâncias. O debate constante para ajustamento dos hiatos formados durante a processualidade da avaliação sempre foi entendido como enriquecedor, uma vez que materializava o caráter pedagógico da avaliação, rompendo com a prática burocratizante encontrada em outras experiências.

A definição da seqüência das dimensões avaliadas deu-se a partir da possibilidade de potencialização de maior envolvimento da comunidade acadêmica no processo e de produção de resultados e questões que ampliassem o conteúdo da avaliação ao longo dos trabalhos.

O ensino representa, hoje, para a universidade, uma das atividades principais, que envolve o maior contingente de docentes e discentes e, por isso, tem um nível maior de complexidade. Embora todo ensino esteja relacionado à pesquisa e à extensão na universidade, ele, por si só, agrega uma carga maior de trabalho e de recurso. Pela dimensão que assume, ele se apresentava como estratégico para alavancar o debate sobre os grandes problemas da instituição, potencializando, assim, o debate em torno da avaliação.

A gestão como uma dimensão posterior ao ensino, pesquisa e extensão deu-se pela sua natureza mais instrumental. Intencionando garantir sua subordinação à dimensão substantiva da atividade educacional, fazia-se importante que a comunidade acadêmica alcançasse primeiramente uma compreensão clara sobre princípios e orientações das dimensões fundamentais da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Esta compreensão produziria os subsídios necessários para o debate em torno da gestão e construção de processos integrados.

Todas as etapas do processo de avaliação institucional foram amplamente discutidas e repensadas nas diversas instâncias que compõem a estrutura da Instituição. Isto ganha sentido quando se evidencia que esta estrutura apresenta significativa representatividade da comunidade acadêmica, indicando características expressivas de um modelo colegiado de tomada de decisão.

2.1.1 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO ENSINO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

O seminário de avaliação institucional, denominado DIA DA AVALIAÇÃO, realizado em 17 de julho de 1996 apresentou ao final uma proposta de trabalho para desenvolvimento da avaliação nas dimensões ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A proposta foi sistematizada pela CCAI a partir dos encaminhamentos do seminário e levada ao Conselho Departamental para ser rediscutida e aprovada, definindo-se, entre outros aspectos, calendários e formas de participação dos consultores e demais participantes. Feitos os aperfeiçoamentos e aprovada a proposta publicou-se internamente o relatório do seminário (caderno nº 4), o qual foi distribuído amplamente para os vários atores institucionais.

A operacionalização da avaliação do ensino seguiu o desenvolvimento de relatórios por curso, os quais utilizaram como fontes de consulta: Base de Dados (caderno nº 5); O resultado dos instrumentos aplicados junto ao mercado de trabalho (caderno nº 2), egressos (caderno nº 1), alunos do Regime Regular (caderno nº 13) e Regime Especial (caderno nº 3); relatórios de encontros sobre o Ciclo Básico, Projetos de Curso, entre outros materiais referentes às atividades de ensino na instituição.

O conteúdo desses relatórios inclui análise de indicadores sugeridos no documento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB -, entre outros aspectos entendidos pelos membros dos cursos como relevantes para avaliação das especificidades do ensino em cada área. Também, como parte desses relatórios constam uma retomada da trajetória de criação do curso, perspectivas e alternativas para os problemas identificados. A elaboração dos relatórios foi realizada por cada curso, cabendo ao Colegiado de Coordenação de Curso a condução dos trabalhos. Os relatórios foram rediscutidos no Colegiado de Departamento e reencaminhados à Coordenação de Colegiado de Curso, o qual realizava as alterações necessárias e passava para a CCAI.

A apresentação dos relatórios aconteceu no Seminário de Avaliação do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, realizado nos dias 16, 17, 18, 19 e 20 de dezembro de 1996, quando foram formados quatro fóruns integradores: Licenciaturas, Ciências Sociais e Aplicadas, Área Tecnológica e Pós-Graduação. Os coordenadores de cursos vinculados a cada um desses fóruns designaram um representante para participar da preparação e apresentação, durante o seminário, de uma síntese das principais questões presentes nos relatórios. Esses representantes formaram grupos de trabalhos com membros da CCAI e trabalharam nos períodos que antecederam o seminário. Também, para cada um desses fóruns foi definido um consultor externo para participar das discussões e apresentar sua análise do conteúdo desses relatórios. Estes receberam o material (relatórios produzidos pelos cursos) antes do seminário em suas instituições de origem.

Durante o seminário, após a fala de consultores e dos representantes de cada fórum integrador e de um momento de debate sobre as questões centrais, os representantes de cada fórum integrador elencaram temáticas que se destacavam na plenária de debate para posterior discussão em grupos. Posteriormente, cada grupo formado entre os integrantes da plenária apresentou a sistematização de cada uma dessas temáticas, as quais eram novamente debatidas na grande plenária. No dia 20 de dezembro, último dia do seminário, realizou-se a sistematização geral das questões presentes em cada fórum integrador, objetivando integrar as análises e ampliar a visão sobre os desafios do ensino no seu todo, na Instituição.

Os resultados do Seminário de Avaliação do Ensino de Graduação e Pós-Graduação foram organizados e publicados em forma de relatório, contendo todos os encaminhamentos produzidos e distribuídos junto à comunidade acadêmica, para subsidiar suas práticas.

2.1.2 AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES PESQUISA E EXTENSÃO

A avaliação da Pesquisa e da Extensão iniciou formalmente no 1º semestre de 1997, uma vez que durante o processo de avaliação do ensino já estava sendo organizado um conjunto de questões que afetavam esta dimensão. Também referente à pesquisa e à extensão já se encontravam organizadas informações na base de dados (caderno nº 5) e o catálogo de produção científica da universidade, os quais seriam utilizados como subsídios para o Seminário de Avaliação Institucional da Pesquisa e Extensão.

Durante os meses de abril, maio e junho foi discutida a realidade dos diversos programas e, principalmente, os Departamentos avaliaram a sua atuação no âmbito da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços. Desafiados pela Comissão Coordenadora da Avaliação Institucional, os Departamentos realizaram seminários de apresentação de seus projetos e programas e inúmeras reuniões de debate sobre as concepções, a importância, a abrangência, a operacionalidade e os resultados e impactos da Pesquisa e da Extensão em suas áreas de conhecimento. Destes seminários resultaram relatórios, contendo a síntese das discussões, os quais foram publicados (cadernos nº 10 e nº 11), para subsidiar os consultores externos e a comunidade acadêmica da Unijuí para o Seminário de Avaliação da Pesquisa e da Extensão.

Nos dias 6 e 7 de agosto realizou-se, então, o Seminário de Avaliação da Pesquisa e da Extensão, obtendo-se uma participação expressiva do corpo docente, representantes do corpo discente, funcionários e consultores externos. Aos consultores externos foram enviados os relatórios sínteses, base de dados e outros materiais. Cada um dos consultores desenvolveu um relatório avaliativo sobre como se apresentavam estas atividades na Unijuí e análises comparativas com outras instituições e o contexto mais amplo dessas atividades no país.

O debate sobre a pesquisa e a extensão evidenciou as diferentes concepções presentes nos programas e projetos dos diversos Departamentos. Mostrou, ainda, aspectos a serem amadurecidos, como, por exemplo, as relações entre pesquisa e extensão e entre extensão e prestação de serviços. Indicou o crescimento e amadurecimento dessas atividades na Unijuí, mas, antes de tudo, afirmou a necessidade de se consolidar e expandir os diversos programas e assim ocupar um espaço maior nos fóruns de interlocução em nível nacional e internacional, embora isso já ocorra em algumas áreas.

2.1.3 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO GESTÃO

O planejamento do processo de desenvolvimento da avaliação de cada uma das dimensões sofria alterações a partir das reflexões produzidas nas etapas que iam sendo vencidas. Neste sentido, a partir dos Seminários de Avaliação do Ensino, da Pesquisa e Extensão, a CCAI, juntamente com a Reitoria, a qual integra esta comissão, repensou toda a dinâmica de avaliação institucional da gestão.

A partir de uma análise e sistematização do material produzido nos seminários anteriores, a CCAI propôs a organização da avaliação da gestão em torno de oito eixos temáticos inter-relacionados, os quais abarcariam os grandes problemas e que também poderiam apontar alternativas aos aspectos relativos ao ensino, pesquisa e extensão. As temáticas apontadas foram: (1) projeto institucional; (2) modelo de financiamento; (3) políticas de "Recursos Humanos"; (4) estrutura organizacional; (5) organização dos processos de trabalho; (6) instrumentos de gestão; (7) políticas de consolidação e expansão; e (8) infra-estrutura.

A CCAI, objetivando garantir subsídios sistematizados para um amplo debate na instituição, estruturou equipes de trabalho com um coordenador para cada temática, os quais teriam como incumbência produzir textos institucionais referentes a cada uma das temáticas. O conteúdo desses textos deveria apresentar uma base teórica sobre a temática, um resgate de como estas questões vinham sendo trabalhadas ao longo da história da instituição; análise de dados obtidos com a aplicação de instrumentos junto aos egressos, mercado de trabalho, alunos do Regime Regular e Regime Especial, além da base de dados e outros documentos; análise de posicionamentos dos diversos grupos e segmentos, independente da posição na estrutura formal, sobre cada temática; limitações e, finalmente, alternativas para os problemas identificados. Os integrantes dos grupos de trabalho e os respectivos coordenadores foram indicados pela CCAI, tendo como critério o envolvimento com tais atividades, tanto no presente quanto no passado, independente da afinidade com a posição da Reitoria e da CCAI quanto à gestão da Instituição.

Buscando ampliar o debate para além das instâncias formais de decisão, a CCAI lançou o desafio à comunidade acadêmica no sentido de se articular e produzir, também, seus próprios textos relativos às temáticas.

Os textos produzidos pelos grupos de trabalho, bem como àqueles produzidos por grupos independentes, foram encaminhados aos departamentos e setores da universidade para serem debatidos por todos os seus integrantes, obtendo-se como resultado relatórios com análise e alternativas às questões centrais de cada temática, por setor administrativo e por Departamento.

Para o Seminário de Avaliação Institucional da Gestão, realizado nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 1997, formaram-se, nos meses que antecederam o evento, grupos de trabalho com a incumbência de organização das questões centrais presentes nos textos e nos relatórios produzidos nos setores e departamentos. Este material também foi enviado aos consultores externos com antecedência, possibilitando a estes, tempo para uma análise criteriosa dos documentos representativos da realidade da Instituição. No seminário os grupos de trabalho e os consultores externos apresentaram a sistematização que fizeram, a partir do que se iniciou um amplo debate sobre cada uma das oito temáticas.

O processo de avaliação institucional na Unijuí, no que concerne às dimensões do Ensino, da Pesquisa e Extensão e da Gestão, caracteriza-se primeiramente pelo alto envolvimento da comunidade acadêmica, extrapolando a estrutura formal de participação, e por penetrar na estrutura formal orientando todas as práticas institucionais. Isso evidencia a avaliação institucional como uma atividade desenvolvida de forma sistemática e integrada com o cotidiano institucional, nunca como elemento estranho a ele.

A flexibilidade e a interligação entre as dimensões avaliadas representam outro aspecto fundamental, uma vez que reforçam a prática institucional de não manter hiatos entre o processo de educação e gerenciamento da Instituição e ao mesmo tempo reforçam a indissociabilidade nas práticas de ensino, pesquisa e extensão, princípio norteador da ação universitária.

A avaliação institucional, na concepção da comunidade acadêmica, vem se destacando não somente pelos resultados diretos produzidos em termos de análises e reflexões sobre ensino, pesquisa, extensão e gestão, mas também pelo aprendizado gerado sobre o significado da instituição e sobre a afirmação de uma identidade que se transforma para atender as mudanças sociais na comunidade regional e para além dela. O processo sistemático de avaliação institucional, desenvolvido a partir de 1994, firma-se hoje na instituição como integrante do processo de condução das atividades universitárias. Eis o que se vem perseguindo neste processo de avaliação institucional.

A segunda fase, caracterizada a partir de 2000, enfatiza a ação. À luz de todas as discussões que permeiam a vida acadêmica na primeira fase, começa a tomar forma a nova Instituição. O Plano de Desenvolvimento Institucional concluído em 2000 expressa de forma muito clara as políticas, as metas, as apostas, os anseios da comunidade acadêmica em cada uma das dimensões. Essa elucidação que foi sendo construída nos últimos anos tem gerado uma série de transformações, incorporadas na segunda fase do processo de avaliação institucional e conduzidas através da estrutura formal da Instituição.

O programa de avaliação institucional firma-se na Unijuí como integrante do processo de condução das atividades universitárias. Mantêm-se, hoje, na instituição, comitês, colegiados, fóruns, os quais se constituem em lócus de avaliação e de reflexão de suas práticas cotidianas com o objetivo de aperfeiçoamento e de qualificação de seus processos tanto acadêmicos como administrativos.

Uma avaliação, antes de tudo, deve representar um espaço de interlocução entre seus membros e da universidade com o seu entorno. Um espaço necessariamente democrático, de explicitação de valores e de confronto de concepções sobre a vida. Um espaço contínuo que mantenha a crítica como mecanismo orientador da prática cotidiana das instituições de ensino. Eis o que se vem perseguindo neste processo institucional de avaliação na Unijuí.

2.2. AÇÕES DESENCADEADAS PELO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (resultados)

Das ações que testemunham as implementações efetivadas no contexto da avaliação institucional na Unijuí: destacam-se: criação da coleção de cadernos da Gestão Universitária para socialização de temas novos e/ou já presentes na Instituição, como por exemplo: Diretrizes Orçamentárias, Plano de Carreira dos Docentes e dos Técnicos-Administrativos, Informações Gerenciais da Fidene e da Unijuí; aperfeiçoamento no processo de construção participada do Plano Plurianual e do Plano de Desenvolvimento Institucional; discussão e publicação de documentos que tratam de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação, encaminhados à SESu/MEC em 1998, elaboração das Diretrizes Institucionais de Ensino na Unijuí; institucionalização dos Programas de Pesquisa e Extensão; fortalecimento dos Colegiados de Coordenação de

Cursos; elaboração da base de dados; criação e fortalecimento do Fórum das Licenciaturas; melhoria dos processo de matrícula e rematrícula de alunos; estudo de novas alternativas pedagógicas e implantação de cursos com modalidade semipresencial; implantação do Núcleo de Apoio Pedagógico; reestruturação conjunta dos vinte oito programas de graduação; revisão do sistema de avaliação; implementação do Comitê Científico de Ética na Pesquisa;Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Extensão e Cultura criação dos Cadernos Unijuí que contemplam produção intelectual pelos professores; compromisso social com planejamento institucional (Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí – 2ª fase, In: Cadernos da Avaliação Institucional, 2000, nº 18, p. 40).

2.3. INTERESSE E ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Temos publicado, dito e ouvido que hoje a avaliação institucional já se incorporou à cultura de gestão universitária na Unijuí, e que esta se materializa de forma descentralizada nas diferentes unidades universitárias. O desafio da Comissão Própria de Avaliação – CPA - consiste em conhecer e compreender o processo de avaliação institucional da Unijuí na ótica da pesquisa bem como mobilizar e sensibilizar a comunidade para a terceira fase da avaliação institucional, agora, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. Este propõe que a auto-avaliação seja "um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES" (Roteiro de Auto-Avaliação do Sinaes, 2004, p.11). Considerando as fases anteriores, já efetivadas e com um sentido de ser parte do nosso fazer universitário, a auto-avaliação terá continuidade. Uma continuidade que procurará colocar no contexto da realidade atual o nosso olhar sobre a nossa história e a nossa projeção para o futuro.

Entendemos o nosso atual envolvimento com a avaliação, portanto, como a continuidade da reflexão envolvendo todos as unidades da Universidade, e como tal é para nós um processo. E com este olhar serão propostas e desenvolvidas as atividades. Fica claro, no entanto, que neste plano estão as proposições da CPA, mas cada unidade universitária tem autonomia para realizar as ações que julgar pertinentes à sua história e à contextualização em que estão inseridas. Cabe-nos, como CPA, estarmos atentos ao que acontece na universidade e, considerando a proposição do Sinaes "...planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da IES, e refletir sobre o processo" (Roteiro de Auto-Avaliação do Sinaes, 2004, p.11).

A metodologia para esse processo consiste em revitalizar a política institucional de envolvimento de todas as unidades universitárias no processo de auto-avaliação, por meio de ações propostas pela CPA, e com a atenção devida às atividades realizadas pelas diversas unidades institucionais e comunidade externa.

Nesse sentido, desde o mês de julho quando teve início a organização interna da CPA da Unijuí, o grupo constituído tem se reunido para pensar os encaminhamentos adequados desta nova fase de avaliação. Desde o início surgiu como fundamental a necessidade de fazer a teorização tanto de nossa história de auto-avaliação como das possibilidades existentes a respeito de um processo capaz de produzir conhecimentos e dar-nos a amplitude de nossas potencialidades e fragilidades. Configura-se então a possibilidade de instituir juntamente ao Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, uma linha de pesquisa sobre avaliação, envolvendo pesquisadores interessados da Universidade e constituindo subgrupos de pesquisa.

Nesta etapa de avaliação o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas - Paiung - constitui-se em importante canal de articulação entre as comunitárias gaúchas enquanto fórum de discussão e, principalmente, como espaço político de fortalecimento das universidades comunitárias gaúchas, o qual será também, referência ao nosso processo.

A dimensão pedagógica do ser universidade nos move a constantemente fazer a reflexão sobre a missão e a qualidade acadêmica e social do fazer educacional. Tendo isto presente foi elaborado um plano de ação com cronograma para dois anos de atuação (1º de setembro de 2004 à 1º de setembro de 2006).

3 OBJETIVOS

3.1Sensibilizar a comunidade universitária no sentido de fomentar a cultura de auto-avaliação em todas unidades e aspectos da universidade.

3.2Refletir sobre a história da Unijuí, tendo por base sua missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

3.3Dar continuidade ao processo de avaliação institucional que vem sendo desenvolvido na Unijuí desde a sua constituição como universidade e referido agora às propostas orientadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

3.4Fomentar o processo de busca do conhecimento, criando a possibilidade de uma permanente atitude de formação de consciência sobre a missão e a finalidade acadêmica da Instituição.

3.5Auxiliar no processo de identificação de fragilidades e das causas dos problemas, deficiências, carências, assim como das potencialidades no interior da Universidade e com a comunidade externa .

3.6Criar uma linha de pesquisa institucional sobre avaliação para acolher e incentivar o desenvolvimento de pesquisa e assim qualificar o processo que temos referente a auto-avaliação.

3.7Coordenar o processo de auto-avaliação institucional.

4 ESTRATÉGIAS INICIAIS

4.1 PESQUISA – Elaborar projeto de pesquisa que tematiza a avaliação institucional como processo histórico, possibilitando a elaboração de subprojetos de pesquisa envolvendo as unidades universitárias interessadas.

4.2 Distribuir nas diferentes unidades da universidade de "caixa de sugestões", com o objetivo de colher contribuições para o processo de avaliação. "CPA convida você a contribuir na avaliação da instituição".

4.3 Construir Página na Internet

4.4 Solicitar elaboração de "Memorial do Departamento".

4.5 Solicitar elaboração de "Memorial dos Órgãos Complementares e de Apoio".

4.6 Participar em reuniões de Coordenação dos Colegiados de Coordenação de Cursos

4.7 Criar estratégias de envolvimento dos diferentes atores:

- Estudantes;
- Órgãos complementares e de apoio;
- Comunidade externa.

4.8 Organizar "Seminário de Avaliação do Ensino Superior".

4.9 Organizar nos *campi* e Núcleos Universitários seminários de apresentação do plano da CPA

4.10 Articulação com a Reitoria/Vice-Reitorias em relação ao processo institucional.

4.11 Articulação com os *campi* e núcleos universitários.

5 METODOLOGIA

O projeto de auto-avaliação engloba as dimensões do ensino, da pesquisa e extensão e de gestão no âmbito dos quatro *campi* universitários e dos núcleos universitários. Concebendo a auto-avaliação pelo princípio da reflexão e, portanto, essencialmente qualitativa, entende-se que cada unidade poderá considerar a necessidade de levantamentos de dados quantitativos.

5.1 PARA A PESQUISA:

5.1.1 Constituir o grupo de pesquisa integrado com o Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências.

5.1.2 Constituir os subgrupos de pesquisa que poderão estar integrados aos Programas de Pós-graduação, aos departamentos, e aos órgãos complementares e de apoio.

5.1.3 Organizar o projeto de pesquisa geral que deverá ser submetido à aprovação no Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências.

5.1.4 Organizar os subprojetos de pesquisa e encaminhá-los à aprovação nas instâncias adequadas.

5.1.5 Buscar financiamento externo para os projetos de pesquisa.

5.1.6 Solicitar bolsistas de Iniciação Científica.

5.2 PARA A CAIXA DE SUGESTÕES: CPA CONVIDA – SUGESTÕES

5.2.1 Distribuir a caixa de sugestões nos vários lugares da Instituição.

5.2.2 Sugerir que cada unidade se encarregue de verificar periodicamente o material recebido, fazendo os devidos encaminhamentos e a apreciação a respeito. A análise deste material deve ser encaminhada à CPA para organização e inserção no conjunto de análises.

5.3 PARA A PÁGINA NA INTERNET:

5.3.1. Desenvolver página da CPA na Internet com objetivo de divulgar e socializar o processo de avaliação na Unijuí.

5.4 AÇÕES

No sentido de organizar o material resultante das avaliações setoriais, encaminhar e solicitar:

5.4.1 Memorial do Departamento

5.4.2 Apresentação do plano e objetivo da CPA em cada Departamento.

5.4.3 Criar estratégias de envolvimento dos Departamentos, solicitando que escrevam e apresentem sua trajetória histórica, dando conta de como percebem as suas estruturas e organizações internas, a sua inserção no interior da Unijuí e as possibilidades que possuem no sentido de reconhecer e analisar o "seu lugar" no contexto de uma universidade e da Unijuí particularmente.

5.5 COORDENAÇÃO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO

5.5.1 Participar de reunião do fórum dos Coordenadores para expor o plano e o objetivo da CPA.

5.5.2 Solicitar que cada colegiado de coordenação de curso analise seu "Projeto Político Pedagógico", considerando os seguintes aspectos:

a) O curso e sua formação profissional;

b) As condições institucionais no que se refere à infra-estrutura física e de recursos humanos;

c) Os alunos: como percebem as condições dos mesmos, quando da entrada e durante o curso, bem como seu envolvimento nos projetos oferecidos pelo Departamento;

d) Coleta e análise de informações sobre egressos.

5.6 PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

5.6.1 Participar de reunião dos Colegiados de Coordenação dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* para expor planos e objetivos da CPA.

Solicitar às Coordenações que realizem uma análise que caracterize a situação atual do curso considerando as avaliações (em especial os resultados), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E, também, analisar o papel do curso no contexto da Universidade e seus reflexos nos cursos de graduação.

5.7 COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Analisar como se situa o curso no contexto da Universidade e particularmente ao seu Departamento. Do mesmo modo qual a finalidade do curso, as condições do ingresso e os resultados alcançados.

5.8 MEMORIAL DOS ÓRGÃOS COMPLEMENTARES E DE APOIO

5.8.1 Apresentação do plano e objetivo da CPA em cada Coordenadoria ou no Fórum de Gerentes.

5.8.2 Criar estratégias de envolvimento dos órgãos complementares e de apoio por meio das coordenadorias, solicitando que escrevam e apresentem sua trajetória histórica, dando conta de como percebem as suas estruturas e organizações internas, a sua inserção no interior da Unijuí e as possibilidades que possuem no sentido de reconhecer e analisar o "seu lugar" dentro da mesma.

5.9 ESTUDANTES

5.9.1 Coordenadoria de Apoio ao Estudante Universitário - CAEU – Solicitar a CAEU a elaboração de análise quanto ao atendimento que prestam aos estudantes atualmente, assim como a elaboração de histórico dessa unidade universitária ao longo de sua existência. Para tanto, sugere-se entrevistar os Coordenadores dos Colegiados de Coordenação dos Cursos, os chefes das coordenadorias e desenvolver análises sobre os documentos existentes. Coletar a opinião dos estudantes sobre as atividades desenvolvidas pela coordenadoria, considerando o conjunto dos estudantes e os vários grupos existentes.

5.9.2 Coordenação de Curso - Solicitar aos Coordenadores de Colegiado de Coordenação dos Cursos de Graduação análise sobre atendimentos na universidade e a opinião dos estudantes sobre os problemas e as dificuldades que vivenciam no seu dia-a-dia em relação às aulas, aos professores, às unidades institucionais (secretaria, biblioteca, departamentos, etc.).Buscar elementos para perceber o envolvimento ou não dos estudantes nas Semanas Acadêmicas dos respectivos cursos.

5.9.3 Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos (DAs)e Centros Acadêmicos (CAs)– Solicitar que produzam material de avaliação e encaminhem à CPA.

5.9.4 Representação de Turma: Sensibilizar os estudantes sobre o tipo de avaliação que interessa, solicitar que apresentem análise sobre como pensam a Instituição e sua formação específica, abrangendo currículos e componentes curriculares, assim como a infra-estrutura.

Obs.: Estas estratégias abrangem os quatro *campi* universitários de Ijuí, Panambi, Santa

Rosa, Três Passos e os três núcleos universitários de Santo Augusto, Tenente

Portela e Campina das Missões.

5.10 COMUNIDADE EXTERNA

5.10.1 Solicitar que a comunidade externa expresse como vê a Unijuí, o que a move nas suas impressões a respeito da universidade.

5.10.2 Refletir sobre como a Unijuí tenta ouvir a comunidade.

5.10.3 Fazer análise qualitativa dos recursos da filantropia.

5.10.4 Fazer pesquisa sobre os egressos, por meio dos Empregadores, Sindicatos e Entidades Profissionais, relacionados aos cursos, verificando onde estão atuando, a sua opinião sobre sua formação e a opinião das instituições onde atuam.

* Esta parte dos egressos poderá ser feita inclusive pelos Coordenadores dos Colegiados de Coordenação dos Cursos que já possuem contatos com ex-alunos.

* Aqui temos que definir o que cabe a quem fazer dentro da Universidade e o que vamos solicitar externamente.

5.11 GESTAO PEDAGÓGICA/ADMINISTRATIVA

5.11.1 Solicitar análise das atividades de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

5.11.2 Solicitar análise das atividades de ensino de graduação.

5.11.3 Solicitar análise das condições financeiras e sustentabilidade.

5.11.4 Solicitar que sejam constituídos grupos para fazer as análises, subordinadas às respectivas Vice-Reitorias.

5.11.5 Solicitar às Pró-reitorias e às Coordenações dos Núcleos Universitários memorial descritivo e avaliação.

5.12 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

5.12.1 Solicitar análise da situação do “Plano de carreira do Magistério”, destacando a sua “trajetória” e as necessidades atuais, e as possibilidades de concretização.

5.13 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CPTA)

5.13.1 Solicitar análise da situação do “Plano de Carreira do Pessoal Técnico Administrativo”, destacando a sua “trajetória” e as necessidades atuais, e as possibilidades de concretização.

5.14 COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR

5.14.1 Caracterizar a trajetória dos concursos.

5.14.2 Caracterizar a procura pelos cursos da Unijuí.

5.15 INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS:

5.15.1. Biblioteca

Solicitar análise nos vários *Campi*, a respeito da disponibilidade de material bibliográfico e o atendimento aos usuários.

5.15.2. Laboratórios

Caracterizar o tipo de laboratório, as atividades realizadas e a acessibilidade aos estudantes, para a sua formação específica.

5.15.3. Secretaria

Solicitar descrição e análise de como se organizam internamente para realização de suas funções e como é o atendimento ao público.

5.15.4. Tesouraria

Solicitar descrição e análise de como se organiza para realização de suas funções e como é o atendimento ao público.

5.15.5. Assessoria de Comunicação

Solicitar descrição e análise da assessoria em relação à atividade-fim da Universidade.

5.16 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Encaminhar à Vice-Reitoria de Administração solicitações de adequação da infra-estrutura da Instituição com vistas às atividades de ensino, pesquisa e extensão. (Salas de aula, biblioteca, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, redes de informação, farmácia, clínicas, etc...), assim como o tratamento dispensado às demandas, de que forma são definidas as prioridades e quais os critérios de encaminhamentos para execução.

6 EVENTOS

6.1 Realizar seminário com o objetivo de tematizar a avaliação no âmbito do Sinaes. Convidar especialistas do INEP/CONAES.

6.2 Realizar seminários internos com as unidades institucionais com o objetivo de sensibilizar, programar e socializar as avaliações desenvolvidas pelas unidades institucionais, estudantes e comunidade externa.

6.3 Realizar seminário institucional com o objetivo de tematizar o processo de avaliação desenvolvido nos últimos dois anos com análise crítica.

6.4 Realizar seminário de pesquisa envolvendo pesquisadores da instituição na discussão de suas pesquisas.

6.5 Realizar seminários nos *campi* e Núcleos Universitários para apresentação do plano da CPA.

7 RECURSOS

7.1 Cada unidade universitária se responsabiliza pela realização/produção e apresentação de seu material e das análises respectivas.

7.2 A CPA possui uma estrutura administrativa na sala n° 05 do prédio da reitoria, e a atuação da coordenadora adjunta, que é funcionária técnica-administrativa e uma auxiliar administrativa com quarenta horas.

7.3 Os funcionários integrantes da CPA têm o tempo previsto na sua carga horária.

7.4 Os professores integrantes da CPA têm a atribuição de dois créditos por semestre.

7.5 A coordenação da CPA tem a atribuição de quatro por semestre.

8 CALENDÁRIO

8.1 Sensibilização para o processo de avaliação institucional – a partir de agosto de 2004 e durante todo o processo.

8.2 Reunião da CPA com periodicidade quinzenal.

8.3 Elaboração do projeto e cronograma de auto-avaliação - outubro/novembro, até 15 de dezembro de 2004.

8.4 Reuniões com as coordenações dos cursos que participam do ENADE neste ano de 2004

8.4.1 Curso de Enfermagem e Nutrição - 18/08/2004

8.4.2 Curso de Farmácia e Fisioterapia - 25/08/2004

8.4.3 Curso de Agronomia e Educação Física - 21/09/2004

8.5. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

8.5.1 V Seminário Temático do Paiung: O Sinaes e a Experiência das Universidades Comunitárias Gaúchas com o objetivo de estabelecer diálogo com a presidência da Conaes – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior sobre o Sinaes e a experiências das Universidades Comunitárias Gaúchas. Promoção Comung/Paiung. Realizado na UCPEL, em Pelotas – 29 de setembro de 2004.

8.5.2 V Seminário Nacional sobre Avaliação Institucional no contexto das IES Comunitárias, promovido pela UNESC e ABRUC, em Criciúma – Santa Catarina – 7, 8 e 9 de outubro de 2004.

8.5.3 Capacitação de Coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) promovido pelo MEC/CONAES/INEP/DAES, em Florianópolis – 19, 19 e 20 de outubro de 2004.

8.5.4 Participação em reuniões e seminários do Paiung – (durante todo processo)

8.5.5 Participação em eventos que abordem a temática "avaliação", a serem promovidos pelo INEP/MEC ou por instituições de Ensino (durante todo o processo).

8.6 Reunião com a Reitoria - Dezembro/04

8.7 Reunião com os *campi* de Santa Rosa, Panambi e Três Passos - 1º semestre de 2005

8.8 Reunião com o Fórum dos Coordenadores dos Colegiados de Coordenação Cursos de Graduação – Fevereiro e Março de 2005.

8.9 Reunião com as Coordenadorias – Conforme cronograma de reuniões do Fórum de Gerências

8.10 Reunião com os Departamentos - Conforme o cronograma de reuniões dos departamentos.

8.11 Elaboração do Projeto de Pesquisa – Fevereiro/ Março e Abril de 2005.

8.12 Seminário sobre Avaliação do Ensino Superior com especialista externo – Primeiro semestre de 2005.

8.13 Memorial dos Departamentos - 1° semestre de 2005 até 1° semestre de 2006.

8.14 Coordenação de Colegiado de Coordenação de Curso - Avaliação semestral 2° /2004 até - 1° semestre de 2006

8.15 Definição dos critérios para análises dos dados e do formato de relatório - Reunião da CPA – 1° semestre de 2005.

8.16 Sistematização das demandas, idéias e sugestões apresentadas pelas várias unidades universitárias no decorrer do processo.

8.17 Apresentação da Sistematização por unidade universitária - a cargo do seu representante na CPA ou alguém indicado.

8.18 Seminário Geral sob a coordenação da CPA.

8.19 Reuniões quinzenais da CPA.

8.20 <u>Divulgação</u>

8.20.1 Ações específicas de sensibilização para a avaliação institucional: - Início de cada semestre.

8.20.2 Produção de página da CPA na Internet: - a partir de dezembro de 2004.

8.20.3 Rádio da Universidade: - Durante todo o processo.

8.20.4 Boletins Internos (COMUNICA): - Durante todo o processo.

8.21 Balanço Crítico

8.21.1 Texto produzido pela CPA com análise do processo. - 1° semestre de 2006.

8.21.2 Textos produzidos por interessados da comunidade acadêmica.

* Estes se incluem no relatório final.

Este Plano/Cronograma é um documento aberto e com o desenvolvimento das ações poderá ser alterado ou ampliado. É a base/ referência atual para a realização do processo de auto-avaliação institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade.* São Paulo: Ed. Unesp, 2001. 205 p.

_____. *As humanidades contra o humanismo.* Ib: Santos, Gislene A. (Org.).

Universidade formação cidadania. São Paulo: Cortez, 2001b, 190 p.

_____. A universidade em ruínas. In: Trindade, Hélgio (Org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999

CONAES, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior.*

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica:* ensino superior na República Populista. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 267 p. (Coleção Educação em Questão).

DEMO, Pedro. *Conhecimento e ética moderna* – sobre ética do conhecimento. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição.* São Paulo: Estação Liberdade, 2003. 86 p.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. *As funções sociais da universidade:* o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijui: Unijuí, 2002. 248p. (Coleção Ciências Sociais)

LONGHI, Solange Maria. Referências de avaliação institucional. In: Mortari, Magda Inês Moreira, Dalla Rosa, Magna Stella Cargnelutti, Silva, Ilton Benoni (Orgs.). *Anais IV Encontro Nacional sobre Avaliação Institucional no Contexto da IES Comunitárias.* Passo Fundo: UPF 2001, 122 p.

MARQUES, Mario Osorio. *Escrever é preciso:* o princípio da pesquisa. Ijuí: Unijuí, 1997. 162 p. (Coleção Educação).

_____. *Universidade emergente:* o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), 1957 a 1983. Ijuí: FIDENE, 1984. 310 p.

Revista Trimestral da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES.

RISTOFF, Dilvo. *Universidade em foco:* reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

SCHNEIDER, Paulo Rudi (Org.). *Idéia de universidade*, profissionalização, pesquisa e cultura. In: Rohden, Valério (org). *Idéias de universidade.* Canoas: Ulbra, 2002, 244 p. (Coleção Ulbra Filosofia - 2)

SINAES. *Roteiro de Auto - Avaliação Institucional 2004.* Inep/CONAES – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação Institucional como Prática Social da Articulação. In: Silva, Ilton Benoni; Dalla Rosa, Magna Stella Cargnelutti (Orgs.). *Avaliação institucional integrada:* os dez anos do PAIUNG. Ijuí: Unijuí, 2003. 248 p.

_____; Ristoff, Dilvo. *Avaliação democrática para uma universidade cidadã.* Florianópolis: Insular, 2002.

_____. *Universidade desconstruída:* avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2001.

9 ANEXOS

9. 1 PORTARIA DA REITORIA Nº 19/2004 - NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA DA UNIJUÍ – (consta no item 1 dos ANEXOS)

9.2. PUBLICAÇÕES COMISSÃO COORDENADORA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIJUÍ

- Projeto de Avaliação Institucional – Período 1994 – 1995. Março 1994

- Seminário Institucional, fascículo 1 – A Fidene e Mantidas hoje: informações – Compilação de relatos – Fidene e Mantidas. Ijuí, Sedigraf, 1995.

- Seminário Institucional, fascículo 2 – Síntese das discussões dos grupos temáticos. Ijuí, Sedigraf, 1995.

CADERNOS UNIJUÍ - SÉRIE EDUCAÇÃO

Nº 16 – Avaliação Institucional na Unijuí. Comissão de Avaliação Institucional. Ijuí, Ed. Unijuí, 1995.

SÉRIE CADERNOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nº 1 – A Atuação da Unijuí na Ótica dos Ex-alunos. Ijuí, Ed. Unijuí, 1996, 54 p.

Nº 2 – A Atuação da Unijuí na Ótica do Mercado de Trabalho. Ijuí. Ed. Unijuí, 1996, 29p.

Nº 3 – A Atuação da Unijuí na Ótica dos Alunos do Regime Especial. Ijuí. Ed. Unijuí, 1996, 101p.

Nº 4 – Avaliação Institucional: relatório do Dia da Avaliação e proposta de continuidade. Ijuí, Ed. Unijuí, 1996, 40 p.

Nº 5 – Informações da Base de Dados. Ijuí, Ed. Unijuí, 1996, 155p.

Nº 6 – Avaliação Institucional: Avaliação Sócio-Cultural dos Alunos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Ijuí, Ed. Unijuí, 1996, 40 p.

Nº 7 – Seminário Institucional de Avaliação do Ensino. Ijuí. Ed. Unijuí, 1996, 100p.

Nº 8 – Avaliação do Ensino: graduação e pós-graduação. Ijuí, Ed. Unijuí, 1996, 37p.

Nº 9 – Avaliação Institucional: relato da experiência da Unijuí. Ijuí., Ed. Unijuí, 1997, 38p

Nº 10 – Avaliação da Pesquisa na Unijuí: relatórios-síntese das discussões nos departamentos. Ijuí, Ed. Unijuí, 1997, 70p.

Nº 11 – Avaliação da Extensão na Unijuí: relatórios-síntese das discussões nos departamentos. Ijuí, Ed. Unijuí, 1997, 53p.

Nº 12 – Avaliação da Pesquisa e da Extensão: relatório dos seminários. Ijuí, Ed. Unijuí, 1997, 47p.

Nº 13 – A atuação da Unijuí na Ótica dos Alunos do Regime Regular. Ijuí. Ed. Unijuí, 1997, 123p.

Nº 14 – Avaliação da gestão: relatório do seminário. Ijuí, Ed. Unijuí, 1997, 87p.

Avaliação da gestão – coletânea de textos. (Temas: Políticas de Pessoal; Projeto Institucional; Instrumentos de Gestão; Organização dos processos de trabalho; Política de Consolidação e Expansão; Infra-estrutura).

Nº 15 – A atuação da Unijuí na Ótica dos Alunos de Graduação. Ijuí, Ed. Unijuí, 1998, 105p.

Nº 16 – Informações da Base de Dados. Ijuí, Ed. Unijuí, 2º ed. (atualizada e ampliada), 1998, 232 p.

Nº 17 – II Dia da Avaliação: relatório do seminário. Ijuí, Ed. Unijuí, 1999, 52p.

Nº 18 – Projeto de Avaliação Institucional da Unijuí – 2ª fase. Ijuí, Ed. Unijuí, junho 2000.

Nº 19 – Avaliação Externa – Relatório da Consultoria. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000.

Nº 20 – Seminário de Avaliação Institucional Unijuí – Campus Santa Rosa. Ijuí, Ed. Unijuí, 2001.

Nº 21 – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Ijuí, Ed. Unijuí, 2003.

PUBLICAÇÕES PAIUNG

Projeto PAIUNG 1ª e 2ª fase

Programa de Avaliação Institucional – Seminário de Articulação: Resultados e Perspectivas – Relatório abril 1997 (Unicruz - Cruz Alta)

PAIUNG – Seminário Temático: Formação – Relatório agosto 1997 (Unijuí Ijuí)

PAIUNG – II Seminário Temático: Construção do Conhecimento e Sociedade – Relatório – dezembro 1997 (URI - Erechim)

Anais do IV Encontro Nacional sobre Avaliação Institucional no Contexto das IES Comunitárias – Promoção ABRUC – ABESC –COGEIME – COMUNG – outubro 2000 (UCS – Caxias do Sul)

Anais III Seminário Temático do PAIUNG – Avaliação Institucional face às políticas públicas – Novembro 2001 (Unisc – Santa Cruz do Sul)

Avaliação Institucional integrada – os dez anos do PAIUNG – Ijuí, Ed. Unijuí, 2003

Anais PAIUNG – Uma década de avaliação institucional integrada. Ijuí, Ed.Unijuí, 2003.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS:

Série Atos Normativos:

Nº 1 - Diretrizes Institucionais de Ensino na Unijuí e Formação Geral humanística e formação acadêmico-profissional na Unijuí. Ijuí, Editora Unijuí, 2000

Nº 2 – Avaliação do Ensino de Graduação da Unijuí – Resolução Consu 12/2004. Ijuí, Ed. Unijuí, 2003.

DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Orçamento-Programa (anual)

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (dez anos)

Plano Plurianual – revisão a cada três anos

Resolução de Diretrizes Orçamentária – RDO (anual)

ANEXO 3 - SUGESTÕES DE ROTEIROS

Anexo 3.1 - Roteiro para as Coordenações de Curso

ANALISAR O "PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO", CONSIDERANDO A SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O MOMENTO ATUAL.

1- CONCEPÇÃO DO CURSO E A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E SUA ESTRUTURA CURRICULAR;

2- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PRESENTES NO CURSO, SEUS AVANÇOS E POSSIBILIDADES EM RELAÇÃO A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO;

3- O CURSO E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL;

4- AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS NO QUE SE REFERE À INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E DE RECURSOS HUMANOS;

5- ALUNOS :COMO PERCEBEM AS CONDIÇÕES DOS MESMOS, QUANDO DA ENTRADA E DURANTE O CURSO, BEM COMO SEU ENVOLVIMENTO NOS PROJETOS OFERECIDOS PELO DEPARTAMENTO;

6- COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE EGRESSOS.

Anexo 3.2 - Roteiro de Auto-Avaliação do Pessoal Técnico-Administrativo apresentado no Fórum de Gerentes

QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS NA AUTO-AVALIAÇÃO:

1- RELAÇÕES INTERPESSOAIS;

2- SUPORTE TECNOLÓGICO;

3- CLIMA ORGANIZACIONAL;

4- EFETIVIDADE DO TRABALHO REALIZADO, CONSIDERANDO A SINGULARIDADE COMO SUJEITO E DO SETOR EM QUE ESTÁ, PARA O CONJUNTO DA INSTITUIÇÃO.

OBJETIVOS:

1- CRIAR A CULTURA DE AUTO –AVALIAÇÃO INDIVIDUALMENTE E COMO GRUPO;

2- FAZER DIAGNÓSTICOS CAPAZES DE DAR OS ENCAMINHAMENTOS PARA O PLANEJAMENTO;

3- DESENVOLVER UMA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO SENTIDO DE BUSCAR CONSTANTEMENTE OS CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES, NUM AMBIENTE DE TRABALHO QUE TRAGA SATISFAÇÃO;

4- NO CONTEXTO DA AUTO-AVALIAÇÃO PROPOR ENCAMINHAMENTOS PARA OS PROBLEMAS QUE FOREM CONSTATADOS;

5- ANALISAR AS FRAGILIDADES E AS POTENCIALIDADES DO SETOR NO INTERIOR DA UNIVERSIDADE.

Ijui, abril de 2005-04-22

Anexo 3.3 - Roteiro de Análise dos Relatórios dos Departamentos

1 - O que aparece de comum, ou mais presente, nos relatórios;

2 - O que expressa nos vários departamentos estes pontos;

3 - A partir da história de cada departamento como eles estão vendo a sua realidade/situação atual;

4 - Como se expressam nos relatórios as questões pedagógicas/acadêmicas e as questões de administração/gestão;

5 - Considerações gerais - como nós da CPA estamos vendo o relatório e as “coisas que vemos/ouvimos” - (são as nossas impressões).

Anexo 3.4 - Avaliação Externa da Unijuí

PESQUISA DE OPINIÃO

Marque uma opção:

( ) Entidade de Classe ( ) Escola ( ) Egresso da Unijuí

( ) Prefeitura ( ) Empresa ( ) Outros

Município (opcional): _____

1) Como essa entidade percebe a atuação da Unijuí na sua comunidade?

_____

_____

_____

_____

_____

2) Como essa entidade avalia o desempenho dos estagiários das diferentes áreas do conhecimento da Unijuí?

3) Como essa entidade avalia os profissionais formados pela Unijuí?

4) Deseja destacar mais algum aspecto?

Este Formulário pode ser preenchido eletronicamente no endereço:

www.unijui.tche.br/cpa

ANEXO 4 - MEMORIAL DESCRITIVO REFLEXIVO

Anexo 4.1 - Dos Departamentos e Setores Administrativos e de Apoio

Os memorial descritivo reflexivo dos departamentos e setores administrativos da Unijuí sistematizam o processo de auto-avaliação desenvolvido na comunidade universitária, pela reitoria, pelos docentes, pelos discentes e pelos técnico-administrativos. Esses memoriais a partir da história de cada departamento/setor expressam como cada unidade está percebendo a sua realidade tanto nas questões acadêmicas, quanto administrativas e a indicação de perspectivas para enfrentar os desafios que estão postos em cada área do conhecimento.

É importante ressaltar que cada unidade universitária foi desafiada, pela CPA, a criar a sua própria forma de auto-avaliação e por isso, os resultados, apresentados nos memoriais expressam metodologias diferenciadas, o que se caracterizou por formas significativas de pensar a Universidade no seu papel, tanto em nível nacional, quanto da Unijuí.

Esses memoriais estão disponíveis no portal do professor.

ANEXO 5 - SLIDES SOBRE AS METODOLOGIAS E RESULTADOS DA AUTO-AVALIAÇÃO APRESENTADOS NO II SEMINÁRIO DA CPA

Apresentamos a seguir o resumo do que está disponibilizado no Relatório Final da CPA e que serviu de base para a apresentação à comunidade acadêmica, no II Seminário CPA: Auto-Avaliação em Debate, realizado em 22 de junho do corrente ano.

A apresentação se constitui de slides que retratam:

1- as **metodologias de avaliação** utilizadas pelos diversos segmentos da Comunidade Universitária;

2- as **Potencialidades** apresentadas pelos vários segmentos em seus relatórios;

3- as **Fragilidades** trazidas nos relatórios de cada segmento;

4- os **Encaminhamentos** necessários a partir da auto - avaliação e trazidas pela Comunidade Acadêmica.

Após a apresentação as manifestações feitas pelos presentes podem ser resumidas nos seguintes aspectos:

1- Necessidade de que corpo docente e discente percebam qual o sentido de ser universidade;

2- Constatação da ausência de avaliação e reflexão sobre a relação Fidene/Unijui e de Unijuí/Fidene;

3- Dificuldade de clareza da ação da universidade na sua inserção regional, e da relação com a comunidade externa, e desta com a universidade;

4- Urgência na definição de estratégias como política institucional para intensificar a relação com os egressos;

5- Necessidade de incorporar com maior intensidade a auto-avaliação e a constante avaliação do nosso trabalho, considerando o mérito acadêmico;

6- Considerando que a nossa história institucional (e o processo continuado de avaliação), não impediu a crise porque estamos passando atualmente, é urgente a discussão de como a auto-avaliação se conecta com a tomada das decisões que estão acontecendo atualmente, na instituição;

7- Discutir como transformar em Política Institucional os resultados da auto-avaliação feita agora no contexto do SINAES, inclusive considerando o ENADE que os estudantes dos cursos estão realizando;

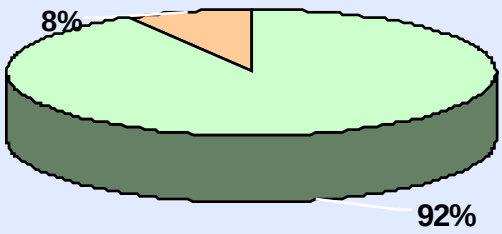
8- Necessidade de rediscutir o "contrato social" vigente, consi
reflexão acerca do papel da burocracia, considerando-se que te
refere a pessoal.

Papel da CPA

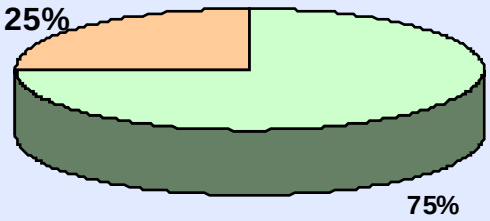
- **Incentivar a reflexão e sistematizar a auto-avaliação desenvolvida nas unidades administrativas da UNIJUÍ.**
- **Auto-avaliação:**
  - **Quem avalia é a universidade.**
  - **São os diferentes atores nos diferentes espaços institucionais e da comunidade se auto-avaliando.**
  - **Cabe à CPA o incentivo, a sistematização das idéias, das opiniões e das sugestões**

Envolvimento dos Sujeitos

- **Envolvimento de docentes e técnicos administrativos no processo de auto avaliação (Somente análises dos Departamentos)**



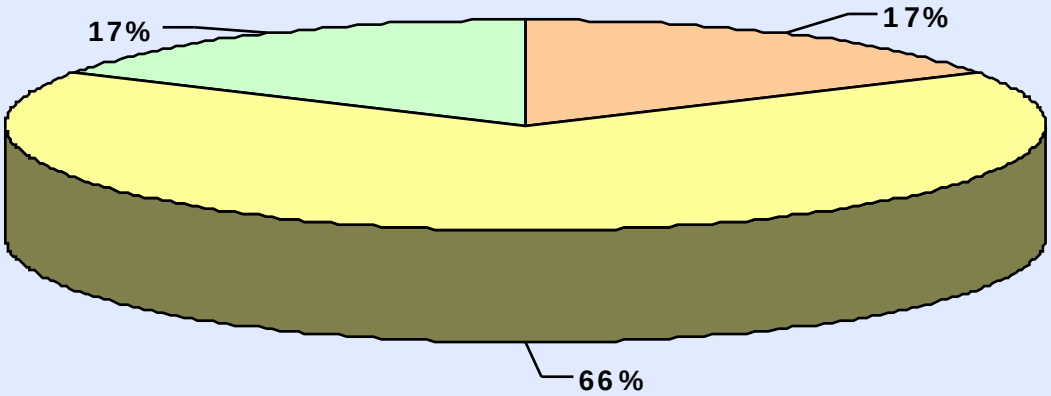
- 11 Departamento envolveram Docentes
- 01 Departamento não envolveu Docentes



- 09 Departamento envolveram Técnico-administrativos
- 03 Departamento não envolveram Técnico-administrativos

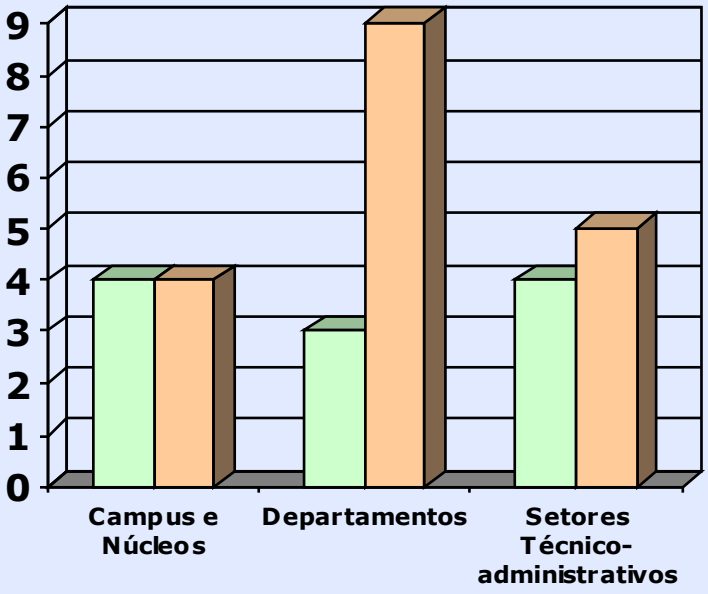
Envolvimento dos Sujeitos

- **Envolvimento de discentes no processo de auto-avaliação (Somente análises dos Departamentos)**



- 02 Não houve envolvimento Discente
- 08 Envolvimento Discente: questionário aberto; roteiro de discussão e reuniões
- 02 Possuem políticas próprias e continuadas de avaliação Discente

Caixa Amarela

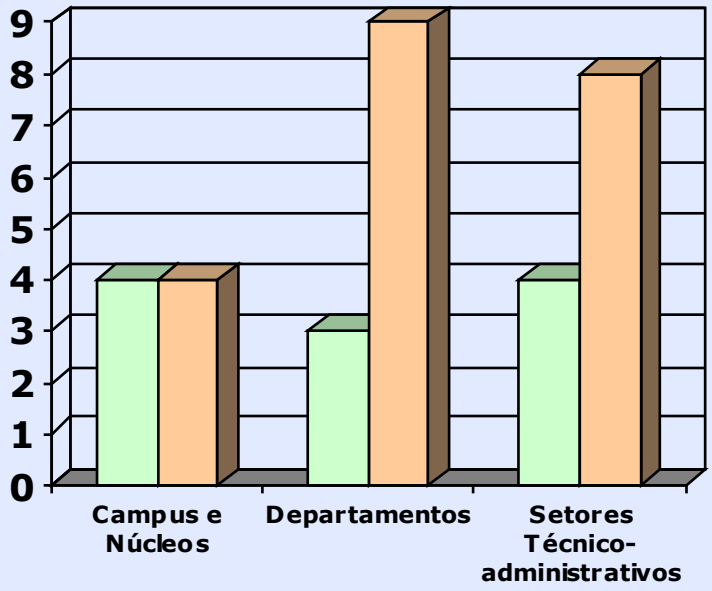


Entretanto apesar de serem apenas 5 caixas para os setores Técnico-Administrativos eles perfazem um total de 12

- Sistematizaram as sugestões
- Não Sistematizaram as sugestões

Obs: Aqui só estão contabilizadas as sistematizações diretas!

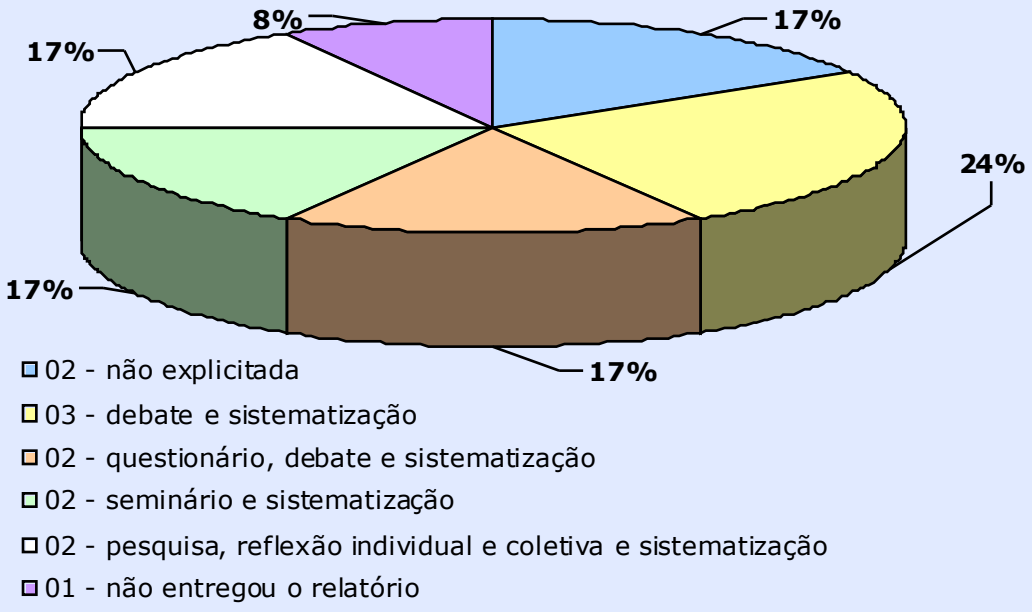
Caixa Amarela



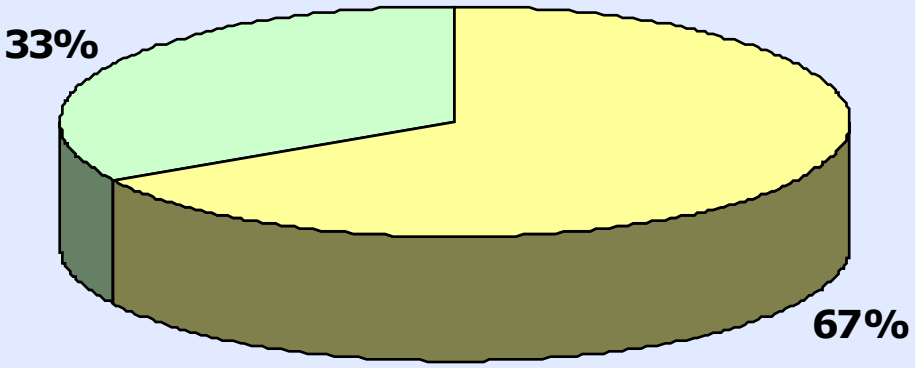
Ressalta-se o recebimento de sugestões do NeAD, embora não tenha recebido caixa específica

Obs: Aqui só estão contabilizadas as sistematizações diretas!

Metodologia (Departamentos)



Metodologia (Departamentos)



- Unidade departamental – 8 departamentos
- fragmentada – 4 departamentos

ASPECTOS COMUNS AOS DEPARTAMENTOS

Quanto à participação dos sujeitos

- uma parcela dos departamentos desenvolveram a auto-avaliação em todas as dimensões, contando com a participação de docentes, discentes e técnico-administrativos;
- outros contemplaram os docentes e técnico-administrativos;
- outros apenas os docentes;
- outros enfatizaram a opinião dos estudantes.

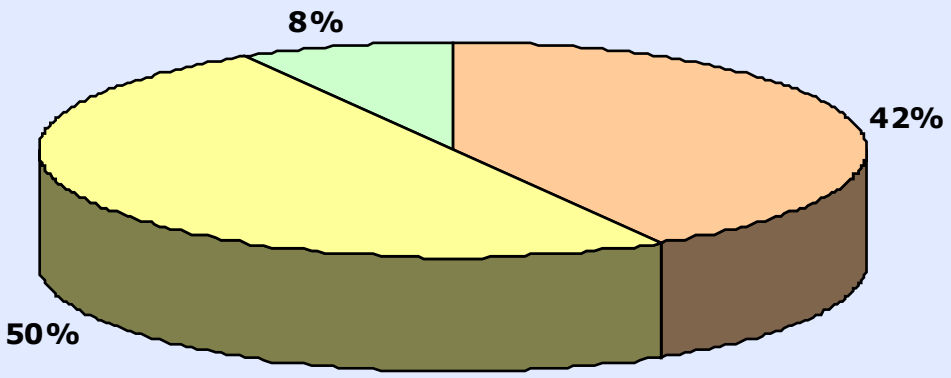
Quanto a metodologias

- cada coordenação desenvolveu o seu processo e uma equipe sistematizou;
- seminários de planejamento do processo e de sistematização do processo;
- elaboração de memoriais individuais;
- o debate se deu nos núcleos;
- o debate aconteceu no coletivo;
- a maioria das avaliações junto aos estudantes se deu por instrumento (questionários fechados e abertos);
- na maioria dos departamentos os funcionários foram ouvidos
- identificam-se metodologias que valorizam a integração entre as áreas de conhecimento adscritas ao departamento e outras que denotam a fragmentação.

“Esse processo precisa ser adotado como prática de todas as ações desenvolvidas, pois possibilita um reolhar mais crítico e construtivo de nossas ações. Acreditamos que conseguimos dar um passo extremamente significativo de resgatar “um pouco” da história do departamento. Esse reolhar entendemos, ser fundante para pensarmos e projetarmos nossos próximos dez anos” (Memorial do DeFEM, 2005, p. 10).

Metodologia (coordenadorias administrativas)

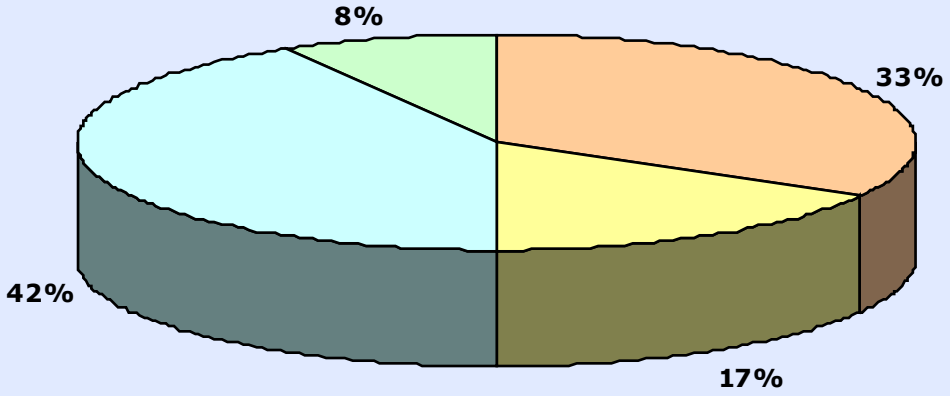
Envolvimento dos Sujeitos



- 05 - não houve envolvimento
- 06 - participação da equipe no processo
- 01 - não desenvolveu auto-avaliação

Metodologia (coordenadorias administrativas)

Metodologia Coordenadorias



- 04 - Auto-Avaliação, seminário e sistematização
- 02 - Auto-Avaliação e sistematização
- 05 - Não explicita a metodologia
- 01 - Não entregou relatório de Auto-Avaliação

Sistematização de Metodologias Utilizadas pelos Setores Administrativos

- Há evidências de metodologias de auto-avaliação, tanto participativa, pelo envolvimento dos sujeitos de cada setor e a socialização em seminário e posterior sistematização, quanto de relatórios que não deixam explícita a metodologia adotada para a auto-avaliação.
- Contudo, denota-se a disposição dos setores administrativos em realizar o processo de auto-avaliação em suas respectivas unidades, bem como o reconhecimento do processo avaliativo como um espaço de reflexão e aprimoramento da prática.
- Destaca-se que a maioria dos relatórios fez a retrospectiva histórica do setor caracterizando o seu papel na Instituição.

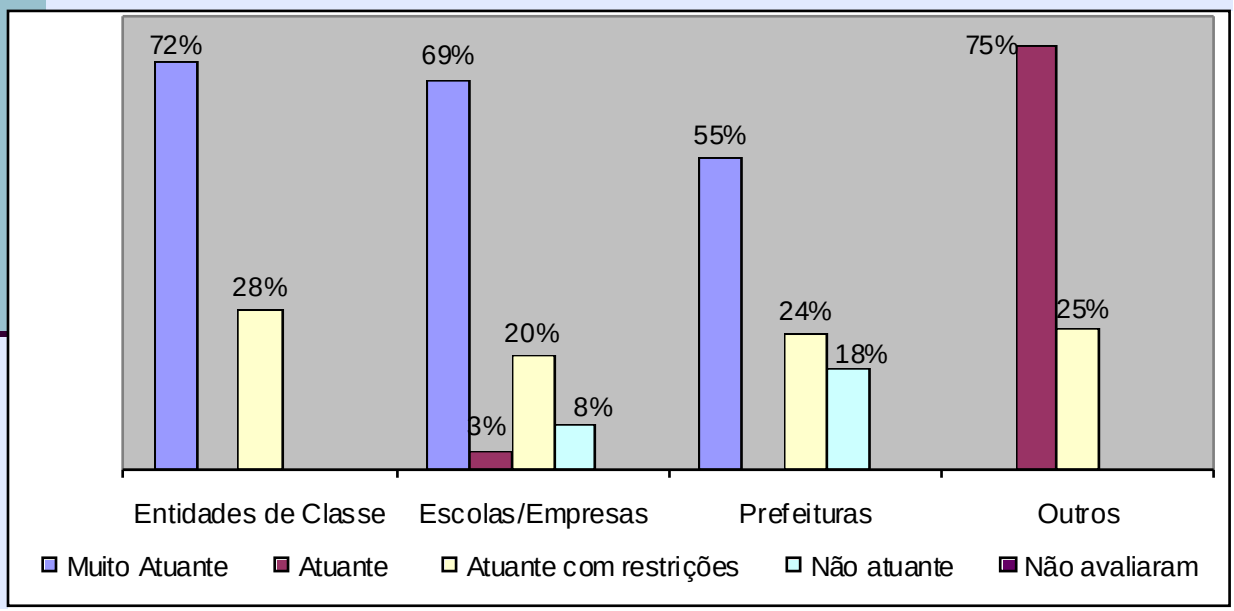
Setores Administrativos

- É importante registrar que em quase todas as auto-avaliações realizadas junto aos setores administrativos, percebe-se a consciência da relevância destes para o desenvolvimento das atividades institucionais, quer seja em termos administrativos, quanto acadêmicos.
- A maioria dos setores se vê como estratégico na Universidade. Se analisada a questão pelo ponto de vista do prof. Aldo Vannuchi isso vem fortalecer a concepção de avaliação formativa, quando se tem a convicção de que todos os setores e dimensões da Universidade são estratégicos, quer seja do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

Avaliação Externa

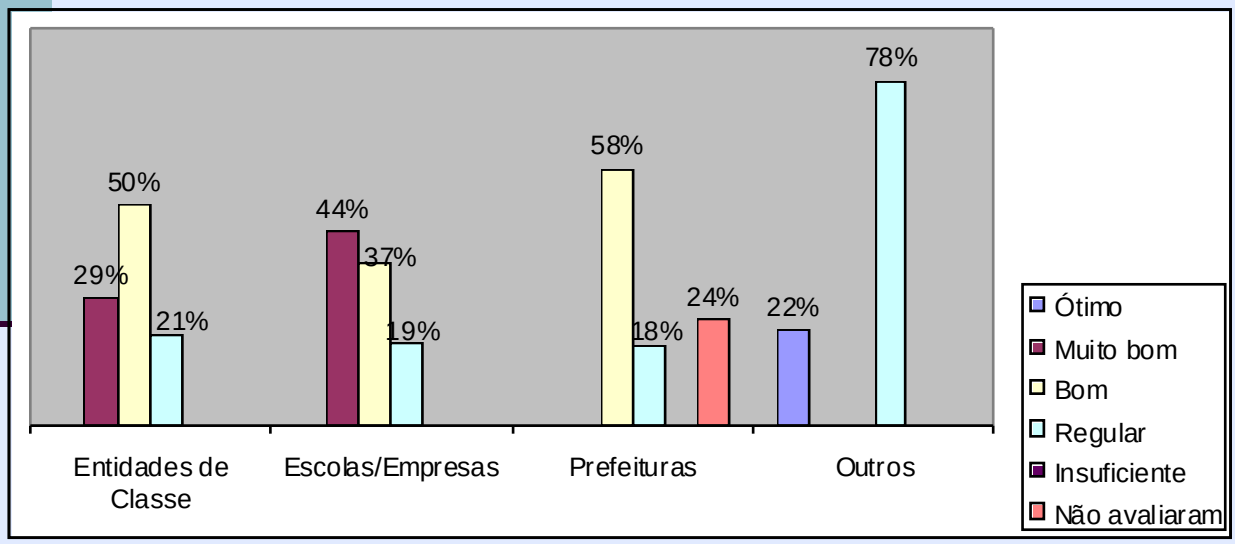
Avaliação Externa

- Como essa entidade percebe a atuação da UNIJUÍ na sua comunidade?



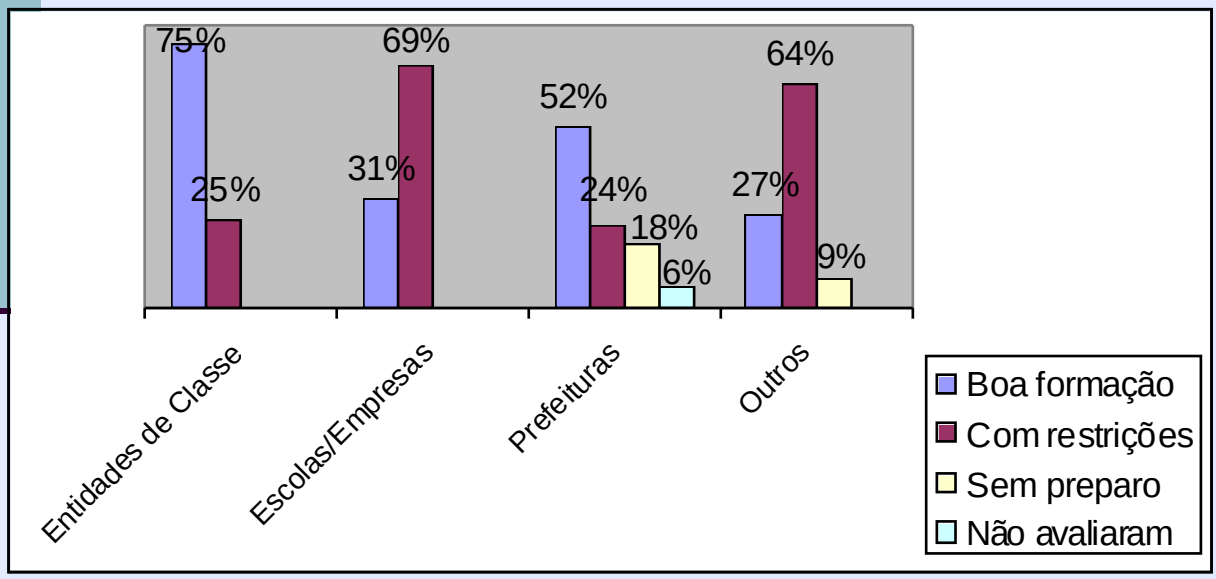
Avaliação Externa

- Como essa entidade avalia o desempenho dos estagiários das diferentes áreas do conhecimento da UNIJUÍ?



Avaliação Externa

- Como essa entidade avalia os profissionais formados pela UNIJUÍ?



Relatórios das Unidades Administrativas e de Apoio, Estudantes e Comunidade Externa

Potencialidades e Fragilidades

Potencialidades

- Organizaçao da Universidade em instâncias democráticas o que permite a constante participação e discussão;
- Existência de planos de carreira para todo corpo funcional;
- Existência de:
  - Plano Decenal;
  - Plano Plurianual;
  - Resolução de Diretrizes Orçamentárias (RDO) e;
  - Orçamento-Programa.

Potencialidades

- A estrutura dos departamentos articulada de forma colegiada, respeitadas as normas institucionais.
  - com autonomia para se constituírem de diferentes formas:
    - conselhos,
    - colegiados,
    - núcleos,
    - coordenadorias,
    - coordenações adjuntas nos *campi* universitários.

Potencialidades

- A possibilidade de desenvolvimento de projetos interdepartamentais;
- O PAPDOCÊNCIA como possibilidade da verticalização da ação universitária através da pós-graduação *Stricto-Sensu*, sem afastar os docentes da graduação e da extensão universitária.
- Mestrados: apoio institucional para a necessária adequação às exigências de avaliação da CAPES;
- Incentivo a intercâmbios institucionais nas áreas dos programas;
- Incentivo aos docentes para a publicação da produção intelectual em veículos qualificados;

Potencialidades: Ensino

- Participação de número expressivo de alunos apresentando seus trabalhos em eventos locais, regionais, estaduais, etc;
- Procura e atuação de alunos como monitores voluntários nos diferentes componentes curriculares;
- Cursos geridos por colegiados de coordenação atuantes;
- Clareza na definição do perfil do profissional formado pelos cursos da instituição;

Potencialidades: Ensino

- Laboratórios como espaços privilegiados destinados a melhorar e a aperfeiçoar o ensino e a aprendizagem;
- Colegiados de Cursos que buscam fazer discussões para aprimorar os componentes curriculares, reunindo os professores, articulando o ensino nos *campi* da instituição;
- Atuação dos docentes em vários cursos da universidade (diferente de um docente ser contratado apenas para um curso).

Potencialidades: Ensino

- Avaliações periódicas junto aos docentes e discentes em alguns cursos;
- Acompanhamento dos egressos, em alguns cursos, produzindo interessantes retornos para aperfeiçoamento da formação.

Potencialidades: Pesquisa

- Política de incentivo à pesquisa com atenção aos docentes e discentes;
- Atenção para a realização de eventos científicos, visando à divulgação de pesquisas;
- Projetos de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu;*
- Desenvolvimento de pesquisas interdepartamentais.

Potencialidades: Extensão

- Atendimento a grupos sociais carentes através da filantropia;
- Desenvolvimento de projetos de qualificação de pessoas e processos;
- Participação de estudantes;
- Organização da nova estrutura da extensão universitária.

Potencialidades: Editora

- A editora da Unijui é reconhecida no Brasil por sua produção contínua e qualificada.

Potencialidades: Gestão

- O processo de matrícula *on line;*
- Tele-renovação de livros e periódicos, bem como pesquisa, renovação e reserva via Web;
- O SIE como um instrumento de gestão para organizar, agilizar e evitar o retrabalho;
- Qualificação de pessoal (Docentes e Técnico-Administrativos e de Apoio);

Potencialidades: Gestão

- Bolsas de estudos, gratuidade UNIJUÍ, PROUNI e créditos educacionais FIES e PROCRED;
- UNICASA como possibilidade de moradia a estudantes carentes;
- Envolvimento dos estudantes em projetos comunitários;
- Estrutura física e tecnológica qualificada.

Fragilidades

- Ausência de espaços de convivência (Docentes e discentes);
- Carência de espaços para os estudantes em períodos que não estejam em aula;
- Sensação de pouca presença dos membros da Reitoria na vida estudantil;
- Laboratórios destinados à prestação de serviços, sendo pouco acessíveis aos estudantes;
- Biblioteca com acervo de revistas precário, e demora excessiva na disponibilização de material adquirido,

Fragilidades

- Comunidade externa, em grande parte, ausente e desinteressada em relação à universidade;
- Reclamações da falta de atenção aos municípios e suas necessidades;
- Falta de um doutorado que entre outras coisas permitiria o acesso ao portal da CAPES;
- Falta de Bolsas para atendimento aos estudantes da Pós-Graduação;
- Falta de política institucional sistemática para acompanhamento dos egressos.

Fragilidades: Política e Pessoal

- Forma de atribuição dos tempos de trabalho aos docentes;
- Crescimento desproporcional do número de técnicos administrativos nos últimos anos em relação aos docentes e discentes (tanto no número absoluto de pessoas como no número de horas);
- As tomadas de decisões colegiadas atribuem méritos e fracassos a todos, sendo difícil localizar um responsável;

Fragilidades: Ensino

- Necessidade de um trabalho mais cooperativo com instituições em que os alunos realizam suas práticas;
- Política de monitoria;
- Pouca procura por muitos cursos;
- Grande número de alunos em turmas de alguns componentes curriculares;
- Investimentos nos laboratórios de ensino.

Fragilidades: Ensino

- Em alguns cursos, elevado percentual de professores colaboradores horistas;
- Dificuldade dos alunos se matricularem na totalidade das ofertas de componentes curriculares.

Fragilidades: Ensino

- Demora na definição das Diretrizes Curriculares para alguns cursos (políticas públicas) o que afeta a qualificação dos Projetos Político-Pedagógicos;
- Desgaste provocado pela necessidade de deslocamento entre os diferentes *Campi* e não remuneração do tempo de deslocamento;
- Desprestígio dos eventos por parte do corpo docente e discente;
- Pequeno número de bolsas de pesquisa e extensão.

Fragilidades: Ensino

- Alguns cursos (docentes e discentes) apontam para o excesso de componentes curriculares de formação geral humanística;
- O tempo reduzido para fazer parte do colegiado de coordenação de curso de forma qualificada;

Fragilidades: Ensino

- Dificuldade de articulação e discussão envolvendo os docentes dos diferentes *campi* universitários;
- Pouca articulação entre as diferentes áreas do conhecimento;
- A fragmentação em disciplinas e a super valorização da especialidade;
- Política de formação pedagógica continuada dos docentes;
- Dificuldade de acesso a estágios inovadores.

Fragilidades: Pesquisa

- Publicação de pesquisas em periódicos nacionais e internacionais;
- Endogenia nas publicações (Editora UNIJUÍ);
- Financiamento de órgãos de fomento.

Fragilidades: Extensão

- Compreensão da extensão e sua função dentro da UNIJUÍ;
- Poucos recursos.

Fragilidades: Pós-graduação *Stricto Sensu*

- Dificuldades causadas pelo PAPDOCÊNCIA na distribuição interna dos tempos dos professores que dele participam;
- Ausência de uma política institucional de credenciamento e recredenciamento de docentes nos programas;
- Dificuldade de atendimento das exigências de infra-estrutura e qualificação da produção para Doutorado.

Fragilidades: Editora

- Dificuldades de entrosamento com os departamentos e com os programas de P.G;
- Precariedade na distribuição do material produzido a nível externo e interno;
- Manutenção da Periodicidade de Revistas;

Fragilidades: Gestão

- Implementação do SIE nas dimensões ensino, pesquisa e extensão;
- Definição e implementação de políticas de gestão, a curto prazo, devido a característica democrática da instituição;
- Fluxo de informações internas;
- Participação crescente de docentes colaboradores como responsáveis na gestão;
- Dificuldades de relacionamento inter e intra-setorial;
- Insegurança causada pelas dificuldades financeiras da instituição;
- Custo das mensalidades;

Encaminhamentos

Encaminhamentos: Comunidade Externa

- Realização de trabalho no sentido de que a universidade seja percebida como promotora do desenvolvimento e não como agência do mesmo;
- Buscar formas de envolvimento da comunidade no sentido de que ela possa contribuir no pensar a universidade.

Encaminhamentos: Egressos

- Organizar um programa institucional de atenção aos egressos, para:
  - dar-lhes acompanhamento, se necessário;
  - identificar alternativas de formação continuada;
  - qualificar os cursos;
  - considerá-los uma forma inteligente de publicidade dos cursos que realizaram.

Encaminhamentos: Estudantes

- Esclarecimentos das instâncias da Universidade para dar o devido atendimento aos problemas estudantis;
- Atuação mais efetiva das Coordenações de Curso junto aos estudantes;
- Maior presença da reitoria na vida acadêmica, para além dos atos e ações formais.

Encaminhamentos: Espaços acadêmicos

- Criar espaços de convivência para o lazer e para o estudo;
- Disponibilizar equipamentos e espaços de trabalho para os estudantes nos períodos em que não estejam em aulas.

Encaminhamentos: Estrutura de organização acadêmica

- Discutir a duplicação da estrutura de serviços;
- Discutir a relação alunos/funcionários (docentes e técnicos);
- Agilizar, junto da Editora da UNIJUÍ, a publicação das revistas dos programas já existentes.
- Encaminhar discussões sobre a importância e significado dos cursos existentes.

Encaminhamentos

- Na **biblioteca** procurar encaminhamentos para que ela esteja a serviço da dimensão acadêmica da universidade, superando as questões burocráticas;
- Na questão da **pesquisa** discutir formas de ampliar o acesso de estudantes a bolsas de iniciação científica e, também, a criação de outros espaços de socialização das pesquisas realizadas;
- Repensar o PAPDOCÊNCIA:
  - forma de atribuição dos tempos de trabalho e atrelado à produtividade;
  - instituir uma política de credenciamento e recredenciamento dos docentes.

Encaminhamentos

- Criar critérios e mecanismos de avaliação docente;
- Discutir uma política de médio e longo prazo no que se refere à:
  - criação de novos Programas de P.G. *stricto sensu*;
  - política de qualificação de docentes para aproveitamento e adscrição nos referidos Programas.

Encaminhamentos

- Incrementar a interligação entre PDI e a auto-avaliação;
- Manter fluxo de investimentos compatível com as necessidades projetadas no PDI;
- Buscar formas alternativas de formação e geração de receitas necessárias para cumprir a missão da UNIJUÍ
- Agilizar o processo de implementação e de aperfeiçoamento do SIE;
- Na **biblioteca** procurar encaminhamentos para que ela esteja a serviço da dimensão acadêmica da universidade, superando as questões burocráticas;

Encaminhamentos

- Repensar os planos de carreira;
- Discussão do “contrato social” visando a sustentabilidade do projeto institucional;
- Aperfeiçoar os processos de auto-avaliação institucional no que se refere a metodologia, participação e encaminhamentos.

Encaminhamentos

- Discutir o desempenho de nossos estudantes nos exames do ENADE, por ser este um dos pontos do sistema de avaliação SINAES e para realimentar as discussões acadêmicas nos referidos cursos;
- Manter a “caixa amarela” ou outra forma de receber as reclamações e sugestões dos alunos e manter agilidade nos encaminhamentos e respostas;

Encaminhamentos

- Para a divulgação dos cursos da UNIJUÍ buscar de forma mais intensiva ocupar os espaços junto a jornais e rádios da região, com textos e entrevistas, bem como os espaços que a UNIJUÍ dispõe;
- Discutir nos vários setores o processo que foi desencadeado para a auto-avaliação e a sua continuidade, inclusive no sentido de receber a comissão externa de avaliação institucional.

ANEXO 6 – PARECER SOBRE RELATÓRIO FINAL DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIJUÍ – III ETAPA – AGOSTO 2004 A JUNHO 2006

1. OS CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE DELEGADA.

Atendendo o honroso convite, formulado oficialmente através do Of. CPA n.º 11/2006, na qualidade de Consultora Externa da CPA – Comissão Própria de Avaliação, constituída para dar cumprimento às novas Diretrizes da Avaliação Institucional, agora como um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei N.º 10.861, de abril de 2004, apresento o *PARECER* que resulta da leitura extensiva e atenta das 290 páginas que constituem os três volumes do Relatório produzido e a mim repassados. Conhecendo, nos termos da Lei acima referida, as atribuições de Comissão dessa natureza – a CPA-, a complexidade que é a tarefa de realizar avaliações, em especial na especificidade requerida da auto-avaliação e a exigência de registros adequados, colhidos pela reflexão sistematizada e da organização da sistematização reflexiva, cabe expressar a consciência da, também, complexa tarefa de que se revestiu o processo de análise.

Para além dessas dimensões da responsabilidade que me foi delegada, estava a realidade do objeto da avaliação: uma Universidade inquieta, com a história de construção pelos seus instituintes, em clima organizacional de democracia, com efetiva participação e respeito à diversidade, inclusive de produção de processos, mas sempre fundamentados pela filosofia que sustenta a proposta da atuação da Instituição, que, pelo Projeto de Auto-Avaliação – III Fase, à semelhança das fases anteriores, mantém princípios como algo a ser fortalecido.

O caráter de Universidade Comunitária com percurso de inserção na região ouvindo, mobilizando sujeitos individuais e coletivos, efetivou, como algo constante, a presença da comunidade externa em seus processos o que põe requerimentos de adequada e conseqüente relação, muito especialmente em se tratando de avaliação da presença, com eficiência social, do papel e serviços próprios da universidade.

A firmeza e expressão constantes dos membros integrantes da CPA em cumprir rigorosamente as suas atribuições, desde o instante de sua nomeação, foi mais um elemento de reforço à percepção de que a responsabilidade dessa Consultoria Externa que eu precisava desempenhar, necessitava de um cuidado muito especial que "*o friozinho na barriga*" não deixou de revelar à medida em que eu adentrava à leitura dos textos do Relatório. Será possível resolver a expressão da análise em um texto enxuto e esclarecedor ou indicador de aspectos capazes de nortear um novo processo de auto-avaliação? E a Comissão Externa terá neste PARECER um subsídio que qualifique o Trabalho da CPA e, especialmente, o entenda como conseqüente para certificar a qualidade acadêmica, a excelência (em construção permanente) de suas atividades fins, a competência técnica e pedagógica de suas atividades meio e a responsabilidade social da Unijuí? A CPA encontrará indicadores para uma releitura do projeto e de sua execução expressos nas informações, dados e leituras dos diversos sujeitos participantes do processo instaurado?

Essas as questões que me pareceram importantes estarem transversalmente postas em minha análise, embora inúmeras outras fossem brotando da leitura, da associação com dados da experiência de outros momentos de auto-avaliação institucional ou da subjetividade desejante de estabelecer outros debates e/ou explicitações. Tal é a riqueza oferecida pelo Relatório elaborado com base nas ações avaliativas, realizadas nesse período, sobre a atuação no ensino, na pesquisa, na extensão e na prestação de serviços alicerçados em um processo de gestão e de aprendizagem organizacional da e na Unijuí.

Cumpre, ainda, destacar os critérios propostos pela CPA para análise e Parecer: "verificar a coerência interna do Relatório e a relação com a nossa realidade institucional". (Of.nº11/06 – CPA).

2. O RELATÓRIO: sua estrutura, seu conteúdo – Uma análise possível.

O Relatório Final de Auto-Avaliação da Unijui está estruturado em três partes assim denominadas e significadas pelos respectivos conteúdos:

A) – I PARTE – O Ensino Superior na região Noroeste do Estado do RS, na qual a Comissão apresenta o Relatório e explicita, sob forma de análise crítica, o processo percorrido pela Unijuí no afã de ter na avaliação a base para seu fazer, materializado nos planejamentos que propôs desde a sua constituição como instituição de ensino superior. Um olhar mais aprofundado foi direcionado aos documentos que registram as duas fases da Avaliação Institucional realizadas desde o

ano de 1994. Coerente com a preocupação em constituir sentido e conseqüência aos estudos/ investigação sobre a auto-avaliação institucional, a CPA teve o cuidado de contextualizar a Universidade na Região em que escolheu para constituir-se em estreita relação com a realidade que a acolheu e a desafia há 49 anos. E completando esse primeiro conjunto de referências há a história interpretada da constituição do ensino superior através da Unijuí nesta Região do Estado do Rio Grande do Sul.

Essa Parte constitui-se em base de extrema importância para o entendimento dos fundamentos, das razões e das buscas presentes ao longo da história dos processos de como se pode fazer universidade em realidades diferenciadas e necessitadas de percepção esclarecida de sua identidade no contexto do território e do projeto do Estado Brasileiro, nas suas diversas esferas: política, social, educacional, econômica e em especial de garantia de direitos de seus cidadãos.

A leitura, portanto, dos textos que integram essa I Parte permite construir a compreensão da caracterização da Unijuí no âmbito de seus processos internos de constituição, tendo, no caso, como vetor o processo de avaliação, no contexto da região a qual se insere bem como do sentido de seu papel enquanto instituição de ensino superior.

Penso que esta parte, de per si, pelo seu conteúdo e forma de como se produziu, já merece uma publicação para que ocorra uma conseqüente socialização entre a comunidade acadêmica e comunidade externa. A substantividade dos textos revela a pertinência dos objetivos propostos na III Fase da Avaliação Institucional proposta pela Universidade em interação com a comunidade externa e coordenada pela CPA.

É possível afirmar, ainda que, a viabilidade de demonstração do critério "relação com nossa realidade interna" encontra-se alicerçada nesta primeira parte do Relatório.

B) – II PARTE – Avaliação Interna: um processo cíclico, criativo e renovador é apresentada em duas grandes tematizações, quais sejam a história da auto-avaliação na Unijui e dimensões da avaliação institucional.

A primeira tematização cumpre objetivo fundamental, porque coerente com a concepção de avaliação institucional como reflexão e sistematização, faz recorrência à história desenvolvida nos anos anteriores a 2004, pelos projetos de avaliação implementados, em especial com foco na auto-avaliação da instituição – campo da ação. Cumpre a CPA com essa qualificada recorrência analítica, pela sua ação permanente de mobilização, publicização e execução de planos de atividades avaliativas para e pela Universidade, o que SCHÖN (2004) discute como sendo caminho para dar conta da complexidade dos papéis sociais no mundo contemporâneo, mormente àqueles de caráter pedagógico, *reconhecer como processos necessários a reflexão – na – ação, a reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão – na – ação.* Ou como nos ensinou nosso educador Paulo Freire, em reiteradas falas e escritos, que a educação se processa no rigor revitalizador da *ação – reflexão – ação.*

Ao retomar os documentos que contêm a memória das fases anteriores, a CPA resgata concepções e evidências da constituição de uma cultura de avaliação que se transforma, mas que também conserva determinados valores, posturas, discursos e práticas, alguns com pertinência de conservação, outros necessitados de desconstrução, quem sabe. Conveniente se faz destacar o caráter de pesquisa dado a esta III Fase da Avaliação, uma vez que o Relatório não simplesmente apresenta a síntese das leituras realizadas na coletânea de documentos, mas evidencia a seleção das informações consideradas relevantes para os objetivos buscados e faz a indicação de onde é possível aprofundar esse estudo ou delinear um objeto para um outro projeto de pesquisa. As páginas 25 à 27, da Parte II do Relatório, são exemplares nessa missão e dignas de nota pela objetividade e capacidade de síntese qualificadas para o fim a que se destinam no processo de auto-avaliação em curso no período.

A segunda tematização acolhe as dez dimensões propostas como orientação para a Auto-Avaliação Institucional, considerada como a III Fase.

Da análise da explicitação dessas dimensões resta a constatação de que o Relatório confirma a coerência com o projeto traçado e aprovado na Universidade. Da apropriação necessária da produção das fases anteriores da avaliação institucional, tendo presentes as debilidades, as potencialidades estruturadas pelo processo, os focos privilegiados e os resultados descritos, a CPA pautou sua atuação, ativando todas as instâncias, todos os setores e o conjunto dos sujeitos ocupantes de lugares diversos na estrutura institucional para organizar planos, roteiros, calendários, processos sempre respeitando o nível de compreensão e as necessidades de cada caso. É o que o Relatório revela nas 100 páginas em que sistematiza o conteúdo de documentos oficiais, depoimentos, memoriais descritivos, dados organizados através de questionários, relatos de reuniões e de assembléias, recorrências às diversas políticas institucionais, diálogos da CPA com integrantes de instâncias e setores institucionais. Todos, procedimentos que buscaram "o saber", "o dizer" "o fazer" e "o não saber", "o não dizer", "o não fazer" sobre as atividades fins, seus programas, seus projetos, seus processos, seus

instrumentos e o lugar dos sujeitos desses saberes, dizeres e fazeres. Da mesma forma, em relação às atividades de apoio. Tanto os textos descritivos – analíticos, quanto os quadros que sistematizam informações/discursos e as tabelas e gráficos cumprem uma função muito especial para a coerência com os objetivos e atribuições a serem cumpridas.

A opção em apresentar o resultado das produções em cada departamento e/ou setor e não só a sistematização dos mesmos foi, na minha avaliação, sábia, pois ao examiná-los sob as duas formas de expressão percebe-se que a problematização que emerge daí, possibilita perspectivar caminhos interativos para a validação das especificidades vislumbradas pelas unidades, e articuladas pela CPA em seu quadro de sistematização. Para alguns leitores poderá parecer demasiado extenso e repetitivo este procedimento de relato, porém cabe atentar para a importância dos dizeres e fazeres contextualizados e expressos em dadas condições/circunstâncias e dado tempo. Estes vieses são difíceis de serem mantidos na sistematização. Associando as duas formas de apresentação, os resultados podem ser significados e ressignificados.

Veja-se, por exemplo, a diversidade de concepções sobre a extensão e da compreensão do seu lugar, como uma dimensão fundamental da Universidade, e muito especialmente na Unijuí, Universidade Comunitária. (item 2.2.3 do Relatório).

Essa II Parte do Relatório nos permite transitar pelo fazer universitário, na ótica dos que o produzem, de forma dinâmica, viva ao ponto de nos perceber como em um passeio por todos os âmbitos focados e estruturantes da vida acadêmica, bem como da Fundação Mantenedora. Foi inovadora a forma de organização e sistematização das diversas dimensões, objeto da auto-avaliação. A Comissão construiu uma inteligente rede de focos, partindo da Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional como o núcleo central, dentro do qual se articulam as políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de sua gestão, chamando necessariamente à análise dos procedimentos, regulamentações, instrumentos e condições para a efetividade da responsabilidade social da Universidade, considerando as demandas da sociedade contemporânea, sem perder a identidade e a especificidade do "ser universidade". Complementando essa rede em espiral, expõe os modos de ver e agir na comunicação e suas principais ferramentas e alcance dos objetivos no que diz respeito às diversas "audiências" que precisam ser atendidas pela Universidade e sua Mantenedora.

Configurando a administração, o apoio e a viabilização do funcionamento dessa rede de processos institucionais, desvelam-se as políticas de pessoal, a organização e gestão da instituição em sua complexa dinâmica de constituir-se democrática, não só na forma de representatividade, mas de envolvimento de todos que a integram, com as dificuldades e os desafios que a situação de crise apresenta, com a cultura organizacional em processo de mudança, com a estrutura de poder e a presença dos efeitos do movimento do micro – poder, próprio dos grupamentos humanos, mesmo em condições de liberdade de expressão. Ainda, a política de apoio e atendimento aos estudantes e egressos como questão de suma importância para que a qualidade da ação universitária se proceda, desde o acesso ao ensino superior até a interação com o mundo do trabalho, recebeu atenção da CPA como elemento crucial na auto-avaliação institucional.

Reconhecendo que qualidade também requer condições de infra-estrutura, de serviços especializados para os fins da instituição estas dimensões são trazidas à consideração da avaliação pelos diversos sujeitos, conforme os programas a que se vinculam ou as atribuições que lhes cabe desempenhar.

Todos esses aspectos constituem o todo da Universidade que, para atuar orgânica e consequentemente, carece de planejamento precedido pela avaliação. E o processo desencadeado pela CPA tratou dessa relação planejamento-avaliação abordando seus processos e resultados, e de como esses se traduzem no aperfeiçoamento da vida institucional e na eficiência social de sua presença, em especial na região.

A leitura dessa parte do relatório oferece a possibilidade de se ampliar o conhecimento que se tem da instituição, encadeando cada dimensão avaliada com as anteriores e já projetando para a seguinte a ser descrita/analisada. É um continuo de interseções, revelador de que o processo auto-avaliativo é de caráter formativo e mediador de novos eventos pedagógicos no decorrer de sua realização. Logo, confirma-se a premissa de que "a avaliação interna é um processo cíclico, criativo e renovador" como aquilatou a Comissão Própria de Avaliação da Unijuí.

C) III PARTE – Leitura dos Vários Olhares

Compondo esta parte do Relatório, a CPA apresenta um conjunto de textos de várias naturezas e que comprovam a diversidade de ações desenvolvidas sob a coordenação da mesma, com o intuito de promover extensividade e intensividade ao processo de auto-avaliação e seus resultados. Desse modo, percebe-se que buscou abranger o mais amplamente possível a dinâmica institucional em suas potencialidades, dificuldades e debilidades. A metodologia para a auto-avaliação, delineada no projeto, constrói-se no processo, é o que a análise desta parte do Relatório demonstra com muita ênfase, ao considerar todos os procedimentos, todas as expressões individuais ou coletivas, toda a diversidade de entendimentos a partir das motivações e orientações propostas pela CPA ou solicitadas e sugeridas dos vários lugares "visitados", "instigados" ou instigantes.

A oportunidade de leitura e análise dos registros desse setor do relatório, associadas em especial com a II Parte do Relatório é de uma riqueza ímpar. Quando se pensa ter esgotado determinada tematização, descobre-se que há outros ângulos a serem analisados e compreendidos. Os paradoxos, as tensões, as congruências e as contingências, quer sejam da atuação institucional, ou no próprio processo avaliativo, ou ainda nas relações e interações entre as pessoas se desvelam e desafiam a outras perguntas e a outras posturas frente à realidade presente, no relato analítico produzido pela instituição e organizado pela CPA.

Isto foi possível pela democratização do processo avaliativo em seus diversos momentos, no respeito à diversidade metodológica do auto-avaliar-se do todo da Universidade, na transparência que a têm caracterizado historicamente e no compromisso com a qualidade, inclusive no sentimento de pertença de cada um ao projeto que anima essa instituição comunitária. Isso é perceptível nos mais variados modos de expressão que conformam esse Relatório.

D) – ANEXOS – como última peça do Relatório Final de Auto-Avaliação há um conjunto de documentos anexos que legitimam o conteúdo e forma da proposta avaliativa e a presença e lugar da CPA no SINAES e na Unijuí e comprovam aspectos da metodologia desenvolvida para a tarefa atribuída à CPA e à Universidade.

3. PARECER GERAL FINAL

Da análise acima exposta, que procurou atentar para o mérito e a coerência do processo instaurado e coordenado autonomamente pela CPA, sou de PARECER que:

- houve observância dos princípios orientadores da prática da auto-avaliação institucional. A avaliação foi tomada em sua globalidade, ou seja, avaliação "do todo pelo todo". Constituiu-se em percurso de reflexão e sistematização uma vez que propôs um repensar com o requerimento de reconstrução teórico – prática do fazer institucional, desafiando à superação de entendimentos e o estabelecimento de bases para formulações novas. Enfatizou, na prática, que para tornar-se institucional a avaliação precisa superar a cultura de um fazer pontual, setorial e descontínuo, revelando com isso que há na UNIJUI uma cultura de avaliação muito próxima do desejável.

Que cultura é essa? A cultura de um processo avaliativo global vinculado com o planejamento como possibilidade de desenvolvimento institucional qualificado;

- houve um conseqüente esforço na construção de visibilidade do processo avaliativo, bem como das muitas vozes, fazeres e níveis de compreensão de que instituição se está tratando;
- a CPA tematizou e contextualizou, com muita propriedade, a complexidade, por um lado , da realidade da instituição que se auto-avalia e de outro a singularidade de uma universidade comunitária situada em uma região com dificuldades de se projetar no contexto mais amplo, porém com potencialidades históricas de superação pela via do associativismo e da postura de "não espera" por outro que resolva seus problemas;
- o Relatório apresenta-se com coerência interna, atendendo as dimensões que se constituíram conteúdo da avaliação, movimentando-se na tematização de intencionalidades expressas em objetivos, diretrizes, políticas e/ou metas; fazendo incursões teóricas e investigativas nas práticas de gestão, no sentido do exercício da liderança e do poder administrativo – pedagógico (político) interno e nas relações com a sociedade;
- a reafirmação dessa coerência se revela no caráter de pesquisa que demarcou todo o processo de auto-avaliação descrito no Relatório, uma vez que esta era a proposta e a vontade– produzir conhecimento, aproximar saberes e quadros conceituais sobre o perfil de universidade que se quer, sobre o modo de construí-la e sobre os bônus e ônus dessa construção; contribui para essa constatação a maneira como foi organizado o fluxo da ação reflexiva sobre as práticas individuais e coletivas e o conjunto de produções, informações e dados sobre a atuação institucional.

Por fim, cabe parabenizar os membros da CPA pela produção desse Relatório e sugerir que seja colocado rapidamente à disposição dos diversos públicos implicados com a dinâmica institucional e com a produção da auto – avaliação, dos professores pesquisadores e, talvez, dos Mestrados para que os muitos temas ou problemas de pesquisa que foram sendo pontuados pelas indagações e problematizações possam servir de motivação para pesquisas mais específicas.

Que haja um retorno aos segmentos da comunidade externa da análise dos resultados de sua contribuição na auto – avaliação.

Ainda, agradecer a oportunidade de enfrentar o desafio que me foi proposto, que espero possa ser efetivamente uma contribuição. Mas o meu agradecimento tem, sobretudo, o sentido da satisfação de ter lido esse Relatório. Gostei muito de fazê-lo porque me permitiu resgatar imagens, percursos, fazeres agora melhor entendidos e fortalecer a crença no valor da persistência em apostar no futuro dessa Universidade – Unijuí.

> *O passado, indispensável à gênese e ao entendimento do presente, revela – se no interior das relações, processos e estruturas atuais. (*MARQUES, 1984, p.17).

Referências

MARQUES, Mario O. *Universidade Emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983).* Ijuí: FIDENE, 1984

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: artes Médicas, 2000.

Ijuí, 21 de agosto de 2006.

Eronita Silva Barcelos

Profa. Especialista da Unijui.